UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

NAIANA RODRIGUES DA SILVA

As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais

São Paulo
2022

NAIANA RODRIGUES DA SILVA

As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais

Versão original

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Aparecida Fígaro Paulino

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Silva, Naiana Rodrigues da
As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais / Naiana Rodrigues da Silva; orientadora, Roseli Fígaro. - São Paulo, 2022.
338 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão original

1. Comunicação e Trabalho. 2. Jornalismo. 3. Dramáticas do uso de si. 4. Deontologia. 5. Ethos. I. Fígaro, Roseli. II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

SILVA, N. R. **As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses**: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais**.** 2022. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

In memoriam

Dedico esta obra ao meu pai, Célio Pereira da Silva, que desde cedo me ensinou o valor do trabalho honesto e, ao meu mestre, Gilmar de Carvalho, que me ensinou a ser docente.

AGRADECIMENTOS

Trabalhar é sempre trabalhar junto. Por mais solitário que possa parecer, o trabalho de pesquisa acadêmica é coletivo. Mas essa dimensão não é atestada somente pelo diálogo com os autores e com outras pesquisas. A coletividade a que me refiro é a dos copartícipes desse processo, pessoas concretas que com diálogo, paciência, afeto e acolhimento fizeram esse percurso possível. A elas e eles reservo meu muito obrigada por estarem ao meu lado durante todo esse tempo.

Nominalmente, quero agradecer a minha orientadora, Roseli Figaro, por ser incansável em sua missão como docente e pesquisadora, cativando a admiração de orientandas e orientandos por sua competência e engajamento na construção de uma sociedade mais justa para os trabalhadores.

Também agradeço o companheirismo das pesquisadoras e pesquisadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP), que acolheram essa forasteira, há quatro anos, com muito respeito e carinho. Elejo aqui como representantes do Centro: Janaina Visibeli, Camila Acosta, Ana Flávia Marques, João Augusto Moliani, Jamir Kinoshita, Rafael Grohmann, Fernando Pachi e Cláudia Nonato. Obrigada, gente! Aprendo muito com vocês!

Deixo meu muito obrigada ainda aos colegas do PPGCOM, particularmente aos amigos Gean Gonçalves, Michele Dias, Tariana Brocado e Beatriz Sequeira, com quem partilhei o melhor e o pior das disciplinas, da vida acadêmica e das incertezas da pesquisa no Brasil. Agradeço também aos colegas do grupo de pesquisa PraxisJor (UFC), representados aqui por Raphaelle Batista e Mayara de Araújo, pesquisadoras talentosas e mulheres incríveis.

Aproveito para agradecer aos colegas professores do Curso de Jornalismo e à Universidade Federal do Ceará, que viabilizaram a realização deste doutorado fora do Ceará. E, principalmente, aos 131 egressos do curso que construíram essa pesquisa junto comigo, disponibilizando seu tempo para responder a dezenas de questionamentos de uma professora um pouco exagerada e depois aceitando participar de longas entrevistas. Também agradeço às minhas novas alunas e alunos das disciplinas de Planejamento e Apuração no Jornalismo, Gêneros e Formatos Jornalísticos e Laboratório de Jornalismo II, que estão sendo super compreensivos com uma professora cansada.

Num plano mais subjetivo, tenho que reconhecer a ação de um grupo de pessoas que já estão na minha vida há algum tempo e acompanham minhas aventuras e desventuras acadêmicas. Filipe Palácio e Fábio Rocha, obrigada por serem minha família em São Paulo, por abrirem as portas do lar para mim, por me alimentarem, me fazerem rir e estarem sempre na retaguarda dispostos a ajudar.

Ao núcleo cômico da novela da minha vida, formado por Cíntia Barbosa, Rômulo Costa, Thays Lavor, César Silva e Moema Braga, deixo meu muito obrigada pelos momentos de alívio e pela ajuda nas fases difíceis também. Sou mais feliz por tê-los por perto!

Ao companheiro de jornada acadêmica Rafael Costa, minha sincera gratidão pelos diálogos, pelos afetos e pela torcida, seguimos juntos escrevendo a história da nossa dinastia no curso de Jornalismo. À amiga Erilene Firmino, que me ajudou a ser uma jornalista melhor e, hoje, zela pelo meu texto acadêmico, também deixo meu obrigada, pois, com generosidade, está sempre disposta a me ouvir, me aconselhar e a ler meus alfarrábios.

Agradeço ainda, com muito carinho, à irmã que o curso de Jornalismo me deu, Adriana Martins, que há 18 anos segura minha mão em todos os momentos, sendo meu porto seguro na vida e de quem espero nunca me perder.

Agradeço aos meus irmãos Marcos Antônio, Francisco Marcondes e Carlos Magno, que desde a graduação me apoiaram na construção da minha carreira, primeiro como jornalista e, depois, como professora.

E, por fim, deixo os agradecimentos mais especiais para os responsáveis por tudo: minha mãe, Mirtes Maria, também conhecida como princesa, uma fã incondicional do meu trabalho. E meu pai, Célio Pereira, que não pôde ver essa tese terminar, mas sempre se orgulhou de mim. Obrigada por tudo!

Ah, e para finalizar de fato, preciso mencionar os meus animais, Celeste, Pedro, Fofinha, Branquinha e Pickles que, literalmente, ficaram ao meu lado na escrita desta tese, ora me fazendo rir, ora me fazendo raiva, mas sempre ali com os buchos à disposição para um cheiro.

Listen
I believe everything we dream
Can come to pass through our union
We can turn the world around
We can turn the earth's revolution
We have the power
People have the power

Patti Smith
People Have The Power (Dream of Horses, 1988).

RESUMO

Nossa pesquisa se insere na tradição de estudos que investigam as transformações no mundo do jornalismo (MICK, LIMA, 2013; FÍGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; LELO, 2019; NICOLETTI, 2020) e na corrente de pesquisas ancoradas no binômio comunicação e trabalho (FÍGARO et al, 2020; 2021a; 2021b; BARROS et al, 2020; 2021; MOLIANI, 2020), que considera o trabalho e a linguagem, a comunicação, como atividades centrais para a constituição do ser humano como ser social. Nosso intuito foi investigar como jovens egressos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará são afetados pelas mudanças produtivas no trabalho jornalístico. Optamos em investigar a atividade laboral de jovens profissionais por serem a maioria no mundo do trabalho jornalístico (MICK; LIMA, 2013) e estarem mais suscetíveis à volatilidade da profissão. Para tanto, buscamos na Ergologia e no conceito de dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) aporte teórico e metodológico para identificar se os jovens jornalistas mobilizam novos saberes e valores profissionais e performam um ethos jornalístico divergente do apresentado na deontologia moderna da profissão (TRAQUINA, 2005a). A partir de uma visada dialética proveniente do materialismo histórico (MARX, 2014; ANTUNES, 1999; 2018), do método ergológico do dispositivo dinâmico de três polos (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) e da análise do discurso (ORLANDI, 2001; PÊCHEUX, 2015; BRANDÃO, 2012) relacionamos as atividades singulares de trabalho de jovens jornalistas com a particularidade das mudanças produtivas globais e tensionamos os preceitos deontológicos tradicionais do jornalismo, ancorados na modernidade e no iluminismo (MORETZSOHN, 2013; TRAQUINA, 2005b), com a realidade laboral de jovens jornalistas localizados em um mercado midiático distante dos grandes centros nacionais. Para ter acesso ao mundo do trabalho dos egressos da UFC, aplicamos um questionário junto a 202 profissionais graduados entre os anos de 2014 e 2018. Obtivemos 131 repostas que nos possibilitaram identificar que as mulheres solteiras e sem filhos são maioria entre os sujeitos pesquisados e atuam em diferentes cargos e funções, na mídia e fora dela, com contratos de trabalho estáveis e exercendo a polivalência. Desenhado esse perfil, selecionamos, a partir de uma triangulação de dados, 13 jovens para a segunda etapa de pesquisa, marcada pela realização de entrevistas semiestruturadas mediadas por uma plataforma digital. Como resultados, identificamos que as(os) jovens jornalistas vivem dramáticas do uso de si relativas à gestão do tempo; às mudanças advindas com a pandemia da covid-19; à gestão de si pelos outros; ao ser mulher no mundo do trabalho e à precarização. Elas e eles também estabelecem um movimento dialético de aproximação e distanciamento da deontologia moderna, que sugere a emergência de uma deontologia alternativa para o jornalismo, a qual possibilita a construção de novos ethé para a profissão, dentre os quais está o ethos de jornalista polivalente, que atravessa as identidades singulares das(os) jovens amparadas nas atividades concretas de trabalho.

Palavras-chave: Comunicação e Trabalho. Jornalismo. Dramáticas do uso de si. Deontologia. Ethos.

ABSTRACT

Our research is part of the tradition of studies that investigates changes in the world of journalism (MICK, LIMA, 2013; FÍGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; LELO, 2019; NICOLETTI, 2020) and the line of researches anchored in the binomial communication and work (FIGARO et al, 2020; 2021a; 2021b; BARROS et al, 2020; 2021; MOLIANI, 2020), which considers work and communication as central activities for the constitution of the human being as a social being. Our aim was to investigate how young graduates from the Journalism course at the Federal University of Ceará are affected by changes in production modes in journalistic work. We chose to investigate the work activity of young professionals because they are the majority in among journalism workers (MICK; LIMA, 2013) and are more susceptible to the profession's volatility. In order to do so, we seek theoretical and methodological support in Ergology and in the concept of dramatic use of oneself by oneself and of oneself by others (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) to identify whether young journalists mobilize new knowledge and professional values and perform a journalistic ethos different from those presented in the modern deontology of the profession (TRAQUINA, 2005a). Based on a dialectical approach from historical materialism (MARX, 2014; ANTUNES, 1999; 2018), the ergological method of the three-pole dynamic device (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) and discourse analysis (ORLANDI, 2001; PÊCHEUX, 2015; BRANDÃO, 2012) we relate the uniques work activities of young journalists with the particularity of global changes in modes of production and tension the traditional deontological precepts of journalism, anchored in modernity and enlightenment (MORETZSOHN, 2013; TRAQUINA, 2005b), with the work reality of young journalists placed in a local media market. To access the working world of UFC graduates, we applied a questionnaire answered by 202 professionals who graduated between 2014 and 2018. We obtained 131 responses that allowed us to identify that single women without children are the majority among the subjects surveyed. They work in different positions and functions in and out of media industry, with stable employment contracts and engaging in multipurpose activities. Having drawn this profile, we selected, from a data triangulation, 13 young people for the second stage of research, marked by the conduction of semi-structured interviews mediated by a digital platform. As a result, we identified that young journalists live dramatic use of themselves related to time management; to the changes caused by the Covid-19 pandemic; to self-management by others; to being a woman in the world of work and its precariousness. They also establish a dialectical movement of approximation and distancing from modern deontology, which suggests the emergence of an alternative deontology for journalism, which enables the construction of new ethé for the profession, including the ethos of a multipurpose journalist, that crosses over young professionals individual identities, based on concrete work activities.

Keywords: Communication and Work. Journalism. Dramatic use of oneself. Deontology. Ethos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

2. COMUNICAÇÃO E TRABALHO: AS FACES DE UM BINÔMIO TEÓRICO.... 23

2.1 Em busca de um lugar epistemológico..... 23

2.2. A face materialista e a centralidade do trabalho..... 25

2.2.2. Novos meios de produção e de comunicação..... 38

2.3 A face ergológica e as dramáticas do uso de si..... 42

2.3.1 A linha axiológica..... 47

2.4 A linguagem como aporte para a entrada no mundo do trabalho..... 49

2.4.1 Uma abordagem discursiva..... 54

2.4.2 O ethos como identidade de trabalho..... 59

3. O JORNALISMO COMO ATIVIDADE SOCIAL E SINGULAR..... 68

3.1 O jornalismo e a produção de conhecimento sobre a singularidade..... 68

3.2 O jornalismo sob o ponto de vista da Ergologia..... 78

3.2.1 As teorias hegemônicas do jornalismo..... 81

3.3 O tempo e a rotina no mundo do jornalismo..... 88

3.4 Os princípios valorativos do jornalismo..... 94

3.4.1 O domínio da objetividade e sua problematização..... 100

3.5 Os saberes instituídos do jornalismo..... 105

3.5.1 Novos saberes para o jornalismo..... 110

3.6 O ethos jornalístico moderno..... 114

4. O MUNDO DO TRABALHO DE JOVENS JORNALISTAS CEARENSES..... 122

4.1 Quem habita o mundo do trabalho do jornalismo?..... 122

4.1.1 Um lugar habitado por jovens..... 127

4.2 Adentrando o mundo de jovens jornalistas cearenses..... 130

4.3 Características sociais de jovens jornalistas cearenses no mundo do trabalho....135

4.4 Dados sobre o processo formativo de jovens jornalistas cearenses..... 137

4.5 Dados sobre o trabalho profissional de jovens jornalistas cearenses..... 153

4.5.1 Os deslizamentos profissionais no mundo do trabalho do jornalismo..... 157
4.5.2 As condições materiais do trabalho de jovens jornalistas..... 178
4.5.3 Percepções subjetivas de jovens jornalistas sobre o trabalho..... 186
5. AS DRAMÁTICAS DO USO DE SI DE JOVENS JORNALISTAS CEARENSES..... 199
5.1 A entrevista como técnica para se conhecer a atividade de trabalho..... 199
5.1.1 A construção da amostra..... 205
5.1.2 A entrevista mediada por novos dispositivos comunicacionais..... 210
5.2 À guisa de introdução analítica..... 217
5.3 O tempo como dramática do uso de si..... 222
5.4 A pandemia como dramática do uso de si..... 235
5.4.1 O controle do trabalho..... 243
5.4.2 Responsabilidade social do jornalista..... 245
5.5 As dramáticas da gestão de si e da gestão de si pelos outros..... 248
5.6 As dramáticas do uso de si do ser mulher..... 260
5.7 A precarização como uma dramática do uso de si silenciosa..... 267
6. A DEONTOLOGIA DO JORNALISMO SOB O PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE DE TRABALHO..... 272
6.1 Os valores jornalísticos tradicionais e o os novos valores..... 272
6.2 Os saberes jornalísticos..... 283
6.3 Os ethé discursivos e as identidades singulares de trabalho..... 291
6.4 Podemos falar em uma nova deontologia para o jornalismo?..... 307
7. Considerações finais..... 313
REFERÊNCIAS..... 318

1. INTRODUÇÃO

Hoje o jornalista enfrenta um pesado fardo, um momento que é um ataque sistémico, né, por parte de outras instituições, de outras esferas, ao jornalista e à profissão de jornalista. (...) é um plano de desqualificação do jornalista, justamente porque o jornalista é essa ferramenta, né, de equilíbrio social, de disseminar a justiça. (...) As empresas jornalísticas precisam rever a relação que têm com seus profissionais, né? Tipo, as empresas jornalísticas foram...são responsáveis pela desqualificação desses profissionais, desses jornalistas. (...) Hoje em dia a cobrança por audiência, né, ela tá em números, ela tá ali, em balanços, e semanalmente eu tenho acesso a eles, e eles cobram. O que impede essa mesma empresa jornalística que, tipo, que não dá condições desse profissional se qualificar, que não dá condições de liberdade desse profissional explorar novas formas de contar... Se essa empresa jornalística tá cada vez mais ligada a números e audiência, ela pode trocar um profissional como eu por um Instagrammer que tem 10 mil pessoas, dez mil assinantes num canal, por exemplo. As empresas vão querer números e eu vou ser substituído por um adolescente qualquer que fala a linguagem da Internet, do Tik Tok. Já vieram falar isso pra mim, já disseram pra eu assistir vídeos de Tik Tok e aprender a falar como Tik Tok. Obviamente eu olhei pra pessoa com cara de reprovação, a sorte é que eu tava de máscara, né, então não dá pra ver a minha cara de desprezo a essa pessoa. Eu acredito que o jornalismo tá fodido. (JORNALISTA 11, 2021).

Esse jornalista, de 39 anos de idade e seis de profissão, formado em 2016 no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, desenha, a partir de sua experiência singular como repórter em um grande veículo de comunicação cearense, um cenário marcado por pressões de diferentes agentes sociais. Os agentes políticos atacam o jornalismo porque é um meio de manter o equilíbrio social. A própria empresa jornalística ataca a profissão e o jornalista por não lhe proporcionar meios e formas para se qualificar e exercer o trabalho da melhor maneira. Ao contrário disso, a empresa investe em métricas de audiência que pressionam o jornalista a ser cada vez mais produtivo, a ter um desempenho que pode ser medido e quantificado em *views* (visualizações) e em *likes* (curtidas).

Por fim, esse jornalista sente-se pressionado por outros agentes comunicacionais e tem receio de que, no futuro, o mundo do jornalismo seja povoado por influenciadores e produtores de conteúdo, pessoas que considera desqualificadas para o ofício informativo. Ou seja, ele teme a invasão do jornalismo pelos "bárbaros" da comunicação, o que só será possível com uma abertura ainda maior das fronteiras da profissão motivadas não só pelas transformações sociais, mas pelas mudanças da atividade jornalística.

Os ataques ao jornalismo elencados pelo profissional mostram como a atividade jornalística é interpelada por forças heterogêneas internas e externas ao mundo jornalístico que incidem diretamente na labuta da pauta informativa e pressionam os trabalhadores da notícia em suas tomadas de decisões. No caso do jornalista 11, um dos participantes de nossa pesquisa,

a defesa do profissionalismo é a postura possível diante deste cenário. Essa posição é coerente com os preceitos que dão corpo à deontologia moderna da profissão (TRAQUINA, 2005a), uma força centrífuga que também incide sobre o trabalho por meio de referenciais normativos baseados em valores e saberes acordados tacitamente ao longo da história entre os sujeitos que integram o mundo do jornalismo. Ao defender as fronteiras da profissão contra os invasores da comunicação ou ao se sentir preterido pela valorização das métricas de audiência, o egresso da UFC nos revela uma **dramática do uso de si por si mesmo e de si pelos outros** (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007; SCHWARTZ, 2011) vivida na realização de sua atividade de repórter.

A dramática do uso de si é uma história singular de trabalho que se conecta à história coletiva de outros trabalhadores. É marcada pelo debate de normas e valores entre o sujeito da ação, e os outros, identificados na fala do jornalista 11 como agentes políticos, comunicacionais e a própria empresa jornalística. O que as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros nos dizem enquanto categoria teórica é que o ser humano é sempre normativo. As métricas despontam na fala do jornalista 11 como normas antecedentes para o trabalho de jornalismo, ou seja, como um modo de agir existente independentemente do próprio trabalhador, as quais se forjam sobre valores, afinal, como lembram Durrive (2018), toda experiência humana significa colocar à prova os valores prezados por um indivíduo, e o que o jornalista 11 diz nas entrelinhas de sua fala é que os valores que guiam essa metrificação não se alinham com os valores que ele considera legítimos para a profissão.

Os valores são apreendidos pelas relações sociais, portanto, não são criados voluntariamente por cada indivíduo, contudo, são retrabalhados em nossas decisões cotidianas. Sendo assim, estão no cerne do debate de normas das dramáticas do uso de si. A compreensão dessas dramáticas é uma maneira de olhar para as condições de trabalho singulares e compreender os processos globais, movimento metodológico e teórico característico do que Duraffourg (2007, p. 58) considera como o "ponto de vista do trabalho". Foi dessa posição epistemológica que partimos para entender as mudanças das atividades de trabalho jornalísticas.

Essas metamorfoses já foram descritas, tensionadas e narradas por pesquisas científicas e por jornalistas em eventos da área, em produtos midiáticos[1] e até em mesas de bar, um local por excelência onde jornalistas se reúnem para reclamar do trabalho, revelando suas dramáticas entre um causo e outro. Considerada uma profissão de fronteiras (RUELLAN, 2017; DEUZE; WITSCHGE, 2015), o jornalismo contemporâneo enfrenta investidas econômicas, sociais e

[1] O podcast "Vida de Jornalista" é um bom exemplo de comunicação sobre o trabalho em que se pode identificar o entrelaçamento das dramáticas do uso de si. Para mais informações: https://vidadejornalista.podbean.com/. Acessado em 01 de abril de 2022.

políticas que afetam seu relevo e suas estruturas mais densas de modo que ele adentra em uma espiral de crises multidimensionais (CHRISTOFOLETTI, 2019).

Os valores, os saberes e o ethos jornalístico modernos preservados na cultura profissional parecem não ter a mesma substância que antes suportava as atividades de trabalho e de pesquisa sobre o jornalismo e oferecia o elã para a vida de trabalho e para as identidades dos jornalistas, os quais encontram-se pressionados pela precarização e flexibilização impostas pelo sistema produtivo (FÍGARO, NONATO e GROHMANN, 2013; ANTUNES, 1999; HUWS, 2017; RIBEIRO, 2014;) e buscam saídas arranjando-se de modo alternativo e/ou independente em coletivos de trabalho sediados na internet (FÍGARO et al, 2018; 2021). É essa conjuntura que determina as dramáticas dos profissionais de jornalismo na contemporaneidade, os quais já não são mais tão reconhecidos por suas habilidades com as palavras, atitudes intrépidas e pela caneta e bloco de papel como principais ferramentas de trabalho.

Muitas mudanças já surgiram e desestabilizaram a imagem paradigmática erigida quando o jornalismo impresso era o nodo central da profissão. Um ethos jornalístico popularizado pelas fábulas televisivas e cinematográficas, em que o jornalista, sintetizado na figura do repórter, costuma sacrificar sua vida pessoal e agir de forma abnegada em prol de um bem maior para a humanidade. O herói é uma figura mítica presente em diferentes culturas com o intuito de oferecer modelos de ação e comportamento. Apesar de ser um arquétipo poderoso, há sempre o risco de um herói ser tornar anacrônico frente às transformações históricas e culturais. No caso do jornalismo, a precarização da profissão a reboque das inúmeras alterações produtivas instauradas na virada do século XXI estão destituindo o jornalista desse lugar romântico (LAGO, 2002), heroico da modernidade (TRAQUINA, 2005a) e o relegando ao estatuto de um profissional cansado (ADGHIRNI, 2005), cínico (FÍGARO, NONATO E GROHMANN, 2013) e precarizado (NICOLETTI, 2020).

O jornalista integra a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999) e como tal está sujeito às intempéries materiais e simbólicas que atingem o mundo laboral, como a polivalência de funções, a intensificação da jornada de trabalho (ANTUNES, 2018), a mediação digital do trabalho (GROHMANN, 2020; VAN DIJCK; POELL; DE WALL, 2018) e a imbricação da ideologia e da racionalidade neoliberais na subjetividade do trabalhador (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; DARDOT; LAVAL, 2013). Essas transformações no mundo do trabalho podem desorientar os jornalistas, sobretudo os jovens que estão adentrando o mundo do trabalho. Em razão disso foi que surgiu nossa pergunta de partida de pesquisa: Quais dramáticas as jovens e os jovens jornalistas vivem em razão das transformações no mundo do trabalho?

Será que essas dramáticas do uso de si modificam os saberes, os valores e o ethos da profissão historicamente instituídos pela deontologia moderna?

Como docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, meu trabalho é lecionar saberes e valores relativos à profissão jornalística e à produção científica para jovens de perfis heterogêneos que creditam ao trabalho a independência financeira e social. A convivência com os alunos em sala de aula, o acompanhamento dos dilemas vividos durante o período de estágio (SILVA, 2021) e mesmo a observação do desenvolvimento de suas carreiras após o curso, gradativamente, despertaram minha curiosidade para saber onde e como trabalhavam os egressos do curso e se o que estavam fazendo era de fato jornalismo.

Essas indagações me fizeram questionar os conhecimentos que fundamentam a profissão, ainda calcados na deontologia moderna do jornalismo (TRAQUINA, 2005a), na centralidade do impresso e, à primeira vista, distantes de uma realidade de trabalho em mutação, tensionada pelas métricas, pelas plataformas de redes sociais, pela mobilidade e ubiquidade das tecnologias, pelo enxugamento dos postos de trabalho nos veículos de mídia locais, pela hibridização do jornalismo com o marketing e a publicidade e pelo espraiamento de desinformação por agentes políticos.

A escolha em investigar o trabalho de jovens foi motivada pelo fato de serem maioria no jornalismo nacional (MICK; LIMA, 2013; FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013), o qual é habitado por jovens mulheres, brancas, solteiras, que desempenham múltiplas funções no trabalho e mantém vínculos laborais precários. É um público que está mais suscetível à ebulição econômica e social que abala as certezas e estabilidades do mundo do trabalho, afinal, são trabalhadoras e trabalhadores que, a despeito de terem 20 ou 30 anos, ainda estão em início de carreira e, portanto, dispostos a quase tudo, inclusive à exploração de sua força de trabalho em troca de experiência e permanência no mundo do jornalismo (LELO, 2019). Mas, ao mesmo tempo, são também uma potente força criativa capaz de transformar a realidade.

Para entender o trabalho de jovens jornalistas foi preciso saber onde e como trabalhavam e, assim, ter mais discernimento sobre um dilema que acompanha estudantes de graduação desde a entrada no curso e pode ser resumido na seguinte indagação: “onde vou trabalhar?” A redação foi o lugar por excelência da produção noticiosa em todo o século XX, sendo também um *locus* de interesse das pesquisas sobre o jornalismo, tornando-se um campo empírico para a extração dos saberes sobre a profissão, a despeito da existência de jornalismos feitos às margens das redações das grandes organizações de mídia (DEUZE; WITSCHGE, 2015).

Contudo, a chegada do século XXI, com as reestruturações produtivas, fizeram com que muitos jornalistas se deslocassem das redações para outros lugares nos mundos do jornalismo

e da comunicação. Esse movimento quase diaspórico implicou em uma ressignificação do sentido de lugar seguro para o jornalismo, repercutindo na identidade e no ethos da profissão, comumente associados ao trabalho nas grandes organizações de mídia. O ofício de jornalista passou a ser performado de forma mais visível nas fronteiras da profissão, em arranjos de trabalho alternativos e/ou independentes aos grandes conglomerados de mídia (FÍGARO et al, 2018; FÍGARO et al, 2021b; COSTA et al, 2020).

Esses são alguns dos territórios laborais no mundo do trabalho dos jornalistas que servem de cenário para as dramáticas do uso de si vividas pelos egressos da UFC e de referência para as identidades de trabalho construídas por eles. Diante disso, desenhamos como objetivo central de nossa pesquisa: **Conhecer as dramáticas do uso de si de jovens jornalistas cearenses em um contexto de transformações no mundo do trabalho.** Especificamente, nos propomos a descrever as atividades de trabalho exercidas por jovens jornalistas e problematizá-las à luz da deontologia moderna do jornalismo. Ambicionamos ainda identificar quais são os saberes dos quais os jovens se investem para realizar o trabalho e como estes se relacionam com o saber-fazer tradicional ao jornalismo. Também tivemos interesse em descobrir quais valores jornalísticos sustentam o trabalho dos jovens jornalistas e tensioná-los à deontologia moderna da profissão. E, por fim, elencamos como objetivo particular analisar os ethé[2] discursivos de jovens jornalistas e como estes se relacionam com o ethos moderno da profissão.

Esses objetivos específicos se assentaram sob hipóteses elaboradas a partir do entrecruzamento de observações empíricas assistemáticas com a imersão nos conhecimentos resultados de estudos sobre o mundo do trabalho do jornalismo e sobre os saberes da profissão. Consideramos como hipóteses que: **as jovens e os jovens jornalistas vivem dramáticas do uso de si mobilizadas pela realização de novas atividades de trabalho que requerem ancoragem em novos saberes e valores para a profissão**. E consequentemente, **as jovens e os jovens jornalistas expressam novos ethé jornalísticos a partir das atividades que realizam, os quais diferem do ethos jornalístico moderno.**

As construções hipotéticas nos acompanharam na ida ao campo e no desenvolvimento da dimensão teórica da pesquisa, como uma bússola apontando para uma direção, mas nos deixando livres para construir o percurso possível, aquele que nos levasse ao destino de nossa pesquisa científica: a produção de conhecimento crítico sobre uma realidade social. Para repousar nesse lugar epistemológico, seguimos nossa trajetória orientadas pelo mapa teórico e metodológico do binômio comunicação e trabalho, o qual tem como premissa central a assunção

[2] Plural da palavra ethos.

de que o trabalho e a comunicação são inerentes à constituição social e de que o trabalho pressupõe da comunicação para se materializar.

O binômio comunicação e trabalho é forjado por Fígaro (2008b) sob uma visada pluridisciplinar entre o materialismo histórico-dialético, a ergologia e a linguagem, conclamadas para entender as atividades humanas de comunicação e de trabalho como concretas e objetivas, e capazes de permitir ao ser humano constituir-se como sujeito único/singular e que se realiza na interseção com o social (FIGARO, 2009, p. 03). Aqui enfatizamos que da abordagem ergológica, Fígaro (2009) retira os fundamentos para a elaboração de um campo de estudos dialético que olha para os fenômenos de comunicação e de trabalho em um movimento que vai do macro ao microssocial, e que tem nas dramáticas do uso de si a síntese dessa relação.

> O sujeito no trabalho coloca-se por inteiro em atividade. Trabalhar, no sentido ergológico, é gerir um conjunto de fatores presentes em um determinado momento e espaço, em benefício de um objetivo a construir. Para Schwartz "trabalhar, é gerir" (2003). É administrar-se como sujeito em atividade, ou seja, fazer uso de si como *corpo físico* e como corpo si. *Corpo* físico que apreende o conjunto de forças que propicia a vida, a condição de Ser Vivo que se relaciona com seu meio físico. E *corpo-si* como história pessoal, a herança cultural, a consciência, a razão particular contida em cada ato. Na atividade de trabalho o corpo-si revela-se como um ser particular e um ser social. Revela o *si* como o próprio e o *si* contribuição do outro que reside na nossa história. D*ramáticas do uso de si por si mesmo e por outro é* o uso que fazemos de nós mesmos e o uso que *o outro* (Schwartz, 2003) faz de nós para a execução do trabalho. *Dramática* porque existe o movimento entre norma prescrita, infidelidade do meio, renormalização e atividade singular (FÍGARO, 2009, p. 04. Grifos no original).

Na esteira dessa proposta, orientamos nossa pesquisa pelo método proveniente da Ergologia, ilustrado pelo dispositivo dinâmico de três polos. Neste desenho metodológico, um polo é ocupado pelos saberes científicos, outro pelos saberes da experiência dos trabalhadores e o terceiro compete aos novos saberes resultantes dos confrontos entre os saberes dos polos anteriores. Sendo assim, nos munimos de conhecimentos sobre o trabalho da vertente materialista-histórica (LEFEBVRE, 2009; MARX, 2010; ANTUNES, 1999; 2018) e daqueles oriundos dos estudos em jornalismo (GENRO FILHO, 2012; RODRIGUES DE SOUZA, 2020; PONTES, 2017; FÍGARO et al 2021) para confrontar a realidade expressa pelos saberes de experiência dos jovens jornalistas, os quais se tornaram acessíveis pela linguagem, ou seja, pela comunicação sobre o trabalho (BOUTET, 2006; FIGARO, 2008b).

A linguagem é uma dimensão necessária aos estudos em comunicação e trabalho, pois possibilita o acesso às atividades dos trabalhadores e às suas transformações, afinal, a palavra também materializa as mudanças sociais (FÍGARO, 2008b). A abordagem teórico-metodológica do binômio comunicação e trabalho possibilita a articulação dos conceitos de trabalho, linguagem e comunicação como elementos que estão no cerne do saber/fazer humano.

Um conhecimento que, no jornalismo, é atravessado pela historicidade das técnicas, das normas, dos valores e dos sentidos que o trabalho noticioso assume.

A linguagem entra em cena também para desvendar a trama de significados que o trabalho comporta, sendo a Análise do Discurso a corrente teórica e metodológica que melhor adere aos intentos do binômio comunicação e trabalho e, consequentemente, da nossa pesquisa, de se debruçar sobre a dimensão ideológica do trabalho. A Análise do Discurso (FIORIN, 1998; ORLANDI, 2001; PÊCHEUX, 2015) viabiliza a compreensão das práticas dos sujeitos e tomadas de posição que realizam ao se implicarem discursivamente na profissão e assim desenharem suas identidades, que podem coincidir ou colidir com o ethos jornalístico moderno.

Mas para chegar até as identidades dos jornalistas é preciso partir da análise de suas atividades de trabalho, as quais podem ser observadas por meio de estudos *in loco* nos ambientes laborais ou ser apreendidas/narradas em entrevistas. Em nossa pesquisa, a diversidade de lugares de trabalho em que os jovens jornalistas poderiam estar inviabilizou a realização de um estudo observacional direto da realidade laboral[3], nos deixando, portanto, a opção de acessar o mundo do jornalismo pela comunicação sobre o trabalho dos jovens materializada em entrevistas semiestruturadas.

Diante disso, precisamos realizar escolhas metodológicas, como definir uma amostra de sujeitos que seriam participantes da pesquisa. O tempo foi nosso primeiro marcador amostral, com a definição de um universo de pesquisa formado por jovens graduados entre os anos de 2014 e 2018. Esse recorte corresponde ao momento em que ingressei como professora efetiva do curso, na área de Jornalismo Multimídia e Convergência Midiática, e, ao período em que me afastei da UFC para iniciar os estudos no doutorado. Portanto, pude participar da formação de muitos dos 202 estudantes que concluíram o curso neste intervalo.

Entre os instrumentos metodológicos disponíveis, as pesquisas em comunicação e trabalho costumam recorrer à aplicação de questionário, demarcando uma fase quantitativa do campo, e às entrevistas em profundidade como técnicas de coleta de dados explorados na fase qualitativa. A combinação de técnicas diferentes em uma mesma pesquisa, "permite a composição de amostras recolhidas de ambientes de trabalho diferentes e em diferentes tempos e espaços" (FÍGARO, 2014, p. 129), estrategicamente relevantes para a identificação de mudanças no mundo do trabalho sob análise e para a superação de obstáculos decorrentes do contexto social em que a pesquisa acontece, a exemplo do que enfrentamos com a pandemia.

[3] Caso essa variedade de lugares não fosse um impedimento, a pandemia da covid-19, instaurada em março de 2020, seria outro empecilho a essa presença nos ambientes de trabalho no jornalismo.

Decidimos recorrer à triangulação, por meio da aplicação de entrevista e questionário, com o intuito de conhecer as mudanças no mundo do jornalismo a partir das vivências de jovens jornalistas, delineando um estudo de caráter exploratório (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). A inexistência de estudos sobre egressos do Curso de Jornalismo realizados pela Universidade Federal do Ceará nos obrigou a empreender um movimento para identificar a feição social e formativa, além das características do trabalho, junto a esse público, por meio da aplicação de questionário. O objetivo foi assim lançar mão de diferentes recursos para provocar a emergência de falas das(os) investigadas(os) que revelassem as dimensões objetivas e subjetivas de suas atividades. Entrevista e questionário são técnicas complementares (THIOLLENT, 1980), por isso, aplicamos, via e-mail e plataformas de redes sociais, um questionário online junto aos 202 egressos do Curso de Jornalismo da UFC, que se graduaram entre 2014 e 2018.

Composto por 78 questões, o questionário foi organizado com vistas ao cumprimento dos objetivos da pesquisa e nos retornou dados que foram apresentados por meio de gráficos e quadros, revelando a dimensão quantificável do perfil desses profissionais. Informações essas que foram analisadas qualitativamente, obedecendo assim ao delineamento definido para nossa pesquisa. A partir desse levantamento, tomamos ciência de que o mundo dos jovens egressos da UFC é composto majoritariamente por mulheres solteiras e sem filhos que se situam num espectro político de esquerda; são católicas(os); moram com pais e outros familiares; são filhas(os) da classe-que-vive-do-trabalho e não estão engajadas(os) em movimentos políticos e/ou sociais. A descrição analítica dos dados desta etapa nos propiciou definir a amostra para as entrevistas, as quais se deram após a aprovação da pesquisa, no ano de 2019, pelo Comitê de Ética da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo, por meio da plataforma Brasil.

As(os) jovens foram selecionadas(os) por amostragem não-probabilística e de representatividade social (LOPES, 2005) a partir de uma triangulação de dados construída com o cruzamento das categorias: idade, tipo de atividade realizada e satisfação com o trabalho. Excluímos da costura de dados quem não respondeu à questão sobre satisfação no trabalho e que não realizava atividades no mundo do jornalismo e da comunicação. Além disso, as jovens mulheres foram maioria na seleção de participantes para manter coerência com a realidade e não realizar o apagamento das trabalhadoras já tão invisibilizadas pela divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2005). Adotamos princípio semelhante para a categoria “satisfeitos”, que apresentou o maior número de respondentes. Os cruzamentos nos auxiliaram na definição de 13 jovens com perfis e experiências de trabalho diversos.

Figura 1 - Amostra de participantes para entrevistas



Fonte: autoria própria

A definição do número de participantes foi orientada pela viabilidade, afinal, por se tratar de entrevistas densas, retornariam um grande volume de dados, que demandariam tempo para serem organizados e analisados. Cientes disso, iniciamos a segunda etapa empírica da pesquisa com a realização das entrevistas semiestruturadas, durante os meses de março e abril de 2021, as quais ocorreram com a mediação de uma plataforma digital. Com o auxílio da aplicação Google Meet realizamos as 13 entrevistas a partir de um roteiro pré-definido com perguntas que visavam atender aos objetivos da pesquisa e foram divididas em quatro eixos temáticos: Atualização de dados sobre o trabalho; Trabalho na pandemia; Descrição da atividade de trabalho; Problematização do ethos jornalístico, dos saberes e valores para o trabalho e Sentimentos, desejos, sonhos e realizações.

Cada entrevista teve, em média, duas horas de duração e, depois de transcritas, resultaram em um arquivo com 650 páginas que foram lidas a partir das visadas discursiva e ergológica, possibilitando conhecer as dramáticas do uso de si vividas pelas(os) jovens e relacioná-las, de forma intertextual, aos valores sociais e jornalísticos, aos saberes profissionais e ao ethos que integra a deontologia moderna da profissão.

Os dados obtidos com a empiria são o clímax da investigação e não devem prescindir de uma articulação teórica e epistemológica, que são predominantes nos dois primeiros capítulos de nossa tese. No segundo capítulo, apresentamos o binômio comunicação e trabalho por meio da discussão do trabalho baseada no materialismo histórico-dialético e na ergologia e, da comunicação relacionada à linguagem e ao discurso. O que nos permitiu apresentar as categorias para a análise dos dados: as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007; SCHWARTZ, 2011), as formações discursivas e ideológicas (ORLANDI, 2012; PÊCHEUX, 2015) e o ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2008; 2020).

No terceiro capítulo, construímos um movimento teórico e metódico a partir dos conhecimentos produzidos sobre o jornalismo e do dispositivo dinâmico de três polos da ergologia. Problematizamos a hegemonia do viés funcionalista nos estudos de jornalismo e nos filiamos a uma visada materialista proposta por Adelmo Genro Filho (2012), que entendia o jornalismo como uma produção de conhecimento sobre a singularidade. O quarto capítulo tem uma feição técnica e teórica, pois descreve a primeira inserção no campo empírico e apresenta os dados obtidos interrelacionando-os com pesquisas anteriores sobre o trabalho jornalístico, como as realizadas por Fígaro, Nonato e Grohmann (2013); Mick e Lima (2013); Fígaro et al (2018; 2020; 2021b); Lelo (2019); Nicoletti (2020) e o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021.

O quinto capítulo se inicia com uma discussão sobre a entrevista como técnica de investigação das atividades de trabalho; segue problematizando o uso de plataformas digitais para a realização do trabalho científico e explicando como se deu a construção da amostra de sujeitos entrevistados para, enfim, abrir espaço para as análises discursivas das entrevistas. As falas das(os) jovens jornalistas são examinadas com vistas a trazer para a superfície textual as dramáticas do uso de si, as formações discursivas e ideológicas que os enunciados evocam e as pistas sobre os ethé desses profissionais.

No sexto capítulo, seguimos tratando os dados de modo discursivo em busca dos saberes, valores e ethos jornalístico nas comunicações sobre o trabalho de cada jovem jornalista. O que nos possibilitou tecer considerações sobre a existência de índices de uma deontologia emergente, alternativa, mobilizada pelas transformações das atividades de trabalho no jornalismo, que convive com a atualização da deontologia moderna da profissão.

Nas considerações finais, arrematamos os achados da pesquisa refletindo sobre como a investigação das atividades concretas de trabalho pode colaborar para a educação crítica dos jornalistas a partir de uma práxis pedagógica, provendo saberes instituídos que podem auxiliar na construção de uma vida de trabalho mais autônoma e no exercício de uma práxis jornalística pelos jovens profissionais.

2. COMUNICAÇÃO E TRABALHO: AS FACES DE UM BINÔMIO TEÓRICO

Neste capítulo, faremos uma incursão sobre os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos que estão no cerne do binômio comunicação e trabalho. Essa perspectiva ancora-se na ideia da centralidade da comunicação no mundo do trabalho, e na compreensão da atividade humana como atividade de trabalho, preceito advindo da Ergologia. Os estudos sobre o trabalho a partir da comunicação encontram acolhida há 20 anos no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), situado na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Atuando como um difusor do binômio comunicação e trabalho, o CPCT produz pesquisas coletivas que investigam as transformações no mundo da comunicação e do jornalismo a partir do ponto de vista da atividade.

Nossa pesquisa insere-se no rol de produções alicerçadas no binômio comunicação e trabalho, dialoga com os estudos acolhidos pelo CPCT e tem como objetivo social fomentar outros estudos ancorados nesta tradição nos planos local (Ceará) e regional (Nordeste). Daí a importância de realizarmos, neste primeiro capítulo, uma retrospectiva teórica e metodológica dos alicerces fundacionais da comunicação e trabalho, que podem ser resumidos em três eixos: o trabalho sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético; a atividade humana pelo viés da Ergologia e a linguagem como atividade humana e de trabalho.

2.1 Em busca de um lugar epistemológico

A Ciência enquanto campo social não pode ser apartada do tempo e do lugar em que é praticada. O pensamento científico e as conclusões e materialidades dele decorrentes são históricas e, como tais, atendem a uma visão de mundo e a interesses sociais específicos. Seja nas Ciências Exatas ou nas Sociais, essa historicidade, também entendida como o movimento da realidade (LEFEBVRE, 2009, p. 32), incide sobre o discurso científico mobilizando tensões, disputas e atualizações que não se restringem ao contexto da produção e adentram os paradigmas que norteiam o pensamento científico.

No presente, as condições de produção da Ciência sofrem interferências, sobretudo do campo político, que visam a desconstrução da autoridade do discurso científico. Essa disputa fica evidente com a popularização do terraplanismo; com os questionamentos da eficácia das vacinas, com a negação da pandemia da covid-19 e até mesmo com a perseguição e ameaças

contra a vida de cientistas[4]. Apesar de não se tratar de discursos hegemônicos, a emergência da retórica "anticientífica" tem consequências concretas para os trabalhadores da ciência, como a diminuição gradativa de investimentos provenientes do Estado, em especial para investigações cujas orientações epistemológicas questionem o contexto estabelecido.

Entender as disputas de poder que circundam ou se entranham no campo científico é crucial para o pesquisador, principalmente aquele situado no campo das Ciências Sociais, onde os objetos de estudo são dinâmicos e mutáveis exatamente porque expressam movimentos da história, relações de poder, de classe e culturais. Mas é também um desafio, pois o confronta a construir uma relação com objetos e sujeitos de pesquisa alinhada não só com uma corrente teórica e metodológica, mas com um projeto de sociedade e com a história. "Em outras palavras, a interação entre a historicidade do objeto de estudo das Ciências Sociais e os processos de mudança interna dessas ciências é que nos ajuda a entender o desenvolvimento de uma ciência e a diversidade dos paradigmas teóricos que aí tem lugar" (LOPES, 2005, p. 39).

Filiar-se a um paradigma científico não é um simples ato de apropriação de um conjunto de métodos e técnicas para a produção de conhecimento aceito e legítimo entre os pares, mas também uma ação de posicionamento por meio da partilha de uma visão de mundo sobre a sociedade. Até 1980, por exemplo, no Brasil, o paradigma dominante nos estudos em Comunicação brasileiros era o funcionalista, cujo interesse se centrava na comunicação e cultura de massas (LOPES, 2005, p. 57), a partir de bases explicativas devedoras do positivismo e de sua premissa de explicação do mundo por meio de relações causais que não ambicionam transformar a realidade (RIBEIRO, 2014).

Os estudos de recepção marcam uma "virada comunicacional", pois rompem com a hegemonia das pesquisas interessadas nos efeitos das mensagens e com a ideia de um sujeito da comunicação passivo e inerte. Em cada país latino-americano, onde as pesquisas de recepção foram desenvolvidas entre os anos 1980 e 1990 – quando se viu uma euforia acadêmica em torno desses estudos - abordagens diferentes surgem e valem-se da recepção para pôr em destaque questões de poder, construção de subjetividades, gênero, leitura crítica da mídia, efeitos de sentido etc. (JACKS, BEZERRA, 2007).

Os estudos de recepção encontram acolhida em uma visão da Ciência como produtora de conhecimentos com potencial de transformação da realidade, vertente partilhada em nossa

[4] O médico infectologista Marcus Vinicius de Lacerda, especialista em saúde pública e coordenador do Instituto de Pesquisa Clínica Carlos Borborema, em Manaus, por exemplo, foi perseguido e ameaçado de morte em 2020 depois de publicar estudo realizado na cidade de Manaus que mostrou a ineficácia da cloroquina para o tratamento da covid-19. Mais informações em: http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51215.

investigação, evitando uma abordagem comunicacional instrumental que, nas considerações de Lopes (2004, p. 17), é um "erro epistemológico". Em razão disso, optou-se pela aproximação em termos epistemológicos do Marxismo e, em termos metodológicos, da Ergologia, dois caminhos norteadores das pesquisas em comunicação e trabalho (FÍGARO, 2008a; 2000). As fábricas (FÍGARO, 2008b), as agências de comunicação (MOLIANI, 2020), as redações jornalísticas tradicionais e virtuais (VISIBELI, 2018; SILVA, 2019), entre outros espaços e situações de trabalho aparecem como locais de mediações culturais que interessam ao campo da comunicação e configuram uma abordagem pluridisciplinar, centrada no trabalho.

O mundo do trabalho é um microcosmo da sociedade no qual se constituem relações de poder e de solidariedade, a afirmação pessoal e profissional, onde as normas e prescrições que regulam a atividade de trabalho são dadas e onde o trabalhador subverte essas normas ou as adequa com suas condições reais de trabalho exibindo sua criatividade. É o meio ambiente em que o trabalho acontece, composto pelo encontro das técnicas e dos discursos, do presente com o passado. É um lugar que molda situações de submissão e de resistência, de transformação da realidade de trabalho imediata como da sociedade (FÍGARO, 2008b). Seguindo o raciocínio da autora, consideramos o mundo do trabalho como um espaço de mediação, e vamos adentrá-lo por meio dos discursos de jovens jornalistas cearenses que vivem cotidianamente dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) no trabalho, enfrentando duelos de valores, normas e saberes que constituirão suas visões sobre o jornalismo e sobre o ser jornalista na contemporaneidade.

2.2. A face materialista e a centralidade do trabalho

Para considerar a comunicação e o trabalho como um binômio cuja relação não é de determinação e sim de complementaridade, os estudos em comunicação e trabalho conversam com a tradição da recepção, com a Análise do Discurso, com o Materialismo histórico-dialético e com a Ergologia, lançando mão de diferentes articulações conceituais para compor uma abordagem teórica e metodológica que é pluridisciplinar em sua gênese. Roseli Fígaro (2008b), precursora desses estudos, constrói sua articulação teórica partindo da ideia marxista da centralidade do trabalho para a constituição social do ser humano. Conforme essa premissa, a sociabilidade, para ser forjada no mundo do trabalho, precisa da comunicação. Dessa forma, comunicação e trabalho andam *pari passu* e quando a comunicação se amplia, se transforma, repercute diretamente no trabalho.

Mas antes de relacionar as atividades humanas de comunicação e trabalho é conveniente entender o sentido de trabalho aqui tratado. Afinal, o ato laboral é uma preocupação da Filosofia, do Direito, da Psicologia, da História e de outras áreas do conhecimento que comungam de uma premissa elementar: o trabalho é uma ação, resultado da relação entre o homem e a natureza. Contudo, é o materialismo histórico e dialético quem toma o trabalho como coração de suas pesquisas ao asseverar que ele é a marca fundante da humanidade (MARX, 2014; LEFEBVRE, 2009; ANTUNES, 1999; 2018). O trabalho é a principal característica humana, pois ele surge do enfrentamento da natureza pelo ser humano e está na base da constituição social, dependendo dele a vida e a reprodução da sociedade.

Conforme Lefebvre (2009, p. 64-65), é pelo "trabalho, pelos instrumentos de trabalho e pela organização do trabalho" que o ser humano supera sua condição de mais um ente da natureza e erige uma vida histórica pautada sob uma relação fundamental para toda a humanidade: "as relações de produção". A lente com a qual o materialismo observa a sociedade é a das relações materiais, das relações de produção, as quais são históricas, ou seja, se modificam, modificam o ser humano e são modificadas por ele. Hoje, nos debatemos com as contradições fundadas pelas relações de produção capitalistas. O trabalho é a peça-chave no sistema capitalista e na crítica de Marx a esse mesmo sistema que, historicamente, investiu alto em condições sociais e técnicas para tornar o trabalho cada vez mais produtivo.

Em sua discussão sobre o "processo de produção do Capital", Marx (2014) apresenta noções basilares para a interpretação do materialismo, dentre as quais estão a definição de mercadoria, valor de uso, valor de troca e trabalho. As mercadorias, em linhas gerais, correspondem a objetos que satisfazem diferentes necessidades humanas. São produtos forjados a partir da força de trabalho humana, que consiste na substância criadora do valor de uma mercadoria. Quando nesta se sobressai a utilidade pragmática, o valor que Marx atribui a essa mercadoria é o de uso.

> Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem com seu produto, satisfaz a própria necessidade, gera valor de uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social (MARX, 2014, pp 62-63).

Esse reconhecimento do valor da mercadoria numa relação entre sujeitos sociais proporciona a percepção de que os produtos carregam também um valor de troca. O valor de troca irá emergir quando se estabelece um horizonte quantitativo para a negociação, para a troca de mercadorias com valores de uso diferentes. "Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, qualidades diferentes; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo nenhum átomo de valor de uso" (MARX, 2014, p. 59).

A crítica de Marx ao sistema capitalista, que especula os valores de troca das mercadorias nas relações de consumo, reside no fato de o valor de troca minimizar ou apagar o valor de uso dos produtos, o que, consequentemente, implica no apagamento do trabalho concreto, útil, imbricado nas mercadorias. "(...) desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato" (MARX, 2014, p. 60). O trabalho que dá existência material às mercadorias tem, para Marx (2014), um duplo caráter: é um valor em si e gera o valor de uso. A partir disso, o autor estabelece que a divisão social do trabalho[5] nasce do reconhecimento da existência de diferentes trabalhos úteis que geram mercadorias com valores de uso e de troca também diferentes.

A partir da reflexão das condições objetivas que compõem a vida em sociedade, Marx apresenta sua concepção materialista da história e da cultura. Esses campos são abordados pelo Marxismo sob uma perspectiva dialética, ou seja, são esmiuçados a partir da identificação de situações (materiais e ideais) em que se verifica um movimento de contradições. Lefebvre (2009. p. 32) acrescenta que o diferencial do método marxista é a ênfase na realidade como um estado de coisas em movimento. A mobilidade fica evidente para Marx quando são observadas as contradições dos fenômenos. "De cada realidade é preciso capturar as suas contradições particulares, o seu movimento individual (interno), a sua qualidade e as suas transformações bruscas" (LEFEBVRE, 2009, p. 34). É válido demarcar que para o Marxismo, os fenômenos sociais têm dimensão e existência concretas, as quais ficam sob a mira da lente dialética.

A exaltação do material é uma tomada de posição de Marx frente à Hegel. A filiação de Marx ao pensamento hegeliano estava diretamente relacionada à introdução do trabalho no pensamento filosófico.

> O conceito de trabalho - posteriormente redefinido por Marx em termos históricos e materiais - permite rearticular a relação entre sujeito e objeto, mediante a versão de que os homens produzem a realidade inconscientemente - "Eles fazem, mas não sabem", na fórmula sintética de Marx no prefácio a O capital - em que não se reconhecem. Introduz-se assim, junto com o conceito de trabalho o de alienação (SADER, 2007, p. 10).

[5] É válido abrir uma chave explicativa para pontuar que a divisão social do trabalho originará ainda a divisão sexual do trabalho, a qual não separa homens e mulheres por habilidades técnicas - como preconiza a divisão social do trabalho - mas por uma relação de opressão e exploração patriarcal que relega as mulheres ora exclusivamente ao exercício do trabalho reprodutivo e ora a posições inferiores no campo do trabalho produtivo (HIRATA; KERGOAT, 2007). Grosso modo, o trabalho reprodutivo é aquele que não visa a produção de lucro para o capitalista. É o trabalho cuja finalidade é a manutenção da sociedade, garantindo sua reprodução. (MARX, 2014) e pode ser invisibilizado e explorado como o trabalho doméstico e de cuidados realizados exclusivamente por mulheres. (FEDERICI, 2019).

Sader (2007) explica que Marx, ao longo de sua trajetória reflexiva, nega, incorpora e supera a dialética hegeliana culminando no desenvolvimento de sua própria teoria materialista da história. Nessa teoria, o trabalho tem papel de destaque, portanto, torna-se inadmissível para Marx e Engels um materialismo que não leve em consideração o trabalho como força-motriz da criação social. E, assim, distanciando-se do idealismo hegeliano, Marx e Engels assumem a centralidade do trabalho na vida em sociedade e na consciência humana.

> O homem se diferencia dos outros animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. (...) o homem, ao produzir as condições de sua sobrevivência, a transforma. (...) embora tenha o potencial transformador da realidade, o que o homem mais recusa é trabalhar. Foge do que o tornaria humano porque não se reconhece no que faz, no que produz, no mundo que transforma. Porque trata-se do trabalho alienado (SADER, 2007, p. 14).

Na obra "Ideologia Alemã", os conceitos-chaves do Marxismo vêm à tona na crítica de Marx e Engels aos novos hegelianos. A relação entre propriedade privada e divisão do trabalho, a ideia de alienação, a formação da classe operária e da revolução comunista, assim como a extinção das classes sociais e a formação histórica do capitalismo são retomados em um esforço de afirmação do materialismo histórico. Todo esse legado conceitual será apropriado por aqueles que comungam com a centralidade do trabalho na constituição do ser social (SADER, 2007), como György Lukács, que radicaliza a tese da centralidade social do trabalho afirmando que ele é o fundamento do ser humano enquanto ser social.

> O trabalho revela-se, portanto, uma estrutura necessária do ser social, que permite o estabelecimento de vínculos permanentes entre os seres sociais. No fundo, o trabalho é princípio/fundamento, substância, meio de exteriorização necessária, na medida em que realiza a universalidade do gênero humano. Para Lukács, enfim, o trabalho constitui um complexo de complexos, um conjunto de momentos categoriais mantidos unidos por uma série de relações recíprocas (INFRANCA, 2014, p. 12).

Infranca (2014) explica que o ser social de Lukács é um ser histórico, pois é a superação do estágio do ser orgânico e o elo com uma forma de vida complexa entendida como sociedade.

> O trabalho, na medida em que constitui o princípio do homem, deflagra duas cadeias causais-causais: o indivíduo e o ser histórico-social. Entendo aqui por "indivíduo" um complexo que é substancialmente *in-dividuum*, ou seja, um ente indivisível entre a singularidade e a sociabilidade ou genericidade humana, que, enquanto humana, é também social. Essas duas séries encontram-se tão intimamente vinculadas que é impossível separá-las; assim não se pode pensar em um indivíduo, à maneira de Kierkegaard, apartado da sociedade histórica na qual está inserido, da mesma forma que é impossível vê-lo como um homem-massa, uma entidade confusa e desprovida de identidade (INFRANCA, 2014, p. 35).

A dialética entre o indivíduo e o ser social em Lukács oferece um horizonte ontológico para se investigar o mundo do trabalho, que não pode ser confundido com um mundo regido unicamente pela ordem do econômico, ou seja, pelo mercado, apesar de ser a prevalência das

relações capitalistas de produção o gatilho para a sistematização das ideias sobre o trabalho no campo teórico nos séculos XVIII e XIX (ARAÚJO; CASTRO; JORDÃO, 2014). Contudo, o ato de trabalhar não atende apenas às expectativas de sobrevivência imediata, ele comporta uma dimensão maior de marca do ser humano no mundo, a qual caracteriza a práxis, conceito distanciado da abordagem econômica do trabalho e que realça a transcendência do trabalho.

A práxis é basilar em Marx e Engels, na ontologia do ser social de Lukács e, em linhas gerais, trata sobre o movimento humano de transformação da realidade e de si mesmo. A práxis é vista como a capacidade do homem de produzir e reproduzir sua existência de modo material e espiritual pela via do trabalho. “O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo” (ANTUNES, 1999, p. 142).

Em uma leitura de Lukács, Ricardo Antunes (1999) destaca que a realização humana coincide com uma vida cheia de sentido e o trabalho é a primeira forma dessa realização. A vida com sentido é aquela em que o trabalho é livre e o ser humano que o realiza também, e pode assim buscar outros sentidos em outras atividades sociais. Lukács define a liberdade como capacidade de decisão concreta, consciente, entre diferentes possibilidades. Quando a escolha é abstrata e não está conectada com a realidade concreta, torna-se vazia. Mas a tomada de consciência dessa impossibilidade de escolha concreta pode conduzir a um desejo de liberdade, que nesse caso, coincidiria com a vontade de alterar, de transformar a realidade (ANTUNES, 1999, p. 266).

Em uma leitura marxista plena, a transformação da realidade com vistas à liberdade autêntica passa pela dissolução das amarras do capitalismo como modo produtivo. Mas, a capacidade de sobrevivência do sistema mesmo em meio a crises endógenas ainda não favoreceu a virada ontológica apregoada pelo marxismo. Contudo, no plano singular, micro revoluções acontecem todos os dias e para identificá-las é necessário, inicialmente, entender as limitações e cerceamentos que o capitalismo enquanto sistema cria.

2.2.1. Sistemas de produção e relações de trabalho

As reflexões marxistas sobre o trabalho se tornaram populares no âmbito acadêmico dado o investimento teórico de seus porta vozes em relacionar o trabalho com as condições materiais e com o capitalismo enquanto sistema de produção, o qual desde os anos 1970 enfrenta uma crise que vem culminando em seu processo de reestruturação. Em sua superfície, a crise do capitalismo foi identificada como o desgaste do modelo fordista de produção,

caracterizado pela produção em massa de mercadorias de forma homogeneizada e verticalizada (ANTUNES, 1999).

O fordismo, assim como todo e qualquer modo de produção, é uma maneira de racionalização do processo de trabalho com vistas à eficácia, à eficiência e ao aumento da produtividade. Desenvolvido nos Estados Unidos, o modelo carregava o sobrenome do industrial da área automobilística Henry Ford, pioneiro, no século XX, na organização de uma indústria ancorada sob relações de trabalho hierarquizadas e sob a metrificação do corpo (taylorismo) do trabalhador no mesmo ritmo da linha de produção.

"Era necessário racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o 'desperdício' na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração" (ANTUNES, 1999, p. 39). O trabalho na empresa ou indústria fordista era fragmentado, decomposto em tarefas realizadas pelos operários de modo repetitivo, tornando o homem um "apêndice da máquina ferramenta" (ANTUNES, 1999, p. 39). A dimensão intelectual do trabalho era reduzida a uma ação mecânica, repetitiva, e a comunicação entre os trabalhadores era tida como um empecilho ao cumprimento das metas produtivas. Nesta perspectiva, as conversas são perdas para o tempo da produção, pois distraem o trabalhador, impedindo que se concentre nos movimentos essenciais para a realização do trabalho (SOUZA-E-SILVA, 2002, p. 67-68).

Sob a égide do fordismo, o mundo do trabalho se estruturou em torno de um sistema de emprego estável. Emprego aqui entendido como vínculo assalariado de trabalho, ou seja, uma relação na qual o trabalhador vende sua força de trabalho para um capitalista em troca de salário (RIBEIRO, 2014, p. 56), o que faz da força de trabalho uma mercadoria. No sistema de emprego estável e assalariado, o desemprego é uma condição temporária na vida do trabalhador ocasionada ou por uma escolha voluntária de não participar do trabalho assalariado ou pela imposição do capitalismo com o intuito de construir um exército de reserva. Ribeiro (2014, p. 57) explica que nesse sistema há a prevalência de uma vida sociolaboral organizada em torno do tempo cronológico, previsível, em que há continuidade entre as ações e escolhas de vida e uma homogeneidade das situações de trabalho que, em sua maioria, se dão pela via do emprego, forma de entrada das pessoas no mundo do trabalho.

Ou seja, prevalecia um sentido de estabilidade para o trabalhador que poderia seguir desenvolvendo sua carreira de uma forma sequencial e previsível. Para tal, bastava ele atender aos preceitos do paradigma da qualificação profissional (RIBEIRO, 2007, p. 02), "no qual eram determinantes os atributos externos do posto de trabalho pré-definidos pela organização deste,

sendo tarefa dos trabalhadores se qualificarem nas instituições educacionais para ocupar um lugar no mundo do trabalho".

A partir dos anos 1970, a estabilidade no mundo do trabalho foi abalada por uma série de fenômenos de ordem econômica que contribuíram para o desgaste do modelo fordista de produção. Antunes (1999) elenca alguns sinais para a crise do capitalismo, como a queda da taxa de lucro com o aumento do preço da força de trabalho; a retração do consumo pelo desemprego estrutural; a sobreposição do capital financeiro ao capital produtivo; crise do Estado de bem-estar social; crise fiscal do estado capitalista; retração dos gastos públicos; privatizações e flexibilizações dos processos produtivos, dos mercados e da força de trabalho.

A principal saída para a crise estrutural do capital foi a reestruturação do padrão produtivo ancorado até então na dupla taylorismo/fordismo. O novo modelo de trabalho é proveniente do Japão, mais precisamente da Toyota, e caracteriza-se pela substituição da produção em larga escala pelo *just in time* que, em linhas gerais, significava a produção por demanda de venda, na qual os estoques são mínimos e há uma organização rígida para a reposição. Nesse sistema, cada operário realiza diferentes funções e maneja um maquinário também diverso e a estrutura organizacional torna-se horizontal com a prevalência de um estímulo de engajamento do trabalhador em busca do aperfeiçoamento contínuo da produção, oriundos da prática dos círculos de controle de qualidade, que nada mais eram do que o aproveitamento do capital intelectual e cognitivo do trabalhador. (ANTUNES, 1999).

Fígaro (2010, p. 102) ressalta que o intelecto e a cognição dos trabalhadores são incorporados ao sistema produtivo por meio da comunicação.

> Nesse novo paradigma, a apropriação do saber-fazer, da criatividade, da participação do sujeito na forma da polivalência e da flexibilização das funções no trabalho requer estratégias comunicativas simuladoras da horizontalidade das relações entre as equipes de trabalho e os diferentes níveis hierárquicos.

Cecília Pérez Souza-e-Silva (2002, p. 68) adverte que apesar de a linguagem ser um fator de produtividade no modelo toyotista, ela não é livre e sim controlada, analisada e formatada. É o que acontece, por exemplo, com atividades nas centrais de atendimento ao cliente e nos serviços de telemarketing, onde a linguagem é o próprio ato laboral, porém, não é permitido ao trabalhador subverter o *script* verbal prescrito para as interações com os clientes. Afinal, o roteiro de falas é criado com vistas a garantir a rentabilidade econômica e evitar o desperdício de tempo e de palavras. Comunicação e produtividade tornam-se faces da moeda trabalho. Sendo necessário que os trabalhadores apresentem certa competência comunicativa como parte de seu saber-fazer para ocupar um cargo ou desempenhar uma dada função. Frente

a isso, Josiane Boutet (2006, p. 75) observa que o protagonismo da comunicação nos sistemas produtivos causará modificações no próprio conteúdo do trabalho.

> Elas irão modificar o lugar do gesto, do corpo físico, do saber-fazer incorporado e serão acompanhadas de exigências de natureza cognitiva: dimensão cognitiva de escrita e de expressão verbal, por meio de atividades como a deliberação, a discussão, a argumentação, a negociação; saber se comunicar, saber solucionar coletivamente um problema, saber redigir múltiplos documentos, como saber ler e interpretar os conteúdos nas telas dos computadores.

Se as relações de comunicação nesse paradigma produtivo são construídas com vistas à rentabilidade, as relações de trabalho, por sua vez, também se dão em um horizonte de contenção de gastos pela contratação de poucos profissionais qualificados e pela terceirização de temporários que têm uma jornada intensa de trabalho. Essa prática se legitima porque a empresa toyotista só realiza cerca de 25% de sua produção, adquirindo o resto de seus componentes e serviços por meio da contratação de empresas terceirizadas. Sendo assim, a empresa se torna uma estrutura enxuta com redução da força de trabalho, mas conseguindo manter a alta produtividade (ANTUNES, 1999).

Essas características do modo de produção toyotista ou de acumulação flexível não se limitaram ao universo industrial, espraiando-se para o setor de serviços e até mesmo incidindo na organização do trabalho improdutivo[6] em estruturas estatais. As consequências da generalização desse modelo produtivo são várias, vão desde a desregulamentação dos direitos trabalhistas à precarização das condições de trabalho de um modo geral.

> (…) o trabalho é organizado em células, combinando multifuncionalidade, polivalência, competição, metas, competências, assumindo uma aparência mais "participativa", mais envolvente e menos despótica quando comparada à da fábrica taylorista. Em contrapartida, entretanto, o trabalho se tornou mais desregulamentado, mais informalizado, mais intensificado, gerando uma dissociabilidade destrutiva no espaço de trabalho que procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível (ANTUNES, 2018. Grifos no original)[7].

Essas condições implicam em uma destituição do emprego como elemento central na esfera produtiva, fragilizando a experiência sociolaboral dos trabalhadores (RIBEIRO, 2014). Outra mudança advinda com a reestruturação produtiva é a substituição do paradigma da qualificação pelo paradigma das competências. Marcelo Afonso Ribeiro (2007) explica que a produtividade e a concorrência mobilizadas pelo Toyotismo interpelaram os trabalhadores a mostrar novas aptidões para o trabalho não mais construídas com base na aquisição de uma qualificação atestada por cursos e certificados, e sim pela demonstração da capacidade de

[6] O trabalho produtivo é o que pode ser trocado diretamente por capital, enquanto o improdutivo é trocado por renda ou salário. Ou seja, é produtivo aquele trabalho que favorece a mais-valia, que cria capital diretamente para o capitalista, sendo improdutivo o que não gera mais-valia direta. (MARX, 2014).

[7] Livro no formato ebook kindle sem numeração de página.

adaptação à polivalência por meio do desenvolvimento de competências, dentre as quais a habilidade comunicacional torna-se essencial.

> Nesse ínterim, surgiu o sistema social de trabalho que instaurou o paradigma das competências, marcado pela transitoriedade; insuficiência da formação educacional para o desenvolvimento; não-formalização de seus atributos, agora mais fragmentados, complexos e heterogêneos, em sintonia com as características do mercado de trabalho flexibilizado; individualização do desenvolvimento das competências e das carreiras (carreira interna) e o estabelecimento de uma relação de essência, em contraposição à relação de posse da qualificação, na qual o trabalhador não tem qualificações (atributo externamente delimitado e genérico para um mesmo trabalho), mas sim é competente (atributo interno, individual e não generalizável) (RIBEIRO, 2007, p. 02).

Acácia Kuenzer (2002, p. 02) enfatiza que a competência passa a ser projetada no contexto das transformações produtivas como o

> (...) domínio do conhecimento científico tecnológico e sócio-histórico em face da complexificação dos processos de trabalho, com impactos nas formas de vida social. Embora a tendência dos processos mediados pela microeletrônica, exatamente em face de sua complexidade, suponham uma relação do trabalhador com o conhecimento materializado nas máquinas e equipamentos como "usuário", demandam o desenvolvimento de capacidades cognitivas complexas, em particular as relativas a todas as formas de comunicação, ao domínio de diferentes linguagens e ao desenvolvimento do raciocínio lógico-formal. Estas competências só podem ser desenvolvidas através de relações sistematizadas com o conhecimento em processos especificamente pedagógicos disponibilizados por escolas ou por cursos de educação profissional.

Esse entendimento de que a competência se constrói na articulação entre saberes acadêmico-científicos e na vivência prática do trabalhador tem a escola, em seus diferentes níveis, como o lócus privilegiado do desenvolvimento da competência dos trabalhadores. No entanto, ao mesmo tempo, é uma noção excludente, pois é sabido que em países do Sul, a exemplo do Brasil, o acesso à escola não é universal. Em razão disso, o neoliberalismo, contradizendo a necessidade de conhecimentos transversais para o trabalho no mundo flexível, sintetiza a competência como o desenvolvimento de determinados comportamentos, como trabalhar em equipe, saber se comunicar e ter iniciativa. Comportamentos estes que são absorvidos como competências nas diretrizes curriculares de todos os níveis da educação e sendo estimulados em cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelas próprias organizações a seus trabalhadores. (KUENZER, 2004).

A competência passa assim a ser sinônimo de saber tácito, de prática, e a comunicação emerge como uma habilidade supervalorizada para o trabalho. Moliani (2020, p. 37) lembra inclusive que a competência do trabalhador costuma ser atestada pela própria empresa, a qual cobra dele não só um saber-fazer, mas um saber-ser baseado na lealdade para com os valores organizacionais. "Uma vez avaliando-se a lealdade, mede-se a conformidade à norma social e

o sucesso do trabalhador". Uma maneira encontrada por muitos trabalhadores para demonstrar lealdade é construir uma extensão da comunicação corporativa em outros espaços, como as plataformas de redes sociais, em que emitem verdadeiros atestados de lealdade ao associarem suas identidades sociais a uma identidade que não é apenas profissional (RIBEIRO, 2014), mas organizacional, pois o trabalhador exalta a competência da empresa à medida em que se apresenta como competente por estar ocupando um dado espaço laboral na instituição.

Apesar de a competência ser vista como atributo inerente à singularidade do trabalhador (RIBEIRO, 2014), ela se torna transitória na medida em que requer atualizações em compasso com as mudanças do sistema capitalista, o qual, dadas suas mutações, impõe a revisão de conceitos e categorias estáveis.

Antunes (1999) propõe que se pense o conceito de classe trabalhadora de modo ampliado, englobando a totalidade dos trabalhadores que trocam sua força de trabalho por salário, independentemente da materialidade. Assim, ele amplia a definição da classe trabalhadora formulada por Marx, denominada a partir de então como "classe-que-vive-do-trabalho", composta tanto por trabalhadores produtivos quanto pelos improdutivos (ANTUNES, 1999; 2018). Uma das características da classe-que-vive-do-trabalho é a heterogeneidade de sua constituição - composta por homens, mulheres, jovens, adultos, imigrantes, negros, brancos, indígenas - e a homogeneidade de sua condição precária e desprovida de garantias sociais.

> Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos Mcdonalds (…) os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal", que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 1999, p. 103. Grifos no original).

A emergência da classe-que-vive-do-trabalho é uma das tendências observadas por Antunes (1999) no mundo do trabalho contemporâneo. Aliada a ela, encontra-se a redução do operariado manual, estável e fabril da era fordista; o aumento da precarização dos trabalhadores em uma escala mundial; o aumento do trabalho feminino na indústria e no setor de serviços; a terceirização da produção; a desmaterialização do trabalho e o aumento do trabalho morto (ANTUNES, 2018). Destes, vale especificar melhor o que se entende por trabalho morto. Para Marx (2014), é o trabalho das máquinas, aquele que sozinho não trabalha e precisa do trabalho vivo (do homem) para ser acionado.

A expansão do trabalho morto está diretamente relacionada às mutações tecnológicas que acompanham a reestruturação produtiva e desencadeiam uma nova divisão social do

trabalho. Para Ursula Huws (2017), as tecnologias de informação e comunicação alteram a divisão técnica entre trabalho manual e intelectual, criando rotinas e tipos de trabalho.

> A digitalização de alguns aspectos do trabalho e o uso de tecnologias de telecomunicação possibilitam não apenas a realocação do trabalho independentemente da distância, mas também a transferência de algumas das tarefas do trabalhador remunerado para o consumidor não remunerado, criando novos tipos de "trabalho de consumo" (HUWS, 2014, p. 15. Grifos no original).

Huws (2017) conclui que a imbricação entre o trabalho e as tecnologias é tal que se pode falar em uma subdivisão da classe trabalhadora, identificada por ela como "cibertariado", composta por trabalhadores que lidam com o processamento e distribuição de informações pelo mundo e cujo produto do trabalho não é necessariamente uma mercadoria no sentido material do termo, mas informações, serviços, conteúdo cultural, conhecimento e até mesmo afetos, como acrescenta Srnicek (2018).

Para Huws (2017) e Antunes (2018), o desafio que o espírito do tempo interpõe aos pesquisadores e aos trabalhadores de um modo geral não é a criação de um novo modelo econômico, mas a compreensão de como se dá o trabalho em um mundo tão heterogêneo e desigual. "(…) em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital, em pleno século XXI" (ANTUNES, 2018)[8].

O novo proletariado é composto por trabalhos de diferentes matizes. O de baixa qualificação, pelo qual se realiza o processamento ou entrega de informações, como é o caso dos operadores de *call centers* - considerados por Huws (2017) uma atualização dos trabalhadores de escritórios, como caixas de bancos, atendentes telefônicos e vendedores de seguros. E pelo trabalho do burguês de si próprio ou proletário de si mesmo, que possui um estatuto supostamente autônomo, mas que, no fundo, é um assalariado (ANTUNES, 2018).

Antunes (2018) exclui do novo proletariado de serviços os trabalhadores intelectuais ou de conhecimento, por terem alta qualificação, competências criativas e/ou técnico-científicas e pertencerem a uma classe média, esta que, para o sociólogo do trabalho, apresenta valores e ideais mais próximos da classe proprietária dos meios de produção do que dos proletários. Categoria que contempla trabalhadores do jornalismo.

Contudo, pensando na própria ideia da classe-que-vive-do-trabalho e no fenômeno de proletarização dos trabalhadores intelectuais pela incidência da informalidade e da flexibilização, também apontadas por Antunes (1999; 2018), é prudente não considerar essas denominações - bastante elucidativas - como componentes analíticos fechados. Afinal, a

[8] Livro no formato ebook kindle sem numeração de página.

flexibilidade do mundo do trabalho pode levar os trabalhadores a uma troca – intensa para alguns - de relações e condições em suas vidas de trabalho.

Na era fordista ou do sistema estável de emprego, os trabalhadores construíam suas carreiras em torno de uma posição mais ou menos fixa dentro do mundo do trabalho, progredindo na hierarquia da empresa à medida que sua qualificação aumentava ou que sua fidelidade era constatada, despendendo assim anos de sua vida de trabalho em uma mesma organização. Hoje, o trabalhador como o jornalista pode, dadas as contingências do capital, assumir o lugar de burguês de si próprio ou empreendedor de si mesmo (DARDOT; LAVAL; 2016) trabalhando na informalidade, como no setor de serviços de transporte mediado por aplicativos a exemplo da Uber ou da 99.

Destituído do lugar de trabalhador e assumindo a feição de empresa, o sujeito neoliberal considera o trabalho um serviço negociável. Esse sentido do trabalho ilustra bem a colocação de Ricardo Antunes (1999, p. 12), de que "o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade, na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital". Os valores humanos e sociais do trabalho são substituídos pelos valores empresariais, portanto, o homem-empreendedor potencializa seu capital humano por meio da competência e da competitividade, palavras-chave tanto para o modo de produção e reprodução do capital quanto para a subjetivação do ser humano e de seus relacionamentos sociais.

Uma das consequências danosas com a instauração desse novo modo de agir e pensar é a debilidade das identidades dos sujeitos com a gradativa substituição do referencial de vida e ação que deixa de estar ancorado nas instituições sociais, como família, escola e estado, para se balizar na empresa (DARDOT; LAVAL, 2013). A posição identitária de empresa se impõe em relação às outras identidades sociais que esse indivíduo pós-moderno poderia ostentar (HALL, 2006) e isso favorece a imbricação entre vida profissional e vida pessoal a tal ponto que a segunda depende da primeira para existir.

O sujeito forjado pela racionalidade neoliberal é o homem-empresa. Um indivíduo que governa sua vida como se estivesse gerenciando uma organização. Portanto, precisa ser o mais eficaz possível, mostrar-se devoto ao trabalho, buscar a perfeição por meio de aprendizado contínuo, aceitar a flexibilização imposta pelo mercado, ser seu próprio empregador e inventor de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2013). Esse neosujeito é herdeiro do empreendedorismo das Ciências Econômicas que, na contemporaneidade, não se restringe ao espaço financeiro, alastrando-se para diferentes esferas da vida social. A virada do empreendedor de si mesmo, em comparação com o empreendedor clássico, é a ausência de lastro de capital para

investimentos, marca do empreendedor tradicional, e a atuação na informalidade destes homens-empresas.

O trabalho informal reveste-se assim no plano simbólico da imagem do homem-empresa e radicaliza-se com a entrada em cena das plataformas de transporte de passageiros, a exemplo da Uber, que sintetizam a dinâmica do trabalho *just in time*, modelo que, em linhas gerais, corresponde ao tipo de trabalho em que o trabalhador fica à espera de uma atividade/tarefa de trabalho sem ser remunerado por essa espera (ABILIO, 2020).

> Dessa forma, a uberização do trabalho, sob a perspectiva aqui apresentada, é entendida como uma tendência global que atinge diversas ocupações, com diferentes qualificações e rendimentos, em países do centro e da periferia. Ao mesmo tempo que tem de ser compreendida pelas inovações tecnológicas que hoje culminam nas plataformas digitais como um poderoso instrumento de reorganização do trabalho, é preciso pensá-la como um desdobramento de processos em curso e em gestação no mundo do trabalho há décadas (ABILIO, 2020, p. 113).

Esse modelo não se restringe ao trabalho pela plataforma Uber e pode ser estendido a todos aqueles que transitam entre ocupações formais e informais, que constroem uma trajetória de trabalho instável e encontram dificuldades para definir uma identidade profissional. O trabalhador uberizado é aquele típico do sistema instável/flexível de que fala Ribeiro (2014). Um sistema que força o trabalhador a se deslocar subjetivamente construindo uma identidade de rede, que consiste em uma vinculação sociopsicológica temporária, mudando a cada nova função/atividade de trabalho (RIBEIRO, 2014).

Podemos entender que quando o trabalhador não consegue construir vínculos identitários neste cenário flexível, fica subjetivamente à deriva e até em condição de sofrimento psíquico, reforçado pelo sofrimento social advindo da perda de garantias e proteção no mundo do trabalho. Aliado a isso, há ainda o ônus do autogerenciamento que a uberização impõe aos trabalhadores, vistos como parceiros/empreendedores de si mesmos. Sendo assim, esse novo proletariado está no eixo da roda dialética do trabalho contemporâneo, na qual os dispositivos digitais passam a ser vedetes do que os capitalistas denominam como indústria 4.0.

Antunes (2020) explica que o termo 4.0 é usado de forma positiva, como marcador de uma nova fase industrial que se diferencia radicalmente das anteriores (Revolução Industrial no século XVIII; indústria automotiva do século XX e reestruturação produtiva a partir dos anos 1970) pela hegemonia do informacional e do digital no mundo produtivo. Em razão disso, as tecnologias digitais adentram o mundo do trabalho em diferentes dimensões, sendo meios para a realização, organização e controle do trabalho. Elas possibilitam a deslocalização do labor, a partir das conexões em rede, e transformam em mercadorias atividades antes improdutivas que passam a ter valor direto para o capital. É o caso do robô aspirador de pó que faz a limpeza da

casa, tarefa doméstica antes restrita à mãe de família, depois à diarista ou doméstica e agora realizada por um eletrodoméstico ‘inteligente’.

As tecnologias, sobretudo as de comunicação e informação, são pivôs das contradições no mundo do trabalho contemporâneo e sua mais expressiva manifestação no século XXI, na forma das plataformas digitais, desencadeia a aceleração e agudização de transformações laborais e produtivas já em curso, afetando inclusive o trabalho jornalístico.

2.2.2. Novos meios de produção e de comunicação

Desde a emergência do conceito de indústria cultural (WOLF, 2005) que os meios de comunicação aparecem na arena de debate como verdadeiros algozes, responsáveis por um nivelamento ou empobrecimento da cultura a partir da produção em massa de filmes, discos, livros, programas de televisão, de rádios etc. Contudo, esse argumento situa-se na superfície da problemática cultural dos meios de comunicação, que é aprofundada por Raymond Williams (2011), quando se dispõe a olhar para os meios de comunicação como meios de produção.

> (...) uma vez que a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção (WILLIAMS, 2011, p. 69).

Ao considerar que os meios de comunicação são também meios de produção, Williams (2011) delineia os contornos do que ele considera uma “história da produção comunicativa”. A proposta do autor é de construção de uma posição teórica que investigue a história geral dos meios de comunicação, considerando que esta é atravessada pelos desenvolvimentos produtivos da sociedade. Nesse sentido, seria possível, conforme o autor, considerar as diferenças dos modos de comunicação a partir, por exemplo, dos limites técnicos e associar essas diferenças com os modos produtivos e, consequentemente, com os ordenamentos sociais.

Essa relação é bem evidente quando pensamos na emergência da indústria cultural, no século XX, cujos principais pilares são uma sociedade de massas e um modelo de produção monopolista e em larga escala instaurado com o pós-guerra (ADORNO, 2002). Nesse contexto, os bens culturais são transformados em mercadorias e comercializados por empresas com linhas de produção capazes de confeccionar e distribuir comunicação e cultura em larga escala e, assim, construir uma mediação da realidade entre população, grupos políticos e Estado (FONSECA, 2003, p. 312). Dito isto, a televisão desponta como empreendimento adequado para os anseios culturais e produtivos da sociedade de massa densamente urbanizada e enredada pelo consumo.

O jornalismo impresso também não fica para trás e se reestrutura com vistas a se tornar mais concorrente e produtivo, por exemplo, adquirindo maquinário de impressão potente e adotando técnicas como o *lead* (lide) e a pirâmide invertida, elementos de padronização do estilo informativo, mas também de aceleração da produção, dinamizando o fazer noticioso. Dessa forma, considerar os meios de comunicação como meios de produção é não só reconhecer sua verve comercial, mas entender como a comunicação está historicamente relacionada com as capacidades produtivas e técnicas da sociedade (BARROS, 2020).

Sob essa proposta, investigar a história da produção comunicativa do século XXI é reconhecer que as plataformas digitais se avultam como meios de comunicação e de produção expressivos de novas relações e tensões econômicas, sociais e políticas. Grohmann (2020) lembra que os meios de transporte e os de comunicação aceleram a circulação do capital, pois dinamizam tanto o acesso às matérias-primas das mercadorias, quanto facilitam a circulação delas, otimizando relações de consumo e transformando a vida cotidiana. Se a máquina a vapor e os tipos móveis foram exemplares de uma modernidade tecnológica, urbana e produtiva ancoradas em manufaturas pesadas e seriadas, a internet e os dados são marcos de uma

> profunda transformação dos meios de produção, devido à lógica informacional pela qual as relações de produção estão sendo organizadas. A internet e a digitalização de todos os dados possíveis de serem captados, tratados, reorganizados, transferidos, circulados para gerar valor ganharam velocidade de desenvolvimento nunca antes conseguido por quaisquer meios de produção (FÍGARO, SILVA, 2020, p. 103).

No século XXI, meios de transporte e meios de comunicação se combinam em aplicativos que transportam pessoas, mensagens e objetos e estão no cerne de desenvolvimentos produtivos que radicalizam a aceleração do capital por meio de infraestruturas tecnológicas, as plataformas digitais, que "são, a um só tempo, de produção, comunicação e circulação" (GROHMANN, 2020, p. 04).

Para Srnicek (2018), as plataformas digitais são

> (...) infraestructuras digitales que permiten que dos o más interactúen. De esta manera se posicionan como intermediarias que reúnen a diferentes usuarios: clientes, anunciantes, provedores de servicios, productores, distribuidores e incluso objetos físicos. Casi siempre, estas plataformas también vienen con una serie de herramientas que permiten a los usuarios construir sus propios productos, servicios y espacios de transaciones (SRNICEK, 2018, p. 45).

As plataformas se estabelecem como novo modelo de empresa (SRNICEK, 2018, p. 50) que lucra de diferentes formas, extraindo informações dos usuários (dados), analisando e vendendo essas informações para anunciantes; oferecendo *softwares* e *hardwares* para outras empresas de serviços ou para indústrias e transformando bens tradicionais em produtos digitais que podem ser alugados por meio de mensalidades. O reconhecimento dessa atuação mercantil

das plataformas como atravessadores tecnológicos é essencial para não se tropeçar no bloqueio ideológico denunciado por Williams (2011) que instrumentaliza os meios de comunicação como transmissores de informações, atribuindo-lhes papel e responsabilidades aquém de sua atuação social. E a própria estrutura operativa das plataformas, por meio de algoritmos, dificulta a compreensão de sua extensão social e produtiva pelo grande público, que se contenta com a interface comunicacional que lhes é de fato acessível.

No sistema produtivo plataformizado, cinco grandes corporações ou plataformas detém o monopólio dos dados produzidos na internet, são elas: Alphabet-Google; Apple; Amazon; Facebook e Microsoft (VAN DIJCK; POELL; WALL, 2018, p. 15). As plataformas que estão fora da constelação das *Big Five Techs* dependem da infraestrutura tecnológica das cinco grandes para operarem. A capilaridade das plataformas no sistema produtivo se mostra de maneira tão densa que mobiliza autores como Srnicek (2018) a considerarem a instauração de um novo estágio do capitalismo protagonizado pelas plataformas como meios de produção tendo como principal riqueza a extração e comercialização de dados.

Casilli e Posada (2018, p. 07), definem dados como

> (…) qualquer informação sobre os usuários solicitados pelas plataformas ou voluntários pelos indivíduos: um nome, um número de telefone, uma senha, mas também os gostos de conteúdo específico e as mensagens na caixa de entrada de alguém. Os metadados são informações sobre outros dados: por exemplo, uma tag em uma imagem do Instagram, o endereço IP anexado a uma edição da Wikipedia, ou a descrição em um vídeo do YouTube (tradução nossa)[9].

Qualquer atividade nos espaços digitais torna-se dados, e estes moldam a comunicação entre as plataformas, sendo ainda organizados de modo automático pelos algoritmos para a realização de uma atividade específica. Essa abundância de registros digitais e a mediação dos algoritmos na realização de tarefas cotidianas, como traçar rotas via GPS ou recomendar músicas em plataformas de *streaming,* é um indicativo da dataficação, fenômeno pelo qual a materialidade da vida é transformada em dados que alimentam o sistema produtivo por meio da constituição de grandes bancos de dados, o *Big Data.* Shoshana Zuboff (2018, p. 31-32) explica que nada é trivial ou muito efêmero para ser descartado pela colheita para as bases de dados.

> Esses dados são adquiridos, tornados abstratos, agregados, analisados, embalados, vendidos, analisados mais e mais e vendidos novamente. Esses fluxos de dados foram rotulados pelos tecnólogos de "*data exhaust".* Presumidamente uma vez que os dados

[9] No original: "Data can be described as any information about the users requested by the platforms or volunteered by the individuals: a name, a telephone number, a password, but also the likes on specific content and the messages in someone's inbox. Metadata are information about other data: for instance, a tag on an Instagram picture, the IP address attached to a Wikipedia edit, or the description under a YouTube video."

> são definidos como resíduos, a contestação de sua extração e eventual monetização é mesmo provável (Grifos no original).

Os resíduos de dados podem ser derivados de transações econômicas mediadas por computador; de sensores incorporados em objetos, corpos e lugares; de bancos de dados governamentais e corporativos, como de agências de crédito, bancos, companhias aéreas e há ainda os dados provenientes das câmeras de vigilância públicas e privadas que alimentam a ação controversa de reconhecimento facial (COSTA; SILVA, 2019). A comercialização dos dados é identificada como monetização e sua transformação em *commodities* corresponde à operação de comodificação (VAN DIJCK; POELL; WALL, 2018, p. 36).

Conforme os autores, as *commodities* podem ser negociadas por meio das moedas que interessam ao ecossistema de plataformas: atenção, dados, usuários e dinheiro. Essas características conduziram Grohmann (2020, p. 95) a asseverar que as plataformas são, de fato, meios de produção e meios de comunicação, "servindo tanto para trabalhar quanto para interagir, sendo um *locus* de atividades de comunicação e trabalho". Inclusive para as atividades jornalísticas, as quais podem tanto usar as plataformas e seus espaços para organizar o fluxo de trabalho (MARQUES, RODRIGUES, KINOSHITA, 2020) quanto se valer delas para o escoamento da produção noticiosa ou para a obtenção de informações sobre as notícias mais acessadas pelo público, fundamentando assim suas estratégias de publicação[10].

Grohmann (2020, p. 102) observa que há uma miríade de modos de relacionamento entre os trabalhadores e as plataformas.

> a) plataformas que requerem o trabalhador em uma localização específica (como iFood, Rappi, Uber, Deliveroo...), os mais conhecidos do cenário do trabalho digital; b) plataformas de microtrabalho ou crowdwork (como Amazon Mechanical Turk, PiniOn, MicroWorkers...), sendo marcadas principalmente pelo trabalho de treinar dados para a chamada "inteligência artificial"; c) plataformas freelance, cloudwork ou macrotrabalho (como GetNinjas, WeDoLogos, Freelancer, iPrestador, Fiver, 99Designs...), que reúne tarefas desde pintura e passeio com animais até design e programação. (GROHMANN, 2020, p. 102)

O fato é que o trabalho mediado por plataformas digitais se situa, substancialmente, fora do escopo do sistema estável de empregos e invisibiliza para a sociedade uma variedade de arranjos de trabalho informais desprovidos de segurança social (CASILLI; POSADA, 2018, p. 08), nos quais trabalhar de forma precária é a única certeza que os trabalhadores podem ter. A observação do aspecto degradante da plataformização do trabalho mobilizou Antunes (2020, p. 21) a constatar que o capitalismo de plataforma amplia a exploração do trabalho de forma semelhante à exploração realizada nos primórdios da Revolução Industrial. "O que significa

[10] Detalharemos melhor a relação entre o trabalho jornalístico e as plataformas nos próximos capítulos.

dizer que, em pleno século XXI, estamos vivenciando a recuperação de sistemáticas do trabalho que foram utilizadas durante o que podemos denominar protoforma do capitalismo, isto é, os primórdios do capitalismo".

Vivemos assim, a atualização do embate entre o homem e a natureza pela via das contradições animadas pela tecnologia, pondo em relevo o protagonismo não só do trabalho, mas também da comunicação no tempo histórico, afinal, como lembra Fígaro (2010, p. 99):

> Uma tecnologia é fruto de experiências e conhecimentos acumulados, de necessidades a serem transpostas e de projeções para o futuro, as quais se organizam com os recursos imaginários e de conhecimento que se tem acumulado do passado no presente. Ela resulta da práxis humana, sobretudo das relações de comunicação que a atividade engendra e passa de uma geração a outra.

Se as relações de comunicação são um elemento da práxis humana que funda transformações de grande envergadura como as que originaram as plataformas digitais e demais estruturas tecnológicas que conhecemos, elas também incidem nas mutações de pequena monta que se apresentam dia após dia no mundo do trabalho. Para enxergar esse fio de tramas imperceptíveis a olhos nus, que une as dimensões micro e macro do trabalho, e é cindido pelas relações de comunicação, recorremos à abordagem ergológica.

2.3 A face ergológica e as dramáticas do uso de si

A Ergologia é convocada aqui para desvelar como a macroestrutura produtiva incide diretamente sobre o trabalho dos jornalistas reverberando nas tomadas de decisões que eles realizam no cotidiano laboral e nas identidades de trabalho que sustentam. Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica cuja gênese remete à reestruturação do mundo produtivo no século XX, desenvolvida com o intuito de compreender as mudanças no trabalho provenientes, sobretudo, da presença de novas técnicas e tecnologias no mundo do trabalho (SCHWARTZ, 2006). Seu marco geográfico é a França e nela está também sua fundação teórica.

> As referências, de início, foram muitas e, sem dúvida, entre elas, contamos com os aportes fundamentais da ergonomia de língua francesa, na herança de Alain Wisner, do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) [Conservatório Nacional de Artes e Ofícios]. Jacques Duraffourg foi o ergonomista que fez a ponte com o laboratório de Wisner no CNAM, em Paris. Duas grandes referências: por um lado, o aporte dessa ergonomia e o de Odonne (mais conhecido no Brasil do que na França) nos deram referenciais teóricos e metodológicos essenciais; e por outro, e cada vez mais, referências filosóficas da filosofia da vida, conforme George Canguilhem. O primeiro aporte tem uma longa tradição, já que esses ergonomistas se apropriaram do conceito de "atividade" que vinha da psicologia soviética, em que Vygotsky e Leontiev são as referências. Esta [a atividade], por sua vez, vinha de Marx, que também retrabalhou a herança de Hegel e Kant, toda uma tradição envolvendo o conceito de atividade. A ergologia conseguiu juntar a história do conceito de atividade, de um lado, com os ergonomistas e, de outro, com a herança da filosofia da vida de Georges Canguilhem. (SCHWARTZ, 2006, p. 458. Grifos no original).

Metodologicamente, a Ergologia se aproxima da Ergonomia privilegiando a ida a campo, o encontro com os trabalhadores nas situações em que a atividade de trabalho acontece. Aliás, o conceito de atividade é central para a compreensão do que os ergologistas entendem por trabalho. Louis Durrive (2007, p. 19) define a atividade como sendo "um élan da vida e de saúde, sem limite predefinido, que sintetiza, atravessa e liga tudo o que as disciplinas têm representado separadamente: o corpo e o espírito; o individual e o coletivo; o fazer e os valores; o privado e o profissional; o imposto e o desejado".

Para Yves Schwartz (2011, p. 21), o trabalho é uma atividade industriosa. No entanto, é preciso ressaltar que a qualificação "industriosa" não determina como trabalho somente as atividades envolvidas em um modo de produção industrial. A indústria é o resultado da atividade industriosa do ser humano, ou seja, de um esforço de transformação da natureza por meio da fabricação de objetos que passam a mediar a relação entre indivíduos e populações. Como aponta Fígaro (2008a, p. 119), para a abordagem ergológica, a atividade humana é manifestação primeira da vida humana, portanto, o trabalho tomado como atividade humana abarca a capacidade do ser humano de transformar a natureza em um meio humano. Ela arremata explicando que a ideia de atividade envolve a capacidade de criar, planejar, memorizar e aprender. Sob essa perspectiva, "o trabalho é atividade humana, comporta a herança cultural e história das técnicas, da experiência das gerações passadas e da experiência pessoal, o que permite ao homem uma transcendência criativa" (FÍGARO, 2009, p. 04). Essas características compõem a definição de atividade de trabalho sobre a qual se desenrolam os estudos ergológicos e as investigações embasadas no binômio comunicação e trabalho.

Uma das assertivas provenientes da abordagem ergológica é a de que a atividade de trabalho se dá sempre por meio da negociação de normas. Schwartz (2011) explica que o ser humano para viver e sobreviver deve se conformar a uma diversidade de normas concebidas na história, expressando assim um patrimônio de técnicas, expertises e conhecimentos - científicos e práticos - acumulados pela humanidade. Esse compósito normativo coletivo compõe, no mundo do trabalho, as normas antecedentes.

> No trabalho mercantil, as normas antecedentes estão mais próximas do trabalho como prescrições, procedimentos, constrangimentos, relações de autoridade, de poder, mas também os saberes científicos, técnicos, as regras jurídicas, as experiências capitalizadas, tudo o que antecipe a atividade futura de trabalho, antes mesmo que a pessoa tenha começado a agir. (SCHWARTZ, 2011, p. 34).

Sob essa perspectiva normativa, a atividade humana se caracteriza pelo incessante debate de normas, as quais, nas palavras de Durrive (2018), podem ser entendidas como formas de limitação da atividade humana. A limitação não é tida aqui como uma amarra ou um ente

necessariamente negativo, afinal ela motiva o ser humano a sempre tomar a iniciativa. Cada limitação ou restrição implica em uma nova iniciativa e assim a atividade humana acontece. Atividade esta que não é um desígnio divino ou um talento, mas o resultado da interação do ser humano com o meio, resultado da dialética do impossível – *invivível*. (DURRIVE, 2018, p. 147).

O impossível remete à impossibilidade de se seguir estritamente as normas antecedentes, o que está prescrito para o trabalho à risca. Há sempre uma distância entre o que está prescrito e o que é realizado no trabalho, entre as normas antecedentes e o trabalho real. Mas não bastou para a Ergologia reconhecer a existência dessa lacuna, era preciso saber o que poderia preenchê-la, o que depende da ação do sujeito. Daí a derivação da expressão *invivível*, pois uma padronização total da ação não pode ser vivida, pois implicaria na inexistência da iniciativa, da ação do ser humano, e este não pode viver sem agir.

Portanto, pensar o humano como um ser normativo, mais do que assumir que sua atividade é regida por normas, é reconhecer que ele tem a capacidade de escolher e de agir. Até mesmo quando o trabalhador age em conformidade com as normas, com as regras da organização, por exemplo, por trás desse agir houve uma escolha realizada depois de uma avaliação de qual caminho era mais viável naquela situação. Ou seja, a normatividade relaciona-se com a capacidade de avaliar as normas e escolher como agir (DURRIVE, 2014, p. 174), uma ação que é síntese do movimento dialético entre a situação singular de trabalho e as normas antecedentes particulares ou universais, e se dá por meio de conflitos, de rupturas, de contradições que perpassam a matéria e a vida em sociedade.

A normatização e as condições dela decorrentes caracterizam os trabalhos prescrito e real, categorias herdadas da Ergonomia e elaboradas a partir da entrada dos ergonomistas nas organizações taylorizadas, onde se defendia a racionalização do trabalho nas linhas de montagem por meio do controle do tempo e do ritmo de trabalho. Contudo, o que os pesquisadores perceberam foi exatamente a variabilidade do trabalho humano, ou seja, a iniciativa do trabalhador. (SOUZA-E-SILVA, 2002, p. 64). E como frisa Fígaro (2008a), a lacuna deixada entre as normas e o trabalho real é o espaço em que o trabalhador pode expressar sua criatividade, identificada como capacidade de criar a atividade aos seus moldes.

Telles e Alvarez (2004, p. 70), fazendo uma leitura ergonômica, entendem as prescrições como ordens endereçadas aos trabalhadores pelas instâncias hierárquicas de forma oral ou escrita, são também procedimentos definidos para a realização do trabalho, assim como normas técnicas, de segurança e os objetivos do trabalho ou as metas de produtividade repassadas para os atores da atividade industriosa. O trabalho real consiste exatamente na

interpretação e adequação de todas essas normas para que o objetivo do trabalho aconteça, para que a atividade possa ser materializada.

A distância entre o prescrito e o real é singular, não é a mesma para todos os trabalhadores. Pode até haver repetições e tendências, mas como observam Schwartz e Durrive (2007), cada distância está inscrita em uma história de trabalho específica. Apesar disso, toda distância entre o prescrito e o real é gerida por uma racionalidade que visa à economia, economia do corpo, por exemplo. Essa racionalidade advém do corpo-si, um conceito formulado por Schwartz (2014) para expressar tanto a presença do corpo nas situações de trabalho como a parcela de autonomia dos indivíduos frente às normas, às prescrições que regem o trabalho, sublinhando que o trabalhador não está sempre subjugado aos outros nas situações de trabalho.

Durrive (2002, p. 24) explica que a preferência de Schwartz pela expressão corpo-si em vez de sujeito se deve ao fato de a noção de sujeito remeter a "um sujeito pensado, intelectualmente circundado, seria um sujeito conhecido, antecipável - o que justamente não é o que manifesta a atividade humana, em permanência micro-criadora". O corpo-si afasta a ideia de sujeição, seja às estruturas ou à racionalidade, e enfatiza a ação de tomar decisões e assim transformar a si e ao meio diuturnamente em suas atividades de trabalho. O corpo-si se apresenta como um esforço teórico e epistemológico de definição da singularidade viva no trabalho. A expressão comporta a dimensão física do corpo do trabalhador - acionada mesmo que a natureza do trabalho seja exclusivamente intelectual - e as dimensões históricas e singulares. Dessa forma, a expressão corpo-si é um marcador da requalificação do sujeito no trabalho que vive a dialética entre o uso de si por si mesmo e o uso de si pelos outros.

> Se mesmo onde só se deveria observar o uso de si *por outros* (sendo os conjuntos operatórios prescritos o ponto extremo e o mais próximo do agir industrioso mesmo no conjunto das normas que enquadram o trabalho em empreendimentos dessa natureza), ainda se verifica, sem a mínima dúvida possível, o "uso de si por si" (aquela demanda especificada e incontornável), com ainda maior razão nenhuma outra atividade industriosa humana, necessariamente menos rígida que aquela, não poderia estar desprovida deste último (SCHWARTZ, 2014, p. 260. Grifos no original).

Remetendo a seus escritos anteriores, Schwartz (2014, p. 260) constrói um contorno para a compreensão do que se entende pelo "uso" que marca sua premissa ergológica. Uso aqui não implica uma instrumentalização do sujeito, do trabalho, mas o que o autor entende como aspectos por vezes invisíveis na organização do trabalho. O uso de si pode ser então compreendido como imposições que nos imputamos em razão de escolhas que precisamos fazer toda vez que nos deparamos com as prescrições e as normas antecedentes para o trabalho. O "uso de si" está assim no cerne das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros,

ou seja, um momento em que a história coletiva (das normas, dos manuais, das técnicas, da organização, da categoria profissional e da sociedade) encontra-se com a história singular do trabalhador em um momento e num tempo específicos, originando assim uma nova história, um evento de trabalho único (SCHWARTZ, 2014, p. 261).

Freitas e Bianco (2019, p. 116) sintetizam o significado da dinâmica do uso de si pontuando que o uso de si por si mesmo "revela o comprometimento de suas escolhas, ou seja, o que cada um assume fazer". Enquanto o uso de si pelos outros diz respeito "às normas econômico-produtivas, as instruções operacionais já previstas e impostas". Como lembra Souza-e-Silva (2014), as dramáticas não implicam na associação direta de que as atividades dos trabalhadores são marcadas por dramas, mas sim que não são atos mecânicos - como queria a organização científica do trabalho - mas atos decorrentes das escolhas realizadas por cada trabalhador frente às normas antecedentes. Dessa maneira, o termo dramática não se refere ao drama como sofrimento e penúria, mas ao drama como uma história, uma narrativa que cada trabalhador traça por meio das escolhas e renormalizações da atividade de trabalho em razão das pressões advindas das prescrições, dos outros indivíduos e de si mesmo.

Para Fígaro (2008a, p. 122. Grifos no original), as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros são reveladoras das contradições inerentes à vida em sociedade, pois expressam os confrontos entre as estruturas macro e microssociais.

> Entendemos por 'dramática' o movimento entre norma prescrita, infidelidade do meio, re-normalização e atividade singular. Esta contradição inerente 'a toda' a atividade de trabalho, própria da vida, é potencializada pelo conflito entre as diferenças socioeconômicas, pela apropriação mercantil do trabalho, pela exploração, pela desvalorização do trabalho. A contradição e o conflito são geridos e negociados a todo o momento, isso é a atividade humana, é o corpo-si, expressando-se na dimensão dialética do micro e macro-social. Atividade humana afeita, portanto, ao movimento da história.

As dramáticas do corpo-si em relação consigo mesmo e com os outros mostram que o trabalho, por mais prescrito que seja, comporta imprevistos, negociações e, consequentemente, renormalizações. Esse movimento de renormalização que acontece no real do trabalho dá origem a situações e processos novos, inéditos à atividade, resultados das escolhas do trabalhador. A renormalização, por sua vez, se constitui como uma maneira de fazer alguma coisa e esta não é aleatória, mas embasada em valores positivos. Ao decidir fazer uma atividade de uma forma, o ser humano está excluindo outras formas de agir, às quais se relacionam valores considerados naquele momento negativos para o agente (DURRIVE, 2014, p. 177).

2.3.1 A linha axiológica

A renormalização é uma apropriação singular das normas e não necessariamente uma mudança das normas. É uma demonstração de que o indivíduo sabe manejar as normas, sendo uma conquista da singularidade.

> É por isso que podemos dizer, sem arriscar a inconsistência, que um ser humano é um ser social e um ser singular. Ele é social porque não foge às normas, está imerso em uma dada sociedade, feita de padrões, carregada por relações sociais. De alguma forma parece lá como o produto desta empresa. Mas ao mesmo tempo, o ser humano tem uma história, ele é único porque luta com o que o constrange e, nessa luta, constrói sua identidade. Identidade além disso, é um termo que carrega essa ambivalência, apontando tanto para o mesmo quanto para o diferente (DURRIVE, 2014, p. 185. Tradução nossa)[11].

A atividade humana pode ser entendida como resultado de uma luta contra as restrições, é uma peleja para ter o controle do meio, que tem início com as escolhas realizadas mediante as normas antecedentes encontradas, fenômeno que Schwartz e Durrive (2007) denominam como "debate de normas", os quais serão também debates de valores, afinal, toda escolha realizada pelo homem ancora-se em valores. E as dramáticas consistem exatamente no momento quando o trabalhador se vê impelido a realizar uma escolha e precisa ponderar sobre o melhor caminho a seguir ou iniciativa a tomar em razão do encontro ou confronto entre as normas antecedentes, a realidade do trabalho, e o dimensionamento entre os valores coletivos e os valores individuais (SCHWARTZ, 2004, p. 28).

Dimensionar implica definir critérios que podem tanto se afastar ou aproximar dos valores sociais comuns ou dos valores baseados nas experiências pessoais do trabalhador (SCHWARTZ, 2004). Os valores são apreendidos pelas relações sociais, não são criados voluntariamente por cada um, contudo, são retrabalhados nas decisões cotidianas. Sendo assim, estão no cerne do debate de normas, pois cada indivíduo, durante a renormalização, retrabalha os valores, o que justifica o aspecto único da renormalização, pois os valores são apropriados por cada sujeito de forma diferente (DURRIVE, 2018, p. 149-150).

Schwartz (2011, p. 85) afirma que nas sociedades atuais encontramos dois tipos de valores distintos: os valores mercantis e os valores não dimensionáveis, referentes ao bem comum. Eles compõem o polo do mercado e o polo político, respectivamente, e estão em constante tensão, entranhando-se assim nas dramáticas do uso de si por si e de si pelos outros.

---

[11] No original: Voilà pourquoi nous pouvons dire, sans risquer l'incohérence, qu'un être humain est à la fois un être social et un être singulier. Il est social parce qu'il n'échappe pas aux normes, il est immergé dans une société donnée, faite de normes, portées par des rapports sociaux. D'une certaine façon, il apparaît là comme le produit de cette société. Mais simultanément, l'être humain a une histoire, il est singulier parce qu'il se bat avec ce qui le contraint, et dans cette lutte, il construit son identité. L'identité d'ailleurs est un terme qui porte cette ambivalence, pointant à la fois vers le même et vers le différent.

> Valores mercantis: são valores quantificáveis ou dimensionáveis. Eles são antecipáveis ou são resultados de atividades que não aparecem sob esses resultados. São valores que podem ser um motivo ou objetivo de uma atividade, mas não são tecidos nela.
>
> - Valores não dimensionáveis: não possuem nenhuma unidade de medida. São valores referentes ao bem-viver em comum, como o acesso à saúde e à educação, por exemplo. São valores operantes na atividade e tecidos nela, que não existem separados dos protagonistas da atividade e de sua experiência, pois, no momento em que esses valores são convocados, o indivíduo os reelabora e redescobre seu conteúdo e definição.

A ênfase na dimensão axiológica da atividade revela que além de ser normativo, o corpo-si é valorativo, pois "(…) o agir supõe um sujeito que valoriza" (SCHWARTZ, 2016, p. 98). E ao atribuir valores, dimensionar o que vale mais e o que vale menos em uma situação particular, o ser humano assume uma posição no mundo social e precisa arcar com o ônus dessa postura. A assunção de que o ser humano é um ser com valores é uma forma de reconhecimento de sua historicidade, pois os valores sociais não são imanente e se transformam com o decorrer das mudanças da sociedade e da ação humana (HELLER, 1985).

Situada, nesta obra, no terreno do materialismo histórico, Agnes Heller (1985) entende que os valores são tudo o que possibilita a explicação do que é o ser humano genérico, como ser social. Eles estabelecem um horizonte moral e de ação, construindo uma vinculação entre a particularidade do indivíduo com a genericidade, a universalidade humana. No entanto, esse traçado nem sempre é uniforme, pois os valores em vigência em um momento histórico podem não estar em harmonia e se relacionar entre si de forma conflituosa (HELLER, 1985, p. 07), denotando que os valores não ficam ilesos às contradições.

Esse breve parêntese trazendo para a cena argumentativa a ontologia do ser social nas palavras de Agnes Heller é um esforço para evidenciar como a abordagem ergológica dialoga com o materialismo histórico-dialético na medida em que ao se interessar pelas singularidades favorece a compreensão das estruturas particulares e universais que se fincam no mundo do trabalho, revelando também a vocação pluridisciplinar da Ergologia.

Daí a escolha em centrar nossa investigação na identificação e análise das dramáticas do uso de si experimentadas pelos jovens jornalistas egressos da Universidade Federal do Ceará. A compreensão das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros é uma maneira de olhar para as condições de trabalho particulares e compreender os processos globais, movimento metodológico e teórico característico do que Duraffourg (2007, p. 58) considera como o "ponto de vista do trabalho". Sob essa mirada, os pesquisadores devem atentar para a tendência de sobreposição do contexto, do macrossocial, do uso de si pelos outros em relação ao particular, ao sujeito, ao uso de si por si mesmo. O desequilíbrio entre esses olhares, segundo o autor, tende à elaboração de conclusões unilaterais e homogêneas.

O contraditório é relevante para se compreender, inclusive, as mudanças no contexto de trabalho, uma temática também cara à Ergologia, pois, como lembram Schwartz e Durrive (2007), a mudança é inerente à natureza do trabalho e pode ser percebida no aparecimento de novas formas de trabalho, na cobrança de novas qualificações e competências dos trabalhadores, de novas tecnologias no cotidiano de trabalho, de novos cargos, funções e atividades etc.

2.4 A linguagem como aporte para a entrada no mundo do trabalho

Baseada nos estudos de Yves Schwartz, Fígaro (2009) pondera que a ergologia oferece um aporte conceitual para entender as dinâmicas do mundo trabalho por meio da comunicação, o que mobiliza assim dois eixos de pesquisa que estão no cerne do binômio comunicação e trabalho:

"a) o objetivo de conhecer a atividade de trabalho, portanto, o mundo do trabalho;

b) melhor entender as relações de comunicação, o processo de comunicação, os sujeitos (*corpo-si*) da comunicação" (FÍGARO, 2009, p. 6).

Esses dois objetivos de pesquisa realçam que o corpo-si trabalha comunicando e comunica sobre o trabalho ou no trabalho. Para dar conta dessas diferentes articulações, Fígaro (2009) busca recursos no binômio comunicação e trabalho para construir movimentos elucidativos sobre os sujeitos no trabalho e as condições de trabalho, compreendidas aqui não só como condições ao exercício da atividade de trabalho, mas condições da existência do próprio trabalho e dos sujeitos.

"O binômio comunicação e trabalho passa a protagonizar o cenário da globalização contemporânea como força motriz do sistema hegemônico e, ao mesmo tempo, como força motriz do movimento de transformação da realidade" (FÍGARO, 2008b, p. 28). Essas transformações se dão também em nível discursivo, por meio de uma disputa ideológica que visa dar significado ao trabalho, ditar quais os sentidos do trabalho para os sujeitos, e conformá-los às lógicas dominantes do sistema produtivo. Afinal, como observa Orlandi (2001), a linguagem, como atividade humana, é potencialmente transformadora e pode ser apropriada tanto para a conservação de um estado de coisas quanto para sua subversão.

É no lugar entre o dado e o opaco, entre a voz e o silêncio que a abordagem em comunicação e trabalho emerge, buscando no trabalho sentidos, palavras que escapam às normatizações e se revelam nas identidades dos trabalhadores e nas dramáticas que vivem.

> Estudar a comunicação no mundo do trabalho é entender como se resolvem problemas e a partir de que valores as pessoas fazem suas escolhas; como se constituem os coletivos de trabalho que estão fora do enquadramento do organograma da empresa; como se constituem as redes de ajuda e solidariedade na resolução de problemas e tarefas. É compreender como o mundo do trabalho transborda de seu meio e abarca outros espaços sociais, tais como a casa, o bairro, a mídia etc. (FÍGARO, 2009, p. 06).

Para realizar esse empreendimento de estudo é preciso olhar para a comunicação lado a lado com a centralidade do trabalho, reconhecendo-a não apenas com um fator de produtividade na era da acumulação flexível, mas sobretudo como elemento subjacente ao trabalho como atividade humana, constituindo-se como uma chave para o acesso ao mundo do trabalho e às contradições que nele têm assento por meio exclusivo da linguagem.

A linguagem medeia o conhecimento do ser humano de si mesmo, do mundo e dos outros. Seja nos aplicativos de troca de mensagens ou na conversa cotidiana mais trivial, ela está lá, sendo expressa por meio de signos que nos fogem à origem, se forjados por convenções lógicas ou por movimentos arbitrários. O fato é que a linguagem dá sentido à vida e este extrapola a praticidade instrumental da rotina, estendendo-se à arte, pura convenção simbólica, o que, para muitos, nos diferencia de outros seres vivos que também produzem linguagem, mas são incapazes de gerar sentidos tão abstratos como aqueles mobilizados pela arte. Mas é o trabalho quem canaliza os impulsos na forma humana mais rudimentar a desenvolver a linguagem e se comunicar.

A linguagem verbal expressa pela fala é a forma mais complexa de comunicação, demonstrando o desenvolvimento linguístico e mental do ser humano. Essa complexidade advém, sobretudo, da necessidade humana de se conectar com outros durante a atividade de trabalho. Para Leontiev (1976, p.77), a "projeção de órgãos motores (como a mão) e sobretudo a dos órgãos da linguagem sonora (músculos da boca, da língua, laringe)", modificaram-se gradativamente por meio de impulsos advindos do labor e da atividade de linguagem. O corpo humano em seus aspectos fisiológicos, morfológicos e psíquicos modifica-se com o trabalho, o que mostra a inextricabilidade da presença do corpo físico no trabalho, independentemente da natureza da atividade realizada, se material ou intelectual.

O surgimento do trabalho tem consequências sobre a constituição orgânica do ser humano, mas também sobre sua organização social, afinal, uma das condições para a caracterização de uma atividade de trabalho é o viver em grupo, a partilha de um comum coletivo, que nem todos os animais, mesmo os símios, que apresentam sistemas de comunicação complexo e de inter-relações hierárquico, conseguiram desenvolver (LEONTIEV, 1976, p. 79). A atividade de trabalho, portanto, desponta como elemento de diferenciação da raça humana, possível pelo desenvolvimento de um reflexo psíquico e da linguagem.

O desenvolvimento de instrumentos de trabalho e seus usos são exemplos de como o ser humano se diferencia dos demais pelo trabalho.

> Só considerando, portanto, os instrumentos humanos como instrumentos da atividade de trabalho do homem é que descobriremos a verdadeira diferença que os separa dos "instrumentos" dos animais. No seu "instrumento", o animal só encontra uma possibilidade natural de realizar a sua atividade instintiva, por exemplo, aproximar o fruto de si. O homem vê no instrumento uma coisa que encerra em si um meio de ação determinado, elabora socialmente (LEONTIEV, 1976, p. 89. Grifos no original).

A separação entre o homem e outros animais se radicaliza quando há a conjugação entre a inteligência humana e o desenvolvimento de uma consciência social mediada pela linguagem. "O nascimento da linguagem só pode ser compreendido em relação com a necessidade nascida do trabalho, que os homens sentem de dizer alguma coisa" (LEONTIEV, 1976, p. 92). A linguagem forja assim a comunicação nas situações de trabalho. Ao passo em que produz algo, por meio do trabalho, o ser humano se comunica, recorrendo à linguagem, a organizações linguísticas diferentes. Essa perspectiva caracteriza um materialismo linguístico, pois "(…) a linguagem não desempenha apenas o papel de meio de comunicação entre os homens, ela é também um meio, uma forma de consciência e do pensamento humanos, não destacado ainda da produção material" (LEONTIEV, 1976, p. 93).

A argumentação de Leontiev (1976) ainda mostra que a consciência humana não se forma de maneira isolada, mas pelo contato com a natureza e com outros seres humanos. Quando os modos de vida se complexificam, a consciência humana se transforma, o que marca sua historicidade, rompendo assim com a ideia de uma consciência essencial. O fator histórico, esse sim, é essencial para a compreensão da ação humana em sociedade, consequentemente, da comunicação, sendo o pano de fundo do binômio comunicação e trabalho, e um elemento central para se entender a definição de trabalho.

Para Nouroudine (2002, p. 17), a linguagem é um dispositivo capaz de revelar a complexidade do trabalho por meio de três modalidades diferentes: "a linguagem sobre o trabalho", a "linguagem no trabalho" e a "linguagem como trabalho". Apesar dessas modalidades se inter-relacionarem nas situações reais de trabalho, para fins conceituais, elas podem ser identificadas em três manifestações distintas com implicações diferentes. A linguagem como trabalho abarca falas que são estratégicas para o trabalho, portanto, voltadas para um objetivo e emitidas de forma consciente.

> Quando a linguagem é ela própria trabalho, isto é, funciona como parte legitimada da atividade, ela adota, ao mesmo tempo em que revela, essa complexidade. Portanto, complexidade do trabalho e complexidade da linguagem, de um certo ponto de vista, se confundem. A linguagem como trabalho não é somente uma dimensão, dentre outras, do trabalho, mas ela própria se reveste de uma série de dimensões. A linguagem é econômica, dado que a comunicação, em situação de trabalho e durante

> a atividade, é utilizada como meio de gestão do tempo de trabalho (NOUROUDINE, 2002, p. 21).

A demarcação da complexidade da linguagem nas situações de trabalho visa afastar os rodeios instrumentalistas que podem se aproximar da definição de linguagem como trabalho. É uma linguagem que visa à realização e organização do trabalho, mas que também possui um caráter social, de apaziguamento de conflitos e de coesão entre os envolvidos na atividade de trabalho, sendo o elo das interações sociais e laborais. No jornalismo, as reuniões de pauta, as conversas entre editores e repórteres sobre a realização de uma reportagem caracterizam momentos em que a linguagem é um instrumento para a realização do trabalho.

Quando as interações sociais entre os trabalhadores não se direcionam para a concretização de uma atividade, pode-se estar adentrando a seara da linguagem no trabalho.

> (…) nem toda palavra, gesto, escrita ou imagem encontradas no trabalho será necessariamente útil à realização imediata da atividade exercida pelo coletivo de trabalho de um determinado serviço. A linguagem no trabalho pode veicular conteúdos de natureza variada e, às vezes, muito distanciada da atividade executada pelos atores em seu coletivo (NOUROUDINE, 2002, p. 24).

Na mesma reunião de pauta em que se apresentam as reportagens que serão veiculadas nos jornais, portais de notícias, programas de rádio e de TV, as conversas e falas que fogem ao escopo técnico e temático das notícias do dia podem ser caracterizadas como a linguagem no trabalho. Elas podem versar sobre fatos prosaicos da vida na cidade, como o trânsito, o clima, ou ainda sobre aspectos mais subjetivos, como a iminência do aniversário de um jornalista ou o nascimento do primeiro filho da editora. A linguagem no trabalho é constitutiva às situações de trabalho e, muitas vezes, confunde-se, na mesma situação interativa, com a linguagem como trabalho, daí ser importante a análise dos enunciados da linguagem no trabalho e como trabalho em paralelo (NOUROUDINE, 2002).

A linguagem sobre o trabalho se diferencia das categorias anteriores por ser uma fala em que o labor é evocado na forma de comentários e avaliações. Longe de ser apenas um método solicitado pelas pesquisas científicas, pode ser demandada tanto pela equipe de trabalho, pela empresa ou como uma expressão espontânea do trabalhador.

> Existe pelo menos uma situação na qual os protagonistas do trabalho se expressam a respeito de sua atividade: aquela na qual saberes são transmitidos de uns aos outros em um coletivo de trabalho (no seio de uma equipe, de um serviço, de uma empresa etc.), ou em relações pessoais (na família, entre amigos etc.). Contudo, existem também outras situações em que a linguagem, por sua propriedade de distanciamento e de representação, possibilita avaliar uma situação, um problema, objetivando a ação. E se, no interior dos coletivos, fala-se do trabalho para transmitir, avaliar, justificar, corrigir, como observa Lacoste, então a "linguagem sobre o trabalho" se encontra imbricada com a "linguagem no trabalho" e com a "linguagem como trabalho" (NOUROUDINE, 2002, p. 26. Grifos no original).

Para Daniel Faïta (2002, p. 50), essa tripartição de sentidos da linguagem nas atividades de trabalho tem um propósito de convenção pedagógica, pois todas as falas do trabalhador em situação laboral são marcadas pela relação da linguagem com a ação. A afirmação de Faïta (2002) traz um pressuposto caro à abordagem ergológica e aos estudos discursivos e de linguagem, o de que, no mundo do trabalho, tem-se o encontro entre a atividade de trabalho e a atividade de linguagem.

Joseane Boutet (2016, p. 92) entende que quando a linguagem é demandada como elemento integrante da atividade de trabalho, tem-se a "parte linguageira do trabalho", que pode ser dividida em três funções: instrumental, cognitiva e social. A função instrumental da linguagem "(...) serve, nesse caso, essencialmente para transmitir informações ou ordens". A comunicação é funcional. Trata-se de uma linguagem oral e escrita com valor de ato (pragmático) que privilegia as ordens, as formas injuntivas (imperativas, formas impessoais). Já a função cognitiva relaciona-se com a partilha de saberes, de conhecimentos e de competências sobre o modo de trabalhar, servindo para gerir conflitos e debates entre os trabalhadores. E, por fim, a função social da linguagem visa "(...) à construção de coletivos de trabalho por meio das maneiras de falar, de comunicar e mais amplamente de se comportar no trabalho" (BOUTET, 2016, p. 95 - 96).

Essa tríade, à semelhança da elaborada por Nouroudine (2002), além de prover ao analista categorias interpretativas, revela a dimensão linguageira da atividade humana, elemento indissociável das atividades de trabalho. Essas categorias podem ser lidas também como advertência para que a linguagem não seja um mero instrumento nas relações de comunicação e trabalho, afinal, como lembra Orlandi (2012, p. 22), a linguagem é transformadora, sendo por si só uma ação do homem sobre a natureza, portanto, "tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.".

Como observa Pessoa (2016, p. 64), a linguagem e o trabalho são atividades humanas complexas e dinâmicas, constantemente atualizadas nas situações singulares, reveladoras e constitutivas das relações sociais e identitárias dos trabalhadores.

> Em conformidade com os postulados da Ergologia, o trabalho é uma atividade humana que se define por sua dimensão simbólica e, em razão da natureza sócio-histórica do trabalho humano, a linguagem ocupa um lugar central nos processos de produção, organização, validação da atividade de trabalho, bem como nos processos de formação para a atividade de trabalho.

A linguagem como fundamento das relações e processos comunicacionais apresenta-se como dimensão inerente ao mundo do trabalho, orientando a normatividade do singular a partir

da circulação de signos e sentidos oriundos da esfera macrossocial. Portanto, o estudo da linguagem é uma forma legítima de entendimento das atividades de trabalho e das dialéticas entre o corpo-si e o social, entre o trabalhador e o sistema global de produção. Daí a escolha da Análise do Discurso como aparato analítico para as pesquisas em comunicação e trabalho.

2.4.1 Uma abordagem discursiva

A natureza humana não é constituída apenas de material biológico, mas também de um substrato simbólico que possibilita ao ser humano existir fisicamente e viver social, política e culturalmente. Assim como a carga genética que é herdada da ancestralidade, a carga simbólica também é uma herança composta por uma variedade de discursos (textos, imagens, sons...) que nos antecederam, que já existiam no mundo antes mesmo de nascermos. Esse patrimônio simbólico pode tanto ser reproduzido quanto negado pelo sujeito, mas é imprescindível para a definição de quem somos e para a reprodução da sociedade.

Como manifestação da linguagem, a fala também é capaz de moldar as identidades dos sujeitos por meio da relação com a alteridade (BRAITH, 2008). O poder da fala é tal que ela precisa ser controlada. Maria Aparecida Baccega (1995) alerta que o indivíduo deve levar em consideração o que pode ou não ser dito em determinada circunstância, seja por conta de interdições sociais que lhe são impostas ou em razão da preservação de sua reputação ou para evitar ofensas a outros. O fato é que a fala, enquanto ato, e a palavra, como signo, estão no cerne das transformações dos sujeitos e da sociedade, o que faz da linguagem e de seus produtos perigosos, sobretudo, para uma classe que não quer perder privilégios materiais e simbólicos.

Baccega, em "Palavra e Discurso" (1995), observa que os sentidos das palavras são construídos a partir de novas ações dentro do campo cultural (mudança social, uma nova teoria social etc.). É exatamente nesse movimento de construção de novos sentidos, aliado às mudanças sociais, que se poderá observar a emergência de novas ou a atualização de velhas ideologias. A autora adere à definição de ideologia como um sistema de valores, uma visão de mundo que só existe na prática social. "Tem o poder de 'condicionar as atitudes dos homens' e levá-los a praticar (ou considerar que praticam) ações que eles consideram as mais adequadas para não se desviar desse sistema de valores. Mostra-se coerente e sistematizada, o que lhe garante sua força" (BACCEGA, 1995, p. 34. Grifos no original). Essas ideologias brotam da vivência cotidiana, onde as palavras compõem atos, expressam sentimentos e transformam ou reproduzem comportamentos.

A palavra aparece, portanto, nos dizeres de Baccega (1995, p. 36), como elemento da práxis social. “A práxis é a própria elaboração da realidade como criação humana”. Ou seja, na medida em que o ser humano é formado e modificado pela sociedade, esta é também alterada pelo humano. Aplicando este raciocínio para a linguagem, pode-se afirmar que ela constitui o sujeito e o modifica, sendo também modificada por ele e aparecendo no cerne das disputas simbólicas. Para Fígaro (2012), a práxis social faz do humano um ser de comunicação.

A palavra que dá sentido ao indivíduo e à sociedade é polissêmica e cada significado pode estar associado a uma ideologia diferente, compondo um discurso diferente.

> Os discursos vão, portanto, materializar as ‘visões de mundo’ das diferentes classes sociais, com seus interesses antagônicos, os quais se manifestam através de um estoque de palavras e de regras combinatórias que constituem a maneira de uma determinada classe social pensar o mundo num determinado momento histórico; são as várias formações discursivas ideológicas correspondentes às várias formações discursivas (BACCEGA, 1995, p. 52. Grifos no original).

Toda a preocupação com a ideologia e seu emaranhamento nas palavras está no cerne da Análise do Discurso, que, enquanto campo teórico-metodológico, emerge da articulação entre o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística, propondo a teorização da sociedade, da história, do sujeito e da língua. O materialismo histórico, sobretudo a partir da leitura de Marx por Althusser, contribui com a AD por meio de sua teoria das formações sociais e transformações; já a Linguística, na figura de Saussure, entra em cena com a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; enquanto a Psicanálise, por meio da interpretação da teoria do inconsciente de Freud por Lacan, auxilia com a ideia do descentramento do sujeito, o qual se debate entre sua vontade e as determinações sociais (ORLANDI, 2012; GREGOLIN, 2006).

Essa postura epistemológica estará no fundamento dos estudos que se convencionaram como AD francesa, na qual Michel Pêcheux aparece como pioneiro[12]. O destaque para Pêcheux fica por conta de sua teoria materialista do discurso, a qual se assenta na identificação de que o discurso se erige sobre uma base linguística, mas esta não é livremente manejada pelo sujeito, pois está inscrita numa relação ideológica de classe (GREGOLIN, 2006, p. 63). Ou seja, a língua para Pêcheux (2015, p. 119) não é um meio que espelha a realidade ou o pensamento de um indivíduo, mas um campo de forças em que sentidos e jogos de linguagem desafiam as próprias regras da língua. Pensamento este que funda um dos princípios centrais da AD: a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2001).

[12] Na contemporaneidade, há uma diversidade de correntes de Análise do Discurso com objetivos de pesquisa e aparato conceitual diversos, como a Retórica, a Pragmática, a Enunciação, a Semiolinguística dentre outras (AMOSSY, 2016; CHARAUDEAU, 2006). Aqui, serão destacadas apenas as linhas de pensamento discursivo que nos auxiliaram na realização dos objetivos da pesquisa, como a AD francesa na figura de Pêcheux e seus leitores, e a Análise do Discurso de Dominique Maingueneau.

> (...) o tipo de concreto com o que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão *relações sociais*, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem) (PÊCHEUX, 2015, p. 127. Grifos no original).

A passagem acima evidencia com mais nitidez porque a linguagem é uma entrada para o mundo do trabalho. Nesta pesquisa, as palavras dos jovens jornalistas dão pistas sobre as forças discursivas em debate no mundo do trabalho e são representações concretas das dramáticas do uso de si experimentadas nas situações singulares de trabalho. O discurso será assim nossa via de acesso aos valores e saberes que orientam as decisões dos jornalistas e, consequentemente, moldam suas identidades, seu ethos profissional. Para identificar os valores e os saberes que estão no âmago dos debates de normas vividos pelos jovens jornalistas, será necessário recorrer a uma instância discursiva também basilar para os estudos em AD francesa: as formações discursivas. Conforme Brandão (1991), Pêcheux observa que a formação discursiva é um espaço aberto que estabelece uma relação paradoxal com seu exterior, sendo atravessada por enunciados provenientes de outras formações discursivas.

A ideia de formação discursiva é derivada das reflexões de Michel Foucault sobre o discurso, para quem as formações discursivas se constroem quando há um conjunto de enunciados singulares que estão socialmente dispersos, mas comungam de sentidos semelhantes, correlacionando-se, transformando-se e impondo ao sujeito que os enuncia um determinado lugar social (GREGOLIN, 2006). Pêcheux (2015, p. 156) reconhece a fecundidade do conceito de formação discursiva por ele reforçar a premissa de que o sujeito não é um produtor de discursos autônomo, pois é interpelado pelos discursos que o cercam de modo que se torna assujeitado, ou seja, não produz o sentido do que enuncia sozinho, mas reverbera sentidos e discursos já em dispersão na sociedade e na história.

Dentro de uma formação discursiva o sujeito é interpelado pela ideologia que a sustenta, pois "a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializam uma dada visão de mundo" (FIORIN, 1998, p. 32). Orlandi (2012, p. 23) adere a essa argumentação postulando que "as formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dada". Brandão (2012) completa a discussão especificando que as formações ideológicas são complexos de atitudes e posturas que remetem diretamente a posições de classe social, econômicas e políticas de quem diz algo. Dessa

maneira, a formação ideológica compõe e é composta pelas relações de poder que se estabelecem entre indivíduos e grupos na sociedade.

Nesse caso, as formações discursivas atuam também de modo coercitivo sobre o sujeito, lembrando a ele que há uma história e uma sociedade que podem lhe exaltar ou condenar a depender do que diz. Discurso e ideologia estão assim intimamente relacionados, de forma que a materialidade da ideologia é o discurso e para perceber como a ideologia se apresenta, o analista precisa ficar atento, pois a ideologia hegemônica visa o apagamento da história na materialidade da linguagem, de forma que se tenha a impressão de um sentido literal do texto, das palavras, como se estas fossem transparentes (ORLANDI, 2001).

Diante disso, como explica a autora, o objetivo da AD é exatamente romper com os efeitos de evidência e expor a opacidade dos textos (menor unidade discursiva para Orlandi). Afinal, as palavras não carregam sentidos fixos, estes podem variar de uma formação discursiva a outra, pois a cada mudança há também a alteração da ideologia subjacente. Da mesma forma que a palavra está aberta a diferentes sentidos dado o contexto discursivo e ideológico em que é empregada, o texto em si também deve ser visto como um espaço passível de diferentes manifestações discursivas e ideológicas. Para Fígaro (2012), o texto é o material disponível para a composição da linguagem em uma dada cultura. Conforme a autora, as definições de texto, assim como de enunciado e discurso são essenciais para os estudos em comunicação e trabalho, pois são manejadas rotineiramente na constituição dos processos comunicativos e nas análises destes mesmos processos pelos pesquisadores.

Recorremos a José Luiz Fiorin (2012, p. 48), em sua leitura de Benveniste[13], para explicar os conceitos de enunciação e enunciado.

> Enunciação é a ação de enunciar, o ato de dizer. O enunciado é um vocábulo terminado em *-ado*, que une uma vogal temática com a desinência do particípio e, por isso, denota "o produto de uma ação". O enunciado, portanto, é aquilo que é dito, é o produto da enunciação. Temos o dizer e o dito, ou seja, a enunciação e o enunciado. O ato de dizer, a enunciação, produz um dito, que é o enunciado. (Destaques no original).

O enunciado pode ser entendido como algo dito em um tempo e lugar específicos e por um eu único que o destina a um tu particular. Nesse sentido, uma palavra enunciada sozinha (sem estar numa frase mais complexa composta por sujeito, verbo e predicado) pode compor um enunciado, assim como uma fotografia, um frame de filme ou ainda uma forma geométrica ou uma pintura abstrata. Ou seja, os enunciados não necessariamente são composições verbais,

[13] Linguista francês dedicado aos estudos de enunciação.

mas também unidades compostas por outras linguagens como a visual, a audiovisual e a sonora. (FIORIN, 2012).

Para Pêcheux (2015), o enunciado é a menor unidade com a qual trabalha a Análise do Discurso, já para Orlandi (2001), que constrói suas formulações amparadas na vertente discursiva de Pêcheux, o texto é essa unidade primeira. Essas diferenças, que não chegam a ser divergências, são demonstrativos da pluralidade conceitual da AD, tanto que Fígaro (2012) observa que apesar de cada conceito ter sua especificidade, no processo comunicacional, eles são considerados um só produto, daí a alternância de seus usos nesta pesquisa. Apesar de não realizarmos uma análise do ponto de vista da enunciação *stricto sensu*, a noção de enunciado e de enunciação são centrais para a compreensão do processo comunicativo como uma atividade linguageira complexa, sendo acionados em nossas análises.

Assim como o contexto, o tempo e o lugar marcam a singularidade de um enunciado e estão na base da definição de discurso, compreendido por Fígaro (2012, p. 13) como o tecido dos textos, aquilo que dá materialidade ao texto e confere-lhe historicidade. "Queremos dizer com isso que o texto só é possível de ser abordado e compreendido como discurso, ou seja, no contexto de uso, em diálogo com a corrente de discursos a qual pertence". O discurso não é algo puramente linguístico, possui uma dimensão extralinguística, mas é formado de enunciados concretos, dizeres enunciados em situações reais (BRANDÃO, 2012, p. 19-20).

Para Maria Cecília Souza-e-Silva (2004, p. 192), "(...) todo discurso se constitui por meio de um debate com a alteridade independentemente de qualquer traço visível de citação, alusão, etc.". Temos aqui outro pressuposto inerente à AD, a heterogeneidade. Para Orlandi (2001), a heterogeneidade se mostra ao analista pelas diferentes posições de sujeito encontradas no mesmo texto. Cada posição de sujeito remete a uma formação discursiva e ideológica diferente, de modo que essas formações acionadas pelas posições de sujeito passam a se relacionar de forma desigual e contraditória. O fundamento da identificação das posições de sujeito no texto é exatamente revelar como o social e a história interpelam os falantes e orientam suas posturas simbólicas (e políticas) no mundo.

A heterogeneidade não é um fenômeno observado apenas dentro do texto, ela marca inclusive a própria discursividade, tanto que o princípio da heterogeneidade discursiva norteia diferentes abordagens, como o dialogismo de Bakhtin, o materialismo discursivo de Pêcheux e o primado do interdiscurso de Maingueneau (Souza-e-Silva, 2004). Para Pêcheux (2015) e Orlandi (2001), a heterogeneidade discursiva tem como produto o interdiscurso. "Em sua definição, o interdiscurso é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos" (ORLANDI, 2001, p. 59).

O interdiscurso deve ser procurado, portanto, naquilo que não está dito, verbalizado, mas que está fora do texto, sendo evocado por ele por meio de sentidos vinculados a uma dada formação discursiva. Afinal, os sentidos, observa Pêcheux (2015, p. 165), só existem em referência a outros sentidos que constituem seu contexto. Daí a importância de a análise extrapolar o texto rumo ao contexto em que este se insere e assim identificar os jogos de sentidos, as contradições e as ideologias manifestas ou pressupostas por um texto.

Será esse movimento analítico que nos orientará na leitura da comunicação dos jovens jornalistas sobre o trabalho que realizam. A identificação de interdiscursos, de formações discursivas expressas ou suscitadas pelas diferentes posições de sujeito que ocupam em seus relatos nos conduzirá à compreensão de como dimensionam os saberes teóricos e os saberes da experiência, e como articulam valores pessoais, valores sociais (ideológicos) e valores deontológicos da profissão para a realização das atividades de trabalho.

Mas para entender como as identidades profissionais dos jovens jornalistas se articulam discursivamente será preciso buscar amparo em outras abordagens conceituais, mais precisamente aquelas que investigam o *ethos* como categoria expressiva de uma imagem discursiva do sujeito a partir do texto.

2.4.2 O ethos como identidade de trabalho

A subjetividade de qualquer indivíduo é formada por um compêndio de muitas vozes que ele recebe da sociedade, do tempo em que vive, e pode reproduzir, de modo passivo e acrítico, ou reelaborar de modo ativo e crítico. Baccega (1995) evidencia que a subjetividade é construída a partir do movimento entre o eu e o social. A sociedade aqui é entendida como agrupamento de múltiplas subjetividades e é nesse encontro no contexto social que cada indivíduo constrói ou reconstrói valores morais, emoções e o conhecimento sobre o mundo (BACCEGA, 1995, p. 24).

> Quando falamos em subjetividade, não podemos perder de vista que ela é formada a partir da materialidade constituída pela manifestação dos vários discursos, instituindo um *eu* plural, o qual, por sua vez, manifestará, num movimento espiralado, sua reelaboração desses discursos, utilizando-se, para isso, da matéria-prima com a qual os discursos - os que ele recebeu e os que ele reelaborou - se formaram: as palavras, os signos da sociedade em que esses discursos circulam (BACCEGA, 1995, p. 23. Grifo no original).

O sujeito que ostenta essa subjetividade é composto pela materialidade da língua e da história. Para a AD, esse sujeito é ao mesmo tempo livre e responsável, sendo, muitas vezes determinado pela exterioridade do social, a qual se manifesta pela interpelação do discurso e da

ideologia (ORLANDI, 2001, p. 91). A forma sujeito de que fala a AD tem uma dupla natureza, é ao mesmo tempo, sujeito a algo e sujeito de algo, e por essa característica aproxima-se da ideia de corpo-si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

O corpo-si tem autonomia, mas também é heterodeterminado e se constitui nos embates entre as instâncias do seu fazer e do seu dizer. Consequentemente, os dizeres desse corpo-si serão organizados também nos liames entre determinação interna (pessoal) e determinação externa. Esse embate entre interior e exterior é contínuo, não se resolve no texto, nem na enunciação. Na verdade, ele se atualiza a cada novo dito seja reiterando o dito em outra ocasião ou assumindo uma nova postura ideológica por meio de seus dizeres. O fato é que o sujeito, assim como o discurso e os sentidos, não é uma unidade, uma categoria completa e fechada.

A partir dessa perspectiva, a identidade é encarada como um movimento na história, assim como os sentidos, que caracterizam percursos simbólicos incompletos e inacabados (ORLANDI, 2001, p. 93). Nas palavras da autora, a identidade do sujeito é traçada em seu posicionamento discursivo.

> (...) pelo jogo da interpretação, nós observamos como o sujeito está ancorado no discurso, em uma formação discursiva, em um sentido, produzindo este texto e não outro texto qualquer, realizando o imaginário discursivo da unidade de sua autonomia, da sua responsabilidade face aos sentidos (ORLANDI, 2001, p. 92).

Em razão disso, o sujeito ao dizer algo não está apenas significando o mundo, mas significando a si mesmo (ORLANDI, 2001) e é essa maneira de se significar, de apresentar-se para os iguais e para os diferentes que nos interessa analisar nesta pesquisa.

Na medida em que os jornalistas significam o jornalismo estão significando a si mesmos como trabalhadores, profissionais, jornalistas e seres no mundo. De posse desse raciocínio, buscamos identificar quais valores e ideologias fundamentam as identidades de trabalho dos jovens jornalistas. Identidades aqui forjadas não por um ideal jornalístico transposto de livros, códigos e manuais apresentados no processo formativo, ou de representações culturais do que é ser jornalista partilhadas pela mídia, mas construídas pelo concreto da atividade de trabalho.

Partimos da premissa de que a atividade de trabalho, com seus debates de normas, de valores e de saberes, marca as subjetividades dos jovens profissionais, entranhando-se no discurso sobre o trabalho que constroem e na imagem de trabalhadores que elaboram ao falar sobre a profissão. Para realizar nosso objetivo de pesquisa sendo fiel ao repertório teórico que subjaz os estudos em comunicação e trabalho, exploramos o ethos discursivo como um aporte operativo para a compreensão das identidades de trabalho dos jovens jornalistas. Aqui nos filiamos ao emprego do ethos realizado pela análise do discurso de Dominique Maingueneau (MAINGUENEAU, 2020; AMOSSY, 2016; MAINGUENEAU, 2016; SOUZA-E-SILVA,

2014;), autor que se constitui como importante referência no desenvolvimento da Análise do Discurso brasileira, contribuindo a partir de suas singularidades para a instauração de novas instâncias discursivas (CARREON, RUIZ, ARAÚJO, 2019).

A categoria de ethos apresenta-se como um elo produtivo para a relação entre os estudos ergológicos e de linguagem, tendo respaldo em estudos posteriores como os de Souza-e-Silva (2014), que realiza a articulação entre trabalho e linguagem a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva, a qual tem como aporte prioritário os estudos de Dominique Maingueneau[14]. Sendo assim, encontramos respaldo para trabalhar com o ethos em um estudo filiado ao binômio comunicação e trabalho.

O ethos encontra acolhida em diferentes estudos de linguagem, podendo ser sintetizado como a imagem de si no discurso (AMOSSY, 2016). É uma noção cuja referência mais tenra remete aos estudos retóricos de Aristóteles, nos quais a imagem que o enunciador ou locutor (termo comumente usado por Maingueneau para se referir ao falante) constrói de si é investigada com o intuito de verificar a eficácia de um discurso (no sentido de oratória) junto ao público para o qual se destina. O ethos, como uma das três provas discursivas engendradas por Aristóteles[15], aparece nas reflexões sobre oratória, com dois sentidos opostos, ora sendo tratado como uma marca moral do orador, ou seja, como uma virtude, e ora sendo visto a partir de um olhar mais neutro, tomado como hábito, costume ou caráter. Para Amossy (2016, p. 30), essas facetas não se excluem na análise do ethos, mas se complementam para melhor entender a atividade argumentativa em curso, possibilitando que a noção seja analisada sob duas miradas, uma social e outra moral (PIRIS, 2019).

Contudo, o ethos não está de todo pacificado semanticamente. Deusdará, Rocha e Arantes (2019) atentam para a grafia do termo, adotando a escrita de etos, sem h, como signo de autonomia e de singularidade dos estudos éticos brasileiros.

> A constatação de um uso majoritário da forma ethos, grafada com h, em textos em língua portuguesa, permite-nos levantar uma dupla hipótese: (i) trata-se de uma tradição etimológica dos escritos em língua portuguesa; (ii) trata-se de uma atitude de respeito à grafia do conceito em língua estrangeira (DEUSDARÁ, ROCHA, ARANTES, 2019, p. 02).

Com o termo etos já dicionarizado, os autores consideram complicado insistir na grafia em língua estrangeira, pois implicaria em uma autoridade exterior sobre a teorização da noção. Apesar dessa postura ser louvável pelo esforço de valorização e autonomia da produção de

[14] A interface trabalho e linguagem também se realiza por meio de estudos embasados na perspectiva dialógica de Bakhtin/Volochinov (2014) e de investigações calcadas no interacionismo simbólico de Erving Goffman.
[15] As outras duas provas discursivas aristotélicas são o pathos e o logos, também tratados como operadores analíticos nos estudos retóricos (AMOSSY, 2016).

conhecimento nacional, optamos por manter a grafia estrangeira como uma forma de denotação de nossa vinculação ao pensamento de um autor em particular, no caso, Maingueneau. Sem falar que, pelo fato de nossa origem ser da comunicação e não do campo da linguagem propriamente dita, nos sentimos mais confortáveis e seguros em estar ancorados em uma abordagem mais tradicional que se revela na própria grafia do conceito, a qual nos parece ser dominante no próprio campo da linguagem dado o fato de que, no dossiê dedicado à noção de ethos na revista em que Deusdará, Rocha e Arantes (2019) publicaram seu texto com essa proposição inovadora, eles são os únicos a valerem-se da escrita "etos".

Adotado este posicionamento, podemos seguir em busca da essência do conceito de ethos. Na Análise do Discurso, ele é visto mais sob o viés do conhecimento de uma identidade discursiva do enunciador e dos valores e ideologias que ela evoca do que da perspectiva de efetividade comunicacional (MAINGUENEAU, 2020). O ethos discursivo entra em cena para revelar os meandros textuais e enunciativos pelos quais o enunciador se legitima enquanto um produtor de discursos em uma determinada situação.

Apesar de ser uma noção híbrida (social e discursiva), cuja interpretação resulta de uma articulação interdisciplinar, o ethos, como operador analítico para a compreensão do discurso, deve ser entendido como uma imagem construída no discurso e não exterior a ele, em uma situação de interação em que há um jogo de influências (MAINGUENEAU, 2020, p. 13). Para influenciar o interlocutor ou mesmo se legitimar, o locutor ou enunciador não precisa necessariamente falar de si mesmo no texto. Essa constatação move Maingueneau (2020; 2002) a encontrar duas manifestações diferentes do ethos: mostrado e dito.

O ethos mostrado é constituinte de toda enunciação, ele está presente em todo texto, mesmo que não esteja explícito linguisticamente, sendo sugerido pela construção de sentido por meio de pistas discursivas. Já o ethos dito é aquele identificado em fragmentos do texto, os quais revelam explicitamente o caráter ou a imagem que o locutor está construindo de si mesmo. (MAINGUENEAU, 2020; 2016). Porém, em algumas circunstâncias, o ethos de um locutor antecede até mesmo sua enunciação, seja ela dita ou mostrada em um texto. Quando isso acontece, estamos diante do fenômeno do ethos pré-discursivo.

> Mas essa distinção pré-discursivo/discursivo tem de levar em conta a diversidade das situações de comunicação. Existem circunstâncias em que o destinatário não parece ter representações prévias do ethos do locutor (...), mas é difícil imaginar uma ausência total de ethos: mesmo que nada saibamos do indivíduo que escreveu um romance, saberemos ao menos que ele se considera um escritor, um romancista que publica certo gênero de romance por tal editora. O simples fato de um texto resultar de um tipo, de um gênero de discurso e de determinado posicionamento ideológico induz expectativas em termo do ethos (MAINGUENEAU 2020, p. 12).

Carreon, Ruiz e Araújo (2019) atentam para a distinção entre o ethos pré-discursivo e a noção de estereótipo, em Maingueneau, demarcando que enquanto o estereótipo é de ordem histórica e social, o ethos pré-discursivo concerne a imagens do locutor que antecedem sua fala. Piris (2019) busca em Amossy (2016) a definição do processo de estereotipagem, o que auxilia a entender como o estereótipo participa da construção do ethos. "(...) a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica" (AMOSSY, 2016, p 125-126).

Sob esse argumento, podemos concluir que o ethos jornalístico moderno é uma imagem estereotípica do ser jornalista (TRAQUINA, 2005), marcada pela ideia do jornalista como um servidor público, defensor da democracia e fiscal das instituições do Estado de Direito. O ethos pré-discursivo seria da ordem da singularidade, de uma imagem prévia de um enunciador singular. Por exemplo, a imagem de repórter é da ordem do estereótipo do mundo ético do jornalismo, mas ao ler um texto escrito por um repórter específico da área cultural, tem-se uma expectativa do tipo de enunciador que ele encarna.

É o caso da jornalista Eliane Brum, cujos textos são marcados por sensibilidade e criticidade, gerando uma expectativa no leitor de que ela assuma o ethos de repórter afetada (MEDINA, 2018) pelos fatos, podendo ser este seu ethos pré-discursivo. De volta à explanação de Maingueneau (2020), é importante demarcar que para o autor, o ethos "efetivo" de um enunciador é composto pela interação entre o ethos pré-discursivo, o ethos discursivo (mostrado) e o ethos dito na forma de marcas de personalidade visíveis na superfície do texto. Apesar destas categorias sustentarem análises de diferentes textos, elas não são unanimidade no campo das linguagens.

Deusdará, Rocha e Arantes (2019) consideram estas categorias ambíguas, polissêmicas e teoricamente difíceis. Já Piris (2019) avalia a noção de ethos prévio ou pré-discursivo como contraditória, pois aponta para uma imagem fora da enunciação em análise, construída por um enunciador diferente.

> Com base no pressuposto aristotélico de que o ethos é a imagem do orador construída por ele mesmo no momento da enunciação de seu próprio discurso (a redundância referencial aqui é proposital), parece-nos inadequado o emprego do termo ethos prévio, mesmo que acompanhado do qualificador "prévio", pois esse termo se mostra duplamente incongruente ao pretender recobrir uma imagem construída (i) antes da enunciação do discurso e (ii) por outro ator que não o próprio enunciador." (PIRIS, 2019, p. 05. Grifos no original).

A proposição de Piris (2019) é usar o termo "imagem prévia do enunciador" para demarcar a relação do ethos discursivo com estereótipos em circulação e resguardar o termo ethos para manifestações localizadas em textos e situações comunicativas específicas. Por sua vez, Deusdará, Rocha e Arantes (2019) consideram que o interdiscurso é suficiente para dar conta do que Maingueneau identifica como ethos pré-discursivo, que na leitura deles, não passa de impressão e reminiscência de textos do passado que voltam à cena em um novo texto. Diante disso, propõem a exclusão dos conceitos de ethos pré-discursivo e ethos dito. Para tal, eles se apegam ao que denominam de definição monossêmica de ethos advinda de Maingueneau e de Ducrot: "(...) um único sentido para etos: uma certa compleição que o enunciador mostra de si sem o dizer explicitamente, apenas pelo modo como enuncia. Ou seja, o etos coincide com o que veio a ser chamado de etos mostrado". (DEUSDARÁ, ROCHA, ARANTES, 2019, p. 04).

Em nossa pesquisa, nos interessa a relação entre os ethé de jovens jornalistas e o ethos jornalístico moderno, tomado aqui como um estereótipo do mundo do trabalho do jornalismo, uma imagem prévia, como diz Piris (2019), da qual os jovens jornalistas podem se valer para expressar suas identidades. Da mesma forma, a categoria ethos dito poderá ser acionada a depender do *corpus* e de sua relevância para as análises, podendo ser extraídas diretamente das apresentações de si dos jovens jornalistas, a exemplo de textos de perfis em sites de relacionamentos que Maingueneau (2018) analisa, mostrando a efetividade do ethos dito.

Mesmo se interessando por textos dessa natureza, em que o enunciador fala de si, Souza-e-Silva (2014) explica que os estudos do analista francês não se dobram a uma sedução "psicologizante ou voluntarista" que a retórica ensejava ao preconizar a autonomia do indivíduo em selecionar o melhor dizer para conquistar uma plateia. A autora demarca, a partir da leitura de Maingueneau, que o enunciador não é dono do seu dizer, mas o elabora em razão de efeitos que intenta produzir em seu interlocutor a partir do que a formação discursiva em que ele se inscreve permite. É essa perspectiva dialógica entre o singular, o dito de um enunciador específico, e o que já foi dito anteriormente na história e na sociedade que torna a AD, de um modo geral, e o conceito de ethos, em particular, como referenciais interessantes para a comunicação e trabalho.

A dialética singular/particular/universal pode assim ser visualizada discursivamente, realçando a historicidade do sujeito enunciador tão cara ao materialismo histórico em Marx, mas também em Leontiev (1976) e Baccega (1995), que repercutem o método e a ontologia materialista na linguagem e na palavra, respectivamente. As formações discursivas e ideológicas aparecem então como marcadores da historicidade do sujeito que fala, movimento

este que balizou os primeiros escritos de Maingueneau sobre o fenômeno da incorporação pelo ethos discursivo.

> (...) a formação discursiva atribui "corporalidade" à figura do enunciador; tal corporalidade possibilita aos sujeitos a "incorporação" de esquemas que definem uma maneira específica de estar em sociedade; ambos os aspectos constituem uma condição de incorporação dos destinatários a certo mundo éthico, gerando adesão a um grupo de adeptos daquele discurso. (CARREON, RUIZ, ARAÚJO, 2019, p. 06. Grifo no original).

Depois de um tempo, Maingueneau abandona a relação entre ethos e formação discursiva, passando a teorizá-lo sob o ponto de vista da enunciação, atrelando-o aos componentes da cena discursiva (CARREON, RUIZ, ARAÚJO, 2019). Apesar dessa virada, ainda nos interessa relacionar o ethos com as formações discursivas e ideológicas de modo a demarcar os conflitos entre a heterodeterminação e a autodeterminação dos sujeitos na construção discursiva de suas identidades de trabalho. Diante disso, tal como o conceito das dramáticas do uso de si, na Ergologia, o ethos discursivo é uma figura da dialética singular/particular/geral na medida em que é atravessada também por valores e saberes que pertencem a um mundo ético[16].

Em linhas gerais, o mundo ético se funda por diferentes imagens estereotipadas em circulação na sociedade e está diretamente relacionado ao processo de incorporação do ethos discursivo do enunciador pelo enunciatário. "(...) segundo o analista do discurso, funciona como um conjunto difuso de representações sociais e culturais, o que evidencia uma tensão entre o ethos almejado e o efetivamente elaborado." (DI FANTI, FERÉ, 2018, p. 315). Em se tratando da incorporação, ela implica na assimilação pelo interlocutor do ethos do locutor, o qual, nos textos orais e escritos apresenta certa vocalidade e tom que são reconhecíveis pelo interlocutor e formam o corpo do enunciador.

> Trata-se, com efeito, de um corpo de enunciador (e não, obviamente, do corpo do locutor extradiscursivo), considerado como um fiador que, por seu tom, atesta o que é dito. O termo tom tem a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral. O poder de persuasão de um discurso resulta, então, em boa parte, do fato de ele levar o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, mesmo muito esquemático, investido de valores historicamente especificados: as "ideias" suscitam a adesão do leitor porque a maneira de dizer implica uma maneira de ser (MAINGUENEAU, 2020, p. 14).

A imagem do enunciador no texto possui um caráter e uma corporeidade que abarcam desde marcas psicológicas a uma maneira de se vestir, um modo de se movimentar no espaço social. Essa figura desenha-se quando o interlocutor entra em contato com a imagem do fiador elaborada no texto. Para tal, explica Maingueneau (2020, p. 14), o enunciador lança mão de

[16] Aqui, preferiremos a versão mundo ético a despeito de estarmos grafando o termo ethos em sua versão estrangeira.

representações sociais estereotipadas em circulação na cultura, de forma que elas podem ser reforçadas ou transformadas quando transpostas para o texto. É todo esse articulado fenômeno de imaginação do corpo e das características físicas e psicológicas do fiador que o autor denomina de incorporação, a qual pode se dar no plano da constituição de uma corporalidade para o fiador do texto; na incorporação pelo interlocutor de "maneiras específicas de se relacionar com o mundo habitando seu próprio corpo" e pela construção de um corpo representativo de uma comunidade imaginária formada por aqueles que aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2020, p. 14-15).

Maingueneau (2020; 2016) ressalta que o discurso pressupõe uma cena de enunciação que valida a ocorrência da enunciação em si. Essa cena se desdobra em três: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante tem um quê de pragmatismo, abarcando o tipo de discurso enunciado, por exemplo, discurso religioso, científico, jornalístico etc. A cena genérica, por sua vez, irá se referir a um acordo, um acerto contratual imaginário sobre o que esperar do enunciado a partir do gênero do discurso ao qual pertence. (MAINGUENEAU, 2020, p. 19) Nesse caso, quando se identifica o editorial como cena genérica espera-se dele a construção de um texto argumentativo que ao final expresse claramente a posição da organização jornalística frente a um acontecimento social.

Por fim, tem-se a cenografia, que diz respeito ao movimento enunciativo do texto.

> A cenografia não é, pois, um quadro, um ambiente, como se o discurso ocorresse em um espaço já construído e independente do discurso, mas aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala. (...) A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra (...) (MAINGUENEAU, 2008, p. 70)

Como exemplo de cenografia, podemos pensar em um texto jornalístico que abandona o tom autoritário do discurso objetivo e instaura uma cenografia dialogal, conversacional com o leitor, recorrendo às construções frasais características de situações de informalidade, valendo-se de gírias e até mesmo de memes para simular uma proximidade com o leitor.

Cada cena discursiva implica em manifestações do ethos que podem se complementar ou até mesmo se contradizer, apresentando-se como caminho analítico pelo qual se pode identificar o ethos, sendo propício inclusive para a investigação de textos imagéticos e audiovisuais, podendo-se a partir das cenas discursivas engendrar reflexões sobre as subjetividades forjadas sobre visualidades e contravisualidades em disputa nas plataformas de redes sociais, por exemplo (COSTA; SILVA, 2020).

A elaboração de uma categorização minuciosa da parte de Maingueneau (2020; 2016) pode ser compreendida como uma forma de legitimar e efetivar o estudo do ethos, pois como o

próprio autor pontua, as variações predicativas que caracterizam o ethos são amplas e abertas, o que ora facilita o trabalho do analista e ora o dificulta. Sendo assim, pensando não em restringir as manifestações do ethos, mas em orientar sua leitura, ele propõe atribuir ao ethos três dimensões: categorial, experiencial e ideológica (MAINGUENEAU, 2020, p. 25).

A dimensão categorial pode ser identificada a partir de papéis discursivos atribuídos pela cena genérica do discurso (narrador, repórter, pregador etc.) e pelos papéis sociais encontrados no universo extradiscursivo (pai, trabalhador, pesquisador, empresário etc.). A dimensão experiencial já diz respeito aos estereótipos psicossociais em circulação, como agressivo, patológico, tóxico, esperto, inteligente, sagaz etc. E a dimensão ideológica faz menção aos posicionamentos do enunciador no campo político, como feminista, conservador, liberal, comunista etc. Apesar de apresentadas em separado, essas três dimensões não aparecem no texto de maneira equidistante ou com o mesmo peso. A interação entre elas, frisada por Maingueneau (2020), vai implicar na possibilidade de sobreposições ou de valorações diferentes para cada uma.

Com isso, encerramos nosso primeiro percurso epistemológico e teórico, trilhado a partir do caminho aberto pela trajetória originária do binômio comunicação e trabalho como construto teórico-metodológico. O intuito aqui foi mostrar um paralelismo entre as dramáticas do uso de si e o ethos discursivo como categorias que possibilitam, dialeticamente, olhar para os saberes e os valores que compõem a práxis jornalística e fundamentam as identidades de profissionais a partir da singularidade das atividades de trabalho dos jovens jornalistas, as quais estão diretamente relacionadas com as transformações no mundo do trabalho contemporâneo.

Para avançar nessa rota, nos dedicaremos, no próximo capítulo, a discorrer sobre o jornalismo enquanto atividade humana que visa a produção de conhecimento social, delineando um ponto de vista ergológico para o estudo do jornalismo.

3. O JORNALISMO COMO ATIVIDADE SOCIAL E SINGULAR

Neste capítulo, problematizamos valores e saberes que fundamentam a deontologia moderna do jornalismo, como o tempo, a objetividade, a liberdade e os saberes instituídos resultados de estudos clássicos do campo profissional ancorados no Funcionalismo e na ideologia profissional. Nosso objetivo não é desqualificar esses saberes e valores fundamentais, mas enfatizar as potencialidades teóricas, empíricas e sociais de estudos que apresentam o trabalho como categoria central e a dialética como método de apreensão e análise da realidade.

Para firmar tal finalidade, buscamos amparo nas abordagens dialéticas da Ergologia, da teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho (2012) e de leitores de Genro Filho, como Rodrigues de Souza (2006; 2021); Pontes (2017); Fígaro et al (2021b); Moretzsohn (2013) e Meditsch (1992; 1997), as quais nos possibilitam sublinhar a emancipação do jornalista e da sociedade como latentes ao trabalho jornalístico quando este se assume como um conhecimento social.

Neste capítulo, destacamos ainda pesquisas e reflexões teóricas sobre o jornalismo realizadas no cenário nacional. Essa predileção se justifica como reconhecimento de esforços investigativos que gradativamente consolidam teorias do jornalismo brasileiras, marcadas por estudos empíricos sobre o trabalho e a identidade jornalística. E se legitima ainda pelo fato dessas reflexões darem corpo aos saberes instituídos partilhados nas salas de aula de graduação, compondo a formação de novos profissionais.

Por fim, essas discussões são costuradas com o amparo metodológico da dialética, sobretudo, do dispositivo dinâmico de três polos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), que nos propiciou a elaboração de categorias analíticas úteis para compreender os dados resultados da coleta empírica.

3.1 O jornalismo e a produção de conhecimento sobre a singularidade

O trabalho de jornalista está enfrentando uma série de mudanças que dizem respeito ao seu modo de organização e produção, à construção discursiva e ao estatuto sociocultural do ofício. A assunção de que a prática profissional passa por transformações obriga o campo de estudos referentes ao Jornalismo a também se reorganizar com vistas a refletir, avaliar e qualificar essa realidade em mutação. Esse movimento pode ter início com um retorno à gênese da atividade jornalística para que se possa delimitar a extensão das mudanças que a afetam e

compreender se elas a descaracterizaram a ponto de não se poder mais falar em prática jornalística e, consequentemente, da profissão de jornalista.

Dito isto, faz-se necessário adentrar as entranhas do sentido social do jornalismo. Afinal, como lembram Fígaro, Nonato e Grohmann (2013, p. 04), "o jornalismo é um serviço que se presta à sociedade, para que os processos democráticos e de conquista da cidadania se viabilizem". Em razão disso, conclamamos a perspectiva teórica de Adelmo Genro Filho para refletir sobre o fazer noticioso contemporâneo, partindo da premissa central do autor de que o jornalismo é uma forma de conhecimento social. Situado em um espectro político de esquerda e marxista, Adelmo Genro Filho (2012) nos idos de 1980 - quando o funcionalismo era hegemônico no campo da comunicação no Brasil (LOPES, 2005) - tomou para si o desafio de elaborar uma teoria do jornalismo marxista brasileira.

No entanto, ele não foi o primeiro na história do pensamento jornalístico nacional a se amparar nos escritos marxistas para criticar a produção noticiosa. Francisco Rüdiger (2021), em um compêndio sobre as teorias do jornalismo no Brasil, relembra que autores como Perseu Abramo, Nelson Werneck Sodré e Ciro Marcondes Filho também adotaram postura crítica em relação ao jornalismo. Suas teses consideravam a imprensa como objeto de manipulação (Abramo), reconheciam seu caráter de negócio na sociedade capitalista (Sodré) e teorizavam sobre a notícia como uma mercadoria, cuja organização era ditada pelos valores de uso e de troca que assumia (Marcondes Filho). (RÜDIGER, 2021)[17].

Essas discussões e outras também identificadas com a crítica marxista em circulação nos anos 60 e 70 se baseavam em Marx, nas leituras de Althusser e nos escritos de Gramsci[18]. Genro Filho se diferenciou desta tradição nacional por não adotar um tom tão fatalista para refletir sobre o jornalismo e ainda por eleger como cimento epistemológico o pensamento de Lukács, mais especificamente apropriando-se das categorias universal, particular e singular -

[17] Rüdiger e Daros (2020), escrevendo sobre o pensamento marxista e as teorias do jornalismo, pontuam que nos anos 1980, o pensamento marxista fundamentou as pesquisas de uma classe de acadêmicos das Humanidades no Brasil, tornando-se hegemônico entre esse grupo. Dentre os quais, havia aqueles mais "sensatos" – nas palavras dos autores – como Genro Filho, e os mais "radicais", a exemplo de Ciro Marcondes Filho, este último que, de acordo com Rüdiger e Daros (2020), com o passar do tempo, foi seduzido pela teorias pós-modernistas. Eles encerram o artigo apontando que os acadêmicos de esquerda colocam em dúvida a pertinência das proposições marxistas para entender o jornalismo na era digital, o que consideramos improcedente, pois nos últimos 20 anos tanto o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP), quanto a rede de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação (EPTIC) investigam fenômenos do jornalismo digital e da comunicação amparados no referencial materialista histórico e nas ideias de Marx, em particular.

[18] Sob a perspectiva de Althusser, a imprensa é vista como um aparelho ideológico do Estado usado para manter a dominação capitalista. Já pela influência de Gramsci, "o jornalismo é uma agência de hegemonia, em vez de aparato usado para manter a dominação e manipular ideologicamente as audiências; trata-se de um processo ou práxis, cuja condução se dá no sentido de fornecer direção espiritual para um grupo ou mesmo para a sociedade – mas não exclui resistências e tensionamento com projetos alternativos" (RÜDIGER, 2021, p. 117).

que o marxista húngaro aplicava ao estudo da arte - para compreender o tipo de conhecimento que o jornalismo produz.

A longevidade da proposta de Genro Filho (2021), que não viveu o suficiente para acompanhar a repercussão de seus escritos, deve-se não ao ineditismo de seu postulado sobre o jornalismo como forma de conhecimento, pois antes, ainda nos anos de 1940, Robert Park (2008) já havia enunciado sobre a potência do jornalismo como conhecimento. A força da premissa de Genro Filho vem de sua amarração a uma verve política do jornalismo, tomado não só como um conhecimento objetivo da realidade - preconizado pela teoria realista do jornalismo de base positivista (GUERRA, 2018) - mas como uma força de transformação da realidade social. Postura essa considerada romântica e utópica por Lago (2002)[19] e idealista por Rüdiger (2021), mas reforçada por pesquisadores contemporâneos como Rafael Bellan Rodrigues de Souza (2021, p. 128), que comunga com Genro Filho a defesa de que o jornalismo é necessário para a liberdade humana e para a construção de uma vida plena de sentidos.

Apesar de esta vertente ficar explícita na argumentação tecida em "O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo", muitos se apropriaram da tese de que o jornalismo é uma forma de conhecimento social, mas não avançaram ou ressaltaram o aspecto marxista da obra com noções como a de práxis e de emancipação social (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 89). A práxis, conceito mestre na reflexão de Genro Filho (2012), está ausente, por exemplo, no pensamento de Robert Park (2008) que, filiado à Escola de Chicago, tinha como finalidade de pesquisa a observação mais do que a transformação.

> (...) Park transfere as ideias biológicas darwinistas à vida social, definindo assim novos princípios de ecologia social e humana. Toda a sua sociologia está cheia de descrições de diferentes fenômenos em forma de processos evolutivos dinâmicos. Esses possuem "histórias naturais", sequências de estados que conduzem primeiro à mudança social e depois a sua institucionalização. O jornal é um exemplo a mais. Por outro lado, Park concebe o jornal ao longo de sua história, menos como uma instituição (entendida como estrutura social) e mais como um organismo vivo imerso em um processo contínuo de adaptação às necessidades sociais dos indivíduos e grupos dentro de uma sociedade crescentemente urbanizada. Nesse quadro, o princípio darwinista da luta pela existência é interpretado por Park, no caso do jornal, como a luta por aumentar a circulação (CONDE, 2008, p. 30. Grifos no original).

Situado em uma posição positivista, Robert Park (2008, p. 68) entendia a notícia como um evento isolado da história, calcado no presente e que recorre ao passado ou ao futuro apenas para tornar mais nítido o aqui e agora. "A função da notícia é de orientar o homem e a sociedade

[19] Na tese de doutorado intitulada "O romantismo morreu? Viva o romantismo! Ethos romântico no jornalismo" (2002), Cláudia Lago analisa obras tradicionais e publicações contemporâneas que compõem o campo de saberes do jornalismo identificando a presença de um ethos romântico nos ensinamentos e reflexões sobre a profissão. Para a autora, o livro de Genro Filho expressa o ethos romântico do tipo utópico, o qual defende as transformações das relações dentro do jornalismo e deste para com a sociedade.

num mundo real. À medida que ela consegue isto, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade". A notícia é assim uma forma de conhecimento que proporciona acomodação à realidade social. Dessa maneira, o pensamento de Park se aproxima do que Karel Kosik (1969, p. 10) chama de práxis utilitarista. "(...) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade."

A práxis utilitarista forja um conhecimento que orienta o ser humano a transitar na sociedade, mas não possibilita a reflexividade sobre o próprio sentido da humanidade na história naquele dado momento. Ou seja, o jornalismo amparado nesse utilitarismo se conforma à sociedade, o que pode ser entendido como uma conformação à ideologia e às forças sociais dominantes, no caso à ideologia e força do capital.

Genro Filho (2012, p. 78), por meio do conceito de práxis, vai além do conhecimento de superfície da notícia e da conformação. A práxis é o ponto basilar da dialética e corresponde a uma síntese entre o geral e o particular, entre o humano e a sociedade, sendo produzida pela apropriação do mundo natural pelo pensamento humano. Para Kosik (1969, p. 18), a práxis se dá pela "compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura." Pontes (2017, p. 170) reforça a definição de práxis afirmando:

> (...) Com base na práxis, entende-se o homem como um sujeito que pensa o mundo e também é parte desse mundo. Outra característica da práxis, ela é crítica ao modo como os fenômenos se apresentam, entendendo que toda manifestação é parte da essência, mas nunca o próprio ser da coisa. Sob esse aspecto, o concreto é resultado da atividade crítica humana que não aceita a reificação e a coisificação do mundo da vida.

A reflexão sob o viés da práxis é o que permitirá a fuga da armadilha da superficialidade. Rodrigues de Souza (2021), ao retomar a tese de Genro Filho para tratar sobre o conhecimento produzido pelo jornalismo no século XXI, explica que a práxis, na ontologia marxista, é o elemento de comunhão entre a objetividade e a subjetividade sob uma perspectiva da realidade concreta. Pensar o jornalismo sob a lente materialista histórica é, portanto, levar em consideração que

> A práxis é o critério decisivo de todo conhecimento correto porque ela cumpre objetivamente o papel de enredar a dinâmica e os movimentos do ser social em sua relação insuperável com a materialidade econômica e social de sua época. (...) Ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que dá sentido humano à natureza, como na formação da subjetividade, cujos afetos e sentimentos existenciais são parte da busca pela liberdade. (RODRIGUES DE SOUZA, 2021, p. 135).

Sob essa perspectiva teórica, a notícia emerge como resultado de uma práxis e uma forma de conhecimento sobre a singularidade (GENRO FILHO, 2012; PONTES, 2017) capaz de ultrapassar a barreira da dominação burguesa. Genro Filho (1987, informação verbal)[20] explica que o jornalismo é uma forma de conhecimento nascida com o desenvolvimento das relações capitalistas e da indústria. Conforme o autor, o capitalismo foi o primeiro sistema na história que propiciou a real interligação internacional, mundial, do gênero humano em torno de um só sistema. Fenômeno que se deu graças a ações expansionistas controversas, como o imperialismo e o colonialismo, e o qual requereu novas formas de comunicação social, abrindo espaço para o jornalismo. "Era preciso que o mundo se tornasse único, interligado e dinâmico, para que surgisse a necessidade de que as pessoas se relacionassem com esse mundo de alguma forma semelhante à maneira como elas se relacionam pessoalmente com seus acontecimentos do dia a dia." (GENRO FILHO, 1987, informação verbal).

Portanto, o jornalismo, mesmo dependendo da materialidade da indústria e da dinâmica do capitalismo enquanto sistema, encontra seu diferencial na ênfase da singularidade. Os fenômenos singulares podem receber tratamento técnico e objetivo, aos moldes do jornalismo amparado na ideologia burguesa, mas trazerem de modo subjacente um ponto de vista crítico ao regime de produção e às classes sociais que o comandam, instigando assim as mudanças sociais (GENRO FILHO, 1987, informação verbal). E para sustentar essa potência de transformação da realidade que o jornalismo possui, Genro Filho (2012) recorre à tríade universalidade, particularidade e singularidade para explicar o conhecimento jornalístico.

> Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

Pontes (2017, p. 171) explica que essa tridimensionalidade é uma perspectiva herdada de Hegel, em que

> A universalidade se revela na concepção, no todo, na regra, na explicação lógica da realidade que converge e determina as partes. A singularidade, por sua vez, é o único, o factual, o fenomênico, o atual, o acontecimento. A singularidade é a manifestação, o fenomênico, mas também a efetivação, quando o conceito se concretiza na realidade (em termos hegelianos).

A particularidade, por sua vez, é uma categoria que emerge mostrando as possibilidades de percursos para se partir da singularidade e chegar à universalidade, ou seja, ela avança na abstração rumo à universalidade. Trata das associações de fatos, das temporalidades e dos

[20] Informação verbal resultado de palestra concedida pelo autor durante o Encontro Regional de Estudantes de Comunicação (ERECOM), realizado na FAMECOS (PUC/RS), em outubro de 1987, um mês após o lançamento do livro "O segredo da pirâmide", em Florianópolis e Porto Alegre.

conflitos envolvendo fenômenos singulares (PONTES, 2017, p. 171). O autor observa ainda que a universalidade, por se relacionar diretamente com as questões de grande envergadura para a sociedade, é histórica, aberta e em franco processo de construção.

Ao exemplificar a relação entre as três categorias, Genro Filho (2012, p. 170 -171) observa que cada ser humano singular carrega em si marcas do gênero humano que se mostram em sua identidade. Por sua vez, o gênero humano congrega todos os seres singulares. A particularidade se apresenta assim como um momento intermediário entre o singular e o universal e na universalidade estão contidas as singularidades e particularidades. O particular é, por exemplo, a classe, a nação, a família a qual esse ser singular pertence. Aplicando essa lógica à atividade de trabalho no jornalismo, podemos pensar que o jornalista é uma particularidade do gênero humano. O jornalista está dialeticamente ligado à sociedade e cada sujeito jornalista encarna a singularidade humana.

Genro Filho (2012, p. 164), apoiado na discussão estética de Lukács, distingue os tipos de conhecimento que a ciência, as artes e o jornalismo se encarregam de produzir. A universalidade está no cerne do conhecimento científico, o qual guia-se pela dimensão objetiva da realidade, enquanto a arte une sujeito e objeto de forma a não apagar as marcas de subjetividade, mas sem a pretensão de alçar a objetividade do conhecimento universal, ficando na dimensão do particular, a qual tinge as singularidades com tonalidades abstratas derivadas da universalidade. E o jornalismo, esse sim, encarrega-se de explorar a imediaticidade da experiência vivida de modo direto que marca a dimensão singular da realidade.

> (...) tomando essas relações como premissas teóricas, podemos afirmar que o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais (GENRO FILHO, 2012, p. 172).

Eduardo Meditsch (1992) também recorre à diferenciação entre ciência e jornalismo para firmar que o fazer noticioso produz conhecimento social. Ele enfatiza que ciência e jornalismo possuem lógicas, retóricas e métodos diferentes, resultando em um conhecimento do mundo explicável por parte da ciência, enquanto o jornalismo produz um conhecimento sensível a partir daquilo que a ciência refuga, mas sem a pretensão de explicar por si só a realidade (MEDITSCH, 1997). A realidade sensível é sintetizada na forma discursiva da notícia, menor unidade de significação do jornalismo que está impregnada pela singularidade e precisa ser construída de forma que essa dimensão possa ser realçada.

Para tal, Genro Filho (2012) propõe uma alteração radical na técnica jornalística da pirâmide invertida, elaborada tendo em vista a premissa de que o texto jornalístico é formulado do mais importante para o menos importante, ficando o fato de maior relevo situado na base da

pirâmide, coincidindo assim com o lide, o primeiro parágrafo - e mais importante - da notícia (LAGE, 2005).

> A tese da "pirâmide invertida" quer ilustrar que a notícia caminha do "mais importante" para o "menos importante". Há algo de verdadeiro nisso. Do ponto de vista meramente descritivo, o *lide* enquanto apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação, encarna realmente o momento jornalístico mais importante. *Não obstante, sob o ângulo epistemológico - que é o fundamental- a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base.* O segredo da pirâmide é que ela está invertida, quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural. (GENRO FILHO, 2012, p. 201. Grifos no original).

Ou seja, o que Genro Filho (2012) propõe não é só uma adequação técnica do jornalismo, com a reversão da estrutura dorsal da produção noticiosa, mas uma reorientação epistemológica. "Ainda que o lide não esteja no começo, a construção da notícia parte da singularidade, ou seja, do específico, para uma certa generalização capaz de situar o fato no tempo e na História" (MEDITSCH, 1992, p. 34). Afinal, por meio da singularidade, o jornalismo orienta a vida social e ao ressoar a universalidade indica os horizontes de mudança, de saídas para o coletivo.

A partir da leitura de Genro Filho (2012), Fígaro et al (2021b, p. 41) entende que

> (...) o jornalismo para preservar a qualidade da informação é um gênero que se situa como elemento mediador na construção de conhecimento singular, vinculado ao conceito de totalidade concreta, ou seja, na relação dialética entre ser-objeto, no qual o fato se apresenta ao humano como processo de representação, permeado pelas contradições sociais, na historicidade ontológica e da luta de classes.

Ou seja, o jornalismo precisa usar lentes dialéticas para perceber as diferentes camadas de sentido, de hierarquização social e de construções ideológicas que marcam a vida em sociedade. Afinal, como arremata Fígaro et al (2021b, p. 41), "o jornalismo é um fenômeno ambivalente, há nele o conflito entre a emancipação cidadã e a manipulação das classes dominantes". Ou como diria Meditsch (1992, p. 65):

> A contradição principal do Jornalismo, tal como é praticado em situações com a brasileira, é ser, por um lado, produção social do conhecimento – portanto atividade intrinsecamente criadora – e, por outro, mercadoria produzida industrialmente para gerar lucros aos monopólios que controlam esta produção.

É o reconhecimento dessa contradição, aliada a uma estratégia subversiva, que permitirá ao jornalismo diário confrontar a classe dominante, que nas palavras de Genro Filho (1987)[21]

[21] Informação verbal resultado de palestra concedida pelo autor durante o Encontro Regional de Estudantes de Comunicação (ERECOM), realizado na FAMECOS (PUC/RS), em outubro de 1987, um mês após o lançamento do livro "O segredo da pirâmide", em Florianópolis e Porto Alegre.

pode ser feita com a mesma competência e técnica usadas nos jornais burgueses, porém orientada sob um ponto de vista crítico ao modo de produção e à própria classe dominante.

Pontes (2017) observa que uma das principais críticas feitas ao Segredo da Pirâmide é a acusação de formalismo da parte de Genro Filho (2012), entendendo que as notícias como uma forma de conhecimento ficam na dimensão do singular enquanto apenas gêneros como a reportagem alcançam o estatuto e o peso da particularidade. Para Pontes (2017), essa relação não se dá no nível de diferenciação de formatos e gêneros, mas no âmbito de uma noticiabilidade singular que cresce numa espiral de aprofundamento rumo à particularidade e à universalidade. Tanto que para o próprio Genro Filho (2012, p. 80), o valor de uma notícia vai depender do grau de universalidade que ela consegue expressar, demarcando assim que "o singular é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo".

Mas para realizar esse tipo de jornalismo é preciso encontrar saídas no próprio processo produtivo (FIGARO et al, 2021b), ficando a construção do conhecimento social orientado pela singularidade determinada pelas dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ, 2014), ou seja, pelas autodeterminações e heterodeterminações que circundam o trabalho jornalístico. E no que diz respeito à manufatura da notícia, o lide desponta como porta de entrada para a singularidade:

> O lide, epicentro do singular, é a paleta que comporá a obra jornalística, sendo que, ponto de chegada do processo, cultiva uma elevação do cotidiano estranhado dos sujeitos sociais quando, pela novidade e atualidade os cativa, e pela produção realista dos enfrentamentos e condicionantes da "documentação" desse lide, aguça no receptor uma compreensão mais rica dos acontecimentos dispostos em uma totalidade. A práxis noticiosa, portanto, insere o sujeito na trama objetiva da realidade e, articulado à busca de racionalidade dialética, constrói um produto jornalístico formado por uma narrativa que reflete a realidade sendo refratada na vida cotidiana dos receptores. (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 92-93).

Pontes (2017), contudo, pondera que, no jornalismo contemporâneo, as formas de apresentação da notícia se diversificaram, afinal, quando Genro Filho (2012) revelou o segredo da pirâmide, o jornalismo impresso ditava as normas de apuração, redação e estilo da produção noticiosa, e hoje, com a notícia se espraiando para a internet e para uma miríade de espaços e dispositivos digitais, a periodicidade deu lugar ao regime de publicação, a presentificação domina as narrativas jornalísticas (FIGARO et al, 2021b) de tal modo que as técnicas se adequam à natureza e velocidade dos meios, sobretudo ao comando algorítmico das plataformas digitais (VAN DIJCK; POELL; DE WALL, 2018), colaborando para a fragmentação do discurso jornalístico. E em meio a essa série de mudanças, até mesmo o lide, pedra filosofal da imprensa, é subvertido e alterado.

> No jornalismo online, a estrutura do lide não é preponderante na apresentação da notícia. As múltiplas possibilidades de acesso, a convergência midiática, a multimidialidade e a fragmentação de textos apontam para aspectos distintos de constituição do singular significante, isto é, da estrutura que orienta a percepção dos acontecimentos. Ainda assim, percebe-se que essa diversidade na técnica de expor a notícia não significa maior articulação com a particularidade e a universalidade, nem um maior senso crítico proporcionado pela produção jornalística (PONTES, 2017, p. 176).

Assim como as características do jornalismo na internet não são estritamente favoráveis à exposição dos fatos seguindo a tríade singular-particular-universal, também não o são deterministicamente contrárias a elas. Afinal, como lembra Mark Deuze (2004), a convergência midiática, em um sentido de sintonia editorial, de uso das linguagens midiáticas e estratégias de espalhamento entre as mídias, pode favorecer o adensamento noticioso em espiral, partindo da singularidade rumo à universalidade. Mas, para alcançar essa finalidade, é preciso que os objetivos do trabalho sejam desenhados com esse propósito, que haja equipes integradas de trabalho, o que se torna cada vez mais difícil dada a sobrecarga do jornalista multitarefa e precarizado (FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013) e a própria formação[22] que não demarca o lugar do jornalismo como produtor de conhecimento social a partir da singularidade.

O que intentamos demonstrar é que mesmo com as alterações técnicas, o jornalismo não pode perder de vista a articulação entre a singularidade e a particularidade, a qual não precisa ser explorada apenas em reportagens de fôlego, mas pode estar presente inclusive nas notícias para plataformas de redes sociais, o que há de mais sintético em termos jornalísticos hoje. “E o jornalismo, muitas vezes apenas com título e chamada, com um tweet, tem o potencial de colocar na singularidade ainda mais exacerbada da apresentação do fato relações com a particularidade e a universalidade” (PONTES, 2017, p. 177). Mas para tal, é preciso que a atividade de trabalho esteja orientada pelos valores deontológicos da profissão e não pelos valores privados das plataformas.

Pontes (2017) complementa afirmando que para produzir conhecimento sobre a singularidade, o jornalismo precisa ir além do fenomenológico e escapar da reificação[23] de sua própria práxis e da práxis social. É um esforço nada fácil, mas que foi alcançado, por exemplo, por profissionais de arranjos independentes e/ou alternativos de trabalho no jornalismo durante

---

[22] É necessário reconhecer que os estudos teóricos em jornalismo com viés materialista dialético não são hegemônicos no campo acadêmico e nas escolas de jornalismo, principalmente aqueles que se orientam pela abordagem do trabalho e do jornalista como trabalhador (FIGUEIREDO; BOLAÑO, 2018; GROHMANN, 2010).

[23] O conceito de reificação advém da leitura de Lukács de O capital e consiste na expansão para outras instâncias sociais das relações coisificadas, objetivadas do trabalhador com sua produção instauradas nas fábricas e no mundo do trabalho. Para mais informações ler: Ricardo Musse, no texto “Reificação em História e consciência de classe: de Max Weber a Karl Marx”, no Blog da Boitempo. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/tag/reificacao/. Acessado em 10 de agosto de 2021.

a cobertura das eleições em 2018. Fígaro et al (2021b), ao analisar a produção noticiosa de 29 arranjos jornalísticos sobre as eleições, durante duas semanas que antecederam o primeiro e o segundo turnos do pleito nacional, identificaram que muitos destes arranjos

> (...) estão comprometidos e exercem um jornalismo mais plural, mais engajado com os direitos das maiorias, defensores da democracia e da maior participação dos cidadãos nas decisões da coisa pública. Estão mais próximos a parcelas da população que não têm espaço na grande mídia, a não ser como personagem vítima, burlesca, estereotipada. Essa aproximação traz demandas inclusive para a organização do processo produtivo, abrindo espaço para iniciantes e mostrando rostos pouco presentes – fotos, vídeos, modos de falar – no jornalismo tradicional (FÍGARO et al, 2021, p. 304).

Os arranjos jornalísticos conseguem fazer o que preconiza Genro Filho (2012), ensaiando transformações da realidade social e da própria realidade jornalística a partir do alargamento do olhar crítico sobre a realidade manifesto na singularidade dos fatos sociais. Até porque o próprio público também dispõe de condições para compreender essa singularidade e expandi-la por si mesmo, sobretudo hoje com a avalanche de informações disponíveis e acessíveis àqueles que detêm paciência e ferramentas para tal.

"O jornalista precisa reconhecer o que os leitores querem não para reproduzir esse desejo nos resultados do seu fazer, mas para oferecer formas de pensar que detectem o abismo que existe entre o que se pensa sobre a realidade, o que é a realidade e como agir na realidade para transformá-la" (PONTES, 2017, p. 179). Essa argumentação colide com os discursos de inovação no jornalismo que apresentam as métricas e a gestão de dados como aliadas para identificar exatamente o que os leitores querem e assim oferecer um produto com mais chances de ser consumido, o qual tem grande probabilidade de ser apenas uma reificação do status quo[24].

Sobre isso, Lelo (2019, p. 105) observa que dentre as consequências da adoção do sistema de métricas de audiência como orientação do trabalho jornalístico está a superposição da aferição quantitativa aos parâmetros de noticiabilidade, favorecendo mais a acumulação do capital do que os objetivos jornalísticos. Para romper com essa lógica, o jornalismo precisa desvelar as formações ideológicas inscritas no bojo dos acontecimentos e a dialética é a forma de escapar dessa dominação do capital (FÍGARO et al, 2021b; PONTES, 2017; RODRIGUES DE SOUZA, 2016) e assumir uma feição transformadora e não apenas de reprodução do sistema, tanto na construção do discurso jornalístico quanto na própria condução das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros.

---

[24] No Ceará, o jornal Diário do Nordeste, parte do Sistema Verdes Mares de Comunicação, deixou de circular impresso em fevereiro de 2021. A permanência do veículo no digital foi anunciada pelo grupo em uma notícia que exaltava a adoção de métricas e a oferta de conteúdos baseada no gosto dos leitores como um diferencial da nova era digital. Ler mais sobre em texto escrito por Naiana Rodrigues, intitulado "Parem as máquinas". Disponível em: http://apulga.com/parem-as-maquinas-e-elas-foram-desligadas-para-sempre/. Acesso em 21 de maio de 2022.

Apesar de sua força argumentativa, a proposta teórica de Genro Filho (2012) peca por escolher como objeto para a aplicação de sua tese central a técnica jornalística e não o trabalho. Figueiredo e Bolaño (2018) criticam a obra do autor nesse ponto, pois a categoria trabalho seria capaz de lhe dar fundamentos para discutir a transitoriedade do jornalismo e de suas práticas como requer o materialismo. Portanto, concluem que Genro Filho (2012), mesmo se cercando epistemológica e teoricamente do marxismo, não avança na construção de uma identidade de trabalhador para o jornalista.

> Beltrão via o jornalista como um profissional que era impulsionado por uma vocação e que deveria aperfeiçoar suas habilidades na universidade. (...) Mais problemática é a ausência da figura do jornalista como trabalhador em outras duas obras lançadas nos anos 80: *O Capital da Notícia*, de Ciro Marcondes Filho (1989), lançado em 1986, e *O Segredo da Pirâmide. Para uma Teoria Marxista do Jornalismo*, de Adelmo Genro (1987). (FIGUEIREDO; BOLAÑO, 2018, p. 09-10).

Mesmo não recorrendo ao trabalho como categoria teórica e analítica, a tese de Genro Filho (2012) tem muito ainda a contribuir com os estudos de jornalismo, sobretudo para aqueles orientados pelo binômio comunicação e trabalho, pois proporciona adensar o olhar dialético para as normas antecedentes (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) que orientam a atividade jornalística com vistas à realização do jornalismo emancipatório tanto para o jornalista quanto para a sociedade.

Podemos concluir que os entraves para a realização do jornalismo como forma social de conhecimento da singularidade não são de ordem técnica, narrativa ou tecnológica, mas de âmbito axiológico e/ou ideológico, afinal, a natureza do discurso jornalístico, as características dos suportes midiáticos e mesmo técnicas não são incongruentes com a proposta de Genro Filho (2012), mas se tornam incompatíveis quando a atividade de trabalho é orientada exclusivamente por valores mercantis e privados, ou por valores de uma classe dominante que, no Brasil, é patriarcal, de raça branca e conservadora (BIROLI, 2019).

3.2 O jornalismo sob o ponto de vista da Ergologia

Assim como Genro Filho (2012) recorreu à dialética do singular - particular - universal para analisar as técnicas de redação jornalística e postular que o jornalismo é uma forma de conhecimento social ancorada na singularidade, nesta pesquisa, recorremos também a um método dialético para problematizar a identidade, os valores e os saberes jornalísticos partindo da premissa do jornalismo como atividade humana. A dialética ergológica considera o trabalhador e suas dramáticas do uso de si como uma singularidade, uma expressão micro da universalidade, do macrossocial (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

Para Louis Durrive (2002), o método dialético permite ao pesquisador tratar os saberes e a representação da realidade de forma dinâmica, sem considerar o ser humano um ente passivo, paralisado diante da realidade como se fosse um refém do acaso.

> Pelo contrário, aborda-se a experiência do real, problematizando-a. Dialetizar os registros, pôr em foco os dois aspectos de qualquer situação de vida e, sobretudo, de trabalho (o geral e o específico), é permitir a tomada de consciência crítica, a "relação com"; portanto, autorizar a expressão de um ponto de vista, que vai ser preciso provavelmente construir com paciência e, depois, colocar em debate esse ponto de vista" (DURRIVE, 2002, p. 28. Destaques no original).

A dialética encontra-se no cerne da abordagem ergológica e dos estudos em comunicação e trabalho. Ela está no centro do engenho metódico criado por Yves Schwartz para entender a relação entre os saberes acadêmicos/científicos e os saberes provenientes da experiência dos trabalhadores. Por meio do dispositivo dinâmico de três polos, Schwartz propõe a interação entre os saberes com vistas à produção de conhecimento sobre o trabalho (BRITO; ATHAYDE, 2003, p. 249). "O dispositivo dinâmico de três polos é um dispositivo de trabalho cooperativo, de formação" (SCHWARTZ in SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 266). Trata-se de um esquema triádico que coloca frente a frente os conhecimentos instituídos dos pesquisadores e os conhecimentos investidos dos trabalhadores, requerendo uma abertura, sobretudo dos pesquisadores, para aprender com os trabalhadores de modo a juntos recriarem os saberes (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

Os saberes orbitam assim em um centro dialético de mútua confrontação e influência de modo a construir novos saberes interdisciplinares.

> O dispositivo de três polos é o lugar do encontro, o lugar do trabalho em comum em que se ativa uma espécie de espiral permanente de retrabalho dos saberes, que produz retrabalho junto às disciplinas, umas em relação às outras, portanto que transforma eventualmente um certo número de hipóteses, de conceitos entre as disciplinas. Temos aí uma verdadeira matriz de interdisciplinaridade que não é artificial - e que conduz, por esta contribuição ao trabalho cooperativo, as disciplinas a se transformarem em "competências disciplinares", ou seja, a cessarem de se fechar sobre si mesmas. (SCHWARTZ, 2007, p. 269).

Silva e Borges (2017, p. 87. Grifos no original) conseguem sintetizar com precisão a composição de cada polo da proposta metodológica de Schwartz.

> O primeiro polo do DD3P refere-se às normas intelectuais, aos conceitos, às disciplinas científicas que têm como objeto de estudo a atividade de trabalho. Representa os saberes constituídos do exterior das situações específicas (em desaderência com as mesmas). O segundo polo representa o que o autor chama de "forças de convocação e validação" (Schwartz, 2000) exercidas pelos protagonistas das atividades, que resultam das histórias singulares, situadas no tempo e no espaço, por meio do debate de normas presentes nas dramáticas do uso de si (do corpo-si). Refere-se aos saberes investidos na atividade que colocam à prova as análises e os diagnósticos teóricos. (...) um terceiro polo: o das "exigências éticas" (de respeito entre os participantes e seus saberes) e epistemológicas (de respeito ao lugar privilegiado do conceito de atividade, e da geração de novos saberes e valores por um processo de coprodução de conhecimentos).

Para Durrive (2002, p. 28-29), o polo dos saberes instituídos, ou seja, o primeiro polo do dispositivo, adere a uma dimensão particular da realidade, pois traz para a análise do trabalho tudo o que já foi dito e inscrito na história na forma de ensinamentos disciplinares. Já o polo dois, dos saberes investidos, acolhe manifestações singulares provenientes das experiências de trabalho. E o terceiro polo, resultado da confrontação, é o momento mais rico da relação, pois proporciona a observação das distâncias entre "as palavras e a vida", "os conceitos e a história", reforçando a legitimidade do ponto de vista da atividade como postura epistemológica capaz de abarcar o movimento que caracteriza a vida em sociedade e o trabalho.

Na leitura de Fígaro (2008a, p. 130), o terceiro polo do dispositivo dinâmico marca-se por certo desconforto da parte do pesquisador. É o momento em que ele questiona a validade e capacidade de explicação da realidade dos conceitos acadêmicos a partir do tensionamento de postulados, categorias e reflexões frente às experiências de trabalho. "O encontro entre eles permite problematizar e conhecer, mesmo que sempre de maneira parcial, a complexidade da atividade humana e, nesse sentido, a atividade de trabalho."

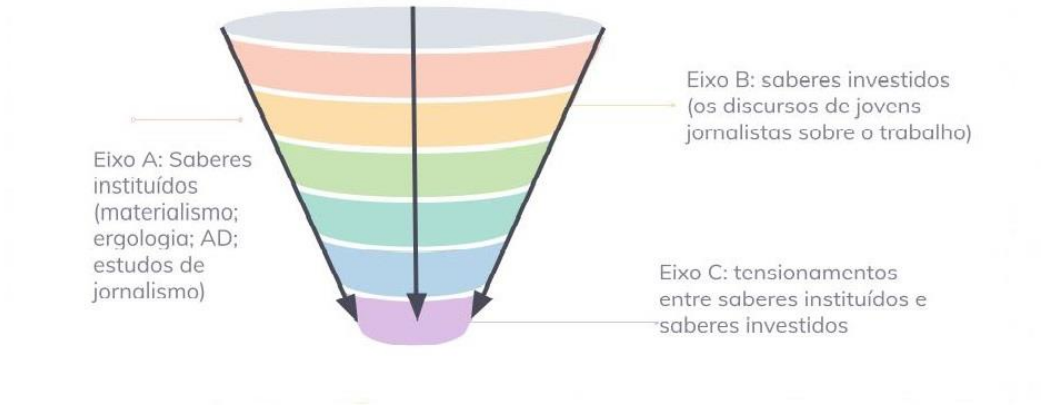
Adaptando o modelo do dispositivo ergológico para nossa pesquisa, a partir da proposição de Fígaro (2008a), temos, no eixo A, dos saberes instituídos, a reunião das disciplinas e conceitos que fundamentam nossa investigação, nesse caso, estudos do trabalho como os da vertente materialista dialética, quanto as formulações particulares provenientes da própria Ergologia, do campo da Comunicação, da Análise do Discurso e das investigações específicas sobre o Jornalismo.

Em se tratando da produção científica sobre o jornalismo, é importante ressaltar que não poderemos nos fechar nos estudos de viés materialista, a exemplo das reflexões aqui já citadas de Genro Filho (2012), Rodrigues de Souza (2021; 2016), Fígaro et al (2021b), Pontes (2017) e dos estudos produzidos pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP), pois a tradição de pesquisa nacional do jornalismo filia-se a outros paradigmas, como o funcionalista, que apesar de olharem para as rotinas jornalísticas não se atentam para o trabalho como categoria dialética (GROHMANN, 2010).

O eixo B, dos saberes da experiência ou saberes investidos, concernente à atividade concreta de trabalho, será ocupado pelos discursos dos jovens jornalistas sobre suas atividades. Ou seja, pela comunicação sobre o trabalho (FÍGARO, 2008a). E, por fim, no eixo C, caracterizado pelos questionamentos advindos das fricções elaborados entre os saberes instituídos e os saberes investidos, teremos a renovação do conhecimento, ou para usar os

próprios termos da Ergologia, a renormalização da atividade de trabalho do pesquisador, com a produção de saberes particulares sobre a realidade em estudo.

Figura 2 - Dispositivo dinâmico de três polos



Fonte: Adaptação do modelo de Fígaro (2008a).

A dialética impetrada pelo dispositivo dinâmico de três polos nos propiciará identificar as dramáticas do uso de si vividas pelos jovens jornalistas e como estas auxiliam na moldura de novos saberes, valores e ethé jornalísticos que podem ou não aderir à deontologia moderna do jornalismo. Para realizar essa empreitada, a partir do ponto de vista da atividade de trabalho, teremos que recorrer aos conhecimentos instituídos que versam sobre as normas antecedentes da profissão. Para tal, teremos que atravessar duas formações discursivas e ideológicas do jornalismo (PÊCHEUX, 2015; FIORIN, 1998) que balizam os discursos e as identidades dos profissionais: a funcionalista e a sociologia das profissões, (FIGUEIREDO; BOLAÑO, 2018; GROHMANN, 2010), âncoras dos saberes instituídos hegemonicamente.

3.2.1 As teorias hegemônicas do jornalismo

O jornalismo é um rebento da modernidade surgido em decorrência de mudanças históricas que apontam como imperioso para os novos tempos o desenvolvimento da comunicação social. É também um herdeiro do projeto iluminista, forjado no bojo das revoluções liberais do século XVIII, que tem na premissa de "esclarecimento dos cidadãos"[25] um dos seus fundamentos genéticos,

[25] Moretzsohn (2013) dedica-se na obra "Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico" a compreender como o jornalismo deve reabilitar esse objeto de forma a desnaturalizar os fatos e o

responsável por sua feição mais política e panfletária, a qual será reconfigurada quando a ciência positiva assume o lugar como referencial de valor e de ação da prática jornalística, ainda no século XIX (MORETZSOHN, 2013), lastreada pela ascensão do capitalismo que tem no Positivismo sua vertente científica contra o atraso do Feudalismo (MEDITSCH, 1992).

Essa trinca moderna passa a sustentar o jornalismo, se imiscuindo nas normas antecedentes que dão corpo à sua deontologia, cristalizada em torno da objetividade e da imparcialidade, e legitimada por saberes instituídos ancorados em torno do princípio da "lei da evolução intelectual da humanidade ou lei dos três estágios" (MEDITSCH, 1992, p. 45). Em linhas gerais, o Positivismo seria a terceira lei geral da evolução humana, possível pela superação da lei divina dominante na era feudal e da lei abstrata e metafísica da filosofia iluminista, afirmando-se assim como o estágio positivo ou real do pensamento humano, calcado na observação da realidade (MEDITSCH, 1992, p. 46). Essa premissa epistemológica embasou a produção científica sobre diferentes temas sociais, dentre as quais o Funcionalismo influenciou vigorosamente a comunicação e o jornalismo.

Devedora dos estudos de Durkheim tanto na sociologia quanto na antropologia, a corrente funcionalista deu origem a investigações descritivas preocupadas em operacionalizar conceitos, enfocando aspectos psicossociais e psicolinguísticos dos fenômenos comunicacionais (LOPES, 2005). Sob esse paradigma, foram desenvolvidas pesquisas que consideram a comunicação como um processo de transmissão de informação, ideia que animava vertentes de estudos da comunicação amparadas na matemática, na física, na biologia e na teoria dos sistemas.

> Simultaneamente, tivemos as contribuições, na área das ciências humanas, de Harold Lasswell, nos anos 40, cujo programa de pesquisa definiu-se a partir das perguntas: quem? diz o quê? como? a quem? com que efeitos? Depois Paul Lazarsfeld se dedicou a pesquisas de opinião, sendo precursor dos medidores de audiência. Eles fizeram escola e toda uma corrente de teóricos (Katz, Merton, Berelson, Wright) desenvolveu pesquisas a partir da concepção de função e efeitos dos meios de comunicação (FÍGARO, 2008a, p. 109).

No jornalismo, os estudos funcionalistas exaltam a objetividade científica e jornalística como verdadeiros dogmas, assumindo algumas características que atendem à premissa central deste paradigma de observar para entender a sociedade e não para transformá-la, como

> (...) pela noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante o fato jornalístico; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. (MEDINA, 2014)[26].

Nas teorias funcionalistas, os jornalistas são os "guardiões da notícia, definindo o que é notícia e o que não é". (GROHMANN, 2010, p. 02). Esses estudos se concentram no

próprio jornalismo. Esclarecer, portanto, é sinônimo de desmistificar o senso comum pelo incentivo de um senso crítico diante da realidade.

[26] Ebook kindle sem numeração de páginas.

indivíduo-jornalista e numa ideia de cultura funcional, em que os rituais e os papéis sociais dos jornalistas na estrutura organizacional têm como objetivo último o controle da atividade jornalística. Os critérios de noticiabilidade emergem assim dessa cultura organizacional e restritiva agindo como elementos de rotinização da produção e passam a ser descritos exaustivamente em uma variedade de estudos que circunscrevem a redação – sobretudo de grandes veículos de mídia – como lócus privilegiado para se conhecer a "tribo" jornalística (TRAQUINA, 2005a).

> A partir destas reflexões, pode-se afirmar que a cultura jornalística expressa suas prescrições através dos critérios de noticiabilidade e de sua rotina produtiva. Trata-se do plano do "como deve ser", "como ser um bom jornalista". Neste sentido, o jornalista não é compreendido como sujeito social, e sim como parte de uma cultura integrada e rotinizada. (GROMANN, 2010, p. 04. Grifos no original).

A noticiabilidade está no centro de investigações conhecidas como *newsmaking*, cujo trabalho referencial para o jornalismo brasileiro são os de Gaye Tuchman, ainda nos anos 1970. Nestes estudos, são priorizadas a identificação das rotinas produtivas, que consistem na ordenação do tempo e do espaço e no estabelecimento de funções e papeis sociais para se realizar o jornalismo. É uma perspectiva de viés etnoconstrucionista que considera que "as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto (as notícias)" (TRAQUINA, 2003, p. 94).

Fixa-se em embates internos ao grupo profissional (jornalistas x empresas) e na busca por estratégias para superar as adversidades e prover a sociedade de notícias, missão que não pode ser interrompida seja pela pressão do tempo, do espaço ou da empresa. Mas, como pontua Gadini (2007), ao passo que os estudos de rotinas produtivas, etnoconstrucionistas ou interativos[27] atribuem mais reconhecimento ao processo de produção das notícias, não refletem sobre o jornalismo como forma de conhecimento social, como o faz Genro Filho (2012). O que aprisiona esses estudos no espectro científico funcional, pois se os jornalistas não conseguem refletir criticamente sobre o produto de seu trabalho graças às coerções organizacionais e sociais, as notícias só poderão favorecer ao funcionamento da sociedade, à orientação do senso comum e à acomodação do jornalista nesta indústria.

[27] Para Traquina (2001), as pesquisas de rotinas produtivas têm um viés interativo porque entendem a produção noticiosa como processo resultado da interação de diferentes agentes sociais que negociam seus objetivos por meio do jornalismo.

Os estudos sociológicos do jornalismo se desenvolvem em paralelo aos funcionalistas, tanto nos EUA, quanto na França e em Portugal, centrados na deontologia e na constituição social dos profissionais, abarcando sua formação e atitudes, por exemplo.

> Estas pesquisas se diferenciam da abordagem relacionada ao *newsmaking* por não priorizar questões como coesão ou rituais temporais, mas problemáticas ligadas à identidade profissional, muitas vezes a partir de uma epistemologia que prioriza o olhar sobre as questões ligadas ao conflito. Neste sentido, longe de ser uma oposição à terceira abordagem (do binômio comunicação-trabalho), estes estudos auxiliam a iluminar algumas questões propostas em nosso estudo. No entanto, esta abordagem não é homogênea. (GROHMANN, 2010, p. 04).

Essa vertente tem como orientação central a discussão sobre o caráter profissional ou não do jornalismo e seus limites. Como explica Traquina (2005b, p. 14. Grifos no original), ancorado na sociologia compreensiva[28] e na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, para a sociologia do jornalismo, o estudo das notícias e de seu processo de feitura passa pela compreensão da cultura jornalística. "Dito de outra maneira, não é possível compreender porque é que as notícias são como são sem uma compreensão dos profissionais que são os 'agentes especializados' do campo jornalístico".

Daí porque Figueiredo e Bolaño (2018) denominam essa corrente como ideologia do profissionalismo, pois há um esforço claro nesses estudos de elaboração de um conjunto de normas e valores que definem a profissão e os profissionais que a performam ancorados em signos como formação profissional, carreira e identidade. Para Figueiredo e Bolaño (2018, p. 05), cujo lugar acadêmico é o da Economia Política da Comunicação, corrente amparada no materialismo histórico-dialético, as pesquisas de cunho profissionalista orientam-se de modo pragmático, pois enaltecem o controle e a adequação do jornalista a determinados padrões e, ao mesmo tempo, barram algumas pressões de agentes políticos e econômicos externos.

Traquina (2005b) explica que as ideologias profissionais são artifícios para a definição dos contornos do campo de atuação que dialogam diretamente com a independência para o exercício da profissão, a autoridade para a atuação laboral determinada pela especialização de saberes e a construção de identidades. Assim, forjam-se imagens míticas e ideais de jornalistas que preenchem a ideologia profissional e auxiliam na definição de quem é e pode ser jornalista, e quem não é e não pode ser profissional das notícias. Porém, para Figueiredo e Bolaño (2018), essa ideologia profissional na medida em que resguarda os jornalistas, valoriza o jornalismo

[28] Para Minayo (2001), a Sociologia Compreensiva abarca uma variedade de vertentes de pesquisa que tem como foco a compreensão da realidade social por meio do significado, ou seja, de suas produções simbólicas. Atendem a esse preceito, por exemplo, a Fenomenologia, a Etnometodologia e o Interacionismo Simbólico.

das grandes empresas de mídia, o que finda por apagar a identidade de trabalhador do jornalista, cuja identificação passa a ser mimetizada, principalmente, da cultura jornalística e acadêmica norte-americana (FIGUEIREDO; BOLAÑO, 2018, p. 06).

Nos estudos sociológicos do jornalismo realizados nos anos 1970, serviço público, autonomia e liberdade são os principais valores jornalísticos.

> O marco desta abordagem é a pesquisa de John Johnstone (1976), realizada em 1971 e publicada posteriormente, 'The News People: a sociological portrait of american journalists and their work'. Trata-se do primeiro grande survey que busca averiguar o perfil do jornalista americano, já que, até então, a consideração do jornalista pelas teorias do campo da comunicação era quase nula (GROHMANN, 2010, p. 05. Grifos no original).

Uma crítica de Grohmann (2010, p. 07) a essas pesquisas, sobretudo às estadunidenses, é a não inclusão dos jornalistas freelancers como sujeitos da profissão, o que se mostra como contrassenso, afinal, as transformações produtivas apontam exatamente para o crescimento da informalidade no mundo do trabalho e da flexibilização das relações laborais com a perda das garantias sociais. Outra crítica diz respeito à carência de fundamentos epistemológicos e teóricos nesses estudos, que realizam perfilações descritivas dos profissionais. E podemos acrescentar ainda certo dogmatismo frente aos valores e saberes que orientam a profissão, tomados como idealizações morais que, ao serem confrontadas com o concreto do trabalho, tipificam a realidade laboral como desviante, individualizando casos em vez de compreender as manifestações empíricas como marcas da historicidade na qual o jornalismo se encontra.

No Brasil, tem-se dois estudos paradigmáticos sobre o perfil de jornalistas que subvertem essa premissa individualizante do profissionalismo. O primeiro foi um levantamento realizado por enquete junto a 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e da capital federal, no ano de 2012, por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (MICK; LIMA, 2013). A pesquisa sobre "O perfil do jornalista brasileiro" foi aplicada em meio a um universo de 145 mil profissionais, dos quais 60 mil trabalhavam em empresas de mídia, e os demais estando vinculados a empresas fora da mídia e à docência. A pesquisa foi orientada por pesquisadores afinados teoricamente com a sociologia das profissões e os estudos de carreira.

Em 2021, uma nova enquete foi aplicada para registrar o perfil do jornalista frente às transformações que se agudizaram com as crises política e econômica brasileiras. Desta vez, foi contabilizada a participação de 7.029 respondentes. É importante destacar que essa nova rodada da pesquisa foi conduzida por pesquisadores voluntários de todas as regiões do Brasil,

muitos deles vinculados à Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade dos Jornalistas (Retij)[29], acolhida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a qual congrega grupos de pesquisa de diferentes vinculações teóricas e epistemológicas que comungam ao enfocar o trabalho e a identidade jornalísticos em suas investigações.

Um perfil de profissional com abrangência mais regional foi obtido como resultado da pesquisa sobre "As mudanças no mundo do trabalho do jornalista", realizada por Fígaro, Nonato e Grohmann (2013), desenvolvida entre 2009 e 2012, junto a três grupos de profissionais: trabalhadores de mídia, jornalistas sindicalizados e jornalistas freelancers, tendo como aporte teórico e metodológico a comunicação e trabalho. Como explica Fígaro (2013, p. 15), essa amostra foi construída de forma heterogênea com vistas a abarcar a diversidade de vínculos empregatícios e de relações de trabalho dos jornalistas no Estado de São Paulo.

Merece menção também os estudos desenvolvidos, concomitante aos acima citados, na Universidade de Brasília, sobre as mudanças estruturais do jornalismo, sob a coordenação de Zélia Adghirni, Fábio Pereira e Dione Moura (2015), os quais buscam compreender como as mudanças jornalísticas abalam as estruturas da profissão, direcionando o olhar para as identidades, as práticas, os públicos e as mídias a partir de uma abordagem dos mundos sociais e das carreiras profissionais.

Além das pesquisas que investigam as mudanças no trabalho e na identidade jornalísticas, há estudos como os desenvolvidos e orientados pela professora Cremilda Medina, vinculada à Universidade de São Paulo, que propõem um olhar teórico amparado sobre a epistemologia do diálogo social, construída com base no princípio científico relacional sujeito - sujeito e na ideia de que o jornalismo produz conhecimento sobre o presente, é uma arte de tecer o presente, centrando assim sua proposta nas técnicas e narrativas jornalísticas.

> Em certos momentos, o profissional mesmo sendo um experiente técnico, é posto à prova no acontecimento imediato, cujos protagonistas humanos vivem situações-limite. A consciência racional, o traquejo especializado e a persistência na ação não são as únicas ferramentas para o trabalho disciplinado. O repórter, nessas circunstâncias, precisa do silêncio subjetivo, dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora. Daí advém gestos solidários que se consumam na interação social. O Eu e o Tu se encontram em dialogia (MEDINA, 2014, l. 742).

Para Figueiredo e Bolaño (2018), o ponto cego de muitos investimentos de pesquisa sobre o jornalismo é a ausência da categoria trabalho. Os autores analisam obras e pesquisadores pioneiros das Teorias do Jornalismo no Brasil e não encontram nestes, até mesmo

[29] A Retij foi formalizada nos quadros da SBPJor em 2019. Proposta pelos pesquisadores Fábio Pereira (UNB) e Aldo Schmitz (UFSC), com o apoio de outros 24 investigadores, o espaço acolhe a participação de grupos de pesquisa como o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP), presente desde a fundação, e o grupo Práxis no Jornalismo (Praxisjor-UFC).

naqueles que se valem do marxismo, como Adelmo Genro Filho, uma construção identitária de trabalhador para os jornalistas. Mesmo as pesquisas de *newsmaking* que, ao ver dos autores, são as que mais se aproximam do fazer jornalístico, ainda assim não chegam ao cerne das problemáticas e contradições que o olhar materialista sobre o trabalho suscita. É somente no século XXI que mais estudos se alinham com a perspectiva crítica.

Acrescentamos aos estudos citados por Figueiredo e Bolaño (2018), aqueles realizados por Thales Lelo (2019) e Janara Nicoletti (2020) que se centram na categoria trabalho. O primeiro ampara-se na sociologia do trabalho para identificar as transformações produtivas no mundo dos jornalistas, enfatizando categorias como precarização, tecnologias e identidade. Nicoletti (2020) também lança um olhar crítico sobre o jornalismo ao propor um modelo de análise que correlaciona índices de precarização do trabalho e a qualidade do produto jornalístico em um jornal regional do Sul. Em diálogo direto com essas produções, estão as pesquisas acolhidas no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) que, há 20 anos, investiga o jornalismo sob o olhar dialético e materialista.

Dentre as pesquisas individuais realizadas no CPCT, destacamos a recente dissertação de Ana Flávia Marques da Silva (2019), sobre as redações virtuais dos arranjos de jornalismo independente e/ou alternativos às grandes corporações de mídia. E a tese de João Augusto Moliani (2020) que investigou as atividades de trabalho dos jornalistas em assessorias de comunicação. Estudos que se valem tanto da dialética quanto da categoria trabalho como aportes epistemológicos e teóricos, e partem da realidade concreta para problematizar a universalidade do trabalho.

Esse preâmbulo não teve a ambição de ser uma revisão sistemática ou historiográfica dos estudos no campo acadêmico e formativo do jornalismo, mas sim uma breve pontuação sobre pesquisas que podem dialogar conosco. É interessante enfatizar que a recorrência a essas investigações de matrizes epistemológicas diversas é importante para nosso estudo na medida em que estão na base dos saberes instituídos do jornalismo e, por conseguinte, desenham os contornos das imagens estereotipadas que circulam no imaginário jornalístico de jovens jornalistas, embasando seus ethé discursos (MAINGUENEAU, 2020).

Consideramos, portanto, o jornalismo sob a ótica funcionalista e os estudos jornalísticos dependentes da sociologia das profissões como formações ideológicas que dão corpo a formações discursivas apropriadas por muitos jornalistas na defesa e realização de seu trabalho. Demarcamos também que estas formações discursivas e ideológicas (PÊCHEUX, 2015; FIORIN, 1998) do campo profissional não agem sozinhas na influência do ethos discursivo dos jovens jornalistas. Elas se encontram e desencontram com outras formações ideológicas e

discursivas provenientes da ideologia do capital (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; DARDOT; LAVAL, 2013), que atravessam os estereótipos jornalísticos e incidem sobre o ethos dos jovens jornalistas. Afinal, as formações discursivas são campos abertos e predispostos a atravessamentos discursivos que podem se dar de forma harmônica ou por meio de embates diretos (PÊCHEUX, 2015; ORLANDI, 2012).

Reiteramos ainda que a aparição dessas outras vertentes em nosso estudo não rasura sua natureza epistemológica, pois o método ergológico do dispositivo dinâmico de três polos (SCHWARTZ; DURRIVE; 2007) nos autoriza a fazer esse movimento de apresentação de outras abordagens teóricas do jornalismo. De posse deste salvo-conduto, vasculharemos os estudos em jornalismo com o intuito de identificar os valores e os saberes que norteiam o trabalho jornalístico, fundamentam as normas antecedentes que regem a profissão e protagonizam as dramáticas do uso de si vividas pelos jovens jornalistas cearenses.

3.3 O tempo e a rotina no mundo do jornalismo

A mídia impressa ditou o ritmo de propagação das informações durante séculos, sendo o jornal o formato mais veloz. A eletricidade trouxe a reboque o rádio e a televisão, que abalaram – mas não desestruturaram – o estatuto do jornal impresso e as transformações advindas da representação do mundo em códigos binários acentuaram de modo mais incisivo as mutações no jornalismo. Personagens da contemporaneidade, as novas tecnologias digitais são responsáveis, em grande medida, pelo rompimento da noção de tempo cronológico que até então orientava o cotidiano de sujeitos e instituições.

Para Pelletier (2001), vivenciamos na atualidade a quebra da lógica do tempo de Chronos e a emergência das dinâmicas do tempo de Käiros.

> Chronos é o tempo programado, o tempo linear, o tempo repetitivo, aquele que faz o dia, que faz a noite, que faz as estações do ano. É, de qualquer maneira, um tempo muito previsível e que funda o calendário, pois Chronos nos permite ter compromissos, organizar nossa agenda, dividir nossa semana em trabalho e em lazer. É a Chronos que se faz referência quando se fala atualmente de gestão de tempo e de alcance de metas (PELLETIER, 2001, p. 02)[30].

Essas duas figuras são criadas pelos gregos para representar o tempo do planejamento (chronos) e o tempo do agir (käiros), este último marcado pela instantaneidade do vivido, do inédito, daquilo que não se pode controlar, ocorrências que não mais se repetirão, momentos únicos (PELLETIER, 2001). Heller (1985, p. 20) considera a irrepetibilidade e a unicidade

[30] Tradução de Marcelo Afonso Ribeiro, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

como marcas ontológicas da sociedade, portanto, não seriam exclusividade da temporalidade de Kairös. Mas a ênfase nessas características, dadas por Pelletier (2001), se deve pelo fato de haver nos dias de hoje uma intensificação do desejo por fatos únicos, que se desvanecem na agilidade do cotidiano, deixando para o ser humano uma sensação de incompletude.

Sob a égide do tempo cronológico, o ser humano age de forma planejada, projetando-se no futuro a partir do presente; já a vivência da temporalidade de käiros evoca o aqui e agora de uma ação sem previsão de repetição. Essas temporalidades alternam-se nas experiências humanas e não são excludentes, contudo, o fato de as vivências contemporâneas se darem com mais frequência no registro de käiros desencadeia o sentimento de ruptura. Daí a origem da incerteza e da insegurança que acometem muitos sujeitos com a prevalência do tempo do imprevisto e da ação em relação ao tempo do planejado.

O tempo é um elemento imprescindível para a racionalização e ordenamento tanto da vida dos sujeitos quanto dos sistemas produtivos, sendo um fator importante para se compreender as mudanças sociais. No jornalismo, é um valor profissional, variável mandatória em seu modo de produção e veiculação de notícias, sendo verdadeiro algoz para os jornalistas que se digladiam cotidianamente com o dilema da profundidade da cobertura dos fatos cotidianos *versus* a celeridade da veiculação das notícias.

Desde sua mais tenra manifestação, o jornalismo ambiciona dirimir a distância entre a captura e a narração do fato. A velocidade eletrônica dos meios de comunicação lhe possibilitou realizar essa empreitada, primeiro com o ao vivo do rádio, da TV e mais recentemente com as *lives* via plataformas digitais de redes sociais. As tecnologias digitais, contudo, não só fazem coincidir o tempo de ação da realidade com o tempo de transmissão do jornalismo, elas aceleram a produção noticiosa em diferentes dimensões, evidenciando as múltiplas temporalidades que circundam o fazer jornalístico (FRANCISCATO, 2019).

Franciscato (2019) explica que a temporalidade dominante no jornalismo é o presente, visível nas normas que regem a profissão sob a alcunha da atualidade. O jornalismo nasce assim vinculado a esse tempo, ocupando-se do relato do aqui e agora das sociedades urbanas e estabelecendo uma relação reflexiva com as temporalidades sociais, ora sendo influenciado pelo tempo presente da sociedade, ora orientando, por meio de seu discurso, a referência temporal cotidiana. “O jornalismo não cria o tempo presente, mas atua de forma privilegiada como reforço desta temporalidade social. O jornalismo vive em permanente tensão pelo risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo” (FRANCISCATO, 2019, p. 136).

A vinculação do jornalismo com a atualidade se desdobra em cinco operações temporais: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Não nos deteremos sobre todas, mas destacamos que a instantaneidade diz respeito "a uma possibilidade material de ausência do intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento e seu registro, transmissão e recepção por um público, assim como uma referência simbólica que vincula fenômenos socioculturais a experiências do presente" (FRANCISCATO, 2019, p. 136-137). Essa definição aproxima-se da apresentada por Traquina[31] (2005b, p. 35), para quem o imediatismo é um valor da profissão. "O imediatismo é definido como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento".

O relevo do tempo na cultura jornalística é tal que o jornalista é descrito por muitos pesquisadores do campo como ser dotado de uma cronomentalidade (TRAQUINA, 2005b, p. 40). O jornalista se orienta pelo tempo e faz dele uma qualidade para a profissão. No entanto, o custo dessa racionalidade temporal é alto, pois a sujeição ao tempo traz em seu bojo a experimentação contínua de mudanças, já que a temporalidade vigente impõe uma dinâmica célere para a sociedade.

> Num ambiente de incerteza, a velocidade é de uma importância vital. A notícia é um artigo deteriorável. Como sublinham Ericson, Baranek e Chan (1987), um jornalista é julgado competente não só porque possui o jeito e o conhecimento apropriados, mas também por causa da capacidade de mobilização desse jeito e desses conhecimentos antes do prazo-limite, de forma a provar que consegue dominar o tempo, e não ser dominado por ele (TRAQUINA, 2005b, p. 27).

Apesar de tentar atribuir uma autonomia ao jornalista com essa afirmação, o que o autor deixa escapar é a ambivalência dessa ideia, pois dominar o tempo pode implicar realizar todas as tarefas de trabalho, tudo o que é demandado dentro da jornada de trabalho formal, mesmo que isso implique uma intensificação do trabalho (FÍGARO et al, 2020; 2021a; ANTUNES, 1999; 2018), atendendo assim ao imperativo da produtividade imposto pelo capital. Ou dominar o tempo e ser competente, do ponto de vista de um jornalismo emancipador e transformador, pode ser não sucumbir a esse imperativo produtivo do trabalho densificado e negociar prazos e fechamentos que permitam a realização da atividade com qualidade e sem sacrifícios pessoais e até mesmo negociar remunerações justas para a extensão das jornadas de trabalho, o calcanhar

[31] Um levantamento informal realizado, em 2018, para estudos internos do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, identificou que Nelson Traquina foi o autor mais citado nas ementas das disciplinas de Teorias do Jornalismo de 13 cursos de graduação nacionais. Tanto que Figueiredo e Bolaño (2018) também afirmam que as obras de Traquina são as mais populares nos cursos de Jornalismo no Brasil.

de Aquiles do jornalista, afinal é corrente a prática de não pagamento de horas extras trabalhadas em favor da política de compensação por folgas.

O tempo é, portanto, um valor controverso da profissão e cuja natureza contraditória se amplia com a entrada em cena das tecnologias digitais, as quais costumam ser tidas como vetores da celeridade social e, consequentemente, do jornalismo, pois levam ao extremo algumas das operações temporais da profissão e desintegram outras, como é o caso da periodicidade, tão cara ao ordenamento jornalístico. A prática do jornalismo na internet e mais recentemente nas plataformas digitais vem tensionando a ideia de periodicidade como preceito fundamental da profissão.

A dissolução do fechamento em torno de um calendário programado para a publicação das notícias ficou visível na análise da produção noticiosa dos arranjos independentes e/ou alternativos de trabalho no jornalismo (FÍGARO et al, 2018; FIGARO et al, 2021; BARROS et al, 2021). Os arranjos podem ser entendidos como "uma forma de sobrevivência na profissão" encontrada por jornalistas que migraram das grandes organizações de mídia em busca de autonomia e independência editorial e por jovens profissionais que se organizam coletivamente "como alternativa para a realização profissional e cidadã que os grandes conglomerados de mídia não podem oferecer" (FÍGARO et al, 2018, p. 17).

Arranjados em associações, pequenas empresas e outras maneiras criativas de organizar o trabalho, os jornalistas independentes e/ou alternativos às grandes organizações midiáticas encontraram na internet e nas tecnologias digitais condições acessíveis e dinâmicas para dar vazão à sua produção informativa. Nesse sentido, as plataformas de redes sociais se apresentam como *locus* privilegiado para a divulgação das informações produzidas pelos arranjos, tanto que muitos deles ficam dependentes delas para pôr os produtos jornalísticos em circulação e para organizar o próprio trabalho, construindo verdadeiras redações virtuais (SILVA, 2019; MARQUES, RODRIGUES, KINOSHITA, 2020).

A análise da produção desses arranjos veiculadas em plataformas de redes sociais como Facebook e Twitter revelou "que não havia periodicidade certa na grande maioria dos arranjos analisados." (BARROS et al, 2021, p. 12). Mesmo ao se analisar as produções armazenadas nos sites desses arranjos, fica visível a quebra da noção de periodicidade.

> Por exemplo, uma matéria produzida para o site pode ser atualizada, comentada, retirada, corrigida indefinidamente, deixando ou não marcas visíveis desses movimentos de ir e vir de discursos, de vozes múltiplas. O site é um lugar institucional e mais delimitado do que uma rede social, mas mesmo assim sua materialidade não está relacionada a um tempo ou espaço específico - o jornal impresso ou televisivo ou radiojornalismo não admitem. É próprio da materialidade do virtual a plasticidade do eterno renovar-se (BARROS et al, 2021, p. 12).

A observação do tempo contínuo, intermitente dos arranjos jornalísticos deixou entrever que a produção noticiosa forjava a sensação de uma presentificação sem fim, o que desafiou os analistas a buscarem outras categorias que explicassem a contento esse fenômeno. E assim chegou-se à ideia de regime de publicação, proveniente dos estudos de Roger Chartier (1999) sobre a produção bibliográfica. Ele pondera sobre as complexidades envolvidas na produção e circulação de livros, de modo que o regime de publicação abarca o tempo gasto na realização da obra, ou seja, o tempo de trabalho do autor, em diálogo com o tempo da indústria editorial, demarcando assim a auto e a heterodeterminação envoltas no regime de publicação.

Trata-se de um conceito mais amplo que o de periodicidade, pois dá margem para negociações de prazos entre a produção e a circulação, enquanto a periodicidade é mais rígida, requer o cumprimento do acordado sob o risco das perdas de público e monetária. Além de trazer em si um tom dialético, pois envolve o tempo da singularidade da ação do trabalhador em consonância ou discordância com o tempo da indústria, do mundo do trabalho contemporâneo. Para Fígaro et al (2021b), o regime de publicação adere melhor aos dispositivos comunicacionais digitais dos quais os arranjos jornalísticos se valem para realizar seu trabalho.

> A aceleração do tempo e a desespacialização, gerados pelo online, criam a sensação do eterno presente conectado. O jornalismo entra nessa dimensão pela porta do regime de publicação, as marcas de interrupção da periodização não são mais necessárias, as informações são reportadas nesse fluxo constante de postagens, atualizações, republicações, links e circulação por meio de diferentes dispositivos. Assim, a narrativa vai se transformando à medida que sai do site e vai para a página do Facebook, depois para o Twitter, o Instagram ad aeternum (FÍGARO et al, 2021b, p. 275).

A adoção do conceito de regime de publicação remete às novas configurações temporais que circundam o trabalho jornalístico, diretamente relacionadas com os novos dispositivos comunicacionais (MAINGUENEAU, 2002) que organizam o discurso jornalístico, assim como seus gêneros e formatos.

> (...) entendemos dispositivo como o conjunto dos elementos que permite a existência da comunicação: mídium, discurso, situação de recepção e situação de circulação (Figaro e Grohmann, 2017). Desta feita, vale lembrar que esse dispositivo, bem como o discurso jornalístico de que é parte, está conformado e conflitado pelas lógicas mais gerais do sistema de produção capitalista no contexto do trabalho digital e das empresas de plataforma (FÍGARO et al, 2021b, p. 36).

O regime de publicação dos novos dispositivos comunicacionais orienta o trabalho jornalístico nas redações, sejam elas virtuais ou físicas, situadas em grandes empresas de mídia ou em arranjos jornalísticos independentes. E devem pautar ainda as investigações sobre o jornalismo como singularidade que se transforma à medida em que a vida concreta também se altera tendo como marca realçada desses processos transformativos a digitalização das experiências humanas que não se norteiam mais pelos parâmetros industriais fordistas de tempo

cronológico, mas pela fragmentação e aceleração do tempo do capital flexível. Ou como resume poeticamente Fígaro et al (2021b, p. 37), o trabalho jornalístico acontece no ritmo "(...) do pulsar do coração, das batidas coligidas pelo fato a ser reportado".

O ritmo de trabalho do jornalismo se radicaliza ainda mais quando ele se aproxima da lógica computacional. Conforme Franciscato (2019), o jornalismo se depara com outras temporalidades possibilitadas pela automação e pela inteligência artificial, na medida em que esses recursos – guiados por dados e algoritmos – criam sincronismos e um fluxo de informações contínuo que forja uma instantaneidade real, a qual o jornalismo anseia mimetizar em seus discursos e modos de ação. Um sentido de tempo que abala a própria noção de rotina, tão cara ao jornalismo e à própria modernidade, que deixa de estar ancorada na ideia de sucessão de acontecimentos para a de simultaneidade de ações.

O tempo da rotina linear é o tempo de Chronos, e a prevalência do tempo de Kairös coloca em xeque a segurança garantida pela previsibilidade do cotidiano. O trabalho, elemento dessa rotina, apresenta-se como um fator de estabilidade e segurança para o sujeito moderno, contudo, quando a lógica do trabalho muda e torna-se mais flexível e orientada pela imprevisibilidade, a rotina também se altera e com ela a noção de segurança.

É importante salientar que, do ponto de vista ergológico, a atividade de trabalho é latentemente inédita, ou seja, marcada por imprevistos. Schwartz (2006) explica que mesmo numa situação de trabalho altamente normatizada há espaço para a renormalização, para a transgressão, para o desvio das normas, para o novo. Quando isso acontece, o corpo-si vê-se em uma dramática que ora lhe move ao uso de si pelos outros, com a obediência quase irrestrita às normas, e ora ao uso de si por si mesmo, com a escolha por renormalizar a atividade de trabalho, agregando sua criatividade e tornando aquela ação inédita ao trabalho.

Se em toda atividade de trabalho há uma parcela de imprevistos que desafiam o trabalhador a realizar escolhas com base no conjunto de normas antecedentes, o que talvez se observe com o tempo de käiros é a radicalização das renormalizações, por meio da sucessão de imprevistos que se tornam tão intensos e frequentes a ponto de o trabalhador não reconhecer-se mais em uma situação controlada e previsível de trabalho (em uma rotina) ou mesmo não encontrar prescrições em seu repertório que lhe ajudem a renormalizar a atividade. Diante disso, os dilemas relativos ao uso do corpo-si pelos outros e por si mesmo podem se aprofundar nas situações de trabalho e assim gerar o sentimento de ruptura com a rotina e insegurança na realização do trabalho.

Uma prévia dessa condição foi vivida pelos comunicadores na pandemia da covid-19, quando tiveram que adotar o trabalho home office, vivendo um verdadeiro embaralhamento

entre os tempos e espaços do trabalho produtivo e do trabalho doméstico. A mediação tecnológica por plataformas digitais, o imperativo de produtividade imposto pelos gestores, requerendo a disponibilidade quase que 24 horas por dia, assim como a ausência de prescrições para o trabalho abalaram o sentido de rotina e a segurança de muitos comunicadores, causando rupturas expressas por meio de adoecimentos (FÍGARO et al, 2020; 2021a).

3.4 Os princípios valorativos do jornalismo

O jornalismo desponta como atividade orgânica ao cotidiano das sociedades democráticas liberais. A missão democrática do jornalismo, contudo, não inibe seu relacionamento com outros agentes sociais e campos que compõem a heterogeneidade da vida cotidiana (HELLER, 1985). Dessa possibilidade resulta a dupla natureza comercial e ideológica do jornalismo, uma contradição inerente à sua existência (MEDITSCH, 1992).

> (…) a atividade jornalística é altamente condicionada. (…) O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes, o (s) próprio (s) donos, pelos imperativos do jornalismo como negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a "promoção" dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite (TRAQUINA, 2005a, p. 25. Grifos no original).

Essas ingerências sobre o trabalho jornalístico talvez sejam os únicos elementos imutáveis da profissão, os fatores e agentes mudam, mas os imperativos econômicos, temporais, internos e sociais continuam a pressionar o trabalho jornalístico, sobretudo, nas organizações tradicionais, de forma que muitos jornalistas migram para outros espaços de trabalho, sejam blogs ou arranjos de trabalho alternativos e/ou independentes, em busca de mais autonomia (NONATO, 2015; FÍGARO et al, 2018).

Os conflitos entre agentes e processos é uma característica do campo jornalístico, que pode ser entendido como um universo estruturado por oposições subjetivas e objetivas, mas que se identifica também como um espaço de estratégias solidárias e de lutas (NEVEU, 2006, p. 63). Uma das tensões que circulam no mundo do trabalho é protagonizada por profissionais e não-profissionais. A constituição do jornalismo enquanto campo profissional[32] passou por uma extensa disputa simbólica de reconhecimento social, na qual a criação de entidades representativas como associações e sindicatos; a abertura de cursos superiores de formação e a

[32] Os estudos sociológicos do jornalismo apropriam-se da noção de campo de Bourdieu para pensar a cultura e a identidade jornalística, a exemplo de Traquina (2005a).

elaboração de uma deontologia foram investimentos necessários à elevação do estatuto social ainda no século XIX.

O jornalismo conquistou historicamente, nos países de democracia representativa, uma autonomia expressa por normas profissionais e garantida (desigualmente) por dispositivos jurídicos destinados a protegê-lo tanto de atentados a sua liberdade pelo poder político quanto de uma subordinação sem limite aos empregadores todo-poderosos (NEVEU, 2006, p. 69). O movimento de reconhecimento e legitimidade do jornalismo deu origem a uma cultura profissional composta por símbolos, papéis sociais, estereótipos e mitos em torno de quem são os profissionais do jornalismo e da própria sociedade (TRAQUINA, 2005a). A cultura jornalística é animada por um compósito de valores sociais que a qualifica frente a sociedade.

Retomando as reflexões de Heller (1985), pautadas sobre a ontologia do ser social, é possível compreender a relevância dos valores sociais para o mundo do trabalho do jornalismo, pois estão nas engrenagens do decurso da história, que se constrói a partir do movimento de ascensão de alguns valores e de ocaso de outros. A autora entende que os valores são o que possibilitam a explicação do que é o ser humano genérico, como ser social.

> Segundo essa análise, as componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana, portanto, não é o que "esteve sempre presente" na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano (HELLER, 1985, p. 04).

Elaborando-se um raciocínio correspondente ao de Heller (1985), é possível afirmar que os valores estão na base ontológica do ser jornalista e que a história do jornalismo é marcada pela dinâmica de preservação e renovação dos valores jornalísticos. Eles são essenciais para a orientação moral e pragmática do trabalho e, como construtos históricos, são internalizados, reproduzidos ou contestados pelos indivíduos no mundo do trabalho, servindo como alicerce também para o reconhecimento social da profissão. O jornalismo, como instituição sedimentada no bojo das transformações da modernidade, se apoiará em valores herdados do projeto iluminista de sociedade que intentava se diferenciar a todo custo do mundo medieval, feudal e mitológico, tendo como um de seus fundamentos a racionalidade humana, capaz de produzir ciência, de recusar os dogmas religiosos e em torno da qual se desenhava a totalidade da história (HALL, 2006).

A modernidade também possibilita a emergência do individualismo, em torno do qual são erigidos os direitos sociais, a democracia e o próprio capitalismo.

> Individualidade, razão e emancipação, três pilares do programa Iluminista, vão estar na base de uma série de transformações ocorridas na Europa, que operam uma revolução cultural no velho mundo. Na economia, a atividade agrária perde poder e prestígio para o comércio e a indústria, estes conduzidos pelas novas elites burguesas.

> Na política, os regimes absolutistas são superados pelas democracias liberais. Na ciência, os avanços do conhecimento nas áreas de exatas e da natureza impulsionam o desenvolvimento tecnológico. Na filosofia e ciências sociais, o homem, suas potencialidades e limites nas mais diferentes esferas da vida, torna-se objeto ele mesmo de profunda reflexão pelos pensadores da época. (GUERRA, 2003, p. 01).

Esse é o horizonte moral e de ação para o jornalismo, um conjunto de valores que colabora para a circunscrição social da profissão, pois uma das condições para o ser jornalista é justamente comungar dos valores necessários ao exercício do trabalho. É importante ponderar que os valores são o elo entre a particularidade do indivíduo com a genericidade, a universalidade humana. Nesse sentido, os valores jornalísticos são o vínculo invisível que une um jornalista singular com o jornalista universal, sendo sintetizados na figura do jornalista particular. A inserção do jornalismo na dialética singular - particular- universal é uma forma de reconhecer que o estatuto profissional é histórico e se erige pelas relações entre os trabalhadores e a sociedade.

Os valores jornalísticos que propiciarem a elevação do jornalista individual em direção ao ser jornalista cumprirão um papel moral para a profissão e, consequentemente, sendo objeto da ética jornalística, cujo sentido importa à manutenção de uma coesão da comunidade de jornalistas. E como lembra Mayra Rodrigues Gomes (2004), a legitimidade dos valores e das normas do campo jornalístico se dão também pela via do discurso, sejam eles orais ou escritos na forma de códigos de ética e deontológicos. Ou seja, os valores se atualizam e reproduzem por meio de documentos, do próprio texto jornalístico e da comunicação dos profissionais no mundo do trabalho.

Nestes documentos e no discurso jornalístico em circulação no mundo do trabalho, os profissionais reclamam para si a exclusividade da competência e de saberes necessários à atividade. Liberdade, autonomia e independência; credibilidade; verdade (busca da informação verdadeira); rigor; exatidão; honestidade; objetividade (substituição de uma fé nos fatos pela fidelidade às regras e aos procedimentos) e imediatismo são valores que acompanham a profissão desde seus primórdios, sustentando a ideologia de que o jornalista é um vigilante da democracia e o único profissional apto a tal. Assim se constrói a deontologia jornalística, que pode ser entendida como um conjunto de normas antecedentes e valores sociais que ditam a expectativa da sociedade para com a atividade jornalística e com o ser jornalista. A deontologia, na perspectiva de Christofoletti (2012, p. 94), "é resultado de um processo de discussão coletiva, de definição de limites para o grupo ao qual é dirigido, e de sinalização dessas balizas para os demais agrupamentos sociais com os quais se têm relação". A partir da definição de regras de conduta, expressas em códigos institucionais, a exemplo do Código de ética do jornalista

brasileiro, os sujeitos que integram a comunidade regida por essas normas miram em seus valores para tomar decisões e agir conforme as boas práticas, segundo a ética profissional.

Independentemente das contingências do tempo presente e da geografia, os códigos de ética dos jornalistas, de um modo geral, asseveram que o jornalista tem uma responsabilidade social pública "de levar aos cidadãos informações captadas do modo mais detalhado, amplo e acurado possível, devendo ouvir as diferentes e divergentes vozes sobre o fato, agir com honestidade e preservando ao máximo a liberdade de expressão e de imprensa" (FERNANDES, 2018, p. 2170). Mark Deuze e Tamara Witschge (2015, p. 04), sob a chave da ideologia profissional, dão pistas dos valores que orientam a ontologia e a deontologia jornalísticas na contemporaneidade. Eles destacam que os jornalistas veem a si mesmos como fornecedores de um serviço público; imparciais, neutros, objetivos, justos e críveis; como trabalhadores autônomos, livres e independentes; comprometidos com uma lógica operacional do imediatismo, da realidade e da velocidade; e com um senso de ética, validade e legitimidade.

Kamila Fernandes (2018, p. 270) interessada na prática de jornalistas alternativos, observa que muitas vezes os estudos e a própria prática profissional hegemônica excluem modos de ação e de identificação diferentes que não consideram como deveres do jornalismo profissional, entre eles está o envolvimento com causas sociais, o que pode ser encontrado como princípio das atividades de muitos grupos de jornalistas alternativos. O que, na perspectiva da autora, "leva a uma necessária revisão dos valores do jornalismo". Valores estes que têm na liberdade uma condição necessária à própria existência do jornalismo.

A liberdade aparece no horizonte da sociedade como valor universal substituindo a felicidade, que ocupava lugar hierárquico superior no contexto axiológico de organizações sociais como a feudal. A reboque do capitalismo e de outros valores que com ele se erigem, a liberdade passa a ser compreendida como a possibilidade de o homem escolher seu lugar no mundo e, assim, decidir a quais costumes e normas quer se vincular (HELLER, 1985, p. 07). Pachi Filho (2018, p. 24-25) observa que aliada à igualdade, a liberdade torna-se um direito humano e forja o liberalismo, modo de pensamento e de ação hegemônico na modernidade.

> Nos dois últimos séculos, o pensamento liberal passa a nortear as práticas de sociedades democráticas, que também buscam garantir as liberdades individuais. O espaço reservado ao indivíduo no qual ele é soberano de si para pensar, agir e decidir, apesar dos limites impostos pela convivência social e a regulação política, é um consenso entre os pensadores liberais que visam diminuir a esfera do controle social.

A perspectiva de liberdade sob o viés do liberalismo se tornou dominante no século XVIII, imiscuindo-se na vida política (democracia), na vida econômica e até nas relações interpessoais. Contudo, não se pode falar em liberdade apenas sob essa chave de leitura. Às

margens do ponto de vista dominante, Marx pensava a liberdade do indivíduo sob o signo do socialismo, ou seja, de uma sociedade pautada por princípios igualitários e justos que garantissem uma vida digna para todos. “Desse modo, a liberdade vai se condicionar à transformação dos modos de produção e à revolução do proletariado. A liberdade é deslocada para o futuro para que se realize de fato” (PACHI FILHO, 2018, p. 26).

No caso do jornalismo, Gomes (2004, p. 35. Grifos no original) lembra que a liberdade enquanto princípio universal se relaciona diretamente com o direito à liberdade de expressão e de opinião expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, derivada do liberalismo.

> (...) Igualdade e liberdade são postas como condição para uma vida digna, para sua preservação e para seu exercício. Se explorarmos o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros também nos confrontaremos com a enunciação dos valores eleitos. Se no Artigo 1º o acesso à informação é um direito “inerente à condição da vida”, a saber, é condição de vida social, a contrapartida na sua realização é um dever que se articula em torno da verdade, uma vez que só nessas condições pode tal direito ser realizado.

A liberdade de expressão tem um peso tal para o estatuto social do jornalista que incide diretamente na construção das identidades profissionais. Kênia Maia e Fábio Pereira (2010) lembram que na história da imprensa, a constituição do jornalista é associada às garantias legais da liberdade de imprensa e aos valores da razão como verdade e transparência, a despeito de não haver um consenso sobre o que comporta essa noção de liberdade. Apesar disso, ela se torna um valor sensível acionado para a autolegitimação profissional em dois sentidos majoritários. O primeiro é associado ao funcionamento dos regimes democráticos.

> Esse tipo de associação permite à categoria resolver antagonismos subjacentes à sua identidade (pela existência de um mito fundador), responder ao debate sobre a qualidade da prática profissional (tachando certas considerações indesejáveis como censura ou cerceamento) e desfrutar de uma posição simbólica extraordinária na sociedade. (MAIA; PEREIRA, 2010, p. 200).

O segundo sentido associa a liberdade à noção de objetividade, considerando que o manejo das técnicas garante ao jornalista isenção frente à censura ou manipulação do Estado e das ideologias (MAIA; PEREIRA, 2010). A liberdade é desdobrada no ideal jornalístico de autonomia e independência, marcas supervalorizadas por organizações de mídia e profissionais que consideram a vigilância da sociedade e das instituições como papel do jornalismo. Atribuição que é enaltecida a ponto de o jornalismo ser considerado um quarto poder capaz de proteger a sociedade contra os abusos do Estado. No entanto, como frisa Sylvia Moretzsohn (2013), essa ideia é ilusória, pois por mais que o jornalismo seja autônomo em relação aos governos e assuma a oferta de serviço público como um objetivo, seu modo de operação é privado, gerido por empresas. O discurso do Quarto Poder age assim naturalizando a mediação jornalística e suas contradições.

> Essa naturalização do "quarto poder" assenta-se, por sua vez, numa simplificação do princípio da objetividade, tomada aqui em seu viés positivista, traduzido na corriqueira ideia de que "os fatos falam por si", e consequentemente, escondendo todo o processo de produção jornalística – desde os critérios segundo os quais determinados fatos alcançarão o status de notícia até a maneira pelo qual serão trabalhados (MORETZSOHN, 2013, p. 119. Grifos no original).

Uma das consequências da naturalização do sentido do jornalismo e das disputas de forças que incidem sobre ele é a imagem do jornalista cão de guarda, que teve seu auge nas décadas de 60 e 70, na Europa e Estados Unidos, sendo presença marcante em momentos ímpares na história das democracias ocidentais por meio da vigilância dos poderes públicos e de sua conexão com as transformações políticas e culturais em voga nesses momentos.

> O modelo Cão de guarda refere-se ao desempenho do papel dos jornalistas nos questionamentos, críticas, denúncias, conflitos, investigações feitas por repórteres e por outros (externos), em coberturas de processos judiciais ou administrativos e das atividades dos poderes do Estado, das organizações e seus agentes, tornando visíveis os fatos com o propósito de defender o interesse público, exigindo a prestação de contas dos detentores dos poderes político e econômico, principalmente. Não se trata da posição política do jornalista, mas da sua capacidade de questionar, criticar e denunciar (SCHMITZ, 2018, p. 03).

A função de cão de guarda associa-se hoje diretamente ao jornalismo investigativo, o qual dadas as contingências como "proteção de interesses corporativos, oposição e afinidade ideológica, fragilidade profissional, precarização do trabalho jornalístico, baixa autonomia e as interferências das organizações e seus agentes, oferecendo informações prontas para publicar ou na produção de seu próprio conteúdo, bem como os impactos das mídias digitais" (SCHMITZ, 2018, p. 06), vem perdendo espaço editorial, o que revela a perda de autonomia dos jornalistas. Foi exatamente essa busca por autonomia e pela possibilidade de realização de um jornalismo investigativo ou simplesmente independente de grandes organizações de mídia que muitos profissionais migraram das redações tradicionais para fundar arranjos alternativos e/ou independentes de jornalismo (NONATO, 2015; COSTA et al, 2020).

Em uma revisão conceitual sobre a independência e a autonomia como valores jornalísticos para a investigação de arranjos jornalísticos no Ceará, Costa et al (2020, p. 39-40) observa que essas duas qualidades se associam à desvinculação moral e econômica das fontes e de outros agentes externos ao jornalismo de modo que se possa ofertar informações capazes de dotar os cidadãos de recursos para se autogovernarem e serem livres. Na literatura da área, a independência e a autonomia também são relacionadas aos processos de trabalho, sendo necessárias à garantia de liberdade para realizar apuração, investigação, redação e edição dos fatos (COSTA et al, 2020).

A autonomia para a realização do trabalho associa-se às dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros vividas pelos jornalistas. A falta de autonomia implica que a gestão do uso de si pelos outros é forte a ponto de deixar pouco espaço para as escolhas, para que o jornalista renormalize a atividade de trabalho conforme o que considera ser correto e coerente para a situação. Apesar de essas dramáticas ficarem circunscritas às situações singulares de trabalho, elas podem reverberar na qualidade do produto jornalístico de modo que a independência, um elemento importante para a credibilidade jornalística, não seja reconhecida.

> Assim, conforme Patrício e Batista (2020), incorporar o valor da independência na própria constituição identitária é um indicativo importante, mas que pode se apresentar a partir de aspectos diferentes (para uns está ligada à questão econômica, para outros é atrelada ao tipo de cobertura etc.), que vão variar conforme a própria noção que esses arranjos tenham de jornalismo e de independência. (COSTA et al, 2020, p. 40).

Se para os arranjos jornalísticos a independência e a autonomia são importantes na orientação de suas práticas, o que se percebe, nas grandes organizações de mídia, é a perda de autonomia do jornalista, tal que, conforme Schmitz (2018), o jornalismo cão de guarda está na coleira. Ou, diríamos, o jornalismo enfim reconheceu que tem uma coleira. E sua retirada pode envolver tanto uma mudança paradigmática, com o investimento no jornalismo alternativo e/ou independente, como uma virada ontológica, assumindo-se como intérprete da realidade e contradizendo o primado da objetividade.

3.4.1 O domínio da objetividade e sua problematização

Outro valor basilar para a profissão é a objetividade, tida como uma conduta do profissional no trato com os acontecimentos e como fundamento do regime de crença e de conhecimento ao qual o jornalismo se vincula. Para Guerra (2008, p. 34), o imperativo ético fundante do jornalismo é o estatuto da verdade, que é atribuído pelo público ao que é noticiado. “O jornalismo se funda, portanto, a partir de um imperativo ético que prescreve a notícia como discurso verdadeiro sobre os fatos da realidade”. No contexto contemporâneo, de crise epistêmica (MORETZSOHN, 2021), em que o jornalismo e a ciência estão em constante estado de suspeição, precisando a todo momento atestar que são dignos de crédito social enquanto informações falsas capturam a atenção coletiva, a busca da verdade se torna uma oração, um mantra sagrado para muitos jornalistas.

A verdade no espectro das teorias realistas do jornalismo tem uma correspondência direta com a objetividade, pois a notícia verdadeira é aquela que é fiel ao fato como objeto do jornalismo (GUERRA, 2008). A objetividade é uma âncora que dá segurança aos jornalistas e

se agrega a outros discursos sobre o papel social da profissão que remetem aos valores iluministas e a uma visão de mundo dominada pelo funcionalismo (RUELLAN, 2017). Em linhas gerais, Traquina (2005a, p. 139), falando de um ponto de vista sociológico, define a objetividade como uma série de procedimentos que os jornalistas usam para assegurar sua credibilidade como parte não interessada no fato e se proteger contra eventuais críticas.

Para alcançar a verdade dos fatos, o jornalista precisa, portanto, orientar suas técnicas e condutas em princípios como a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade. Moretzsohn (2013, p. 116) busca em Hanna Arendt (1992) as origens da noção de imparcialidade na cultura ocidental, encontrada numa poesia de Homero que exaltava tanto o heroísmo dos gregos como o de seus oponentes, incorporando uma postura de isenção de interesses pessoais, que vai orientar o sentido moderno da imparcialidade.

> Entretanto, talvez fosse mais correto falar num ideal ético de equilíbrio, pois trata-se de mostrar a necessária fidelidade aos fatos – tomados aqui no sentido amplo de elementos a serem relatados, o que inclui as opiniões e declarações alheias – por parte de quem está socialmente investido da tarefa de informar (MORETOZSOHN, 2013, p. 116).

Apesar do alerta da autora, a imparcialidade como isenção é um marcador da própria competência profissional e se fortalece com a industrialização do jornalismo, sendo um traço de qualidade à medida em que diferencia o jornalismo objetivo de sua versão política, panfletária e artesanal, demarcada discursivamente pela separação entre informação e opinião (MORETZSOHN, 2013).

Pereira (2008) enfatiza que muitos valores jornalísticos estão diretamente relacionados com o desenvolvimento de uma competência técnica e são indicativos do afastamento da profissão de valores políticos, literários e humanistas que antes a pautavam. A introdução de técnicas como o lide e a pirâmide invertida na atividade informativa nacional faz parte do movimento de profissionalização do jornalismo e de obediência à objetividade.

> O paradigma da objetividade no jornalismo surgido nas redações é um bom exemplo disso. Esse é também o papel desempenhado pelos manuais de redação e pelos copidesques. Por meio desses instrumentos se veiculou uma crítica contundente ao velho estilo de texto, ao nariz de cera, à linguagem adjetivada, ao beletrismo literário. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma defesa dos novos padrões calcada no profissionalismo (PEREIRA, 2008, p. 06).

Fernandes (2020, p. 62) complementa essa observação destacando a referência a fontes de informação credíveis - as quais devem se encaixar nos critérios definidos pelo próprio jornalismo - como prática necessária ao jornalismo objetivo e de qualidade, que se alia com outras posturas a exemplo do distanciamento do repórter em relação ao fato, da restrição ao uso de adjetivos, da necessidade de expor posições contraditórias, dos critérios de hierarquização e

ordenamento dos fatos, com a seleção do que é notícia e do que não é, a partir de valores-notícia, etc.

Deste conjunto de procedimentos e princípios, vale explicitar que o "direito ao contraditório", calcado numa ideia de pluralidade de vozes como marca de equilíbrio, é problemático. Para Moretzsohn (2013), é mais uma feição do "jornalismo de mãos limpas", aquele que não se compromete e lava suas mãos, pois fez o que lhe competia, apresentar diferentes versões de um fato, deixando para o leitor tirar suas conclusões. É um jornalismo que se ancora na confiabilidade das fontes e trata de maneira equilibrada fatos com pesos sociais diferentes. É o tipo de postura que, sob o argumento da pluralidade, abre espaço para opiniões e versões antidemocráticas, criminosas e preconceituosas. Uma estratégia comum às grandes organizações de mídia, que o diga a Folha de S. Paulo, que recorrentemente publica artigos de opinião de viés conservador e até mesmo preconceituosos que se tornam alvo de polêmica nas redes sociais, e na sequência, dá vazão a artigos de viés mais progressista sobre o mesmo tema, que também são comentados e espalhados nas redes.

Diante disso, constatamos que uma conduta objetiva, muitas vezes, pode reforçar a ideologia e os discursos dominantes, colaborando para a perpetuação das hegemonias da sociedade e sendo um motor para as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros. Afinal, o olhar para o trabalho jornalístico com a lente realista, que baseia o paradigma da objetividade, nos remete ao ideal de trabalhador taylorista, que ambicionava antecipar a atividade de trabalho ao máximo por meio das prescrições, de modo que o ato laboral seja "mecânico", favorecendo a eficiência produtiva.

Pensando o jornalista sob esse viés, a eficiência estimulada pela imparcialidade, neutralidade e objetividade não diz respeito apenas à produção discursiva do próprio jornalista, mas trata também de uma obediência a uma visão de mundo que observa de longe os fatos e não interfere na realidade. Esse tipo de ideologia favorece a manutenção da hegemonia social, pois não tem como objetivo de trabalho a transformação da realidade ou a produção de um conhecimento social, mas apenas ser um mediador.

> Quando o jornalismo se pauta pela objetividade da notícia, assume a definição de realidade que corporifica e institucionaliza os interesses de quem a objetivou, não apresenta a consciência, portanto, do processo humano e histórico de elaboração da realidade pela práxis, e assume como universal a normatividade ética que caracteriza os valores do grupo hegemônico (GUERRA, 2008, p. 88).

Apesar de basearem-se em registros conceituais e ontológicos diferentes, Guerra (2008)[33] e Rodrigues de Souza (2021) convergem no sentido de que o jornalismo deve se orientar rumo à transformação social. Rodrigues de Souza (2021, p. 128), sob a via do materialismo histórico-dialético, discute o par objetividade-subjetividade no jornalismo distanciando-se das abordagens epistêmicas que olham para a objetividade jornalística sob o viés positivista, fenomenológico ou pragmático. Ele enfatiza que a subjetividade não é o oposto da objetividade, pois na perspectiva ontológica, ambas são constitutivas da verdade que habita a realidade social.

> As notícias são recortes do fluxo dos processos objetivos da realidade que são elaborados atendendo a determinações tanto objetivas quanto subjetivas. Ser e objetividade fazem parte de um mesmo complexo de múltiplas determinações. Assim, há certamente espaço para a incidência da ideologia e das decisões individuais, o que não altera o processo de conhecimento (RODRIGUES DE SOUZA, 2021, p. 135)[34].

Essa relação entre o homem e a realidade sob a perspectiva da teoria do conhecimento de inspiração marxista parte do pressuposto de que é possível conhecer uma realidade objetiva exterior ao sujeito, o qual por meio de sua atividade tem a capacidade de transformar a realidade. E o jornalismo sob uma perspectiva realista não reflete a realidade, mas a refrata por meio de uma construção narrativa que tenta captar a dinâmica da realidade objetiva (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 92). Dito isto, a objetividade no jornalismo tem como finalidade última a construção de um conhecimento da historicidade contraditória da humanidade.

> Assim, cabe ao jornalismo realista apresentar a vida do ser em seu processo histórico. O reflexo da realidade captada pelo jornalismo, nesse sentido, é a fusão de fenômeno e essência na construção, via linguagem referencial, de uma objetividade nova, representada com o material singular imediato, na composição de um conhecimento da historicidade humana em sua contraditória jornada (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 92).

A subjetividade do jornalista tem papel fundamental no processo jornalístico, pois ela identifica a objetividade da realidade, transformando os fatos sociais em fatos jornalísticos e

---

[33] Conforme Rüdiger (2021), Guerra (2008) propõe uma teoria crítica da notícia de viés empirista, que em comparação com o Construcionismo clássico e com outras vertentes jornalísticas de cunho pragmático (Wilson Gomes) e até mesmo dialético (Francisco Karam), permite maior operacionalização para o aprimoramento profissional.

[34] Nesta citação, o pesquisador brasileiro se fundamenta em um princípio essencial da filosofia dialético-materialista, o de que o mundo real "é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social" (KOSIK, 1969, p.18). Esse fundamento aparecerá nas leituras de diferentes autores materialistas que problematizam a relação sujeito-objeto. Adam Schaff faz isso em "O marxismo e o indivíduo", de 1967, discutindo a noção de indivíduo para Marx. Maria Aparecida Baccega também explora o argumento em "Palavra e Discurso" (1995), para entender a relação entre discurso e subjetividade. Aliás, Vygotsky, em Pensamento e Linguagem" (1934/2005) e Leontiev, em "O desenvolvimento do psiquismo" (1976) exploram bem essa formação da subjetividade em suas abordagens filiadas à psicologia histórico-cultural.

produzindo uma nova realidade narrada pelo viés da singularidade, apresentando as contradições e estranhamentos da vida cotidiana. É nessa capacidade de o jornalista "trabalhar" a realidade que está a potência de sua atividade. "(...) o jornalismo possui a capacidade de evidenciar as pulsões de uma sociedade em crise, alimentando as lutas sociais ao permitir o conhecimento do presente, do fervilhar da imediatez de uma história humana em vias contraditórias" (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 93).

É preciso ressaltar que a realização da potência do jornalismo não depende apenas de uma virada epistemológica e ontológica, mas está atrelada também a uma transformação das condições materiais para o trabalho, necessárias à realização do jornalismo como forma social de conhecimento. Do contrário, corre-se o risco de a profissão ser engolida pela irracionalidade do capital, pela aceleração do regime de publicação e pela ditadura da audiência. Dessa forma, entendemos a transformação social como um valor jornalístico, o qual se realiza quando o jornalismo desvela as formações ideológicas inscritas no bojo dos acontecimentos e da sua própria condição de trabalho.

> Os fatos abordados pelo jornalismo são selecionados e reconstruídos, contudo, essas matérias são objetivas e possuem substância histórico-social constituída. Uma abordagem realista da produção noticiosa deve direcionar-se à revelação dessa substância por meio do descortinamento desses condicionantes, ou melhor, pelo revelar das múltiplas determinações desses fatos, o que permite evidenciar a essência da materialidade (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 93).

Não fazer isso é aderir a uma ideologia do senso comum, à pseudoconcreticidade de Kosik (1969)[35] e reiterar a naturalização dos fatos, na perspectiva de Moretzsohn (2013), as quais estão impregnadas pela ideologia capitalista. A dialética, portanto, é a forma de o jornalista escapar da reificação e assumir uma feição transformadora e não só de reprodução.

> A revolução no jornalismo, portanto, não é dissolvê-lo no cotidiano, mas desmistificar o cânone da imparcialidade para fazê-lo assumir seu papel no jogo de forças que compõe a sociedade. Apenas desta forma o jornalismo pode de fato cumprir sua promessa de esclarecimento, esclarecendo previamente que todo discurso é ideológico e que não há informação independente de interpretação, apesar da ancestral aspiração do público pelo relato dos fatos "tais quais são": estaria aí, aliás, ao mesmo tempo o resultado e a legitimação do processo de "pensar contra os fatos" (MORETZSOHN, 2013, p. 288. Grifos no original).

Como diria Fernandes (2020, p. 78), é uma maneira de o jornalismo assumir seu papel político que envolve a marcação de posicionamentos perante a realidade[36]. Uma posição que,

[35] Em "A dialética do concreto" (1969), Karel Kosik aponta uma série de relacionamentos do ser humano com a realidade como expressões do que ele denomina de pseudoconcretude. Entre eles está a naturalização de circunstâncias e objetos que são na verdade resultados da atividade social do homem.

[36] O reconhecimento de que o jornalismo pode se posicionar politicamente e noticiar de forma a transformar a realidade causa desconforto em quem ainda, positivamente, acredita que o jornalista tem que ser neutro e zelar pela linha editorial. É o caso de Francisco Rüdiger (2021, p. 121), para quem alternativo e ativista não são papeis

acrescentamos, deve delimitar também o lugar do jornalista como trabalhador. Daí porque é fundamental entender como os valores, os saberes jornalísticos e o ethos do ser jornalista se articulam com a realidade no mundo do trabalho do jornalismo, se contribuindo de fato para a democracia e para a autorrealização dos trabalhadores e consequentemente da transformação da sociedade ou apenas servindo de eco para os ideais do sistema produtivo.

3.5 Os saberes instituídos do jornalismo

Os saberes que orientam a atividade de trabalho estão no cerne do método ergológico do dispositivo dinâmico de três polos, mas esse movimento de confrontação entre os saberes instituídos e científicos com os saberes investidos na experiência concreta não orienta só o trabalho do pesquisador, mas materializa as dramáticas do uso de si dos profissionais. As dramáticas se desenrolam na atualidade em meio à abertura no mundo do trabalho do jornalismo, onde novos cargos e funções surgem, requerendo dos profissionais aprendizados diversos (FIGARO et al, 2021a), como os relativos ao jornalismo nas plataformas de redes sociais, ao trato com bancos de dados e ao manuseio das informações em circulação que são notícias brutas e precisam ser coletadas, processadas e empregadas em produções jornalísticas inovadoras e criativas (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 10).

Winques, Barcelos e Cordeiro (2018) observam que as competências requeridas para os profissionais de jornalismo hoje não estavam presentes nas rotinas de trabalho há 20 anos, quando o meio impresso era o centro da produção noticiosa. A internet e a consequente digitalização da vida em sociedade forçaram a revisão das práticas jornalísticas, que agora se moldam também a partir de agentes inovadores como algoritmos, inteligência artificial e realidade virtual. No jornalismo moderno, aquele praticado no tempo da centralidade do impresso, o jornalista competente deveria saber manejar seu "vocabulário de precedentes", constituído basicamente por três saberes necessários à profissão (TRAQUINA, 2005b, p. 39).

O saber de reconhecimento diz respeito à capacidade para reconhecer fatos por meio dos valores-notícias (operacionalização dos critérios de noticiabilidade), evitando que o

que cabem ao jornalismo. Para ele, "(...) o papel do verdadeiro jornalista, em teoria e prática, não é lutar pela transformação, muito menos pela manutenção da situação social, se jornalismo é o que lhe importa, porque o jornalista, apesar de estar de fato sujeito a muitas influências, não deve eticamente servir a nenhuma causa que não a da informação e a da opinião ajuizada com base nela – é neste sentido que pode e deve ser neutro, objetivo e ponderado, dentro da linha editorial que tomou para si e o orienta numa direção". Esse argumento do autor é no mínimo idealista, pois a seleção de uma linha editorial já implica em ausência de neutralidade. Além disso, se a própria linguagem não é neutra, não é transparente, as escolhas verbais, visuais e sonoras que o jornalista realizam não são objetivas. Sendo assim, é perverso condenar o jornalismo à dissimulação de objetividade.

jornalista olhe para a realidade de forma míope e não estruture os acontecimentos sempre em torno dos indivíduos. O segundo saber é o de procedimento, o qual trata da capacidade de elaborar a notícia com base nas normas da profissão. E, há ainda o saber de narração, relativo à construção de uma narrativa jornalística interessante e em tempo útil a partir dos parâmetros da linguagem jornalística, com atenção para a escrita compreensível pelo grande público e com a vigilância para evitar a dramatização em excesso (TRAQUINA, 2005b, p. 42).

É importante demarcar que o vocabulário de precedentes adotado por Traquina (2005b), guardadas as devidas proporções epistemológicas, seria o equivalente às normas antecedentes, da Ergologia, ou às prescrições, da Ergonomia. E os três saberes elencados pelo autor são os saberes instituídos do jornalismo, aqueles que estão no cerne da formação dos trabalhadores jornalistas e os quais junto com os demais saberes hegemônicos no mundo do trabalho do jornalismo são problematizados e revisados pelos estudos em comunicação e trabalho.

Em uma leitura crítica sobre os valores-notícia como categoria analítica para a compreensão do trabalho jornalístico, Fígaro et al (2021b, p. 39)[37] propicia uma abordagem para os saberes jornalísticos - mesmo sem ter isso como objetivo - a partir de categorias analíticas que visavam à fuga dos conceitos de noticiabilidade como postulados para análise do trabalho jornalístico.

> (...) decidimos abandonar o conceito de critério de noticiabilidade. Chegamos à conclusão de que ele não permite estudar as condições de produção do discurso jornalístico. Os critérios de noticiabilidade são tantos e todos afeitos às linhas editoriais (critério primeiro) que não nos permitiria fazer relações entre os discursos produzidos entre os arranjos bem como identificar, o que para nós é fundamental, os elementos compositivos do discurso do jornalismo produzido (FÍGARO et al, 2021b, p. 39).

Em contrapartida aos critérios de noticiabilidade, os autores sugerem a adoção do termo instância, fundamentados nas reflexões de Wolf (2005), particularmente sobre a discussão relativa aos critérios de seleção da notícia e de construção da notícia; e de Patrick Charaudeau (2006), referentes às instâncias de produção e de recepção discursivas. “(...) o termo instância é usado no sentido de categoria, domínio, para identificar os elementos de escolha do profissional, pertinentes ao dispositivo comunicacional, para operar o discurso”. (FÍGARO et al, 2021b, p. 40). Para entender as instâncias como elementos de organização da produção jornalística, Fígaro et al (2021b, p. 41- 42) triangula as proposições de Wolf (2005) e

[37] Decisão embasada por revisão bibliográfica sobre o termo a partir de um estudo crítico do conceito realizado por Thales Lelo, pós-doutorando na ECA-USP, pesquisador do CPCT, e sobre um seminário de discussão com a presença da professora convidada Lia Seixas, da Universidade Federal da Bahia (FÍGARO et al, 2021b).

Charaudeau (2006) com Genro Filho (2012), e assim forja as instâncias de seleção, composição e circulação das notícias.

> Assim, nossa questão é identificar em que medida o fato jornalístico se apresenta como escolha a ser reportada como notícia. O processo de reconhecimento do 'fato jornalístico' está submetido ao processo produtivo e aos condicionamentos sociais, econômicos e políticos dos arranjos do trabalho do jornalista. Cabe salientar, portanto, que uma unidade de análise importante é a da instância de seleção do fato jornalístico, para entendermos o tratamento compositivo que a ele será dado. A seleção do fato jornalístico também está relacionada à forma de circulação da notícia, onde, para quem e como vai circular. Dessa maneira, seleção, composição e circulação são instâncias que, deslocadas das teorias dos newsmaking, podem ser nossas categorias analíticas.

Na aplicação dessas categorias na análise da produção noticiosa dos arranjos jornalísticos durante a cobertura das eleições 2018, Fígaro et al (2021b) dividiu a instância de seleção em seleção temática e do assunto e seleção das fontes. A instância de composição da matéria versa sobre o uso de recursos próprios do mídium que remetem à linguagem jornalística na internet, onde estavam sediados os objetos analisados na pesquisa. Apesar de não ser objetivo deste estudo investigar os gêneros jornalísticos, mas a observação da instância de composição favorece a desconstrução do gênero e formato escolhido pelo arranjo, sendo possível observar suas inovações e hibridizações.

A instância de circulação, no estudo do CPCT (FÍGARO et al, 2021b), também se relaciona com as características do mídium internet e enfatiza o uso de artifícios e estratégias para a circulação da produção noticiosa em outros espaços digitais, principalmente nas plataformas de redes sociais, centrais na produção de muitos arranjos jornalísticos. Ela versa ainda sobre a interatividade com o público como característica marcante para o espalhamento e engajamento do produto jornalístico[38].

Olhando para essa proposta, é possível portanto inferir que selecionar fatos sociais, compor os fatos jornalísticos a partir do tratamento dos fatos sociais e fazer os fatos jornalísticos circularem dentro e fora do dispositivo comunicacional particular do arranjo são conhecimentos, saberes necessários ao exercício da atividade jornalística que entram em ação de modo simultâneo no manuseio da notícia. A notícia aqui é entendida como sinônimo de produção jornalística, de formato jornalístico, pois é sempre válido ressaltar, como o fez Fígaro et al (2021b, p. 42), que esses saberes se investirão de feições/aspectos diferentes de acordo com a permissão do dispositivo comunicacional do jornalismo. "Ao salientarmos a importância

[38] A operacionalização dessas instâncias como categorias analíticas podem ser observadas em Fígaro et al (2021b), disponível em: http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/discurso-jornalistico-e-condicoes-de-producao-em-arranjos-economicos-alternativos-as-corporacoes-de-midia/. Acessado em 11 de maio de 2022.

do dispositivo comunicacional, estamos nos remetendo à materialidade concreta do mídium, do discurso, do público e das formas de circulação".

Diante disso, consideramos que o saber-fazer jornalístico abarca, portanto, o manejo das instâncias de seleção, composição e circulação noticiosa, as quais remetem diretamente às condições de produção do trabalho e do discurso jornalísticos e são renormalizadas nas situações concretas de trabalho quando o jornalista se depara com as limitações inerentes às atividades de trabalho (DURRIVE, 2014). Buscaremos exatamente identificar por meio dos relatos provenientes das entrevistas qualitativas como os jovens jornalistas lidam com esses saberes no cotidiano laboral e como os problematizam no âmbito das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros.

Uma proposta que se aproxima dos saberes elencados por Traquina (2005b) foi elaborada por Josenildo Guerra (2008, p. 111), que organiza as competências jornalísticas também em três categorias:

> As competências dizem respeito aos conhecimentos prévios necessários ao exercício da atividade. Dão conta basicamente das necessidades relacionadas ao conhecimento dos fatos (competência cognitiva); aos procedimentos adotados tanto com os profissionais quanto com as demais pessoas envolvidas na cobertura (competência de conduta), e à elaboração material do produto a ser disponibilizado (competência de produção). Do ponto de vista prático, essas competências representam a capacidade requerida para que a produção jornalística se processe, isto é, para que a informação inicial obtida seja transformada no produto final a ser consumido pela audiência.

Conforme o autor, todos os jornalistas apresentam essas competências, que se relacionam e complementam mutuamente. No entanto, cada uma comporta especificidades que variam de acordo com as normas da organização jornalística ou mesmo do suporte de veiculação dos conteúdos jornalísticos. De acordo com essa classificação, tem-se, por exemplo, a revelação do que está oculto e o manuseio dos valores-notícias como elementos da esfera da competência cognitiva; na seara da competência de conduta estão as situações de foro ético, a curiosidade, a imparcialidade, a objetividade, a independência, dentre outros valores jornalísticos que norteiam o saber-julgar (CHRISTOFOLETTI, 2012, p. 95) ou o saber-ser profissional; e na da competência de produção o domínio de gêneros e formatos adequados aos suportes e à natureza dos fatos, além da produção das informações obedecendo ao imediatismo.

Consideramos relevante abrir parênteses para pontuar uma questão relacionada à competência de conduta que está explícita nos saberes jornalísticos apresentados por Guerra (2008) e fica de certa maneira implícita na proposta dos saberes provenientes das instâncias jornalísticas que apresentamos baseadas em Fígaro et al (2021b). Neste caso, a conduta, a ética, que está diretamente relacionada ao debate de valores e de normas na situação concreta de trabalho, é inerente às tomadas de decisão dos jornalistas nas situações micro de trabalho. Ou

seja, a cada nova dramática do uso de si por si mesmo e de si pelos outros relativas ao exercício dos saberes de seleção, de composição e de circulação, o jornalista confronta os valores e os saberes jornalísticos instituídos com os recursos que dispõe para agir e renormalizar o trabalho, equilibrando a gestão de si e a gestão dos outros.

Com essa explicação, demarcamos o lugar da conduta como subjacente ao trabalho jornalístico, à aplicação dos saberes instituídos e à performance dos saberes investidos. E reforçamos que a análise das situações micro de trabalho a partir da Ergologia é produtiva para identificar os confrontos e constrangimentos éticos vividos pelos jornalistas no exercício profissional e para reconhecer a virtuosidade dos profissionais, afinal, como pontua Christofoletti (2012, p. 105):

> Mudando a maneira de enxergar o Jornalismo provoca-se também modificações importantes nas redações e nas próprias escolas de comunicação. É necessário formar profissionais que não sejam apenas aptos e bem preparados tecnicamente, mas que sejam portadores de virtudes morais. Jornalistas virtuosos têm mais condições de fazer um jornalismo virtuoso.

Retomando a proposta de Guerra (2008), ele enfatiza que, na rotina, as competências jornalísticas se articulam de forma que não se consegue definir suas fronteiras. Sendo assim, ser competente pode ser ter uma conduta em harmonia com os interesses da organização, sabendo produzir títulos e manchetes que possam ser rastreados pelos buscadores e/ou atrair mais cliques do público. Ou o jornalista competente também pode ser aquele resiliente e que não se insurge contra a organização, demonstrando uma conduta dócil. Sendo assim, as tríades, seja das competências (GUERRA, 2008) ou dos saberes (TRAQUINA, 2005a), devem ser lidas sob um prisma dos conflitos nas situações concretas no mundo do trabalho do jornalismo. Pois assim, não se confunde a ideia de competência com a de reprodução do sistema capitalista pela obediência cega às prescrições, sobretudo, das grandes organizações de mídia. Até porque, para a ergologia, a conformação irrestrita às normas antecedentes é invivível e torna o trabalho insuportável (DURRIVE, 2018).

Vale recordar que o termo competência emerge no universo linguístico do mundo do trabalho com a reestruturação produtiva nos anos de 1970 e adere aos princípios do Toyotismo (ANTUNES, 1999), na medida em que destaca o "saber-ser" e os comportamentos psicológicos do trabalhador em detrimento do saber-fazer privilegiado pela educação formal e pelo monopólio de conhecimentos e saberes especializados que vinha ditando as regras no mundo do trabalho desde a moderna industrialização (MARX, 2014). Enquanto a qualificação é um atestado de validade permanente, a competência é contextual e temporária, podendo ganhar acréscimos ao longo da vida de trabalho (RIBEIRO, 2014). É esse aspecto maleável da

competência que a faz ter mais aderência no cenário de flexibilidade e coloca à prova também a imagem de "profissional" hegemônica na modernidade, inclusive a do jornalista.

3.5.1 Novos saberes para o jornalismo

O estado de movência em que o jornalismo se encontra traz a reboque uma crise do estatuto profissional provocada, dentre outros fatores, pela caducidade de saberes instituídos desde a modernidade que não encontram aderência nas situações concretas de trabalho contemporâneas. Foi o que Fígaro et al (2021a) identificou ao analisar as atividades de trabalho realizadas pelos comunicadores em investigação sobre o trabalho dos comunicadores durante a pandemia da covid-19. Nesta pesquisa, constataram-se os deslizamentos entre as profissões, ou seja, a hibridização entre os saberes e atividades de trabalho que não mais são exclusivos de uma única profissão, mas passam a ser realizados por outros profissionais.

De acordo com a pesquisa, os jornalistas que trabalham em agências de comunicação, de marketing digital, de publicidade e que realizam atividades de assessoria de imprensa têm atribuições mais variadas do que aqueles que atuam com produção noticiosa em organizações tradicionais de mídia ou em arranjos jornalísticos alternativos e/ou independentes. Enquanto os jornalistas em redações que produzem material noticioso recorrem aos saberes instituídos mais tradicionais ao mundo do trabalho, os profissionais formados em jornalismo que migram para o campo das assessorias renormalizam seus saberes instituídos com vistas ao cumprimento de objetivos de trabalho novos que, por sua vez, se orientam por valores também diferentes daqueles que guiam o jornalismo como forma de conhecimento da singularidade.

> Sob o guarda-chuva do léxico mais aberto como "produção 360º" ou "analista", "assessoria de imprensa ou comunicação", estão diferentes atividades que vão desde a produção de textos, vídeos ou posts para as redes sociais, até estratégias de gerenciamento de crise ou da própria equipe ou ainda com o estabelecimento de relacionamentos com os clientes e outros públicos estratégicos (FIGARO et al, 2021a, p. 56. Grifos no original).

Apesar de orientadas por princípios diferentes, as atividades de assessores e de jornalistas de redações noticiosas se encontram no mesmo patamar no que diz respeito à incidência da multitarefa ou polivalência, caracterizadas pela "realização de mais de uma atividade sob a rubrica de uma única função ou cargo" (FÍGARO et al, 2021a, p. 54). Outra marca comum a esses trabalhos é a multimidialidade, ou seja, o manejo de diferentes linguagens e suportes midiáticos para a produção informativa e comunicativa. Essas características não são inéditas, mas algo que vem sendo identificado em pesquisas recorrentes sobre as transformações no mundo do trabalho do jornalismo (ADGHIRNI, 2005; MICK; LIMA, 2013;

FÍGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; FÍGARO et al, 2018; LELO, 2019; NICOLETTI, 2020; MOLIANI, 2020).

Para Adghirni (2005, p. 51), a comunicação e o jornalismo sempre se confundiram, apesar de o jornalismo estar perdendo espaço com a expansão do trabalho na comunicação.

> No Brasil, os dois campos se confundem. Jornalismo e comunicação funcionam quase como sinônimos e os protagonistas destes cenários atuam ora num campo ora noutro. Mas todos se autodefinem como jornalistas uma vez que a profissão é determinada pelo diploma obtido nas faculdades de Comunicação, Habilitação Jornalismo, registrado no Ministério do Trabalho e exigido pelas empresas para o exercício profissional. Mas nos últimos anos, por uma série de razões, o campo do jornalismo propriamente dito vem encolhendo em detrimento do campo da comunicação (leia-se assessorias de comunicação, de empresas privadas ou instituições públicas).

Para a autora, a autonomia do jornalismo foi atacada pelo crescimento das agências de comunicação com a produção de releases e de outra variedade de atividades que não costumavam ser realizadas pelo jornalista, sobretudo, pelo repórter. Nesse rol, ela inclui tudo o que diz respeito à digitalização do trabalho jornalístico que prende o jornalista na redação, o qual não precisa mais sair para buscar informações e sim aguardar por fax e por releases provenientes das fontes. Essa cena se torna ainda mais comum com o enxugamento das redações que precariza o trabalho e empurra os jornalistas para postos nas assessorias de comunicação privada e de instituições públicas, o que na visão de Adghirni (2005, p. 54-55. Grifos no original) caracteriza um novo perfil profissional.

> O novo jornalista é um profissional híbrido com perfil de camaleão, ora identificado com as rotinas da redação, ora como assessor de imprensa, ora como jornalista/funcionário. Também pode estar "produzindo conteúdos" para um site na internet, numa empresa privada, numa ONG ou atuando no contexto da "advocacia" de causas públicas e/ou sócio-humanitárias.

Atualizando as categorias apresentadas pela autora, o que se tem de mais novo em se tratando da mescla de saberes, cargos e funções no mundo do trabalho da comunicação é o surgimento da função de produtor de conteúdo para mídias sociais e das tarefas relativas a essa atividade. Fígaro et al (2021a) observa que a nomenclatura genérica produção de conteúdo substitui formas expressivas características dos gêneros e formatos jornalísticos (notícias, informações, reportagens etc.) e da Publicidade e Propaganda (anúncios, informes publicitários, campanhas etc.), demarcando um deslocamento semântico e identitário, afinal, a produção desses gêneros e formatos implica na performance de saberes instituídos clássicos nesses campos de trabalho, de modo que a mudança do léxico remete a uma mudança do trabalho.

> A descrição das atividades realizadas pelos comunicadores aqui identificados como produtores de conteúdos para mídias sociais revela a hibridização de atividades provenientes de suas áreas de formação em comunicação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e TV, Cinema e Audiovisual, Relações Públicas e Marketing) com as demandas próprias da dinâmica comunicacional das plataformas de redes sociais.

> Demarca-se assim o investimento desses profissionais em novos saberes para a realização de suas atividades de trabalho a partir dos saberes instituídos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) de diferentes campos profissionais (FÍGARO et al, 2021a, p. 52).

Schmitz (2017) observa que sob a alcunha conteúdo, há uma variedade de textos e de tarefas comunicacionais que vão desde formatos jornalísticos a novos formatos semióticos.

> Esse "conteúdo" pode ser notícia, vídeo instrutivo, artigo, ebook, blog, guia, perguntas e respostas, imagem etc. Está baseado na maneira como a informação é procurada pelo público, frustrado com a publicidade invasiva e tradicional. Empoderado pela internet, o público está mais consciente de sua influência e procura se informar e conhecer bem um produto ou serviço antes de tomar qualquer decisão. Desse modo, o marketing visa fornecer as informações que o público procura, no momento certo, no formato ideal e facilmente. Para atingir esses propósitos, o marketing busca no jornalista as habilidades e a competência de uma comunicação objetiva (SCHMITZ, 2017, p. 04. Grifos no original).

Se orientados por objetivos que tendem mais ao marketing que ao jornalismo, o fato é que entre os saberes investidos que os produtores de conteúdo para mídias sociais mobilizam está a análise de métricas de audiência. A ordem discursiva digital incorpora a leitura e interpretação dos dados quantitativos, ofertados pela própria plataforma, os quais informam sobre a performance comunicacional de um conteúdo ou perfil com valores e índices para visibilidade e compartilhamentos e com informações a respeito dos períodos de maior tráfego de conteúdos e acessos ao longo do dia.

> As métricas podem se referir tanto ao comportamento dos leitores em uma visita única ao site (como frequência e tempo médio de acesso, endereço de partida e de destino, geolocalização, taxa de comentários, índices de compartilhamentos em redes sociais, palavras-chave mais pesquisadas etc.) quanto ao monitoramento de tendências mais populares na web aptas a gerarem pautas no ímpeto de atraírem mais usuários ao portal. Por fim, os dados também podem ser aproveitados para orientarem os profissionais a produzirem chamadas para suas matérias otimizadas com palavras-chave recorrentes em motores de busca (Search Engine Optimization (SEO). (LELO, 2019, p. 94).

A compreensão desse modo de operação das plataformas é imprescindível para que se alcance o público desejado e apresenta-se como um novo saber-fazer para o jornalismo diferente das técnicas ancoradas nos valores jornalísticos modernos. Lelo (2019) observa ainda que as métricas no jornalismo podem ser compreendidas como mecanismo de gerenciamento das audiências com vistas à intermediação das relações comerciais com os anunciantes. São a expressão matemática da concorrência entre os veículos de mídia, marcam a aceleração do ritmo produtivo nas redações e a sobreposição da mentalidade financeira aos critérios de noticiabilidade (LELO, 2019, p. 91), reorientando o papel do jornalismo de um mediador público que pauta as agendas política e social em âmbitos locais, nacionais e internacionais para uma atividade de informação cuja orientação de alcance é o desejo informativo do consumidor.

Pithan, Kalsing e Gruszynski (2019, p. 07), ao analisar a influência das métricas nas práticas jornalísticas, também concluem que nas redações online a busca da audiência se sobressai em relação aos valores jornalísticos nas tomadas de decisões no dia a dia de trabalho. Como exemplos, elas citam que

> (a) o tráfego influencia a avaliação de editores sobre produzir ou não determinada notícia, continuar coberturas ou cobrir fatos parecidos; (b) os números determinam a seleção, a remoção e a posição de chamadas na homepage; (c) os títulos são criados ou reescritos para obter cliques; (d) fotografias ou outras imagens são usadas para tornar as matérias mais "clicáveis"; (e) como o acesso via smartphones aumentou, os conteúdos são estruturados para serem lidos nesses meios e (f) o volume de audiência das matérias é parâmetro para avaliar o desempenho dos autores e mesmo recompensá-los financeiramente.

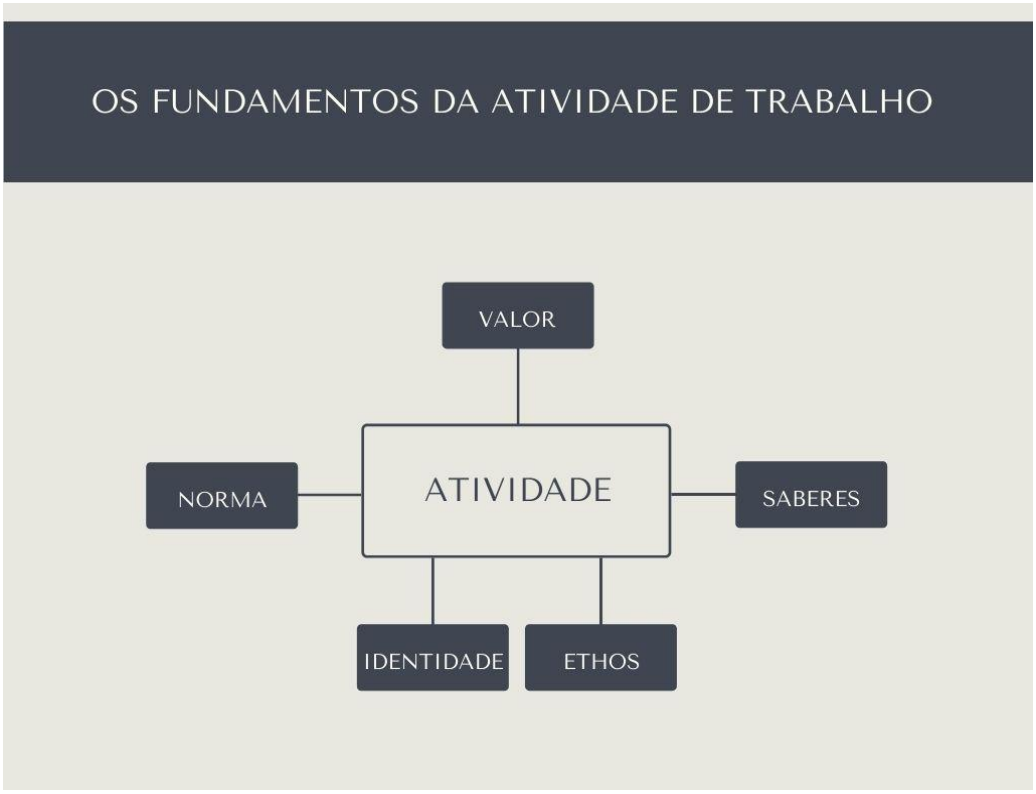
Muitas das regras trabalhadas no webjornalismo valem para a produção noticiosa veiculada nas plataformas de redes sociais e são internalizadas por trabalhadores que integram as equipes de audiência, nome dado por muitos veículos à editoria – para usar um termo do jornalismo tradicional - que cuida das redes sociais. Os *social medias* tendem a ser jovens, capazes de entender as métricas, captar os temas polêmicos em circulação e mimetizar formatos comuns aos ambientes digitais, como memes, emoticons, *stickers*, gifs, palavras e expressões abreviadas, dentre outros, a maioria em tom humorístico e de natureza intertextual[39].

Em razão de tudo isso é que Fígaro et al (2021a) adverte que mesmo se tratando de uma nova função que implica em novos postos de trabalho nas redações, a produção de conteúdo para mídias sociais não deve ser reconhecida ou analisada apenas por um viés positivo, e sim sob uma mirada dialética, afinal, a nova atividade de trabalho de produção de conteúdo orienta-se por valores sociais e assenta-se sobre objetivos de trabalho que divergem daqueles propagados pela deontologia moderna do jornalismo. E para identificar quais são esses novos valores, temos que entender como os produtores de conteúdo trabalham.

Uma nova função traz em seu bojo a renormalização da atividade de trabalho, a revisão dos saberes instituídos que sustentam essa atividade e dos valores e objetivos que a orientam. Consequentemente, a identidade de trabalho do jornalista que atua como produtor de conteúdo para mídias sociais pode diferir daquela ancorada no ethos jornalístico moderno. Dessa forma, podemos demarcar uma relação intrínseca entre o saber-fazer e o saber-ser, afinal, como lembra Durrive (2002, p. 151), a norma é um modo de fazer que se ancora sobre um valor, o qual orientará o agir. Seguindo o raciocínio do autor, podemos dizer que o agir forjará um modo de ser no trabalho e, a partir desse pressuposto, sintetizamos essa relação no gráfico 1.

[39] A intertextualidade se caracteriza pela relação de copresença entre dois ou mais textos. No texto acadêmico, por exemplo, ela se faz presente nas citações, mas pode se manifestar pela alusão, paródia e até mesmo pelo plágio (SOUZA-E-SILVA, 2012).

Figura 3 - As substâncias da atividade de trabalho



Fonte: autoria própria

Estudar a atividade jornalística sob o ponto de vista do trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) é investigar as atividades concretas, levando em consideração a análise dos valores, das normas antecedentes, dos saberes e da própria identidade, do ethos jornalístico. A imbricação dessas categorias entre si é tal que ao menor indício de mudança na atividade de trabalho, deve-se buscar marcas das transformações em cada uma delas. É por isso que levantamos como hipótese para esta pesquisa a desaderência do ethos jornalístico moderno junto aos jovens jornalistas cearenses, os quais são protagonistas de dramáticas do uso de si decorrentes de sensíveis mutações nas atividades de trabalho no mundo do jornalismo.

Portanto, para averiguar a veracidade ou não desta proposição, teremos que entender o que caracteriza o ethos jornalístico moderno, ou seja, qual a identidade de jornalista padrão que emerge da deontologia moderna e se encontra encravada nos saberes instituídos da profissão.

3.6 O ethos jornalístico moderno

Ao longo de sua construção, a profissão jornalística ancorou-se não só em seus valores, mas nos saberes e nas técnicas como forma de barganhar autoridade. Dessa maneira, o domínio de técnicas como a pirâmide invertida, o lide e a própria reportagem, tornam-se um verdadeiro

atestado de prestígio de jornalistas e da profissão ao longo do século XX. O repórter desponta nesse contexto como a figura exemplar do jornalismo moderno (TRAQUINA, 2005a). Ele é quem melhor sintetiza o ofício: um andarilho em busca de acontecimentos, um observador e contador de histórias sobre a cidade e dos que nela habitam. Socialmente, o repórter é uma metonímia para a profissão, pois dificilmente são mencionados, nas falas públicas sobre o jornalismo, outros cargos ou funções existentes no mundo do trabalho. Todos são obscurecidos pelo repórter, daí ele ser a figura ética do jornalismo moderno.

Travancas (2011, p. 44), ao pesquisar redações de diferentes veículos jornalísticos brasileiros na década de 1990, destaca que o repórter se constitui em um elemento paradigmático da profissão tanto para os que dela fazem parte quanto para o grande público, fazendo assim com que seja a expressão do jornalista universal, a própria definição de jornalista. O termo repórter surge na imprensa americana e inglesa em meados do século XIX. "Nos Estados Unidos, o uso dos termos repórter, editor (redator) correspondente (correspondente), pressman (jornalista) e outros stringer (ou free-lancers) ou columnist (colunista) se consolidaram de forma progressiva ao longo do século XIX" (ADGHIRNI, 2005, p. 48). No entanto, a identidade jornalística não deve ser sintetizada na figura do repórter, pois ela se caracteriza por uma multiplicidade de influências que lhe dão um aspecto impreciso, considerado por Ruellan (2017) como algo constitutivo e construtivo para o jornalismo. Por outro lado, para Traquina (2005b, p. 33), a identidade jornalística não é tão dúbia assim, pois está assentada sobre papéis sociais claramente definidos que cimentam a cultura profissional.

Essa afirmação identitária do jornalismo se deu no século XX, a partir do gozo de prestígio social e da construção de seus valores e de um ethos em defesa da democracia, encontrando estabilidade por meio de um modelo de negócio sustentável. A partir de estudos sobre as características fundamentais da profissão realizados no contexto estadunidense na década de 1970, Traquina (2005b, p. 153) destaca a liberdade e autonomia como marcas relevantes do ser jornalista, do ethos jornalístico, a exemplo de outras profissões liberais, como as de médicos e advogados, complementadas pelo espírito de serviço à sociedade.

No século XIX, como a identidade jornalística ainda não apresentava contornos bem nítidos, muitos tinham pretensão de ser jornalistas (RUELLAN, 2017). De certa forma, a configuração comunicacional na contemporaneidade com tecnologias e conexões digitais móveis e portáteis ameaça destituir o jornalista de um lugar "privilegiado" dada a emergência de uma sociedade redacional (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 09), na qual, a sobrevivência de muitos indivíduos depende do exercício de práticas editoriais, a exemplo das realizadas pelo jornalismo. A questão posta sobre quem é jornalista na contemporaneidade difere da do século

XIX pelo fato de que nem todos desejam ser jornalistas hoje, pois muitos já se consideram produtores de informação e de conteúdo (TERRA, 2012) e influenciadores digitais (KARWHAI, 2016) independentemente de registro profissional ou formação universitária. Nesse palco, o revés da profissão não está na iminência da invasão de suas fronteiras pelos "bárbaros" da comunicação, mas no esvaziamento de seu sentido social, motivado tanto pela esterilidade de alguns discursos sobre a realidade cotidiana, produzidos pelo próprio jornalismo, quanto pela propagação de discursos políticos contra o jornalismo e o que ele representa para a democracia[40]. E ainda pela perda de garantias sociais com a flexibilização das leis trabalhistas.

Em virtude disso, novas características podem animar o ethos jornalístico. Ao nos apropriarmos do olhar dialético de Genro Filho (2012), concluímos que o ethos jornalístico não é um tipo ideal cristalizado, mas uma dimensão particular no mundo do trabalho do jornalismo, uma manifestação que serve de síntese a todos os jornalistas singulares, os quais integram o gênero universal de trabalhadores pertencentes ao mundo do trabalho contemporâneo, e que pode se transformar em decorrência das mudanças nas atividades concretas de trabalho dos jornalistas. Apesar de Genro Filho (2012) valer-se das categorias singular - particular - universal para compreender a relação do jornalismo com a realidade que ele relata, acreditamos que essa mesma tríade dialética pode iluminar a compreensão da construção das identidades dos jornalistas como trabalhadores expressas por meio do ethos discursivo que os jovens, sujeitos desta pesquisa, deixam entrever em seus relatos sobre a rotina de trabalho. Afinal, o ethos discursivo, neste caso, é a expressão de um modo como o corpo-si se relaciona com a realidade laboral da qual faz parte, com o mundo do trabalho ao qual pertence.

Dessa maneira, as dimensões singular - particular - universal mobilizam uma relação dialética entre a objetividade da realidade de trabalho no jornalismo, identificada nesta pesquisa com as atividades de trabalho e as dramáticas do uso de si, e a subjetividade de cada trabalhador, que a depender das escolhas que realiza no plano objetivo-material, adota uma identidade singular que pode tanto reproduzir ou abalar o ethos jornalístico moderno. Podemos, assim, pensar a tríade dialética em nossa pesquisa da seguinte forma:

[40] O século XXI é marcado por uma mudança do regime de verdade, que antes baseava-se na confiança nas instituições sociais da modernidade e agora orienta-se pela defesa de dogmas e pela valorização de experiências pessoais em detrimento da validade científica, por exemplo (SACRAMENTO; PAIVA, 2020). É neste contexto que os discursos de pós-verdade ganham notoriedade social, circulando, sobretudo, em espaços digitais e se estruturando em formatos verossímeis e em testemunhos subjetivos, que passam a ser tomados como verdade. Essa fórmula abala a confiança no jornalismo, cujo modo de produção discursiva se ampara em valores modernos e humanísticos e em narrativas de totalidade, diferente dos fragmentos de experiência subjetiva que compõem as mensagens identificadas pelo próprio jornalismo como desinformação.

Quadro 1 – Dimensões do ethos sob o ponto de vista do trabalho

ethos dos jovens jornalistas	plano da singularidade
ethos do jornalista moderno	plano da particularidade
ethos do trabalhador contemporâneo	plano da universalidade

Fonte: autoria própria

O Quadro 1 não apresenta tipos ideais de ser jornalista ou ser trabalhador, mas aponta para modos de relacionamento do jornalista com o mundo do trabalho que marcarão sua identidade de trabalho e seu ethos profissional. Eles partem sim de uma abstração, de uma abordagem teórica para compreender a realidade, afinal, como lembrou Genro Filho (1987), é preciso sair da esfera do fenomênico para chegar à essencialidade que caracteriza o conhecimento científico, a qual não se dá a ver por um olhar despretensioso, mas a partir de um "esforço de reflexão e criatividade para apanhar essas realidades que não aparecem à primeira vista, que não aparecem aos olhos." (GENRO FILHO, 1987)[41]. Ou como dirá Kosik (1969, p. 30), parte-se do abstrato rumo à totalidade concreta.

> O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender êste todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um détour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte.

É esse percurso que estamos tracejando com as categorias apresentadas no Quadro 1, levando em consideração que o ethos jornalístico se constrói a partir dos valores circulantes no mundo do trabalho do jornalismo, os quais, como já se observou, podem protagonizar situações contraditórias. Sobretudo, quando o jornalista singular se depara com a realidade do mundo do trabalho, tendo que encontrar saídas para equilibrar os anseios da ideologia jornalística, das normas antecedentes e dos valores profissionais com as pressões da sociedade, da organização a qual está vinculado e com suas próprias expectativas.

Levando-se em consideração que os valores jornalísticos forjam o ethos da profissão, as renormalizações trazem em seu bojo, uma atualização do ethos jornalístico, que pode tender a uma aderência maior ao ethos moderno ou implicar em um distanciamento radical desse

[41] Informação verbal resultado de palestra concedida pelo autor durante o Encontro Regional de Estudantes de Comunicação (ERECOM), realizado na FAMECOS (PUC/RS), em outubro de 1987, um mês após o lançamento do livro "O segredo da pirâmide", em Florianópolis e Porto Alegre.

modelo de ser-jornalista, o qual pode se sustentar em novos valores adotados para balizar a atividade em um contexto de trabalho específico.

Um exemplo dessa dinâmica se apresenta quando o jornalismo é elevado ao estatuto de atividade "sagrada" por ser um agente intrinsecamente vinculado à democracia. A assunção dessa visão como parte do ethos jornalístico pode favorecer que agentes internos e externos ao campo jornalístico legitimem os sacrifícios pessoais e sofrimentos como naturais ou inerentes à profissão dado o sentido social elevado do trabalho (TRAQUINA, 2005a). Ruellan (2017) afirma que essa visão idealista do jornalista, como profissional abnegado e corajoso, é parte da ordem discursiva da profissão.

Lago (2002), ao investigar o ethos romântico no jornalismo, observa que tanto o heroísmo quanto a missão democrática são marcas da imagem romântica da profissão. A autora formula cinco tipos de manifestações desse ethos, uma vinculada à paixão pelo exercício da profissão; outra associada à ação individual exemplar, marcada pelo heroísmo; uma terceira relacionada à exaltação da missão individual do jornalista; uma quarta vinculada à nostalgia e melancolia, caracterizada pela sobrevalorização de práticas jornalísticas do passado como mais legítimas e fiéis aos princípios da profissão, e a última identificada com a utopia e o desejo de transformação social por meio do jornalismo.

Todos esses tipos nos levam a crer que o ethos jornalístico moderno se erige sob uma visão romântica da profissão que, além dos ideais de ação, comporta ainda uma dimensão de crítica da própria modernidade capitalista. Lago (2002) apresenta esse ponto de vista a partir das reflexões de Michael Löwy e Robert Sayre (1995), para quem o romantismo questiona e se opõe ao mundo burguês moderno. Aplicando essa leitura ao jornalismo, a autora conclui que:

> Pensando que o campo jornalístico está constantemente submetido à lógica do mercado, em contraposição à lógica dos pares (os jornalistas), creio que podemos situar o ethos romântico junto ao pólo que defende as regras internas como as legítimas, em contraposição às demandas externas. Por isso, tende a aparecer contrariando as disposições que colocam o jornalismo subsumido à lógica do mercado. As disposições românticas, pois, defendem um jornalismo comprometido com os interesses sociais, exercido e pautado não pelos interesses das empresas jornalísticas, mas de um corpo de profissionais que se assumem enquanto jornalistas e que lutam para legitimar sua visão do que é jornalismo. Essa legitimidade passa pela defesa intransigente de sua desvinculação do mercado (LAGO, 2002, p. 192)

Daí porque a imagem heroica encontra acolhida no paradigma da objetividade, com a idealização do repórter como herói solitário (PEREIRA, 2004), comprometido apenas com o interesse público e a transparência democrática. Fígaro (2019, informação verbal)[42] arremata

[42] Fala da professora durante o Seminário "Ainda é possível falar em Jornalismo?", realizado no dia 25 de junho na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

observando que esse ethos ampara-se em um discurso que mascara o real do mundo do trabalho do jornalista e do trabalho na sociedade, afinal, a imagem heroica do jornalista pode embaçar a precarização, a intensificação do trabalho e os sofrimentos dos trabalhadores. Ou como afirma Lelo (2019), a imagem heroica relativiza as condições de trabalho desfavoráveis, tidas como "desafios imanentes" à profissão.

> O cinema é exemplar neste sentido, haja vista que em recentes produções consagradas que retratam uma versão mítica e heroica do jornalismo liberal, como nos premiados Spotlight (2016) de Thomas McCarthy e The Post (2017) de Steven Spielberg, os comunicadores são retratados normativamente como seres inabaláveis às pressões do trabalho, rendidos à profissão em prol de um desígnio superior, a vigilância da democracia em benefício do interesse público (LELO, 2019, p. 15-16).

Essa caricatura romântica pode fundamentar identidades de trabalho ancoradas na ideia de vocação, pois como lembra Ribeiro (2014, p. 119), "a vocação define o que uma pessoa se sente atraída a fazer (pela mobilização de processos psicológicos em relação ao mundo do trabalho)". A vocação aparece como um discurso social que caracteriza psicologicamente aqueles trabalhadores aptos a performar uma profissão. Moliani (2020) atenta para a vinculação da ideia de vocação à religião pela via do protestantismo no pensamento de Weber. E Lelo (2019, p. 10) lembra que a vocação é um artifício de conformação da ideologia do capital.

> (...) no final do século XIX, a emergência do capitalismo teria instaurado uma nova relação moral entre os homens e seu trabalho, fundada pelo princípio da vocação. A entrega conscienciosa aos ritmos laborais fatigantes era aportada pelo objetivo maior de constituir um mundo duradouro sob os auspícios da ciência, da técnica e do progresso industrial.

Daí porque a associação do ethos jornalístico ao de um herói da democracia pode ser mais uma armadilha de aprisionamento e reificação do trabalho do que de contestação do sistema. Para Adghirni (2005), contudo, essa imagem romântica do jornalista como um guardião da democracia vem perdendo espaço para a figura do jornalista cansado, em razão das crises da profissão. Conforme a autora, hoje o jornalista está combalido pela perda de referenciais identitários estáveis. Fazendo um retrospecto de como essa identidade se estabilizou ao longo do tempo, ela critica o entusiasmo dos profissionais com as novas tecnologias, pontuando que a preocupação deveria centrar-se em se as empresas de comunicação estão garantindo a liberdade de expressão e de opinião para diferentes grupos sociais, respeitando assim o direito social à informação. "O jornalista hoje é um burocrata da notícia sentado diante de um computador que lhe serve de fonte de informação, sala de redação, tela de texto. É provável que nem ele nem a sociedade acreditem mais na função social do jornalismo." (ADGHIRNI, 2005, p. 47).

A autora contrapõe os jornalistas burocratas ao ideal do repórter de rua, uma associação também de fundo romântico, pois como lembra Lago (2002), o romantismo como crítica da modernidade se contrapunha exatamente ao "espírito de cálculo", ao "desencantamento do mundo", à "racionalidade instrumental" e à "dominação burocrática", diretamente associadas ao "espírito do capitalismo". Contudo, os burocratas da informação sempre existiram no mundo do jornalismo. Funções como editor, produtor, copidesque, secretário de redação, entre outras, são figuras que nunca encarnaram a imagem paradigmática do jornalismo, pois seu trabalho não era visto publicamente, já que não circulavam nas ruas nem assinavam reportagens. Circunscritos ao espaço da redação, eles também eram e ainda são essenciais para a produção noticiosa diária. Além disso, a palavra burocracia, a qual a autora recorre, remete à ideia de rotinização e chatice, sendo o oposto da aventura e do imprevisto, os quais costumavam ser associados pelo cinema ou pelos relatos de jornalistas correspondentes de guerra como marcas do trabalho jornalístico. Apesar disso, a autora é certeira ao afirmar que:

> Sem identidade profissional definida, pressionado pelo mercado em condições de trabalho cada vez mais precárias e responsabilidades sociais cada vez mais fortes, os jornalistas estão cansados. Eles jogaram fora o papel de heróis. Ninguém mais quer ser Super-Homem. Os jornalistas querem apenas ser profissionais respeitados em seus direitos no mercado de trabalho da informação (ADGHIRNI, 2005, p. 47).

Além de cansados, os jornalistas contemporâneos encontram-se deslocados, pois a própria redação como um lugar físico e de vivência coletiva - lugar estável para o trabalho em todo o século XX - onde o repórter se forjou como figura paradigmática, foi abalada com as mudanças no mundo do trabalho. A saída prática encontrada por muitos profissionais para essa situação foi a instituição de redações virtuais baseadas em plataformas e aplicativos de comunicação e troca de mensagens, como WhatsApp, Telegram, Gtalk e Facebook Messenger. Fígaro et al (2018) e Silva (2019) observam que as redações virtuais, assim como os usos de outras tecnologias digitais são respostas encontradas pelos profissionais para realizar a atividade de trabalho a despeito da precarização.

A redação foi o campo de inúmeros estudos etnográficos que objetivavam conhecer o *modus operandi* laboral do jornalismo, extraindo dela modos de ação e valores que eram posteriormente incorporados aos currículos escolares. Por conta disso, os parâmetros jornalísticos que formaram a identidade, o ethos e os saber-fazer de várias gerações de jornalistas no Ocidente descendiam dos registros do trabalho nas redações das grandes organizações de mídia (DEUZE; WITSCHGE, 2015). A flexibilidade manifesta por meio de diferentes vínculos e situações de trabalho tirou a redação do lugar privilegiado do trabalho

jornalístico, que agora se encontra fragmentado organizacionalmente em arranjos, coletivos, startups, trabalho freelancer; e espacialmente, em modalidades home office e híbrida.

A adoção do modelo home office pelas organizações de comunicação durante a pandemia da covid-19, nos anos de 2020 e 2021, implicou em mudanças significativas nas situações e condições de trabalho dos comunicadores e dos jornalistas, agravando a precarização do trabalho e requerendo dos profissionais a renormalização de suas atividades laborais e dos objetivos do trabalho em razão de seu ineditismo para muitos trabalhadores e organizações. Demarcando assim uma descentralização da redação e do trabalho que deve se estender mesmo com o fim da pandemia, pois é vantajosa para as organizações e extremamente contraditória para os trabalhadores (FÍGARO et al, 2020; 2021a).

Todos esses fatores podem contribuir para uma fragmentação profissional, deixando os trabalhadores sem elos e parâmetros de semelhança e unicidade que os vinculem em torno de uma profissão (RIBEIRO, 2014, p. 120). Daí a necessidade de saber onde e como trabalham os jovens jornalistas cearenses, egressos da Universidade Federal do Ceará, pois o levantamento de suas condições e situações de trabalho proporcionará a identificação das dramáticas do uso de si vividas por eles e se encontram elementos, no cotidiano laboral, que lhes deem um senso de pertencimento a uma coletividade pelo trabalho, o que delinearia um ethos jornalístico.

Com isso, encerramos a apresentação dos principais valores, saberes e do ethos jornalístico que compõem o que estamos chamando de deontologia moderna do jornalismo. Uma construção idealística que confrontaremos a partir de agora com o real da atividade de trabalho dos sujeitos da pesquisa, as jovens e os jovens jornalistas.

4. O MUNDO DO TRABALHO DE JOVENS JORNALISTAS CEARENSES

Depois de situarmos a pesquisa em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos, é o momento de apresentar dados sobre a realidade concreta de trabalho de jovens jornalistas cearenses, resultado de nossa primeira incursão empírica no mundo do trabalho. Para nos aproximarmos de mulheres e homens egressas(os) do Curso de Jornalismo da UFC que atuam com jornalismo e comunicação, recorremos ao questionário como instrumento de coleta de dados para entender as dinâmicas laborais vividas por 131 profissionais que compõem nossa amostra, retirada de um universo de 202 egressos formados entre os anos de 2014 e 2018.

Apresentamos de forma panorâmica estudos que desenharam perfilações profissionais de jornalistas em âmbito nacional ou regional, os quais nos servem de parâmetro para a leitura de nossos dados, revelando a feminização do jornalismo e nos obrigando assim a problematizar as implicações da divisão sexual do trabalho e das opressões de gênero.

Os dados empíricos foram organizados em seções que traçam aspectos sociais, formativos e de trabalho de jovens jornalistas. As dimensões mais objetivas da realidade do trabalho foram apresentadas por meio de gráficos e quadros e interpretadas à luz dos saberes instituídos do campo de estudos do Jornalismo. Como parte do movimento analítico, realizamos aglutinações de sentidos para extrair dados mais coesos de questões dissertativas, o que nos demandou a categorização do conteúdo com vistas à identificação de recorrências e de discrepâncias que nos possibilitassem fazer inferências sobre o trabalho.

Optamos também por realizar uma leitura sob o viés discursivo das respostas dissertativas. Leitura essa que tem o sentido proposto por Orlandi (2001), em que ler não é apenas interpretar a literalidade em um texto e sim compreender as articulações discursivas que dele emanam a partir do contexto histórico. Diante disso, foi possível realizar breves análises sobre o ethos, os saberes e os valores jornalísticos tomando os depoimentos das(os) egressas(os) como enunciados.

4.1 Quem habita o mundo do trabalho do jornalismo?

Como as situações de trabalho no jornalismo são várias, diversas e complexas, as possibilidades de atuação também, portanto, as informações sobre aquelas e aqueles que fazem o jornalismo no Brasil possibilitam um retrato da profissão, demonstrando sua expansão, diversificação e alteração, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento da formação profissional, do ensino de jornalismo e das pesquisas na área (MICK; LIMA, 2013).

No território nacional, a profissão é composta majoritariamente por mulheres brancas, solteiras, com até 40 anos. Esses dados foram obtidos por levantamento realizado por enquete junto a mais de 7 mil jornalistas de todas as unidades da federação e da capital federal, no ano de 2021, por pesquisadores de seis universidades brasileiras sob a coordenação geral da Universidade Federal de Santa Catarina (PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2021)[43]. Perfil parecido foi observado pela pesquisa sobre "As mudanças no mundo do trabalho do jornalista", realizada por Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) que, entre 2009 e 2012, também constatou a prevalência de mulheres brancas, solteiras, de classe média, que trabalham em multiplataformas com vínculos empregatícios precários, no mundo de trabalho jornalístico de São Paulo, centro da maioria dos postos de trabalho em comunicação no Brasil.

Apesar de serem a maioria numérica nesse mundo, as mulheres sofrem com as desigualdades sociais e de gênero que se espraiam nos ambientes de trabalho, mas também acalentam o desejo de emancipação e assumem o *front* de uma luta que não é somente feminina, mas de todos os trabalhadores (FRASER, 2019). Hirata (2001) observa que a partir dos anos 90, as mulheres passam a ocupar mais postos de trabalho em quase todo o mundo, exceto na África. Contudo, essa participação se deu por meio de empregos precários e vulneráveis, sobretudo na Ásia, Europa e América Latina.

Antunes (1999) chama a atenção para o fato de que a força de trabalho feminina, nos países capitalistas avançados, tem sido relegada aos trabalhos do tipo *part time* (em tempo parcial), à precarização e à desregulamentação. Tal pacote de desigualdades é completado com a apropriação da polivalência e da multiatividade das mulheres pelo capitalismo, pois a dupla jornada da mulher - na fábrica, com o trabalho produtivo e, no lar, com o trabalho reprodutivo - são essenciais para a manutenção do capital. Hirata (2001) arremata explicando que uma característica forte da globalização é a polarização dos empregos femininos, com mulheres mais qualificadas e em cargos de remuneração maiores numa ponta, e, na outra, estão as sem qualificação, ocupando vagas nos setores de serviço com destaque para o trabalho doméstico e de cuidados, os quais, no Brasil, são realizados, sobretudo, por mulheres negras. (HIRATA, 2011).

[43]A pesquisa teve o intuito de atualizar dados de levantamento feito em 2012, junto a mais de 2 mil profissionais, sobre o perfil do jornalista brasileiro. Os dados obtidos com o primeiro levantamento foram utilizados massivamente por pesquisadores da área para fundamentar outras investigações sobre o jornalismo nacional. Em razão disso, aplicou-se um novo *survey* online de participação espontânea junto a jornalistas brasileiros distribuído por e-mail, por redes sociais e por aplicativos mensageiros, entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021. Foram obtidas 7.029 respostas, das quais 6.594 foram validadas.

Diante do exposto, mesmo essa pesquisa não se orientando por um recorte de gênero, se compromete a observar se o ser mulher integra as dramáticas do uso de si para elas, afinal, o mundo do trabalho colabora para as desigualdades sociais e de gênero. Isso se torna visível quando as mulheres são remuneradas de modo inferior mesmo ocupando cargos semelhantes ao de homens ou quando não ascendem nas organizações. Pelo menos, foi o que verificaram Kikuti e Rocha (2018), em relação à remuneração das mulheres no trabalho jornalístico[44]. Elas notaram que as jornalistas são maioria na faixa salarial mais baixa da profissão, de até 4 salários-mínimos, enquanto há o dobro de homens na faixa entre 4 e 5 salários-mínimos, já entre 5 e 10 salários, há uma equivalência entre homens e mulheres.

> Os dados apontam que, apesar de serem a maioria da profissão, mulheres têm piores condições de trabalho, acumulam mais atividades do que os homens em seus empregos, e ganham menos executando as mesmas funções. Além disso, a maioria possui uma carga horária alta, trabalhando entre cinco e oito horas por dia. Tais aspectos reforçam o dado sobre o número de atuantes dentro da mídia, e apontam que elas abandonaram mais a profissão de jornalista nos últimos cinco anos do que os homens. Menos da metade das mulheres que estavam na mídia em 2012 permaneceu na profissão (KIKUTI, ROCHA, 2018, p. 12-13).

Apesar de as mulheres, em sua maioria, terem remuneração menor que os homens, elas também conseguem atingir altas hierarquias, pelo menos, no mundo do trabalho do jornalismo em São Paulo (LEITE, 2017). A autora observa inclusive que há diferenciação de salários e de relações de trabalho a depender das funções que elas ocupam. Por exemplo, enquanto as editoras e assessoras de imprensa têm vínculos contratuais com carteira assinada, as fotógrafas são em sua maioria freelancers. A maior participação das mulheres no jornalismo ganhou impulso com a obrigatoriedade do diploma, que garantiu uma reserva de mercado. Tendo acesso à universidade, elas puderam competir em nível de mais igualdade com os homens (LEITE, 2017), contudo, a presença delas nas redações não implicou diretamente em uma reconfiguração das relações e cultura organizacionais (LELO, 2019) - ou, como diríamos, das normas antecedentes e das dramáticas do uso de si.

A feminização torna-se, sob essa perspectiva, um mero marcador de diferença que reitera a lógica dicotômica dos gêneros e naturaliza os papéis sociais. Esse cenário faz da desconstrução de normas, práticas, valores e do próprio ethos jornalístico, construídos sob um referencial de comportamento masculino, uma urgência para o campo jornalístico.

> A figura do jornalista vista de uma forma abstrata, neutra, universal remete às categorias masculinas. O jornalista universal é geralmente pensado como um homem. O "bom jornalista" é, nessa perspectiva, um homem. E isso traz prejuízos concretos para as carreiras das mulheres. (LEITE, 2017, p. 59. Grifos no original).

[44] As autoras aplicaram um novo questionário para os participantes da pesquisa sobre o Perfil do Jornalista brasileiro, de 2012, com o intuito de saber como a crise do jornalismo impactou as trajetórias das mulheres jornalistas em 2017.

Ou seja, o discurso profissional que visa construir um senso de grupo, ampara-se em representações neutras, que, ao ver de Leite (2017) colaboram para apagar as especificidades das mulheres, escondendo a heterogeneidade social das e dos jornalistas. A esses entraves ou dramáticas ideológicas, se agregam ainda problemas estruturais como:

> a) a alta rotatividade dos profissionais nas redações, somada à precarização ascendente dos mais experientes no setor, criando obstáculos à socialização em uma comunidade de trabalhadores; b) uma corrosão de princípios éticos legitimados pelo campo jornalístico em benefício à maximização dos lucros provenientes de receitas publicitárias; c) o patente descrédito atribuído aos mecanismos de ação coletiva e a sistemática recusa dos profissionais em se reconhecerem como membros de uma classe trabalhadora; d) o nexo entre a progressiva feminização no setor e uma ascendente precariedade laboral que acomete mais incisivamente as comunicadoras; e) a recorrência sistemática de situações de assédio moral, injustiças e de infração à ética profissional nas redações, que, atreladas a uma ausência de experiências de reconhecimento no trabalho, contribuem para o surgimento de patologias, ao desestímulo com a carreira e aos esforços recorrentes de jornalistas por tematizarem o sofrimento experimentado em suas rotinas produtivas (LELO, 2019, p. 09).

O cenário descrito por Lelo (2019) se acentuou com a chegada da pandemia da covid-19, em 2020, o que motivou Fígaro e outros pesquisadores do CPCT a empreender uma investigação junto aos comunicadores brasileiros para saber quais foram suas condições de vida e de trabalho durante a crise sanitária. Dentre os 557 participantes da pesquisa, que foi realizada com a aplicação de um questionário eletrônico, de 5 a 30 de abril de 2020, distribuído por e-mail, WhatsApp e redes sociais, 353 são jornalistas (61,2% dos respondentes) (FÍGARO et al, 2020). Do total de profissionais de jornalismo, 198 são mulheres. Vale frisar que mais de 60% dos comunicadores que participaram da pesquisa têm entre 19 e 39 anos.

Trouxemos essa pontuação com o intuito de sobrelevar a importância desses dados para entender o mundo do trabalho do jornalismo, o qual foi tão abalado pela pandemia da covid-19 que suscitou a aplicação de um novo questionário pelo CPCT, em 2021, para entender se as mudanças que já vinham em curso se consolidaram, em qual sentido isso se deu e que novos agentes e fatores estão incidindo sobre o mundo do trabalho da comunicação. A pesquisa "Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia da covid-19?" contou com a participação de 994 comunicadores provenientes de 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal e de dois outros países.

Destes, a maioria, 59%, têm entre 21 e 40 anos, e o gênero feminino continua sendo preponderante com 59% de respondentes se afirmando como mulheres (FÍGARO et al, 2021a). Em relação à profissão, das 876 respostas[45] válidas, 467 foram de jornalistas, o que significa

[45] Apesar de 994 comunicadores terem participado da pesquisa, as questões relativas ao trabalho levaram em consideração apenas os participantes que se encontravam em uma situação de trabalho remunerado no momento da pesquisa.

que 53,3% de respondentes se identificam com essa profissão, configurando mais uma vez o ofício prevalente entre as(os) pesquisadas(os). O trabalho remoto foi a principal mudança observada durante um ano de pandemia, o qual foi introduzido na rotina de jornalistas e de comunicadores de maneira contraditória (BARROS et al, 2021; FÍGARO et al, 2021a) com a dependência direta das plataformas digitais para a realização das atividades de trabalho.

Para as mulheres, a entrada do trabalho no ambiente doméstico, durante a pandemia, acentuou as opressões de gênero, pois

> (...) elas viram aumentar as responsabilidades quanto à gestão do espaço e dos afazeres domésticos (FEDERICI, 2019), fazendo coincidir e colidir as lógicas do trabalho profissional com os cuidados de familiares e com as tarefas do ambiente privado, instâncias que historicamente se alternam na opressão e emancipação das mulheres (BARROS et al, 2020, p. 3-4).

A pandemia escancarou as hierarquias femininas na divisão do trabalho de que falam Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007)[46], visíveis quando mulheres que trabalhavam como cuidadoras ou diaristas não puderam se resguardar em casa com suas famílias porque precisavam trabalhar ou ainda quando estas mesmas profissionais foram dispensadas e perderam suas rendas por conta das medidas sanitárias. Nas famílias das jornalistas, o que se observou com frequência foi a dispensa das auxiliares domésticas em razão do distanciamento social, forçando as jornalistas a assumirem a educação formal dos filhos e os cuidados de familiares. Elas ainda tiveram que lidar com as pressões por produtividade, o que as sobrecarregou, causou medo e foi fonte de cansaço e de adoecimentos emocionais neste período de incertezas e de mudanças aceleradas (BARROS et al, 2020; FÍGARO et al, 2020; 2021a).

Essas investigações sobre o trabalho durante a pandemia se alinham com outras já realizadas sobre as mudanças no trabalho de jornalistas, e revelam características de mulheres e homens que se graduaram ou que assumem como identidade de trabalho a de jornalista. Nesse universo, os jovens jornalistas são muito pressionados quando chegam ao mundo do trabalho. Lá precisam equilibrar os arroubos da juventude e dos mitos jornalísticos com a realidade concreta do trabalho que já as(os) coloca frente à precarização durante as experiências de estágio remunerado e estágio curricular, ainda como estudantes (SILVA, 2021).

Por entender que as mulheres são a maioria no mundo do jornalismo é que neste texto, a partir de agora, optamos por subverter a norma culta, na qual o masculino é dominante nas concordâncias verbais e nominais para a priorização do gênero feminino, pelo menos, quando

[46] As autoras observam como marca das mudanças na divisão sexual do trabalho a construção de hierarquias entre as mulheres, sobretudo nos países do Norte, onde as mulheres, em cargos intelectuais, para gerirem suas carreiras com sucesso, precisam recorrer ao exército de reserva de mulheres precarizadas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

estivermos nos referindo a mulheres e homens reais, uma maneira de dar mais visibilidade para as mulheres jornalistas já tão oprimidas pelas condições históricas e materiais.

4.1.1 Um lugar habitado por jovens

A juventude enquanto conceito ou classe anima o imaginário social ao longo da história, figurando como baluarte da revolução e atiçando corações utópicos ao melhor estilo dos jovens do Maio de 1968, na França, que, combateram o conservadorismo, ou dos jovens guerrilheiros brasileiros, que ao lado de Marighella[47], pegaram nas armas contra a ditadura. Estudada pela sociologia crítica como um vetor de transformação social, a juventude não passa ilesa ao capitalismo, sendo objetificada em categorias de consumo com ares de grupo social que a definem, por exemplo, pela adesão tecnológica, como a geração Z, identificada por pessoas nascidas nos anos de 1990, na era da internet[48].

O fato é que entre a subversão e o consumo, há mulheres e homens que são pressionados por essas idealizações a buscar seu lugar no mundo e esse encontro, muitas vezes, é definido pelo trabalho e pelas contradições que o acompanham. No jornalismo, se movidos pela vontade de mudar a sociedade ou apenas de se sustentar, as(os) jovens entram cada vez mais cedo no mundo do trabalho. A juvenilização é uma tendência observada pelas pesquisas de perfil profissional como o Perfil do Jornalista Brasileiro (2021), que reitera a existência desse fenômeno observando que 29% das e dos profissionais têm entre 18 e 30 anos e 30,3% das e dos participantes estão na faixa etária de 31 a 40 anos.

No entanto, em nossa pesquisa, quando nos referimos a jovens jornalistas não o fazemos a partir de uma leitura biológica, de faixa etária ou geração, mas a partir de uma perspectiva de experiência com o trabalho jornalístico, tanto que, em nossa amostra, há um profissional com 39 anos de idade, que identificamos como um jovem jornalista, pois ele se graduou em 2016 e tem menos de 10 anos de carreira. O público jovem, recém-egresso das graduações é assim preferido para contratação nos veículos de mídia. As razões para tal escolha são ponderadas por Lelo (2019, p. 43), pois

> (...) compreendem desde a disposição dos jornalistas jovens a se submeterem a rotinas mais extenuantes de trabalho, a tolerarem a contratação em regime flexível com salários muitas vezes abaixo do piso e deficientes em garantias trabalhistas, até a sua

[47] A história do político negro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que foi perseguido na Ditadura e virou guerrilheiro foi contada recentemente em filme dirigido por Wagner Moura, disponível na plataforma de streaming Globoplay, e compilada em biografia escrita pelo jornalista Mário Magalhães.

[48] Exemplo de como essa categoria é tratada midiaticamente: https://capricho.abril.com.br/comportamento/millenials-x-gen-z-entenda-as-diferencas-entre-as-geracoes-do-meme-cringe/.

> conivência com práticas editoriais escusas e seu pouco interesse em se engajarem em organizações coletivas (como sindicatos e movimentos sociais).

Marli dos Santos e Ana Carolina Temer (2016) conjecturam inclusive que a presença de mulheres jovens majoritariamente nas redações pode ser resultado da discriminação com mulheres casadas, sendo as solteiras e sem filhos preferidas pelas organizações. Já Lelo (2019) observa que as(os) jovens parecem se dispor a quase tudo em busca de experiência profissional, o que as(os) torna mais elegíveis para o trabalho na mídia. Isso porque eles estão consolidando suas trajetórias e adquirindo maturidade profissional. O que entendemos como maturidade no trabalho coincide com o sentido de maturidade que Heller (1985, p. 18) atribui ao ser do cotidiano. "O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade".

Pode-se considerar que a(o) trabalhadora(o) madura(o) é aquela/(e) que aprende com o grupo as normas e os valores necessários para a vivência cotidiana no mundo do trabalho, sendo capaz de agir com mais autonomia, a qual não implica dispensar a ajuda de colegas, afinal, como observam Fígaro (2008b); Schwartz e Durrive (2007) e Dejours (1999), trabalhar é sempre trabalhar com o outro. Contudo, nem sempre esse trabalhar junto é valorizado. Até porque, como observou Nonato (2015), a(o) jornalista experiente, que orientava as(os) mais novas(os) e, assim, consolidava os saberes investidos em novas prescrições e normas antecedentes para o ofício, está desaparecendo das redações.

Além disso, há ainda o evidente desprezo de muitas empresas pelos saberes investidos de profissionais mais calejados, que findam migrando para outros locais de trabalho e até mesmo realizando atividades jornalísticas de forma autônoma e independente. Como observa Nicoletti (2020 p. 140), a gradativa substituição de profissionais experientes por jovens desencadeia uma instabilidade na carreira, pois jornalistas com mais tempo de profissão terminam ocupando cargos com baixos salários para poder se manter no mercado.

Enquanto isso, as(os) jovens, que em sua maioria não têm vínculos estáveis, acabam se sujeitando à precarização das condições de trabalho (NONATO, 2015, p. 192), defendendo, muitas vezes, que o aprendizado do que é verdadeiramente o jornalismo só se realiza na prática (PEREIRA et al, 2016); não estabelecendo uma clara distinção entre os valores que norteiam o jornalismo informativo daqueles que guiam o trabalho de jornalistas que lidam com entretenimento, por exemplo (MAIA; FEMINA, 2012), defendendo um jornalismo utópico, tido como fundamental para a sociedade (SANTOS, TEMER, 2016) ou aceitando que a informação é mercadoria e não direito público (FÍGARO, 2013). Ao mesmo tempo, elas e eles

são criativos, românticos e possuem a energia vital necessária para transformar a profissão e suas próprias vidas.

As(os) jovens são protagonistas do mundo do trabalho contemporâneo e de um sistema produtivo instável e flexível (ANTUNES, 1999; 2018; RIBEIRO, 2014), daí porque se optou nesta pesquisa em investigar quais dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros vivem as(os) egressas(os) do curso de Jornalismo da UFC no cotidiano laboral e como estas revelam o embate de saberes e valores na realização das atividades de trabalho. Conjecturamos que a repercussão das dramáticas do uso de si pode ser tal a ponto de as(os) jovens jornalistas não se identificarem mais com o ethos jornalístico moderno e apresentarem novos ethé singulares que apontam para um novo ethos jornalístico.

Para ter certeza de que essa hipótese é coerente com a realidade, adentramos o mundo do trabalho das(os) jornalistas no Ceará, o qual concretamente se caracteriza pela presença de quatro grandes sistemas de comunicação - Sistema Verdes Mares de Comunicação[49], Sistema O Povo de Comunicação[50], Sistema Jangadeiro[51] e Grupo Cidade de Comunicação, os quais detêm emissoras de TV, de rádio, sites e portais de notícias e um jornal impresso, o jornal O Povo. Fora desses sistemas, há ainda a recém-inaugurada, no ano de 2020, TV O Otimista, que opera em frequência fechada e integra grupo de comunicação homônimo, o qual possui ainda jornal e revistas impressas e publicações digitais pautadas por uma linha editorial voltada para notícias de viés positivo para a sociedade. E os jornais impressos e seus respectivos portais Opinião e O Estado CE.

Há também uma forte comunicação pública, com emissoras estatais (TV Ceará, mantida pelo Governo do Estado, e TV Terra do Sol, gerida pela Prefeitura de Fortaleza) e TVs legislativas (TV Assembleia, vinculada ao parlamento estadual; e TV Fortaleza, mantida pela Câmara Municipal); canais e emissoras de rádio católicas, além de TVs universitárias veiculadas em regime por assinatura. É um mundo do trabalho que se estende para agências de comunicação, de marketing e publicidade e setores de comunicação de instituições privadas e públicas que também abarcam muitas(os) jornalistas profissionais. É um lugar onde as(os) trabalhadores ensejam a construção de uma cooperativa de jornalistas sob a iniciativa do

[49] É um sistema de comunicação com 40 anos de atividades, vinculado a um forte grupo econômico da região Nordeste, que possui participação nos mercados alimentício, de gás, educacional, de eletrodomésticos etc. É o único que ainda possui sucursais em outras regiões do Estado.
[50] Sistema de comunicação mais antigo do Estado, completou 94 de existência em 2022, é um dos poucos jornais com Ombudsman no Brasil e se apresenta editorialmente como progressista.
[51] Grupo de comunicação que tem como um de seus proprietários o senador Tasso Jereissati

Sindicato dos Jornalistas no Estado do Ceará[52] e no qual o jornalismo e a comunicação independentes encontram amparo na ambiência digital por meio de sites, podcasts e perfis em plataformas de redes sociais, os quais já somam mais de 60 arranjos de trabalho independentes e alternativos no jornalismo (COSTA et al, 2020) que se espraiam em diferentes regiões do Estado, não se restringindo à capital.

Empiricamente, nosso objeto será materializado pelos discursos sobre o trabalho das(os) jovens jornalistas egressas(os) do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, nos últimos cinco anos, obtidos por meio de uma triangulação de técnicas de coleta de dados, como o questionário e a entrevista em profundidade, as quais são orientadas de acordo com as finalidades da pesquisa e, sobretudo, com o referencial teórico que as sustenta e legitima, (THIOLLENT, 1980, p. 44) que, em nosso caso, trata-se da comunicação e trabalho e da dialética como método. Entrevista e questionário são considerados por Thiollent (1980) como técnicas complementares e, tendo em vista isso, aplicamos, via e-mail e plataformas de redes sociais, um questionário junto às(os) 202 egressas(os) do Curso de Jornalismo da UFC.

4.2 Adentrando o mundo de jovens jornalistas cearenses

Cada egressa(o) é protagonista de uma história singular de trabalho que se alinha com a história coletiva das(os) trabalhadoras(es) contemporâneas(os). Para acessar o mundo do trabalho de jovens jornalistas, iniciamos a pesquisa empírica com a identificação de quantas(os) e quem são as(os) jovens que se graduaram entre os anos de 2014.1 e 2018.2. Esse recorte temporal foi escolhido por conveniência, pois corresponde ao momento em que ingressei como professora efetiva do curso (2014) e em que me afastei (2018) para cursar doutorado, portanto, pude participar da formação de muitos das(os) 202 estudantes formadas(os) neste intervalo de tempo.

A primeira etapa da pesquisa correspondeu à aplicação de um questionário com perguntas relativas ao perfil socioeconômico de jornalistas, da sua formação profissional e ao ingresso no mercado de trabalho. Apesar de o acesso ao objeto pesquisado pela via do questionário possibilitar uma representação quantitativa da realidade com a organização e visualização dos dados obtidos por meio de gráficos e quadros, aqui trabalhamos sob os auspícios da pesquisa qualitativa. Tereza Haguette (1987, p. 35) avalia que esse tipo de pesquisa se diferencia dos métodos quantitativos exatamente pelas características dos objetos em análise.

[52] Mais informações em: https://www.sindjorce.org.br/sindjorce-sedia-4o-encontro-da-cooperativa-dos-jornalistas-do-ceara/.

“Os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”.

Este estudo se alinha à corrente de investigadores que considera a junção de métodos e técnicas quantitativos e qualitativos como uma estratégia metodológica que visa ao aprofundamento do fenômeno pesquisado. Dessa maneira, a pesquisa aqui relatada recorreu a uma triangulação metodológica para atender aos seus objetivos. Para Duarte (2009, p. 10), a palavra triangulação é usada pelas Ciências Sociais como metáfora de um procedimento que ganha uma variedade de sentidos, designando diversas abordagens metódicas.

> A “triangulação de dados” refere-se à recolha de dados recorrendo a diferentes fontes (…). Na “triangulação do investigador”, os investigadores recolhem dados independentemente uns dos outros sobre o mesmo fenómeno em estudo e procedem à comparação de resultados. Trata-se de comparar a influência dos vários investigadores sobre os problemas e os resultados da pesquisa; na “triangulação teórica”, são usadas diferentes teorias para interpretar um conjunto de dados de um estudo, verificando-se a sua utilidade e capacidade; na “triangulação metodológica”, são utilizados múltiplos métodos para estudar um determinado problema de investigação (DUARTE, 2009, p 11-12, Grifos no original).

A triangulação metodológica é definida a partir de várias perspectivas, duas delas a consideram como um recurso de validação cumulativa dos resultados para prevenir distorções, e outra ressalta a complementaridade da aplicação de diferentes métodos sobre um mesmo objeto, alcançando a profundidade do fenômeno em estudo (FÍGARO, 2014, p. 127). Duarte (2009) sintetiza essa discussão observando que

> (...) é um conceito cuja origem se enraíza muito na noção de validade mas que, em face dos argumentos e das críticas realizadas, ultrapassa a sua visão clássica e ortodoxa e se expande, pelo que alguns autores consideram que a “triangulação” também é uma forma de integrar diferentes perspectivas no fenómeno em estudo (Kelle, 2001; Kelle e Erzberger, 2005; Flick, 2005a), também é uma forma de descoberta de paradoxos e contradições (Kelle e Erzberger, 2005), e também é uma forma de desenvolvimento (Greene et al., 1989) (DUARTE, 2009, p.22. Grifos no original).

A triangulação metodológica permite o estudo do trabalho em diferentes espaços e tempos (FÍGARO, 2014, p. 129) e não apaga a relevância e a presença do sujeito em todo o empreendimento empírico, pressuposto que dialoga com o binômio comunicação e trabalho que valoriza a atividade do sujeito no processo comunicacional. Sendo assim, o questionário é utilizado no sentido de construir uma representação social dos sujeitos participantes da investigação, mas sem tratá-los como um mero dado numérico e sem a ambição de construir uma representatividade estatística.

O questionário foi composto por 78 questões[53] e dividido em quatro seções: identificação do respondente; aspectos culturais e sociais; formação e o trabalho após a graduação. A organização das seções e das próprias perguntas visaram o cumprimento dos objetivos da pesquisa. Em razão disso, foi que 18 questões foram elaboradas com o objetivo de traçar um perfil social das(os) jovens jornalistas, por meio de perguntas que versaram sobre gênero, moradia, renda, orientação política e religiosa, escolaridade dos pais etc. A identificação das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros de jovens jornalistas deu origem, diretamente, à elaboração de 22 questões distribuídas entre as seções "formação" e "trabalho após a graduação". Contudo, é válido mencionar que mesmo as demais questões não versando diretamente sobre as dramáticas, podem colaborar para a compreensão delas.

Especificamente, as descrições e qualificações das atividades de trabalho das(os) jovens jornalistas estão presentes em 36 questões situadas também nas seções sobre "formação" e "trabalho após a pandemia". Já os saberes relativos ao trabalho jornalístico são mobilizados de forma mais direta em 20 questões, enquanto os valores jornalísticos são evocados de forma mais incisiva em sete questões. E, por fim, o conhecimento, mesmo que ainda incipiente, sobre o ethos jornalístico pode ser extraído diretamente de 13 questões, as quais, assim como as demais, situam-se nos eixos "formação" e "trabalho após a graduação". Dessa maneira, mais de 75% do questionário está estruturado em torno da vida de trabalho das(os) jovens egressas(os), abarcando tanto a formação quanto as experiências vividas no mundo do trabalho, enquanto as demais questões se encarregam da vida social dessas(es) profissionais.

Em termos de estrutura, tivemos 31 questões objetivas, 32 questões abertas passíveis de respostas curtas e 15 questões abertas que poderiam ser respondidas com comentários mais longos. Essa organização nos permitiu obter dados afeitos à quantificação, como os resultantes das questões objetivas e mesmo aqueles provenientes das questões com respostas curtas, que puderam ser categorizados a partir de suas recorrências. A opção em deixar a questão aberta em vez de fechá-la, o que facilitaria a geração automática de gráficos, se deu pelo fato de se tratar de perguntas que, mesmo tendo um viés objetivo, demandariam a elaboração de uma lista de respostas muito ampla para a escolha das(os) participantes e, mesmo assim, não conseguiríamos circunscrever todas as opções de respostas possíveis para cada situação, necessitando da opção "outros" para compensar o caráter restritivo da questão.

[53] Em razão da inexistência de um levantamento anterior com os egressos do curso de Jornalismo da UFC, aproveitou-se a oportunidade para coletar dados relativos à participação dos egressos em projetos de extensão, de pesquisa; temas abordados no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); tipos de trabalho de TCC etc. Portanto, alguns dados provenientes da seção formação não foram explorados na tese, mas poderão constar em produções científicas futuras sobre o ensino de jornalismo.

Pensando na diversidade de situações de trabalho e na singularidade das experiências das(os) jovens jornalistas que queríamos identificar, preferimos deixar muitas questões abertas, dando liberdade para que a(o) participante expressasse sua realidade de vida e de trabalho. Essa estratégia foi útil, por exemplo, para mapearmos os cargos e funções das(os) jovens jornalistas, contemplados na questão "Qual cargo ou função você ocupa no trabalho atual ou ocupou no último trabalho?" e para identificar onde elas e eles atuam, objeto da questão "Onde você trabalha ou trabalhou anteriormente?"

Devemos reconhecer, contudo, que algumas das questões abertas e de respostas curtas poderiam ter sido transformadas em questionamentos objetivos, de modo a facilitar a compilação das respostas. Como exemplos temos a questão "Em quantos dias na semana você realiza ou realizava home office? que favorece a listagem de opções bem definidas. E a pergunta "Se você está desempregado, há quanto tempo se encontra nessa condição?", cujas opções de respostas poderiam ser: "poucos meses, 1 ano, entre 2 e 5 anos, de 6 a 10 anos e mais de 10 anos" etc. Esse fenômeno não macula a validade do trabalho, mas evidencia que um caminho mais simples poderia ter sido construído de modo a otimizar a organização dos resultados. Afinal, a diversidade de dados que essas questões nos retornaram requisitaram que nos debruçássemos cuidadosamente sobre eles de modo a realizar aglutinações de sentidos para assim ordená-los em categorias.

Esse movimento metodológico é característico de pesquisas qualitativas como a nossa que, dentre os objetivos particulares, traz em seu bojo a exploração de um universo social ou fenômeno carente de dados sistematizados, como é o caso do mundo do trabalho de jovens jornalistas cearenses, inexplorado em pesquisas anteriores.

No que tange às questões passíveis de comentários mais longos, elas tiveram como papel favorecer a descrição das atividades de trabalho e a exploração de sentimentos, opiniões e visões de mundo das(os) jovens relativas ao trabalho, cujas respostas têm uma natureza mais subjetiva. Delas, pudemos traçar inferências sobre os valores jornalísticos, os saberes e até mesmo as identidades de trabalho e o ethos profissional das(os) jovens profissionais.

No dia 23 de janeiro de 2019, iniciamos a pesquisa empírica com o envio de questionários testes para dez jornalistas egressos do curso de Jornalismo da UFC. Esses respondentes foram localizados na rede social Facebook, no grupo "Geral Comunicação Social", grupo público que congrega alunos, ex-alunos, professores e ex-professores dos Cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UFC. Por meio das respostas, foi possível perceber algumas lacunas do questionário, visíveis nas perguntas objetivas, que precisaram do acréscimo de opções. Como lembra Bourdieu (1998), se em um questionário para pesquisa

social for inserida a opção outro ou nenhuma das respostas anteriores, então, é porque todas as possibilidades não foram esgotadas.

Após a aplicação dos testes, procedemos à organização dos dados referentes aos respondentes. Construímos uma tabela com os nomes e contatos de e-mails das(os) jornalistas divididos pelo ano e período de formação, a partir de listas fornecidas pela secretaria do Curso de Jornalismo da UFC. Ao todo, foram catalogadas(os) 202 egressas(os) no intervalo entre 2014.1 e 2018.2. No dia 30 de janeiro começamos o envio do questionário e no dia seguinte já contabilizávamos 50 respostas, ou seja, cerca de 25% dos informantes responderam nesse período. Em 15 de março, começamos a reenviar o questionário para alguns contatos cujos e-mails estavam vinculados a provedores como Hotmail e Yahoo. Para confirmar se esses e-mails estavam atualizados, procuramos as(os) jornalistas nas redes sociais e no próprio Google. No dia 21 de março, reenviamos a pesquisa para 116 contatos. O plano era repetir as ações de reenvio e de procura de contatos via rede social e internet até julho de 2019.

Para o sucesso dessa abordagem, contamos com a relação empática construída com muitos profissionais quando eram alunas(os). Atender a um pedido da professora por parte dessas(es) jovens jornalistas é mais provável por conta da proximidade e do afeto que ainda mantêm com a universidade. Confiamos nessa empatia para chegar à meta de, pelo menos, 101 respondentes até julho de 2019. Como tínhamos tempo para arrecadar mais respostas, decidimos manter o questionário aberto. Recomeçamos o envio em agosto, tanto por e-mail como pela divulgação da pesquisa na rede social Instagram, solicitando ao público-alvo que respondesse ao questionário cujo link foi disponibilizado em nosso perfil na rede. É válido mencionar que ninguém fora do perfil amostral respondeu ao questionário enquanto ficou disponível na rede social.

Adotamos também o envio individual pelo Facebook, por mensagens privadas, o que possibilitou ultrapassar a meta de 50% de respondentes ainda no início de agosto, quando registramos 103 respostas. Também enviamos o link para o questionário via WhatsApp e todos esses esforços renderam 129 respostas até o dia 28 de agosto. O instrumento de coleta de dados ficou aberto até o dia 25 de setembro, quando contabilizamos 131 respostas.

A partir de agora será feita uma leitura analítica dos resultados provenientes desta primeira etapa da pesquisa. Para tanto, nos ancoramos na ideia de leitura da Análise do Discurso, que a entende como "trabalho simbólico no espaço aberto de significação que aparece quando há textualização do discurso" (ORLANDI, 2001, p. 71). O intuito da nossa leitura é ir além da literalidade do dito, encontrar os discursos sobre o jornalismo que emanam dos enunciados das(os) jovens jornalistas e romper com os efeitos de evidência que os dados

numéricos, por exemplo, tendem a provocar. Para tanto, nos valemos do nosso dispositivo teórico, que nos auxiliará a entender o mundo do trabalho de jovens jornalistas e os sentidos que eles constroem sobre a profissão.

4.3 Características sociais de jovens jornalistas cearenses no mundo do trabalho

A maior parte das(os) jovens jornalistas egressas(os) da UFC, (59,7%) têm idades entre 22 e 26 anos. As mulheres são maioria na amostra, totalizando 58,1% das pessoas, o que denota a predominância do gênero feminino no mundo do trabalho do jornalismo cearense em consonância com a feminização do jornalismo (FÍGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; MICK, LIMA, 2013; PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2021). Esse perfil coincide com a descrição das características de estudantes de jornalismo brasileiros realizadas por Pereira et al (2016)[54], quando se evidenciou que o perfil nacional de alunos de cursos de jornalismo é de jovens mulheres com uma média de 22 anos de idade.

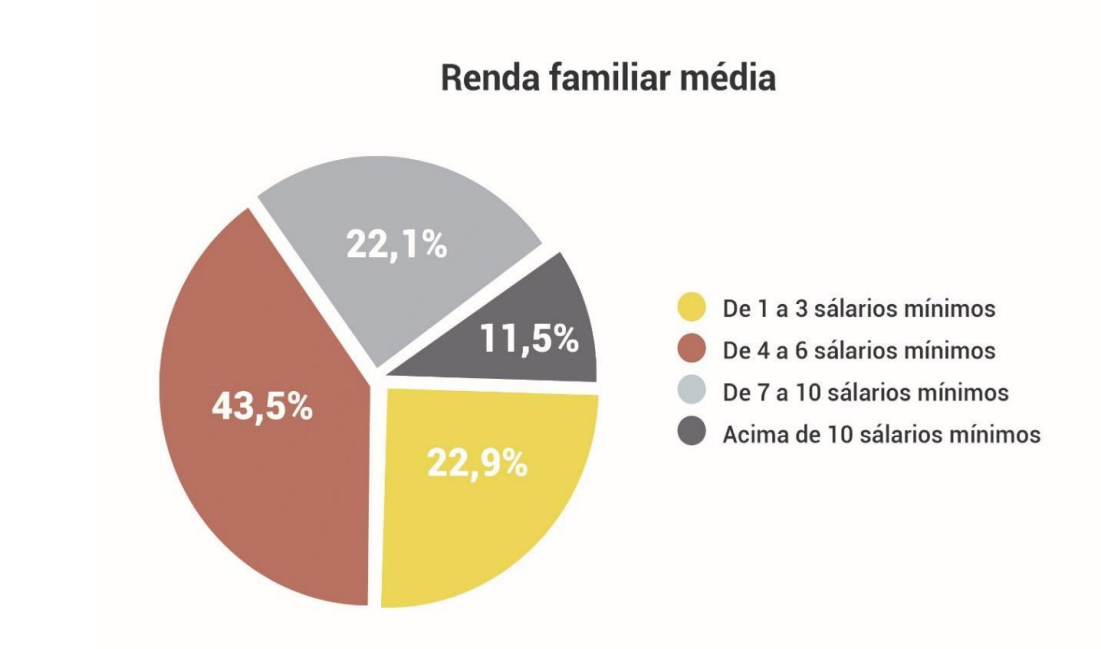
Em relação ao estado civil das(os) egressas(os) da UFC, 90,8% se declararam solteiras(os), daí porque 50% das(os) respondentes afirmaram morar com pais e/ou familiares. Mas isso não implica na omissão em relação ao custeio de despesas domésticas, por exemplo, já que 46% das(os) respondentes declararam auxiliar financeiramente no cotidiano do lar. Em relação à renda da família, observou-se que a maioria contabiliza renda média que varia de 4 a 6 salários-mínimos[55]. Neste somatório inclui-se o salário da(os) jovem jornalista, cujo piso salarial no Ceará é de R$ 2.231,49 para repórter com jornada de cinco horas diárias em jornais e revistas; de R$ 2.881,43 para quem atua em emissora de rádio e TV com carga horária de cinco horas diárias; e de R$ 3.899,03 para assessor(a) de imprensa e comunicação que também trabalha cinco horas por dia[56].

A composição da renda familiar das(os) egressas(os) também se relaciona à condição de trabalho dos pais. A maior parte dos pais das(os) respondentes é de assalariados, profissionais liberais com ensino superior ou profissionais técnicos. A divisão entre pais com formação universitária e aqueles sem título de graduação foi praticamente paritária, com 50,4%

[54] Artigo escrito a partir de uma enquete junto a 611 estudantes de jornalismo de seis instituições de ensino superior brasileiras sobre os valores profissionais e como eles são incorporados no ensino de jornalismo. Os resultados são parte de pesquisa internacional sobre o ensino de jornalismo.
[55] Em 2019, quando o questionário foi aplicado, o salário-mínimo brasileiro era de R$ 1.045.
[56] Valores referentes aos anos de 2018/2019. Outras informações sobre o valor da remuneração para profissionais com outras cargas horárias podem ser encontradas no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará. Disponível em: http://www.sindjorce.org.br/pisos-e-tabelas/pisos-salariais/. Acesso em 14 de maio de 2022.

de pais com formação superior e 49,6% sem ensino superior completo. Porém, independentemente da formação ou de onde atuam, todos que não foram identificados como donos dos meios de produção integram a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999).

Gráfico 1 – Renda das famílias de jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

A maioria das(os) jovens jornalistas mora em Fortaleza (74,4%) e 69,8% das(os) respondentes nasceram na Capital, a qual hoje é a 5ª metrópole do País, com mais de dois milhões e meio de habitantes (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2019)[57], marcada também pelas desigualdades inerentes aos grandes aglomerados urbanos.

No que diz respeito à orientação religiosa, 33,1% das(os) respondentes são católicas(os). Essa filiação relaciona-se com o fato de o Estado do Ceará ser o segundo estado mais católico do Brasil (CARVALHO, FALCÃO, IRFI, 2015) e concentrar movimentos populares e religiosos expressivos, a exemplo das romarias de São Francisco, na cidade de Canindé, e das romarias de Padre Cícero, em Juazeiro do Norte e das novenas em homenagem a Nossa Senhora de Fátima que acontecem na Capital. Apesar disso, dentre as(os) jovens jornalistas egressas(os), 33% são agnósticas ou ateias (ateus). O outro terço da amostra se divide entre as(os) que se declararam cristãs(os), evangélicas(os), adeptas(os) do xamanismo, de bruxaria, de religiões de matrizes africanas, adventistas, dentre outras. Vale ressaltar que ninguém se declarou judeu ou muçulmano.

[57] Dados disponíveis em https://www.fortaleza.ce.gov.br/a-cidade. Acesso em 27 de setembro de 2019.

Na declaração de orientação política, 72% afirmaram ser de esquerda, enquanto apenas um sujeito respondeu ser de direita. O que coincide com a prevalência nacional de jornalistas que se posicionam no espectro ideológico de esquerda, observada no Perfil do Jornalista brasileiro 2021, o qual contabilizou que 33,7% de respondentes são de esquerda e 16,5% são de centro esquerda. Contudo, a maioria das(os) egressas(os) não atua diretamente em movimento político e/ou social. Poucos se vinculam a alguma causa específica, dentre as(os) que constroem esse tipo de agenciamento, três respondentes atuam em movimentos que se vinculam ao feminismo; dois participam de manifestações políticas quando se identificam com as causas; um declarou ser filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e outro integra um coletivo de Direitos Humanos, Comunicação e Justiça.

Em relação aos usos midiáticos, todos têm perfil em alguma plataforma de rede social, sendo Facebook e Instagram as mais utilizadas. De acordo com pesquisa realizada em 2020 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, o Brasil possui 152 milhões de usuários da internet, contudo o acesso à rede é desigual, pois é mais usada por usuários jovens provenientes de classes sociais elevadas e com mais escolaridade.[58].

Entre as(os) respondentes da pesquisa, 29,9% continuaram os estudos após o término da graduação. Entre elas(eles), a maioria, 60,6% fazem cursos *lato sensu* de Especialização ou MBA, e os demais estão matriculados em cursos de Pós-graduação a nível de mestrado. Tendência de escolarização que se relaciona com a formação dos jornalistas a nível nacional, pois 28,6% dos respondentes do Perfil do Jornalista Brasileiro (2021) possuem especialização, enquanto 14,7% são mestres e apenas 4,7% são doutores.

4.4 Dados sobre o processo formativo de jovens jornalistas cearenses

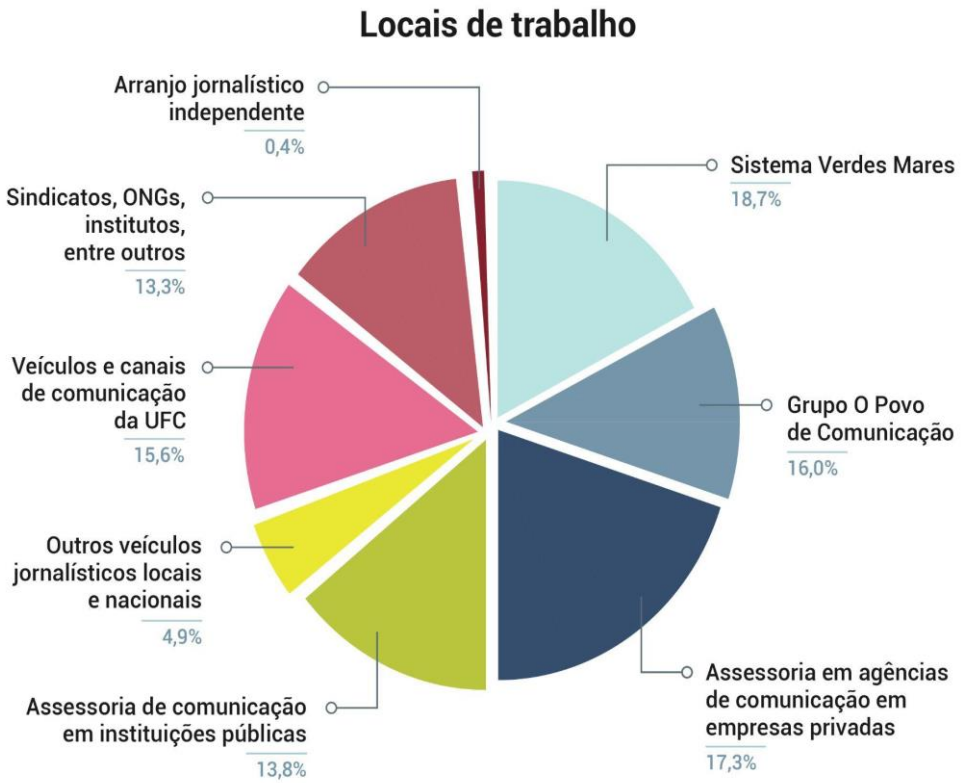
A maioria das(os) jovens jornalistas ingressou na universidade por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), mais precisamente 66,9%. O Sisu só passou a ser adotado pela UFC a partir de 2015, sendo considerado uma estratégia de democratização do acesso à universidade pública brasileira. Entre as outras formas de ingresso no curso de Jornalismo estão o vestibular (22,9%), a transferência de curso dentro da própria UFC (22,1%) e a transferência de curso de outras instituições de ensino superior (11,5%).

[58] Dados da pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, no ano de 2020, em razão da pandemia da Covid-19. Disponível em https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2020_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2021.

Durante o processo formativo, todas(os) as(os) jovens egressos estagiaram, pois o estágio supervisionado é obrigatório nos cursos de Jornalismo na atualidade, mas como lembra Pereira (2015), nas décadas de 1970 e 1980, o estágio não era uma prática comum, exatamente por não ser atividade obrigatória. Das(os) 131 respondentes, 54% realizaram estágio em apenas uma instituição, enquanto 27% estagiaram em dois lugares e 19% trabalharam como estagiárias(os) em três ou mais lugares.

Em relação ao local de estágio, o Sistema Verdes Mares e o Grupo O Povo de Comunicação alocaram mais estudantes. Eles contabilizam 34,7% dos lugares que acolheram esses aprendizes e são os maiores sistemas de comunicação do Estado. Tem-se então a centralidade das grandes organizações midiáticas no mundo do trabalho cearense, o que pode espelhar um imaginário sobre a impossibilidade de se fazer jornalismo fora dos grandes meios, a ponto de se acreditar que o "verdadeiro jornalismo" só está nesses lugares.

Gráfico 2 – Onde estagiam jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

As agências de comunicação e empresas privadas figuram como o segundo maior local de acolhimento de estagiários, aparecendo em 17,3% das respostas. As assessorias se apresentam como uma realidade concreta e viável para o desenvolvimento das carreiras de

jornalistas, tanto que muitas(os) estudantes já projetam que ao se formarem irão trabalhar nessa área (MAIA; FEMINA, 2012; PEREIRA et al, 2016). Projeção que vem se confirmando, pois conforme o Perfil do Jornalista Brasileiro (2021), 26,1% dos jornalistas participantes da pesquisa trabalharam fora da mídia, ou seja, em atividades de assessoria de imprensa ou de comunicação e/ou em produtoras de conteúdo para mídias digitais.

Em terceiro lugar de acolhida de estagiário está a própria Universidade Federal do Ceará que, por meio da seleção de bolsistas para atuarem em seus canais de comunicação institucional e em suas publicações e veículos de comunicação recebeu 15,6% dos estudantes. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Jornalismo, o estágio curricular obrigatório pode ser realizado em instituições públicas, privadas, no terceiro setor, na própria universidade, em veículos jornalísticos autônomos e em agências ou escritórios de assessoria de imprensa e comunicação (BERNARDO; LEÃO, 2017, p. 217). A universidade se torna assim um local estratégico para a recepção de estagiários, evitando que deixem de cumprir a carga horária obrigatória do estágio e atrasem a formação por conta da espera de vagas nas empresas de mídia e de assessoria, desatando um dos nós do estágio no que diz respeito à flexibilidade de lugares para sua realização (REIS, FACCIN, FERREIRA, 2017).

Apesar de as DCNs apontarem uma diversidade de locais para a realização do estágio, isso não significa que elas abarcam todas as práticas jornalísticas da atualidade. Reis, Faccin e Ferreira (2017, p. 235) questionam, por exemplo, se iniciativas empreendedoras de estudantes ou de profissionais nas plataformas digitais, com caráter informal, como canais no YouTube ou blogs, que tenham viés jornalístico, não podem ser também locais propícios para a realização do estágio supervisionado. E acrescentamos os novos arranjos de trabalho alternativos e/ou independentes às corporações de mídia como lugares de produção jornalística que também podem acolher formalmente as(os) aprendizes e não constam no texto das DCNs.

Esse é apenas um dos pontos críticos do estágio supervisionado em Jornalismo apontados por Bernardo e Leão (2017), que criticam ainda a omissão das diretrizes em relação à própria regulamentação da atividade. Elas consideram que o estágio é alvo de influências contraditórias provenientes dos principais atores institucionais envolvidos: empresas jornalísticas, Estado (por meio das legislações) e universidade. Reis, Faccin e Ferreira (2017, p. 223) consideram que a negociação entre os entes envolvidos é a única maneira possível para que esses nós possam ser desatados.

> Das questões polêmicas sobre a volta do estágio curricular obrigatório – alguns dos nós (dificuldades), que o duplo sentido da palavra propõe no título desse artigo – estão, por exemplo, na possível exploração de mão de obra barata pelas empresas, no desvirtuamento do estágio enquanto uma etapa da formação do aluno e na marginalização do estagiário dentro das empresas de comunicação, dentre outros.

As autoras apontam o que podemos considerar como dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros vividas pelas(os) jovens jornalistas, que mostram explicitamente um debate entre as normas legais que regulamentam a atividade e seu objetivo de aprendizado em relação com a realidade do mundo do trabalho, que pode desvirtuar os objetivos educacionais em nome da produtividade e em razão da precariedade. Nessas dramáticas, o tempo é um elemento em disputa entre estudantes, organizações de estágio e universidade.

Conforme a lei 11.788/2008 que rege, no Brasil, a realização de estágios por estudantes do ensino superior, profissionalizante e médio, a(o) estagiária(o) de nível superior deve cumprir até seis horas de trabalho diárias e 30 horas semanais. Dentre as(os) jornalistas que responderam ao questionário, 90% delas(es) tinham estágios com duração de 20 e 30 horas semanais, sendo que 65,8% das(os) jornalistas afirmaram trabalhar horas extras durante o estágio. A extensão da carga horária corresponde ao fenômeno da densificação do trabalho (ANTUNES, 1999; FÍGARO et al; 2020; 2021a), considerada por Travancas (2011) como uma maneira de adesão à profissão, mas tida por Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) e Nicoletti (2020) como uma marca da precarização no mundo do trabalho.

Interrogamos as(os) jovens jornalistas sobre quais as razões para que realizassem horas extras. Por se tratar de uma questão dissertativa, tivemos que ler 82 respostas, das quais 75 apresentavam alguma justificativa para a realização de horas extras[59]. Realizamos uma aglutinação de respostas com vistas a organizar categorias que nos possibilitassem expressar a diversidade de justificativas apresentadas pelas(os) jovens. Seguem as categorias e a quais situações se referem:

- **Desdobramentos da rotina produtiva:** foi a categoria que apresentou maior ocorrência, o que se deve pelo fato de congregar situações como imprevistos que atrapalham ou dificultam a realização do trabalho; a complexidade das pautas, o que tornava inviável que fossem finalizadas em um expediente de cinco ou de seis horas de trabalho, na maioria das vezes, pela falta de experiência das(os) estagiários. Algo semelhante acontecia com os que atuavam como repórteres e se dedicavam à cobertura de temas factuais, tendo que produzir notícias que deveriam ser finalizadas no mesmo dia em que eram iniciadas.
- **Demandas da empresa:** nesta categoria, incluímos respostas que apontavam as demandas da organização e da chefia como razão para a densificação da jornada. Ou seja, além das

[59] Cinco participantes responderam à questão informando que não costumavam realizar horas extras.

atividades corriqueiras no estágio, era demandada das(os) aprendizes a realização de outras tarefas que não podiam se recusar a fazer por conta do respeito à hierarquia na instituição.

- **Plantão no fim de semana:** quando estagiárias(os) tinham que trabalhar nos finais de semana se deparavam com equipes reduzidas e precisavam incorporar mais tarefas, assumindo aquelas comumente realizadas pelas(os) jornalistas profissionais.
- **Excesso de trabalho:** apesar de permear todas as demais categorias, essa expressão foi separada em uma categoria única pelo fato de ter sido verbalizada pelas(os) participantes por consideraram que eram submetidos à realização de muitas tarefas diariamente.
- **Cobertura de eventos:** refere-se à tarefa de cobrir eventos externos ou internos à organização que prolongavam a jornada.
- **Redução da equipe:** a carência de uma quantidade ideal de profissionais trabalhando nas organizações foi apontada como motivo para que estagiários acumulassem funções, atividades e alongassem a jornada.
- **Para mostrar serviço ou por prazer:** houve respondentes que declararam ficar na organização além do tempo regular do estágio porque gostavam muito das atividades que exerciam ou por querer impressionar as(os) chefes demonstrando disposição para o trabalho.
- **Pressão dos chefes:** nesta categoria, foram incluídos os poucos relatos que evidenciaram uma cobrança particular de chefes e orientadores de estágio para que as(os) jovens permanecessem no local de trabalho por mais tempo como forma de aprendizado.

Identificamos por meio dessas categorias uma normalização da intensificação do trabalho quando os jovens alegam que as horas extras são decorrentes dos desdobramentos inerentes à rotina produtiva. Tanto que uma das respondentes é bem objetiva ao justificar isso: “Para finalizar o serviço, para cumprir o deadline” (JORNALISTA 7) e outra explica que se isso se dava “Pela demanda de produção noticiosa diária. Se a matéria que eu estava produzindo era para aquele dia, eu precisava concluir o trabalho em tempo maior que a carga horária” (JORNALISTA 21).

O relato da jornalista 21 mostra que o tempo da produção das organizações se sobrepõe aos objetivos do estágio, pois as(os) jovens eram integradas(os) às rotinas de trabalho sendo submetidas(os) às mesmas normas, regras e procedimentos que as(os) profissionais. Sendo assim, não havia distinção entre a mão de obra da(o) aprendiz e a da(o) jornalista, o que caracteriza o fenômeno identificado por Silva e Oliveira (2019, p. 47- 48) como “estágio profissional”, que consiste na substituição da(o) profissional pelo estagiária(o). Condição preocupante, pois, para as autoras, só colabora para a desvalorização do saber-fazer jornalístico e para a precariedade da profissão.

Gráfico 3 – Causas do excesso de trabalho



Fonte: autoria própria

Nas vivências das(os) participantes da pesquisa, a realização de tarefas destinadas a uma(um) profissional por uma(um) estagiário fica evidente nos plantões nos finais de semana:

> Na TV, a carga horária era 30h/semanais. Na semana, geralmente, não fazia hora extra; nos plantões, sim, porque a equipe era extremamente reduzida e eu cumpria a função de repórter (então demorava mais para fazer matérias pelo deslocamento, entrevista, escrever etc.) (PARTICIPANTE 19).

Percebe-se como a força de trabalho da estagiária era incorporada à rotina produtiva com vistas a dirimir os problemas advindos da ausência de jornalistas profissionais, o que era uma transgressão da regulação da atividade de estágio, evidenciando divergências entre os objetivos do trabalho de estagiário para a universidade e para a organização de mídia. Conforme a universidade, o estágio é uma atividade de aprendizado na qual estudantes exercitam os saberes instituídos aprendidos em sala de aula e se deparam com os saberes investidos que só a vivência concreta da atividade de trabalho possibilita. Essa finalidade é orientada, portanto, por valores pedagógicos que visam o desenvolvimento das competências e habilidades, as quais, como lembra Acácia Kuenzer (2002), devem ser construídas a partir de uma práxis pedagógica, em que teoria e prática se articulam de modo complementar, ou seja, em que as vivências de estágio e de sala de aula se complementam.

Contudo, o que os relatos das(os) participantes nos mostram é que para as empresas as(os) estagiários são uma força de trabalho comum e necessária para a manutenção da produtividade e não sujeitos em processo de formação e de transformação. Essa divergência de objetivos de trabalho permeia as dramáticas do uso de si centralizadas na atividade de estágio.

> Minha carga horária no jornal era de 30h semanais, mas eu também trabalhava horas extras até a conclusão da pauta com a qual havia sido designado. Era uma situação muito comum. Havia dias em que eu entrava às 8h e saía às 20h, perdendo aula inclusive. Por conta das demandas do setor serem maiores do que minha capacidade de trabalho, que era menor por falta da experiência. (JORNALISTA 54).

A normalização do excesso de trabalho fica evidente quando o jornalista 54 afirma que o setor tinha muitas demandas que eram superiores à capacidade produtiva dele, dada sua inexperiência. Dessa maneira, a primeira vivência de trabalho no jornalismo deste profissional se dá no nível da precarização e não pode ser considerada uma formação com toda a carga positiva e construtiva que essa palavra tem, mas sim uma deformação, pois interferia na própria formação acadêmica do estudante, na medida em que o impedia de frequentar as aulas, subvertendo assim as orientações contidas nas DCNs e distanciando-se da práxis pedagógica.

A situação narrada pelo jornalista 54 se conecta com outros relatos que mostram o descumprimento da lei do estágio e das orientações das DCNs.

> Não era bem "hora extra", porque eles dividiam as horas semanais (30) da seguinte forma: 5h de trabalho de segunda a sexta, para acumular horas para o plantão dos finais de semana (em duas semanas, 10h. Os plantões eram um final de semana sim, outro não). Mas eu também trabalhava em todos (todos mesmo, incluindo Natal, 1º de janeiro...) os feriados sem receber extra por isso (enquanto todos os outros da redação assinavam a folha de ponto para receber) (JORNALISTA 121. Grifos no original).

Ao revelar que trabalhava nos finais de semana e feriados sem receber proventos, a jornalista 121 delata a lógica perversa do "estágio profissional", que submete aprendizes à dinâmica comum no jornalismo profissional: ausência de remuneração de horas extras.

> O cumprimento de horários já costuma ser um dos nós da atividade profissional, assim como o respectivo pagamento de horas extras trabalhadas. Transformadas em banco de horas, que raramente são integralmente descontados ou monetarizados, as horas extras rapidamente deixam de ser privilégio daqueles que têm vínculo empregatício e se integram à rotina do estagiário, que terá que se posicionar entre o que lhe é demandado pelo orientador localizado na empresa e o professor da disciplina estágio supervisionado, que enfatiza seus direitos legais (REIS; FACCIN; FERREIRA, 2017, p. 232-233).

Quando a(o) estagiária(o) trabalha para além da jornada estabelecida pelo contrato de estágio e não recebe dividendos, afinal, isso não está previsto nem no contrato nem na lei, subentendemos que, nesse caso, o trabalho é trocado pela oportunidade de viver uma experiência jornalística, ou seja, a(o) estagiária(o) deve se dar por satisfeita(o) em a organização permitir-lhe trabalhar. Os saberes de ação em jogo aqui têm um alto custo físico, emocional e ético para a(o) estagiária(o), afinal, é sabido que a intensificação do trabalho acarreta prejuízos para a saúde física e psíquica das e dos trabalhadores (ANTUNES, 1999; HIRATA, 2011). Sendo assim, a(o) estudante inicia sua socialização no mundo do trabalho pelo viés da

precarização e do desrespeito à legislação vigente, cujo sentido ideal é de proteger essa (esse) trabalhadora(or) em formação.

As(os) estagiárias(os) se submetem a uma dinâmica servil que se entranha inclusive nas relações sociais, perceptível quando uma respondente afirma que fazia hora extra "porque os chefes faziam pressão e diziam que me demitiriam" (JORNALISTA 42). E quando outra enfatiza: "Não me davam opção de não trabalhar" (JORNALISTA 77). A dramática do uso de si pelos outros nesses casos tinha contornos de coação, pois as(os) estagiárias(os) eram constrangidas(os) a trabalhar mais do que o acordado em seus termos de estágio, o que denuncia uma relação de poder opressora por parte de profissionais que deveriam instruir e acolher as(os) aprendizes e não normalizar práticas de exploração e subjugação, descaracterizando completamente o sentido do estágio. Afinal, de acordo com o projeto político e pedagógico do curso de Jornalismo da UFC, o estágio supervisionado tem como objetivos:

> 1. aplicar, ampliar e adequar conhecimentos técnicos científicos visando a integração entre a teoria e a prática no desenvolvimento de habilidades, requeridas para a formação do perfil profissional; 2. exercitar-se na perspectiva da prática profissional através de sua inserção em situação real de trabalho; 3. conhecer a realidade socioeconômica e cultural da população, no contexto da área de atuação do estágio; 4. participar do trabalho em equipes multiprofissionais; 5. desenvolver a capacidade crítica e a percepção humanística da realidade, identificando seu potencial como elemento de transformação da sociedade (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2005, p. 41)

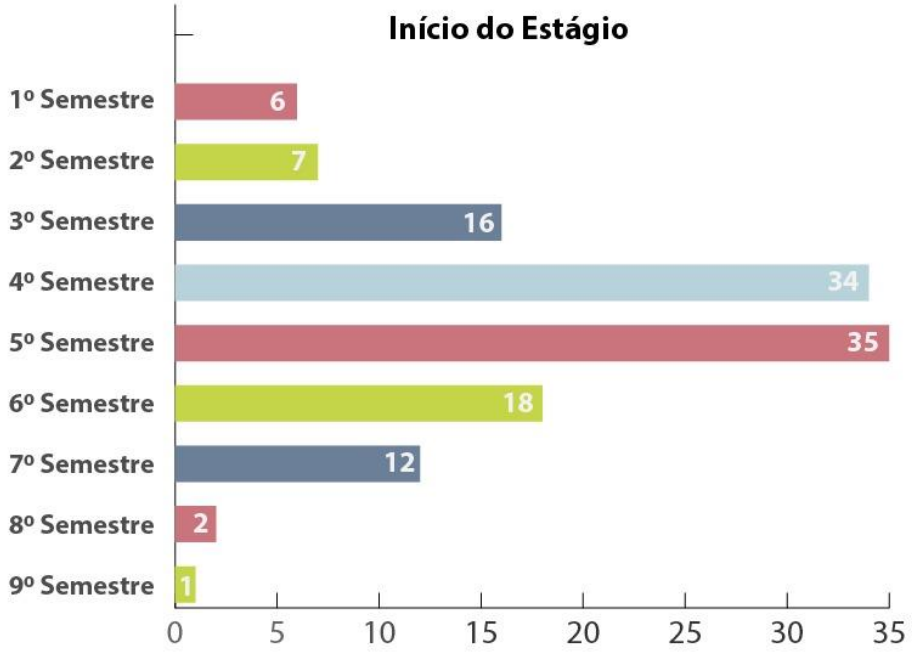
Enquanto o Curso de Jornalismo define a atividade de estágio pelo viés da práxis, no mundo do trabalho do jornalismo, ela carrega um estigma de inferioridade a ponto de as dramáticas vividas pelas(os) estagiárias(os) serem naturalizadas como um confronto com a "situação real de trabalho". A reprodução de opressões e da precarização é uma realidade, porém, como bem pontua o quinto objetivo do documento do curso de Jornalismo da UFC, precisamos desenvolver a capacidade crítica e a percepção humanística das(os) estudantes para transformar, inclusive a sua própria realidade de trabalho, e isso começa com a identificação de que situações como as apontadas aqui não são legítimas e não podem ser a regra.

Afinal, os estágios são uma etapa na carreira jornalística e preparam com aprendizados a prática profissional de modo que o sujeito possa antecipar as incertezas que rondam o mundo de trabalho e assim traçar um plano de entrada na profissão (PEREIRA, 2015). Ao se depararem com dramáticas do uso de si tão intensas, marcadas pela precarização e pela opressão do trabalho, muitas(os) estudantes podem até mesmo interromper seu plano de entrada no mundo do jornalismo e reorganizar suas trajetórias em busca de outras profissões.

Para aquelas(es) que seguem com o plano da carreira jornalística, outro desafio é a conciliação entre estágio e estudos, mais uma dramática do uso de si. Na grade curricular do

Curso de Jornalismo da UFC, vigente durante a formação das(os) participantes desta pesquisa, o estágio supervisionado localizava-se no sexto semestre e tinha 96 horas de duração[60]. Contudo, a maioria não espera esse momento para ingressar no mundo do jornalismo. Entre as(os) participantes de nossa pesquisa, 53% iniciaram o estágio no quarto ou quinto semestre (conforme o gráfico 4), ou seja, na metade do curso, o qual tem duração de oito semestres.

Gráfico 4 – Quando jovens jornalistas começam a estagiar



Fonte: autoria própria

O período de ingresso no estágio passa assim a depender muito mais dos requisitos exigidos pelas empresas, que ora solicitam conhecimentos mais específicos da profissão e ora aceitam estudantes recém ingressos na universidade, do que das normativas do curso e das orientações das(os) professores, as(os) quais recomendam que o estágio seja iniciado depois que a(o) estudante tenha cursado pelos menos uma disciplina técnica.

Em Brasília, por exemplo, Pereira (2015), ao entrevistar 32 jornalistas de diferentes gerações, observou que as(os) estudantes, em sua maioria, estagiam nas empresas de mídia apenas no quarto ano da faculdade, já próximo da conclusão do curso. "(...) os primeiros

[60] Na nova matriz curricular do Curso de Jornalismo da UFC, o estágio curricular tem 200 horas/aula, divididas em dois componentes curriculares: Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, que devem ser cursados entre o 5º e 6º semestres. (CURSO DE JORNALISMO DA UFC, 2021). Disponível em: https://19fd89e4-9cbd-4655-b08b-6f69644b0d5d.filesusr.com/ugd/820f15_61a62f4cecb040d78fa81d78cf29c7ea.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2021.

estágios são geralmente obtidos por meio da indicação de professores e colegas, os estágios em veículos jornalísticos mais reputados dependem de processos seletivos longos e estruturados, que costumam ter até cinco etapas de seleção" (PEREIRA, 2015, p. 09). O que difere das experiências das(os) jovens jornalistas egressas(os) da UFC, que iniciam seus estágios cedo e já em empresas de mídia, demarcando diferenças regionais entre os mercados jornalísticos.

A universidade entra em cena para regular a relação entre estudante e empresa de mídia por meio da assinatura de termos de convênio entre a instituição de ensino, a(o) aluna(o) e a organização midiática, cuja responsabilidade legal é da Agência de Estágios da UFC. Ao curso de Jornalismo cabe o acompanhamento da realização das atividades que se dá de modo mais sistemático quando as(os) alunas(os) se matriculam no componente estágio supervisionado. O acompanhamento do estágio remunerado não é observado de perto pelas(os) professoras(es), pois não há prerrogativa para isso no plano político pedagógico do curso, ficando essa tarefa a cargo da Agência de Estágios, a qual não menciona entre suas atribuições a supervisão do cumprimento legal das atividades das(os) aprendizes[61].

Esse hiato na supervisão do estágio remunerado pode explicar as diferentes dramáticas do uso de si que as(os) jovens apontaram em seus relatos, dentre as quais está a conciliação entre estágio e graduação. As(os) participantes nos retornaram 131 respostas dissertativas sobre esse tema, as quais foram lidas e organizadas a partir do local onde a(o) respondente estagiou. A descrição e/ou narração dessas experiências foi permeada pela presença de adjetivos que qualificaram a dinâmica estágio/aula como positiva ou negativa.

Para aquelas e aqueles que estagiaram em redações de veículos hegemônicos locais e nacionais, prevaleceu uma avaliação negativa, expressa por meio de qualificativos como: **difícil; cansativo; exaustivo; complicado e complexo.**

Quadro 2 - Relatos sobre a conciliação entre estágio e aulas para quem estagiou em redações de veículos locais e nacionais

Jornalista 11: Era um trabalho gratificante, mas que tomava muito do meu tempo. Era difícil equilibrar e muitas vezes eu precisava deixar o trabalho ou a faculdade de lado para conseguir dar conta de alguma demanda específica.
Jornalista 18: Cansativo. Entrava no estágio às 7h (precisando acordar às 5h, pois morava longe) e saía às 13h, tendo apenas uma hora para almoçar e me deslocar até a universidade para as aulas de 14h. Em muitos dias, quando o ônibus atrasava ou quando havia engarrafamento, por falta de tempo, deixei de almoçar para não levar falta/chegar atrasada à aula. Em alguns dias da semana cursava uma disciplina cujas aulas acabavam às 22h, ou seja, não tinha tempo para nenhuma atividade além do estágio e assistir às aulas. Para fazer trabalhos das disciplinas ou estudar algum conteúdo durante a

[61] As atribuições, missão e valores da Agência de Estágios da UFC estão disponíveis em https://estagios.ufc.br/pt/sobre-saiba-quem-somos-e-como-somos/. Acesso em 10 de outubro de 2021.

semana, precisava abdicar de horas de sono. Apesar de não ter que fazer plantão nos fins de semana, como em outras empresas, no final das contas, sinto que não tive um desempenho bom neste período em que estagiei, pois estava sempre cansada durante as aulas e não tinha tempo para me dedicar aos estudos, além do sábado e domingo.
Jornalista 19: No primeiro estágio (TV) foi quase impossível. Eu trabalhava em regime de 12 dias seguidos para folgar 2 dias (trabalhava no sábado e no domingo e folgava no próximo fim de semana). Estava sempre exausta e mal dava tempo para cumprir as atividades da faculdade.
Jornalista 21: Complicado. Por conta das horas extras, algumas vezes chegava atrasada nas aulas. Penso que o estágio é muito importante para a formação complementar à universidade, porém é uma questão de muito fôlego conciliar as duas coisas, não somente por conta da carga de trabalho do estágio, como já dito, mas também pela carga e especificidades da própria universidade. O balanço de horários e demandas de ambos muitas vezes bate de frente - e sei que é algo que não deveria ocorrer, que o estagiário no meio jornalístico acaba muitas vezes servindo como mão de obra explorada. O conjunto de todas essas coisas acaba por tornar conciliar uma situação de muito fôlego entre a vontade, a necessidade principalmente, para manter as duas coisas minimamente de forma razoável. **Jornalista 32:** Foi tranquilo no início, mas à medida que fui ganhando experiência, as pautas também ficaram mais complexas. Elas demandavam interpretação e/ou análise de dados e especialistas mais aprofundada - e isso consome tempo. Por conta disso, muitas vezes, cheguei à universidade já em curso. Já terminei a redação de notícias e entrevistei pessoas durante aulas, bem como redigi trabalhos da faculdade no trabalho.

Fonte: autoria própria

Os relatos nos dão a dimensão das contradições que as(os) estagiários viveram no mundo do trabalho. As jornalistas 11, 18 e 19 destacam o tempo como um motor do dilema estágio/aula. A carga horária estendida do estágio e os plantões não permitiam às estudantes serem pontuais nas disciplinas e estudar em casa, pois o trabalho em excesso causava cansaço, impedindo que se dedicassem às tarefas demandadas pela universidade. Reis, Faccin e Ferreira (2017, p. 232) lembram que "(…) o horário previsto para o estágio (incluindo o tempo mínimo de 30 minutos para deslocamento para a sua realização) deverá ser compatível com a grade horária do curso, evitando qualquer prejuízo a sua integralização". A permanência da(o) estudante em praticamente dois turnos no local de trabalho contraria completamente essa norma, causando perdas acadêmicas para a(o) estagiária(o) e se convertendo em um tipo de exploração intensiva da força de trabalho.

Nestes casos, não se trata de uma simples má gestão de si, mas sim de uma dramática do uso de si pelos outros decorrente do conflito entre as expectativas das organizações em que as jovens estagiavam, as quais as submetiam ao mesmo regime de tempo de produção de profissionais, inclusive fazendo-as trabalhar nos finais de semana; e as expectativas da própria universidade, que requer dedicação para as atividades formativas.

A jornalista 21 sintetiza bem o conflito entre a gestão de si pelos outros ao revelar o desequilíbrio entre as jornadas e cargas horárias do estágio e da universidade, desvelando a precarização que se entranha nesse conflito, pois entende que a contradição emerge na realidade em razão da exploração da força de trabalho de jovens aprendizes. Dessa forma, ela inscreve

sua fala numa formação discursiva (ORLANDI, 2001; PÊCHEUX, 2015) crítica que compreende as contradições e dramáticas como resultantes de condições estruturais do capitalismo e não como um conflito individual, ocasionado unicamente pelas escolhas do corpo-si no trabalho. Essa fala revela, portanto, uma posição de sujeito crítica, que questiona a realidade de trabalho estabelecida.

O jornalista 32 descreve como essa exploração se dá, reforçando que isso não ocorre apenas com o aumento do número de tarefas, mas pela elevação do nível de complexidade das atividades. Ele reconhece que à medida em que seu saber-fazer se acumula, é desafiado pelos outros no trabalho a realizar tarefas mais complexas. A olho nu, essa dinâmica não é nociva, pois o desafio é um motor de engajamento para muitas(os) trabalhadoras(es) e ele desencadeia novos aprendizados no trabalho. No caso aqui exposto, ela se torna problemática por envolver um sujeito em fase de aprendizado que não dispõe de condições ideais para responder aos desafios que se lhe apresentam. Sendo o tempo a principal condição necessária nesse caso, por meio da extensão do *deadline*, sempre muito curto no trabalho jornalístico.

O dilema com a jornada de trabalho tornou a conciliação entre o estágio e os estudos difícil e cansativa para 51% das(os) participantes da pesquisa, sobretudo a partir do quinto semestre da graduação, quando há demandas de aprendizados não só relativas ao jornalismo, mas à pesquisa acadêmica e à preparação para o trabalho de conclusão de curso. Na grade curricular das(os) estudantes que compõem nossa amostra, o TCC começava a ser desenvolvido no sétimo semestre e deveria ser finalizado no oitavo. No entanto, não é rara a extensão do curso para muitas pessoas que se enredam, sobretudo na dinâmica do trabalho produtivo, sendo oficialmente contratadas pelas organizações, e não conseguindo se graduar no tempo regular. Foi o que aconteceu com o jornalista 9:

> Conciliar nem sempre era uma tarefa fácil, pois significava trabalhar pela manhã e ter aulas à tarde durante alguns semestres. Na reta final, fui contratado na empresa em que trabalhava, portanto passava mais horas no trabalho, inclusive trabalhando nos finais de semana, o que dificultou o processo de produção da monografia (JORNALISTA 9).

Ao passo em que a continuidade do trabalho por meio da contratação de estagiários é importante para o ingresso na profissão (PEREIRA, 2015), torna-se um agravante para a conclusão da graduação, colocando as(os) jovens jornalistas frente a uma dramática do uso de si de difícil solução.

Dando continuidade aos destaques das avaliações de estagiários sobre a relação estágio/aula, temos as falas daqueles que trabalharam em assessorias de comunicação no setor

privado. Para este grupo, prevaleceu uma avaliação positiva da experiência, considerada **tranquila** pela maioria.

Quadro 3 - Relatos sobre a conciliação entre estágio e aula para quem estagiou em assessorias de comunicação no setor privado

Jornalista 22: Foi relativamente tranquilo. O estágio nunca tomou meu tempo fora do horário do expediente, por isso sempre pude dar a atenção necessária aos estudos.
Jornalista 90: Visto que meu estágio obedecia a todos os limites padrões para um estagiário, foi relativamente tranquilo, apesar da carga-horária conjunta (estágio + faculdade) ter ficado extensa.

Fonte: autoria própria

Os depoimentos acima mostram que as experiências de trabalho nas assessorias de comunicação no setor privado não se deram sobre contradições intensas. A conciliação entre trabalho e estudos foi possível porque houve respeito às normas antecedentes, em particular ao tempo da jornada de trabalho, o que garantiu segurança para as(os) estudantes. Vale frisar a passagem em que o jornalista 90 enuncia que "todos os limites padrões para um estagiário foram respeitados". Podemos inferir desta frase que a palavra "todos" sintetiza o tempo de trabalho; o nível de dificuldade das tarefas e a quantidade de atividades, características presentes nas dramáticas do uso de si daqueles que estagiaram nas grandes redações de mídia e pivôs das contradições vivenciadas por eles.

Já no setor público, o estágio em assessorias de comunicação foi alvo de avaliações que não foram exclusivamente positivas nem negativas. Houve um equilíbrio nas percepções de estagiários que trabalharam em assessorias de prefeituras, tribunais, ministério público e institutos federais. Os relatos que avaliaram a experiência como negativa destacam como qualificativos: **pesado; complicado; muito cansativo; difícil, corrido e tumultuado.** Quem fez relatos com tônicas positivas destacou como aspecto principal a **tranquilidade.**

Quadro 4 - Relatos sobre a conciliação entre estágio e aulas para quem estagiou no setor público

Jornalista 27: Foi complicado, mas deu certo. Em alguns momentos abri mão de certas oportunidades para terminar a graduação em 4 anos, o cansaço era difícil, mas tive sorte com os meus locais de estágio.
Jornalista 43: Fácil não é, mas quando você tem que se manter, manter os filhos e precisa estudar não existe outra alternativa. Foi muito cansativo e senti que em alguns momentos eu não podia aproveitar as disciplinas da mesma maneira dos alunos que apenas estudavam.
Jornalista 51: Tranquilo, o horário de trabalho era respeitado e as atribuições condizentes com o perfil de estágio.

Fonte: autoria própria

No primeiro relato, a então estagiária precisou gerir o estágio e a vida acadêmica de modo a não atrasar a conclusão do curso e para isso, teve que renunciar a oportunidades de

emprego, ou seja, fez uma gestão de si com um objetivo específico. É interessante a menção ao fator "sorte" na fala da jornalista. Se mesmo com sorte, ela viveu uma experiência cansativa, fica subentendido que sem a ajuda do acaso, a estagiária talvez tivesse vivido uma experiência ruim que lhe impossibilitaria de ter concluído o curso no tempo previsto.

Já a jornalista 43, uma mãe solo que morava com os dois filhos e cuja renda familiar era composta apenas pelos seus proventos, lamenta não ter podido estudar mais, pois como mãe precisava trabalhar. Além da dramática do uso de si relativa aos conflitos estágio/aula, ser mãe também lhe imputou escolhas que determinaram sua gestão de si, as quais, na sua percepção, implicaram em perdas acadêmicas, pois ela acreditava que seu rendimento era inferior ao de estudantes que não precisavam estagiar para sobreviver. Nesse sentido, o ser mulher e mãe influenciaram decisivamente em suas escolhas, em sua gestão de si, dando origem a uma dramática do uso de si por si mesma que a determinou ao cansaço e ao rendimento inferior ao de colegas, visível no tom de "inevitabilidade" que emerge da frase "não existe outra alternativa". E, levando-se em consideração que o espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), a razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2013) ou a sociedade do desempenho (HAN, 2019) estimulam a concorrência no mundo do trabalho, o enunciado "não existe outra alternativa" da jornalista 43 soa como uma presunção de derrota, pois ela é acometida por uma desvantagem histórica.

De fato, para as mulheres e mães da classe-que-vive-do-trabalho, são poucas as políticas públicas e privadas, das organizações em que trabalham, ou até mesmo das próprias instituições de ensino, que adequem a carga horária ou tarefas à condição materna. Se casadas, elas são exploradas pela divisão sexual do trabalho que as torna duplamente oprimidas, pelos maridos e pelo capitalismo. Quando solteiras e com filhos, como é o caso da jornalista 43, a situação torna-se ainda mais difícil, pois como observa Biroli (2019, p. 30. Grifos no original),

> (...) elas vivenciam os custos ampliados da ruptura com os padrões de dependência vigentes, sendo essa ruptura voluntária ou não. Em suma, é justamente o caráter institucional da exploração no casamento que torna potencialmente ruim a situação das mulheres fora dele, a ponto de o casamento aparecer como um mal menor - como "a melhor carreira, economicamente falando".

O cansaço, por razões distintas, torna-se uma condição praticamente inevitável para as jornalistas 27 e 43, pelo menos é o que os estudos da psicodinâmica do trabalho já identificaram (DEJOURS, 1999) e o que Barros et al (2020) e Fígaro et al (2021a) constataram sobre o trabalho das mulheres comunicadoras e jornalistas durante a pandemia da covid-19. Uma das consequências dessa determinação ao cansaço é o adoecimento laboral, identificado por Antunes (2018) como resultado de condições de trabalho impostas à(ao) trabalhadora(o) que

podem resultar em adoecimento físico e mental[62]. Não à toa, as mulheres comunicadoras e jornalistas adoeceram mais que os homens durante a pandemia (FÍGARO et al, 2021a), pois foram impostas ao trabalho densificado e intensificado. O gênero se apresenta, portanto, como uma dramática do uso de si para as mulheres jornalistas, das quais o cansaço é a consequência mais evidente da gestão de si pelos outros vivida por elas.

Retomando as avaliações das(os) jovens jornalistas sobre a experiência de estágio, observamos que o sentido de tranquilidade e respeito às normas e ao aprendizado foi o que prevaleceu nas avaliações daquelas (es) que tiveram a UFC como local de estágio. Majoritariamente, as experiências deste grupo foram positivas, sendo qualificadas como **tranquilas, interessantes e fáceis.** Por outro lado, quem avaliou a vivência como negativa, destacou-a como **cansativa; difícil e complicada.**

Quadro 5 - Relatos sobre a conciliação entre estágio e aula para quem estagiou na UFC

Jornalista 71: Foi interessante, porque me envolvi com outro ritmo, desenvolvi mais a técnica conforme a exigência de estar produzindo para algo real e com horários definidos.
Jornalista 79: fácil, a instituição era da própria UFC e a minha chefe sempre procurava adaptar os horários dos estagiários, principalmente os que estavam no final do curso.

Fonte: autoria própria

O jornalista 71 destaca o aprendizado proporcionado por uma prática jornalística real. Ou seja, entrar no mundo do trabalho lhe permitiu aprimorar os saberes instituídos com os saberes de ação adquiridos. Os horários, que estavam no cerne das dramáticas do uso de si pelos outros das(os) demais estagiárias(os), foram um marco positivo nas experiências destas e destes profissionais, sobretudo da jornalista 79 que contou com a flexibilização dos horários de trabalho e consequentemente com uma gestão de si pelos outros solidária, que entendia o estágio como complementar à jornada acadêmica e não como um rival.

A tônica positiva, de tranquilidade e compreensão também foi predominante nas avaliações de quem estagiou em sindicatos, associações e organizações não-governamentais. **Tranquilo e bom** foram os adjetivos comuns para as(os) que tiveram boas experiências, enquanto **difícil** foi o único adjetivo atribuído às vivências negativas.

Quadro 6 - Relatos da conciliação entre estágio e aula para quem estagiou em sindicatos, associações e organizações não-governamentais

[62] O suicídio e a morte por cansaço são duas consequências nefastas da intensificação do trabalho. No Japão, inclusive, o suicídio por excesso de trabalho (*karojisatsu*) e a morte por excesso de trabalho (*karoshi*) foram regulamentos como doenças profissionais em 1989 (HIRATA, 2011).

Jornalista 25: Foi tranquilo. Tinha bastante flexibilidade em relação aos horários e possibilidade de tirar folgas ou reduzir carga horária para trabalhos, aulas, tcc…
Jornalista 93: De modo geral, tranquilo. Nenhum dos estágios comprometeu a minha assiduidade nas aulas, inclusive porque meus chefes entendiam que as tarefas na UFC também eram prioridade. A minha participação em atividades extracurriculares foi reduzida, mas consegui participar de um programa de extensão e de outros projetos do curso até o fim da graduação.

Fonte: autoria própria

A gestão de si pelos outros para essas(esses) jovens foi marcada pela compreensão e solidariedade, pois puderam priorizar os estudos. Para o jornalista 93, a vida acadêmica parece ter sido plena, pois além do estágio, da manutenção da assiduidade nas aulas, ele ainda conseguiu participar de programas de extensão, o que muitas(os) estudantes não fazem quando iniciam os estágios. Podemos inferir então que o objetivo de aprendizado do estágio foi respeitado por essas organizações e pelos supervisores das(os) estagiárias(os), o que não lhes ocasionou gestões de si no trabalho problemáticas.

Em linhas gerais, 42% das(os) respondentes consideraram a experiência de estágio tranquila. Contudo, para as(os) demais, em particular para quem trabalhou em redações de veículos de mídia locais, a experiência foi mais cansativa e precarizada. O cansaço foi uma palavra recorrente em suas avaliações, denotando os custos físicos e emocionais inerentes à dupla jornada de trabalho como jornalistas e estudantes, afinal, muitas(os) viveram o fenômeno do estágio profissional, assumindo o ônus de realizar tarefas notadamente destinadas a uma(um) jornalista experiente, o que lhes trouxe exaustão e desgaste.

O cansaço, considerado por Han (2019) uma condição ontológica do ser humano na sociedade do desempenho, vem se amalgamando de tal forma ao trabalho jornalístico a ponto de desenhar uma imagem da profissão: a do jornalista cansado (ADGHIRNI, 2005). Em uma leitura ergológica, o cansaço é efeito do trabalho intensificado sobre o corpo-si. Há o trabalho intenso, que apresenta variedade e multiplicidade de ações e de encontros, e há a intensificação do trabalho, quando a carga de obrigações e tarefas se torna difícil de suportar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 30). Para 7% das(os) jornalistas, a dinâmica estágio-aula foi muito positiva porque era intensa e, por isso, trouxe aprendizados, sobretudo, relativos à conciliação entre teoria e prática. Contudo, prevaleceram relatos que destacavam a intensificação cansativa do trabalho, a exemplo dos destacados, o que nos leva a ponderar que para esse público, a atividade de estágio foi mais fonte de sofrimento que de prazer (DEJOURS, 1999).

O cansaço ocupa assim o espaço deixado pela distância entre as normas antecedentes e a realidade do trabalho no mundo das(os) estagiárias(os). Os dados mostram que nem a universidade nem a instituição que recebeu as(os) estagiárias(os) foram interpeladas a cumprirem seus papéis formativos. Seja pelo silêncio das(os) estudantes em não denunciar as

práticas abusivas que viveram ou pela cegueira e paralisia da universidade frente a essas denúncias, o fato é que coube à(o) estudante, individualmente, a responsabilidade disso. Apesar de muitas(os) resolverem a situação abandonando os estágios, essa resolução é individual e não avança no sentido de transformação da realidade para o coletivo de estagiárias(os), pois não responsabiliza os demais agentes envolvidos no processo: a universidade, o curso e a organização jornalística.

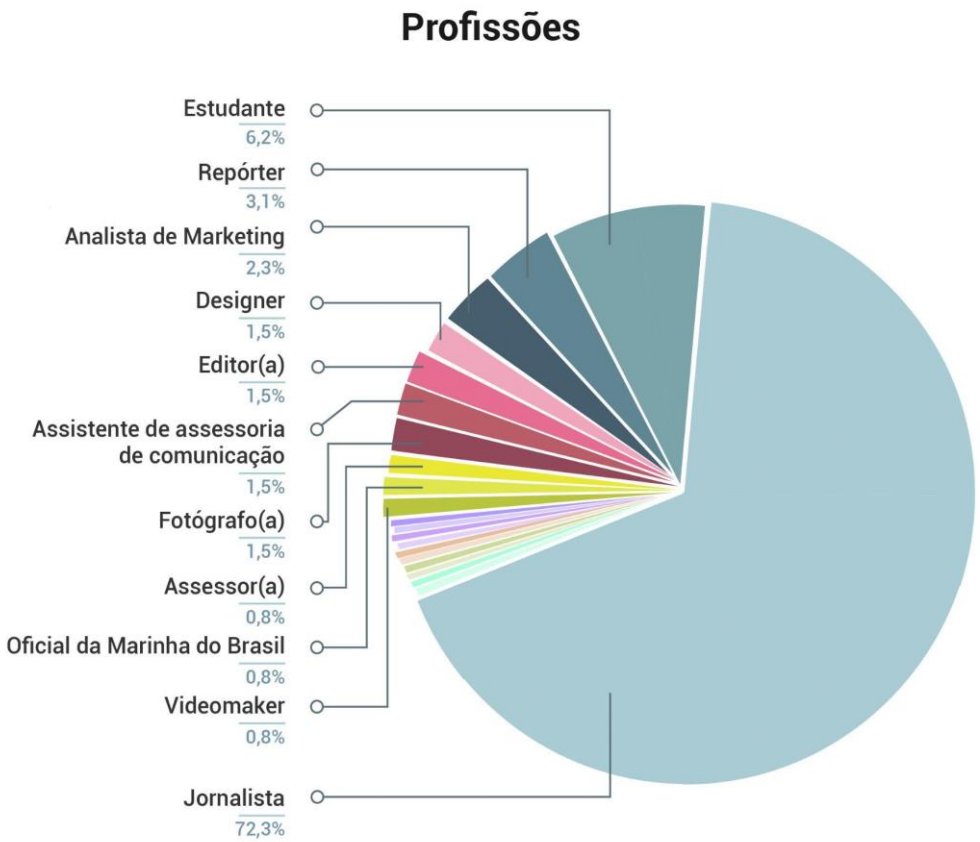
É preciso que a comunidade acadêmica reaja a essa realidade, destituindo a precarização do lugar de prescrição para o estágio no Jornalismo e na Comunicação, seja por meio de um acompanhamento efetivo das(os) estagiárias(os) com encontros periódicos entre professores, estudantes e jornalistas/mentores das organizações; de visitas aos espaços laborais das(os) estudantes e até mesmo pela mediação dos sindicatos, que poderiam atuar como ouvidores desse aprendizado de trabalho ou como representantes das(os) discentes, engajando assim as(os) aprendizes na defesa da profissão e de seus próprios direitos.

4.5 Dados sobre o trabalho profissional de jovens jornalistas cearenses

Mais de 70% das(os) participantes consideram-se jornalistas, no entanto, vale mencionar que muitos responderam à questão "Qual sua profissão?" com o nome do cargo ou da função que ocupam no jornalismo. Os quais não foram reunidos na categoria "jornalista" porque denotam uma identificação maior com a atividade desempenhada do que com a profissão garantida por sua titulação.

A profissão e a ocupação figuram como discursos sociais que amparam construções identitárias de trabalho ancoradas em elementos comuns a um coletivo de sujeitos, como o diploma de graduação, funções e tarefas específicas e outros elementos da cultura profissional (valores, ideologias, mitos, competências etc.) (RIBEIRO, 2014, p. 120). Esse tipo de construção identitária centra-se na atividade, no fazer da(o) trabalhadora(or), cuja importância e centralidade em sua vida se tornam tais que sua identificação subjetiva e reconhecimento social se dão pela atividade de trabalho. "E nesse momento, poder se inserir num trabalho e ser reconhecido pela qualidade do que se faz equivale a uma espécie de certificado de quitação, socialmente dado à pessoa" (REVUZ IN SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 236). Daí a ostentação do ser repórter pelas(os) participantes da pesquisa, exemplo da fusão entre o ser e o fazer no mundo do trabalho.

Gráfico 5 – Profissões declaradas por jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

O ser repórter é incorporado pelas(os) profissionais, tornando-se a imagem de fiador discursivo (MAINGUENEAU; 2020; 2016) que escolhem para representar a si mesmas(os) quando interrogadas(os). A escolha dessa imagem denota também o pertencimento ao mundo ético do jornalismo moderno, onde a(o) repórter é uma figura paradigmática, síntese do ethos jornalístico. (TRAQUINA, 2005a).

Das(os) 131 participantes que responderam à pergunta "Atualmente você trabalha?" 79,2% afirmaram que sim. Entre as(os) que responderam não estar trabalhando, há estudantes de pós-graduação que não consideraram a atividade de pesquisadora(or) como trabalho, pelo menos, frente à atividade jornalística. Podemos inferir que para esta parcela de respondentes, a ideia de trabalho está diretamente associada ao emprego ou ao que Schwartz (2011, p. 23) chama de trabalho "*stricto sensu*", ou seja, o trabalho remunerado, mercantil, situado na sociedade de direitos. Nesse caso, há uma relação sinonímica entre trabalho e emprego, como se apenas o trabalho produtivo, ou seja, atividade cujo resultado implique em mais-valia para o capitalista possa ser considerada trabalho.

As(os) jornalistas que atuam como freelancers também responderam que não estavam trabalhando no momento da aplicação do questionário. As(os) freelancers encontram-se no que Ribeiro (2014) considera um núcleo vulnerável de trabalho, caracterizado por trabalhadores com dificuldades em manter vínculos duráveis. Mas dentro deste núcleo, há trabalhadoras e trabalhadores que, a despeito dessa condição, conseguem permanecer no mundo do trabalho negociando projetos e construindo vínculos temporários. Vale lembrar que a flexibilidade é um dos elementos da tríade da dominação no mundo do trabalho atual, e que as(os) freelancers ficam destituídos de uma remuneração fixa e dos direitos, garantias e proteções que o vínculo formal ainda subsidia. Dessa forma, são sujeitos suscetíveis à degradação do trabalho, provocada por uma precarização estrutural (ANTUNES, 1999), à fragilização da vida sociolaboral e à vulnerabilidade emocional (RIBEIRO, 2014).

O trabalho instável é uma expressão da flexibilidade no mundo do trabalho dos jornalistas, identificada pela maleabilidade de horários, de jornada de trabalho, de vínculos empregatícios e pela impossibilidade de planejamento econômico e até mesmo afetivo (FÍGARO, 2013, p. 46). A flexibilidade é uma contradição do sistema de trabalho contemporâneo, pois pode ser tanto uma faceta negativa quanto positiva do mundo laboral. Leite (2017), por exemplo, identificou entre jornalistas entrevistadas da cidade de São Paulo, algumas que relataram estar atuando como freelancers por escolha, pois podem ter autonomia para selecionar os projetos em que desejam trabalhar e conseguem até mesmo coordenar o trabalho em jornalismo com outras atividades produtivas. O que relativiza a noção de precarização associada a vínculos flexíveis de trabalho para estas jornalistas especificamente.

A situação flexível é partilhada por 17% das(os) respondentes da nossa pesquisa, das(os) quais, 10,8% declararam possuir vínculo de trabalho como freelancers, enquanto 6,2% são prestadores de serviços, tipo de vinculação também instável pela ausência de um contrato duradouro de trabalho.

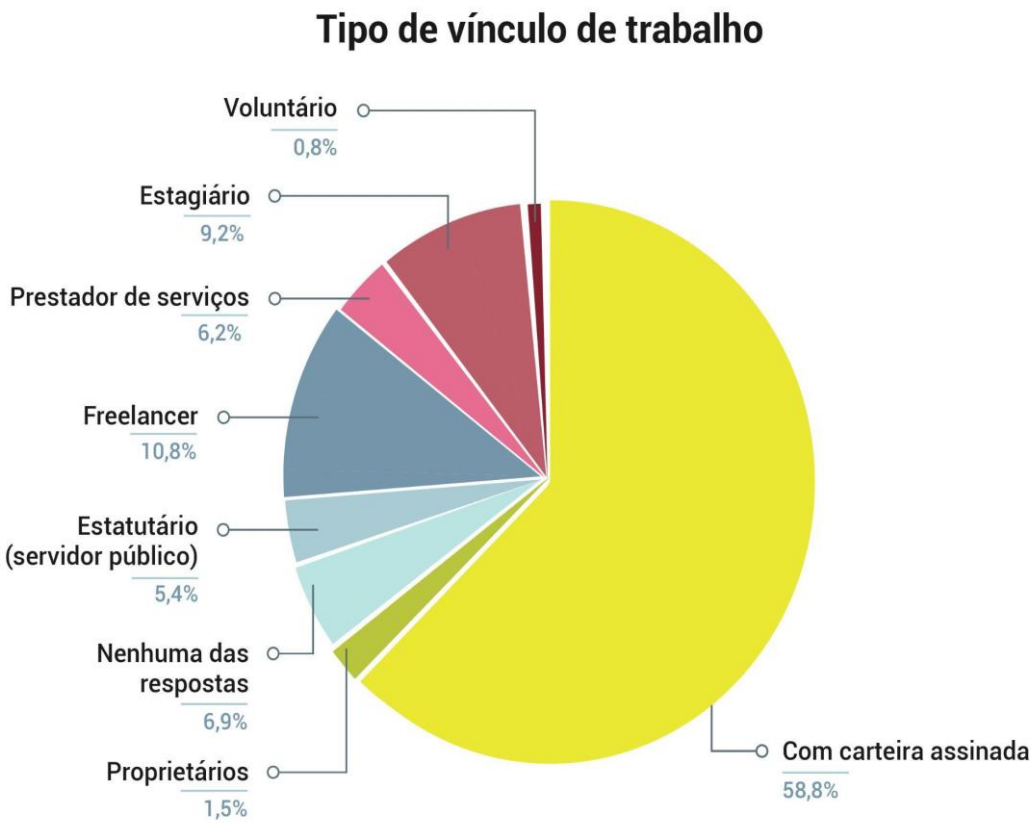
A diversidade de relações de trabalho é marca das reestruturações produtivas, intensificadas nos anos 1990, as quais transformaram também o jornalismo.

> Foi a partir dessa década que aumentou o número de jornalistas contratados sem registro em carteira profissional, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de contratação, com a terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), cooperados e freelancers, entre outros (FÍGARO, 2013, p. 45).

Apesar da realidade flexível, a maioria das(os) jovens jornalistas, 58,5%, possuem ou possuíram vínculos de trabalho estáveis por meio de contratos via carteira de trabalho profissional. Mas isso não quer dizer que elas(eles) consigam necessariamente construir

carreiras de trabalho estáveis, pois como lembra Helena Hirata (2011), no Brasil, mesmo o trabalhador regular, com contrato de trabalho por tempo indeterminado, pode ser alvo da precarização, sobretudo, pelos baixos salários.

Gráfico 6 – Formas de contratação de jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

No jornalismo, a precarização laboral e de vida, desencadeada pela escassez de empregos e pelas raras oportunidades de ascensão profissional, submetem as(o)s jornalistas a carreiras incertas e instáveis (NICOLETTI, 2020, p. 141). Contudo, é relevante a vinculação da maioria de jovens jornalistas cearenses ao sistema estável de emprego, o que os aproxima do perfil do jornalista brasileiro, pois a investigação identificou que 45,8% dos mais de 6 mil participantes válidos possuem vínculo de trabalho estável com carteira de trabalho assinada (PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2021).

Além disso, os dados sobre os vínculos empregatícios das(os) jovens jornalistas revelam particularidades regionais, pois, ao passo que outras pesquisas sobre o trabalho de jornalistas, como a de Fígaro, Nonato e Grohmann (2013), realizada em São Paulo, consideram o trabalho freelancer como característica recorrente no mundo do trabalho do jornalismo, no cenário local,

esse tipo de relação trabalhista é emergente, mesmo as(os) profissionais reconhecendo as dificuldades em entrar no mundo formal do trabalho no jornalismo.

> Continuo desempregada desde que me formei. Tenho poucas expectativas em relação a emprego na comunicação cearense, então estou estudando pra entrar no mestrado e, enquanto isso, dou aulas particulares de inglês, tiro fotos..., mas nada que realmente possa me sustentar (JORNALISTA 110).

Ao enunciar que nenhuma das atividades que realiza como freelancer garante seu sustento, a jovem correlaciona a formalidade com a sustentabilidade. Como adverte Antunes (1999), a informalidade não é sinônimo de precarização, contudo, como ela se expressa por formas de trabalho desprovidas de direitos, aproxima-se da condição de trabalho precário, submetendo o trabalhador a situações desfavoráveis em troca de sua sobrevivência. A jornalista 110, encarna, portanto, o perfil que Antunes (1999) define como trabalhadora informal tradicional e ocasional, caracterizado como alguém que possui um conhecimento profissional mínimo e o utiliza para obter renda, pois ela se vale da expertise com fotografia e língua estrangeira para obter alguma renda, já que não conseguiu adentrar no jornalismo.

Se entrar no mundo do trabalho do jornalismo é difícil, permanecer também não é fácil, tanto que há jovens que, mesmo tendo vínculos estáveis, escolhem sair por não se sentirem confortáveis, seguros ou felizes nesse lugar. “Eu decidi pedir demissão. Já não estava feliz com o que fazia e, pra ser sincero, me frustrei com o mercado de televisão. Pouco investimento, baixos salários e um jornalismo cada vez mais raso e medíocre” (JORNALISTA 53). Esse jovem jornalista escolhe partir da redação de uma grande corporação de mídia, considerada lugar seguro para o labor no jornalismo em todo o século XX, e opta em ficar desempregado ou à mercê da flexissegurança (RIBEIRO, 2014) e da informalidade (ANTUNES, 1999) porque as condições de trabalho eram precárias e não lhe permitiam ser fiel aos valores jornalísticos (TRAQUINA, 2005a).

A descentralização da redação como lócus de trabalho privilegiado traz a reboque mudanças profundas relativas aos saberes, valores e identidades profissionais desencadeadas pela multiplicidade de cargos e funções que jornalistas passam a desempenhar.

4.5.1 Os deslizamentos profissionais no mundo do trabalho do jornalismo

A imagem de jornalista com bloquinho e caneta na mão, na rua, entrevistando, ou na redação, tomando café e digitando vertiginosamente em teclados barulhentos foi uma realidade nos últimos 40 anos de profissão. Hoje, o domínio das palavras vem dando espaço para o manejo dos algoritmos e o jornalista passou de trovador da modernidade a trabalhador

desespecializado, duelando com o romantismo e a precarização em busca de uma conexão, seja com a sociedade ou com a rede de internet mais próxima, para realizar um trabalho que não sabe bem se é jornalístico. Afinal, a diversidade de cargos e funções ocupados por jornalistas borra e amplia as fronteiras da profissão.

A partir das respostas das(os) 131 participantes, foi possível observar a existência de 38 cargos e funções diferentes vinculados ou não ao campo profissional da comunicação e do jornalismo. Destes, temos 19 nomeações diversas que remetem ao universo da comunicação e do jornalismo. Entre as quais, o cargo de **repórter** foi o mais citado com 32 ocorrências. O segundo foi o de **jornalista** com 11 ocorrências e, no terceiro, alocamos 15 ocorrências que fazem referência direta ao trabalho em **assessoria de comunicação e de imprensa**. Destacamos também que funções relativas ao gerenciamento, produção e edição para as **mídias sociais** tiveram 8 citações.

Para entender a natureza do trabalho que as(os) jovens jornalistas realizam é necessário recorrer à descrição das atividades que executam.

Figura 4 - Nuvem de palavras com os cargos/funções das(os) jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

Das(os) 131 participantes da pesquisa, três não responderam à questão “Quais atividades você realiza no seu trabalho atual ou já realizou no último trabalho?”. As demais 128 respostas foram subdivididas em oito quadros organizados a partir do cruzamento entre tipo de organização em que trabalha, profissão declarada, cargos e funções e atividades de trabalho realizadas**.**

Quadro 7 - Jornalistas que trabalham em redações de grandes sistemas de comunicação

Profissão	**Cargo/função**	**Atividades**
Jornalista	produtor e apresentador	produção de conteúdo, escrever roteiro e apresentar programa
Jornalista	repórter de cultura	produção de textos para o caderno de cultura e suas plataformas e realização de coberturas maiores para outros cadernos (eleições, carnaval, ano novo) ou em plantões pontuais
Jornalista	repórter de cidade/cotidiano	apuração e escrita de reportagens e notícias
Jornalista	jornalista	escrever e editar matérias para o jornal impresso
Estudante	estagiário	repórter
Repórter	repórter	produção de notícias para o jornal impresso e algumas vezes participações na rádio com entradas ao vivo
Jornalista	estagiário de fotografia	produção fotojornalística
Jornalista	repórter	produção, apuração, reportagem e edição
Editor de núcleo	editor	pautar e dirigir os produtos audiovisuais
Jornalista	repórter	apuração e escrita de conteúdo jornalístico para jornal impresso, portal online, rádio e TV.
Repórter de fechamento	repórter de fechamento	a atividade é composta por analisar as páginas enviadas à revisão pelos editores de área. Além de ver os títulos, texto e material jornalístico elaborado, questionamentos visuais e ponderações editoriais também podem ser feitos
Repórter	repórter	responsável por apurar e escrever matérias factuais e postar no site e redes sociais

Jornalista	repórter	publicações e criação de conteúdo para rede social
Jornalista	produtor e repórter	produção e reportagem
Estudante	estagiário	na TV, realizava atividades relacionadas à *motion* design, design gráfico e edição de vídeo
Jornalista	editor de primeira página	atualmente, faço parte da produção e edição da capa do Jornal Impresso
Jornalista	jornalista	apuração e produção de notícias, entrevistas, edição de sonoras e locução de matérias para rádio
Jornalista	noticiarista/repórter	noticiário local e nacional, produção de programas de rádio e execução de matérias e reportagens especiais
Jornalista	redatora de mídias sociais	gestão de mídias sociais e produção de conteúdo para essas plataformas
Jornalista	repórter 1	produção e elaboração de pautas de economia
Jornalista	produtor de TV	produção, reportagem, edição e apresentação de TV
Jornalista	estagiário	textos para impresso e web; ao vivo pra TV; redes sociais.
Jornalista	editor temático	minhas funções incluem pautar repórteres e acompanhar o andamento das pautas, participar de reuniões de pauta, editar as páginas de política do jornal, editar textos de política para os demais veículos do Sistema (duas TVs, uma rádio, dois sites) e solicitar equipes de cinegrafista/fotógrafo para pautas de política, além de outras tarefas ligadas à gestão
Jornalista	repórter	reportagem
Jornalista	redator	escrevo notícias para portais

Fonte: autoria própria

Dentre as(os) respondentes, 39 trabalham em redações de sistemas de comunicação locais, regionais ou nacionais. Profissionais repórteres e editoras(es), ao afirmarem que sua profissão coincide com o cargo ou a função que executam, sobrevalorizam um saber-fazer como aporte identitário, dando pistas sobre o mundo ético ao qual pertencem, o mundo do jornalismo moderno, de onde extraem suas imagens de fiador(a) discursiva(o), que presumimos ser a imagem de um jornalista tradicional, balizada no ethos jornalístico moderno.

Neste lócus de trabalho, encontramos a prevalência de cargos/funções tradicionais ao campo do jornalismo, como repórter, produtor(a), redator(a) e editor(a). Entre eles, chama a atenção a performance de multimidialidade exercida pelas(os) jornalistas por meio da produção de matérias para diferentes mídias/suportes e ainda a acumulação de diferentes tarefas sob a rubrica de um único cargo ou função. A multitarefa apresenta-se como realidade no trabalho jornalístico em consonância com a lógica produtiva instaurada no mundo do trabalho (ANTUNES, 1999). Ou seja, as novas habilidades para o trabalho jornalístico decorrem da mudança na organização do trabalho, que deixa de espelhar o modelo fordista com especializações e divisão de tarefas, organizando-se em torno da flexibilidade e da multitarefa. (FONSECA, KUHN, 2009). No jornalismo, a multifuncionalidade apresentou-se como um marcador de precariedade do trabalho, como observou Nicoletti (2020, p. 157), junto a sua amostra de entrevistados, dos quais, mais de 70% das e dos profissionais jornalistas realizavam mais de uma atividade de trabalho durante sua jornada, alguns chegando a executar mais de seis funções em sua rotina. A autora também destaca que a função de repórter é a que acumula mais tarefas, congregando fazeres que não são exclusivos do ato de reportar, mas adentram outras searas do saber-fazer jornalístico.

Além dos cargos tradicionais, profissionais de grandes sistemas de mídia ocupam ainda funções como redatora de mídias sociais, que contempla a produção de conteúdo para as plataformas de redes sociais. Vale destacar também como novidade, a realização de atividades de “publicações e criação de conteúdo para rede social” por um jovem jornalista que ocupa o cargo de repórter, o que mostra um deslizamento de uma função paradigmática do jornalismo que passa a abarcar novas atividades de trabalho relativas à produção de informações para as plataformas digitais, as quais não precisam se orientar necessariamente pelos valores deontológicos do jornalismo. O que pode ser o estopim para uma dramática do uso de si por si mesmo e de si pelos outros deste repórter, afinal, ele precisa também recorrer a saberes diferentes daqueles necessários ao ato de reportar para realizar suas atividades. Contudo, mesmo desempenhando tarefas incongruentes com a tradição do cargo de repórter, ao reforçar

essa nomenclatura, o jornalista em questão escolhe uma imagem do mundo ético moderno do jornalismo como fiador discursivo, talvez como escudo profissional.

Quadro 8 - Jornalistas que trabalham em um único veículo de mídia (revista ou site)

Profissão	**Cargo/função**	**Atividades**
Editora de conteúdo web	editora de conteúdo web	matérias, entrevistas, cobertura de eventos, gestão de redes sociais, produção de vídeo
Jornalista	Jornalista	sugestão e apuração de pauta, produção de conteúdo, cobertura de eventos
Jornalista	Repórter	cobrir as atividades do Congresso Nacional
Jornalista	repórter/redator	redação e reportagem de conteúdo para impresso e mídias sociais.
Jornalista	repórter/fotógrafo	cobertura fotográfica de eventos
Fotógrafa/ Filmaker	prestei serviços para sites de gastronomia	fotografava como freelancer, também escrevi textos como jornalista freelancer

Fonte: autoria própria

Identificamos que 6 jornalistas trabalham em um único veículo de mídia, no caso, em um site ou revista com diferentes vínculos de trabalho, tanto sob a forma de carteira assinada, como de modo informal, freelancer. É válido mencionar que alguns desses veículos se enquadram como arranjos independentes e/ou alternativos de trabalho no jornalismo, pois são coletivos ou iniciativas individuais declaradas independentes ou alternativas às grandes corporações de mídia pela orientação editorial ou pelos modos de sustentabilidade (COSTA et al, 2020; FÍGARO et al, 2018).

Entre as(os) respondentes, chama a atenção aquela que declarou como profissão "editora de conteúdo web", homônimo do cargo ocupado, cujas atividades envolvem realização de "Matérias, entrevistas, cobertura de eventos, gestão de redes sociais, produção de vídeo". Neste escopo de ações, encontramos atividades tradicionais ao trabalho jornalístico e a gestão de redes sociais, esta última expressão abrangente que envolve sobretudo o manejo das dinâmicas algorítmicas das plataformas digitais que se apresentam assim como normas antecedentes para o trabalho jornalístico.

É marcante ainda a identificação da jornalista com o cargo que realiza, fenômeno observado no quadro 7, quando repórteres e editoras(es) identificam sua profissão com os cargos que ocupam. Contudo, no caso da editora de conteúdo web, sua identificação de trabalho ancora-se em um cargo ou função que não figura na deontologia moderna da profissão. Apesar de editor ser uma função tradicional no mundo do trabalho jornalístico, o complemento "conteúdo web" aponta para uma hibridização do jornalismo com outras atividades no campo da comunicação, pois é um termo aberto que, aparentemente, não restringe a atuação da jornalista à produção informativa e/ou noticiosa. Dessa maneira, o mundo ético acessado por essa jornalista para se identificar tem elementos da deontologia moderna do jornalismo e de uma deontologia, digamos assim, alternativa, construída pela hibridização de práticas provenientes de outras profissões.

Quadro 9 - Jornalistas que trabalham em agências de comunicação, publicidade e marketing

Profissão	**Cargo/função**	**Atividade**
Jornalista	gerente de comunicação digital	gestão de equipe direta e integração com times de RP/Relacionamento com a Mídia/Publicidade, Mídia Performance e Conteúdo Multimídia
Analista de estratégia digital	analista de estratégia digital	criação de conteúdo, planejamento e estratégia de comunicação digital
Jornalista	analista de comunicação	acompanhamento de imprensa, produção de conteúdo, contato com as redações, relações públicas, planejamento de comunicação e outras atividades de assessoria de comunicação
Jornalista	produtor	produtor de conteúdo, textos e pautas para um portal e para um programa de TV
Jornalista	analista de comunicação	planejamento de comunicação, gerenciamento de redes sociais, coordenação de ações de assessoria de imprensa, comunicação interna, estratégia de inbound marketing

Jornalista	redatora	produção de conteúdo focado em marketing digital
Jornalista	mídias sociais	publicação de conteúdo de clientes da agência no Facebook, Instagram e LinkedIn
Jornalista	analista de mídias sociais	redação de textos para redes sociais, análise de resultados nas plataformas digitais e planejamento com o cliente
Jornalista e Produtora de Conteúdo Digital	trainee - produção de conteúdo digital	monitoramento e produção de conteúdo digital, cobertura de eventos, elaboração de campanhas, ações on e off de contato com imprensa e influenciadores
Assistente de Assessoria de Imprensa	Assistente de Assessoria de Imprensa	atendimento à imprensa, gestão de redes sociais, organização de eventos e produção de releases
Jornalista	editora	produção de entrevistas e matérias, revisão e edição
Jornalista	produtora	reunião de pauta, produção de entrevistas
Produtora Cultural	produtora cultural	desenvolvimento de projetos culturais, inscrições em editais, elaboração de projetos de captação, comunicação, produção de bandas, produção de campo, pré-produção de eventos no geral, prestação de contas de projetos culturais, escrita de releases, dentre outros
social media	social media/design	produção de peças e redação de textos para redes sociais, monitoramento, planejamento e programação dessas redes
Jornalista	analista de comunicação	assessoria de imprensa

Fonte: autoria própria

Dentre as(os) participantes da pesquisa, 15 são jornalistas que atuam em agências de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing. No Quadro 9, assim como nos dois último, observa-se o fenômeno de repetição do cargo e função na profissão declarada. Aqui, destacamos as(os) respondentes que se declararam “produtora cultural” e “jornalista e produtor

de conteúdos digitais". Nestes casos, pode-se fazer uma leitura de que a produtora cultural, apesar de graduada em Jornalismo, não se reconhece como jornalista por não realizar trabalho jornalístico. Já o jornalista e produtor de conteúdos digitais, ao destacar duas atividades profissionais distintas, reconhece que há ações na sua rotina de trabalho que não são jornalísticas. Observando as atividades descritas por ele, percebe-se que suas tarefas envolvem ações do campo da Publicidade e Propaganda e da Assessoria de Comunicação, o que nos mostra que para exercer a função de produtor de conteúdo digital é necessário lançar mão de saberes provenientes de outras áreas de formação no campo da comunicação. O domínio desses outros saberes é suficiente para que este jornalista construa uma imagem de si híbrida, associada a mundos éticos diferentes que se encontram na realidade concreta de trabalho.

Ainda sobre a aplicação de saberes provenientes de outras áreas profissionais pelas(os) jornalistas que atuam em agências de comunicação, de publicidade e de marketing digital, observamos o caso do profissional que ocupa o cargo de gerente de comunicação digital, o qual, dentre suas ações, abarca atividades provenientes das Relações Públicas. É importante destacar que no Ceará não há curso superior específico de Relações Públicas, portanto, as(os) profissionais que desempenham esse papel são graduadas(os) em outras áreas da Comunicação. Os saberes investidos para o exercício dessa função são adquiridos em cursos de formação complementares (MOLIANI, 2020) ou por meio das trocas de experiências no cotidiano de trabalho, quando as(os) jornalistas renormalizam suas atividades a partir dos saberes instituídos do Jornalismo em prol de objetivos de trabalho e valores diferentes daqueles apregoados pela deontologia jornalística.

Entre os cargos e funções do Quadro 9, encontramos o de produtora e editora, que abrangem atividades tradicionais e saberes instituídos do jornalismo, contudo, orientados para finalidades diferentes da jornalística e com valores também diversos do jornalismo, pois se trata de um jornalismo empresarial (KUNSCH, 1997), cuja linha editorial se orienta pelos valores que norteiam o negócio ou a missão da organização em questão.

A função de analista de comunicação apresenta certa regularidade de atividades conforme as respostas condensadas no Quadro 9. Observamos a mescla de atividades próprias do cargo de assessoria de comunicação com aquelas do campo da relações públicas e a produção de conteúdo, uma atividade de trabalho nova que, conforme observamos nos últimos quadros, atravessa o campo da comunicação em diferentes tipos de organização. Podemos arriscar afirmar que a natureza do conteúdo produzido especificamente para as redes sociais varia de acordo com os objetivos da organização, podendo ter viés mais jornalístico e informativo, ou ser conteúdo de caráter mais publicitário e de promoção de marca ou pessoa. Afinal, como

lembra Schmitz (2017), a alcunha conteúdo abarca uma variedade de formatos e de tarefas comunicacionais, que vão desde os jornalísticos a novos formatos semióticos, sendo um trunfo para a hibridização do jornalismo com o marketing.

Para encerrar as considerações sobre esse grupo, destacamos que elas(eles) também realizam múltiplas atividades, assumindo o perfil de profissionais polivalentes e multitarefas.

Quadro 10 - Jornalistas que trabalham em veículos de comunicação vinculados a instituições públicas

Profissão	**Cargo/função**	**Atividades**
Videomaker	videomaker	gravação e edição de vídeos
Jornalista	social media	sou encarregada de responder perguntas que chegam na página do governo (essa dividimos com uma agência de publicidade), fazer alterações no site do governo. Mas, como faço parte da equipe de web, dividimos algumas tarefas como relatórios sobre nossas redes sociais, monitoramento etc.
Jornalista	repórter	acompanhar o prefeito durante eventos ou pautas específicas da prefeitura, redigir para o portal, apuração em trabalhos internos da comunicação
Mestranda/fotógrafa/roteirista	pesquisadora/freelancer	crio, para projetos musicais de fortaleza, ambientações visuais, tanto que resultem em capas de álbum, quanto em videoclipes, assim como em criar um espaço que se perpetue em futuras criações. Também escrevo roteiro para cinema. E pesquiso e estudo para a conclusão do mestrado
Jornalista	estagiária	produção de reportagens, roteiros e entrevista, edição e locução
Jornalista	jornalista	apuração e produção de notícias, entrevistas, edição de sonoras e locução de matérias para rádio
Jornalista	assistente de comunicação	produção e edição de matérias para o site da rádio. Produção e apresentação de programas

		radiofônicos
Jornalista	bolsistas de extensão - produção	produção radiofônica
Jornalista	repórter do portal	cobertura de comissões, audiências, solenidades e plenário, entre outras
Estudante	redator, produtor e locutor de um programa de rádio	produzir em todos os âmbitos uma matéria de cinco minutos em uma rádio
Jornalista	repórter	realização de entrevistas. Sugestão de pautas. Produção de reportagens. Apoio a produção de alguns programas. Edição de áudio
Jornalista	radialista	trabalho em uma rádio; então faço roteiros, programas, locução, spots etc.
Servidor público	assistente em comunicação	durante o último ano, realizei atividades típicas da Ouvidoria e também relacionadas à minha formação, como produção de matérias pro site da Ouvidoria. Atualmente, edito e redijo as atas do Conselho Universitário

Fonte: autoria própria

Na pesquisa, 15 jovens jornalistas trabalham ou trabalharam em veículos de comunicação vinculados a instituições públicas. No Quadro 10, sintetizamos as respostas, evitando repetições. O que a leitura desses dados nos mostra é que a maioria atua ou atuou em rádios, realizando atividades de produção, reportagem, edição e locução, tradicionais ao trabalho jornalístico neste suporte. As(os) participantes que responderam “estudante” estavam se referindo ao último trabalho na comunicação/jornalismo que tiveram, no caso, o estágio.

Atrai a atenção, no quadro, a mestranda, fotógrafa e roteirista que apresenta o tipo de relação de trabalho que mantém com seus parceiros no campo da função, identificando-se como freelancer. Afirmar-se como freelancer pode ter um duplo sentido, primeiro indicar a flexibilidade de trabalho desta profissional ou apontar para a precarização das condições de trabalho (FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013). Com essas três definições, a jornalista constrói a imagem de fiadora polivalente, uma trabalhadora que “se vira” na informalidade.

Há uma prevalência, nesse grupo, de atividades diretamente vinculadas ao universo do jornalismo, com a exigência de performances de polivalência e multitarefa. Como exceção,

tem-se a jornalista que tem cargo de social media e se encarrega de fazer a mediação de comentários de uma página de um governo local, exercendo um saber comunicacional dialógico para interagir com os seguidores da página e mediar suas demandas por informações. E temos ainda o servidor público, que realiza atividades de comunicação e jornalismo.

Quadro 11 - Jornalistas que trabalham em assessorias de comunicação de instituições públicas

Jornalista	**Cargo/função**	**Atividades**
Jornalista	jornalista na assessoria de comunicação	cuido das redes sociais e faço o design de eventos internos
Assistente de Assessoria de Imprensa	técnico em atendimento (Desvio de função por terceirização)	atendimento à imprensa, produção de releases e matérias, produção e cobertura de eventos.
Jornalista - assessora	assessor de comunicação	elaboração de releases, produção de matérias, acompanhamento de entrevista, análise de discurso, mídias sociais
Estudante	estagiário de comunicação	clipping, acompanhamento de imprensa, redação de notícias e releases, produção de material fotográfico, planejamento de comunicação
Designer	designer	criação de material gráfico impresso e online, controle de orçamento e compra, atendimento junto a fornecedores, elaboração de publicações editoriais diversas (relatórios, projetos de captação, apresentações, etc.), gerenciamento de marca
Jornalista	assessora de comunicação	assessoria de comunicação e coordenação de gabinete
Analista de comunicação	analista de comunicação	praticamente todas envolvendo Jornalismo e Publicidade aplicados à comunicação organizacional pública
Jornalista	jornalista	produção de notícias e reportagens, relacionamento com a imprensa, rotinas de assessoria de comunicação, cobertura de eventos e participação na elaboração de

		comunicação estratégica da companhia
Jornalista	jornalista	planejamento, produção de conteúdo para impressos e para redes sociais na internet, além de peças gráficas e fotografia
Jornalista	jornalista	sou responsável por assessoria de imprensa, gerenciamento de redes sociais, produção de conteúdo para veículos de comunicação interna e externa
Jornalista	jornalista de ambiente web	produção de conteúdo para redes sociais, gerenciamento de mídias e produção de conteúdo para portal corporativo
Jornalista	editor de mídias	produção de releases, relacionamento com a imprensa, cobertura de eventos etc.
Jornalista	jornalista / técnica administrativa	fotógrafa, revisora, redatora, diagramadora, designer, assessora
Jornalista	jornalista	produção de programa de rádio e podcast / Produção de vídeos / Atualização de site e redes sociais / Entrevistas / Fotografia / Fiscalização de contratos

Fonte: autoria própria

Identificamos 18 jovens jornalistas trabalhando em departamentos ou setores de comunicação de instituições públicas. Destes, quatro demarcam sua identidade por meio do cargo que ocupam: designer, assessor, assistente e analista de comunicação. As(os) analistas de comunicação, assistentes de comunicação e assessoras(es) apresentam atividades de trabalho comuns aos cargos e funções que ocupam, enquanto o designer é quem tem tarefas que mais se distanciam do saber-fazer jornalístico, muitas delas, inclusive, não versam apenas sobre a criação gráfica própria do design, se estendendo para tarefas da Administração e do Marketing. Fenômeno que também ocorre com o jornalista que além de acumular tarefas próprias do trabalho em jornalismo e em assessoria de comunicação, ainda realiza a fiscalização de contratos, ação que pode ser atribuída a uma (um) administrador e não a uma (um) jornalista.

Esses exemplos revelam os deslizamentos das atividades de trabalho entre as profissões do campo da comunicação e a hibridização da comunicação com outras profissões, o que requer

conhecimentos que não costumam estar no rol de saberes instituídos do Jornalismo. Esses profissionais precisam renormalizar seu saber-fazer de forma a alcançarem seus objetivos de trabalho. Em razão disso, podemos considerar que suas imagens de si remetem a mundos éticos que diferem do mundo do jornalismo, portanto, suas escolhas em se identificarem com as funções que realizam, mais do que com a profissão de formação, podem ser explicadas por essa distância ética do jornalismo, impedindo-os assim de encarnarem o ethos da profissão.

A tônica de polivalência e multitarefa observada nos quadros anteriores se repete. Merecem destaque o analista de comunicação que afirma realizar "praticamente todas (atividades) envolvendo Jornalismo e Publicidade aplicados à comunicação organizacional pública", o qual acumula saberes instituídos de outra área de formação, mobilizados com objetivos que diferem dos jornalísticos, tanto que o profissional não se identifica como jornalista, o que mostra a distância estabelecida entre as normas antecedentes da profissão e sua realidade concreta de trabalho.

Tem-se ainda o jornalista de ambiente web que apresenta repertório de saberes relativos às mídias digitais, congregando desde conhecimentos do Jornalismo aos saberes investidos provenientes das plataformas digitais. Apesar dessa hibridização, o profissional se reconhece como jornalista, fortalecendo sua vinculação identitária com a profissão.

Quadro 12 - Jornalistas que trabalham em departamentos ou setores de comunicação e marketing de empresas privadas

Profissão	**Cargo/função**	**Atividades**
Jornalista	assistente de comunicação	produção de textos jornalísticos, atualização de canais corporativos internos, acompanhamento de redes sociais corporativas, produção de mensurações de canais de comunicação
Jornalista	analista	cuido das redes sociais e da comunicação interna
Jornalista	jornalista	comunicação interna, fotografia, edição de vídeos, assessoria de imprensa, produção de conteúdo online e gestão de mídias digitais
Analista de marketing	analista de marketing	trabalho como analista de marketing em uma empresa, produzindo conteúdo para todas as mídias (online e offline),

		roteirizando roteiros, ajudando em inbound marketing e captação de leads, e brifando agências diretamente
Jornalista	jornalista II	atendimento à imprensa, clipagem, apresentação de vídeos institucionais, produção de textos para revista da empresa
Analista de marketing	analista de marketing	todas as atividades relacionadas ao setor de marketing
Jornalista	analista de marketing	social media, planejamento de marketing, acompanhamento da assessoria de imprensa, acompanhamento de entrevistas, textos para diversas demandas
Designer gráfico	diretor de arte	criação de peças publicitárias e comunicação visual em meios online e offline
Estudante	estagiária	comunicação interna
Analista de marketing	analista de marketing	todas as atividades relacionadas à Comunicação
Jornalista	social media	captação de alunos via redes sociais/ fotografia/publicações em redes sociais/ edição e revisão de textos
Comunicadora	assessora de comunicação	atividades de marketing da instituição
Jornalista	produção de textos com teor publicitário	revisão de texto, produção de textos para apostilas etc.
Jornalista	assistente de conteúdo	produção de texto; curadoria, edição e revisão de material impresso, audiovisual ou para veiculação on-line
Jornalista	gerente	gerenciamento de equipe

Fonte: autoria própria

Identificamos 15 jovens trabalhando nos setores de comunicação e marketing de empresas privadas. Dentre eles, há a prevalência da função de analista de marketing, a qual envolve uma diversidade de atividades, muitas delas comuns ao ofício do jornalismo e da

publicidade e propaganda. É interessante frisar que os conhecimentos relativos ao marketing[63], uma comunicação mercadológica, são mais correntes nos saberes instituídos do curso de Publicidade e Propaganda e de Relações Públicas do que do curso de Jornalismo propriamente. Portanto, observamos mais uma vez que estas e estes analistas de marketing precisam renormalizar as atividades jornalísticas para a realização de um trabalho com outras finalidades.

O distanciamento das atividades que as(os) analistas de marketing realizam com o que consideram ser o trabalho jornalístico pode justificar a identificação profissional delas e deles com esse cargo ou função em lugar da formação como jornalista. Ou seja, constroem imagens de si que não estão no mundo ético do jornalismo a ponto de não se identificarem com o ethos jornalístico moderno. É necessário destacar que estas e estes profissionais também são polivalentes, o que fica nítido no número de atividades enumeradas pelas(os) respondentes.

Entre as demais respostas, destaca-se como atividade que foge ao escopo do trabalho em comunicação a descrita pelo jovem que é social media e realiza, além das tarefas comunicacionais, a captação de alunos via redes sociais. Podemos inferir que esta atividade caberia a um(a) profissional da área comercial. Contudo, pelo cargo de *social media* ter uma aparição recente no espectro do mundo do trabalho e não estar regularmente associado a um campo de conhecimento específico, ele favorece essa confluência de atividades de trabalho de naturezas diferentes que implicam em um acúmulo de tarefas, marca da precarização do trabalho na contemporaneidade (ANTUNES, 1999, 2018).

Chama a atenção ainda nesta amostra a(o) assistente de conteúdo, cargo que abrange saberes instituídos da área jornalística, mas que, neste caso, são aplicados ao desenvolvimento de um trabalho com objetivos diferentes daqueles do jornalismo, que se escondem sob a rubrica "conteúdo", um termo, como já apontamos, indicativo da hibridização das profissões da comunicação, podendo ser expresso por meio de formatos que ora lembram os noticiosos, ora se assemelham aos publicitários.

Quadro 13 - Jornalistas que trabalham em organizações não-governamentais, organizações sociais, organizações religiosas, entidades sem fins lucrativos, partidos políticos e entidades de classe

Profissão	Cargo/ função	Atividades

[63] Em linhas gerais, um profissional da área de marketing elabora e executa estratégias comunicacionais focadas ora no cliente ora no produto com vistas ao aumento da rentabilidade do negócio (ANHANGUERA, 2021). Disponível em https://blog.anhanguera.com/profissional-de-marketing/. Acesso em 02 de novembro de 2021.

Jornalista	estagiária de assessoria de imprensa	assessoria de imprensa (escrever releases, monitorar clipping, acompanhar entrevistas, escrever conteúdo de *branded content* etc.)
Jornalista	assessora de imprensa	acompanho os diretores em viagens, pautas externas; faço cobertura de reuniões internas quando necessário; escrevo e publico conteúdo dessas atividades no site da instituição; produzo releases e avisos de pauta para a imprensa; atendo a imprensa quando os veículos de comunicação nos demandam; às vezes, fotografo alguns eventos, reuniões; atualizo, principalmente, perfil do Facebook e do Twitter da instituição
Jornalista	social media e assessora de imprensa	release, atendimento à imprensa, atualização de redes sociais e de site
Comunicador social	organizador de evento, bolsista	confecção de decoração, recepção e orientação para congressistas, apoio institucional
Jornalista/ Redator	redator	produção, apuração e redação de conteúdos para o site da instituição
Jornalista	assessora de imprensa	assessoria de imprensa e comunicação, produção de evento, social mídia, fotografia, direção de arte, revisão e produção de textos
Jornalista	comunicação popular / design gráfico	acompanhamento das ações da instituição (visitas de campo, intercâmbios, atividades dos projetos) e produção de notícias, sistematizações de experiências, fotografia e material para rede social. Realização de oficina de comunicação popular e materiais de comunicação (design e produção gráfica)

Fonte: autoria própria

Entre as(os) jovens jornalistas, 7 trabalham em organizações não-governamentais, organizações sociais, religiosas, entidades sem fins lucrativos, partidos políticos e entidades de classe realizando atividades de assessoria de comunicação, de redação, de produção de conteúdo para mídias sociais e organizando eventos. Vale destacar o profissional que se

identifica como Comunicador Social, nomenclatura do curso de Jornalismo da UFC até 2013. Quando este jovem ingressou no curso, em 2012.1, ele ainda se denominava Comunicação Social, com habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda, uma herança da reforma educacional do fim dos anos 1960, que tentava congregar a polivalência do comunicador com as especificidades do trabalho nas indústrias de comunicação nacionais (MEDITSCH, 1992).

É interessante também observar o caso do jornalista que desempenha funções de comunicador popular e designer gráfico, realizando assim uma variedade de atividades que requerem saberes de narração (TRAQUINA, 2005b) e de composição (FÍGARO et al, 2021b) para diferentes mídias e o manejo de diversos formatos jornalísticos textuais e imagéticos. Essa versatilidade coincide com a polivalência produtiva. Entre as(os) demais respondentes que atuam como assessoras(es), percebe-se, nas descrições de seus fazeres, uma pluralidade de atividades que permite sua classificação como profissionais polivalentes e multitarefas.

Quadro 14 - Jornalistas que trabalham em editoras, instituições de ensino, como empresários e fora do campo da comunicação

Profissão	**Cargo/função**	**Atividades**
Jornalista	assistente de conteúdo	revisão, produção de conteúdo, elaboração de apresentações, contato com assessoria
Empresária/ Mestranda/ Professora	gestora e professora	gestão de comunicação; administração e ensinar disciplina de Gestão de Marketing e Gestão de Vendas
Revisora textual	revisora textual	revisão de textos
Analista de banco de dados	analista de banco de dados	desenvolvimento de estruturas de extração, transformação e carga de dados (ETL); análise de dados e desenvolvimento de regras de negócio; programação de réguas automáticas de envios de e-mail marketing
Jornalista	professor substituto	Ministro aulas e coordeno um projeto de extensão
Jornalista	editora de textos júnior	edição de textos conforme o nível de ensino; análise de conteúdo e sequência didática; análise, solicitação e aprovação de

		imagens, ilustrações, mapas e outros recursos visuais; planejamento visual de material didático; contato com autores e novas obras; elaboração de questões e de orientações didáticas para o professor
Jornalista	assistente de conteúdo	pesquisa e redação de livros, ebooks, apostilas e seminários relacionados a perfis comportamentais e orientação vocacional
Jornalista	professora	aulas e cursos
Professor de português	professor/coordenador de curso	programação do plano de estudos; lecionar
Jornalista	au pair	cuidar de crianças
Jornalista / tradutor	tradutor	tradução de texto (francês - português) e transcrição de áudio (português de Portugal)
Jornalista	sócia-proprietária	atendimento, mídias sociais, bartender, controle de estoque, caixa
Oficial da Marinha do Brasil (Especialidade Comunicação Social)	Guarda-Marinha (aluno de curso de formação)	Devido ao regime de curso, ainda não atuei em minha área na Marinha

Fonte: autoria própria

O Quadro 14 apresenta atividades e funções de 13 jovens jornalistas. É interessante perceber que mesmo não realizando atividades diretamente relacionadas ao mundo do trabalho do jornalismo ou da comunicação, 08 destas(es) profissionais se reconhecem como jornalistas. O que nos permite inferir que essa vinculação se deve ao fato de lançarem mão dos saberes instituídos de sua formação para a realização das atividades de trabalho ou ainda ao fato de elaborarem imagens de si próximas ao ethos jornalístico em busca de reconhecimento social.

Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) creditam à capacidade de produção discursiva, de síntese e de pesquisa da(o) jornalista as razões dela(e) ser requisitada(o) para assumir diferentes funções. É o que podemos perceber pelos cargos que as(os) participantes da pesquisa ocupam, muitos até mesmo fora dos campos do jornalismo e da comunicação. Se levarmos em consideração também que as competências comunicativas e do manuseio das linguagens, de modo geral, passaram a ser mais valorizadas com a transformação produtiva, sendo

fundamentais no desenvolvimento das competências cognitivas dos trabalhadores (BOUTET, 2006; KUENZER, 2003; 2005), as(os) jornalistas e as(os) comunicadoras(es) de um modo geral são trabalhadoras(es) importantes para esse sistema, não se restringindo apenas ao trabalho *stricto sensu* na comunicação.

É interessante observar que neste grupo não há profissionais desempenhando atividades clássicas ao jornalismo moderno. Talvez aquele que mais se aproxime desse universo seja o professor substituto que leciona Jornalismo e, portanto, lida diretamente com saberes instituídos do campo profissional.

Dando continuidade à nossa descrição analítica a partir das respostas relativas à profissão, cargos, funções e atividades, foi possível identificar 32 atividades de trabalho[64] diferentes realizadas pelas(os) participantes da pesquisa. No ranking das atividades que dialogam com o jornalismo, temos:

Quadro 15 – Síntese de diferentes atividades de trabalho[65]

Atividade	**nº de jovens jornalistas que a realizam**
Produção e redação de notícias, matérias, reportagens e textos para TV, web e rádio	56
Edição para impresso, web, TV e rádio	21
Gestão de redes sociais	21
Produção	20
Atendimento à imprensa e assessoria de imprensa	18
Produção e criação de conteúdo	17

Fonte: autoria própria

Esse dado nos mostra a prevalência de atividades tradicionais ao mundo do trabalho de jornalistas, requerendo das(os) jovens profissionais a performance dos saberes instituídos de sua formação. Chama a atenção nesse ranking, a gestão de mídias sociais e a produção e criação de conteúdo, que estamos considerando como novas atividades de trabalho na comunicação, as

[64] Incluímos nessa contagem todos os profissionais que responderam à questão, inclusive aqueles que não se identificam profissionalmente como jornalistas.
[65] É importante lembrar que a totalização do número de jovens que realizam atividades relacionadas ao jornalismo ultrapassa o de 131 participantes porque os profissionais realizam mais de uma atividade de trabalho.

quais se aproximam do que Virgínia Fonseca e Wesley Kuhn (2009) chamam de "fornecedor de conteúdo", profissional destituído da pretensão de interpretar a realidade social. Perfil que é identificado pelos autores com o desenvolvimento do jornalismo feito para a internet, trabalho que Fígaro, Nonato e Grohmann (2013) consideram como a marca de uma geração que produz jornalismo com novas mídias.

A emergência dessas atividades tem relação com a nova organização produtiva no jornalismo decorrente de transformações particulares, sendo, uma delas, a plataformização da sociedade (VAN DIJCK; POELL; WALL, 2018). Mas a influência das plataformas não se restringe aos formatos e linguagens das produções, conforme Van Dijck, Poell e De Wall (2018), na balança comercial das notícias, as organizações midiáticas estão perdendo mais do que ganhando, pois, gradativamente renunciam ao controle sobre a distribuição, monetização e curadoria das notícias. Sem mencionar a tensão instalada entre a autonomia jornalística e a dataficação. Apesar de todas essas ingerências, estar fora das plataformas, sejam elas sociais ou de infraestrutura, pode ter um custo muito alto para o jornalismo, indo da invisibilidade à improdutividade. Daí o investimento das empresas jornalísticas em novas estratégias publicitárias e de produção informativa exclusivas para as plataformas de redes sociais, como forma de angariar receita e visibilidade, dando origem assim à função de mídia social.

O trabalho como social media ou de produção e criação de conteúdo aponta para as contradições inerentes à supressão das barreiras ou limites entre as profissões (FÍGARO et al, 2021a). A hibridização entre as profissões é uma realidade no mundo do trabalho e implica em um debate de valores profissionais, pois as deontologias próprias de cada profissão apontam para objetivos de trabalho diferentes e se amparam em valores sociais também diversos que, por sua vez, podem coincidir ou não com os valores das próprias plataformas digitais. Considerando-se que as identidades de trabalho se erigem também a partir das atividades, observamos, com os quadros descritivos das profissões, cargos e funções das(os) jovens jornalistas, duas formas de identificação profissional, ora ancorada na profissão por formação e ora na atividade de trabalho. Portanto, um novo saber-fazer, como o relativo à gestão das mídias sociais, pode mobilizar um saber-ser diferente e um ethos profissional singular, que não coincide com os ethos jornalístico moderno (TRAQUINA, 2005a).

É interessante destacar funções e atividades como "comunicação corporativa; estratégia de comunicação; analista de comunicação; analista de estratégia digital" que remetem a uma dimensão da comunicação que se aproxima do negócio, da comunicação como produto comercial, e "clamam pela formação de um jornalista com olhar de administrador de negócio" (FÍGARO, 2013). Essa(e) jornalista de negócios renormaliza seus saberes com vistas ao alcance

de objetivos de trabalho assentados sobre valores claramente dimensionáveis (SCHWARTZ, 2011), alinhados com a acumulação de mais-valia, os quais diferem em substância dos valores jornalísticos modernos, ancorados no iluminismo e na defesa da democracia (TRAQUINA, 2005a; MORETZSOHN, 2013; FERNANDES, 2019). Portanto, a hibridização das profissões pode se apresentar como uma dramática do uso de si por si mesmo e de si pelos outros para as(os) jornalistas de negócios e para quem atua como mídia social, produtor(a) e criadores(as) de conteúdo. Afinal, no real do trabalho, elas e eles se deparam com valores organizacionais e mercadológicos ordenadores de uma nova atividade de trabalho diferentes daqueles provenientes da deontologia moderna do jornalismo.

4.5.2 As condições materiais do trabalho de jovens jornalistas

Conforme nossos dados, 36,5% das(os) jovens jornalistas trabalham em corporações jornalísticas, enquanto 23,1% estão em setores de comunicação de instituições públicas; e 15,4% estão vinculados a setores de comunicação de organizações privadas. Nenhum(a) jornalista declarou estar trabalhando em arranjos jornalísticos alternativos e/ou independentes às corporações de mídia[66].

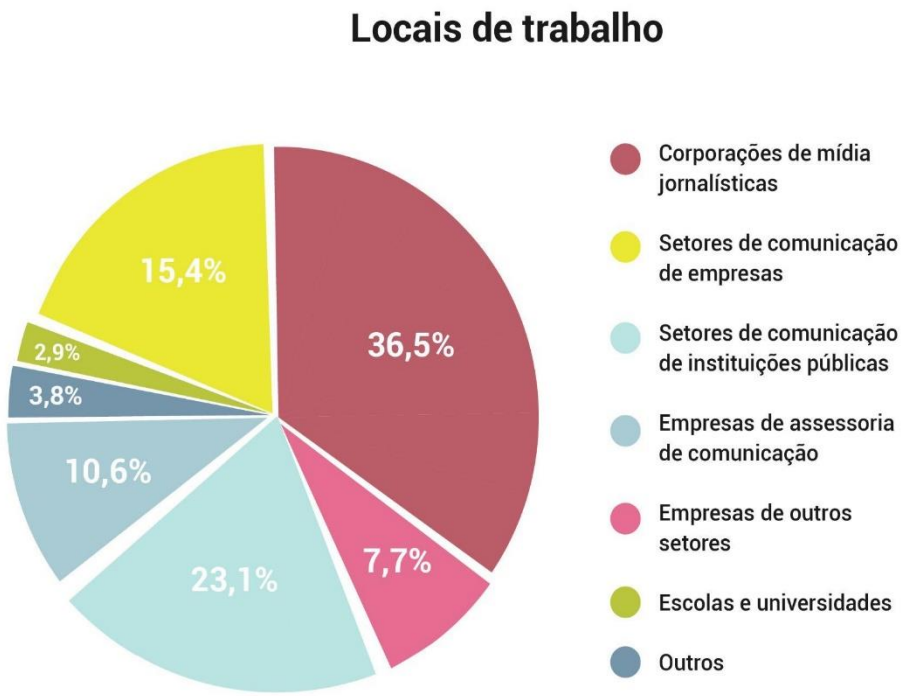
Entre as organizações midiáticas onde as(os) jovens jornalistas trabalham, os sistemas O Povo e Verdes Mares são os que mais contrataram egressas(os) da UFC, confirmando o que foi observado no eixo formação, quando se verificou que esses sistemas acolheram a maioria de estagiários. Os dados nos orientam a perceber a redação ainda como lugar central no jornalismo cearense. Ou, pelo menos, o *locus* onde as(os) jovens profissionais iniciam suas trajetórias de trabalho, as quais podem continuar em outros lugares no mundo da comunicação. No jornalismo, as crises multidimensionais que castigam a profissão (CHRISTOFOLETTI, 2019) tendem a encurtar as carreiras de quem trabalha na mídia. Foi o que Quesada, Xavier e Pontes (2020, p. 10) observaram ao investigar mudanças nas trajetórias de 517 jornalistas brasileiros. Eles concluíram que:

> (...) praticamente metade dos jornalistas migrou de área de atuação em 2017, comparado a 2012, sendo que apenas 49,5% permaneceram em funções jornalísticas na mídia. Esse número é extremamente expressivo, e evidencia os impactos da crise sobre a categoria. Dos que não permaneceram na mídia, 17,8% estavam desenvolvendo atividades como assessores de imprensa. Há uma pequena parcela que passou a exercer a docência, que representa 3,5% do total. Mas outro número que chama muita atenção é a quantidade de profissionais que não estão em nenhuma das categorias descritas anteriormente, que totalizam 29,2%. Isso significa que pouco

[66] Foram identificados 66 arranjos alternativos e/ou independentes de trabalho no Jornalismo no Ceará (COSTA et al, 2020), os quais, em sua maioria, mantêm vínculos de trabalho informal com seus colaboradores (SILVA et al, 2021).

> mais de um quarto dos profissionais que atuavam na mídia em 2012 deixaram de trabalhar em qualquer uma das áreas do jornalismo (como jornalistas da mídia, assessores ou docentes de jornalismo).[67]

Gráfico 7 – Onde trabalham jovens jornalistas graduados



Fonte: autoria própria

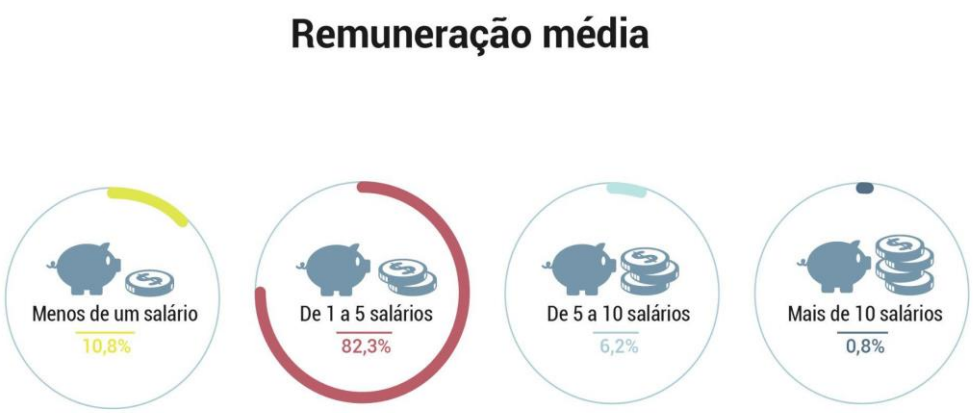
A maioria das(os) jovens egressas(os) da UFC está situada no polo da estabilidade moderna, sendo remunerada(os) de acordo com os pisos salariais para repórteres de jornais, revistas, TV e rádio vigentes no Estado e com carga horária média de 40 horas de trabalho semanais. É importante observar que o percentual de jovens profissionais da nossa amostra com proventos de 1 até 5 salários-mínimos é de 82,3%. No Perfil do Jornalista Brasileiro (2021), constatou-se que 60% das(os) jornalistas participantes tinham renda inferior a R$ 5.500[68]. Esses índices mostram certo padrão na política de salários no mundo do trabalho do jornalismo, com

[67] As mulheres foram as que mais abandonaram a profissão no intervalo entre 2012 e 2017 (ROCHA; KIKUTI, 2018), o que nos possibilita aventar algumas hipóteses para essa tendência: Elas são mais demitidas que os homens pelo fato de potencialmente serem mães? Ou elas, exatamente por serem mães, buscam posições de trabalho mais estáveis e menos precarizadas para poder oferecer estabilidade para a família? Possivelmente, não responderemos a essas questões neste estudo, mas deixá-las aqui é parte do compromisso de não invisibilizar o gênero como marcador social no mundo do jornalismo.

[68] Considerando-se que o salário-mínimo no ano de 2021, quando a pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro foi realizada, era de R$ 1.100, entende-se que 60% dos jornalistas pesquisados têm rendimentos que não ultrapassam cinco salários-mínimos.

remunerações próximas aos pisos salariais da categoria, no entanto, é preciso entender as diferenças entre os custos de vida nas regiões brasileiras, pois o mesmo salário no Ceará e em São Paulo custeia modos de vida diversos para cada profissional.

Gráfico 8 – A média salarial de jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

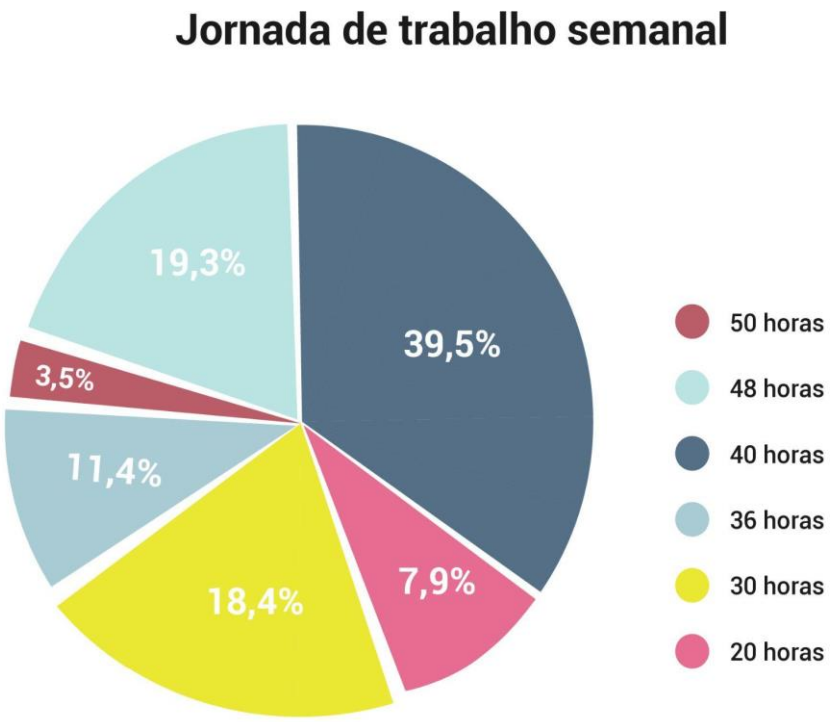
Outra informação relevante é que dentre as(os) jornalistas que recebem entre 1 e 5 salários-mínimos, 55% são mulheres. A prevalência feminina nessa categoria era esperada por elas serem maioria na amostra. Contudo, a surpresa veio pelo fato de que entre oito participantes que possuem renda de 5 a 10 salários-mínimos, quatro são mulheres e quatro são homens. Destes, três são servidoras(es) públicas(os) e as(os) demais trabalham em organizações jornalísticas, em agências de comunicação realizando trabalhos de assessoria de imprensa ou são empresários.

No mundo do jornalismo, Mick e Lima (2013), por exemplo, observaram que há duas vezes mais homens que mulheres em funções que são mais bem remuneradas. O jornalismo reproduz assim uma desigualdade comum ao mundo do trabalho brasileiro, onde a diferença dos rendimentos médios entre homens e mulheres é de 25% a mais para eles, mesmo as mulheres tendo mais escolarização (BIROLI, 2019).

No que tange à jornada de trabalho, 39,5% das(os) respondentes trabalham cerca de 40 horas por semana, o que equivaleria a uma média de 8 horas de trabalho diárias numa jornada de segunda a sexta-feira. Estudos anteriores sobre o trabalho de jornalista verificaram que a jornada de trabalho de oito horas diárias é comum no campo profissional (MICK; LIMA, 2013; FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013; LELO, 2019). A maior parte das(os) profissionais

que declararam laborar 40 horas semanais estão em assessorias de comunicação e de imprensa, lidam com mídias sociais ou são freelancers. Já entre as(os) profissionais que trabalham cerca de 48 horas por semana, 37% são mulheres e 31% são homens.

Gráfico 09 – A jornada de trabalho de jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

As(os) jornalistas vinculadas(os) às redações são maioria entre quem marcou as opções 36 horas semanais e 48 horas semanais. Estas jornadas se explicam pelo fato de realizarem plantões nos finais de semana. Tanto no Sistema Verdes Mares quanto no Grupo O Povo, as(os) jornalistas trabalham seis dias na semana (de segunda a sábado ou de segunda a sexta, folgam no sábado e retornam ao trabalho no domingo), por quatro semanas seguidas e, na quinta semana, trabalham apenas de segunda a sexta, folgando no fim de semana[69]. Dessa forma, a(o) profissional de redação cuja jornada semanal é de 36 horas trabalha oficialmente seis horas por dia. Já aquele cuja jornada se estende por 48 horas semanais mantém contrato de trabalho de oito horas diárias.

Na categoria 30 horas semanais, estão jornalistas servidores públicos e, na de 20 horas semanais, profissionais freelancers. Quatro jovens, por sua vez, afirmaram trabalhar mais de 50

[69] Informação fornecida, durante as entrevistas, por jornalistas que atuam nos sistemas de comunicação locais.

horas por semana, entre elas está uma jornalista vinculada a uma grande corporação midiática como repórter e editora. Ela tem essa alta carga horária porque produz e edita matérias para impresso, web, rádio e TV e ainda realiza conteúdo para mídias sociais.

A complexidade do sistema produtivo faz com que o trabalho seja mais intenso e ultrapasse o tempo regular da jornada, oprimindo o trabalhador (ANTUNES,1999). O que acontece com cerca de 45% das(os) respondentes de nossa pesquisa que realizam horas extras com frequência. O excesso de trabalho é tal no mundo do jornalismo que as horas extras se tornam "algo inerente à ocupação exercida" e um indicativo da precariedade do trabalho (NICOLETTI, 2020, p. 155). Entre as(os) trabalhadores que sempre e com frequência realizaram horas extras, a maioria está vinculada às redações de mídia ou a organizações privadas onde trabalham com comunicação, conforme nos mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Onde trabalham jovens jornalistas que realizam horas extras



Fonte: autoria própria

A implantação de pontos eletrônicos, principalmente nas grandes organizações jornalísticas, formalizou a remuneração das horas extras, antes registradas em bancos de horas informais. Contudo, muitas(os) profissionais em assessoria de comunicação e mesmo os freelancers não recebem nenhuma remuneração pelo trabalho extraordinário, o que caracteriza o sequestro do tempo de vida das trabalhadoras(es) pelos empregadores, em particular, e pelo

capitalismo de um modo geral. No caso de trabalhadores que atuam como freelancers, ou seja, cuja gestão do tempo de labor fica a cargo dela(e) mesma(o), a extensão do tempo de trabalho pode caracterizar uma exploração de si mesmo, a qual também atende aos preceitos da razão neoliberal, e se imiscui nas subjetividades de trabalhadores que passam a governar-se como se gerenciassem uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2013).

Em termos de divisão sexual do trabalho, as mulheres são as que mais estendem as jornadas no trabalho em comparação com os homens. Entre as jovens jornalistas, 66% delas realizam horas extras sempre e com frequência, enquanto apenas 34% dos homens vivem essa mesma situação de densificação do trabalho. É fato que elas são maioria numérica entre os sujeitos de nossa pesquisa, mas também é consenso que as mulheres vivem a precarização de forma mais incisiva no mundo do trabalho contemporâneo (HIRATA, 2011). E essa precariedade pode se traduzir em acúmulo de tarefas a mais que os homens nos ambientes de trabalho (ROCHA, KIKUTI, 2017) ou à ocupação de cargos inferiores aos dos homens (LEITE, 2017), impondo às mulheres mais sofrimentos (DEJOURS, 1999).

A extensão da jornada de trabalho demonstra que a entrada no mundo do trabalho profissional já colocou as(os) jovens jornalistas frente a um dos grandes dilemas da regência do capital como sistema social: o tempo. As horas extras materializam uma dramática do uso de si, pois colocam em relevo o dilema entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, e em se tratando das trabalhadoras, expressam ainda dramáticas específicas às opressões de gênero. Para Antunes (2018), em uma sociedade sem as amarras do capitalismo, o ser humano deve ter mais tempo livre fora do trabalho, pois só assim conseguirá construir um sentido autêntico para o trabalho e para a própria vida.

Contudo, o que temos, por enquanto, é o aumento das investidas do capital não só elastecendo as jornadas, mas criando condições de consumo e de comunicação que ocupam 24 horas do dia, 7 dias por semana, da vida da(o) trabalhadora(o), enredando-o em uma espiral de trabalho sem fim (CRARY, 2016), que se fragmenta com a simultaneidade de ações da temporalidade de kairós, em um mimetismo da operação dos dispositivos digitais, que realizam múltiplas tarefas ao mesmo tempo.

As jornadas de trabalho não se estendem apenas no tempo, adentram a casa da(os) trabalhadoras(es), tanto que 25% das(os) jovens jornalistas frequentemente levam trabalho para casa e outros 8% sempre estendem a jornada de trabalho no lar. No entanto, para 46% dos participantes da pesquisa, finalizar a jornada de trabalho em casa é muito raro. Entre 103 respondentes, 83,5% delas e deles trabalham entre 1 e 3 horas ao retornar para casa. Esse índice

aponta que, em algum momento de sua história de vida de trabalho, a(o) jornalista irá se deparar com o sobretrabalho, realidade que não é exclusiva de jovens profissionais.

As mulheres jornalistas são as que mais realizam atividades de trabalho em casa: 30,3% das jornalistas frequentemente levam trabalho para o lar. Entre elas, 74% trabalham de 1 a 3 horas em casa. Essa extensão do trabalho produtivo pode ser mais desgastante dada a naturalização da divisão sexual do trabalho, herança do patriarcado que ainda subjuga mulheres à realização exclusiva do trabalho doméstico, fazendo com que sejam submetidas a uma dupla e até tripla jornada de atividades ao longo de um único dia, restando-lhes pouco tempo livre e garantindo a dominação masculina sobre elas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Tempo de trabalho e tempo livre se imbricam mais ainda com práticas como a do home office. Apesar de não ser um regime mandatório para a maioria das(os) jovens jornalistas, 39,8% deles já realizaram home office em algum dia. Para profissionais freelancers e empreendedores, a prática de trabalhar em casa é mais frequente e se repete de 5 a 7 dias na semana. A pandemia da covid-19 alterou esse panorama ao mobilizar organizações e indivíduos a adotarem o trabalho remoto como forma profilática, colocando-o no centro das discussões sobre as transformações produtivas (FÍGARO et al, 2020; 2021a). A flexibilidade de poder cumprir o expediente em casa não é um consenso no mundo do trabalho. Há quem prefira as interações e a sociabilidade proporcionadas pela partilha do mesmo local de trabalho com os colegas, mas há também quem se sinta mais produtiva(o) no conforto do lar, interagindo por meio de dispositivos tecnológicos. A adoção do home office situa-se em uma fronteira entre a satisfação do trabalhador e a redução de custos para a empresa.

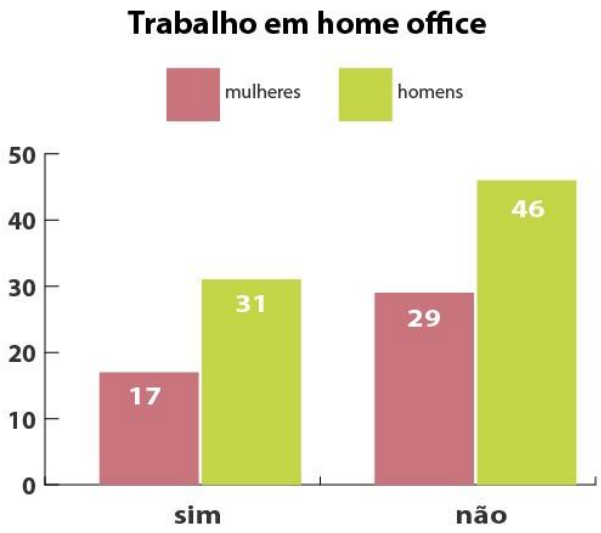
> Isso pode trazer vantagens, como economia de tempo em deslocamentos, permitindo uma melhor divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, dentre outros pontos positivos. Mas com frequência é, também, uma porta de entrada para a eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas, além de permitir a intensificação da dupla jornada de trabalho, tanto o produtivo quanto o reprodutivo (sobretudo no caso das mulheres). Outra consequência negativa é a de incentivar o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido de convívio social e coletivo e sem representação sindical (ANTUNES, 2018)[70].

Dentre os que responderam ter trabalhado pelo menos um dia em casa, 65% são mulheres. A relação entre as mulheres e o trabalho home office ou teletrabalho, como denomina Huws (2017), também é marcada pela assimetria e opressão de gênero. Conforme a autora, em meados dos anos 1980, quando o teletrabalho se torna mais visível, deixa de ser uma prática comum ao homem, mais precisamente ao artista autônomo, e passa a ser encarada como uma situação concernente às mulheres que "colocam a família em primeiro lugar". Essa formação

[70] Referência retirada de exemplar ebook kindle sem numeração de páginas.

discursiva e ideologicamente machista considera o trabalho feminino como menos importante que o masculino, como “algo que deve ser encaixado entre as tarefas de esvaziar o penico do vovô e lavar a fralda do bebê” (HUWS, 2017, p. 120).

Gráfico 11 – Divisão do trabalho de jovens jornalistas em home office por gênero



Fonte: autoria própria.

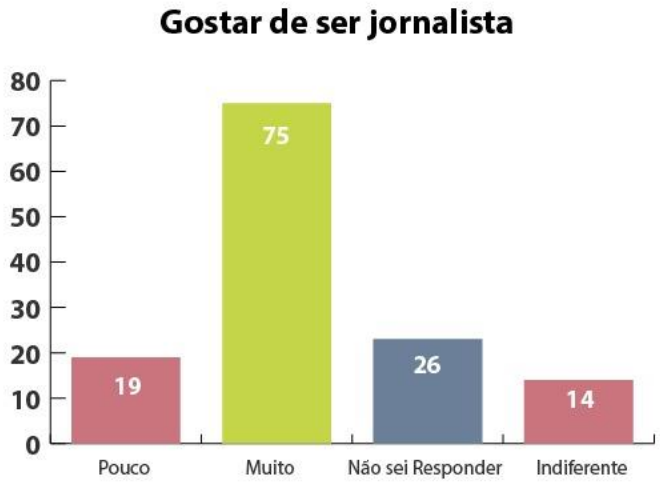
Em termos produtivos, o teletrabalho adere aos princípios da flexibilidade, sendo uma das opções do sistema toyotista, que se torna cada vez mais popular graças às plataformas digitais, que possibilitam a realização de muitas atividades de forma remota e em menos tempo. Visto como aumento de produtividade e de redução de custos, sobretudo para o empregador, o trabalho home office se descola da visada de gênero e passa a ser justificado por outras lógicas, sendo uma delas a empreendedora. Para ser uma prática legítima e hegemônica, o home office não pode ser visto como uma condição de trabalho exclusiva das mulheres, daí sua legitimidade se ancorar hoje mais nos anseios produtivos e na razão neoliberal, do homem-empresa, do que na ideia de proximidade com a família e o lar. Mesmo assim, para as profissionais, ele pode significar o embaralhamento entre trabalho produtivo e trabalho doméstico a ponto de elas não conseguirem determinar uma jornada específica para o ofício profissional, deixando o tempo livre encurralado entre o tempo do trabalho remunerado e o tempo do trabalho doméstico. (BARROS et al, 2020).

4.5.3 Percepções subjetivas de jovens jornalistas sobre o trabalho

Trabalhar é envolver-se de corpo e alma, e a alma não consiste em uma entidade transcendental, mas na parcela de subjetividade e de afetividade que o ser humano mobiliza para fazer significar a atividade de trabalho. Ou seja, o corpo-si em atividade é um corpo que realiza, age, avalia, julga, sente e se afeta. Os afetos que o labor desperta em mulheres e homens não estão imunes às dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros, afinal, como lembra Dejours (1999), os conflitos entre os aspectos objetivos e físicos do trabalho, entre a dimensão social do trabalho e a dimensão subjetiva são correntes e podem contribuir tanto para destruir quanto para erigir a identidade e a saúde de quem trabalha.

Daí porque 28% das(os) jovens jornalistas não souberam responder à questão "Você gosta de ser jornalista?" ou se mostraram indiferentes a ela, dados que podem nos revelar um desengajamento subjetivo com a profissão, seja por frustrações com a realidade de trabalho ou mesmo pela impossibilidade de entrar no mundo do trabalho.

Gráfico 12 – Avaliação subjetiva da profissão por jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

Para Kuenzer (2002, p. 09), a baixa estima dos profissionais e suas desmotivações se relacionam diretamente com fatores externos que incidem sobre o trabalho, como "a

distribuição cada vez mais desigual dos produtos, dos serviços, da cultura e do poder.” O que pode deixar as(os) trabalhadoras(es) à deriva, sem fortes vinculações identitárias de trabalho com a profissão. Construção que pode ser mais incisiva para 57% das(os) jovens que declararam gostar muito da profissão.

As percepções qualitativas das(os) jovens jornalistas sobre a profissão nos revelaram que 47% dos relatos destacam apenas aspectos positivos da profissão, aqueles que se detêm somente em marcas negativas somam 12% e os relatos contraditórios que destacam características positivas e negativas da profissão ao mesmo tempo totalizam 41% das respostas.

A leitura dos relatos com tons positivos revela a predominância de uma imagem romântica em torno da profissão, descrita por expressões como **amor; fascínio; encantamento; sonho; paixão; empolgação e prazer**. A passionalidade expressa por esses vocábulos remete ao ideal desenhado pela deontologia moderna, em que a(o) jornalista figura como temente à profissão, heroico e vocacionado para o trabalho. Dizer isso não significa minimizar o sentimento destas e destes jovens profissionais, mas ressaltar que elas e eles tendem a aderir a uma imagem romântica da profissão, a um ethos que integra uma formação discursiva e ideológica do jornalismo moderno e liberal amparada mais em mitos e representações ficcionais sobre a profissão do que na realidade concreta do trabalho.

A crítica a essa formação discursiva e ideológica reside no fato de ela invisibilizar as contradições no mundo do trabalho, servindo, muitas vezes, como forma de opressão ao forçar a resiliência das(os) profissionais às condições precárias de trabalho em prol de um valor elevado e não dimensionável que a profissão enseja: o amor. Sentimento este que prende a(o) trabalhadora(o) em uma relação singular entre ela/ele e a profissão, de modo que questionar o amor pela profissão pode soar como uma objeção da própria vocação, implicando em uma crise de identidade de trabalho.

Outro fator positivo apontado pelas(os) participantes foi o saber-fazer que o jornalismo possibilita. **Contar histórias; narrar fatos cotidianos; realizar entrevistas; ser multimídia; trabalhar com diferentes linguagens midiáticas e manejar gêneros e formatos diferentes** foram descritos como elementos positivos da profissão. Esse destaque para saberes de narração (TRAQUINA, 2005a), saberes de composição (FÍGARO et al, 2021b) e competências cognitivas (GUERRA, 2008) mostra uma vinculação aos saberes instituídos que a formação proporciona, revelando uma afeição direta às atividades de trabalho, as quais remetem tanto à tradição do jornalismo moderno quanto a aspectos mais contemporâneos da profissão, como a multimidialidade, uma competência exemplar da nova dinâmica de organização flexível do trabalho (FONSECA; KUHN, 2009), que atualiza o ethos do repórter.

Dentre as qualidades do jornalismo recorrentes nos depoimentos de viés mais contraditório, aparecem que a profissão é **essencial, importante, necessária e relevante** para a sociedade. Essa percepção é complementada com a consciência de que o jornalismo tem uma **função social** a cumprir, a qual gira em torno da **fiscalização do Estado e dos entes públicos** de um modo geral; da **visibilidade de sujeitos sociais**; da **abertura de espaço para vozes sociais plurais**; da **publicação de informações úteis** ao cotidiano dos leitores e da **conscientização dos sujeitos** a respeito de determinados temas caros à vida em sociedade.

Nesse conjunto de qualificações, temos uma valorização social da profissão pelas(os) trabalhadoras(es), a qual se sustenta nos valores da deontologia moderna, que considera o fazer noticioso como imprescindível para as democracias liberais, dando origem assim ao ethos moderno de jornalista como quem presta um serviço público. As expressões em destaque nos mostram ainda a vinculação das(os) jovens jornalistas ao ethos cão de guarda (SCHMITZ, 2018), expresso pela ideia de fiscalização do Estado e dos demais agentes públicos, que remete a uma formação discursiva sobre a atuação do jornalismo como um quarto poder na sociedade (MORETZSOHN, 2013).

Outra imagem que emerge desses sentidos é a da(o) jornalista objetiva(o), aquela(e) que abre espaço para diferentes vozes sociais e para a pluralidade de versões, cumprindo com a máxima do código de ética do jornalista brasileiro que se ancora na objetividade como valor jornalístico, pedra fundamental da deontologia do jornalismo moderno (GUERRA, 2008).

Uma discreta diferenciação da imagem ética moderna se apresenta com o papel de dar visibilidade a diferentes sujeitos sociais, uma vez que essa prerrogativa é assumida pelas(os) jornalistas independentes (FÍGARO et al 2018; 2021b; FERNANDES, 2019), que, num esforço de diferenciação em relação aos meios hegemônicos, centram suas coberturas e fontes em sujeitos anônimos, vulneráveis ou de espectros sociais simbolicamente minoritários, assumindo uma verve de militância social. Nesse caso, temos um ethos alternativo à deontologia moderna, filiado a uma formação discursiva e ideológica do ativismo social. É válido pontuar que poucos foram as(os) jovens jornalistas que declararam, no questionário, vinculação a movimentos políticos e sociais.

Finalizando essa leitura, temos outras duas imagens éticas que emanam das proposições enunciativas, uma delas relacionada ao jornalista como um produtor de conhecimento sobre o cotidiano que orienta as(os) leitoras(es) nas tomadas de decisões práticas da vida em sociedade. Ethos este que faz referência a uma formação discursiva e ideológica do jornalismo funcionalista aos moldes do que Robert Park preconizava como a função do jornalismo e que naturaliza os fatos (MORETZSOHN, 2013).

Já o outro ethos que conseguimos identificar dos sentidos destacados corresponde a uma imagem da(o) jornalista que instiga uma tomada de consciência social, a qual se aproxima de uma formação discursiva e ideológica do jornalismo como produtor de conhecimento social sobre a singularidade, preconizada por Adelmo Genro Filho (2012; 1987), e de uma proposta crítica almejada por Moretzsohn (2013) que requalifica o sentido iluminista de esclarecimento atribuído ao jornalismo.

Essas imagens éticas podem ser reforçadas ou abaladas pela vivência das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros decorrentes do exercício profissional. Entre as heterodeterminações que põem em xeque o ethos profissional, a "desvalorização" social, a falta de "reconhecimento" e o "mercado" são condições apontadas pelas(os) participantes da pesquisa, mesmo aquelas/aqueles que gostam muito do jornalismo, como preocupações que cercam a profissão. Para entender a verve contraditória da atividade jornalística, destacamos alguns depoimentos que propiciam a identificação de dramáticas do uso de si que se apresentam no mundo do trabalho.

Quadro 16 - Relatos sobre o gostar ou não do jornalismo

Jornalista 4: O jornalismo como profissão deixa a desejar muitas vezes no nível "empresarial", com decisões que priorizam o lucro em detrimento de uma maior preocupação com o conteúdo compartilhado. As demissões em massa atestam isso. Mas ainda assim, esta é uma profissão muito fascinante e que deveria ser mais valorizada, porque hoje, mais do que nunca, a informação e a notícia precisam ser aliadas das pessoas, especialmente das que são mais afetadas pela injustiça e pela violência, por exemplo. Acho que todos os dias, quando estou dando aquelas notícias, estou ajudando um pouco os ouvintes a se prepararem para os seus dias sabendo o que a cidade, o país e o mundo reservam para eles. Isso pode soar um pouco como sendo "esperar demais" de uma profissão nada promissora, mas acredito que seja justamente isso. Aliás, o vínculo que todos nós temos com o mundo passa pela ótica do jornalismo. E eu, como jornalista, já me peguei em várias situações (do cotidiano virtual e do real), tendo que utilizar as "ferramentas" do jornalismo para tentar ajudar em uma situação em que claramente uma informação estava sendo omitida ou um erro não tinha sido percebido. Claro, isso levando em conta sempre o respeito e a humildade para saber superar aquele determinado equívoco com polidez. Usando isso é possível fazer um bom jornalismo e é isso que tento fazer no meu dia a dia.
Jornalista 21: Apesar de todos os problemas, gosto de manter o pensamento de que o jornalismo ainda é uma instituição necessária, que a imprensa possui um valor imensurável e precisa continuar andando e encontrando seus caminhos. É complicado, existe desvalorização, principalmente no governo atual, existe uma dificuldade de requalificar a imprensa e de entendê-la como algo que necessita diretamente de qualidade e não apenas de dados e produções quantitativas, mas a imprensa é responsável por mais do que pensamos na sociedade e isso é imprescindível. Eu gosto dessa ideia, não sei se permanecerei com ela por muito tempo, mas gosto.
Jornalista 30: As empresas exploram os funcionários e fazem com que a gente perca a paixão pela profissão. Há muitos veículos sensacionalistas e extremamente tendenciosos, o que faz o cidadão desacreditar na profissão.
Jornalista 49: Já me desiludi e me encontrei novamente na profissão várias vezes. Acho que é algo natural. Já pensei em mudar de área, mas quando penso nessa possibilidade, não encontro outra profissão com a qual me identifico. No momento, trabalhar com assessoria de comunicação/imprensa é o que me dá satisfação e me faz querer continuar. Espero que futuramente eu consiga atuar com as temáticas que mais me satisfazem.

Jornalista 80: Ser jornalista é uma forma de intensificar o contato com pessoas e conhecer histórias e realidades que dificilmente passariam pelo nosso crivo se não estivéssemos nessa situação. É se deixar atravessar, abraçar o novo, o diferente, o desconhecido. E amalgar experiências para estar sempre aprendendo. Como não poderia amar minha profissão?
Participante 83: Gosto das potencialidades que essa formação me traz, como me expressar bem, possuir escuta atenta e ativa, resolver problemas ou pelo menos decidir que caminho seguir para resolvê-los, transformar pensamentos em palavras e, às vezes, até em recursos visuais (algo que pretendo ampliar) etc.

Fonte: autoria própria

O jornalista 4 enfatiza em sua resposta a dramática do uso si pelos outros marcada pelo embate entre os valores empresariais e mercadológicos e os valores jornalísticos, ou seja, uma disputa entre os valores dimensionáveis e os valores não dimensionáveis do trabalho (SCHWARTZ, 2011). Um confronto que para Traquina (2005a) é "natural" ao fazer jornalístico nas democracias liberais, sendo de conhecimento das(os) trabalhadores que o negócio irá incidir sobre o fazer jornalístico (FÍGARO, NONATO, GROHMANN, 2013). Mas, conforme o enunciado do jornalista 4, é uma contradição que incomoda e é responsável por mudanças como a redução dos postos de trabalho.

Esse conflito entre os objetivos capitalistas das empresas e os objetivos ideológicos do jornalismo é a razão para a exploração das(os) trabalhadoras(es) apontada pela jornalista 30, e ainda para um modo de fazer jornalismo que ela descreve como sensacionalista, o qual, em sua avaliação, é tendencioso, ou seja, desrespeita a objetividade como valor jornalístico (GUERRA, 2018), tão cara ao ideal da profissão defendido pela deontologia moderna.

A desvalorização do ofício de jornalista, na perspectiva da jornalista 21, é resultante da ingerência de valores políticos contrários aos do jornalismo. Ela também aponta para uma dramática editorial: a da qualidade versus quantidade, quando enuncia que "existe uma dificuldade de requalificar a imprensa e de entendê-la como algo que necessita diretamente de qualidade e não apenas de dados e produções quantitativas" (JORNALISTA 21). O enunciado em destaque mostra uma oposição entre quantidade e qualidade, remetendo-se a uma formação discursiva e ideológica do campo das ciências humanas e culturais, que valoriza a dimensão qualitativa dos fenômenos sociais, diferente, por exemplo, de uma formação discursiva e ideológica matemática e positivista, em que performances quantitativas são sobrevalorizadas.

A imprescindibilidade e necessidade do jornalismo para a sociedade que aparecem na fala da jornalista 21, mas não são tão exploradas por ela, é bem explicitada pelo jornalista 4, cujo enunciado enfatiza que as notícias devem ser instrumentos de justiça social. Essa visão ideológica sobre o jornalismo se afasta dos valores de neutralidade e imparcialidade, pois as notícias têm um lado, uma posição social e, portanto, precisam tomar partido, aproximando-se

assim do ethos alternativo à deontologia moderna e situando-se em uma formação discursiva e ideológica do ativismo social.

Já o relato da jornalista 49 evidencia uma dinâmica de frustrações e realizações dentro da profissão que ela considera como "natural". A naturalização aqui pode ser entendida como uma aceitação das contradições inerentes ao mundo do trabalho. O movimento de se "desiludir" e se "encontrar" várias vezes na carreira nos permite visualizar o ritmo das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros, as quais ora implicam em um ganho de autonomia para a trabalhadora, quando ela "se encontra" no trabalho, e ora significam perda de autonomia na medida em que os resultados do trabalho diferem do que ela objetivava ou se baseiam em valores com os quais ela não compactua, caracterizando a frustração com a profissão. Apesar desse movimento pendular, o que a jornalista nos revela é que conseguiu se manter em uma posição profissional estável que lhe possibilita ter satisfação com a atividade de assessoria de imprensa que realiza.

O sentido de realização também dá o tom do depoimento da jornalista 80, a qual constrói uma imagem de jornalista singular amparada em um ethos de jornalista contadora de histórias, com ênfase no saber de narração da profissão (TRAQUINA, 2005a). Ela ainda destaca que exercer o jornalismo "É se deixar atravessar, abraçar o novo, o diferente, o desconhecido" (JORNALISTA 80), colocando em relevo neste enunciado características da jornalista heroica e destemida, típicas do ethos romântico que habita os recônditos da deontologia moderna da profissão (LAGO, 2002). A jovem ainda arremata sua descrição do ethos jornalístico com a pergunta retórica "Como não poderia amar minha profissão?", reforçando que o amor ao jornalismo é um valor elevado que ela cultiva ao encarnar o ethos romântico de jornalista. Ela ainda abre espaço para dois subentendidos e imagens prévias (PIRIS, 2019), a de profissionais que amam a profissão, profissionais românticas/os e profissionais que não amam a profissão, infelizes. Ela, portanto, assume o ethos de uma jornalista feliz e romântica ao asseverar que ama a profissão. E com a interrogação assertiva não dá margem para que se duvide de sua adesão ao jornalismo, protegendo sua imagem de qualquer dúvida.

Se a jornalista 80 valoriza o saber narrativo, o jornalista 83 desmembra esse saber ao apontar as potencialidades produtivas da profissão.

> (...) me expressar bem, possuir escuta atenta e ativa, resolver problemas ou pelo menos decidir que caminho seguir para resolvê-los, transformar pensamentos em palavras e, às vezes, até em recursos visuais (algo que pretendo ampliar) etc. (JORNALISTA 83).

Neste enunciado, o jornalista destaca habilidades objetivas e subjetivas para o exercício do trabalho que se relacionam diretamente com aquelas que o sistema espera do trabalhador

flexível para que seja incluído no mundo do trabalho. Kuenzer (2005, p. 03) lembra que essas competências cognitivas incluem:

> (...) a capacidade de comunicar-se adequadamente, por intermédio do domínio dos códigos e linguagens, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, por meio da capacidade de enfrentar novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, por meio da responsabilidade, da crítica, da criatividade.

A parte linguageira do trabalho (BOUTET, 2006) é destacada pelo jornalista 80, que enfatiza as funções social e cognitiva da atividade linguageira. Ou seja, o saber comunicacional e os saberes tácitos são revelados por este enunciador que entende as competências linguageiras como habilidades que lhe afetam positivamente enquanto trabalhador.

Essa primeira incursão sobre as imagens éticas do jornalismo nos aponta para a hegemonia de valores relacionados à deontologia moderna, mas ainda denotam a emergência de novas imagens sobre o ser jornalista decorrentes de valores, saberes e práticas de trabalho contemporâneas que já não encontram total acolhida no compósito cultural e normativo que forjou a profissão ao longo do século XX. Dessa forma, os relatos coletados durante a primeira etapa empírica da pesquisa nos apresentam quatro imagens éticas para o jornalismo:

1. o *ethos* romântico, o qual deriva do jornalismo como a profissão ideal, dos sonhos, que é exercida por quem tem vocação para tal.
2. o *ethos* do jornalista cão de guarda, baseado no jornalismo como fiscalizador do poder público;
3. o *ethos* do narrador, do repórter, que enfatiza o jornalismo como uma atividade de narração de histórias sociais diversas;
4. o *ethos* alternativo à deontologia moderna da profissão, o qual se sustenta no jornalismo como agente de transformação social que zela por grupos sociais minoritários e pratica ativismo social.

Os depoimentos em profundidade colhidos por meio das entrevistas qualitativas podem nos trazer outras imagens de ser jornalista, outros ethé profissionais. Por enquanto, é possível constatar que as três primeiras imagens ou ethé desenhados pelas(os) jovens jornalistas reproduzem ethé discursivos em circulação no mundo do jornalismo, os quais são atraídos pela força gravitacional da deontologia moderna e das teorias hegemônicas sobre o jornalismo, enquanto o ethos 4 rompe com os estereótipos da profissão como a objetividade das teorias realistas, ao atrelar a transformação social ao jornalismo, possibilidade encontrada em estudos críticos sobre o trabalho jornalístico.

Observamos ainda que o ethos romântico e o ethos do jornalista cão de guarda acionam uma dimensão experiencial do ethos moderno, que conforme as postulações de Maingueneau (2020) está diretamente relacionada com uma dimensão categórica do ethos. Por sua vez, o ethos alternativo, de ativista social evidenciaria uma dimensão mais ideológica que subverte a dimensão categórica. Em outro sentido, podemos considerar que tanto o ethos romântico, quanto o ethos de jornalista cão de guarda como o ethos de contador de histórias são manifestações singulares do ethos do jornalista moderno, um ethos particular ao campo do jornalismo, acionado pelos saberes e valores instituídos. Sob essa perspectiva, apenas o ethos alternativo se deslinda desse rol de representações particulares, sendo uma manifestação singular de novas tendências advindas da práxis jornalística contemporânea.

Se, como pontua Amossy[71] (2010 apud DI FANTI, FERÉ, 2018), o ethos é a afirmação identitária do sujeito diante de um grupo, a manifestação de um ethos singular ancorado na deontologia moderna do jornalismo pode ser interpretada como um movimento de reafirmação social da profissão por meio de valores e saberes erigidos em um momento em que o campo jornalístico buscava a legitimação frente às demais profissões. A despeito das transformações e da própria precarização da profissão, essa afirmação de um ethos tradicional pode ser lida como uma maneira de valorização profissional e, consequentemente, do próprio trabalho.

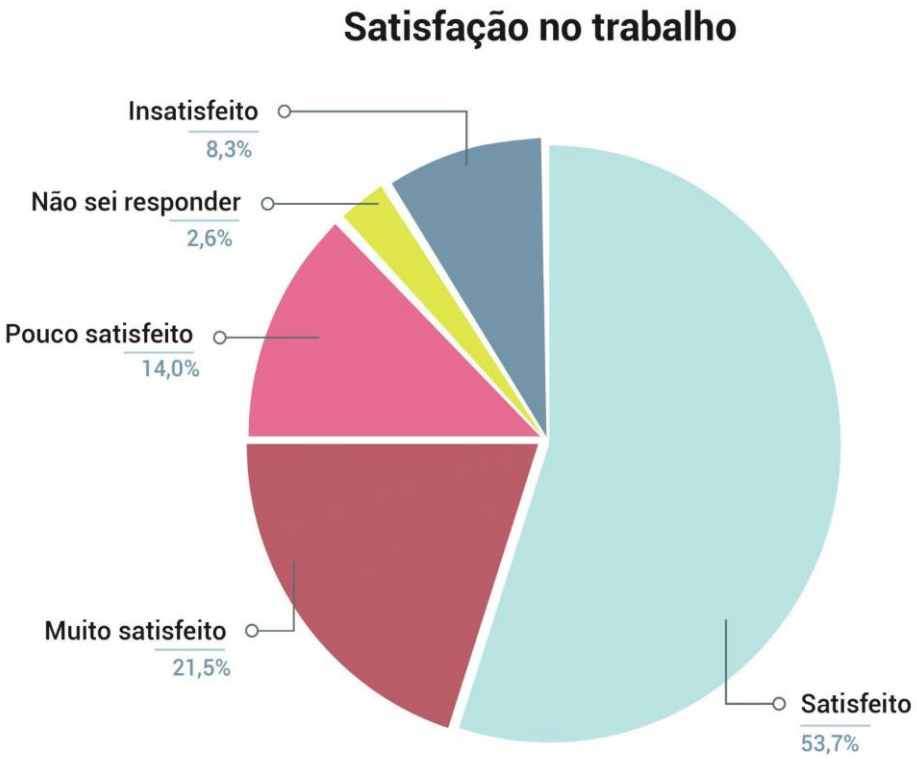
Seguimos nossa descrição analítica olhando para as frustrações e satisfações das(os) jovens jornalistas com o labor cotidiano. As(os) jovens jornalistas satisfeitas(os) e muito satisfeitas(os) totalizam 75,2% de nossa amostra. A categoria "satisfeito" é a mais contraditória, pois 49% da(os) profissionais que escolheram a opção, ao justificarem a resposta de modo qualitativo, citaram também aspectos negativos do trabalho. Foi o caso da jornalista 20, cuja satisfação se resume à atividade exercida, mas não se estende para outros aspectos materiais do trabalho: "Porque apesar das condições difíceis de salário e estrutura, o trabalho jornalístico me completa bastante. Me sinto feliz sendo repórter" (JORNALISTA 20). O enunciado mostra uma vinculação identitária com a função/atividade de repórter e a insatisfação com o ser trabalhadora, afinal, o salário é algo inerente à condição de trabalhadora e ele não está em um patamar satisfatório para essa jovem. Já para o jornalista 119, a satisfação se desgasta com a rotina de trabalho:

> Estou satisfeito pois consigo exercer minha função de inúmeras formas e aprendendo a cada dia. A realização não é completa pois há uma desorganização na equipe e por questões da estruturação da mesma alguns momentos de estresse e decepção pela profissão (acúmulo de tarefas, funções mal realizadas, desorganização no repasse de atividades). (JORNALISTA 119).

[71] AMOSSY, R. (Org**.). La présentation de soi. Ethos et identité verbale**. Paris: PUF, 2010.

As dramáticas do uso de si pelos outros reveladas pelo jovem versam sobre a má gestão dos outros (“desorganização da equipe”), sobre a multitarefa (“acúmulo de tarefas”) e sobre a falta de competências, saberes e habilidades para o exercício profissional (“funções mal realizadas”), as quais, combinadas, geram estresse e decepção ao jovem jornalista e são índices da precarização das condições de trabalho. Apesar de todos esses fatores, quando o participante 119 se diz satisfeito, é como se ele não deixasse a frustração tomar uma dimensão total do seu trabalho, e encontra na rotina de aprendizado o fator de positividade, de sentido realizador.

Gráfico 13 – A satisfação com a atividade de trabalho de jovens jornalistas



Fonte: autoria própria

O salário é a principal razão para a satisfação com o trabalho. No quadro abaixo, destacamos as principais justificativas.

Quadro 17 – Justificativas para a satisfação com o trabalho

Justificativas	**Nº de respondentes**
Bom salário	25

Bons relacionamentos	19
Aprendizado	14
Bom ambiente de trabalho	13
Carga horária justa	10

Fonte: autoria própria

Já no rol de motivos que deixam as(os) jovens jornalistas insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o trabalho estão fatores estruturais da precarização e aspectos laborais mais subjetivos, como a ausência de criatividade no trabalho. No quadro 18, elencamos as razões mais citadas.

Quadro 18 – Justificativas para a insatisfação com o trabalho

Justificativas	**Nº de respondentes**
Salários baixos	12
Carga horária excessiva	07
Não trabalhar com o que gosta	05
Infraestrutura ruim	04
O trabalho não faz sentido Desvalorização do trabalho Falta de criatividade	03 03 03

Fonte: autoria própria

Os quadros nos mostram que o salário é um fator importante para as(os) jovens profissionais, afinal, como integrantes da classe-que-vive-do-trabalho, precisam do salário para sobreviver, tanto que ele é razão de satisfação e de insatisfação com o trabalho. Essa variação dentro do grupo se explica porque o salário é um elemento contraditório no mundo do jornalismo. A remuneração que é satisfatória quando a(o) jovem ingressa no mercado pode se tornar fonte de problema no futuro, afinal, estudos da profissão apontam haver descompassos entre a remuneração, o tempo de carreira como jornalista e a qualificação. Nicoletti (2020), por exemplo, observou que entre os 117 jornalistas de sua amostra de pesquisa, a maioria possui

experiência profissional e qualificações formativas que atestam sua expertise jornalística, porém, a remuneração salarial deles é digna de iniciantes.

O salário ganha relevo porque é o meio de satisfação das condições materiais, sendo importante para as(os) jovens jornalistas por proporcionar uma sobrevivência autônoma, afinal o trabalho marca a saída de uma posição de sujeito tutelado pelos pais ou por outros adultos, de abandono da infância, em direção a uma posição social de autonomia, construída pelos ganhos emocionais e objetivos de ser trabalhador e a renda é um deles (REVUZ In: DURRIVE; SCHWARTZ, 2007, p. 235). Como para muitas(os) participantes da pesquisa, a entrada no mundo do trabalho do jornalismo é de fato esse marcador de transição, o que elas e eles nos informam ao ressaltar a satisfação ou a insatisfação com o salário é que para sentirem-se materialmente seguros é preciso ter uma remuneração justa.

Outra inferência possível a partir desses resultados é a de que o aprendizado aparece como dimensão importante no trabalho. É o que mostra o depoimento do jornalista 13, o qual reconhece que o real do trabalho pode oferecer saberes investidos importantes.

> No atual emprego eu posso ter uma visão de vários processos que envolvem a profissão de jornalista, focado na atuação corporativa. Consigo acompanhar atividades de assessoria de imprensa, atualizações de canais, um pouco de design e ainda interface com agências de publicidade e de comunicação. Trabalho em um ambiente de trabalho bom, com profissionais dispostos a compartilhar conhecimentos com quem está começando a carreira. O salário também é condizente com as responsabilidades e atividades atribuídas ao cargo. (JORNALISTA 13)

Esse profissional tem uma noção de totalidade do processo de produção comunicativa e encontra solidariedade entre os colegas mais experientes que se dispõem a partilhar ensinamentos, o que o deixa muito satisfeito com a atividade de trabalho, pois não se sente atomizado, participando ativamente da produção e da socialização que o labor proporciona. Postura bem diferente das(os) jovens que expressaram sua insatisfação subjetiva com o trabalho por não estarem realizando atividades de que gostam ou ainda por não verem sentido no que fazem, como é o caso do jornalista 53.

"Com o tempo, comecei a perceber a falta de perspectivas na emissora e já não acreditava no jornalismo que ali estava sendo feito." (JORNALISTA 53). Em seu enunciado, ele revela a frustração com a estagnação profissional e o descrédito com a linha editorial do veículo, que pode ser entendido como uma dramática do uso de si, pois o jornalismo perdeu o sentido para ele, possivelmente porque não se pautava pelos valores tradicionais da profissão.
A ausência de sentido é marca do estranhamento que o trabalho proporciona enquanto produção humana. Conforme Marx (2010), o trabalho traz em si a potência de realização e de distanciamento, do não reconhecimento de si naquilo que foi produzido. O estranhamento é o

processo que produz a alienação, quando o sujeito se torna objeto e o objeto por ele produzido é o verdadeiro sujeito do capital (ANTUNES, 1999), sendo difícil para o trabalhador apropriar-se do que é produzido por ele.

O estranhamento é a destituição do sentido vital do trabalho para o homem, que entende o trabalho como meio de subsistência em um mundo de mercadorias e não como uma atividade autêntica, livre e de autorrealização. Dentre as consequências da alienação e do estranhamento do trabalho apontadas por Antunes (1999) estão a rejeição da vida social, o isolamento, a apatia do trabalhador e seu silêncio sobre a falta de sentido do trabalho. Quando o jovem jornalista 53 deixa de acreditar no jornalismo para o qual colabora, é porque o trabalho se tornou um objeto estranho para ele, ou seja, a atividade perde o sentido e o trabalho deixa de ser uma forma de se reconhecer como humana(o), ou seja, sua força de trabalho deixa de ter valor social e a objetificação do processo de produção se revela com consciência da total ausência de controle da(o) trabalhadora(or) daquilo que produz. E para subverter essa condição em busca de um sentido, de um equilíbrio entre o mundo interior e o mundo exterior, o jornalista 53 opta por pedir demissão.

O esgarçamento da relação da(o) trabalhadora(or) com a atividade que realiza aumenta ainda mais com as condições precárias de trabalho que as(os) jovens insatisfeitas(os) e pouco satisfeitas(os) sintetizam em carga horária excessiva; salários baixos e infraestrutura ruim, como observamos no relato abaixo.

> A precarização do mercado de trabalho é o maior fator para desestimular jornalistas. Baixos salários, cargas excessivas de trabalho e falta de estrutura tornam a rotinas estressantes. É preciso realizar um trabalho diário, que será publicado no dia, mesmo não tendo recebido as devidas condições para fazê-lo. O que contribui para um sentimento de ansiedade pelas implicações que uma matéria publicada pode ter. Fator recente de insatisfação é o fato das empresas oferecerem proposta de reajuste abaixo da inflação e ainda propor a retirada/mudança de garantias previstas em convenção coletiva da categoria. (JORNALISTA 89).

O enunciado deste jovem explicita a dramática do uso de si pelos outros relacionada aos índices de precarização como a intensificação da jornada de trabalho, a existência do sobretrabalho e a remuneração injusta, as quais lhe causam adoecimentos como estresse e ansiedade, condições comumente relatadas pelas(os) jornalistas e comunicadoras(es) nos inquéritos dos quais participam (FIGARO et al, 2021; PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2021).

Os índices de precarização aparecem ainda em outras justificativas, mostrando que as(os) jovens jornalistas estão incomodadas(os) com os fatores micro e macroestruturais que pautam o uso de si pelos outros em suas situações de trabalho: “Condições de trabalho, remuneração e infraestrutura aquém das desejáveis” (JORNALISTA 23); “Carga horária

excessiva por conta de plantões nos fins de semana" (JORNALISTA 50); "Sem dúvida, a sobrecarga de trabalho cada vez maior, a falta de estrutura na redação e o salário insuficiente" (JORNALISTA, 87).

Com esses depoimentos encerramos a leitura dos dados obtidos com a primeira etapa empírica de nossa pesquisa, a qual revelou que:

1. As mulheres solteiras e sem filhos são maioria no mundo do trabalho de jovens egressas(os) do Curso de Jornalismo da UFC; situam-se num espectro político de esquerda; são católicas(os); moram com pais e outros familiares; são filhas(os) da classe-que-vive-do-trabalho e não estão engajadas(os) em movimentos políticos e/ou sociais;

2. Todas(os) realizaram estágios durante a graduação e a maioria estagiou na mídia, nos dois maiores sistemas de comunicação locais; muitas(os) viveram dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros pautadas pelo desrespeito à lei de estágio, pela intensificação do trabalho e extensão das jornadas;

3. No mundo do trabalho profissional, as(os) jovens jornalistas atuam em diferentes cargos e funções, na mídia e fora dela, exercendo a polivalência, renormalizando o trabalho, aprimorando os saberes instituídos para desempenhar novas atividades no mundo da comunicação e ora se identificando com a profissão e ora com a atividade que realizam.

4. A maioria das(os) jovens jornalistas têm contratos de trabalho estáveis, rendimentos de até 5 salários-mínimos e trabalham 40 horas por semana. Mais de 45% das(os) participantes da pesquisa realizam horas extras. As mulheres trabalham mais acima da jornada que os homens e são as que mais adotam o home office.

5. As(os) jovens jornalistas constroem imagens de si ancoradas no mundo ético da deontologia moderna do jornalismo, mas também desenham um ethos alternativo vinculado ao mundo ético do ativismo social.

6. As dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros vividas pelas(os) jovens jornalistas versam sobre as jornadas de trabalho; o cansaço; os valores profissionais e os saberes para o exercício de novas funções;

7. Apesar de reconhecerem a precariedade do trabalho jornalístico, a maioria das(os) jovens jornalistas gosta da profissão e se sente satisfeita ou muito satisfeita com o trabalho.

5. AS DRAMÁTICAS DO USO DE SI DE JOVENS JORNALISTAS CEARENSES

Neste capítulo, realizamos gestos interpretativos (ORLANDI, 2012) a partir da análise discursiva e ergológica das entrevistas realizadas com 13 jovens jornalistas egressas(os) do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, que se graduaram entre os anos de 2014 e 2018. Antes de proceder ao movimento descritivo e analítico dos dados, esboçamos reflexões sobre a entrevista como técnica de pesquisa para acessar o mundo do trabalho, sobre a construção da amostra de sujeitos e sobre a realização de entrevistas mediadas por plataformas digitais. É importante frisar que nossas entrevistas foram realizadas no ano de 2021, entre os meses de março e abril, segundo ano da pandemia e da vigência de decretos estaduais de isolamento social que impossibilitaram as interações face a face para a coleta de dados, nos obrigando assim a recorrer à mediação tecnológica para dar continuidade à investigação.

As reflexões sobre o transcorrer da pesquisa nos auxiliaram na interpretação de como o corpo-si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) realiza suas escolhas no trabalho e as comunica para a pesquisadora. A partir disso, enfatizamos em nosso relatório os entrelaçamentos ergológicos e discursivos nas análises das dramáticas do uso de si relativas à gestão do corpo-si em relação aos chefes, aos colegas, aos valores da profissão, à precarização do trabalho, à pandemia e às opressões de gênero no trabalho, esboçando como as escolhas realizadas pelas(os) jornalistas nas micro situações de trabalho são influenciadas, consciente e inconscientemente, pela ação dos outros no trabalho, entendidos aqui como a organização, outros sujeitos, a deontologia profissional e o próprio sistema produtivo.

5.1 A entrevista como técnica para se conhecer a atividade de trabalho

A entrevista é um diálogo possível. Pedimos licença à professora Cremilda Medina (2008) para parafrasear sua expressão que muito bem sintetiza a relação estabelecida entre jornalista e informante na condução da entrevista como técnica de apuração. Apesar de a entrevista jornalística diferir em finalidade da científica, ambas guardam o paralelismo de ser uma conversa singular entre pesquisador(a) e participante ou entre jornalista e fonte, que se dá *hic et nunc*, mobilizando afetos, ideologias, memórias e informações. Porém, enquanto técnica de investigação, a entrevista tem objetivos e meandros outros se constituindo como um encontro dos saberes científicos da(o) pesquisadora(or) com os saberes da experiência da(o) participante. Por isso, não pode ser conduzida de modo despretensioso. Afinal, mesmo a entrevista científica

sendo uma relação social (BOURDIEU, 1998), deve obedecer aos anseios da episteme e não sucumbir aos flertes autoritários do capital científico ou da liberdade irrestrita.

Diante disso, explorar o sentido dialógico da entrevista é ir além da mimetização de uma conversa cotidiana e acionar saberes acadêmicos, éticos e até mesmo políticos para acessar um mundo singular materializado no discurso da(o) entrevistada(o), um mundo que em nossa pesquisa corresponde ao do trabalho. Aliás, a própria denominação aqui referida de "participante" em vez de "informante", usual em muitos manuais metodológicos, implica em uma marcação linguística do reconhecimento da atividade do corpo-si que atua como co-construtor do conhecimento produzido por essa interação.

> (...) nós instauramos em cena uma dupla relação dialógica: entre o sujeito e o outro, ou entre o sujeito e ele mesmo, mas também, inicialmente, entre ele e nós, coatores na situação criada. É preciso evidentemente vigiar para que a relação instaurada não seja primeiro desigual, e duplamente desigual: somos aquele que não sabe nada ou quase nada do trabalho, em todo caso do trabalho deste operador em questão, aquele também que não conhece nada da linguagem: "linguagem ferroviária", "linguagem" da construção civil, "linguagem" dos correios... E, no entanto, o modo com que nosso discurso lixa as asperezas do real vivido por nosso interlocutor pode indispô-lo, inibir duradouramente suas tentativas. Para tentar pôr em palavras com ele, e não por ele, um universo cujas dimensões nos escapam logo de início, mas também a história, convém fazer o papel daquele a quem o trabalho do outro deve ser ensinado, conter nossa tendência a cobrir de conceitos demasiadamente estabilizados por e para nós mesmos das histórias e de uma temporalidade industriosa extremamente versátil (SCHWARTZ, 1997[72], p. 20 apud CLOT; FAÏTA, 2016, p. 46; Grifos no original).

Exatamente por propiciar o encontro de saberes de naturezas distintas, a entrevista é uma técnica de coleta de dados comum aos estudos ergológicos nacionais (FREITAS, BIANCO, 2019), o que se deve ao fato de ela possibilitar "identificar sistemas de valores, normas e símbolos, além de representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas" (MINAYO, 1992, p. 110). Essa técnica converte-se em uma forma de acesso ao mundo do trabalho de um grupo social determinado, pois como lembra Faïta (2002, p. 50), mesmo em uma situação de entrevista, a(o) trabalhadora(or) ainda está defronte à realidade de trabalho, a diferença é que ele não está naquele momento submetido às coerções físicas do trabalho. Dejours (1999) complementa a predileção pela entrevista, demarcando que a palavra mobilizada na narração sobre as rotinas é o meio pelo qual se pode ter acesso às contribuições da inteligência da(o) trabalhadora(or) na realidade laboral.

A entrevista pode ser a protagonista da investigação ou se alinhar com outras técnicas de modo complementar, a exemplo da observação da atividade *in situ* ou do questionário. Quando utilizada como instrumento predominante na coleta de dados, o material discursivo apreendido com ela pode ser explorado por meio de procedimentos distintos, como a descrição,

[72] SCHWARTZ, Y. Travail et ergologie. In: **Reconnaissances du travail**. Paris: PUF, 1997. p. 1-33.

a observação e a confrontação, desencadeando movimentos metodológicos triangulares que propiciam um profundo entendimento do trabalho (DURRIVE, 2018).

A versatilidade da entrevista como instrumento que se adequa a diferentes intentos epistemológicos e metódicos faz dela técnica por excelência dos estudos empíricos em comunicação, sobretudo daqueles de vertente qualitativa[73].

> Do exame das justificativas habitualmente alegadas pelos pesquisadores para recorrer à entrevista de tipo qualitativo, três tipos de argumentos se destacam. O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista de tipo qualitativo seria necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativa parece necessária porque ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se, por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as "ferramentas de informação" capazes de elucidar as realidades sociais, mas principalmente, como instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores. (POUPART, 2008, p. 216. Grifos no original).

Desta feita, a entrevista se harmoniza com os pressupostos que orientam o binômio comunicação e trabalho, sintetizados aqui na valorização do sujeito e da linguagem na produção de conhecimento; na adequação a uma lógica metódica que parte do microssocial para entender o macrossocial; no foco nas vivências/experiências no mundo do trabalho e no interesse pelos aprendizados relativos ao saber-fazer para o trabalho. Sendo assim, a entrevista se alinha com outras técnicas em uma triangulação de métodos com vistas a aproximar a(o) pesquisadora(or) da realidade de trabalho.

> A entrevista é um diálogo construído pelo pesquisador/ entrevistador que, orientado pelos objetivos de sua pesquisa, elabora um roteiro de perguntas que possa levá-lo a obter os dados necessários para as indagações de seu projeto. Por ser um diálogo, a interação com o outro – com o entrevistado – é uma preocupação que deve constar da pauta do pesquisador. A posição de entrevistador, conforme salienta Tarallo (1985), é a do pesquisador aprendiz interessado. Medina (1986), tratando da entrevista jornalística, fala de diálogo interativo. A comunicação que se estabelece entre os enunciadores/ enunciatários, participantes do diálogo da entrevista, como gênero primário (Bakhtin, 1992, p. 281), precisa ser considerada em relação ao tema, ao local, aos objetivos propostos pela pesquisa, mas sem desconsiderar que o entrevistado também tem seus objetivos e que aquele momento de fala não está desligado de outros discursos (FÍGARO, 2014, p. 130).

Contudo, é preciso atentar para o risco de apagamento ou neutralização dos sujeitos e de suas histórias singulares ao resgatar de suas falas apenas aspectos mais gerais, objetivos e contextuais. Como orienta Nouroudine (2002), a linguagem do pesquisador não pode se sobrepor à linguagem do trabalhador, devendo-se assim adotar uma postura dialógica de forma

[73] Deslauriers e Kérisit (2008) observam que nas pesquisas qualitativas, pesquisadores podem recorrer à combinação de diferentes técnicas de coleta de dados além da entrevista. Entre elas estão a observação participante, a análise documental, as histórias de vida, o questionário etc.

a construir uma linguagem sobre o trabalho contando com a colaboração de ambos. Como afirma Schwartz (2007, p. 138), a fala sobre o trabalho é também uma oportunidade de o trabalhador "reconsiderar sua própria relação com o trabalho" e essa reconsideração passa pela autorização para manusear livremente a linguagem, o que pode ser muitas vezes proibido no cotidiano de trabalho.

O autor alerta ainda que nem tudo pode ser capturado ou dimensionado pela linguagem, "sempre nos escaparão elementos do que acontece em nossos circuitos, em nossas formas de adestramento (adestramento de nós mesmos sobre nós mesmos)" (SCHWARTZ, 2007, p. 145). Mas aquilo que é expresso tem um significado valioso, pois é resultado de um risco assumido pelo trabalhador de, em sua fala, revelar que não segue as normas antecedentes, de que a linguagem oficial foi contestada, e isso é instigante, pois quando o trabalhador aceita esse risco, ele revela as transgressões e a criatividade que emergem do real do trabalho.

Fígaro (2008a, p. 125) também ressalta a importância da linguagem no estudo do trabalho, pois "colocar em palavras a atividade é criar um meio próprio, é se apropriar do espaço e do tempo em que se trabalha". A palavra é assim um signo da arena de lutas sociais, ela expressa as mudanças do trabalho, a subversão das normas, a imaginação do que ainda será. Portanto, a entrevista se constitui em nossa pesquisa como um vetor das palavras, da comunicação sobre o trabalho, entrando em cena justamente pela impossibilidade de observação direta das atividades de jovens jornalistas, tanto pela inviabilidade pragmática, pois teríamos que nos deslocar entre diferentes lugares de trabalho, quanto pela impossibilidade em razão da pandemia.

Mas antes de descrever como se deu a realização de nossas entrevistas durante a pandemia da covid-19, é preciso ressaltar que a visada por meio da qual a(o) pesquisadora(or) adota uma postura humilde, colocando-se praticamente no lugar de um aprendiz diante das(os) participantes da investigação e assumindo que a(o) entrevistada(o) detém um saber ao qual ele não tem acesso não é exclusiva dos estudos ergológicos e de comunicação e trabalho. Bourdieu (1998), por exemplo, defende que o entrevistador tenha uma postura de "escuta ativa e metódica", de modo a desconstruir ou minimizar os efeitos da assimetria entre entrevistador e entrevistado, a qual pode se tornar uma violência simbólica. Afinal, como lembra Richard-Zappela (2002, p. 229), a pergunta de uma entrevista é uma síntese dessa relação assimétrica, pois exerce um poder coercitivo, pragmático e temático sobre a(o) entrevistada(o).

Bourdieu (1998) pondera que a situação de entrevista pode ter contornos impositivos da parte da(o) pesquisadora(or) e se caracterizar como uma relação intrusa, em que a(o) entrevistadora(or) impõe posições à(o) entrevistada(o) por meio da linguagem e da condução

da comunicação. No entanto, o sociólogo alerta que para controlar esses aspectos violentos, não basta construir a vigilância linguística, adotando vocabulário e outros elementos não verbais que estimulem a adesão da(o) entrevistada(o) àquela situação e a(o) deixem confortável. A familiaridade social entre os dois sujeitos torna-se assim um elemento fundamental para a condução de uma entrevista não-violenta, assim como uma disposição equânime da parte de pesquisadora(or) e de participante para assumir os riscos que essa situação envolve.

Uma estratégia para garantir a relação equilibrada entre entrevistadora(or) e entrevistada(o) e evitar vieses para a pesquisa é a maior homologia entre as(os) duas(dois), ou seja, o maior compartilhamento de características semelhantes. A familiarização, nesse sentido, se daria pela partilha de uma mesma posição social entre os sujeitos, que se encontrariam numa relação horizontal dado o comum da mesma ocupação, mesma ideologia ou história de vida próximas (exemplos: operário entrevista operário; socialista entrevista socialista e mulher negra entrevista mulher negra sobre feminismo). Essa regra é considerada radical por Poupart (2008, p. 236), pois

> (...) a proximidade devida a um mesmo pertencimento social, ou adquirida no campo de pesquisa, é, em geral, percebida como uma condição que favorece uma boa compreensão do grupo pesquisado. Em contrapartida, ela é igualmente vista como capaz de construir um obstáculo, na medida em que uma demasiada familiaridade com o grupo poderia impedir o pesquisador de tomar a distância necessária para reconsiderar as evidências ou as racionalizações próprias ao grupo.

Como nem sempre é possível encontrar simetria social entre entrevistadora(or) e entrevistada(o), outra maneira de construir a familiaridade é a "compreensão genérica e genética" das(os) participantes, erigida a partir do domínio teórico ou prático das condições sociais que incidem sobre o sujeito ali investigado. Contudo, Bourdieu (1998) alerta que nem sempre esse conhecimento prévio ou a simpatia social são suficientes para a condução ética e científica de uma entrevista, reconhecendo que apenas o respeito pela alteridade por meio de um esforço de projeção e identificação com a(o) entrevistada(o) é capaz de mobilizar uma entrevista não violenta, espontânea e profícua para os objetivos da pesquisa. O que não implica na eliminação dos conflitos e tensões próprios a esse encontro (RICHARD-ZAPPELA, 2002).

A nosso favor, podemos argumentar que a proximidade com as(os) participantes, estabelecida por se tratar de egressas(os) da universidade em que atuo, nos foi favorável tanto para a rápida seleção e aceitação delas(es) para colaborar, quanto para a supressão das intempéries advindas pelas condições atípicas de realização das entrevistas durante a pandemia. Apesar de carregar uma imagem ética muito forte de professora, para construir com as(os) participantes uma relação mais horizontal, acionei o ethos de jornalista profissional. Esse jogo de imagens refratadas foi articulado discursivamente quando me assumi como jornalista

afastada das redações que precisava de atualizações sobre o trabalho. Essa fala apareceu ao longo da conversa, quando explicava como era o trabalho quando fui repórter, seja por curiosidade da(o) entrevistada(o) ou por minha própria iniciativa, estabelecendo assim diálogos diacrônicos com as(os) jovens.

Essas intervenções podem soar inconvenientes para metodólogos que defendem a mínima interrupção da(o) pesquisadora(or) nas entrevistas em profundidade ou abertas (THOMPSON, 1992); não-dirigidas (POUPART, 2008) ou narrativas (BERTAUX, 1997). Em nossa defesa, observamos que nossas entrevistas não foram estritamente abertas, narrativas ou não-diretivas, o que não inviabiliza sua qualificação como aprofundadas. Pois como lembra Paul Thompson (1992, p. 258), a entrevista completamente aberta pode favorecer a fuga da(o) participante de modo que suas falas se tornem um aglomerado desconexo. Ele defende que, para garantir todo o potencial da entrevista, é necessário que o pesquisador estabeleça um direcionamento, uma orientação para que a fonte tenha ciência dos objetivos da entrevista e a(o) própria(o) pesquisadora(or) possa obter falas importantes. Em razão disso, optamos por realizar entrevistas semiabertas, tendo um roteiro básico de perguntas como norte, o qual se reconstruía a cada interação, pois um questionamento em uma entrevista não ressoa da mesma forma para cada participante (RICHARD-ZAPELLA, 2002, p. 226).

Pachi Filho (2018, p. 135) nos lembra que o roteiro favorece a fluidez dos temas investigados, "permitindo a obtenção de mais informações sobre os tópicos e temas que surgem a partir dos comentários e respostas do entrevistado". A roteirização foi importante para qualificar os discursos das(os) jovens sobre o trabalho e para otimizar os encontros, os quais duraram entre 2 e 3 horas, e sem essa iniciativa, poderiam ter se estendido por mais tempo, dificultando o tratamento dos dados. Além disso, é preciso lembrar que lidamos com um público que também maneja a técnica de realizar entrevistas, portanto, "era preciso ter o mínimo de organização e controle para conduzir o processo e assegurar a proximidade do discurso dos informantes com os objetivos buscados e vislumbrar outras perspectivas do fenômeno" (SILVA, 2011, p. 92).

Composto por uma lista com cerca de 30 questionamentos, o roteiro foi dividido em 5 sessões temáticas: 1. Atualização de dados sobre o trabalho; 2. Trabalho na pandemia; 3. Descrição da atividade de trabalho; 4. Problematização do ethos jornalístico, dos saberes e valores para o trabalho; 5. Sentimentos, desejos, sonhos e realizações. Ele foi um guia para que contemplássemos os assuntos importantes para a pesquisa, o que não impediu que outros temas emergissem nas falas das(os) jovens. A profundidade das entrevistas residiu na maneira como exploramos os dados obtidos com a aplicação do questionário na etapa de pesquisa anterior,

adensando algumas informações e vivências das(os) jovens por meio da investigação de suas opiniões, sentimentos e visões de mundo. Dessa forma, as entrevistas nos proporcionaram ter acesso a realidades singulares.

Realidade que não deve ser entendida no sentido positivista, para quem as(os) entrevistadas(os) são informantes-chave e porta-vozes de um mundo social, mas no sentido materialista, em que "falar de realismo exige assumir a compreensão de que a realidade do homem não é dada a priori, enquanto simples fenômeno imediato, algo natural, mas como uma teia complexa, parte de uma totalidade estruturada, constituída pelos homens" (RODRIGUES DE SOUZA, 2016, p. 90). Isso implica no reconhecimento de que o discurso de jovens jornalistas é resultado de relações objetivas e subjetivas que as(os) tornam dotadas(os) de autonomia intelectual e ética para serem partícipes da produção de conhecimento ao lado da pesquisadora e, por meio da práxis, forjar novos conhecimentos científicos (KUENZER, 2004) sobre o jornalismo. Contudo, para que a participação de jovens nessa relação de produção de conhecimento seja legítima e viável cientificamente, é necessário rigor não só na aplicação da técnica, mas na própria seleção das(os) participantes.

5.1.1 A construção da amostra

As(os) participantes foram selecionadas(os) por amostragem não-probabilística e de representatividade social (LOPES, 2005). Realizamos uma construção amostral por homogeneização junto a um grupo de sujeitos que apresenta relações socioculturais semelhantes. Nesse caso, a homogeneidade está no fato de todas(os) as(os) participantes serem jornalistas graduados pela UFC.

> Nesse tipo de amostragem, cabe ao pesquisador aplicar um princípio de diversidade interna de tipos de informantes afim de ampliar a análise do grupo escolhido. Nessa espécie de amostra é muito difícil prever o número de entrevistas. Se variáveis estratégicas tiverem sido estabelecidas pela constituição da amostra, o número e o cruzamento delas darão uma ideia aproximada do número de entrevistas (um ou duas para cada subcategoria). Mas uma vez iniciada a pesquisa, isso pode se transformar radicalmente, em função da orientação que toma a construção do objeto (PIRES, 2008, p. 200).

A ideia que norteou a composição de nossa amostragem foi selecionar pessoas com perfis de trabalho diversos que pudessem nos proporcionar um conhecimento heterogêneo do mundo do trabalho do jornalismo por meio de suas singularidades. Diante disso, adotamos uma triangulação de dados (FÍGARO, 2014) para definir a amostra. De início, estabelecemos o número de sujeitos a serem entrevistados pelos critérios de conveniência e viabilidade para as

entrevistas. Estipulamos a meta de entrevistar 10% das(os) participantes que responderam ao questionário, totalizando 13 jovens jornalistas.

O segundo passo foi selecionar dados objetivos e subjetivos sobre os perfis das(os) respondentes da primeira etapa para compor nosso desenho amostral. Realizamos então uma triangulação entre a faixa etária, o gênero, o tipo de atividade de trabalho realizada (se mais próxima das atividades tradicionais no jornalismo, se uma atividade nova frente à deontologia da profissão, se uma atividade no campo da assessoria de imprensa e comunicação ou se outras atividades na comunicação ou fora da comunicação) e o nível de satisfação com o trabalho. No quadro abaixo, mostramos as possibilidades geradas pelo cruzamento desses dados.

Quadro 19 – Triangulação de dados para a amostra

	Nº de participantes identificados	**Gênero**	**Faixa etária**	**Tipo de atividades realizadas**
Muito satisfeito	28	17 mulheres e 11 homens	21 a 30 anos	18 pessoas desenvolvem atividades tradicionais ao campo do jornalismo; 05 pessoas desenvolvem atividades de assessoria de imprensa ou comunicação; 02 pessoas desenvolvem novas atividades jornalísticas e 03 pessoas desenvolvem outras atividades na comunicação ou fora da comunicação
Satisfeito	71	40 mulheres e 31 homens	21 a 36 anos	40 pessoas desenvolvem atividades tradicionais ao campo do jornalismo; 15 pessoas desenvolvem atividades de assessoria de imprensa ou comunicação; 04 pessoas desenvolvem novas atividades jornalísticas e 12 pessoas desenvolvem outras atividades na comunicação e fora da comunicação
Pouco satisfeito	18 pessoas	9 mulheres e 9 homens	22 a 37 anos	10 pessoas desenvolvem atividades tradicionais ao campo do jornalismo; 05 pessoas desenvolvem atividades de assessoria de imprensa ou comunicação e 03 pessoas desenvolvem novas atividades jornalísticas

Insatisfeito	11 pessoas	8 mulheres e 3 homens	24 a 29 anos	04 pessoas desenvolvem atividades tradicionais ao campo do jornalismo; 03 pessoas desenvolvem atividades de assessoria de imprensa ou comunicação; 03 pessoas desenvolvem novas atividades jornalísticas e 01 pessoa desenvolve outras atividades na comunicação ou fora da comunicação

Fonte: autoria própria

Três participantes foram excluídas(os) dos cruzamentos porque não responderam sobre a satisfação ou não com o trabalho. De início, tínhamos em mente que para ser coerente com o universo representado, o número de mulheres deveria ser maior que o de homens, portanto, das(os) 13 escolhidas(os), 8 são mulheres. A segunda decisão foi que como muitas(os) jovens se declararam satisfeitas(os), então, a maior parte da amostra deveria contemplar essa categoria, totalizando 7 participantes.

Em relação à faixa etária, tentamos selecionar profissionais que estivessem em sua segunda década de vida e profissionais com mais de 30 anos ou perto disso. E no que diz respeito às atividades de trabalho, excluímos quem atua fora da comunicação. Privilegiamos atividades tradicionais ao jornalismo e as novas atividades jornalísticas, que se relacionam diretamente aos objetivos da pesquisa, porém ainda selecionamos sujeitos que atuam em assessoria de imprensa ou comunicação, pois é um dado com bastante representatividade no universo da pesquisa. A amostra ficou composta da seguinte forma:

Quadro 20 – Definição do perfil da amostra de participantes

	Nº de participantes identificados	**Gênero**	**Faixa etária**	**Tipo de atividades realizadas**
Muito satisfeitos	02 pessoas	01 homem e 01 mulher	21 anos e 30 anos	01 pessoa desenvolve atividade tradicional ao jornalismo e 01 pessoa desenvolve nova atividade jornalística
Satisfeitos	07 pessoas	04 mulheres e 03 homens	22 a 33 anos	04 pessoas desenvolvem atividades tradicionais ao jornalismo; 02 desenvolvem novas atividades jornalísticas e

				02 desenvolvem atividades de assessoria de imprensa ou de comunicação
Pouco satisfeitos	02 pessoas	01 homem e 01 mulher	22 e 37 anos	01 pessoa desenvolve atividade tradicional ao jornalismo e 01 pessoa desenvolve atividade de assessoria de imprensa ou comunicação
Insatisfeitos	02 pessoas	01 homem e 01 mulher	24 e 29 anos	01 pessoa desenvolve atividade tradicional ao jornalismo e 01 pessoa desenvolve nova atividade jornalística

Fonte: autoria própria

De posse dessa composição, iniciamos os contatos para a realização das entrevistas, tendo em mente que nosso desenho amostral poderia ser alterado em razão dos aceites ou negativas para participar. Das 13 pessoas para quem enviamos e-mail, 11 nos retornaram afirmativamente e duas não responderam. Diante disso, fizemos substituições nas categorias insatisfeitos e satisfeitos. No estrato de jovens satisfeitos, substituímos a jornalista de 22 anos que realiza atividade de assessoria de imprensa ou comunicação por um jornalista de 25 anos que faz atividade jornalística tradicional, atua como freelancer e leciona jornalismo. No grupo dos insatisfeitos, substituímos o jovem de 24 anos que realiza atividade tradicional por uma jovem também de 24 anos que realiza atividade de assessoria de imprensa ou comunicação. A mudança foi orientada pelo fato de já se ter um número satisfatório de representantes que realizam atividades tradicionais ao jornalismo. Ficamos assim com o referente perfil amostral:

Quadro 21 – Perfis das(os) jovens jornalistas entrevistadas(os)

	Gênero	**Faixa etária**	**Atividades realizadas**	**Satisfação com o trabalho**
Participante 1	Mulher	21 anos	Desenvolve atividades de monitoramento e produção de conteúdo digital, cobertura de eventos, elaboração de campanhas, ações on e off de contato com	Considera-se muito satisfeita com o trabalho

			imprensa e influenciadores	
Participante 2	Mulher	30 anos	Desenvolve atividades de atendimento à imprensa, clipagem, apresentação de vídeos institucionais e produção de textos para revista da empresa	Considera-se muito satisfeita com o trabalho
Participante 3	Mulher	23 anos	Realiza atividades de responder perguntas que chegam nas páginas do Governo do Ceará, no Facebook, também faz alterações em sites do governo. Integra a equipe web do poder executivo estadual e divide tarefas com os demais profissionais do setor, na elaboração de relatórios sobre as redes sociais, monitoramento etc.	Considera-se satisfeita com o trabalho
Participante 4	Homem	23 anos	Realiza atividades de produção de conteúdo, escreve roteiros e apresenta programas de rádio e TV	Considera-se satisfeito com o trabalho
Participante 5	Mulher	23 anos	Realiza atividades de produção e reportagem para TV, rádio, impresso e web	Considera-se satisfeita com o trabalho
Participante 6	Homem	24 anos	Realiza atividades de captação de alunos via redes sociais, fotografia, publicações em redes sociais, edição e revisão de textos	Considera-se satisfeito com o trabalho
Participante 7	Homem	25 anos	Realiza atividades de redação de roteiros para TV e rádio como freelancer, ministra aulas de jornalismo e coordena um projeto de extensão como professor universitário	Considera-se satisfeito com o trabalho
Participante 8	Mulher	28 anos	Realiza atividade de produção de notícias para o jornal impresso e participa na rádio com entradas ao vivo	Considera-se satisfeita com o trabalho
Participante 9	Homem	33 anos	Realiza atividade de parte da produção e edição da capa do Jornal Impresso	Considera-se satisfeito com o trabalho

Participante 10	Mulher	30 anos	Realiza atividade de redes sociais e comunicação interna	Considera-se pouco satisfeita com o trabalho
Participante 11	Homem	37 anos	Realiza atividade de reportagem para publicações impressas e online, de assessoria de imprensa e cobertura de eventos	Considera-se pouco satisfeito com o trabalho
Participante 12	Mulher	24 anos	Realiza atividades de fotografia e assessoria de imprensa	Considera-se insatisfeita com o trabalho
Participante 13	Mulher	29 anos	Realiza atividade de produção de peças e redação de textos para redes sociais, monitoramento, planejamento e programação dessas redes	Considera-se insatisfeita com o trabalho

Fonte: autoria própria

O intervalo entre a primeira ida ao campo e a segunda, de cerca de um ano e meio, foi suficiente para que muitas(os) jovens já estivessem em novos empregos ou realizando funções diferentes, uma atualização que não incidiu na composição da amostra, mas se revelou nas entrevistas e nas dramáticas do uso de si, o que não comprometeu os objetivos da investigação, afinal foi uma denotação empírica do movimento no mundo do trabalho.

As(os) 13 participantes foram contatadas(os) em março de 2021 e aceitaram participar de uma entrevista remota mediada pela plataforma de reuniões online Google Meet. Na época, estávamos, em Fortaleza, sob a vigência de um decreto estadual de isolamento social rígido[74], que limitou a circulação de pessoas nas ruas e obrigou empresas e comércios a encerrarem atendimentos ao público. Daniel Faitä (2002) lembra que a interação comunicativa entre pesquisadora(or) e trabalhadora(or) é afetada pela situação em que esse encontro se dá. Sendo assim, a mediação por novos dispositivos comunicacionais afetou nossas entrevistas, o que merece uma reflexão e descrição sobre como se deu esse processo.

5.1.2 A entrevista mediada por novos dispositivos comunicacionais

Na educação, na comunicação, no jornalismo e na produção acadêmica, trabalhar em casa se tornou mandatório desde 2020, quando a pandemia irrompeu. Um privilégio que muitas(os) trabalhadoras(es) de outras cadeias produtivas não tiveram e que é marcado por relações de comunicação e trabalho contraditórias, por conta do déficit de prescrições, pelo

[74] Mais informações sobre em https://www.opovo.com.br/coronavirus/2021/04/04/governo-prorroga-decreto-e-ceara-segue-em-lockdown.html. Acesso em 15 de maio de 2022.

duelo entre tempo de trabalho e tempo de descanso; pelas opressões de gênero; por disputas territoriais no espaço da casa; pelo aumento das despesas domésticas, pela dependência das plataformas para a realização das atividades de comunicação e trabalho, dentre outras (FÍGARO et al, 2020; 2021a).

No que diz respeito ao trabalho acadêmico, em especial ao desenvolvimento de teses e dissertações embasadas em pesquisas empíricas, a renormalização das atividades de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) foi essencial nos últimos anos. Tivemos que usar nossos saberes instituídos de pesquisa (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) e criatividade para superar as adversidades impostas pelo contexto social, modificando nossas atividades laborais com vistas à efetivação da pesquisa de campo. Em um cenário de medo e insegurança sanitária e social, nos restou a opção de realizar as entrevistas por meio de plataformas digitais de comunicação.

Durante a pandemia, as plataformas se tornaram protagonistas no mundo do trabalho, seja possibilitando a produção em casa (FÍGARO et al, 2020; 2021a) ou intermediando o consumo por aplicativos de delivery como iFood; Rappi; James e Uber Eats (GROHMANN, 2020). As plataformas digitais se configuram como dispositivos comunicacionais novos com características próprias, afinal, como pontua Maingueneau (2002), o suporte, ou melhor, o mídium não é um mero meio de transporte para transmissão de informações, mas um ente significativo para a produção discursiva, imprimindo aspectos específicos aos conteúdos que suporta e orientando seus usos.

Nesse sentido, Maingueneau (2002, p. 72, grifos no original) alerta que "uma mudança importante do mídium modifica o *conjunto de um gênero de discurso"*. Sendo assim, a adoção de um mídium digital para a realização das entrevistas implicou em mudanças para a entrevista enquanto formato do gênero discurso científico, ou enquanto cena genérica da cena englobante do discurso científico (MAINGENEAU, 2002; 2016; 2020). As cenografias das entrevistas em profundidade sofrerão influências das características das plataformas digitais como dispositivos comunicacionais, as quais podemos sintetizar em multimidialidade ou plurissemioticidade (BOUTET, 2016), ou seja, a possibilidade de comunicação por meio de linguagens audiovisuais e escrita; a dependência de conectividade com a internet e a sincronicidade, por se tratar de uma chamada de vídeo em que participantes se encontram simultaneamente presentes.

Esses atributos favorecem à entrevista mediada por plataformas tecnológicas, uma enunciação baseada na oralidade, identificada pela partilha do mesmo ambiente pelos enunciadores, em que ambos podem reagir imediatamente a estímulos provenientes de entonação, atitudes corporais etc., afinal, os enunciadores, na situação de interação oral não podem ter acesso prévio aos enunciados e vão tomando conhecimento deles aos poucos,

construindo uma consciência vaga da estrutura e sequência dos enunciados (MAINGUENEAU, 2002, p. 79). Condições essas que coincidem com o que se desenrola em uma situação de entrevista em profundidade, em que pesquisadora e participantes agem de modo espontâneo, estando a pesquisadora em posição de controle pela estrutura da cena genérica, que lhe autoriza a ter um roteiro de enunciados prévios e a conduzir o sentido do diálogo.

Mas lembremos que a dinâmica da oralidade em nosso caso é transposta para uma interação mediada on-line que, conforme Thompson (2018, p. 04), "como outras formas de interação mediada, esta envolve a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo e certo estreitamento no leque de pistas simbólicas". Quer dizer, algo se perde nesse tipo de interação, seja certa espontaneidade verbal ou algumas deixas corporais, que talvez o face a face físico possibilitasse em comparação com o encontro digital, em que pesquisadora e participantes partilham de um mesmo ambiente online. Contudo, diferente da instabilidade dos enunciados orais em interações dialógicas presenciais, a entrevista realizada via Meet permitiu a gravação audiovisual da conversa, garantindo assim a estabilidade de enunciados com valor científico, os quais sempre foram estabilizados graças a recursos como gravadores de áudio ou câmeras de vídeo (MAINGUENEAU, 2002).

Porém a estabilidade é dependente das lógicas comerciais da plataforma que só disponibilizava, quando da realização de nossas entrevistas, a gravação de reuniões para contas *premium* - cujo pagamento garante acesso a determinados recursos -. ou para contas institucionais, o caso de uma das minhas contas, vinculada à Universidade Federal do Ceará, que me permitia, à época, realizar reuniões longas, por mais de uma hora, gravá-las e ainda contar com a participação de mais de 100 pessoas em uma única reunião[75].

Essas prescrições para o trabalho de pesquisa nos lembram novamente que as plataformas não são meros suportes organizacionais, mas dispositivos comunicacionais, simbólicos, políticos e econômicos.

> Quer sejam as empresas de telecomunicações que forneçam as instalações e redes para o uso de telefones, as organizações de mídia que produzam e transmitam programas de rádio e TV ou as empresas de tecnologia que desenvolvam e controlem as plataformas que hospedam as mídias sociais, essas organizações são a infraestrutura social que possibilita e sustenta a interação mediada em suas variadas formas – sem essas infraestruturas, ou algo semelhante a elas, essas possibilidades de interação mediada não existiriam. Essas organizações e os indivíduos que possuem, gerenciam e trabalham para elas têm seus próprios interesses, prioridades e preocupações. Elas fornecem as bases institucionais para o acúmulo intensivo de recursos – econômicos, simbólicos e informacionais – e para o exercício do poder, incluindo o de controlar o acesso aos canais e redes de comunicação (THOMPSON, 2018, p. 24).

[75] O que foi revisto pela plataforma em 2022, que não disponibiliza mais para as contas de e-mail da Universidade Federal do Ceará a possibilidade de gravação de chamadas e limitou o tempo das reuniões em uma hora quando estas contam com a participação de mais de duas pessoas.

Entendemos, portanto, que mesmo a plataforma Meet favorecendo a realização pragmática das entrevistas aprofundadas, seus objetivos produtivos diferem daqueles do trabalho científico aqui desenvolvido, de natureza improdutiva e que visa à construção de conhecimento para benefício da sociedade, o que pode submeter a(o) pesquisadora(or) e as(os) participantes a um dilema ético, afinal, é notório que as plataformas digitais, sobretudo, em razão do monopólio das *Big five techs* (VAN DIJCK; POELL, DE WALL, 2018), na qual a Google se inclui, orienta-se por uma coleta de dados predatória. Portanto, aceitar os termos de uso de uma aplicação como o Meet, e valer-se de suas funcionalidades, é ficar à mercê do sistema de dataficação que orienta a economia de plataformas (SRNICEK, 2018).

Mas antes de atestar uma supremacia da lógica das plataformas digitais, é importante recordar os ensinamentos de Álvaro Vieira Pinto (2005) para quem as tecnologias são mediações entre o ser humano e a realidade e inevitavelmente são moldadas, modificadas, adaptadas, alteradas ou apropriadas pelo trabalho humano. Nesse sentido, pragmaticamente, escolhemos o Meet por sua popularidade e nos valemos da plataforma como mediadora para nossa atividade de trabalho, a qual se enquadra como "ofício de linguagem" tradicional (BOUTET, 2016), para produzir conhecimentos críticos sobre o trabalho em jornalismo e na comunicação na contemporaneidade.

Tentamos direcionar todos os recursos da plataforma para favorecer a construção de um diálogo autêntico, que implicasse na revelação dos saberes investidos das(os) jovens jornalistas, a despeito das contradições que a plataforma suscita, a exemplo do excesso de intimidade que seu uso pode desencadear. A própria entrevista científica impõe esse receio às(aos) participantes, o de exposição da privacidade, sendo uma das razões de desistência das(os) colaboradoras(es) (POUPART, 2008). Em nosso caso, além dos questionamentos que podem colocar a(o) jovem jornalista na berlinda, o dispositivo audiovisual pode ser invasivo e revelar espaços privados da casa da(o) entrevistado ou integrantes de sua família, afinal, a pandemia nos encerrou em nossos lares e muitas(os) jornalistas e comunicadoras(es) não tiveram condições de organizar um lugar em suas residências exclusivo para o trabalho, o que lhes gerou algumas situações constrangedoras (FÍGARO et al, 2021a; BARROS et al, 2021).

Considerando que o trabalho em home office já tinha furado a barreira da intimidade para as(os) jovens jornalistas de nossa amostra, a exposição do lar não se configurou em um impedimento para a realização das entrevistas, o que não nos isenta de ter provocado algum constrangimento, mesmo isso não tendo sido relatado pelas(os) participantes. De toda forma, é preciso pontuar que por mais esforços que fizéssemos, o contexto da pandemia era desfavorável

para a realização das entrevistas em profundidade, afinal, as(os) jornalistas, em particular, estavam exaustas(os) do trabalho remoto, fragilizadas(os) emocionalmente pelo trabalho e temerosas(os) em relação à covid (FÍGARO et al, 2020; 2021a; BARROS et al, 2020; 2021). Portanto, submetê-las(os) a horas de entrevistas após o expediente, poderia ser uma penúria ou fonte de sofrimento.

Contudo, acreditamos que o efeito tenha sido o contrário e as entrevistas tenham servido de escape para desaguar as agruras do trabalho. Tanto que algumas entrevistadas(os), a exemplo do jornalista 7 e da jornalista 12, confessaram que a entrevista desencadeou uma atitude de reflexividade.

> (...) eu quero ter uma relação com o meio acadêmico de alguma forma. É uma coisa que infelizmente não tem ocorrido por causa do trabalho, né, por causa dos excessos. Da pandemia também. E, assim, acaba sendo terapêutico conversar sobre isso. (...) Nossa senhora, tô aqui no divã. Só é meio torto, né, a minha cadeira". (JORNALISTA 7).

> (Risos) Tá sendo terapêutico… falar sobre mim. (JORNALISTA 12, 2021)

A comparação da cenografia da entrevista com uma sessão de terapia, onde o que há de mais íntimo e dramático é revelado e o autoconhecimento é instigado, mostra como o falar sobre o trabalho é silenciado na rotina profissional, como se o local de trabalho não fosse o espaço adequado para isso. Além disso, essas falas sobre a mobilização emocional e crítica que a entrevista revelou mostram como as(os) jovens tomaram ciência do gesto interpretativo (ORLANDI, 2012) mobilizado pelo discurso sobre o trabalho, confirmando a previsão de Schwartz (2007) de que a entrevista sobre o trabalho possibilita à(ao) trabalhadora(or) reconsiderar sua relação com o labor. Esse movimento só foi despertado porque conseguimos estimular o engajamento e a colaboração das(os) jovens jornalistas, a qual só é conquistada com muitas negociações antes e durante as entrevistas e com a construção de laços de reciprocidade (POUPART, 2008).

O fato de ter sido professora da maioria das(os) entrevistadas(os) me colocou numa posição privilegiada em relação à construção de reciprocidade, suscitando uma nova preocupação, a do excesso de familiaridade, que poderia se converter em um viés para a pesquisa, o qual tentamos evitar com uma intensa vigilância epistemológica (LOPES, 2005). Foi essa postura que nos impediu, por exemplo, de cair na tentação da presunção prévia de informações ou de posturas das(os) entrevistadas(os) baseada em seus comportamentos do tempo da graduação.

Aliado a isso, também tentamos não submeter as(os) participantes aos nossos anseios pragmáticos da pesquisa, procedendo na marcação das entrevistas de acordo com as agendas

das(os) jovens. A maioria das conversas aconteceu no período noturno, após os expedientes de trabalho. Para aquelas(es) que estavam em intensas jornadas durante a semana, nos restou agendar entrevistas para o fim de semana. Em relação ao lugar em que as conversas aconteceram, para mim, foi uma escolha simples, pois tenho um cômodo confortável para o trabalho. Entre as(os) entrevistadas(os), houve quem escolhesse o quarto por comodismo, outros apenas permaneceram no ambiente de trabalho e muitos privilegiaram o espaço em que a conexão de internet fosse mais estável.

Apesar das recomendações dos metodólogos sobre evitar interferências durante as entrevistas e dos esforços das(os) entrevistadas(os) para que isso não acontecesse, foi inevitável conter as intempéries que se constituíram em restrições do tempo de fala das(os) jovens jornalistas. Para Boutet (2016), as atividades linguageiras no trabalho, a exemplo da que realizamos com as entrevistas, são dependentes do contexto social, portanto, as interrupções com as quedas de conexões de internet e com as intervenções dos familiares se constituíram em descontinuidades do tempo de fala tanto da pesquisadora quanto das(os) participantes.

Essas restrições se deram de forma mais intensa na entrevista com o participante 7, em que a conexão de internet era extremamente instável, o que repercutiu na transcrição da entrevista, pois muitos trechos ficaram inaudíveis, o que nos privou de informações e da compreensão de alguns sentidos sobre o trabalho, mas não a ponto de a entrevista ser considerada inviável. Já com a participante 13, a conversa foi descontínua, primeiro, porque a conexão no seu quarto estava ruim. Na sala de estar, a conexão melhorou, mas o que dificultou foi a dinâmica familiar, pois os pais estavam no cômodo assistindo à televisão, ocasionando vazamento de ruídos para a entrevista, o que só foi superado depois que saíram da sala espontaneamente.

Esses exemplos foram os mais complicados, contudo, em todas as entrevistas alguma interferência mínima de ordem técnica ou de ordem social foi registrada. Prevendo exatamente a deficiência técnica e o cansaço desencadeado pela intensificação do trabalho na pandemia (FÍGARO, 2020; 2021a), no início de cada entrevista, negociávamos a duração da reunião. Muitas(os) estabeleceram o limite de duas horas. A mim coube gerir esse tempo, de modo que, quando o limite de horário estava próximo ou quando percebia que a(o) participante estava cansado, informava sobre o horário e encerrávamos a entrevista, já agendando o próximo encontro. Essa dinâmica fez com que seis entrevistas fossem compostas por mais de uma reunião. Além da flexibilidade de tempo, também deixava as(os) participantes livres para interromper a conversa a qualquer momento para ir ao banheiro, beber água ou mesmo se alimentar, e muitos assim o fizeram.

Essa flexibilidade possibilitou que a entrevista mediada por novos dispositivos comunicacionais se desse num plano mais horizontal entre as(os) parceiras(os) dessa situação comunicativa, principalmente, porque todas(os) estavam sendo pressionadas(os) pelas mesmas ingerências decorrentes da pandemia, o que nos colocou em uma situação de igualdade social e de recursos, pois dispúnhamos dos mesmos recursos técnicos para que a entrevista se realizasse. Dessa forma, nossa atividade linguageira foi enaltecida nos aspectos cognitivos e sociais (BOUTET, 2016), pois as(os) jovens jornalistas sentiram-se confortáveis para descrever suas atividades de trabalho, analisá-las e para emitir opiniões e sentimentos sobre o jornalismo, o que caracteriza a dimensão cognitiva da atividade de linguagem. Ao passo em que também se sentiram à vontade para discutir sobre temas outros fora do escopo de interesse da pesquisa, como temas políticos e de saúde, exercitando assim uma dimensão social da linguagem.

A última entrevista foi realizada no dia 02 de abril de 2021. Em maio, iniciei a revisão das entrevistas, as quais estão armazenadas em um drive virtual e em um computador. Elas só foram compartilhadas com as profissionais contratadas para a realização das transcrições, uma delas jovem jornalista, egressa da UFC, mas que não se situava no universo da pesquisa, e a outra é uma profissional jornalista e graduada em Letras. Elas se comprometeram em manter sigilo sobre as falas ali observadas e decuparam 12 das 13 entrevistas, obedecendo a um formato em que tudo deveria ser transcrito, inclusive as conversas sobre assuntos que não versavam sobre a pesquisa, assim como os silêncios, que deveriam ser anotados ou representados graficamente por reticências, e as entonações vocais mais fortes, como o aumento do tom de voz e a ênfase em algumas palavras, que foram indicadas graficamente por palavras escritas em letras maiúsculas.

A entrevista restante foi transcrita por mim com a ajuda de um programa de edição de vídeo, Adobe première, o qual realiza a legendagem de vídeos. Recurso que nos auxiliou muito, pois apesar de a legendagem não ser precisa, nos restou fazer uma revisão detalhada, acrescentando as marcações vocais e de silêncios que o programa não realiza, o que foi trabalhoso, porém demandou menos tempo do que a realização da transcrição completamente manual. As transcrições de todas as entrevistas estão salvas em arquivos físicos e digitais, identificadas pelos nomes de cada participante, os quais não serão revelados para preservar as identidades dos sujeitos, regra acertada no termo de consentimento livre e esclarecido assinado por eles digitalmente e arquivados comigo. Esse termo foi aprovado no ano de 2019, junto com

a pesquisa, pelo Comitê de Ética da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo, por meio da plataforma Brasil[76].

As 13 entrevistas compõem nosso arquivo de análise (ORLANDI, 2001), o qual é formado por 650 páginas de entrevistas transcritas que foram interpretadas a partir dos preceitos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso e da Ergologia com vistas à composição de nosso *corpus* analítico.

5.2 À guisa de introdução analítica

Em meio a um arquivo tão amplo, durante nossa leitura, nos valemos de uma operação ancorada em três conceitos que nos auxiliou na seleção dos enunciados, ou seja, no destaque das sequências verbais que deram origem ao nosso *corpus* discursivo, que foi concentrado em 65 páginas de textos. A falta, o excesso e o estranhamento foram categorias auxiliares que nos favoreceram na construção de nosso gesto interpretativo que tem como objetivo encontrar nas falas das(os) entrevistadas(os), em seus discursos sobre o trabalho, as dramáticas do uso de si vividas no trabalho e a quais saberes e valores elas remetem. Sobre esses conceitos operacionais, Ernst-Pereira e Mutti (2011, p. 827), observam que:

> tais conceitos podem e devem abrigar inúmeros e incontáveis modos do dizer e do não-dizer. Assim, numa dada conjuntura histórica frente a um dado acontecimento, aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito num dado discurso, constitui-se numa via possível, mesmo que preliminar e genérica, de identificação de elementos a partir dos quais poderão se desenvolver os procedimentos de análise do corpus. Esse parece ser o rumo tomado por vários analistas em AD.

Portanto, a falta, o excesso e o estranhamento foram nossas técnicas de seleção de dados (LOPES, 2005), por meio das quais foi possível circunscrever um conjunto de enunciados e realizar o movimento interpretativo de vinculações ou afastamentos dos discursos das(os) jovens jornalistas a formações discursivas que estão no cerne da deontologia moderna, entendida aqui como uma formação ideológica da profissão. Sendo assim, nossa análise abarcará aspectos ergológicos e discursivos, podendo, ora se ater mais à literalidade dos conteúdos e à descrição das atividades de trabalho e ora mais aos aspectos discursivos para revelar os sentidos do trabalho.

Esse olhar operacional nos possibilitou, por exemplo, reconhecer o excesso de fenômenos que se repetiram em muitas entrevistas ou se materializaram nos discursos das(os)

---

[76] Mais informações sobre a submissão de pesquisas à plataforma Brasil, em http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default, acesso em 16 de janeiro de 2022.

jovens que não versam literalmente sobre suas atividades de trabalho, mas que dizem algo sobre seus estatutos de trabalhadores. Como esses elementos em excesso no *corpus*, identificamos os silêncios antes de responder a uma questão e a dificuldade e/ou assunção de incapacidade de responder a uma pergunta.

Em relação à dificuldade de responder a uma questão, essa observação foi mais recorrente como resposta às perguntas sobre quais valores orientam o trabalho jornalístico e sobre dilemas éticos vivenciados pelos jornalistas na atualidade. Muitas(os) jovens jornalistas enunciaram ser difícil responder a essas interrogações, seja porque nunca tinham pensado sobre elas, seja porque a atividade jornalística é complexa a ponto de não mostrar com facilidade quais valores guiam as ações dos jornalistas e das organizações de mídia, dificultando seu julgamento moral.

> Deixa eu pensar…(Risos). Eu acho que isso é tão difícil, né? Porque eu acho assim que pra mim a verdade é um valor, claro, né? Só que é muito difícil, dentro, né, assim. Quando você considera sendo repórter dentro de uma empresa, tendo que considerar não a sua visão, mas a visão do JORNAL, porque enfim você tá respondendo por ele (JORNALISTA, 1, 2021).

> Tá. Ah… Eu não sei o porquê, mas a primeira... não sei se por conta do meio em que eu estou, mas eu acho que o valor que eu busco é ter, né… É sempre é a questão da humildade (JORNALISTA 4, 2021).

> Ixe, mulher (risos). Essa… essa daí é difícil, a primeira coisa que vem na minha cabeça. Que é, eu acho que é muito basilar é… é a ética, assim... (JORNALISTA 5, 2021).

> Nunca tinha parado pra pensar nisso. Acaba que o fazer jornalístico, às vezes, ele é muito automático. Quando eu penso no fazer jornalismo, que eu mencionei, é a questão do tempo. Às vezes, você não tem tempo pra refletir muito sobre a profissão, porque você está preocupado com questões práticas, de descida, desenhos de página, enfim, às vezes até mesmo administrativas de resolver uma folga de um repórter. E você, às vezes, não para muito pra pensar nisso. Só em alguns momentos que você consegue ter um tempo, com a cabeça mais tranquila, pra refletir (JORNALISTA 9, 2021).

> Eita. Tu começa logo com essa pergunta? Não posso pular não? (risos) (JORNALISTA 12, 2021).

O que se sobressai nesses excertos são marcas de hesitação, representadas pelas reticências e o riso que a questão sobre os valores jornalísticos ou sobre a ética provoca. A hesitação pode ser lida de um modo mais "naturalista", como própria da fluidez do discurso oral, ou como uma falta que dá pistas das "determinações históricas de quem as produz" (ERNST-PEREIRA, MUTTI, 2011). Neste último caso, as reticências, identificadas também como pausas de elocução (FIORIN, 2012), são uma pontuação indicativa de uma falta no texto e marcadora de um sentido (ORLANDI, 2001). No caso, o sentido de surpresa do falante frente àquilo que falta em seu repertório de saber e de ação, ou seja, a ausência dos valores

jornalísticos, mostrando que as(o)s participantes se depararam com algo não tão familiar ao seu campo discursivo (SOUZA-E-SILVA, 2012).

O riso complementa esse sentido, pois não implica em uma chacota da pergunta, menosprezo ou ironia, mas expressa o constrangimento das(o)s participantes em serem questionadas(os) sobre algo a respeito do qual nunca pensaram, como fica óbvio nos enunciados. Boutet[77] (1993 apud SOUZA-E-SILVA, 2004), explica que a dificuldade em expressar o trabalho pela linguagem se dá pela baixa circulação de discursos sobre o trabalho na sociedade, o que não ajuda as(os) profissionais a verbalizarem as complexidades de suas atividades. Esse bloqueio constitui-se em uma problemática para entender o concreto da atividade, denotando o empecilho que é sair do invólucro da prática e abrir-se para a práxis. O embaraço das(os) profissionais em responder à questão aponta que encarnam o ethos de profissional da ação (TRAQUINA, 2005a), naturalizando os fatos (MORETZSOHN, 2013) e a própria atividade com uma atitude pragmática.

Mesmo assim, todas(os) as(os) jovens responderam às questões e entre essas respostas, o tempo emerge como um elemento excessivamente dito e problematizado em todo o *corpus*, configurando-se como uma dramática do uso de si. O tempo aparece como principal algoz da impossibilidade de pensar criticamente a profissão, como deixa entrever o jornalista 9. Ou seja, o tempo como uma dramática do uso de si impede o exercício da práxis jornalística, pois há questões pragmáticas mais urgentes, ditadas pela cultura da velocidade e da flexibilização do trabalho que mobilizam as técnicas em prol da alta produtividade, do alcance cada vez maior da audiência (NICOLETTI, 2020, p. 69).

O pragmatismo inviabiliza a reflexividade (LOPES, 2005), pois prioriza o tempo da ação em detrimento ao tempo do pensamento. O enunciado do jornalista 9 revela assim uma das prerrogativas da lógica do capitalismo 24/7: exclusão da reflexão e da práxis da vida de trabalho. Afinal, para esse regime de conexão contínua e de privação do sono, todo o tempo que não for gasto em trabalho e consumo é desperdício (CRARY, 2016). Tal qual as máquinas, o ser humano precisa estar sempre "ligado" (ou logado) desempenhando alguma atividade. O enunciado do jornalista 9 identifica exatamente essa dinâmica célere imposta pelo capitalismo ao comparar o tempo do fazer jornalístico com o tempo do automatismo, o que deixa subentendido que o tempo automático difere do tempo da práxis, da reflexão. Afinal, por mais ágil e acelerado que seja o pensamento humano hoje, em um esforço de mimese do tempo da

[77] BOUTET, J. Acitivité de langage et activité de travail. **Education permanente,** Paris, N. 16, p. 109-117, 1993.

instantaneidade dos dispositivos tecnológicos, ele não consegue concretizar a práxis de forma imediata em consonância com as tarefas cotidianas de trabalho.

Pois, como lembra Kosik (1969, p. 10), "(...) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade." Ou seja, pensar sobre os valores jornalísticos tira a(o) jovem jornalista do terreno da práxis utilitarista, interrompe a rotina 24/7 em que está imersa(o), a(o) direciona para a percepção da dialética, desnaturalizando o fazer jornalístico (MORETZSOHN, 2013).

Se como observa Orlandi (2015), a produção verbal é uma forma de gestão dos sentidos, calar, silenciar em uma entrevista, é uma maneira de deixar os sentidos soltos, uma espécie de relutância em comprometer-se com uma formação discursiva e ideológica. Foi isso também que compreendemos ao longo das entrevistas quando as(os) jovens jornalistas, sempre tão comunicativas(os), mantiveram-se em silêncio frente às respostas, a exemplo da jornalista 10, cuja cenografia enunciativa (MAINGUENEAU, 2008; 2020) é marcada por muitos silêncios, por gestos reflexivos, como o de colocar as costas da mão sobre a boca e voltar o olhar para cima antes de começar a responder, caracterizando uma atitude reflexiva. Se a enunciação é composta de elementos verbais e não-verbais (BRAITH, 2002), o silêncio se constitui assim como um elemento enunciativo marcante, um excesso intradiscursivo.

Orlandi (2015, p. 19), dedicando-se ao estudo dos sentidos do silêncio na Análise do Discurso, enfatiza que ele é a matéria significante por excelência, estando no fundamento da linguagem e se constituindo como o real do discurso. Apesar dela frisar que o silêncio que interessa à AD é aquele enquanto sentido e história e não como qualidade física, nosso intuito aqui ao trazer uma imagem do silêncio instaurado na enunciação das entrevistas é o de ponderar que o lugar da práxis, da concretude, está também no silêncio, o qual sintetiza a posição de sujeito de onde partem as(os) entrevistadas(os), uma posição de confrontação entre a atividade concreta de trabalho e os saberes instituídos da profissão, a qual, quando posta em palavras, propicia uma estabilização dos sentidos sobre a atividade de trabalho e sobre o ser trabalhadora(or) que o silêncio põe em movimento.

Sendo assim, a análise das dramáticas vividas pelas(os) jovens jornalistas e dos saberes, valores e do ethos da profissão que elas e eles engajam no ato de trabalhar passa também pelas ponderações sobre o silêncio como fundamento da linguagem ou do silêncio como política, a qual silencia e censura determinados sentidos no trabalho que são perigosos e ameaçam a ordem discursiva. "Há, pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer "uma" coisa, para não deixar dizer "outras". Ou seja, o

silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política" (ORLANDI, 2015, p. 35. Grifos no original).

A dialética silenciamento e dito incide sobre a atividade de trabalho e sobre o ethos jornalístico das(os) jovens jornalistas, apresentando-se como um excesso em nosso *corpus*, quando as(os) jornalistas revelam, ao descrever suas atividades de trabalho ou narrar episódios vividos no trabalho, que seus ditos (jornalísticos ou políticos) são silenciados, constituindo-se assim como uma dramática do uso de si.

Outra dramática identificada, desta vez, pelo critério da falta ou ausência, quando da observação da materialidade discursiva, foi a precarização. O vocábulo precarização e seus correlatos semânticos como precariedade, precário e precária estão praticamente ausentes do *corpus*. Poucas(os) são as(o) jornalistas que o verbalizam em um esforço de distanciamento do senso comum da profissão (MORETZSOHN, 2013). A maioria das(os) entrevistadas(os) descreve situações e condições que caracterizam a precarização, mas não arrematam seus dizeres chegando a essa conclusão, o que nos mobilizou a considerar a precarização uma dramática do uso de si subjacente, naturalizada no mundo das(os) jovens jornalistas cearenses.

Sendo assim, as dramáticas do uso de si relativas ao tempo, ao silenciamento e à precarização emergiram da leitura do *corpus*, pois não foram contempladas como temáticas específicas na estruturação do roteiro de entrevistas. Diferente das dramáticas do uso de si durante a pandemia, das dramáticas da gestão de si e da gestão dos outros, que abrangem as relações no trabalho; e das dramáticas do uso de si referentes ao ser mulher, as quais foram tematizadas nas entrevistas.

Finalizada a seleção dos temas a serem problematizados na forma de dramáticas, recorremos ainda às categorias de excesso, falta e estranhamento para selecionar os enunciados, realizando assim um movimento intradiscursivo em nosso *corpus*, de modo a destacar os dizeres das(os) jovens jornalistas que favorecem a identificação das dramáticas e ensejam também a mobilização dos saberes, valores e do ethos jornalístico.

Analiticamente, recorremos à construção de paráfrases em nossos gestos descritivos e interpretativos, escavando os sentidos dos discursos que teimam em se esconder na literalidade do dito. Afinal, a linguagem não é transparente e requer do analista um impulso em busca de vestígios dos sentidos na materialidade linguística, o qual pode ser dar por um efeito de sentido metafórico (PÊCHEUX, 2015; ORLANDI, 2001). A paráfrase emerge como outros ditos que o sujeito esquece, abandona ou interdita, que permitem ao analista interpretar as filiações discursivas e ideológicas de seus dizeres, explorando diversas formas de expressão de um sentido (ORLANDI, 2012). Além disso, recorremos a uma breve análise enunciativa

(BRANDÃO, 2012), com foco nas pessoas verbais dos enunciados, com o intuito de desvendar a heterogeneidade discursiva. Afinal,

> todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua constituição discursiva: ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições de sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia (ORLANDI, 2001, p. 94).

As vozes presentes nos enunciados favorecem a localização das posições de sujeito dos enunciadores e, consequentemente, do movimento dos sujeitos entre diferentes formações discursivas e ideológicas e rumo à construção de identidades, ou seja, do ethos discursivo. Em nosso estudo, todos esses operadores são vinculados ao campo discursivo do jornalismo e do trabalho enquanto atividade humana.

5.3 O tempo como dramática do uso de si

Uma norma antecedente para o trabalho no capitalismo, o tempo, variável que garante estabilidade e inquietude ao juízo humano, sempre foi objeto de fascínio para matemáticos, físicos, filósofos e romancistas. Motivados pelo desejo de desvendar os paradoxos sobre a linearidade e/ou circularidade do transcorrer de dias, horas e meses, muitos pensadores se perderam em *loopings* de teses sobre o sentido positivo do tempo para a humanidade. Enquanto isso, o ser humano ordinário duela dia e noite com as contradições advindas de uma experiência vicária que transcorre em um ritmo descompassado, mais acelerada que o *tic tac* dos relógios e tão dilatada no espaço a ponto de desorientar quem se dá conta de que a vida está escapando pelos interstícios de um tempo gasto excessivamente com as tecnologias.

É no entremeio das sensações de agilidade e falta de tempo que o sistema produtivo calibra suas engrenagens expropriando o corpo, o sono e a força vital de mulheres, homens, jovens, adultos e crianças, tornando o tempo um valor em disputa na contemporaneidade. Afinal, é por meio do controle do tempo de circulação das mercadorias, do tempo das comunicações e do tempo de trabalho que o capital se expande desde a modernidade (ANTUNES, 1999; CRARY, 2016).

No mundo do jornalismo, o tempo é uma dramática do uso de si vivida por jovens que se sentem pressionadas(os) pela vigência da lógica de kairös, da simultaneidade de ações (PELLETTIER, 2005), que combinada com a polivalência, (ANTUNES, 2018), as(os) impede de fazer um trabalho com qualidade e excelência. É o que diz o jornalista 4, que trabalha em uma emissora de televisão.

> Às vezes, eu chego e eu não tenho tempo... eu chego lá só pra realmente APRESENTAR o jornal, certo? (...) Eu não tenho tempo de ler nada, eu não tenho

> tempo de me aprofundar… Eu não tenho tempo de confirmar se aquilo que eu tô lendo é uma cabeça e tá certo (...) porque o pessoal lá às vezes me chama pra gravar esse off aqui pra esse spot que vai sair na programação daqui a pouco; faz aqui esse programa, essa entrevista aqui porque é… a gente... a gente tá com equipe reduzida, tem fulano de tal que tá com covid e não pode vir. É, é tu mesmo (JORNALISTA 4, 2021).

A expressão "Eu não tenho tempo" se repete no início de várias frases do jovem, as quais são finalizadas com reticências e mostram, simultaneamente, um excesso e uma falta. O excesso de atividades que consomem o tempo do jornalista, não lhe permitindo realizar um bom trabalho, sendo a qualidade o que está ausente, faltando em seu enunciado e no próprio mundo do trabalho, pois, como lembra Nicoletti (2020, p. 73),

> (...) percebe-se uma desvalorização do cuidado com a qualidade jornalística, a busca pela informação e a checagem motivadas pelas condições laborais precarizadas ou mais intensas. Há uma certa normalização da prática do erro jornalístico (...). Não é um fenômeno novo, nem localizado.

Retornando ao enunciado "Eu não tenho tempo", se o verbo ter, no sistema capitalista, demarca um modo de ser dos seres humanos, cuja existência se legitima pela posse de mercadorias, e levando-se em consideração que o tempo é um bem para a sociedade capitalista, explícito no aforismo de Benjamin Franklin, "*Remember that time is money"*[78], ao qual recorremos aqui como um interdiscurso (SOUZA-E-SILVA, 2012), uma memória discursiva derivada de uma formação discursiva capitalista, o que esse jornalista afirma ao enfatizar que não tem tempo é que ele ocupa uma posição de sujeito pobre no discurso e no sistema produtivo. Sendo assim, não só os jornalistas que não têm tempo são pobres, mas as(os) trabalhadoras(es) são pobres por não terem tempo, seja para trabalhar com qualidade, seja para descansar, em comparação às pessoas ricas que acumulam bens e tempo para consumir o lazer.

Entendemos que o tempo dividido entre a realização de diferentes tarefas impede que o jovem pratique um jornalismo ideal, pois ele não consegue se aprofundar em ações próprias do cargo de âncora/apresentador de TV, como a elaboração dos textos para as "cabeças"[79] do jornal. No enunciado, o jornalista vincula-se à formação discursiva do jornalismo profissional ao elaborar um texto figurativo (FIORIN, 1998) em que se vale de elementos semânticos encontrados na realidade de trabalho do jornalismo, como *off;* spot; cabeça e programa, cada um destes correspondendo a um formato telejornalístico, como o programa e o spot, ou a fragmentos composicionais de textos telejornalísticos, como o *off* e a cabeça. Elementos concretos que evocam um sentido de competência profissional, a qual é cerceada pelo tempo.

[78] Em tradução livre: Lembre-se que tempo é dinheiro, ou, simplesmente, tempo é dinheiro.
[79] As cabeças são os textos lidos pelos apresentadores de telejornais antes da apresentação das reportagens.

A ênfase enunciativa na palavra “apresentar”, identificada pela escrita em maiúsculo, revela o tom de indignação do jornalista diante da realidade que não lhe permite se implicar no trabalho em razão da gestão de si pelos outros que o desloca para outras funções. Uma gestão abstrata, anônima, identificada como “o pessoal”, denominação impessoal que não nos diz se se trata de jornalistas, mas informa que há diferença entre o jornalista e “o pessoal”, caracterizada pela preocupação dele em fazer um bom trabalho x a preocupação do pessoal em tapar os buracos deixados pela ausência de outros profissionais. Dessa maneira, o jovem constrói um discurso heterogêneo (ORLANDI, 2001; BRANDÃO, 2012; FIORIN, 2012) em que sua voz se contrapõe à voz dos outros, do pessoal, identificada aqui como a terceira pessoa do singular que, na leitura de Benveniste[80] (1976 apud BRANDÃO, 2012), é uma não-pessoa, em comparação com “eu” e “tu”, as pessoas de uma enunciação. Neste caso, o jovem jornalista 4, o eu da enunciação, seria uma voz que defende a qualidade jornalística, enquanto o pessoal, eles são pragmáticos e querem que tudo seja realizado mesmo com os empecilhos concretos.

O incômodo do jornalista 4 em não conseguir fazer o jornalismo que considera ideal, com tempo para realizar suas tarefas, é considerado uma utopia pelo jornalista 3:

> (...) jornalista como um cara que fica ali horas escrevendo, fuçando com uma apuração longa que é aquela coisa que é quase utópica, assim, que ele vai ter muito tempo para poder apurar uma coisa. O tempo é um fator sempre muito presente, muito determinante na rotina do jornalista em todos os aspectos (JORNALISTA 3, 2021).

A utopia aparece como um elemento de estranhamento no enunciado, pois o sentido de utopia é deslocado do campo político para qualificar o trabalho jornalístico ideal e, nesse deslocamento, o sentido de “contato entre a vida e o sonho” (COELHO, 1980), de mudança otimista, que a utopia comumente carrega, é subvertido para o sentido de algo imutável e pessimista, pois o tempo da produção não permitirá a realização do ideal moderno de jornalista que dispõe de tempo para apurar e investigar os fatos, o qual está atrelado a um jornalismo romântico (LAGO, 2002), ancorado no tempo cronológico e estável (PELLETIER, 2005).

A ausência de um eu enunciativo, ou melhor, sua forma implícita, dada a ausência de marcas autobiográficas (BRANDÃO, 2012) do eu no enunciado do jornalista 9 atribui à fala um efeito de sentido de objetividade (FIORIN, 2012) demarcando que o enunciado não se trata de um mero relato subjetivo, mas de uma explicação da realidade, na qual o tempo é uma norma antecedente para o trabalho jornalístico. Tempo este que se constitui como um saber instituído da profissão, como revela a jornalista 1: “É... eu acho que na verdade gestão do tempo eu também consideraria... uma competência assim” (JORNALISTA 1, 2021). Singularmente, a

[80] BENVENISTE, E. **O homem na língua**. Problemas de linguística geral. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.

jornalista 1 entende que o tempo é tão importante para o fazer jornalístico que saber geri-lo é um saber que a(o) profissional precisa apresentar, o qual ela denota dominar ao se implicar subjetivamente no enunciado.

Gerir o tempo, no jornalismo, marcado pela imediaticidade (FRANCISCATO, 2019), implica adequar o ritmo de trabalho às características do veículo e a(o) jornalista competente é aquela(e) que consegue cumprir o *deadline*[81] entregando um material de qualidade. A narrativa da jornalista 13, de quando trabalhou como estagiária e como profissional em redações de diferentes veículos, mostra como a cronomentalidade (TRAQUINA, 2005a) do trabalho jornalístico precisa ser aprimorada constantemente, pois é uma dramática do uso de si por si mesma.

> E no Diário Plus[82], a dinâmica era totalmente diferente de um, do jornal convencional. A gente tinha LONGOS períodos pra fazer a matéria. Tipo, a gente não tinha que apurar hoje, escrever hoje. A gente tinha uma semana, até mais tempo pra fazer isso. Aí eu tive um pouco de dificuldade porque - não sei se você se lembra do meu TCC - eu acabo deixando as coisas para fazer um pouco em cima da hora. (Risos). Eu sempre fazia as entrevistas antes, colocava tudo numa sequência tudo direitinho. Agora, na hora de escrever, dava aquela travada. Só conseguia escrever, tipo, nos 45 minutos do segundo tempo. E aí tipo, meu estágio era pela manhã e eu passava o dia todinho pra terminar de escrever a matéria! E a matéria não era tipo uma lauda, era laudas, laudas e laudas. E aí, quando eu passei pra revista é… quando eram as matérias assim mais convencionais, a gente não tinha um prazo muito bem definido. É tipo, a gente precisa e… é a gente quer publicar nesse tal dia, então, tem que entregar ANTES. Quando era matéria só pro site, era assim de boa, porque eram matérias menores, mas quando era as matérias da revista… atrasei meu deadline… algumas vezes (Risos), porque era, tipo, bem mais difícil. Tipo era várias matérias de uma vez e a ... robustez delas eram bem maiores. Até tipo… ia atrasando cada vez menos. O que era diferente de quando tava, tipo, no plantão do jornal que era tipo de agora para agora. Então se vira, consegue e tem que conseguir, tem que sair. E saía. Às vezes, a gente não gostava, mas saía. (JORNALISTA 13, 2021).

A jornalista 13 é uma jornalista rica, posição depreendida do excesso de expressões referentes à temporalidade, como “a gente tinha longos períodos”, “a gente tinha uma semana”. Ou seja, ela tinha posse de tempo na redação. Sendo assim, sua dramática não era pela escassez, mas pela sua maneira de gerir o tempo, a qual foi mudando em sua história de vida de trabalho, como podemos observar em seu relato, um texto figurativo (FIORIN, 1998) em que a jovem descreve suas atividades de trabalho. Ela constrói uma espécie de linha do tempo de sua trajetória para demarcar as formas de gestão do *deadline* em seu passado laboral, onde cada fato demarca uma relação singular com as prescrições para o trabalho, evidente em sua

---

[81] Expressão comum no mundo do trabalho do jornalismo para indicar o prazo final para a entrega de uma reportagem ou conteúdo informativo.

[82] Foi uma publicação cearense digital exclusiva para tablets que mimetizava o texto de revistas impressas com acréscimos da multimidialidade do suporte (SILVA, 2014). Disponível em https://abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/naiana_rodrigues_da_silva_65.pdf. Acesso em 25 de abril de 2022.

implicação enunciativa pelo uso recorrente do pronome “eu”, denotando sua subjetividade constituída pelas identidades de trabalho que construiu.

Podemos afirmar que a jornalista 13 encarnou o ethos de estagiária procrastinadora, o que lhe rendeu atrasos no cumprimento dos prazos, que ela enuncia de forma envergonhada, usando o riso para demarcar esse sentimento; e textos ruins, pois escritos no calor do imediatismo. Ambos resultados de uma má gestão de si por si mesma relativa ao uso do tempo de acordo com o regime de publicação de cada veículo (FÍGARO, 2021a; BARROS et al, 2021). Quando era repórter na revista eletrônica Diário Plus, ela dispunha de mais tempo para realizar as reportagens, que enfatiza como LONGOS períodos, os quais se opõem aos prazos curtos da factualidade do impresso e da internet, que ela também viveu como repórter.

O prazo de tempo estendido e até mesmo solto foi uma marca também da experiência de trabalho em revista impressa, quando a gestão de si pelos outros deixava o *deadline* indefinido. Essas experiências diversas forçaram a jornalista a renormalizar as atividades de trabalho de modo a se adequar aos prazos, entendidos como prescrições de cada veículo, e como pivôs de dramáticas do uso de si por si mesma e de si pelos outros. Pois por mais que ela se culpe pelos atrasos, e apresente isso como marca individual, é suscitada no enunciado a voz de um outro, demarcada pela mudança do tempo verbal do indicativo para o imperativo (BRANDÃO, 2012). Uma voz que a pressiona, podendo ser entendida como a síntese das vozes das chefias com as quais se defrontou ou a voz do próprio jornalismo, das normas profissionais que cobram o manejo preciso do tempo. É interessante observar que a jornalista 13 concorda com essa voz, estabelecendo assim um sentindo de cumplicidade com ela (BRANDÃO, 2012), que entendemos como uma demonstração de adesão à formação discursiva e ideológica da deontologia moderna, em que o tempo é um valor.

Mas nem sempre o tempo como dramática do uso de si se manifesta somente pela falta de habilidade da(o) jornalista em organizar-se. Em muitos casos, essa dramática é resultado das condições precárias de trabalho na organização.

> Se tivesse ao meu alcance, e é uma utopia muito grande, eu aumentaria a quantidade de repórteres. Porque isso automaticamente reduziria a pressão sobre mim e sobre os meus colegas. Então, só que isso é utópico no contexto em que colegas estão sendo demitidos, né? porque é… as minhas oito horas seriam suficientes pra eu fazer um material satisfatório pra mim e… e, enfim, pros meus gestores, se eu tivesse só aquele material ali pra me preocupar, sabe? Mas às vezes, em geral, na verdade não é... (JORNALISTA 5, 2021).

A utopia aparece novamente neste enunciado, mas desta vez com um sentido mais próximo do sonho, do plano otimista para o futuro de que fala Coelho (1980). Dessa forma, intradiscursivamente, em nosso *corpus*, temos o fenômeno descrito por Fiorin (1998, p. 21),

quando os mesmos elementos semânticos revelam visões de mundo diferentes por estarem atreladas a valores diferentes. Para o jornalista 9, a utopia tem um sentido disfórico, mais negativo, enquanto para a jornalista 5, a palavra utopia realça um sentido mais otimista, eufórico (FIORIN, 1998).

No plano da jornalista, está o sonho de uma gestão do uso de si sem as amarras do tempo da simultaneidade (PELLETIER, 2005) e da multitarefa, pois a gestão baseada no imediatismo só conduz à dramática do uso de si pelos outros. Aqui, a dramática da gestão do tempo está diretamente atrelada às deficiências estruturais da redação de um grande veículo de mídia, como o enxugamento do quadro de profissionais, que termina por sobrecarregar a jornalista 5 com a extensão da jornada de trabalho ou mesmo a intensificação das atividades. Ela passa a acumular tarefas que precisam ser executadas mantendo um padrão de qualidade que atenda às suas expectativas para o trabalho e às expectativas dos gestores, dos outros, o qual talvez não seja sempre alcançado, mesmo com esforço e dedicação. Afinal, como lembra Nicoletti (2020, p. 173), é possível perceber, olhando para os produtos jornalísticos, a perda de qualidade "afetada pela redução do número de pessoas envolvidas em sua produção".

No caso da jornalista 5, o *deadline* e a qualidade são normas antecedentes para o trabalho que ela atende por meio da renormalização de sua atividade, que consiste em dinamizar suas ações e não gozar de sua hora de intervalo, para encerrar o expediente no horário devido. "Essa hora que eu passaria é a hora que eu desconto do meu descanso, às vezes, né? Então, eu talvez eu não sinto que eu tô passando tanto do horário por causa disso, porque quando eu sei que eu passaria do horário, eu desconto da minha hora, né." (JORNALISTA 5, 2021).

O que essa jovem profissional vivencia, completamente implicada no trabalho e consciente de suas ações, é o aumento da velocidade de realização do trabalho, uma marca clássica da intensificação do trabalho observada por Marx (2014, p. 468) desde os primórdios da Revolução Industrial, mobilizada, principalmente pela entrada em cena da maquinaria nas fábricas, e desdobrada no mundo do trabalho contemporâneo com o alargamento do trabalho real para além da jornada oficial por conta da complexidade das atividades de trabalho (ANTUNES, 1999). Dessa forma, o capitalista se apropria do tempo livre do trabalhador. A organização jornalística se apropria do tempo de descanso da jornalista 5, gasto em produção. Uma decisão aparentemente individual, autodeterminada pela ênfase enunciativa do pronome eu, mas que, na verdade, consiste em uma decisão heterodeterminada pelos outros, pelas condições de trabalho, afinal, como nos lembra Orlandi (2001, p. 104):

> O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz). Essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-

> contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade.

Portanto, a decisão da jornalista 5 poderá repercutir na sua saúde, afinal, como também recorda Marx (2014), a intensificação destrói a própria força de trabalho, pois conduz a sofrimentos e quiçá adoecimentos (REIMBERG, 2015). O que faz da redução das jornadas de trabalho uma reivindicação importante da classe trabalhadora contra a extração do sobretrabalho e em favor de uma vida emancipada (ANTUNES, 1999). Ela seria, portanto, a utopia mencionada pela jornalista 5 e pelo jornalista 9, aquilo que lhes falta na realidade, e que falta também em nosso *corpus* de análise, pois, ninguém apresenta de modo explícito essa saída para as dramáticas do uso de si relativas ao tempo.

O jornalista 9 até cogita, num plano individual, uma saída para a dramática do uso si relativa ao tempo. Para ele, a diminuição da carga horária seria uma grande mudança.

> Eu acho que a carga horária de trabalho está sendo, assim, a principal questão pra mim, pessoalmente, de problemas, vamos dizer assim, dentro da redação. Eu começo a trabalhar por volta de duas horas da tarde e fico até o fechamento, que vai até meia-noite. E é bem puxado. E, às vezes, é mais puxado ainda, porque, às vezes, eu preciso ficar mais um tempinho pra planejar o dia seguinte, pra organizar alguma coisa ou pra resolver alguma pendência depois. Então, acaba que, às vezes, chega... Não foram poucas as vezes em que eu fiquei doze, quatorze horas de jornada. Mas, oficialmente, seriam oito horas. Lá no jornal, os editores, eles não conseguem hora extra, tá? Acaba que eles têm um sistema lá que é chamado cargo de confiança, então, eles não recebem esse adicional que os repórteres recebem por hora a mais trabalhada. (JORNALISTA 9, 2021).

A preocupação com a jornada de trabalho se revela no excesso de referências temporais textualizadas de modo que favorecem a criação, pelo interlocutor, de uma imagem dos relógios de ponto que marcam as horas gastas em trabalho. A jornada de trabalho é uma dramática do uso de si por si mesmo e de si pelos outros para este jornalista que tem 33 anos de idade e uma carreira de seis anos em redação, pois além da densificação do trabalho, com a extensão do turno para além das 8 horas estipuladas em seu contrato, ou seja, determinadas como prescrição, o excedente de trabalho é apropriado pela organização quando ele explica que não há remuneração pela hora extra, ou seja, o sobretrabalho (ANTUNES, 1999) é absorvido como norma antecedente.

É interessante que o jovem constrói quase todo o enunciado enfatizando sua subjetividade, ou sua singularidade de trabalho, por meio do pronome em primeira pessoa do singular. Mas, em um dado momento, a heterogeneidade (ORLANDI, 2001; BRANDÃO, 2012) se revela ao falar na terceira pessoa sobre o jornal e os editores, categoria a qual pertence, mas de quem se distancia para denunciar o não pagamento de horas extras. Dessa forma, ele

ocupa duas posições de sujeito, a do profissional que trabalha e cumpre suas atividades e a posição de quem revela algo fora de lugar na organização.

A rubrica "cargo de confiança" que aparece neste enunciado, se sobressaiu como um estranhamento em relação à memória discursiva da deontologia moderna, pois se trata de uma expressão oriunda do campo político ou público, em que sujeitos são incorporados ao serviço público sem submissão a concursos e seleções, mas sim pelas suas competências técnicas ou relações políticas. Contudo, é também uma construção derivada de uma formação ideológica neoliberal moralizante, em que "(...) confiança é sinal de que a situação está sob controle, pois ela só é depositada em alguém que, sabidamente não abusará, que é previsível, que faz o que diz e diz o que faz" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 113). O uso do termo "cargo de confiança", no contexto de um sistema privado, pode ser lido como uma forma de mascarar a exploração do trabalho, pois nos permite construir a seguinte paráfrase: "você é um jornalista confiável, portanto pode arcar com o peso, o ônus do trabalho como editor". O "cargo de confiança" cria também uma distinção simbólica e material entre repórteres e editores, sendo os repórteres os operários das notícias, e os editores os "confiáveis", aqueles cujos salários são mais altos e, portanto, devem ser mais dóceis e estar mais disponíveis para a organização.

No caso do jornalista 9, a organização domina completamente seu tempo de trabalho, uma estratégia comum na atual fase do modo de acumulação flexível (ANTUNES, 2018) que conduz à precarização, a qual, como explica Antunes (2018), se apresenta de distintas maneiras, como por meio do jogo de valorização quase místico do trabalho, comumente utilizado pelas organizações para instigar a dedicação e, consequentemente, aumentar a produtividade. Como observou Reimberg (2015, p. 259), em sua pesquisa sobre o sofrimento e o prazer de jornalistas no trabalho, para muitos profissionais, "Você só é reconhecido como jornalista se você trabalhar muito e se estiver sempre disponível". A cultura jornalística exalta a adesão ao trabalho como sinônimo de profissionalismo, o que significa estar disponível 24 horas. Para as mulheres, essa realidade se torna ainda mais complicada na medida em que elas ainda precisam dar conta do trabalho doméstico (SANTOS, TEMER, 2016).

Uma máxima que naturaliza a opressão advinda pela apropriação do tempo de vida de jornalistas pelo capitalismo e associa a precarização à própria identidade profissional. Uma identidade que passa a ser corroída e despersonalizada pelas estratégias do sistema, como a sobrecarga de trabalho, que para o jornalista 9 "(...) é algo a se pensar se não é assédio. Uma forma de assédio" (JORNALISTA 9, 2021). O assédio moral, classicamente, é definido como uma ação intencional de desqualificação da vítima que visa discipliná-la, neutralizando seu poder no trabalho e enfraquecendo suas defesas emocionais (HELOANI, 2004, p. 05). Neste

caso, o assédio moral aparece no enunciado como efeito de estranhamento, pois é deslocado do campo das relações interpessoais no trabalho para caracterizar a exploração do trabalho como uma forma de violência difusa, pois não é praticada por um sujeito em particular, mas engendrada por um "sistema desumano e cruel", o qual favorece a gestão de pessoas e a construção de relações baseadas em humilhações, na concorrência e nos adoecimentos (HELOANI, 2004, p. 03).

O trabalho onde essas relações de assédio prevalecem é orientado por valores violentos, como disputa, hierarquização e exploração de sujeitos que ocupam posições inferiores. Um domínio que começa com a aquisição da força de trabalho, mercadoria crucial para o sistema (MARX, 2014), e cujo controle não se restringe à fábrica ou à organização, mas estende-se para o próprio tempo livre da(o) trabalhadora(or).

> A gente trabalha dois sábados e dois domingos pra folgar um fim de semana cheio. É, isso é um dia de folga, e aí a cada quatro semanas, na quinta, a gente ganha esse brinde. (...) a gente conquista, né esse nosso mérito, a gente conquista esse… esse fim de semana de folga. E o pior é que agora isso compromete completamente nossa vi… nossa vida social (JORNALISTA 5, 2021).

Neste enunciado, também excessivamente marcado pelas expressões de tempo, a jornalista 5, que trabalha como repórter em um sistema de comunicação local, cria uma polemização (SOUZA-E-SILVA, 2012) entre o tempo de trabalho e o tempo de folga. Há, no enunciado, a presença de uma segunda voz, para além da voz da jornalista-enunciadora, uma voz heterogênea mostrada por meio de um discurso indireto livre (BRANDÃO, 2012) que identificamos como uma ironia. A ironização se dá com a comparação do fim de semana de folga a um brinde que a rica organização dá ao pobre trabalhador, como se o tempo livre não fosse um direito e sim uma concessão da organização que os recompensa com um fim de semana inteiro de folga, o qual não é suficiente para conjugar tempo de descanso, de lazer, afetivo e social.

A jornalista enquanto sujeito desse discurso estabelece uma relação polêmica com a voz da organização, criticando o pouco tempo livre para o descanso e para a vida social, assumindo a voz de trabalhadora explorada e sem tempo para viver que se contrapõe à voz da organização exploradora que consome o tempo de vida das(os) trabalhadoras(es). Esse sentido de que a organização concede folgas, em vez de garantir direitos, causa revolta no jornalista 11.

> Os plantões, na verdade, são uma forma de lhe humilhar, de colocar uma coleira em você e que, olha, pagamos pra você fazer isso. Eles pagam pra você estar lá, o plantão, então, dentro dessa ótica, ele não tem um viés jornalístico, ele tem um viés de apenas de lhe massacrar, de afirmar a todo instante o poder da empresa sobre você. De que, tipo assim, que ele controla sua vida, que você não tem vida (JORNALISTA 11, 2021).

Os plantões são tematizados excessivamente pelas(os) jovens jornalistas, aparecendo em suas falas sempre atrelados à dramática do uso de si relativa ao tempo. No enunciado do jornalista 11, a heterogeneidade também está mostrada, mas a voz da organização aparece de uma forma direta na frase "olha, pagamos para você fazer isso". Aqui, o sentido de perversidade da voz da empresa ganha mais ênfase que na fala da jornalista 5, pois a organização assume que compra o tempo do jornalista. Além disso, a escolha por construir um texto não-figurativo, explorando temas abstratos (FIORIN, 1998), expressos pelo uso dos verbos "humilhar, massacrar, poder e controlar", que integram o campo semântico da subjugação, denota um excesso de indignação do jornalista-enunciador contra a gestão da empresa que pode ser corporificada na imagem de um carrasco, aquele que sentencia à morte a(o) transgressora(or).

Neste desenho ético da empresa jornalística carrasca, o jornalista, em contraponto, encarnaria a imagem de servo, desprovido do direito de controlar a própria vida, o qual deve apresentar

> disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos 'aplicativos' … do outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilação entre o desemprego completo e na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão (ANTUNES, 2018, p. 39).

Como repórter em um veículo tradicional, esse jornalista tem uma visão crítica sobre os plantões, os quais são uma forma de a empresa exercer poder sobre o trabalhador, mostrar que controla sua vida. Ele conclui isso porque se sente subaproveitado, como se estivesse na redação apenas como um ato de obediência, pois se o plantão não é orientado pelos objetivos jornalísticos, o objetivo último dele é o controle, é dispor do corpo-si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Esse controle soa humilhante porque revela uma forte heterodeterminação sobre a vida de trabalho, que é cansativa e domesticadora: "Ele é mais cansativo, ele é mais uma coleira, assim." (JORNALISTA 11, 2021). A retirada dessa "coleira" pela redução da jornada de trabalho já chegou a ser negociada pelas(os) jornalistas, porém sem sucesso.

> (...) foi ventilado algumas vezes, em todas essas reuniões pelas quais a gente passou, que a gente teria uma mudança no nosso regime de plantões. Mas todo mundo hoje em dia tá considerando isso como balela, porque o que que aconteceu, disseram que iriam fazer com que a gente tivesse mais qualidade de vida no trabalho. Qualidade de vida essa que representaria (INAUDÍVEL) um esquema de plantões tanto mais flexível quanto menos pesado. Em vez de a gente trabalhar domingo - isso é informação em off, que eles não chegaram a dizer, mas a gente descobriu, enfim. Que em vez de ser o esquema dois sábados e domingos uma folga, seriam dois sábados, duas folgas, dois domingos, duas folgas. O que melhoraria bastante, consideravelmente. Mas nunca foi dito pelas pessoas, como os chefes responsáveis por essa esquematização dos horários, né, enfim. Nunca foi dito por eles, já foi adiado várias vezes, né, o anúncio de como isso seria e a partir de quando seria (JORNALISTA 7, 2021).

Os plantões são uma dramática para o jovem jornalista 7 que aguardava uma mudança, mas que, pela demora, passou a ser vista como "balela" pelas(os) profissionais, talvez por ser uma mudança com tal impacto positivo na vida de trabalho que se torna utópica, no sentido disfórico (FIORIN, 1998). O tom de descrença do jornalista 7 fica expresso na escolha em representar a voz da empresa por uma voz em terceira pessoa do plural, sem sujeito definido, e pela conjugação do verbo ir no futuro do pretérito que evoca incerteza sobre a ação da empresa.

Para ele, é difícil acreditar que a organização vá se empenhar em garantir a qualidade de vida para as(os) trabalhadoras(es) e isso se deve também ao fato de o tema "plantões" ser uma interdição no ambiente de trabalho, o que é denotado do uso da palavra "off", que, na prática comum do jornalismo, é um recurso usado quando uma fonte não deseja que uma informação seja publicada. Porém "off", na fala do jornalista 7, pode ser considerado também um boato que, na concepção pecheutiana é um fato político. "Em todo dizer há o confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder" (ORLANDI, 2001, p. 129).

O boato sobre a diminuição das jornadas nos plantões, se normatizado, representaria uma vitória da classe trabalhadora. Mas, ao permanecer como um dito em segredo, denota o poder da organização de normatizar e de gerir o corpo-si, controlando o tempo de trabalho e de vida. A palavra "off" se configura ainda como um marcador de segredo, de que essas mudanças não são negociadas abertamente com as(os) jornalistas, havendo, portanto, um silenciamento da parte das(os) trabalhadoras(es) e das(os) gestoras(es). Subentendemos que a qualidade de vida, objeto último das mudanças do plantão, é um segredo que precisa ser revelado, uma utopia a ser realizada. Mas que se depender apenas da ação da empresa, dificilmente, acontecerá, precisando do engajamento das(os) trabalhadores para sair do plano da irrealização.

Se para as(os) jovens jornalistas que atuam em redações de veículos de mídia tradicionais, os plantões se convertem em dramática do uso de si pelos outros relativa à gestão do tempo de trabalho e do tempo de descanso, para a jornalista 2, que realiza atividades de assessoria de imprensa no departamento de comunicação de uma empresa pública, essa problemática se caracteriza também pelo sobretrabalho (ANTUNES, 1999).

> Porque eu sou contratada como 40 horas, trabalho oito horas por dia de segunda a sexta. Tenho o horário especificado pela minha empresa terceirizada que é de 7h30 às 17h30. Aí, na sexta feira, a gente trabalha uma hora a menos. Só que a gente tem dois telefones de plantão e assim e quando o telefone tocar. Eu tô aqui seis horas da noite, dez horas da noite. Meu Deus! Dez e meia da noite e eu aqui! Então, assim, a gente não recebe pelos plantões. É… a nossa chefe já conversou com a gestão, né, não acharam viável. E aí chega no problema que eles não conseguem achar a solução, né? Mas a imprensa pode procurar a qualquer momento, mas a empresa não oferece pagamento de hora extra, então, é meio assim, um grande paradoxo (JORNALISTA 2, 2021).

Neste texto figurativo (FIORIN, 1998), a jornalista mostra como concretamente ela e os colegas se engajam no trabalho. O excesso dos vocábulos “hora, horas, horários, noite” reforça a dramática do uso de si pelos outros que se instaura pela existência de muitas demandas nos finais de semana, a ponto de causar surpresa na jornalista-enunciadora, que usa o recurso de uma segunda voz, uma voz crítica que se surpreende ao perceber que ainda está trabalhando cinco horas após seu expediente acabar. É uma voz da consciência que interpela a jornalista, interrompendo o pragmatismo de suas ações para dizer que ela precisa parar.

Se no sistema capitalista, *time is money*, o tempo gasto em horas de trabalho também deveria render dividendos para a trabalhadora. Contudo, o paradoxo está no fato de que esse tempo tem um custo monetário com o qual a empresa não quer arcar. Essa apropriação da produção da jornalista e de seus colegas caracteriza o sobretrabalho, que a jovem define como uma “violência trabalhista”: “(...) porque, assim, eu incorporei só aos poucos, né, e eu não via ali também o quanto que existiam as violências trabalhistas, né, nesse meu contrato.” (JORNALISTA 2, 2021). A violência aparece no enunciado como uma marca de estranhamento, pois, no senso comum, fala-se em “desrespeito às leis trabalhistas” e não em violência trabalhista. O uso do termo violência em vez de desrespeito ou de descumprimento implica na associação da prática da empresa com uma ação que machuca. Isso nos leva a pensar que no mundo do trabalho flexível, onde as proteções legais das(os) trabalhadoras(es) são rasuradas a cada novo governo, a ausência de regulação das relações trabalhistas dá vazão a uma agressividade normativa que pode conduzir ao sofrimento das(os) trabalhadoras(es) (REIMBERG, 2015).

Nesse contexto, o uso do termo violência desloca o sentido do descumprimento das normas antecedentes de uma formação discursiva e ideológica da gestão dos recursos humanos para uma formação discursiva e ideológica do crime, pois as violências em nossa sociedade são passíveis de criminalização, sendo objetos do sistema de justiça, o que posiciona a jornalista em um lugar de vítima da violência normativa da organização, mas que é uma violência do sistema produtivo e do Estado brasileiro, quando ele próprio desarticula as proteções legais dos trabalhadores[83]. Dessa maneira, a remuneração de horas extras ambicionada pela jornalista 2 ganha o sentido de reparação, de justiça social.

[83] Exemplo de desarticulação das garantias sociais dos trabalhadores foi a aprovação em julho de 2017, durante o mandato do presidente Michel Temer, da lei 13.467/2017, que dispõe sobre jornada de trabalho, férias, contribuição sindical e flexibilização de contratos de trabalho. O atual presidente Jair Bolsonaro já tentou por três vezes emplacar uma nova reforma trabalhista que precarizava ainda mais as relações de trabalho, mas até o momento não obteve êxito para que o projeto fosse ao plenário. Mais informações em: https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/10/07/reforma-trabalhista-michel-temer-empregos-4-anos.htm. Acesso em 30 de abril de 2022.

Por outro lado, na agência de Publicidade em que a jornalista 13 trabalha, a norma antecedente vigente é a de não ser necessário realizar horas extras.

> Eles fazem de tudo pra que ninguém fique além do tempo. Tanto que se você for ficar além do seu expediente, você precisa de autorização da diretoria. (...) tanto que a minha chefe, ela diz: aconteceu algum problema depois do expediente, eu resolvo. Vocês 6:30 desligam o celular. E eu, perfeitamente: 6:30 vou lá e aperto o botão. Quero nem saber. (Risos). (JORNALISTA 13, 2021).

As excessivas marcações temporais mostram como a jornada é relevante para a jornalista 13, a qual revela que a gestão do tempo na agência baseia-se em mecanismos de controle da organização relacionados ao fluxo de trabalho e de comunicação entre as equipes. Daí a presença da heterogeneidade mostrada, que aponta para os papéis na organização. Na terceira pessoa do plural, está a voz da empresa, dos gestores do trabalho que instigam os trabalhadores a não excederem a jornada, o que deve ser uma exceção. Situação excepcional que não é protagonizada pela jornalista 13, pois ao escolher o pronome "você", ela se distancia e desatrela desse modelo de trabalho denso, o que só é possível porque a chefe assume a responsabilidade pelo trabalho após o fim do expediente formal, outorgando à trabalhadora o direito de se desligar das atividades laborais.

Sendo assim, a jornalista 13 expressa essas outras vozes em seu enunciado para concordar com elas, estabelecendo uma relação harmônica com a chefia e com as normas antecedentes da agência, instituindo para si um ethos de trabalhadora obediente, apesar da risada, ao final de sua fala, causar certa dubiedade em relação a essa imagem, pois o riso pode ser uma ironia (BRANDÃO, 2012), que aponta para a possibilidade de ruptura com esse ethos quando ele não beneficiar a trabalhadora, evidenciando a ideia de incompletude e de abertura de um texto (ORLANDI, 2001).

A prescrição da agência também tem um duplo sentido, em nossa leitura, pois não consideramos que seja motivada pela benevolência das(os) gestoras(es), mas nos impele a inferir que o significado dessa atitude organizacional pode se basear em uma desconfiança da honestidade da(o) trabalhadora(or), que precisa atestar a necessidade de permanecer na agência além do expediente. E pode ainda ser lida como uma estratégia de gestão para acelerar a produção, intensificando o trabalho, afinal, as tarefas precisam ser cumpridas dentro do tempo da jornada sob pena de a(o) trabalhadora(or) ser considerada(o) inapta(o) ou incompetente. O fato é que essa norma se apresenta sob os contornos da ideologia neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2013) que exalta o rendimento e positiva o desempenho das(os) trabalhadoras(es) mais bem adaptadas(os) (HAN, 2019).

A despeito desses sentidos subjacentes à norma antecedente da agência, a jornalista 13 se apropria dessa prescrição para se desligar do trabalho. Um privilégio que se tornou mais raro com a irrupção da pandemia, quando o trabalho produtivo passou a ocupar os tempos e espaços da vida de jornalistas e comunicadores e a palavra "*on"* a designar a disponibilidade irrestrita das(os) trabalhadoras(es) potencializada pelas plataformas digitais (FIGARO, 2020; 2021a; BARROS et al, 2020).

5.4 A pandemia como dramática do uso de si

A crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus vem incidindo sobre o mundo do trabalho, acelerando o metabolismo de processos já em curso e disparando reações severas sobre os modos de ser e de viver das(os) trabalhadoras(es), provocadas, sobretudo, pelo aumento do desemprego, da informalidade, das desigualdades na divisão sexual e social do trabalho e pela ampliação da precarização (ANTUNES, 2020b).

No mundo do jornalismo, o trabalho remoto foi uma das principais transformações nas rotinas laborais instauradas nestes mais de dois anos, trazendo a reboque a dependência das plataformas digitais para a realização das atividades de trabalho, a disputa entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo (BARROS et al, 2020) e uma miríade de adaptações e riscos derivados do encontro explosivo entre o capital, a crise estrutural e o coronavírus, denominada por Antunes (2020, p. 18) de capital pandêmico.

As(os) jovens jornalistas são testemunhas das contradições instauradas durante esse tempo em que o jornalismo teve seu papel social reafirmado a despeito das violências simbólicas e físicas deferidas contra profissionais durante o exercício do trabalho (FÍGARO et al, 2021a). Nesse contexto, a casa despontou como lugar seguro, o que não implica dizer que a posição das(os) jornalistas em seu próprio lar era cômoda, afinal, estavam todas(os) cansadas(os) e ocupadas(os).

Esta poderia muito bem ser a síntese do ethos das(os) jovens jornalistas durante o período de pandemia, pois às suas atribuições convencionais, muitas(os) tiveram que agregar novas tarefas, renormalizando o trabalho diante das adversidades que o período impunha e criando suas prescrições, afinal, o ineditismo do home office, em muitas empresas, gerou um déficit de prescrições para o trabalho, ficando a cargo das(os) trabalhadoras(es) construir as normas e objetivos para suas atividades (FÍGARO et al, 2021a). Foi o caso da jornalista 2.

> Então, assim, foi o que mudou mesmo, eu acho, na rotina com o lockdown, com a pandemia, a gente tá tentando incorporar vídeos e áudios previamente gravados. Se eu fosse jornalista do outro lado, não ia gostar muito (Risos) mas é o que tem. (...) a

> gente tá tentando é... fazer todas as entrevistas pelo… por algum… pelo zoom, pelo WhatsApp, por algum meio virtual, né? Algumas, a gente tentou emplacar também, mas só nessa pandemia porque a gente gosta mesmo é da entrevista, né, é da interação, mas a gente tentou emplacar os áudios e os vídeos. Quando a gente dispara um texto pra imprensa a gente já pede pro gestor gravar um vídeo falando do assunto, né? Pra quando a tevê procurar, a gente já tem o vídeo pra enviar. Então, a gente já incorporou é... o vídeo e o áudio pras rádios, né, quando a rádio procura a gente - é, olha a gente queria conversar sobre esse texto que a gente recebeu aqui de vocês é.. -, a gente fala: a gente já tem um áudio aqui. E aí, tem as vantagens e as desvantagens, né? A desvantagem é aliar a falta de interação, o veículo não vai perguntar o que ele quer saber e pra gente, se a gente pensar no lado empresa, é bom porque o gestor vai dizer exatamente o que a empresa quer que ele diga né (JORNALISTA 2, 2021).

A renormalização da atividade de trabalho da assessora de imprensa foi necessária, pois as entrevistas presenciais estavam proibidas e para otimizar o tempo de trabalho do assessorado e das(os) jornalistas, a jovem passou a incluir vídeos e áudios junto com o release, que se tornou multimídia com novas peças de divulgação de informações para a imprensa que dispensavam a comunicação síncrona entre jornalista e fonte. No texto da jovem, ela destaca elementos figurativos (FIORIN, 1998) para explicar suas atividades durante a pandemia. Esse detalhamento marcado pela presença de semas característicos do vocabulário laboral do jornalismo e da comunicação, como "áudios; vídeos; textos; entrevista; rádio" denota uma vinculação da jornalista-enunciadora à deontologia moderna da profissão. Contudo, a presença de outros elementos semânticos como "WhatsApp; zoom e virtual" aponta exatamente para as novas atividades de trabalho que emergem na rotina e, ambos, elementos tradicionais e novos, ao serem destacados no enunciado, constroem um sentido de competência para o sujeito discursivo, pois mostram sua desenvoltura entre as atividades novas e tradicionais da profissão.

A jornalista 2 carrega um ethos de profissional competente, o qual partilha para a equipe ao preferir o pronome "a gente" em vez de centrar-se no "eu". A expressão "a gente" mesmo se aproximando enunciativamente da não-pessoa de que fala Benveniste, responsável por um distanciamento do sujeito discursivo (BRANDÃO, 2012), neste enunciado, evoca um sentido de coletividade, de trabalho integrado da jornalista 2 com a equipe e de união dela com os demais profissionais atuantes na pandemia.

Esse sentido de pertencimento a um grupo é reiterado enunciativamente por um jogo especular em que a jornalista-enunciadora se coloca no lugar dos jornalistas de redação, assumindo suas vozes, tanto que ela reconhece que as peças produzidas pela assessoria não promovem a interação síncrona com a fonte, uma forma de se obter informações ausentes da versão oficial ou pressionar a fonte por declarações impactantes. Portanto, a ausência da "mão do repórter" nos vídeos não é sinal de incompetência, mas de uma dinâmica complexa em que a participação da assessora faz parte da lógica produtiva do veículo informativo (FIGARO; NONATO; GROHMANN, 2013, p. 87).

A renormalização das atividades de trabalho durante a pandemia implicou também na busca de outros saberes para a realização do trabalho. Foi o que aconteceu com a jornalista 5, que é repórter.

> (...) ter que aprimorar essa habilidade de lidar com dados, porque, a partir do momento também que a Secretaria da Saúde disponibilizou plataforma e disse pronto taí. Uma coisa é eu demandar pra assessoria: quantas pessoas foram hospitalizadas entre março e dezembro, e quantas tiveram covid? Hoje eu tenho que ir lá, pego o março, pego de março a dezembro, aí somo as pessoas que tiveram covid, aí depois filtro, pessoas hospitalizadas, aí a partir disso, das pessoas que tiveram covid, quantas foram hospitalizadas, sabe? (...) a partir do momento que a Secretaria disponibiliza e joga no meio dos nossos peito, a gente tem a obrigação de aprender né, a mexer. E aí essa foi uma mudança também, é, lidar mais com dados, não que antes eu não fizesse isso ... eu já fazia, mas de uma forma bem mais, bem mais superficial, né? Então, e existe uma plataforma pública de dados, que toda, a qual todo mundo tem acesso. Então você achar uma coisa diferente, você achar uma coisa nova, exige que você domine de alguma maneira como lidar com essas informações, né, como filtrar, como buscar (JORNALISTA 5, 2021).

A mudança é o signo que aparece em excesso no conjunto de enunciados que expressam a renormalização das atividades de trabalho na pandemia. Neste caso, a jovem precisou aprimorar sua habilidade com dados para extrair da plataforma IntegraSUS informações sobre a pandemia no Ceará. Ela incrementou seus saberes investidos sem treinamento ou orientação, apenas a partir da prática. Para demonstrar isso, a jornalista-enunciadora usa a expressão popular "jogar no meio dos peito", que, no cenário local, designa algo que surge repentinamente e com o qual se precisa lidar.

A jornalista-enunciadora está a todo momento dialogando com os outros do trabalho em seu enunciado por meio da heterogeneidade mostrada e marcada (BRANDÃO, 2012) como no uso da expressão popular que pode ser lida como a voz da fonte, da assessoria da secretaria de saúde, que lhe oferece a matéria-prima para o trabalho: uma plataforma pública de dados. A extração das informações dessa plataforma se torna uma responsabilidade da qual não poderia se esquivar, pontuada discursivamente pelos verbos no infinitivo "aprimorar" e "demandar" e pelo sema "obrigação". Entendemos que esse senso de compromisso da jornalista não é uma resposta a uma ordem direta de um gestor, mas às normas antecedentes da profissão, configuradas aqui como o banco de dados público e o valor jornalístico de interesse público, reforçado pela pandemia como tema de cobertura e prioritário na operacionalização da instância de seleção de informações (FÍGARO, 2021b).

Por isso, a jovem jornalista se empenhou para lidar com a plataforma e com os dados, equilibrando sua dramática do uso de si pelos outros mobilizada pela aquisição de um novo saber. Decisão que a jornalista-enunciadora postula como uma norma para os demais profissionais à medida em que troca o marcador de subjetividade do pronome "eu" pelo

pronome “você”. Fiorin (2012, p. 67) explica que a troca intencional da primeira pessoa para a terceira esvazia a subjetividade do eu para enaltecer um papel social. No enunciado em análise, o papel que a jovem-enunciadora quer reforçar é o do jornalista profissional que deve renormalizar suas atividades, aprimorar seus saberes para lidar com as novidades factuais (LAGE, 2005), o qual é interpelado por ela por meio do pronome “você”, pois como integrante do mundo discursivo e de trabalho do jornalismo ela tem intimidade para abordar os demais profissionais de modo mais informal.

Dessa forma, a jornalista-enunciadora diz para os jornalistas não esperarem pela assessoria, serem mais autônomos na descoberta de “coisa diferente”, “coisa nova”, ou seja, de singularidades (GENRO FILHO, 2012) sobre o tema mais factual do momento. Como a rua estava interditada, os grandes bancos de dados públicos passaram a ser um lócus noticioso para a descoberta de singularidades, mas os quais, para serem acessados, requerem saberes de seleção e de composição da notícia (FÍGARO et al, 2021b) específicos e ausentes na deontologia moderna. Sendo assim, a jornalista 5 desenha para si um ethos de profissional, adaptada às mudanças.

Habituada a ser repórter de rua, a jornalista 5 precisou ainda renormalizar sua atividade de trabalho em busca de fontes anônimas, de personagens para suas reportagens (MEDINA, 2014), contando inclusive com a ajuda de outras(os) profissionais.

> (...) o meu máximo respeito a isso, e eles nesse período ajudaram muito a gente, assim, dando umas entrevistas véa fulerage, mas traziam os personagens até a gente, iam nos locais, porta de UPA, porta de hospital. Então, é, essa também era uma alternativa, contar não só com a nossa, com a minha rede de contatos pessoal, mas também com os colegas, nesse sentido (JORNALISTA 5, 2021).

Neste enunciado, um estranhamento se sobressai na materialidade discursiva com a recorrência da jornalista a uma voz popular, diferente da sua, marcada pela gíria “fulerage”, que a coloca em uma posição discursiva e ideológica de julgamento e distanciamento, depreciando o trabalho do outro. O linguajar popular característico da cultura local é usado para diminuir o trabalho que outros jornalistas realizaram, colocando a jornalista 5 em uma posição de superioridade, trazendo para seu enunciado uma concorrência discursiva instaurada entre eu x outros; eu x eles; repórteres de impresso x repórteres de TV, tradicional ao jornalismo, em que as(os) repórteres de TV são tidos como superficiais enquanto as(os) de impresso são quem realiza coberturas densas e aprofundadas (TRAVANCAS, 2011).

Uma rivalidade descendente da centralização do jornalismo impresso no mundo do trabalho e remanescente mesmo após a convergência jornalística e a integração das redações (ARAÚJO; LUCAS, 2021), que preconiza a colaboração entre profissionais de diferentes

suportes para uma produção multimídia integrada (SALAVERRÍA; NEGREDO, 2008), e instigada pelo novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Contudo, a concorrência entre os suportes deu lugar à solidariedade no trabalho, mobilizando uma prática que talvez não fosse tão comum antes do período de exceção da pandemia. Afinal, se como pontuam Charron e Bonville (2016), há a prevalência de um paradigma do jornalismo de comunicação na contemporaneidade, marcado, dentre outras características, pela concorrência entre os jornalistas, a solidariedade emergiu assim como um valor humanista que orientou o trabalho em detrimento do valor de mercado (NEVEU, 2006), que a concorrência instaura.

Concorrência à parte, os profissionais de televisão também tiveram que renormalizar suas atividades em decorrência das condições de produção.

> A primeira coisa, a gente não recebe convidados no estúdio, e isso é um problema, às vezes. A gente só fala por Zoom. Porque é... até aqui a gente tá vendo o que acontece, né? Às vezes, cai a internet... A gente... a gente tem uma complicação. Isso é muito chato. Principalmente na TV, porque a pessoa tá ali assistindo e aí cai. E aí, você não sabe se vai voltar. E aí a pessoa não tem tempo de terminar a ideia e isso é muito desgastante, mas, ultimamente, esse problema tem... tem sido bem assim... Não tem mais acontecido com tanta frequência. No começo, que não tinha muito essa questão de Zoom e tal, foi bem complicado, né? Tinha muitas quedas e tal. Isso atrapalhava muito nosso trabalho. Ah, algumas pautas a gente deixou de fazer por conta da questão do distanciamento (JORNALISTA 4, 2021).

O depoimento do jornalista 4 se enquadra no critério mudança como um excesso do *corpus* relacionado à pandemia. Ele confirma que a pandemia forçou a sistematização de novas prescrições para o trabalho jornalístico em TV pela descrição de ações concretas. A realização das entrevistas de modo remoto se configurou como um saber-fazer de prudência, posto em prática com o intuito de minimizar ou controlar os riscos no trabalho (NOUROUDINE, 2004). A prudência se tornou parte do processo de noticiabilidade quando foi incorporada ao saber de seleção (FÍGARO et al, 2021b), orientando quais pautas eram possíveis de serem realizadas no contexto sanitário.

Essa renormalização do trabalho na TV, contudo, não se deu de forma harmônica, pois a dependência da conectividade das plataformas foi o principal empecilho vivido nos programas ao vivo, com a interrupção das chamadas de vídeo. A tecnologia se tornou assim um outro no trabalho, pivô de uma dramática do uso de si vivida não só pelo jornalista 4, mas pela equipe de trabalho e até mesmo pelas fontes, expressa pelo uso do pronome informal “a gente”. Esse recurso estilístico favorece um efeito de sentido de distanciamento e de objetividade (FIORIN, 2012) que atesta a veracidade do que é dito pelo sujeito do discurso, no caso o jovem jornalista.

Contudo, o que o jovem jornalista esquece de mencionar ou deixa ausente em sua fala (PÊCHEUX, 2015; ORLANDI, 2015) é que as entrevistas mediadas pelas plataformas junto com as intempéries da conexão com a internet alteram a qualidade das imagens jornalísticas,

pois aproximam a estética da TV da web. Um esquecimento que, ao nosso ver, tenta preservar o estatuto profissional do jornalismo feito pela emissora.

> Vídeos gravados pelo celular com enquadramentos ruins, iluminação inadequada e composição visual pobre, a qualidade da imagem no telejornalismo foi prejudicada e se aproximando de uma estética da web, em que o amadorismo impera diante uma infinidade de produtores de conteúdo que, com uma ideia na cabeça e uma câmera na mão (seja ela qual for), fazem produtos audiovisuais sobre os mais variados temas. (TEMER; LEITE JUNIOR, 2020, p. 336).

Portanto, os resultados das renormalizações do trabalho jornalístico na TV não foram apenas de ordem pragmática, mas incidiram no cerne da linguagem e da enunciação televisivas, pois as imagens não são acessórias no telejornalismo e suas constituições estéticas e técnicas integram os discursos e os sentidos das notícias. O jornalista 11, que é repórter, mas não trabalha diretamente com produção televisa, percebeu esse fenômeno advindo com a pandemia.

> (...) a pandemia foi um momento em que o jornalismo, essa produção do jornalismo, ela se aproximou ainda mais dessa produção caseira e, vamos dizer, amadora. Exemplificando: com a pandemia, e a questão do distanciamento social, um Fantástico da vida começou a usar imagens de gente dentro de casa, dando entrevista de casa, numa câmera de laptop, que a qualidade...horrível, áudio horrível. As TVs, o público se acostumou rapidamente com essa estética das nossas casas (JORNALISTA 11, 2021).

O jornalista-enunciador recorre a um texto figurativo construído em terceira pessoa para atrelar um estatuto de verdade histórica (BRANDÃO, 2012) ao que está sendo dito, no caso, a renormalização do trabalho na TV como um movimento de hibridização entre as linguagens da internet e do telejornalismo. Ao atentar para essas mudanças, o jovem mostra seu conhecimento da profissão e se posiciona como um analista, obliterando sua subjetividade em detrimento de uma voz neutra que fala de dentro do campo discursivo do jornalismo (SOUZA-E-SILVA, 2012). Além disso, essa fala serve de contraponto a sua equipe que não renormalizou os formatos e gêneros jornalísticos durante a pandemia.

> Eu como editor, eu como uma cabeça pensante, teria dado um murro na mesa e teria dito “mermão, vamo produzir conteúdo, fazer live, vamo chamar Fulano de Tal pra dar entrevista”. E eu não sei se por covardia, incompetência, maldade ou inocência... Tipo, gente no meio da pandemia, o pau rolando, artista passando fome, fazendo campanha pra recebimento de cesta básica, tinha gente da equipe deslocada fazendo outras pautas que não eram necessárias naquele momento. Gente, isso é brincar com a cara da sociedade! No momento mais precário, a equipe de cultura do jornal se acovardou, não foi pro embate, não foi capaz de reinventar. O que que aconteceu? A direção percebeu que sem... aquela coisa descontrolada, sem um planejamento, aquela loucura, começou a pegar repórteres da equipe e levar pra outras áreas que estavam precisando. Cidade, Política, não sei o que. Começou a esfacelar. A equipe foi começando a ser desmontada ali (JORNALISTA 11, 2021).

No enunciado, o jovem abre o relato desenhando uma cena de enunciação que remete a uma cenografia de filmes sobre jornalismo em que, em um momento de clímax narrativo, o editor assume o risco que a publicação de uma notícia envolve e aciona as rotativas, como o faz

Kay Graham, proprietária do The Washington Post, em "The Post", ao autorizar a publicação de documentos conhecidos como *Pentagono Papers*[84]. Mas na cena concreta de trabalho do jornalista 11 não havia um "editor corajoso" que assumisse o risco da renormalização.

Por meio da heterogeneidade, o jornalista-enunciador desenha para si uma imagem de editor, dando vazão a voz de um "eu" que existe idilicamente no passado, e que teria sido capaz de agir com coragem, competência, bondade e esperteza, qualidades não-ditas (PÊCHEUX, 2015; ORLANDI, 2001), mas que podem ser depreendidas do dito do jornalista, pois se opõem à covardia, incompetência, maldade e inocência, atribuídas aos outros no trabalho. Da maneira como elabora o enunciado, o jornalista 11 se distancia da sua equipe de trabalho ao adotar a terceira pessoa no texto e assumir um ethos de analista (MAINGUENEAU, 2020), que julga o trabalho e conclui que ao não renormalizar as atividades, a equipe, a organização, os outros brincaram com a sociedade. Dessa maneira, ele objetifica a própria equipe, a julga como covarde e evita se associar a essa imagem, pois logo no início de seu enunciado, se define como corajoso, mas uma coragem que foi tolhida pela gestão de si pelos outros. A mesma que esfacelou a equipe e minou sua capacidade criativa e produtiva.

Enquanto o jornalista 11 se ressentiu da estagnação de sua editoria, a jornalista 2 se incomodou com a cobrança excessiva de renormalização e inovação.

> A nossa gestora anterior, que era uma gestora comissionada, não era a gestora atual que é concursada, ela passou a exigir muita produção, muita, muita, muita. Ela dizia: gente vamos nos destacar, nós somos a Comunicação, vamos ser o melhor setor da empresa, eles precisam da gente. Ela fazia esse discurso... Então, a gente não tava no momento, a gente não tava muito nessa vibe de produzir. (...) Então, ela cobrando, ela cobrando e as pessoas não, não, realmente, não queriam, né, estavam fazendo assim as coisas forçadas. E aí, todo mundo se reuniu, né, as vinte e três pessoas se reuniram, a gente fez uma chamada de vídeo, cada um colocou as suas questões, né? A equipe são jornalistas, publicitários e estagiários e todas as pessoas tinham as mesmas queixas e aí a gente falou vamos conversar com a nossa gestora e pedir pra diminuir a carga de trabalho. (...) E quando ela soube, ela disse que estávamos fazendo reuniões sem ela. Estávamos fazendo um motim, e ela não queria mais ser nossa gestora, aí ela pediu pra sair (JORNALISTA 2, 2021).

Na narrativa deste episódio, o uso excessivo do adjetivo "muita" dá uma dimensão da intensidade da cobrança por produtividade realizada pela gestora que, no enunciado tem uma posição de sujeito que cobra rendimento e desempenho positivo de seus recursos humanos, baseando suas ações em valores como a competitividade visível nas frases: "vamos nos destacar"; "vamos ser o melhor setor da empresa", que a faz ter um discurso que a jornalista 2 não qualifica com precisão, deixando o sentido em aberto (ORLANDI, 2001), mas que

[84] Para ler mais sobre o filme: https://rollingstone.uol.com.br/noticia/the-post-guerra-secreta-academico-conta-historia-instigante-mas-nao-pega-fogo/. Acesso em 30 de abril de 2022.

associamos ao discurso do homem-empresa e à ideologia neoliberal, a qual assujeita as(os) trabalhadoras(es) às métricas de rendimento e performance (DARDOT, LAVAL, 2013).

O discurso neoliberal da gestora encontrou resistência para se imiscuir na subjetividade das(os) trabalhadoras(es), demarcando uma disputa entre gestora e trabalhadoras(es). Nessa arena discursiva, as(os) trabalhadoras(es) estavam em vantagem não apenas por serem em maior número, mas por comporem uma entidade coletiva relativamente pertinente, identificada por Schwartz e Durrive (2007, p. 89) como um grupo de pessoas unidas por laços de trabalho e por valores, os quais são relativamente pertinentes porque não são oficiais, mas informais, e porque, ao mudar alguém da equipe, o ritmo e a eficácia do trabalho também mudam.

Neste caso, a entidade coletiva relativamente pertinente de comunicadoras(es) estava unida em torno do objetivo de não trabalhar em excesso, o qual se ampara em valores opostos aos neoliberais - sintetizados pelo discurso da gestora - o que podemos afirmar como valores socialistas (ANTUNES, 1999). Sendo assim, a jornalista-enunciadora traz a voz dos outros, da chefe, para a superfície do enunciado, na forma de um discurso direto, para polemizar com ela, contrapondo assim sua voz e a dos colegas, marcados pelos pronomes demonstrativos e pelas conjugações verbais na primeira pessoa do plural. Afinal, o "nós", como marca de heterogeneidade discursiva, pode ser a junção do "eu" com "eles" (FIORIN, 2012).

As(os) trabalhadoras(es) usaram então a comunicação para se organizar e diminuir seu sofrimento, valendo-se dela como elemento para construir relações saudáveis no trabalho (DEJOURS, 1999, p. 11). Contudo, neste episódio, a comunicação não conseguiu produzir um consenso completo, pois a chefe pediu transferência e acusou o grupo de se amotinar, ou seja, de desobedecer, revelando assim o sentido autoritário de sua gestão, afinal o termo motim é devedor de uma formação discursiva e ideológica militar, em que poder e autoridade ficam explícitos em relações hierárquicas verticais e não opacos, como nos discursos e nas relações horizontais neoliberais (ANTUNES, 1999; SOUZA-E-SILVA, 2005). A vitória da entidade coletiva de comunicadores foi a negociação de uma gestão menos opressora.

É importante demarcar que, diferente do jornalista 11 que se desatrelou discursivamente da sua equipe de trabalho, objetificando-a, a jornalista 2 está diretamente implicada em todas as ações narradas, evidenciando isso por meio do pronome nós e suas derivações verbais e nominais. Enquanto o relato do jornalista 11 mostrou a desagregação da equipe de trabalho em razão da passividade e covardia, o depoimento da jornalista 2 exibiu a solidariedade, a coragem e organização das(os) trabalhadoras(es) que as(os) tornou mais próximas(os) e unidas(os) a despeito do isolamento social.

5.4.1 O controle do trabalho

Outra mudança que figura excessivamente nos depoimentos das(os) jovens diz respeito ao uso de tecnologias digitais durante o período pandêmico, as quais se tornaram indispensáveis na organização e comunicação no trabalho. Uma mediação que, muitas vezes, ganhou ares de vigilância e de cobrança por produtividade.

> A gente adotou um aplicativo acho que aplicativo... chamado Trello, não sei se você conhece, né? A gente não usava antes e a gente até brinca, né, pra que que serve o Trello? Ah, é pra empresa saber o que a gente tá fazendo, porque eles criaram quadros. São vários quadros, mas tem ali três grandes quadros, que é a demanda, aí do lado, em andamento; e do lado, concluir. Então, tem ali os cartões com os nomes de cada pessoa e o que a pessoa tá fazendo. Então, se eu acessar o Trello amanhã, 8:30 da manhã, eu vou ver o nome das pessoas e eu vou saber exatamente o que elas estão fazendo. E se eu fuçar um pouquinho mais, eu vejo quanto tempo aquela pessoa demorou pra fazer aquela coisa. E aí, quando o texto fica pronto, eu coloco lá e todo mundo dá pitaco também, né? E assim, é... esse, esse aplicativo é muito monitorado pela nossa gestora, muito organizado por ela, e ela faz muitos comentários. Acho que ela passa o dia inteiro olhando. Eu acho que foi uma forma de monitorar o nosso trabalho (JORNALISTA 2, 2021).

A adoção de um aplicativo para a organização do trabalho como o Trello é apontada pela jornalista 2 mais como uma forma de vigilância das(os) trabalhadoras(es) do que simplesmente como uma ferramenta de organização de tarefas. É um espaço em que gestão e trabalhadores se encontram e onde podem interagir e trabalhar de modo cooperativo. Contudo, há, no enunciado da jovem, uma voz que brinca, que ironiza a função do aplicativo, polemizando (SOUZA-E-SILVA, 2012) com o aspecto de vigilância que se sobressairia em detrimento da organização e comunicação do trabalho. Visão que é reforçada pelo fato de a gestora acompanhar com assiduidade o desenvolvimento das tarefas na ferramenta, exercendo a gestão dos outros via dispositivo, por meio da comunicação, manifesta em forma de comentários.

A vigilância do trabalho por meio da comunicação não é nova, como pontua Christian Fuchs (2015) em entrevista concedida a Fígaro, mas vem se aprimorando com os meios digitais e sua lógica algorítmica (BRUNO; 2019; ZUBOFF, 2019). De toda forma, vigiar a realização do trabalho e as interações de trabalhadoras(es), assim como o espaço laboral, é uma necessidade do capitalismo, uma forma de controle da força de trabalho e da produção (FUCHS; FÍGARO, 2015, p. 70). Um controle que se intensificou com a pandemia em razão da distância física das(os) trabalhadoras(es) das sedes das organizações, requerendo novos procedimentos para vigiá-las(os).

> (...) ano passado - eu lembrei agora - tinha uma planilha que a direção fez, uma planilha desgraçada, que a gente tinha que colocar tudo o que produzia, matéria por matéria, se era Instagram - stories de Instagram; se era Portal, título tal de matéria tal,

> botava o link. Ano passado, menino, isso aí e aí travava o Excel. Menino, isso aí levava meia hora da nossa carga horária. A gente teve que assumir um papel de secretário da própria produção, secretaria da própria produção, colocar lá e, ao mesmo tempo, colocar nossos horários e tudo mais. Aí depois eles tiraram isso, de a gente colocar coisas nessa planilha. Graças a Deus! (JORNALISTA 6, 2021).

Neste texto de caráter figurativo (FIORIN, 1998), o jornalista-enunciador destaca semas que apontam para novas atividades no jornalismo, como "planilha; stories; Instagram", as quais se combinam com atividades tradicionais representadas pelos elementos semânticos "portal; matéria; produção". Fazeres tradicionais e emergentes que se misturam a uma terceira ação de organização de tarefas que também se reverteu em instrumento de controle, pois foi instituída como prescrição de modo verticalizado. A ausência de participação das(os) trabalhadoras(es) na elaboração de soluções para o trabalho pode ser a razão pela qual a tarefa de atualização da planilha se mostrou um fardo para o jornalista 6, expresso quando ele qualifica a planilha como desgraçada e quando agradece a Deus por ela ter sido abolida, comparando a decisão da empresa a um ato divino que o livrou de um peso existencial. Quando, em realidade, a tarefa pode ter sido retirada do rol de prescrições não por mágica ou reza, mas por não ter se mostrado efetiva para os objetivos que se pretendia alcançar com ela.

O registro do cumprimento da jornada de trabalho também é uma forma de a(o) trabalhadora(or) garantir seus direitos, o que foi perdido pela jornalista 10.

> Porque também com o home office, a gente... perdeu o banco de horas, assim. Lá, se a gente fizesse extra, ficava a hora lá, para tirar a folga depois. Agora, com todo mundo em casa, não tem mais. Você não pode fazer hora extra, porque você não ganha nada por isso. Então… Eu tava perdendo, né, o meu tempo assim, dando muito de mim e eu não ia ter retorno nenhum (JORNALISTA 10, 2021).

A ausência de instrumentos de gestão do tempo de trabalho foi desvantajosa para a jornalista, pois ela não tinha como reivindicar compensações pelas horas a mais gastas para a realização das tarefas laborais, o que implicou em um trabalho excedente. Afinal, a organização, representada no enunciado por uma voz que adverte a jovem a não trabalhar para além da jornada, não considerou o uso de uma planilha eletrônica como meio seguro de controle do trabalho. Parafrasticamente, é como se a organização, assim como São Tomé[85], precisasse "ver para crer" que a trabalhadora estava de fato realizando suas atividades. Ou seja, a organização é cética em relação à honestidade das(os) trabalhadoras(es). Vale destacar que a natureza do trabalho realizado pela jornalista 10 era improdutiva (ANTUNES, 1999; MARX, 2014), por se tratar de um trabalho em uma organização pública, a qual, ao se apropriar do sobretrabalho da

[85] No campo discursivo religioso, São Tomé é o apóstolo cético que não acredita na ressurreição de Jesus. Mais informações em: https://luziasantiago.cancaonova.com/palavra-do-mes/como-esta-minha-fe/. Acesso em 30 de abril de 2022.

jornalista, lança mão de um artifício do trabalho produtivo, que visa ao lucro do capitalista, demarcando assim uma contradição envolvendo os objetivos e lógicas do trabalho.

5.4.2 Responsabilidade social do jornalista

A pandemia evidenciou e agudizou uma diversidade de contrastes que fragilizaram as(os) jornalistas. No quesito editorial, a progressão dos casos de covid-19 era o tema central das coberturas e isso gerou dramáticas para profissionais como a jornalista 8, que era redatora de capa de um jornal e precisava usar seu saber de seleção (FÍGARO et al, 2021b) para definir os fatos que seriam manchetes do periódico.

> Então, assim, eu tive uma sensação muito grande nessa função da capa, de passar muito tempo de luto. É… de tipo assim, a gente não vai trazer determinada coisa porque é muita alegria perto de muitas mortes. A gente falava de tantas mortes e aí a gente pensava: não hoje, eu acho que dá pra gente falar sobre determinado outro assunto. Mas assim, quando é que fazia sentido falar sobre outro assunto? Quando é que outra manchete fazia sentido se quando, na verdade, sei lá, a gente ficava alcançando, constantemente, muito rápido marcos de mortes, de dor, de adoecimento. Sabe? Eu lembro dos primeiros três casos, eu lembro do… das primeiras três mortes, eu lembro de quando a gente fez uma capa que era para colocar tipo cruzes … Ela nem ficou compreensível, porque faltou explicação melhor. Mas era pra colocar pequenas cruzes da quantidade de morte pelo Brasil e ficou quase um filtro cinza por baixo. E ficou pouco explicativo porque não tinha espaço numa página de impresso. Tipo assim, hoje, a gente devia falar disso porque a Covid, aí outras pessoas falavam: ah, mas a gente só vai ficar o tempo todo falando de covid? A gente precisa diversificar. E aí outras falavam: tá, mas como é que a gente vai diversificar nesse contexto. Então assim, eram opiniões importantes, eram opiniões muito dissonantes, ao mesmo tempo. Então foi muito complicado, assim. Precisava de uma sensibilidade ali que era muito, que não era uma sensibilidade da fragilidade não, era uma sensibilidade do pesado mesmo, sabe? (JORNALISTA 8, 2021).

A morte é o elemento tematizado em excesso na fala da jornalista, pois tornou-se critério de seleção temática (FÍGARO et al, 2021b) recorrente para a definição da capa do jornal e um sentido predominante para o trabalho neste período, sobrelevando a alegria, sentido oposto que não encontrou espaço para ser noticiado a despeito da insistência dos outros. Em seu enunciado, a jornalista-enunciadora evidencia a polêmica editorial por meio de várias vozes, que podem ser encarnadas pelos outros no trabalho, ou seja, jornalistas; fontes etc.; quanto por ela própria, que se questiona sobre qual a decisão mais acertada: noticiar a covid ou outro fato? Mostrando assim como se dava sua tomada de decisões, que não era feita de modo irrefletido e solitário, mas a partir da interação com os outros do trabalho.

A covid aparece na fala da jornalista 8 como um acontecimento social que se transmuta em acontecimento jornalístico e discursivo (PÊCHEUX, 2015). E o tom do discurso jornalístico sobre a covid, nas capas do jornal, era um tom pesado, pois só assim esse discurso poderia ser autêntico como o discurso informativo se propõe a ser (CHARAUDEAU, 2006). Afinal, o

mundo estava em sofrimento, inclusive a jornalista 8 que carregava em si o luto social e o luto discursivo, este último advindo da impossibilidade de noticiar outros acontecimentos.

A mesma dramática editorial, uma dramática do uso de si pelos outros, foi vivida pelo jornalista 7, que no primeiro ano da pandemia ocupava o cargo de social media em uma grande organização jornalística.

> Ela afetou o nosso trabalho desde essa questão estrutural à questão, como é que eu posso dizer, produtiva mesmo, porque ela virou, assim, o centro das atenções. Um marco disso foi quando a OMS, né, a Organização Mundial da Saúde, ela definiu a Covid-19 como uma pandemia. Foi como se fosse um estalo. Nesse dia pediram...parece que teve uma espécie de e-book sobre a doença, com o que já tinha sido noticiado em relação a ela. Isso nunca tinha acontecido antes e não voltou a acontecer também. Sendo que naquela época a gente não tinha tanto conhecimento acumulado acerca da enfermidade como a gente tem hoje em dia. Mas por exemplo, quando virou pandemia, quando foi classificada desse jeito, a gente virou quase o Diário da Covid. Todo tempo matéria sobre isso tentando destrinchar, tentando relacionar o vírus a algum âmbito do viver, vamos dizer assim, seja questões econômicas, culturais, cotidianas, políticas, tudo. Então tipo assim, eu não era do setor produtivo ainda, né, eu pegava mais o reflexo disso né, pra direcionar pra redes sociais, mas foi tão desgastante quanto, porque foi muita coisa que a gente precisou fazer (JORNALISTA 7, 2021).

No enunciado, o excesso de termos como “covid-19”; “covid”; “pandemia” e “vírus” denotam a centralidade do tema na cobertura jornalística, ação sintetizada na expressão “Diário da Covid”. Como fato social e fato jornalístico relevante, a pandemia mobilizou a redação a elaborar um tipo de manual com as principais informações sobre a doença, o qual funcionou como um conjunto de prescrições para a cobertura jornalística. O manual ajudou na cobertura e propiciou uma densificação das produções, por meio da particularização da cobertura (GENRO FILHO, 2012), relacionando a emergência sanitária com outros aspectos da vida social, uma orientação jornalística que resultou em um grande volume de produção e em mais trabalho, mesmo para o jornalista 7 que não atuava diretamente na reportagem.

Dessa forma, tanto a jornalista 8 quanto o jornalista 7 viveram um sofrimento relacionado com a organização do trabalho (REIMBERG, 2015), decorrente do engajamento do corpo-si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) na atividade, o qual se aliou aos demais sofrimentos que marcaram o trabalho jornalístico e de comunicação nesse período, como o medo de morrer, de se contaminar, de contaminar familiares e amigos e de perder o emprego. (FÍGARO et al, 2020; 2021a). A pandemia fragilizou até mesmo quem estava desempregada(o) no início da pandemia e queria estar na linha de frente, como o jornalista 4.

> O momento importante eu digo, assim, porque como eu falei no começo, né, da nossa responsabilidade como jornalistas, né? Então é… vocês sempre contavam pra gente momentos marcantes. E como foi aquela cobertura, né? Vocês sempre davam um exemplo da eleição do presidente Lula, né? Da... dos atentados às torres gêmeas, né, toda essa coisa. E esse era o nosso momento, digamos assim, né. E aí eu ficava meio receoso porque naquele momento, né, daquela cobertura que infelizmente era triste.

> Mas aí eu senti falta, sabe? De tá trabalhando, de tá...de tá na linha de frente com os meus colegas (JORNALISTA 4, 2021).

No enunciado, se sobressai a palavra "momento", que se atrela aos qualificativos "importante" e "marcante" como marcadores da cronografia da cena de enunciação (MAINGUENEAU, 2020) que o jornalista constrói, amparada em marcadores específicos de uma cronologia de acontecimentos sociais, como a eleição do Lula e o atentado às torres gêmeas, que aparecem em seu enunciado como acontecimentos jornalísticos notáveis do passado, figuras da memória coletiva da profissão e do repertório singular de trabalho de algumas(alguns) jornalistas apontados pelo pronome "vocês".

O jornalista-enunciador traz para o texto as vozes de outros jornalistas, sejam professores ou colegas de trabalho, que viveram coberturas históricas e tiveram seus momentos. Espelhando-se nessas falas, ele ansiava por também ter sua carreira marcada pela cobertura de um acontecimento social de alta relevância. A pandemia e o tempo presente seriam então o evento coletivo e a cronografia que lhe proporcionariam construir uma experiência singular que perduraria em sua memória e na linha do tempo da profissão, sendo objeto de relatos futuros sobre sua carreira.

A despeito do risco que foi trabalhar durante a pandemia[86], o jornalista 4 sentia-se interpelado pelo desejo de fazer história e pela responsabilidade social da profissão (TRAQUINA, 2005a). A responsabilidade social aqui coincide com a missão democrática e pública do jornalismo que a deontologia moderna tanto exalta. Uma missão salvadora, para a jornalista 8, pois a informação jornalística salvou vidas durante a pandemia.

> Eu já pensava, assim, eu tinha uma visão nesse sentido do jornalismo muito, muito crítico ou transformador, mesmo o potencial que um bom material ou um material necessário podia trazer seja de fiscalização, seja de transformação no sentido de contar boas histórias. Mas na covid, em que o nosso único instrumento foi a informação, porque não tinha cura, porque não tem cura; porque não tinha vacina, porque não tinha… O único instrumento possível de preservação de vida foi a informação. Numa pandemia como essa que a gente não tinha nada, o jornalismo, ele foi, foi salvador mesmo, sabe? (JORNALISTA 8, 2021).

As palavras "transformação", "transformador", "crítico", "fiscalização", "histórias" e "informação" aparecem no enunciado como marcadores dos sentidos do trabalho jornalístico e das posições de sujeito que a jornalista ocupa ao transitar por entre as formações discursivas que amparam esses sentidos. A transformação e o crítico, por exemplo, remetem a uma formação discursiva e ideológica da ontologia jornalística de Adelmo Genro Filho (2012),

[86]No terceiro boletim da Federação Nacional dos Jornalistas, divulgado em agosto de 2021, 278 profissionais já tinham sido vitimados pela Covid. A média de mortes de jornalistas em 2020 foi de 8 mortes por mês, enquanto no primeiro semestre de 2021 esse número aumentou para 28,6 mortes por mês. Fonte: https://fenaj.org.br/278-jornalistas-mortos-pela-covid-19-no-pais/. Acessado em 30 de abril de 2022.

situando a jornalista em uma posição de sujeito crítica.

Há ainda o sentido de fiscalização que se alinha à formação discursiva da deontologia moderna (TRAQUINA, 2005a), a qual posiciona a jornalista em um lugar de fiscal da sociedade; e o de narração de histórias, que remete às formações discursivas dos estudos do jornalismo que exaltam o saber narrativo (TRAQUINA, 2005a; LAGE, 2005 e MEDINA, 2014), atribuindo a essa jornalista a posição de narradora do cotidiano. Ao acionar essas formações discursivas e ideológicas, a jornalista transita por diferentes posições de sujeito de forma confortável, reiterando assim um ethos de jornalista profissional salvaguardado por todos esses sentidos do trabalho jornalístico.

Contudo, a pandemia trouxe um novo sentido para o jornalismo. Na ausência de remédios para tratamento, de vacinas e de uma cura, a informação jornalística salvou vidas, tornando o jornalismo essencial nesse período (FÍGARO et al, 2021a). Emerge desse enunciado, o sentido de preservação da vida, cuja origem podemos identificar em uma formação discursiva da Biologia ou das Ciências da Natureza, e que ao ser deslocado para o campo do jornalismo produz um efeito de naturalização da informação jornalística (MORETZSOHN, 2013), que se equipararia ao ar, à água e a outros elementos da natureza essenciais à vida humana na Terra, como se a notícia não fosse um produto humano e histórico (GENRO FILHO, 2012).

A informação jornalística torna-se essencial em um ambiente que é físico, químico, biológico e simbólico. E o enunciado da jornalista 8 nos permite construir a paráfrase de que, na pandemia, "a vida humana foi ameaçada pelo vírus biológico e por vírus simbólicos (desinformação)" (SACRAMENTO; PAIVA, 2020), cabendo assim ao jornalismo um papel heroico e messiânico, de salvar a vida humana por meio da informação, que entendemos como uma atualização do ethos romântico (LAGO, 2002).

A jornalista 8 atualiza uma memória discursiva do jornalismo identificada nas vozes de outras jornalistas que também tinham uma imagem utópica do jornalismo, associando a profissão como algo fundamental para a sociedade (SANTOS, TEMER, 2016). Um romantismo que se dilui nas situações micro de trabalho quando jovens jornalistas precisam equilibrar as expectativas e dramáticas advindas da gestão de si e da gestão de si pelos outros.

5.5 As dramáticas da gestão de si e da gestão de si pelos outros

A gestão é um dos elementos que atravessam a perspectiva ergológica, ela se forja no entremeio, na distância entre o prescrito e o real. "Dito de outra forma, qualquer que seja a

situação entre o trabalho que a gente pensa antes de executá-lo (que a gente mesmo pensa, mas frequentemente que os outros pensam em nosso lugar) e a realidade deste trabalho, haverá sempre uma distância" (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007, p. 42) Para enxergar a gestão se construindo por entre as renormalizações do trabalho e diminuindo a distância entre as normas antecedentes e o trabalho real, é preciso usar uma lupa metódica para identificar no micro do trabalho a racionalidade gestora que orienta a atividade humana e como ela é afetada pelas heterodeterminações, advindas dos planos micro e macro, e assim influenciam as escolhas do corpo-si, o gestor da atividade de trabalho humana.

Em nossa investigação, o corpo-si é uma entidade de comunicação que realiza uma gestão discursiva de si e dos outros, pois é influenciado também pelas arbitragens das formações discursivas e ideológicas (PÊCHEUX, 2015), as quais incidem sobre sua atividade de trabalho e sobre sua comunicação sobre o trabalho, nosso objeto de estudo.

No caso do jornalista 6, um jovem na área de política, a falta de orientações do editor foi uma dramática vivida por ele, a qual gerou desorganização, pois seu expediente iniciava às 10h da manhã, mas somente "(...) duas horas da tarde, meu chefe manda o que cada um tem que fazer…" (JORNALISTA 6, 2021). Além do atraso para iniciar a realização das pautas, que repercutiria na densificação da jornada, ele também se sentiu editorialmente desamparado.

> (...) porque meu editor, assim, mesmo, pautava, deixava muito livre pra eu fazer o que eu queria (passa as mãos uma pela outra, em movimentos simultâneos, num gesto normalmente usado para indicar indiferença e/ou não saber o quê fazer), às vezes, não agradava e eu ficava… (repete o gesto anterior) no começo. E eu, realmente, eu sabia: gente, eu preciso de um norte, aqui… (JORNALISTA 6, 2021).

Chama a atenção no enunciado a falta de algo na materialidade do discurso, expresso pelo uso das reticências, que representam as pausas de elocução do entrevistado (FIORIN, 2012). É uma falta discursiva que se relaciona com uma falta no mundo do trabalho. No texto, as reticências marcam a ausência da palavra, da orientação do editor que, na atividade de trabalho, significam a ausência da comunicação como trabalho.

O gesto enunciativo de dúvida que o jovem faz durante a entrevista mostra que ele não dominava o saber-fazer particular no campo do jornalismo político, revelando uma faceta da sua subjetividade, a qual é reiterada ao longo do enunciado e se contrapõe à imagem do editor, um jornalista experiente na área, porém que não estava disposto a ensiná-lo, ou melhor, a pautá-lo, uma ação convencional ao trabalho jornalístico e que se constitui como um uso da linguagem como trabalho (NOUROUDINE, 2002).

No caso deste jovem, as consequências da falta de comunicação com o editor não foram tão drásticas porque, logo, outros dois editores mais jovens assumiram e a linguagem como

trabalho e no trabalho (NOUROUDINE, 2002) se tornaram frequentes e efetivas, destravando a atividade de trabalho.

> A gente tava muito jogado. A pauta era duas horas da tarde, ninguém sabia o que ia fazer. E o editor foi pra a Opinião. Aí, o jornalista A e o jornalista B agora tão como editores. E aí foi que eu percebi que eles organizaram mais as coisas. E aí o A, como o B, né, que agora o A é editor, o que é que ele faz? Quando dá duas horas da manhã, quando ele fecha o impresso, ele manda as pautas pra gente. Oh, começa checando isso; fulano de tal começa apurando isso. E aí, quando é 10 horas, já tô ali. Se aparecer alguma emergência, eu mesmo coloco na frente, depois eu faço o que ele pediu. É intuitivo isso. (...) Aí, eu termino às 18 horas, que hoje eu tô conseguindo terminar realmente no horário (JORNALISTA 6, 2021).

A presença da atividade comunicativa no trabalho reverbera na materialidade discursiva, fazendo aparecer no enunciado do jornalista 6 ações características do trabalho jornalístico que antes ele não conseguia fazer pela falta de orientação. Agora, o jovem consegue apurar as pautas e checar as informações porque o trabalho está organizado, o que ele comprova por meio de um texto figurativo (FIORIN, 1998), em que a voz da gestão, do editor, aparece como um guia, com o qual ele concorda e, portanto, segue as orientações. Ou seja, ele conseguiu se envolver com o trabalho de forma efetiva, pôde se sentir mais seguro e passou a ter autonomia para fazer suas escolhas, exercitando seu saber de seleção (FÍGARO et al, 2021b) e resolvendo a dramática da densificação da jornada porque conseguia realizar suas tarefas dentro do expediente, sem horas extras.

Em se tratando do par autonomia de escolhas e orientações da chefia, o jornalista 11, mesmo sendo experiente, também enfrenta dramáticas relativas aos limites de sua atividade.

> (...) aconteceu de uma apuração não ter sido bem-feita e isso atrapalhou a entrega porque justamente não houve uma conversa inicial mais estratégica quanto ao tema, sabe? E até nesse dia foi um dia que aconteceu assédio, tá entendendo? Porque a editora não gostou do material e falou mal do material em voz alta, na frente de todo mundo, né? Chegou a dizer que o texto de outro repórter era melhor do que o meu, tá entendendo? Agora assim, essa questão de tomar as decisões, ela é mais assim na questão da escolha das fontes, né, é uma escolha da narrativa, às vezes, de como eu vou contar. Eu gosto muito dessa autoridade nesse ponto. Obviamente é muito bom quando você tem tempo pra conversar, dialogar sobre a pauta. Lembrando que mesmo eu escolhendo essas narrativas, esses processos, eu fico tirando dúvidas, né, no caminho. Eu não tenho 100% de autonomia, também porque a palavra final vai ser da edição, né? (JORNALISTA 11, 2021).

O enunciado acima é marcado pelo excesso de verbos e substantivos que representam o trabalho jornalístico tradicional, como “apuração”; “texto”; “fontes”; “narrativa”; “tempo”; “pauta” e “edição”, denotando o engajamento do corpo-si na atividade de trabalho, um envolvimento que é permeado por dramáticas relativas à gestão de si pelos outros, a exemplo da deficiência de comunicação no trabalho entre o jornalista 11 e a editora, a qual aparece no enunciado por meio do discurso indireto, figurando assim como o outro do trabalho. A comunicação difícil implicou em problemas na execução da pauta, resultando em uma situação

de assédio moral. Ou seja, a editora optou por gerir o trabalho a partir de uma racionalidade explosiva no lugar de uma gestão pautada em uma racionalidade dialógica que usa a comunicação sobre o trabalho para superar as adversidades interpessoais e garantir a qualidade do produto jornalístico.

A despeito disso, as tomadas de decisões do jornalista 11 sobre a pauta, relativas às instâncias de seleção e de composição do material, são autônomas, mas ele lembra que não existe uma autonomia plena, pois a palavra final será sempre do editor. Aqui, ele nos recorda a existência de uma limitação no trabalho jornalístico (DURRIVE, 2018, p. 144): "Uma limitação significa que alguma coisa se encontra no local antes que eu intervenha, algo que já está lá e que eu preciso, necessariamente, considerar. A limitação, no princípio, não é nem positiva nem negativa." A autoridade da edição dentro da cadeia organizacional é um fator de limitação no jornalismo que pode cercear ou orientar a(o) repórter na realização das pautas, mas para que isso aconteça é preciso que a linguagem entre em ação, que haja uma comunicação no trabalho. E mesmo quando a comunicação é acionada, não há garantias de que a iniciativa da(o) repórter seja valorizada pela edição.

> Na reunião de pauta da semana passada, eu sugeri uma grande matéria sobre a usina de dessalinização que vai ser a maior usina do Brasil. Aí minha chefe barrou a matéria, e a justificativa dela é porque já tinha saído na edição passada. Só que saiu na edição passada com outro olhar. E aí foi uma grande discussão porque eu citei que, citei coisas que eu nem queria citar, né, que na publicidade eles não estudavam critério de noticiabilidade e... (Risos) um dos critérios de noticiabilidade realmente era de relevância daquilo pra população e que esse é um momento histórico que a usina de dessalinização, o consórcio foi escolhido, gente, isso é histórico, isso tem que ficar registrado nessas páginas dessa revista. E no final ela decidiu... que não vai ficar. Não vai ter a matéria porque já saiu na revista passada (JORNALISTA 2, 2021).

Assim como o jornalista 11, a jornalista 2 demonstra seu engajamento no trabalho por meio das referências exaustivas a ações, produtos e saberes relativos à profissão, como "reunião de pauta"; "matéria"; "edição"; "noticiabilidade"; "relevância" e "revista", demonstrando a vocação enunciativa (SOUZA-E-SILVA, 2012, p. 113) da jornalista para a produção de discursos jornalísticos. É interessante perceber que, em sua fala, todos esses elementos do mundo do trabalho e do campo discursivo do jornalismo (SOUZA-E-SILVA, 2012) são postos em oposição à publicidade, campo profissional ao qual sua chefe está vinculada, denotando uma disputa de sentidos entre o jornalismo e a publicidade. A dramática da gestão de si pelos outros que a jornalista 2 viveu foi mobilizada pela divergência de saberes entre ela e a chefe, que é publicitária e, portanto, não domina os saberes basilares da competência cognitiva (GUERRA, 2008) para o jornalismo tão repetidamente enfatizados no enunciado.

A jornalista polemiza com a chefe-publicitária revelando a limitação da gestora frente às normas antecedentes para o trabalho em jornalismo, o que pode ser entendido como um

questionamento de sua autoridade e competência para o cargo, ação esta que enunciativamente a jornalista 2 considera perigosa ou ousada, quando ela ri de si mesma ao narrar a situação. Mesmo a jovem não realizando uma atividade jornalística tradicional, mas de comunicação institucional, ela se orienta pelos valores da deontologia jornalística para cumprir seus objetivos de trabalho, demonstrando competência e delineando um ethos de jornalista profissional. No entanto, sua competência, sua vocação enunciativa e sua identidade de trabalho foram minimizadas pela gestora quando limitou a sugestão da pauta.

Para a jornalista 10, a dramática da gestão de si pelos outros versou também sobre a limitação decorrente de ser gerida por um chefe que não era da área jornalística nem comunicacional. "Às vezes, ele quer coisas… que ele não sabe, como é, o que é, porque é… Ele simplesmente acha que é do jeito que ele quer. E… porque ele não entende. E nem sempre ele entende com facilidade, porque também tem a diferença geracional, né?" (JORNALISTA 10, 2021). O embate da jornalista se desenrolava assim em torno da diferença "eu" x "ele" (BRANDÃO, 2012). A opção em não nomear o chefe denota o efeito de sentido de distanciamento da jornalista para com ele, uma distância pessoal e normativa por conta das limitações dele em relação às normas antecedentes e aos saberes de procedimento do trabalho jornalístico e comunicacional.

A teimosia do chefe acaba se revestindo de um tom autoritário, o que a jovem credita ao fato de ele ser mais velho. Se ele não podia exercer a autoridade pelos saberes instituídos ou investidos, valia-se então da força institucional do cargo, de uma sabedoria de vida, ou, na pior das hipóteses, do machismo, para mostrar autoridade. Não é raro que jovens mulheres jornalistas sofram com o machismo estrutural no ambiente de trabalho, afinal, por mais que comprovem objetivamente seus saberes, por meio de diplomas e certificados, elas ainda precisam travar disputas simbólicas com os homens, nas situações de trabalho, para assegurar suas competências (LEITE, 2017), como o fez a jornalista 10.

Apesar de trabalhar junto ser uma premissa da atividade humana (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007; DEJOURS, 1999; FÍGARO, 2008b), a construção de laços sociais e afetivos autênticos no trabalho não depende apenas da disposição emocional das(os) trabalhadoras(es), mas também do modelo de gestão da organização. Na agência de comunicação onde a jornalista 1 trabalhava como social media, por exemplo, a gestão do trabalho estimulava mais a concorrência entre os trabalhadores do que a cooperação.

> E na agência, muitas vezes, os times se colocavam nessa oposição. Tipo assim, conteúdo versus criação, que era uma coisa que não fazia nenhum sentido na minha cabeça (risos). Não fazia sentido. E aí eles achavam que algumas coisas a gente fazia porque a gente não queria assim. O cliente mandava fazer uma coisa, aí a gente dizia e eles achavam que a gente tava encobrindo o cliente. Tipo assim, ou que a gente

> queria mudar, que a gente que tava arrumando problema pra eles, enfim, rola umas coisas bem absurdas. E aí rolavam essas brigas e tal, que a diretoria precisava intervir, mas também nada muito… nada muito sério, assim (JORNALISTA 1, 2021).

No enunciado da jornalista 1 prevalece o sentido de polêmica, de disputa entre a produção e o conteúdo, entre a gente x eles, em que "a gente" é o time do qual a jornalista faz parte, o time do conteúdo, enquanto "eles" são os demais trabalhadores que integram as equipes de produção. Além disso, o sentido da palavra time nos dá pistas sobre a lógica da gestão do trabalho na agência, baseada numa mimetização de sentidos do campo discursivo (SOUZA-E-SILVA, 2012) dos esportes, em que times, equipes de atletas unidos em torno de um objetivo (vencer), disputam, rivalizam entre si. A prevalência do sentido de rivalidade dificultava a realização do trabalho, afinal, as equipes deveriam atuar de modo complementar e não em oposição, tanto que a jornalista reconhece que essa postura era *non sense*, ou seja, absurda.

O que parece absurdo na situação micro de trabalho é, na verdade, uma regra para o modo de produção capitalista, que até tenta dissimular a concorrência, por meio da construção de células coletivas de trabalho, mas que termina por incitar o individualismo e a disputa quando oferece premiações por produtividade (KUENZER, 2005). No enunciado da jornalista 1, as(os) trabalhadoras(es) não estavam disputando um prêmio, mas quem iria arcar com o ônus das exigências do cliente ou com o ônus do erro. O medo do erro é compreensível porque, como explica Kuenzer (2005), no modo de produção flexível, em que as(os) trabalhadoras(es) se organizam em células, a falta cometida por uma(um) ou os erros dela(e) são assumidos pelo grupo. Daí o clima de desconfiança entre as(os) trabalhadoras(es) da agência, que não queriam se responsabilizar pelos erros das(os) outras(os), requerendo a intervenção da diretora, a qual assume uma posição de juíza, que entra em cena para controlar a disputa.

A desconfiança também estava no cerne das dramáticas que marcaram as relações de trabalho na empresa em que a jornalista 12 atuava como social media.

> Então, é outra coisa esquisita, porque eles têm uma política de que todo mundo tem que ajudar todo mundo, né. Ah, você tem sua demanda, mas se tem uma pessoa aqui precisando de alguma coisa, você não vai ficar só no seu canto sem ajudar, você tem que ajudar também. Que, às vezes, é legal, acontecia, de fato, mas parece uma coisa muito forçada. Como eu disse, né, todo mundo parecia forçado a ser feliz e "ai, nós somos uma empresa muito amigável, num ambiente de trabalho muito saudável". E aí eu tinha essa colega que me emprestava celular e que era a única pessoa que eu conseguia conversar mesmo. Tinha um colega meu lá, que eu já conhecia da faculdade, né? Não era da minha turma, mas era da UFC, mas ele já era de outro departamento. Então, a gente se via pouco, não tinha como me ajudar muito porque eram os dois soterrados em trabalho (JORNALISTA 12, 2021).

A repetição do verbo ajudar no infinitivo mostra que esse tema era importante para a empresa, era uma norma antecedente, mas sua flexão no infinitivo expressa o distanciamento da jornalista 12 dessa norma, afinal, como explica Pachi Filho (2018, p. 262), os verbos no

infinitivo denotam “o esforço do sujeito em afastar-se do seu dizer”. O afastamento da jornalista foi motivado porque ela desconfiava do modo como a empresa instituía que as relações solidárias entre os colaboradores eram uma norma antecedente para o trabalho. Pois, apesar de acreditar que a ajuda no trabalho é importante, quando ela acontecia, não parecia ser autêntica.

O adjetivo forçado, presente no enunciado, dá a entender que havia um simulacro de solidariedade na empresa mobilizado por valores neoliberais. Há, portanto, duas vozes (ORLANDI, 2001) em diálogo no excerto, a da jornalista, que assume uma posição de sujeito de descrença e desconfiança em relação à voz da organização, cuja posição de sujeito era de otimismo e positividade ao exaltar suas qualidades, as quais forçavam as(os) trabalhadoras(es) a ser felizes, convencendo-os de que a empresa era amigável e saudável.

Ou seja, a organização tentava forjar as subjetividades das(os) colaboradoras(es) por meio de uma retórica, de um simulacro de amizade e de felicidade bem típico dos discursos da sociedade do rendimento (HAN, 2019) e do empreendedorismo de si (DARDOT; LAVAL, 2013), que recorre a técnicas de coach para treinar as pessoas a serem otimistas e felizes. Daí a desconfiança da jornalista 12 sobre a inautenticidade da solidariedade, afinal, as(os) colegas estavam sempre ocupadas(os), não restando tempo para conversar e ajudar as(os) demais, quiçá ser feliz no trabalho.

A dimensão social do trabalho foi minada quando as relações e comunicações presenciais foram substituídas por interações mediadas pelas plataformas digitais. O mensageiro WhatsApp despontou como principal canal para a comunicação e organização do trabalho (FÍGARO et al, 2021a), nesse período, mantendo-se mesmo com o retorno para o trabalho presencial ou com o regime híbrido e promovendo a substituição de uma comunicação cognitiva e social para uma comunicação mais instrumental, em que o grande volume de mensagens e a perda de deixas simbólicas complicaram o trabalho.

> Eu acho que é mais ruído na comunicação mesmo, assim, era muito fácil ter ruído de comunicação com tudo, entendeu? Se antes, a minha conferência, ela tava na altura de um grito que eu podia dar ali, tipo, é 8.500 mesmo? É, tá confirmado. E isso é muito rápido, era muito rápido. E ficou lento pelos ruídos mesmo, que era muito fácil a gente se enganar mais, entendeu? Tipo, você tá lá com a capa toda pronta com uma foto, de repente, quando dá no final uma pessoa chega: não, essa foto não era assim não. Você fica, tipo, não, tá aqui. Aí, você vai lá no grupo resgatar pra ver a foto que tinha mandado mesmo, não sei o quê. É… é treta. Ai, é… porque é curadoria, né? Aí você vai fazer essa curadoria de coisa, de texto, tem que ser um trabalho muito organizacional mesmo, nesse sentido (JORNALISTA 8, 2021).

A instrumentalização da comunicação com o uso do WhatsApp implicou em uma atrofia da função cognitiva da linguagem, que “serve para resolver problemas, gerir conflitos ou debates entre os assalariados” e cujas “formas linguísticas privilegiadas são aquelas da argumentação: raciocinar, argumentar, deliberar, elucidar, convencer, descrever, enunciar

hipóteses, reformular, traduzir os tecnoletos etc." (BOUTET, 2016, p. 95-96). Esse déficit comunicativo não inviabilizou a realização do trabalho, contudo o tornou mais passível de desencontros e equívocos, minando a criação coletiva do trabalho.

Conforme, a jornalista 8, a dinâmica cumulativa de mensagens do aplicativo favorecia os ruídos de comunicação, tornando a realização de suas tarefas mais lentas, o que ela representa em seu enunciado figurativo onde diferentes vozes aparecem para simular a dinâmica comunicacional da redação. Boutet (2016, p. 93) nos lembra que "as verbalizações, assim como os escritos, permitem a ação, permitem prever a ação" nos contextos de trabalho. Sendo assim, quando a jornalista 8 não consegue se comunicar pelo aplicativo, em razão do excesso de mensagens, sua ação fica comprometida, dando vazão para os desentendimentos, ou "as tretas", como ela se refere no texto.

Percebe-se assim que o aplicativo favorece uma comunicação imediata, porém o volume de informações e sua interface podem não facilitar tanto assim o trabalho.

> Então, uma facilidade que a gente tinha na agência de precisar falar com uma pessoa é só virar a cadeira e - ei, isso daqui -, agora é mensagem. E aí, o número de mensagem tá de uma forma tipo enlouquecedora, tanto que tem horas que eu… você não consegue fazer nada. Tanto que eu preciso, todo dia, escrever as coisas que eu tenho que fazer, senão, eu me perco. Porque passa, tipo, duas horas, um turbilhão de mensagens e, depois, de repente fica aquele silêncio que eu não sei mais nem como lidar com isso. Tipo, sim, agora, o que é que eu faço? Porque eu não sei mais o que fazer… Aí, porque eu tenho as coisas anotadas, então tá, vou fazer esse negocinho aqui, agora. Tem horas que tipo é realmente enlouquecedor, por conta da quantidade de mensagens, um monte de gente falando com você ao mesmo tempo e querendo as coisas com URGÊNCIA (JORNALISTA 13, 2021).

No trabalho em uma agência de publicidade, a jornalista 13 classificou o fluxo de mensagens como enlouquecedor, a ponto de ser paralisante, dado o excesso de informações. Implicada subjetivamente na gestão da comunicação, ela criou mecanismos para gerir a si mesma, contudo, o fluxo intenso de mensagens aliado à urgência das demandas se sobrepunha à sua estratégia, gerando uma dramática do uso de si pelos outros de natureza comunicacional, impulsionada pelo acúmulo de informações e pelo compromisso com o tempo, que se intensifica na era da flexibilização e das tecnologias digitais com vistas à maximização dos lucros (FONSECA; KUHN, 2009, p. 59).

Porém, as(os) jovens jornalistas também vivem dramáticas relativas à gestão de si pelos outros orientadas pela escassez de comunicação, ou melhor, estruturadas em torno da interdição da comunicação, do silêncio como uma forma de censura (ORLANDI, 2015). O excesso da palavra censura recorrente no *corpus*, mobilizou a seleção de uma série de enunciados a seguir que têm como temática central a política de silenciamento.

> Bem, lá, a informação ela é bem direta, assim. Tipo, "olha, isso daqui não pode". Os editores chefes, acima né, têm total noção do que é proibido. E essa advertência ela vem desde tipo assim, você se silencia em relação ao assunto, né, ou dá uma outra angulação praquele tema, assim, sabe? a questão dessa…dessa, vamos dizer, dessa censura e desses temas já é tão algo… que já é um…já é uma característica do trabalho, ele não é, tipo, algo que acontece, ele já existe…você já…lá você já… é como… ele é da dinâmica do trabalho. Ele é tão da dinâmica do trabalho que eu não me frustro porque eu justamente já não bato contra ele. Porém, eu acredito que a questão de não poder conduzir temas, propor temas que eu acho que são mais próximos do que eu acredito como jornalismo acaba minando muito a minha relação de pertencimento com aquele lugar, com aquele trabalho. Dentro dessa perspectiva de censura temos também a questão de uma censura que ela também é estética e também de experimentação dentro da narrativa do jornalismo. É muito engessado a forma de fazer jornalismo, tá entendendo? E esse engessamento é tanto pra questão dos temas que a gente pode propor como a forma que a gente pode contar aquilo, sabe? Mas dentro do que é possível eu tento fazer…dar essa autoralidade, né, dar essa visão de mundo (JORNALISTA 11, 2021).

Orlandi (2015, p. 49) observa que o silêncio possui diferentes sentidos para a Análise do Discurso, um deles é o silêncio enquanto ação política, que se ramifica em duas manifestações: o silêncio constitutivo, em que para se dizer algo, é necessário silenciar, não dizer; e a censura, que "é a produção do interdito, do proibido". No jornalismo, a linha editorial se apresenta como uma política de interdição, a qual é francamente informada pelas(os) editoras(es) chefes, cujas vozes aparecem no texto para ratificar a censura ora de forma explícita, ora de forma velada, quando é recomendada uma nova angulação para a cobertura.

Esse tipo de interdição mostra que a retórica de opressão da organização (ORLANDI, 2015) é transparente, pois o silêncio age como uma forma de controle dentro de uma ordem discursiva, que conforme Orlandi (2001), é uma ordem da língua e da história. Por meio desse ordenamento do que pode ou não ser dito, a empresa demonstra seu poder discursivo sobre o corpo-si, fazendo do silêncio, inerente à linha editorial, uma norma antecedente para o trabalho jornalístico. Tanto que o jornalista 11 naturaliza sua existência e, ao fazer isso, reproduz passivamente (BACCEGA, 1995) essa ordem discursiva, sem polemizar com as outras vozes que aparecem no texto.

Ao aceitar a interdição, o jornalista 11 pauta seu trabalho pelos interesses privados da organização em detrimento do interesse público do jornalismo, agindo em consonância com a política do silêncio, com a prescrição de interdição, sem resistência. Uma postura que aos olhos da organização pode soar madura, afinal, como lembra Pachi Filho (2018, p. 192), "o profissional ´maduro´ é aquele que se cala quando é necessário porque a expressão é um risco a ser evitado." Mas calar-se, aceitar a norma, não exclui a frustração. O cerceamento da linha editorial interfere no sentido de pertencimento à organização, pois a censura proíbe o sujeito de ocupar certas posições (ORLANDI, 2015). Sendo assim, a política do silêncio proíbe o jovem de ocupar plenamente sua posição de sujeito de jornalista que se orienta pelos valores

deontológicos da profissão, forçando-o a permanecer em uma posição de subserviência aos valores da organização.

Para suplantar a censura como uma dramática da gestão de si, e poder circular por outras formações discursivas, o jornalista 11 tenta construir uma autoralidade.

> (...) é importante burlar esses temas, eu sei das limitações que existem lá, e trabalhamos numa área em que esses temas, né…LGBTs, as questões femininas, as questões dos negros, as questões das minorias elas entram meio como um Cavalo de Tróia por intermédio da cultura, do comportamento (JORNALISTA 11, 2021).

Burlando a política do silêncio da linha editorial para temas progressistas, o jornalista consegue restituir o sentido do trabalho para si e construir uma identidade de trabalho mais autêntica, amparada em uma atitude ativa frente à ordem discursiva (BACCEGA, 1995). Ele constrói novos discursos sociais por meio de uma estratégia de guerra subentendida pela intertextualidade (SOUZA-E-SILVA, 2012) explícita na referência ao "cavalo de Tróia"[87], insinuando que é possível resistir ao silêncio e à ordem discursiva de dentro da organização.

O jornalista-enunciador reverbera um ethos discursivo de subversão à interdição, de quem busca estratégias para pôr temas alinhados a formações discursivas e ideológicas progressistas em circulação por meio do discurso jornalístico. Fazendo isso, ele também realiza o que Genro Filho (1987) esperava de jornalistas que se pautassem pelo jornalismo como conhecimento sobre a singularidade, os quais, mesmo atuando em redações conservadoras, conseguiriam dominar o jornalismo de modo a construir notícias que subvertessem os interesses dominantes (MEDITSCH, 1992, p. 33).

A política do silêncio não é exclusiva da atuação em redação, ela também existe nas atividades de assessoria de imprensa e de publicidade.

> Sim, eu senti mais forte porque existe ali todo um alinhamento, numa esfera mesmo que eu posso chamar de governamental né? De assuntos que você pode e que você não pode falar. E essa censura que nós sofremos lá..., assim, hoje, a gente meio que já naturalizou um pouco. A gente já sabe do que a gente pode ou não falar. E... mas mesmo assim, ainda temos o nosso texto, ali, revisado por diferentes esferas da gestão né? Nossa gerente, a superintendente. Em determinados momentos, vai lá para o Governo mesmo, para ver se tá tudo de acordo com o discurso ali, a linha de discurso que eles tentam manter né? E... se tiver ali até uma expressão que eles não gostam que seja utilizada é tirado da gente né? Ali … é cortado nosso texto ou do nosso conteúdo né? Se for um vídeo também (JORNALISTA 2, 2021).

> Não sei se acaba sendo censura, mas assim, nessa parte mais publicitária tem muitos conteúdos que… acabam não podendo ser veiculados, porque tipo, não faz parte da ideologia, da linha editorial do cliente. E aí, tipo, não, não, a gente não fala sobre isso. Por quê? Porque a gente não fala (JORNALISTA 13, 2021).

[87] Na mitologia grega, o cavalo de Tróia foi um cavalo de madeira que os gregos enviaram à cidade de Tróia como presente. No interior dele, havia soldados que oportunamente se revelaram e conseguiram dominar a cidade e vencer a guerra. A expressão também é usada na atualidade para nomear vírus de computador, um elemento estranho inserido em um sistema informático que altera seu funcionamento.

As jornalistas 2 e 13 descrevem como as formações ideológicas e discursivas dos clientes (jornalista 13) e do Governo do Estado (jornalista 2) incidem sobre o trabalho, restringindo seus dizeres, seja por meio da proibição ou do corte dos produtos informativos. Essa ação de edição mostra como a política do silêncio opera.

> O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. (ORLANDI, 2015, p. 67).

A interdição no trabalho publicitário, realizado pela jornalista 13, visa evitar rupturas de sentidos entre o cliente e o público, cujo resultado seria a perda de vendas ou perda do lucro, havendo assim a predominância de um objetivo comercial nessa comunicação. Já na atividade da jornalista 2, a ruptura de sentidos que se tenta evitar é a de viés político, ideológico, pois trata-se de um agente público estatal, cuja comunicação se orienta para a sociedade como um todo e se baseia em valores politicamente favoráveis para esse ente político que são reiterados em produções informativas e não somente na propaganda política *stricto sensu.*

Dessa forma, a política do silêncio estará sempre no horizonte do trabalho de jornalistas, estejam elas e eles realizando atividades tradicionais à profissão ou outras atividades no mundo da comunicação. Políticas de silêncio que se estendem até mesmo para o controle da liberdade de expressão fora do ambiente de trabalho, mais precisamente, nas plataformas de redes sociais.

> (...) foi uma conversa mesmo, na entrevista de emprego mesmo, lá. Isso foi conversado comigo, dizendo pra eu ter cuidado com essas postagens, principalmente. Já tinham visto nas redes sociais. Eu realmente fui alertado. Assim, como você vai trabalhar em política, passando por um teste, se passar, preste atenção nessas postagens. Eu apaguei. Eu tinha a foto do Lula, lá, jogado na multidão, lá na prisão dele, eu percebi que tinham visto isso, exclusivamente. Primeiro, assim, eu fiquei meio assim, será que tô sendo realmente censurado e tudo? eu tenho fontes bolsonaristas, né? Fontes bolsonaristas, fontes lulistas, ciristas, bláblablábla blá. E realmente, assim… e são fontes assim que, cada vez mais, entram na vida do jornal e do jornalista, né? Assim, prestam muito atenção em quem nós somos. E eu dentro da editoria de Política, meio que realmente, eu fico muito na dúvida. Até que ponto eu coloco algo (JORNALISTA 6, 2021).

O jornalista 6 se deu conta de que seus perfis nas redes sociais tinham sido verificados pelos profissionais da organização, ou seja, se apercebeu da vigilância sobre as(os) trabalhadoras(es), a qual, desde as considerações sobre o panóptico moderno de Foucault (2012), vem se sofisticando a partir das tecnologias digitais e ampliando o raio de monitoramento e controle dos indivíduos. “O dispositivo de vigilância digital tem entre seus principais elementos as tecnologias de monitoramento de ações, informações e comunicações dos indivíduos no ciberespaço, a montagem de bancos de dados e a elaboração de perfis computacionais” (BRUNO, 2008, p. 11).

Independentemente da materialidade do dispositivo, a vigilância é um artifício instaurado em uma relação de poder, "para evitar comportamentos indesejáveis e prejudiciais dos dominados" (PACHI FILHO, 2018, p. 216). No caso do jornalista 6, suas postagens nas redes sociais eram um comportamento indesejado, um sentido que fica subentendido na voz da organização que aparece em seu enunciado. A comunicação política nas redes sociais é perigosa para o jornalista e para a organização porque ameaça o ethos objetivo e imparcial do profissional e, por associação, a credibilidade do veículo. A voz da empresa possui assim um tom preventivo, constituindo-se em um saber de prudência (NOUROUDINE, 2004).

O jornalista 6 enuncia que uma exposição de predileção ideológica e/ou partidária nas redes sociais pode implicar na perda de suas fontes que, por sua vez, significaria em dificuldade para a realização de suas atividades de trabalho e quiçá na própria manutenção de seu vínculo de trabalho. Diante disso, ele se autovigia, se censura sobre política nas redes sociais, sacrificando sua liberdade de expressão e sendo prudente.

> No imaginário dos trabalhadores, forma-se a ideia de que é necessário estabelecer regras para usar as redes sociais e o trabalho é uma instância que deve ser considerada. É necessário assumir um ethos de neutralidade e fazer uma gestão da fala, como se o trabalhador fosse uma marca (PACHI FILHO, 2018, p. 216).

A neutralidade favorece a subjetivação pautada pela racionalidade neoliberal, a qual cerceia a própria crítica do trabalhador perante o mundo, relegando-o a uma condição de assujeitamento e de controle (DARDOT; LAVAL, 2013). Essa gestão de si neutra e imparcial que transborda os limites do discurso jornalístico e encoraja a empresa de si é um dilema ético para o jornalista 7.

> Eu acho que um dilema ético atual é justamente os posicionamentos dos jornalistas, posicionamentos pessoais dele. Porque, assim, a gente nunca teve essa questão da imparcialidade, né, a gente aprende isso desde o primeiro semestre da faculdade, que a imparcialidade é impossível de ser alcançada. Mas hoje em dia... Redes sociais (INAUDÍVEL), exemplo que eu vou dar. Hoje em dia é muito difícil para um jornalista que está buscando ter sua credibilidade, tá buscando construir sua persona, digamos assim, lidar com essa questão, porque ele está sob os olhares de todos. E às vezes isso pode acabar, como posso dizer, se virando contra ele, contra a qualidade do trabalho dele, aos olhos de algumas pessoas, obviamente. A gente sabe que o jornalista pode trabalhar, pode exercer bem o seu papel, e pode ser ferrenhamente ligado a uma ou outra opinião política, da mesma forma como ele também pode não ser, né? (JORNALISTA 7, 2021).

O jornalista 7 constrói um discurso não-figurativo (FIORIN, 1998) em que tenta criar um sentido de objetividade para legitimar seu dizer como algo universal ao trabalho jornalístico. No caso, o tema presente neste texto é a polêmica entre a assunção de um ethos singular nas redes sociais, construído com opiniões pessoais e subjetivas, e de um ethos particular, jornalístico e credível. Essa situação ocasiona uma espécie de sofrimento ético (LELO, 2019), uma dramática da gestão da sua imagem de si, pois fica dividido entre cercear sua subjetividade,

seus valores, princípios e sua identidade política em prol dos valores deontológicos do jornalismo para ser reconhecido pelos outros.

A angústia do jornalista 7 é exemplar da dialética liberdade e determinação que Orlandi (2001) identifica na forma-sujeito na Análise do Discurso e que Schwartz (2011) observa no corpo-si da Ergologia. Ou seja, o jornalista aqui é sujeito a algo e sujeito de algo, é um corpo-si que tem autonomia, mas ao mesmo tempo é heterodeterminado e se constitui enquanto sujeito social e profissional nos embates entre as instâncias do seu fazer e do seu ser, consequentemente, os dizeres desse corpo-si serão organizados também nos liames entre determinação externa e determinação pessoal/interna, que podem ora ser apaziguados em favor de um ethos singular, representativo dos valores pessoais do jornalista, e ora em favor de um ethos particular amparado nos valores deontológicos.

O trabalho, portanto, não implica somente a gestão objetiva de atividades, tarefas, ações e comunicações, mas também uma gestão subjetiva de desejos, afetos, crenças e ideologias que juntas forjam a competência e a identidade do corpo-si nas situações laborais. Um corpo-si que constrói uma história singular de trabalho em uma linha do tempo da história humana, sendo protagonista de dramáticas que se desenvolvem em torno de seu saber-fazer e de seu saber-ser.

5.6 As dramáticas do uso de si do ser mulher

A feminização do jornalismo é um fenômeno envolto em controvérsias. O fato de as mulheres serem numerosas nos ambientes de trabalho não lhes garante hegemonia política ou igualdade de condições materiais, afinal, as redações, as agências e outros tipos de organizações de comunicação ainda são espaços masculinizados, ocupados por valores e por ethé masculinos, os quais derivam das normas antecedentes e das próprias deontologias profissionais, ancoradas em representações neutras, objetivas e, consequentemente, masculinas, devedoras de uma epistemologia também masculinizada.

> O mundo das profissões orienta-se, em geral, por práticas e valores masculinos, fundamentados na neutralidade e racionalidade. Assim, a "eficácia simbólica" da profissão se expressa em razão de a sociedade confiar na expertise, reconhecendo sua autoridade. A ideologia por trás da expertise é de que o saber é neutro. E o saber se afirma neutro à sociedade justamente porque se aplica sem distorções, utilizando exclusivamente esse conhecimento (LEITE, 2017 p. 61).

A neutralidade da racionalidade apaga as diferenças sociais e exclui a mulher do discurso científico, tanto como objeto quanto como sujeito. Consequentemente, os saberes profissionais instituídos continuarão apagando as mulheres, mesmo elas já ocupando lugares no mundo do trabalho, o que só será revertido com os confrontos políticos dos feminismos, que

reivindicarão a visibilidade das mulheres. Três ondas do feminismo se passaram, uma quarta se desenha com a militância digital das mulheres (MARTINEZ, 2021) nas plataformas de redes sociais, mas nas microssituações de trabalho, as trabalhadoras ainda enfrentam as opressões do patriarcado como modelo axiológico que se estrutura tentando empurrá-las de novo para o lugar da invisibilidade.

> E eu sinto muito machismo no ambiente de lá, sabe? Pra ter noção, tem pouquíssimos lugares... Nós somos minorias. Na minha equipe, eu sou a única mulher. São só quatro pessoas, né, mas eu sou a única mulher. Antes... Agora eles tão tentando mudar um pouco, porque eles perceberam isso, mas antes não se contratava mulher pra reportagem, nem pra fotografia. Aí, começaram contratando uma fotógrafa mulher, depois apareceu outra e agora resolveram botar uma mulher na reportagem. Mas foi uma mudança assim, bem... Levou três anos. (JORNALISTA 3, 2021).

A primeira dimensão da invisibilidade é a ausência da presença das mulheres nos locais de trabalho[88]. O que a jornalista 3 associa como uma política organizacional machista, na qual é clara a predileção da gestão por profissionais homens. O termo minoria empregado pela jovem é usado assim numa acepção numérica e simbólica e denota a lentidão para a transformação desse modelo de gestão masculino em prol de maior inclusão das mulheres, mas que está longe de uma política de igualdade.

Era impraticável, até pouco tempo, na gestão da comunicação do Governo do Estado do Ceará[89], que mulheres fossem contratadas para ocupar funções paradigmáticas da deontologia moderna. Uma escolha que dava a entender que elas não seriam competentes para a cobertura de temas institucionais, atualizando assim a divisão sexual do trabalho no mundo da comunicação. Leite (2017, p. 53) identificou fenômeno semelhante nas redações jornalísticas onde as mulheres eram relegadas às editorias e aos temas amenos, como cultura, bem-estar, entretenimento etc., enquanto aos homens cabia a cobertura de temas importantes relacionados à política e economia. Uma realidade que não é exclusiva do jornalismo, pois Dejours (1999), tendo como base a França, observou que as tarefas mais complicadas, qualificadas e interessantes são reservadas aos homens.

Essas constatações favorecem a elaboração de uma hipótese conjectural: de que a jovem jornalista 3 pode ter sido contratada para sua função pelo fato de se tratar de uma nova atividade, portanto, livre da pressão ideológica masculina da deontologia moderna ou por não se tratar,

---

[88] As consequências da invisibilidade das mulheres nos ambientes de trabalho não se restringem às relações de trabalho, mas podem ser percebidas nos produtos jornalísticos, por exemplo, pela observação de uma diminuição da diversidade de gênero entre as fontes (NICOLETTI, 2020).

[89] O governador do Estado do Ceará no período em que a jornalista 3 trabalhava como social media na comunicação institucional governamental era Camilo Santana, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em abril de 2022, ele deixou o cargo para concorrer a uma vaga no Senado no pleito de 2022, sendo substituído pela vice-governadora, a professora e psicóloga, Isolda Cela, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

aos olhos da gestão patriarcal, de uma função estratégica, podendo assim ser ocupada por uma mulher. Hipótese que não ambicionamos confirmar por meio do confronto com os gestores do trabalho, mas que queremos ressaltar como um cacoete do machismo estrutural passível de se imiscuir nas gestões de si pelos outros e de amplificar as opressões de gênero e degradar ainda mais as subjetividades das trabalhadoras, quando, por exemplo, interdita a jornalista 3.

> Agora, uma coisa que me incomoda muito, é que ninguém me escuta. Por exemplo, o coordenador de imprensa me chama na sala dele pra falar de algum problema que tá tendo. Eu vou lá e dou a solução. Ele não, não me escuta, ele precisa que outra pessoa da minha equipe, algum dos homens, vá lá e confirme a mesma coisa que eu acabei de dizer. É sempre assim. Sempre foi assim, às vezes eu falava alguma coisa, era ignorada, aí depois quando algum dos homens falavam, tipo, massa. E não faz sentido, eu não consigo ficar lá, sabe? É insuportável o ambiente (JORNALISTA 3, 2021).

O que a jovem relata é um esforço do gestor em torná-la invisível ao ignorar ou não legitimar sua comunicação sobre o trabalho, sendo necessário que um chefe homem ratifique o que ela fala. O machismo estrutural clássico fica evidente como uma dramática do uso de si pelos outros, destituindo as mulheres de um lugar de fala na organização[90]. Isso nos remete ainda ao próprio uso da comunicação no sistema de acumulação flexível, que prima pela participação cognitiva de trabalhadoras(es) por meio da comunicação para o aprimoramento do trabalho (SOUZA-E-SILVA, 2002; BOUTET, 2006), uma determinação produtiva que, neste caso, foi suplantada pelo machismo, pois, para esta gestão, o sujeito competente para comunicar é o homem e não a mulher.

As manifestações sucessivas desse silenciamento podem conduzir a uma internalização da gramática da dominação pelas mulheres, que passam a aceitar passivamente os lugares que lhes são atribuídos pelos homens (BIROLI, 2019). Um risco que talvez mobilize a jornalista 3 a não querer permanecer na instituição. O machismo, implícito em seu enunciado, é o insuportável, e o trabalho, também ausente neste enunciado, é o que fica sem sentido. E ambos, quando combinados, provocam o sofrimento da trabalhadora.

A trabalhadora adoecida pelo machismo é também uma trabalhadora estranhada (ANTUNES, 1999), para quem a atividade deixou de ter um sentido vital, pois se tornou mais fonte de opressão do que de emancipação. Sendo superada de modo individual pelas mulheres, muitas vezes, com a mudança de emprego. Exatamente o que a jornalista 1 fez quando se deu conta de que o machismo a impediu de ser promovida. Ela já estava decidida a deixar a

---

[90] Aliada à invisibilidade das mulheres, as profissionais ainda enfrentam as práticas de *mansplaining* e *manterrupting* nos ambientes de trabalho, que consistem em situações quando homens explicam para mulheres e para outras pessoas algo que a mulher acabou de explicar (*mansplaining*) ou quando um homem não permite que a mulher conclua seu raciocínio e interrompe sua fala diversas vezes (*manterrupting*). Ler mais em: https://azmina.com.br/reportagens/mansplaining-e-manterrupting-o-que-e-e-de-onde-vem-os-termos/. Acesso em 30 de abril de 2022.

organização por outras dramáticas (tempo, comunicação, salário etc.), mas ao perceber que o machismo também era uma variável, não hesitou em mudar.

> (...) quando eu estava sugerindo algumas melhorias pro setor de social media, eu falei assim: olha eu acho que precisa alguém pra tá liderando aqui. Liderando a equipe de social media, só que essa pessoa, ela não existia, entendeu? Aí um dos diretores comentou assim: "a gente até chegou a pensar nisso, em pensar em você pra um cargo desses, MAS a gente não… a gente ficou incerto como os clientes lidariam com isso". A maioria dos nossos clientes eram homens bem mais velhos. Então, a incerteza de saber como é que eles lidariam com uma mulher, bem mais jovem, sendo a coordenadora das redes sociais, entendeu? Apesar do fato de eu tá lá há muito tempo, de eles confiarem em mim e tal, então, essa foi a situação que eu fiquei mais assim, tipo, poxa! Outras coisas pesam mais que… o meu trabalho, né? E quando eles jogaram isso pra mim, foi uma coisa que eu me senti afetada, mas eu já tinha decidido sair mesmo (JORNALISTA 1, 2021).

A voz da organização presente no enunciado da jovem não traz o machismo em sua superfície, ele está velado, subentendido nos valores dos clientes, afinal, é pensando neles, e nos valores mercantis (SCHWARTZ, 2011) da organização, que os gestores decidiram não promover a jornalista. O machismo só é desvelado pela própria jornalista, quando ela traça o perfil dos clientes que a organização atendia. Dizer que se tratava de "homens bem mais velhos" sugere algumas paráfrases analíticas: 1. Homens mais velhos não respeitam mulheres mais jovens; 2. Homens mais velhos são machistas. Duas formulações que situam a fala da jovem em uma formação discursiva e ideológica feminista, portanto, oposta à formação discursiva e ideológica dos clientes e da organização, pois, ao tentar se neutralizar simbolicamente, a organização assume o discurso dos clientes, dos "homens bem mais velhos", ou seja, assume o machismo como uma formação ideológica que se legitima pelo valor mercantil.

Diante das prioridades da organização, as competências técnicas e cognitivas (GUERRA, 2008) da jornalista se apagaram frente aos empecilhos que o gênero feminino causa no trabalho. No caso do jornalismo, a preferência pelo masculino para a ocupação de cargos e desempenho de funções fragiliza as carreiras das jornalistas e as segrega nos espaços organizacionais (LEITE, 2017). Ser mulher pode ser impedimento para progredir na carreira e como lembra Dejours (1999), muitas trabalhadoras quando percebem que o gênero é um obstáculo passam a agir em conformidade com um ethos masculino ou tendem a apagar marcas da sua subjetividade para atender as expectativas de gênero.

Foi o que conjecturou fazer a jornalista 12 quando trabalhava como social media freelancer em uma organização onde não se sentia respeitada por ser uma jovem mulher.

> Se eu fosse homem, eu acho que o tratamento ia ser COMPLETAMENTE outro, principalmente no freela, nessa parte da pessoa ficar questionando como eu tava fazendo o trabalho, eu acho que o homem não ia ter, assim, sentir essa abertura pra ficar criticando, dando pitaco no meu trabalho. Eu ficava preocupada, eu ficava pensando assim: será que se eu me vestir de um jeito diferente, me maquiar de um jeito diferente, as pessoas vão me ver de outra forma, porque ficava muito

> complexada, até porque muita gente fala que eu pareço ser mais nova do que eu sou, né, *baby face* total. Aí, eu ficava: pronto, né, se eu for vestida, sei lá, blusinha de super-herói da Marvel, aí é que ninguém vai me levar a sério mesmo, mas se for o cara que faz as peças e que fica criticando meu trabalho, ninguém se importa (JORNALISTA 12, 2021).

A idade e o gênero servem de muletas para a reprodução de comportamentos machistas no trabalho, quando colegas homens se sentem autorizados a interferir nas atividades da jornalista 12. Ao abrir seu enunciado, ela enfatiza que as mulheres são tratadas de modo diferente quando verbaliza mais forte a palavra "completamente", representada aqui pela forma gráfica em maiúsculo. E o tratamento diferente é o de desconfiança, menosprezo ou indiferença em razão do gênero.

O ódio às diferenças está na matriz da constituição das relações sociais e comerciais, pois "a rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit" (LORDE, 2019, p. 240). Racismo, sexismo, discriminação etária, heterossexismo e elitismo são efeitos, apontados por Audre Lorde (2019), do medo e ódio às diferenças que culminam em ações de eliminação das(os) diferentes ou de cooptação para o lado opressor. Paul Willis (1991, p. 182) acrescenta que "(...) o sexismo exerce um poder vital e sistemático, ainda que involuntário, na reprodução de uma sociedade de classes".

Portanto, quando o colega homem interfere na atividade da jornalista 12, ele está mitigando sua competência, tentando eliminá-la enquanto trabalhadora e reiterando seu lugar de privilégio. E para evitar tal interferência, ela pensa em mudar sua aparência para parecer mais velha. No enunciado, a voz de cooptação do opressor aparece com a expressão estrangeira "*baby face",* uma voz que pode ser dos colegas ou do próprio sistema que a julga como incompetente por ser muito jovem. A sociedade do rendimento e desempenho neoliberal (HAN; 2019; DARDOT; LAVAL, 2013) exalta a juventude como uma competência para o sucesso no mercado, o que é reiterado pelos produtos midiáticos. Logo, o que observamos, nesta situação é que o sentido positivo da juventude é apagado com o intuito de atingir a mulher, de menosprezá-la, tornando-se um signo de incompetência e incapacidade.

Para escapar dessa dramática opressora de gênero, a jornalista 12 se ancora em outra forma de opressão da mulher na sociedade, pois o ideal de beleza, que engloba modos de vestir e de moldar o corpo-si, é uma forma de coerção social, de subordinação das mulheres (BIROLI, 2014). Os homens são livres para se vestir, pois isso não interferirá em suas competências técnicas, enquanto as mulheres precisam seguir um código de vestir que reforce suas competências e credibilidade por meio da aparência, pois disso depende também seu sucesso

ou fracasso no trabalho, afinal, “o maior ou menor sucesso nos resultados dos esforços para aproximar-se aos padrões vigentes de beleza é mobilizado em julgamentos que têm efeito nas oportunidades das mulheres, na construção das suas carreiras” (BIROLI, 2014, p. 117).

As micro opressões de gênero vividas pelas jovens jornalistas corroboram a premissa de Lelo (2019) de que a presença da mulher no mundo do jornalismo por si só não significa igualdade. Mas a existência delas nos espaços laborais é essencial para mobilizar transformações, mesmo que só aconteçam como respostas a situações extremas.

> Já tive um episódio bem ruim de… como eu sempre fui não só, tipo, abertamente lésbica como bem… esse meu estilo bem piranhona, tipo, foda-se, ficar falando de sexo. Aí foram fazer um arraiá. E no arraiá fizeram um correio elegante. E o correio elegante foi pra mim, secreto, sem identificação e que ele dizia assim…. e aí, a pessoa tava lendo, e aí, era tão… o machismo e o assédio são tão naturalizados que mesmo quem tá lendo não percebe, mas tu vai ver o nível. Aí, na leitura do cartão, o cartão dizia assim: para a jornalista. “Jornalista, se um dia você mudar de ideia, tem 19 centímetros te esperando aqui”. Pra todo mundo, numa festa coletiva, então assim, foram duas coisas: este cartão absurdo e uma pessoa ler isso no microfone e rir e brincar, sabe? E aquilo me deixou tão sem ação…Mas eu me lembro que imediatamente eu peguei o microfone, dizendo que 19 centímetros não era nada não, era pouco, bem pouco, que eu ainda consegui dizer isso na hora. Assim, porque eu realmente fiquei bem atônita e tal. Eu disse: não, isso é muito, isso é realmente muito pouco. Foi bem pesado, foi bem público, foi bem… bem desavisado (JORNALISTA 8, 2021).

O evento narrado pela jornalista 8 consistiu em uma intersecção de preconceitos, entre o machismo e a homofobia contra mulheres lésbicas, caracterizando assim a lesbofobia. O texto do correio elegante recebido por ela explicita de forma transparente o heterossexismo contra a mulher lésbica. Como lembra Audre Lorde (2019), as mulheres lésbicas despertam repulsa e medo nos homens e em outras mulheres que entendem a heterossexualidade como padrão de comportamento. Sendo assim, o sujeito discursivo (ORLANDI, 2001) que enviou o recado para a jornalista 8, se identifica com os valores machistas, pois a referência ao falo (“19 cm”) é característica de uma formação discursiva machista, em que o tamanho do órgão reprodutor masculino aparece como um fator de distinção e de representação de potência e virilidade.

Essa referência fálica revela que o sujeito do discurso tinha uma imagem prévia (PIRIS, 2019) da jornalista 8: uma mulher lésbica que não interdita o sexo em suas comunicações no trabalho. Esse sujeito usa essa imagem prévia como autorização para destilar seu heterossexismo e assediar sexualmente a jornalista. Além do ethos dito (MAINGUENEAU, 2020) de mulher lésbica e que fala sobre sexo sem tabu, a jornalista 8 também é uma mulher negra, uma característica relevante, pois a combinação de raça e sexualidade torna essa mulher alvo da opressão de homens, de mulheres brancas e de mulheres negras heterossexuais (LORDE, 2019, p. 246) e adicionado a isso há ainda a hiperssexualização da mulher negra na cultura nacional, facilmente identificável nos produtos midiáticos, tornando a mulher negra um

chamariz para a violência de gênero.

Os estereótipos em torno da mulher negra colaboram para a sensação de naturalização do machismo que teve a jornalista 8 durante esse episódio. Contudo, a reação da jornalista não foi a de revelar o preconceito e assédios contidos no enunciado, assumindo uma voz feminista. Ela usou da própria lógica da formação discursiva e ideológica do machismo e da heterossexualidade para se proteger. Ou seja, para revidar o ataque verbal sofrido, a jovem anula sua subjetividade e desqualifica o agressor atingindo seu ego fálico, falando a mesma língua machista que ele.

Apesar do peso que esse fato lhe causou, hoje, ela consegue falar a respeito sem tanto sofrimento, talvez porque tenha mobilizado uma atitude da organização frente a essa situação.

> A construção da saúde está ligada a uma série de relações. De um lado, a relações interindividuais, para a construção da saúde no registro do amor; de outro, a relações intersubjetivas coletivas, no campo do trabalho. A saúde de uma pessoa depende muito de seus colegas, assim como suas doenças. Nossa capacidade de resistir ou de ficar doente está intimamente relacionada à qualidade das relações de trabalho (DEJOURS, 1999, p. 98).

Se a redação em que a jornalista 8 trabalhava se tornou de fato mais saudável, não sabemos, mas a jovem não adoeceu. O que talvez outras mulheres jornalistas não tenham podido viver, afinal, como mostra o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, 11% das(os) mais de 6.500 respondentes válidos da pesquisa afirmaram já terem sofrido assédio sexual no trabalho. É interessante lembrar que a porta de entrada para o assédio sexual é o assédio moral (CÂMARA, 2020), portanto, é preocupante o dado também revelado pelo Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 de que mais de 59% das(os) respondentes já sofreram assédio moral no trabalho.

Para as mulheres, essa dramática se torna mais incisiva em razão dos valores patriarcais, fazendo com que os ambientes organizacionais sejam propícios ao assédio moral de gênero (CÂMARA, 2020). Isabele Câmara (2020, p. 47) concluiu que a união entre as mulheres é uma forma de enfrentamento do assédio nas organizações jornalísticas: “Isso vai desde criar grupos no *WhatsApp*, para se apoiarem, até aconselhar as funcionárias mais novas e também cobrar da gestão comitês sobre igualdade de gênero dentro das empresas”. Exercitando assim um autocuidado feminino legítimo e autêntico[91].

A união das trabalhadoras contra o machismo e as violências de gênero no trabalho pode ser um espelho para outras formas de organização em prol de mais qualidade de vida no trabalho, o que abrange a melhoria das condições materiais e subjetivas de existência das(os) trabalhadoras(es), as quais se degradam à medida em que a precarização do trabalho se expande.

[91] Antes do autocuidado feminino ser apropriado pelas indústrias da beleza e da saúde, Audre Lorde, nos anos 80, já discutia o autocuidado feminino como ação política sob a visada feminista negra.

5.7 A precarização como uma dramática do uso de si silenciosa

A precarização estrutural é uma marca do trabalho na contemporaneidade e no mundo do jornalismo já foi objeto de diferentes pesquisas ancoradas nos mais diversos referenciais teóricos e metodológicos (FÍGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; FÍGARO et al, 2018; LELO, 2019; NICOLETTI, 2020). Contudo, nos discursos das(os) jovens jornalistas cearenses, o termo precarização está ausente na maioria das falas, apesar de o conceito ser traduzido nas descrições das condições de trabalho. A que se deve, portanto, esse esquecimento (PÊCHEUX, 2015) do sentido de precarização do trabalho?

Nossa hipótese é de que o silêncio em torno do sema precarização e de suas derivações denota uma naturalização do fenômeno no mundo do trabalho do jornalismo, fazendo com que não precise ser mencionado porque é subjacente, é implícito ao trabalho. A ideia de que a precarização é inerente ao jornalismo é ressaltada por Nicoletti (2020) quando cita pesquisadores que corroboram esse estatuto, a exemplo de Henrik Örnebring (2016), que realizou estudo comparativo em seis países cuja conclusão é de que as práticas e rotinas laborais precárias são internalizadas pelas(os) profissionais como algo imutável.

Essa institucionalização da precarização se deve, conforme Hirata (2011), à extensão da vulnerabilidade sociolaboral para as(os) trabalhadores assalariados, desassociando-a exclusivamente dos trabalhadores informais ou excluídos do sistema de emprego estável (RIBEIRO, 2014). No entanto, é preciso desnaturalizar essa premissa, revelando que "a precariedade laboral é resultado de estratégias institucionais modeladas pelas empresas de acordo com os objetivos do negócio, que acabam impactando em todo o processo de produção" (NICOLETTI, 2020, p. 43).

Sendo assim, naturalizar a precarização como uma norma antecedente para o jornalismo é aderir a uma formação discursiva e ideológica das empresas jornalísticas e do próprio capital.

> Embora seja resultado da práxis de toda a sociedade, de todas as classes sociais, uma das classes, a que tem maior interesse em manter o sistema de valores, porque este a beneficia – a classe dominante -, procura se apropriar da língua, tornando-a como que "propriedade" sua (BACCEGA, 1995, p. 44. Grifos no original).

Para as organizações é conveniente que as(os) profissionais aceitem a precarização como dimensão natural da atividade de trabalho, neutralizando os dizeres sobre ela. Não manejar a palavra precarização é não assumir uma posição de sujeito crítica (MORETZSOHN, 2013) sobre a realidade de trabalho e se omitir de construir outra história sobre o trabalho jornalístico (FÍGARO et al, 2021b). Portanto, identificar os limites entre o que é uma normatização para o trabalho e o que é a incidência da precarização sobre o trabalho se torna

um desafio para a práxis jornalística, como revela a jornalista 5, uma das poucas entrevistadas que assumiu a precarização como um dito.

> É uma coisa que tá muito quente na minha cabeça, né, principalmente nesses últimos… nessas últimas semanas, lá no jornal, em que a gente precisa dar conta de tudo, assim. Houve demissão em massa. O pessoal da diagramação só tem duas pessoas pra fazer tudo. E aí, eles são também o pessoal da arte, aí eu preciso colocar um flourish na minha matéria, eu tenho que publicar a matéria agora, mas o cara da arte tá sobrecarregado, então eu vou e faço a arte, entendeu? Então é uma linha tênue entre você ser versátil, você saber das coisas, você ser proativo e aprender a fazer as coisas que você precisa para não depender tanto dos outros. Existe uma linha tênue entre isso e precarização, né? Então, além de todas essas coisas, você tem que ter também o cuidado pra não ser - com o perdão da palavra -, pra não ser rapariga também, pra não ser quenga (JORNALISTA 5, 2021).

A jovem jornalista aponta em sua fala dois índices de precarização convencionais ao mundo do jornalismo: o enxugamento das redações e a multitarefa, visíveis quando precisa assumir tarefas de design pela sobrecarga de trabalho de outros. Uma tomada de iniciativa de tom contraditório, pois ao passo em que ela demonstra a versatilidade de seus saberes instituídos (uso da ferramenta) e investidos (proatividade), também percebe que essa decisão dá margem para a exploração da sua força de trabalho.

A jornalista-enunciadora recorre a uma expressão popular (“pra não ser rapariga”; “pra não ser quenga”) para criticar quem não se revolta com a exploração do trabalho. Até então, a voz predominante no texto ressoava o efeito de sentido de objetividade, a comparação do trabalho com o de mulheres que são exploradas pelos homens, culturalmente denominadas de “quengas ou raparigas”, marca uma mudança de tom e de voz. Essa outra posição de sujeito expressa uma criticidade agressiva, distanciando-se da formação discursiva e ideológica da organização que naturaliza situações precárias.

A realidade de trabalho é marcada por inúmeros outros sinais de precarização, os quais Nicoletti (2020) sintetiza e que utilizamos aqui para demarcar como a precarização está presente nas falas das(os) jovens jornalistas mesmo que eles não tragam o sema precarização em sua materialidade discursiva (ORLANDI, 2001; PÊCHEUX, 2015). Esses sinais são: flexibilização da jornada; salário; vínculos precários (freelancer, MEI, PJ, autônomo, contrato por tempo indeterminado); multifuncionalidade; infraestrutura insuficiente para o labor; intensidade do trabalho; insegurança de emprego; insegurança de vínculos; desregulamentação profissional, feminização do trabalho e segurança à vida, que engloba riscos e adoecimentos.

A flexibilização da jornada, dos vínculos de trabalho e das garantias sociais para as(os) trabalhadoras(es) é uma tônica observada no cotidiano laboral das(os) jovens jornalistas cearenses, conforme relata o jornalista 7.

> E também eu alterno os meus horários. Quê que eu quero dizer com alterno? Existe uma certa flexibilização que se dá porque.... por demanda da empresa. Por exemplo,

> se uma pessoa fica de férias, se uma pessoa tá doente, aí você reorganiza pra cobrir os horários e essa reorganização ela já muda as minhas atribuições. Tipo nesses três meses eu passei mais tempo fora do meu horário oficial, que é das 10 às seis da noite, dez da manhã às seis da noite, que estando nele efetivamente. Eu fiquei mais tempo das sete da manhã às três da tarde. E embora eu esteja na mesma função, as atribuições são bem diferentes (JORNALISTA, 7, 2021).

As mudanças de horário mostram como a gestão de si pelos outros opera, deslocando o trabalhador em seu tempo, rotina e saberes para cobrir as deficiências da organização e impedindo-o de ter um planejamento de vida, como se comprometer com cursos no horário de contraturno do trabalho. Uma realidade cansativa e adoecedora para muitas(os) trabalhadoras(es) (REIMBERG, 2015; DEJOURS, 1999).

O trabalho precarizado põe em xeque a própria existência da(o) trabalhadora(or), pois a precarização dos salários fragiliza a vida e as(os) empurra para o acúmulo de vínculos de trabalho em busca de renda maior e de uma vida mais digna.

> Eu adoro pegar freela, eu gosto de dinheiro, mulher. Eu sou doida por dinheiro (risos). Não é que eu precise, mas eu vivo uma vida mais confortável e posso colaborar melhor com a minha família, se eu tiver mais grana. Já tive dias de me sentir muito exausta, já tive dias de me sentir… porque eu acho que a gente, por exemplo, quando eu falo isso essa história de ser doida por dinheiro e tal, mas eu tenho uma vida muito mediana e de muito esforço pra conseguir chegar até onde eu chego, conseguir ter as coisas que eu preciso ter, que não é nada demais. Eu não tenho um apartamento, não tenho carro quitado, eu não tenho… Tu tá entendendo? Então, a sensação que eu tenho é que a gente precisa fazer um esforço exaustivo pra se manter numa vida minimamente confortável, em segurança, poder ajudar a família (JORNALISTA 8, 2021).

A frase enunciada com leveza e um tom de brincadeira, “Eu sou doida por dinheiro”, aparece repetidas vezes quando a jovem se refere à atuação como freelancer em paralelo ao trabalho formal. Aqui esse dito não coincide com a ambição ou a busca desenfreada pela acumulação própria da burguesia e da classe detentora dos meios de produção, mas revela que os salários no jornalismo são desvalorizados a ponto de a profissional precisar acumular fontes de renda diversas para ter mais conforto material. Ou seja, “o gostar de dinheiro” é deslocado de uma formação discursiva e ideológica burguesa para sintetizar que a classe que vive do trabalho também deseja conforto financeiro, que só é alcançado com muito trabalho.

Quando a jornalista-enunciadora alterna o uso do pronome “eu” e da expressão nominal “a gente”, realiza um movimento de singularização e particularização de suas condições materiais. Ela gosta de dinheiro e trabalha muito para ter um padrão de vida estável, assim como os demais profissionais que são da classe-que-vive-do-trabalho, os quais se sujeitam às ofertas de oportunidades na economia flexível. O esforço exaustivo mencionado por ela é resultado de uma precarização salarial, que não paga completamente a força de trabalho e nem garante a sobrevivência digna e independente das(os) trabalhadoras(es).

> A incapacidade de custear suas despesas básicas de vida indica uma situação de subsistência no grupo analisado, que impacta em todos os setores da vida fora do trabalho, colocando o trabalhador em uma condição de vulnerabilidade social, na qual, muitas vezes, é necessário se privar de itens básicos para a vida e de outros essenciais para a socialização e bem-estar, como educação, cultura e lazer (NICOLETTI, 2020, p. 149).

A precarização coloca as(os) trabalhadoras(es) em posições vulneráveis, tornando-as(os) pessoas inseguras(os) que temem pela perda de seu conforto material, com a diminuição da renda, ou pela perda do próprio emprego, o que lhes empurraria para uma condição de extrema vulnerabilidade.

> Assim, eu acho que o jornalista que fala que não tem medo, ele está mentindo, ou então ele tá cego pra própria realidade. Eu sou de uma geração, e aí também tem muito peso da família, assim, que minha família sempre presou muito pela segurança, segurança financeira de não dar passos muito arriscados. E eu tenho uma coisa disso muito entranhado, assim, porque é muito difícil pra mim pensar, por exemplo, eu quero largar a redação, tô de saco cheio de fazer plantão, vou viver de freela. Isso pra mim é muito maluco, muito maluco pensar que eu não tenho aquilo que me dá uma segurança mínima de: eu sei que nesse mês eu vou ter tanto, no mínimo pra pagar as minhas contas (JORNALISTA 9, 2021).

O jornalista 9 polemiza (SOUZA-E-SILVA, 2012) neste enunciado com duas vozes: a da segurança, a voz de uma tradição familiar e da classe-que-vive-do-trabalho, e a da flexibilidade, a voz do contemporâneo e da razão neoliberal. Nessa disputa de vozes e de ideologias, ele insinua haver algo na realidade do mundo do jornalismo que amedronta os profissionais, e esse elemento ausente em seu enunciado, mas presente no sentido, é a precarização. Portanto, todos deveriam temê-la. E, parafrasticamente, ter medo da precarização é temer a flexibilidade, é temer a insegurança financeira.

Neste enunciado, o objeto do medo do jovem jornalista é ter que viver como freelancer, é perder a estabilidade. Para ele, viver de freela é maluquice. A loucura é decorrente do fato de que a flexibilidade transfere para as(os) trabalhadoras(es) o ônus das incertezas do mercado.

> Como mão de obra maleável, seja em termos de horário, de jornada de trabalho ou de vínculo empregatício (como empregos temporários, precários e trabalho autônomo), esses profissionais não têm podido planejar suas vidas em termos econômicos e em termos afetivos (FÍGARO, p. 46, 2013).

O jornalista 9 incorpora o ethos de jornalista estável, de quem busca segurança material e não se arrisca para não perder o emprego, pois não é maluco de viver submisso à flexibilidade. Para ele, que se localiza no polo estável do sistema produtivo (RIBEIRO, 2015), a precarização é uma ameaça à sua segurança, ao seu ser trabalhador.

Esse depoimento e os demais denotam que a precarização corrói a saúde (REIMBERG, 2015) da(o) trabalhadora(or), pois a combinação medo, intensificação, falta de infraestrutura adequada para o trabalho e remuneração insuficiente causam sofrimentos que podem se reverter

em adoecimentos emocionais ou até mesmo físicos. Daí porque mais de 66% das(os) respondentes do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 afirmaram sentir-se estressados no trabalho. Uma condição que ficou muito evidente durante os primeiros dois anos de pandemia, quando o risco de adoecimento por covid-19 encontrou a precarização do trabalho.

> Esgotamento mental, ansiedade, depressão e perda de sono são as condições de adoecimento que mais aparecem nas respostas e são sintomas que se relacionam, colocando em relevo o aspecto emocional dos sofrimentos do corpo-si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), os quais se sobressaíram inclusive ao adoecimento pela Covid-19. (FÍGARO et al, 2021a, p. 118).

Além da saúde, a autonomia e a capacidade de organização de classe se deterioram com a precarização, por isso, urge desnaturalizar seus sentidos no mundo do jornalismo, pois assumir discursivamente que se vive uma experiência de trabalho precária é ter uma posição de sujeito ativa (BACCEGA, 1995), é assumir um discurso da classe trabalhadora, afinal, se o indivíduo fala o que a classe social ao qual ele pertence quer que ele fale (FIORIN, 1998, p. 43), calar a precarização é falar a voz da classe dominante e enunciá-la é assumir a voz da classe trabalhadora. Tematizar a precarização é uma atitude praxiológica, afinal, como lembra Baccega (1995), a linguagem também é práxis, e pode implicar em mudanças singulares e coletivas no mundo do trabalho.

Desta maneira, mesmo silentes em relação à precarização, as(os) jovens jornalistas dizem que se sentem violentadas(os) pelas organizações e pelo sistema produtivo que expropria seu tempo livre e suas subjetividades. Uma violência sistêmica que se reproduz nas relações de trabalho, também relações de poder, e culmina em assédios moral e de gênero. Elas(eles) também atualizam o duelo trabalho morto x trabalho vivo no século XXI e polemizam com as vozes dos chefes e das organizações em busca de autonomia.

Premidas(os) por essas relações e por uma rotina precária, as(os) jovens falam sobre as mudanças laborais como utopias, algo da ordem do imaginário e da fantasia que não encontra adesão na realidade concreta. Ao mesmo tempo, ao trazerem para a cena discursiva as utopias como marcadores da crença em um mundo do trabalho mais justo, as(os) jovens deixam o cinismo de lado e nos dizem que ainda acreditam no trabalho jornalístico. Mesmo que essa fé no jornalismo não seja cega, ela ainda é uma faca amolada pronta para abrir caminhos, para deixar o brilho cego de uma juventude refletir.

6. A DEONTOLOGIA DO JORNALISMO SOB O PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE DE TRABALHO

Depois de identificar as dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros das(os) jovens jornalistas e como elas mobilizam determinados saberes, valores e identidades profissionais, nos deteremos agora na exploração dos sentidos atribuídos ao jornalismo pelas(os) jovens jornalistas quando foram interrogadas(os) sobre quais valores norteiam a profissão; quais saberes a(o) profissional competente possui e o que significa ser jornalista na contemporaneidade.

As respostas a esses questionamentos nos permitiram identificar, por meio de uma leitura discursiva (ORLANDI, 2012), marcas da deontologia moderna do jornalismo nas comunicações sobre o trabalho das(os) jovens e ainda perceber indícios de novos valores, saberes e ethé que não encontram aderência no rol normativo da deontologia jornalística tradicional. Fizemos a seleção dos enunciados, a partir de nosso *corpus*, excluindo aqueles de mesmo sentido e analisando os de teor mais contraditório, que ora aderem à deontologia e ora a rechaçam. A partir disso, problematizamos a emergência de uma nova deontologia profissional em razão das transformações das atividades de trabalho no jornalismo.

6.1 Os valores jornalísticos tradicionais e o os novos valores

O século XXI se instaura colocando o fazer noticioso à prova. Na esteira do jornalismo pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), o impresso perde sua centralidade e até mesmo sua materialidade, com o encerramento de publicações; a web e suas aplicações assumem o protagonismo no fazer informativo e na indústria 4.0 (ANTUNES, 2020a) a ponto de as plataformas digitais se tornarem *publishers* (BELL et al, 2017) e as(os) jornalistas valem-se dessas mesmas tecnologias para se arranjarem de modo diferente, exercitando um jornalismo mais independente (FÍGARO et al, 2018; 2021b).

Diante dessas mutações, era esperado que os valores jornalísticos sofressem algum abalo, afinal, são um construto histórico e social (HELLER, 1985), portanto, passível de modificações com o transcorrer do tempo e da ação do ser humano. Mas essas alterações não se dão de modo imediato, como se uma página web fosse carregada. Nesse contexto, a verdade, imperativo ético fundante do jornalismo (GUERRA, 2008) ainda é uma âncora para o fazer profissional em meio às mutações.

> Porque eu acho assim que pra mim a verdade é um valor, claro, né? (...). Quando você considera sendo repórter dentro de uma empresa, tendo que considerar não a sua visão, mas a visão do JORNAL, porque enfim você tá respondendo por ele. Eu acho que

> infelizmente a gente tem essa comercialização mais forte, né? Assim, até pelo o que eu vi dentro do jornal. Principalmente quando a gente considera é… briguinha entre os jornais, sabe? Quem vai ter mais CLIQUES, né? Eu acho que isso pega muito, né? Eu acho que acaba se tornando mais comercial, sim. Mas eu sempre acho que isso também ficou cultural pra gente, né? Quando o jornal é mais independente, assim, eu acho que ele consegue se manter nesses valores mais imparciais. Só que isso também é meio, assim, né? Porque o jornalismo independente ele também tem que se sustentar, também tem que sobreviver. E ele vai ter que sobreviver de alguma forma pra pagar as contas (JORNALISTA 1, 2021).

No enunciado, há uma polemização (SOUZA-E-SILVA, 2012) entre a verdade e a imparcialidade como valores fundantes do jornalismo em relação aos valores comerciais da empresa, relação excessivamente tematizada em nosso *corpus.* Uma disputa que se encerra, no dito da jornalista 1, com a sobreposição dos valores comerciais, os quais estão atrelados à concorrência entre os veículos, uma marca do jornalismo de comunicação (CHARRON; BONVILLE, 2016) ou jornalismo de mercado (NEVEU, 2006). A jornalista-enunciadora demarca a prática dos cliques como uma expressão da concorrência entre os veículos, dando um mote para subentendermos que a busca por números de audiência está no cerne da noticiabilidade dos jornais, orientando as instâncias de seleção e composição da informação (FÍGARO et al, 2021b) e suplantando o interesse público, princípio norteador do jornalismo moderno. Afinal, a lucratividade do jornalismo está diretamente atrelada ao desinvestimento em seu caráter social, o que se traduz no empobrecimento do debate público, que se torna pouco democrático e sem pluralidade (FONSECA, KUHN, 2009).

A hegemonia dos valores comerciais, ou valores dimensionáveis (SCHWARTZ, 2011), é atestada ainda pela jornalista 1 quando reconhece que isso é cultural, assumindo assim um lugar de passividade (BACCEGA, 1995) frente ao polo comercial do jornalismo (TRAQUINA, 2005a). Subentendemos que, para sair desse lugar, é preciso ser independente, o que nos autoriza a erigir a seguinte paráfrase: "Só os jornalistas independentes conseguem ser imparciais". Contudo, no enunciado, essa posição de independência não é confortável e sim contraditória, pois a sustentabilidade ameaça a independência e, consequentemente, o imperativo ético fundante do jornalismo ancorado na verdade e na imparcialidade.

A verdade jornalística também é apontada pelas(os) jovens jornalistas como um escudo social contra a desinformação, outra associação observada de modo excessivo nos dizeres das(os) jovens.

> (...) acho que hoje em dia não tem realmente um valor maior do que a informação, de tá desmentindo uma *fake news*, de tá tentando passar a informação correta. Porque se não tiver jornalismo, as *fake news* vão reinar. Já estão reinando, imagine se não tiver um órgão de fato, assim, uma entidade com credibilidade superior pra dizer o que que tá acontecendo. Por mais que eu saiba que essa credibilidade tá cada vez mais ferida e em baixa. Se acabar, aí que o caos vai reinar mesmo, porque tem muita gente mal-intencionada no mundo pra espalhar mentira, ainda mais na internet, que é

> praticamente uma terra sem lei, né? Não tem regulamentação do que circula em rede social. Até tem mudado um pouco isso, de combate, dá pra se denunciar fake news. Mas não tem de fato uma punição grave e nada. Então, se o jornalismo acabar, não tiver uma fonte, assim, com a confiança, de fato, renomada... Aí, eu acho que a desinformação realmente vai predominar na sociedade (JORNALISTA 3, 2021).

A jornalista 3 constrói um texto não-figurativo (FIORIN, 1998) em que opõe a informação jornalística, alicerçada no regime de crença e verdade da modernidade, às *fake news*. O tom de distanciamento e objetividade a autoriza a tecer uma análise na qual o jornalismo aparece como entidade dotada de credibilidade, ocupando uma posição social de superioridade por possuir recursos para combater a desinformação. Ao concluir que não há outros mecanismos sociais eficientes para controlar aqueles que espalham desinformação, a enunciadora alça a profissão ao patamar de um agente regulador de informações, um papel que não é desempenhado por outros entes sociais. Dessa maneira, ela filia seu dizer à formação discursiva e ideológica da deontologia moderna, atualizando a imagem do jornalismo como um quarto poder (MORETZSOHN, 2013).

Parafrasticamente, os dizeres da jornalista 3 desenham uma imagem jornalística que, mesmo rasurada, ainda inspira confiança a ponto de ser impensada uma sociedade sem jornalismo, na qual o caos e a desinformação triunfariam. Sendo assim, o jornalismo seria um regulador da ordem discursiva (ORLANDI, 2001) da sociedade, separando o joio, a mentira; do trigo, a verdade. Uma dualidade que expressa a relação particular do jornalismo com a sociedade e as relações singulares entre jornalistas e fontes.

> É sempre a questão da humildade. Humildade de se reconhecer muitas vezes necessitando do outro, uma coisa que pode parecer meio brega, sabe, mas isso faz parte tanto do nosso dia a dia e muitas pessoas esquecem isso. Além da humildade, eu diria a própria questão da verdade. Não é verdade, é honestidade! Buscar essa honestidade. É sempre no dia a dia procurar sempre ser uma pessoa verdadeira, uma pessoa íntegra, uma pessoa que sabe separar as coisas. Porque eu acho que não adianta você mentir pra uma fonte que você quer entrevistar... isso é eticamente até um crime (JORNALISTA 4, 2021).

No enunciado, o jornalista 4 recorre a um valor subjetivo, privado, para orientar suas relações e atividades, um valor característico do campo discursivo e ideológico humanista (PACHI FILHO, 2018), que é assim deslocado de uma formação ideológica para ocupar a posição de valor jornalístico. Esse deslocamento não pode ser lido como um "erro" do sujeito ao responder à questão, mas como uma demonstração de como se dá o movimento dos discursos, de como os sentidos deslizam entre as formações discursiva ora se apaziguando ora colocando o sujeito em contradição consigo mesmo e com os outros (sujeitos e sentidos) (ORLANDI, 2001).

Dessa maneira, o jornalista 4 dialoga com uma voz humanista que assume uma corporeidade de autoridade, a exemplo de um professor, padre, pastor ou de uma mãe e um pai que orientam o agir do aluno, filho e fiel. Essa voz entra na cena discursiva para advertir o jornalista de que a honestidade é o valor não dimensionável (SCHWARTZ, 2011) que deve ser cultivado sob a pena de se incorrer em um crime. Dessa forma, subentendemos que o jornalista que não cultiva a verdade e não é honesto com os outros no trabalho é um jornalista corrupto, criminoso. E, parafraseando Cláudio Abramo[92], podemos concluir que, no enunciado do jornalista 4, a ética do jornalista é a ética do ser humano, uma afirmação universal que desconsidera a particularização da deontologia moderna.

Entre as normas antecedentes inerentes ao ofício jornalístico moderno está o paradigma da objetividade que, ancorado no funcionalismo, exalta a neutralidade como conduta ideal para os profissionais (GUERRA, 2008), como se um muro pudesse ser erguido entre o jornalista e a realidade. Uma parede cujos tijolos vêm sendo retirados por jovens jornalistas que já não entendem a imparcialidade e a neutralidade como ideais a serem incessantemente perseguidos, aceitando a subjetividade como parte do processo de objetivação da realidade que o jornalismo realiza (RODRIGUES DE SOUZA, 2006).

Para algumas(alguns) jornalistas, a subjetividade se apresenta como um elemento-chave no mundo do trabalho, polemizando com a objetividade nos produtos jornalísticos e nas tomadas de decisões das(os) profissionais.

> (...) as empresas em que eu trabalhei, né, que foi a rádio, como no jornal, eu percebi valores, né, um pouco diferentes, né? Eu trabalhava mais com o Portal e tudo. E a gente trabalhava com um texto muito direto, baseado realmente nesses valores de notícia, né? E aí quando eu fui para rádio, foi quando eu tive contato com a política, e aí, o quê que eu via, né, na época, era o jornalista A que trabalhava, que era o nosso coordenador e… os valores não eram aqueles tão… que a gente tinha aprendido na faculdade, né, assim… existia realmente uma questão grande lá, que era que o jornalista A conhecia muitos políticos no Ceará. E, realmente, ele tentava colocar essas pessoas na grade da rádio. Então, assim, o valor dele influenciava muito na rádio e eu não via um crescimento muito crítico. A gente conseguia levar muita coisa, formação, trânsito nos programas, falar sobre arte, músicos, mas esses valores se chocavam um pouco com valores MAIORES do nosso superior, né? Aí, no jornal, eu percebo que lá, a preocupação com a opinião pública, né, com o público, essa preocupação vem com mais força, assim, comparando com a rádio. E entrei na Política. E entrei muito engessado, assim, com receio de dar minha opinião e tal. E eles perceberam isso. E meu chefe foi me dando uns toques, né. Ele foi me dando esses toques de trazer esse caráter opinativo que eu tinha um certo receio. Principalmente na política, e eu via os colunistas dando uma opinião lá, e eu ficava com receio. E eu vi que o jornal me dava essa liberdade. Até hoje eu percebo essa liberdade, e tento concretizá-la nos meus textos. Foi um amadurecimento muito

[92] No livro "A regra do jogo" (1988), Claudio Abramo defende que não há uma ética particular ao jornalismo, que a ética do jornalista é a ética do cidadão. Uma conclusão criticada por quem defende a especificidade do jornalismo enquanto profissão e campo de estudos, como Karam (2014).

> grande porque eu vi que o jornal… é… realmente me dá essa liberdade (JORNALISTA 6, 2021).

O jornalista 6 recorre a um texto figurativo (FIORIN, 1998) para exemplificar como os valores jornalísticos se amalgamam ou são subvertidos pela linha editorial dos veículos ou pelos outros no trabalho que detêm poder e usam o jornalismo em prol de seus interesses. Na feitura de notícias para o portal de uma rádio, ele se ancorava nos valores noticiosos convencionais à deontologia da profissão, os quais são aprendidos no curso de graduação e partilhados como saberes teóricos, diferindo dos valores de um dos chefes com quem se deparou. O enunciado do jornalista 6 aponta para uma oposição entre teoria e prática, que costuma tender à sobrevalorização da prática em detrimento dos conhecimentos científicos, atendendo assim aos anseios de uma pedagogia fordista que se ancora na racionalidade técnica, dicotomizando pensamento e ação (KUENZER, 2005).

Na experiência do jornalista 6, a prática lhe mostrou que os valores jornalísticos podem ser descartados pelos valores políticos e singulares de um chefe, que ele ironiza (BRANDÃO, 2012) ao vocalizar de modo enfático o advérbio "maiores" em relação aos valores da chefia. A voz da ironia inferioriza os valores do chefe, que não podem ser maiores que os valores jornalísticos, colocando o jornalista-enunciador em uma posição de sujeito crítico que não concorda com os valores políticos e privados do seu superior. Ancorado na deontologia moderna, nos saberes teóricas da universidade, ele se vê envolto na polêmica clássica entre a informação e a opinião que é a expressão prática da falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade (MORETZSOHN, 2013).

À medida em que aprende a mesclar a opinião com a informação num processo de mimetização da atividade de outras(os) jornalistas, percebe a liberdade como um valor norteador. O sentido de liberdade equivale ao de autonomia para construir um texto que não se prenda aos ditames da objetividade e permita que o jornalista se posicione politicamente, aproximando-se assim da ideia de autonomia dos processos de trabalho do jornalismo independente. Na deontologia moderna da profissão, a liberdade e a autonomia são valores caros à imagem do jornalismo (TRAQUINA, 2005b), pois servem à exaltação de sua desvinculação de outros agentes sociais com o intuito de elevar sua credibilidade. Contudo, a hibridização entre informação e opinião, marcada no enunciado do jornalista 6, aponta para uma tênue contradição em relação à deontologia tradicional, em que a objetividade é um imperativo maior. A textualização de uma posição política no produto jornalístico é um forte indicador de subjetividade, porém um elemento aceitável no jornalismo político mesmo sob o signo da deontologia moderna. O que observamos de diferente é que enquanto essa expressão

subjetiva costumava ser autorizada a profissionais experientes, agora é requisito para jovens jornalistas também, o que configura um deslizamento em relação à deontologia tradicional e aponta para modelos de jornalismo que valorizam a autoralidade (MEDINA, 2014; 2018); que defendem a vigência de um novo paradigma de comunicação no jornalismo (CHARRON, BONVILLE, 2016), que apelam para a criticidade (MORETZSOHN, 2013) ou que entendem o jornalismo como forma de conhecimento sobre a singularidade, aos modos de Genro Filho (1987; 2012). O fato é que o jornalista-enunciador 6 transitou, nas suas experiências de trabalho, para dentro e para fora das fronteiras da deontologia moderna.

Um movimento dialético que o jornalista 7 também enseja ao assumir a responsabilidade social como valor subjacente ao trabalho.

> Pra mim, assim, a responsabilidade social ela é primordial. Tipo se as pessoas precisam saber de alguma coisa, a gente precisa trabalhar em prol desse assunto, né, de ele chegar a essas pessoas da forma devida, bem pormenorizada, bem detalhada. Porque, por exemplo, na minha posição, é necessário que a gente tenha... busque aquele senso de objetividade e demonstre imparcialidade a partir disso. Isso fazendo notícias, enfim. Embora na conjuntura atual eu abra mão disso, eu falando por mim, em alguns aspectos, porque eu acho que as pessoas elas precisam entender esse contexto a gente não pode se distanciar dele buscando uma ilusão de imparcialidade. Exemplo: não sei, assim, vou citar um exemplo que eu até fiz numa matéria um dia desses, era do Bolsonaro se...querendo se vacinar segundo um colunista aí de uma revista. Beleza. O texto ele era aquela coisa pra ser objetiva, né, "Bolsonaro quer se vacinar e blá blá blá blá blá blá" né. Fez...acho que foi 66 anos, eu nem lembro da idade dele agora. E ficaria, né em grupo X entre os prioritários. Ok, informação objetiva. Mas eu considerando todo esse contexto em que as pessoas, elas têm medo da vacina, em que o Bolsonaro prejudicou a vacinação aqui no Brasil, que a gente tá sofrendo efeitos em relação ao aumento de mortes, ao aumento de casos de uma forma geral, fui fazer o quê? Beleza, trouxe essa informação e depois trouxe também como contexto que ele já tinha negado que ia comprar vacina, disse que ele defendia remédio sem eficácia comprovada, disse que ele já, sei lá, comemorou a morte de um voluntário num dos testes que foram feitos com a vacina. Isso colocando hiperlinks pra matérias que tratavam, né, desses assuntos. Por quê? Porque, assim, para mim esse contexto todinho... só dizer que ele vai tomar vacina é descabido. Ah, beleza, tu vai tomar vacina como se isso fosse uma ação natural, sendo que se a gente coloca dentro de um contexto mais aberto, isso representa uma incoerência dentro do discurso dele (JORNALISTA 7, 2021).

O jornalista 7 elabora um texto figurativo (FIORIN, 1998) para exemplificar como operacionaliza o valor de responsabilidade social em suas atividades de trabalho, um princípio basilar da profissão, calcado na deontologia moderna. Em um tom distanciado, falando na terceira pessoa do singular (BRANDÃO, 2012; FIORIN, 2012), o jornalista-enunciador assume um ponto de vista analítico que reconhece a imparcialidade e a objetividade como valores profissionais. Mas ao mudar de tom, usando a primeira pessoa do singular, ele se posiciona contra esse postulado, realizando, conscientemente, um desvio da norma, que pode ser caracterizado como uma virtude da infração, pois é assumida com vistas a cumprir da melhor maneira o objetivo do trabalho (NOUROUDINE, 2004). Nesse sentido, para ser um jornalista

responsável, o jovem precisa renunciar à imparcialidade e à objetividade em algumas circunstâncias.

No lugar destes valores, ele investe na contextualização do fato como recurso para expressar uma contradição da realidade. Ao fazer isso, envereda pelo caminho do jornalismo como forma de conhecimento social (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1992), pois parte da singularidade de um fato, ilustrado no enunciado pela afirmação do então presidente Jair Bolsonaro de que iria tomar a vacina contra a covid-19, rumo à particularidade, construída por meio dos saberes de seleção e composição (FÍGARO et al, 2021b). Valendo-se de uma intertextualidade interna ao campo do jornalismo (SOUZA-E-SILVA, 2012) por meio de outras notícias sobre a postura do presidente em relação à vacina e à pandemia, o jovem jornalista exercita o conhecimento cristalizado na singularidade (GENRO FILHO, 2012).

Ao assumir essa postura, ele busca referenciais fora do terreno da deontologia moderna que lhe favoreçam ser responsável, expressando uma postura ativa (BACCEGA, 1995) frente a uma herança discursiva recebida pela formação em jornalismo, com os saberes teóricos e instituídos da profissão.

Ao passo em que o jornalista 7 se posiciona ativamente, no percurso do jornalista 11, a ideologia da organização exerce uma força que o paralisa na formação discursiva da empresa.

> Dilema ético, pelo menos da nossa empresa, é ter que compactuar com certas coisas da empresa, com certos posicionamentos da empresa. É uma empresa reacionária. Pelo menos, é o que a gente entende, né. Assim, o dilema ético que a gente tem é meio que ter que compactuar com esse processo da empresa, assim, desse silenciamento de alguns temas. E eticamente o ambiente jornalístico é terrível. Dessas relações de troca de trabalho, é complicadíssimo. De uma competitividade, de querer diminuir o outro, de uma intriga, de uma não união, sabe, de não reconhecimento de que você é peão, de que você não é uma estrela do jornalismo. O dilema ético é esse mesmo, de conviver com esse cerceamento, né, essa liberdade de dizer o que quer, e conviver em equipe (JORNALISTA 11, 2021).

O excesso de menções ao sema empresa mostra que a organização jornalística é o sujeito protagonista das tensões éticas vividas pelo jornalista 11. Afinal, a organização cultiva valores reacionários, dos quais ele diverge, o que o coloca em uma posição de sujeito progressista. Os valores reacionários regulam a produção noticiosa, substituindo os valores jornalísticos tradicionais, dentre os quais estão a liberdade e a autonomia, latentes no texto do jornalista 11 e ausentes em sua rotina de trabalho. O cotidiano de trabalho, de acordo com o enunciado do jornalista, é marcado ainda por relacionamentos entre os trabalhadores guiados por valores individuais, valores neoliberais de competitividade, oriundos de uma formação discursiva e ideológica neoliberal (PACHI FILHO, 2018; BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009) e aceitos no jornalismo de comunicação (CHARRON; BONVILLE, 2016) e no jornalismo de mercado (NEVEU, 2006).

Subentendemos que os valores individualistas orientam as condutas profissionais, constrangendo aqueles que se pautam por valores coletivos, solidários e de união das(os) trabalhadoras(es), derivados de uma formação discursiva e ideológica socialista (ANTUNES, 1999). Essa contenda, ilustrada no texto pela oposição metafórica entre "peão" e "estrela do jornalismo", enfatiza que as(os) jornalistas individualistas não se reconhecem enquanto classe e adotam uma postura arrogante ou de "estrelismo", orientada por valores neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2013; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

A presença da racionalidade neoliberal no discurso jornalístico causa muito incômodo à jornalista 12, para quem a verdade jornalística pode se tornar a verdade neoliberal.

> Mas o que eu vejo em alguns jornais, né, tipo O Estado de São Paulo, O Globo, assim, são reportagens que é… como é que eu posso dizer? Elas vão contar a verdade, mas é daquele jeito assim… o conceito de verdade é bem complexo, né, mas, tipo assim, vamos passar uma versão do que tá acontecendo, mas de um jeito assim, extremamente otimista e descolado da realidade de vários brasileiros, Né? Como por exemplo, a reportagem falando como é legal cozinhar como fogo a lenha, né? Falando: nossa, que lindo! Ou então, é… tratando o gás como se fosse um luxo. Tipo assim "auxílio: as pessoas da comunidade vão perder o luxo de cozinhar com gás de cozinha." Ou então, eu tô cansada, muito cansada mesmo, de ver reportagens com histórias de superação das pessoas que conseguiram empreender durante a pandemia, né? (...) Primeiro que eu queria poder ir diretamente na Globo e acabar com aquela propaganda do VAE, aquele negócio de a crise veio pra nos fortalecer… Assim, não. Eu não acredito que aquilo tá circulando há tanto tempo e continua circulando… E… assim, parece uma coisa muito surreal, sabe? A gente tá com um nível de pessoas desempregadas altíssimo, né? Eu acho que é o que, 12 milhões, agora? Então, como é que a gente vai ficar repetindo constantemente essa narrativa do empreendedorismo como uma solução, assim, tipo, ah, desemprego pode não afetar você; você pode transformar sua vida se você se esforçar, se você se transformar, uma coisa assim meio coach, né? É um negócio que eu sinto NOJO (JORNALISTA 12, 2021).

A jovem assume um tom de indignação (MAINGUENEAU, 2020) em seu enunciado para se contrapor à voz das grandes organizações de mídia, que têm falas descoladas da realidade concreta, resultados de uma prática de jornalismo reificada (RODRIGUES DE SOUZA, 2021; PONTES, 2017; MORETZSOHN, 2013) que não alcança a essência dos problemas, das contradições sociais, repousando na superficialidade da pseudoconcretude (KOSIK, 1967). O enunciado da jornalista 12 se integra a uma formação discursiva e ideológica materialista (FÍGARO, 2008b; RODRIGUES DE SOUZA, 2006; PONTES, 2017), opondo-se aos discursos neoliberais corporificados pelas grandes organizações de mídia, que ela ilustra intertextualmente (SOUZA-E-SILVA, 2012) pela campanha "VAE" da Rede Globo[93].

Pachi Filho, Barros e Moliani (2017) lembram que o empreendedorismo emerge enquanto discurso salvacionista na esteira da crise do capitalismo do século XX. Nesse contexto, o empreendedor surge como a síntese do sujeito neoliberal (DARDOT, LAVAL,

[93] Para mais informações sobre a campanha Vamos ativar o empreendedorismo: https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/. Acesso em 07 de maio de 2022.

2013). O empreendedorismo se sustenta sobre valores individuais e liberais, os quais causam repulsa, nojo, na jornalista 12, pois mascaram a verdade concreta e tentam responsabilizar o sujeito pelo seu próprio sucesso e fracasso, doutrinando-os a serem empreendedores de si mesmos (DARDOT, LAVAL, 2013). Valores que, conforme o enunciado, se imiscuem no discurso jornalístico.

Parafraseando a jornalista-enunciadora, esse tipo de discurso reforça uma visão de mundo da classe dominante que se torna uma verdade enviesada, calcada no senso comum (GENRO FILHO, 2012; MORETZSOHN, 2013; RODRIGUES DE SOUZA, 2006; PONTES, 2017). A verdade como valor jornalístico é insuficiente, conforme o texto da jornalista 12, para balizar a atividade profissional, portanto, entendemos que a jovem-enunciadora se posiciona fora da deontologia moderna da profissão.

O enviesamento e a manipulação dos discursos jornalísticos contrastam com a transparência como valor social contemporâneo (INERARITY, 2017), o qual a jornalista 2 atribui como primordial para o jornalismo.

> Eu acho que primeiro lugar a transparência, né? E a gente tem um serviço essencial que a gente precisa comunicar as decisões, a gente precisa comunicar muitas coisas e, no dia a dia, a gente lida com... - acho muito interessante que a diretoria coloca a gente nas reuniões, né, pra saber: a gente pode comunicar isso? Vocês acham que a gente deveria falar isso? - Eu sempre acho que a gente deveria falar tudo, sabe? Tudo! Porque a gente tá lidando com serviço essencial, né? E... uma empresa como a empresa que eu trabalho também é... que é uma empresa do governo. Então, eu acho que a gente deveria falar tudo. E hoje, eu pauto assim, que um dos meus principais valores é a TRANSPARÊNCIA. E existe aí, ainda a uma discussão que eu tinha na faculdade que eu vejo que existe hoje ainda que é a pressa né, pelo imediato, pelo instantâneo. E nessa pressa acho importante, acho muito importante o imediatismo, você não quer perder ali o furo das coisas, mas eu acho que além disso, vem ali o PRECIOSISMO na apuração, sabe? É... ouvir mais de uma fonte. São coisas tão básicas, né, assim que a gente aprende na faculdade, mas que eu acho que quando a gente chega no mercado a gente tem ali, não sei se... se a gente tem situações de competitividade exacerbadas. Ou até mesmo incentivadas pelos nossos gestores, que a gente vai esquecendo de coisas básicas. Então acho que esse preciosismo na apuração é outro valor essencial para além da transparência. É... e a clareza, né, porque você vai falar ali com diversos públicos e não adianta nada você ter uma apuração excelente, você ter informações transparentes, se você tem uma linguagem totalmente truncada que as pessoas não entendam, né? Então, eu acho que a gente não pode esquecer das coisas que a gente aprende nos primeiros semestres da faculdade, né, que é o modo de escrever, que é ali o lead (JORNALISTA 2, 2021).

Em seu enunciado, a jornalista 2 relaciona os valores profissionais à essencialidade da atividade jornalística para a sociedade e aos procedimentos de trabalho. A transparência pode ser entendida como uma oposição ao segredo, sigilo e mascaramento, relacionando-se a uma formação discursiva e ideológica do iluminismo e da política (INERARITY, 2017). Tema caro às democracias, a transparência ganha mais relevo na virada para o novo milênio com as novas possibilidades de acesso a informações dispostas em bancos de dados. Apesar da defesa de seus

entusiastas, é uma temática contraditória, pois para garantir a acessibilidade e visibilidade de informações relevantes para a democracia, os agentes sociais impetram verdadeiros sistemas de vigilância. Essas práticas motivaram Inerarity (2017) a considerar que vivemos em uma "sociedade da observação". Em linhas gerais, é a organização social que prima pela construção de espaços públicos de vigilância que resultam na publicização de ações políticas.

De forma simples, o princípio que motiva essa vigilância é o de que a opacidade e o segredo favorecem os erros, enquanto a observação pública tende a interpelar os sujeitos a terem comportamentos "corretos". Isto posto, o enunciado da jornalista 2 evoca o sentido de transparência como catalisador da correção jornalística, reforçando a naturalização do papel de vigilância democrática presente no referencial ideológico da profissão (MORETZSOHN, 2013). Uma posição que duela com os interesses políticos, visível no enunciado pela presença da voz de um outro do trabalho que interpela a jornalista sobre a necessidade de divulgar as informações.

Apesar de a transparência ser um elemento inerente às sociedades democráticas e ter sua origem no iluminismo, assim como o jornalismo e os valores que dão corpo à sua deontologia, ela está muito atrelada na atualidade ao que pesquisadores denominam como jornalismo de verificação (SEIBT, FONSECA, 2019; BRENOL, 2020), uma prática ancorada na verificação de discursos públicos por meio do formato de *fact-checking*. Sendo assim, consideramos que a transparência é um novo valor jornalístico, legitimado pelo contexto histórico de exacerbação da mediação tecnológica, de crise dos regimes de crença (SACRAMENTO; PAIVA, 2020) e de emergência de novos agentes comunicacionais.

> A transparência como método de dar a ver o modo de produção da notícia, as razões das escolhas de fontes e mesmo a justificativa da pauta não é uma discussão nova no jornalismo (CRAFT; HEIM, 2009). Porém, esse tema tem sido acionado com mais frequência por diferentes fatores, entre eles, dois ganham destaque: a aprovação as normas e leis que regulamentam ferramentas de transparência pública digital e a elaboração de códigos de condutas de verificação e de credibilidade para o jornalismo, resultando em práticas como a de fact-checking. Portanto, as discussões de transparência vêm sendo incorporadas pelo campo como um atributo da conduta a ser perseguida pelos jornalistas, constituindo um reforço dos valores profissionais. (BRENOL, 2020, p. 08).

A jornalista 2 constrói um movimento discursivo de saída e entrada no território da deontologia tradicional da profissão exemplificado pelo embate de valores e práticas que tem como juiz o "preciosismo", um qualificativo moral que deve se materializar em uma apuração perfeita que, por meio do enunciado, pode ser depreendida como uma apuração baseada na transparência, no imediatismo (TRAQUINA, 2005a; FRANCISCATO, 2019), na pluralidade (FERNANDES, 2019; SANTOS, TEMER, 2016), na clareza textual e em técnicas como o lide (LAGE, 2005). Assim, a jornalista-enunciadora ressalta os valores e saberes provenientes da

deontologia moderna, os quais, continua ela, podem até ser esquecidos por muitas(os) profissionais em razão da dinâmica do trabalho concreto. O esquecimento dos valores e das técnicas é uma dramática do uso de si por si mesmo e de si pelos outros que compromete a qualidade dos produtos e a ética profissional. Mas pode ser entendido também como uma negação da deontologia moderna, que fica relegada ao não-dito, pois é uma formação discursiva e ideológica da qual querem se afastar (ORLANDI, 2015).

A ética jornalística ganha novos desdobramentos com o acréscimo da transparência e de outros valores fundantes das condutas das(os) profissionais frente às dramáticas de cada dia. Na avaliação do jornalista 9, a transparência e o respeito às minorias são valores atuais, norteadores do bom comportamento informativo.

> Assim, eu acho que a questão da transparência com a informação é fundamental. Até mesmo de lisura dos processos que a gente tem. Estar procurando sempre ter os cuidados de não estar desrespeitando ou indo contra algum grupo, por exemplo, minoritário. Eu gosto, por exemplo, de me cercar sempre desses cuidados, para que, sobretudo, grupos de minorias não sejam prejudicados, com a sua luta pouco reconhecida, ou prejudicada mesmo no contexto social. Eu acho que é uma preocupação importante, assim, saber reconhecer, saber identificar o papel de cada ator social, de cada ator político dentro da sociedade, saber identificar o que cada um faz e qual a importância de cada um, é um valor, digamos assim (JORNALISTA 9, 2021).

O sentido de transparência derivado do enunciado do jornalista 9 aproxima-se da ideia de transparência dos métodos de trabalho no jornalismo, um princípio da "disciplina de verificação" de que falam Bill Kovack e Tom Rosenthiel[94] (2014 apud SEIBT, FONSECA, 2019) e que Marta Maia (2008) defende como uma maneira de democratizar a acesso das(os) leitoras(es) aos modos de produção informativa, algo que falta ao jornalismo, impedindo-o de realizar-se plenamente como conhecimento social (MEDITSCH, 1992).

Mas ao jornalismo não basta ser transparente, ele precisa ter respeito com os agentes sociais, e para o jornalista 9, que se implica subjetivamente nessa ação ao adotar o "eu" como pessoa enunciativa (BRANDÃO, 2012), as minorias são grupos que precisam ser alvo desse respeito. O destaque para as minorias sociais e não para outros sujeitos nos permite elaborar a seguinte paráfrase: "o jornalismo costuma desrespeitar ou prejudicar as minorias". O prejuízo em questão é o prejuízo informativo ou comunicacional que se nota pela ausência dessas vozes minoritárias na produção noticiosa, em um claro desrespeito ao princípio de pluralidade (FERNANDES, 2019), presente na deontologia moderna do jornalismo e o qual pode ser entendido como um dos valores latentes no discurso do jovem jornalista 9, mesmo estando

[94] KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. **The elements of journalism**: revised and updated third edition. New York: Three Rivers Press, 2014.

ausente em sua materialidade linguística. Contudo, quando ele circunda essa pluralidade ao cuidado com grupos minoritários, se distancia do tom neutro e funcional que suporta a deontologia jornalística, aproximando-se de uma formação discursiva do ativismo social e do jornalismo independente (FERNANDES, 2019; FIGARO et al, 2018).

6.2 Os saberes jornalísticos

As(os) jovens jornalistas são trabalhadoras(es) que se encontram no topo da pirâmide laboral por possuírem formação técnico-científica, o que não as(os) protege da precarização, que incide com mais violência sobre a massa de indivíduos sem qualificação e praticamente excluídos do mundo do trabalho, o proletariado de serviços (KUENZER, 2005; ANTUNES, 2020). Neste cenário, a afirmação de uma competência profissional, por meio de saberes objetivos e subjetivos, é reiterada dia após dia como reforço singular e particular da identidade jornalística frente à sociedade e, sobretudo, frente aos usuários-mídia (TERRA, 2012) ou aos influenciadores digitais (KARHAWI, 2016), que disputam atenção e influência do público com jornalistas, negociando seus comportamentos online em troca de produtos, serviços ou dinheiro, atitude que os torna empreendedores aos olhos da sociedade de plataforma.

Diante disso, a competência para o trabalho jornalístico, ou seja, os saberes profissionais garantem às(aos) jovens jornalistas a entrada em outros mundos do trabalho.

> E o jornalismo me deu muitas ferramentas, né, assim. Quando eu saí do jornal, fui trabalhar na agência e até agora eu tô mais no marketing. A gente usa muitas ferramentas, né, assim, a parte do conteúdo de escrita sempre foi minha paixão. Então, (...) tanto que eu sempre falo assim: ah, sou jornalista por formação, mas eu uso ferramentas jornalísticas no meu trabalho. Então, pra mim a graduação de jornalismo foi fundamental. E sem falar na questão mais abstrata, sem ser de exercícios, né? Assim, na minha formação como crítica e a minha formação como pessoa, assim, eu não me arrependo de absolutamente, de nada. Eu acho que foi uma escolha muito acertada que eu fiz, assim. (...) porque na faculdade, principalmente na UFC, a gente não tem… a gente não aprendeu exatamente ferramenta, né? A gente aprendeu a teoria, né, a teoria não muda, ela só muda a aplicabilidade, né? (JORNALISTA 1, 2021).

No enunciado, a jornalista 1 considera que a formação em jornalismo foi fundamental para seu trabalho e é usada por ela todos os dias, ou seja, renormalizada (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) para a realização de tarefas na comunicação. O saber de narração (TRAQUINA, 2005a), característico da deontologia moderna, figura como um conhecimento versátil que a possibilita transitar entre a reportagem e a produção de conteúdo, ou seja, entre o ser jornalista e o ser comunicadora. Um deslocamento que ela está autorizada a fazer porque possui conhecimentos para tal: os técnicos, que adquiriu na prática, e os críticos, advindos da formação universitária. Ao fazer essa compartimentação, a jovem reproduz um interdiscurso

(SOUZA-E-SILVA, 2012; CARREON, RUIZ, ARAÚJO, 2019) presente no campo do jornalismo, o qual faz os estudantes, por exemplo, considerarem que os ensinamentos dos cursos de jornalismo não podem ser aplicados na prática (PEREIRA et al, 2016).

Dessa maneira, a jornalista-enunciadora reforça o discurso em torno da dicotomia teoria e prática que está na base da pedagogia fordista e da divisão social do trabalho (KUENZER, 2005, p. 02).

> O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da educação escolar para atender a essas demandas da organização do trabalho de base taylorista/fordista, ainda dominantes em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em todas as suas modalidades, as quais, embora privilegiassem ora a racionalidade formal, ora a racionalidade técnica, sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação. Esta pedagogia do trabalho taylorista/fordista foi dando origem, historicamente, a uma pedagogia escolar centrada ora nos conteúdos, ora nas atividades, mas nunca comprometida com o estabelecimento de uma relação entre o aluno e o conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas.

O texto e a escrita aparecem de modo excessivo (ERNERST-PEREIRA; MUTTI, 2011) em nosso *corpus*, sendo ressaltados como marcas de competência profissional por jornalistas que atuam ou atuaram na mídia impressa, na web e na assessoria de imprensa. A valorização do saber narrativo pode ser compreendida pela influência da deontologia moderna e pela centralidade do jornalismo impresso durante todo o século XX, ditando as técnicas de apreensão e escrita do real pelo jornalismo (LAGE, 2005; TRAVANCAS, 2011). O texto e as palavras são elementos semânticos por excelência da produção noticiosa e isso se justifica porque, como observou Baccega (1995), dentre os códigos linguísticos manuseados pelo ser humano, a linguagem verbal é o mais relevante para a interação social, pois a palavra consegue penetrar outros sistemas de linguagem, sendo um aporte de sentido complementar ou explicativo.

A palavra e, consequentemente, o texto jornalístico, são elementos que podem significar as transformações da sociedade ou fomentar rupturas no próprio discurso jornalístico e nos discursos sociais a ponto de provocar mudanças na realidade concreta. Em razão disso foi que Genro Filho (2012) se dedicou a revisar a técnica da pirâmide invertida para tornar o texto jornalístico mais propício à produção de conhecimento sobre a singularidade. Cientes do poder das palavras, as(os) jovens jornalistas caracterizam o texto jornalístico recuperando qualidades como a clareza (LAGE, 2005), norma antecedente para a atividade jornalística.

> (...) você tem que escrever da forma que você gosta, mas, principalmente da forma que o outro vai receber e vai receber a informação clara. É… se não cai no lance lá dos repórteres de cultura que escrevem coisas que eles leem nos livros dos poetas, né? Mas, cabidas as proporções, enfim, eu acho que eu amadureci sobre isso e hoje eu consigo organizar o meu texto, é de uma forma que eu gosto, e que, tem alguma literatura, a depender do assunto lógico. Essa é uma habilidade que, que eu tenho consciência de que, é eu tenho, alguns colegas têm, mas não é todo mundo que tem (JORNALISTA 5, 2021).

No enunciado da jornalista 5, a clareza não está materialmente enunciada, mas discursivamente aparece como a renúncia da profissional ao aspecto metafórico dos textos dos repórteres de cultura que mimetizam lirismos. No enunciado da jovem, a escrita de um texto jornalístico claro, o qual se vincula à ideia de transparência e objetividade da deontologia moderna, é qualidade de profissional maduro. A jornalista 5 assume esse ethos de maturidade por conta do domínio do saber narrativo e assim se diferencia das(os) demais que não desenvolvem essa habilidade. Esse enunciado nos faz subentender que apesar de a redação jornalística ser um saber narrativo instituído do campo profissional, lecionado nos cursos de graduação e, portanto, acessível e supostamente dominada pelos profissionais formados, na realidade concreta de trabalho, precisa ser aprimorada sob o risco de não alcançar o público.

A clareza é assim tematizada em nosso *corpus* em um sentido de oposição ao texto literário, como o faz a jornalista 8, ao descrever seu modo de escrita.

> O meu texto, ele, não é o texto mais literário do mundo, não. Eu não trabalho meu texto assim não, sabe. Ele é um texto que ele… mas, por outro lado, eu gosto, porque assim, é o jeito também que eu gosto de escrever, é o jeito que eu gosto de me comunicar. Eu gosto de ser compreensível, fácil, mas não é necessariamente vazio, né? (JORNALISTA 8, 2021).

Em seu enunciado, a jovem argumenta sobre sua forma de manusear a linguagem de modo a exercitar uma competência comunicativa (BOUTET, 2006; KUENZER, 2003) construída sobre o princípio de compreensão generalista e totalidade do texto. Pelo jornalismo ser um ofício de linguagem (BOUTET, 2006), a competência comunicativa não é um acessório, uma habilidade investida, mas o próprio objetivo do trabalho da(o) jornalista, daí a preocupação das(os) jovens com sua competência narrativa. Para o grupo, esta competência está calcada na deontologia moderna e na objetividade, pois a posição de diferenciação do texto literário sugere o distanciamento da subjetividade, um requisito necessário, por exemplo, ao jornalismo autoral suscitado pela epistemologia do diálogo social sistematizada por Medina (2014; 2018).

Mas o saber narrativo não é a única competência que a(o) profissional do jornalismo precisa dominar, ela se agrega a uma diversidade de saberes instituídos e investidos (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) que amplificam a atuação jornalística e caracterizam a(o) profissional como polivalente. Um modo de ser trabalhadora(or) que exige um saber-fazer orientado para o manejo de diferentes linguagens midiáticas e de diversas funções no jornalismo (FÍGARO, NONATO. GROHMANN, 2013; NICOLETTI, 2020; LELO, 2019). E que é excessivamente tematizado pelas(os) jovens jornalistas em nosso *corpus* de enunciados.

> (...) eu não me considero a melhor em nada. Eu não acho que eu sou a melhor repórter, que eu sou a melhor editora de vídeo, nada. Mas, pelo menos, eu acho que eu sei fazer tudo, tudo que me foi ensinado na faculdade eu aprendi. Eu sei que muita gente ignorava as cadeiras, mas eu sempre fiz tudo e sempre fui atrás de aprender a fazer

> tudo. Então, eu acho que as competências que me diferenciam dos outros é que eu fiz jornalismo porque eu gostava de escrever. Acho que eu escrevo OK e aprendi outras coisas também, eu consigo me virar em qualquer coisa que me derem, né? Se pedirem um infográfico, eu faço, pedirem um vídeo, eu faço, se pedirem pra mexer com HTML, eu faço. Então, eu acho que eu sou muito mais desenrolada pra aprender as coisas, pra ir atrás e resolver os problemas do que as outras pessoas. (JORNALISTA 3, 2021).

A competência da jornalista 3 advém da combinação dos saberes instituídos da profissão, provenientes das disciplinas cursadas durante a graduação, com saberes investidos próprios de sua personalidade, que podemos identificar no enunciado como: resolução de problemas e aprendizado autodidata. Esses saberes de experiência coincidem com os saberes apontados por Kuenzer (2005) como característicos da competência da(o) trabalhadora(or) para o sistema flexível. Resolver problemas e se qualificar informalmente passam ao largo dos saberes de reconhecimento e de procedimento (TRAQUINA, 2005a) da deontologia moderna, sendo novas competências cognitivas (GUERRA, 2008) que auxiliarão as(os) profissionais na realização de suas atividades de trabalho.

Alinhados com a multimidialidade, o braço linguístico da polivalência no jornalismo (SALAVERRÍA, NEGREDO, 2008), esses saberes investidos apontam para mudanças produtivas da profissão que já não comporta exclusivamente os saberes jornalísticos tradicionais. A polivalência apresenta-se como marca da profissão na contemporaneidade, e não pode ser lida somente pelo viés da simplificação do discurso que não favorece à práxis jornalística (MORETZSOHN, 2013) ou da precarização, que incide tanto sobre as atividades embasadas por saberes clássicos quanto sobre aquelas movidas por novos conhecimentos.

Propomos a revisão da polivalência como sinônimo exclusivo de acúmulo de funções e tarefas e excesso de responsabilidades que a ligam iconicamente à precarização. A polivalência pode ser vista também sob o viés da pluralidade e criatividade dos saberes humanos, como demonstraram as jornalistas 2, 5 e 10 em suas atividades de trabalho. Porém, como outras dimensões da atividade humana, ela é expropriada pelo capital, o que a encurrala no terreno da precarização.

Em nosso *corpus*, a polivalência é performada por homens e mulheres, não se restringindo à multimidialidade e abarcando saberes como o domínio do design gráfico e das métricas da arquitetura da informação nas mídias digitais, apontados como conhecimentos necessários pelas(os) jovens jornalistas para o exercício informativo atual.

A metrificação do jornalismo aparece em nosso *corpus* como um novo saber necessário ao desempenho profissional e apreendido no mundo do trabalho, pois os saberes instituídos da universidade não contemplam esse conhecimento. Essa fala é recorrente nas comunicações

sobre o trabalho de profissionais social media, uma função que requer esse saber mais diretamente. O saber-fazer relativo às métricas não é um consenso entre as(os) jovens jornalistas. Aquelas(es) que atuam em redações de veículos tradicionais são mais críticos a essa normatização do trabalho. Para estas(es), a metrificação pode esvaziar o sentido social do jornalismo e tornar a(o) jornalista uma figura desnecessária e passível de substituição por influenciadores digitais (KARHAWI, 2016). Esses temores se justificam pelo protagonismo que a metrificação está assumindo na produção noticiosa.

> (...) eu acredito que a gente deva hoje em dia prestar muito mais atenção nas coisas que...como é que posso dizer...em aspectos que a internet ela acabou aprofundando no nosso fazer profissional. Seja por causa da multimidialidade, por exemplo, pensando nos atributos da web mesmo, eu adicionaria que a compreensão da arquitetura da informação ela é necessária atualmente e é uma expertise que ainda tá muito incipiente. Eu vou precisar contextualizar isso um pouco. A gente... eu tô num setor chamado produção, que trabalha com o setor de distribuição e com um setor chamado produto. O setor de distribuição é o que vai fazer o escoamento do material feito pela produção. Vai colocar na capa, nas mídias sociais, vai trabalhar em formatos que sejam distintos por meios X ou Y para melhor compreensão, melhor absorção por parte dos leitores. Já o setor produto, ele vai meio que pensar esse conteúdo antes de ele ser trabalhado pela produção, e as pessoas que fazem lá são pessoas que a gente denomina de SEO, que são aqueles mecanismos de otimização de busca. São pessoas, pelo menos, por enquanto, né, trabalhando com isso, e elas ficam buscando, vamos dizer assim, o que as pessoas mais estão pesquisando na internet. Palavras-chave, perguntas, dúvidas, né. Então tipo, essas pessoas ficam monitorando o Google Trends. (...) Elas vão indicando os caminhos que a gente deve seguir para fazer os nossos conteúdos. Então, tipo, é lidar realmente com métricas do Analytics, fazer cruzamento dessas métricas e tentar a partir daí buscar o melhor ranqueamento do nosso produto, né, nesses grandes mecanismos. Tipo, é uma dificuldade que eu tenho, e por enquanto preciso ficar em contato com essa equipe pra tipo, às vezes, decidir para onde devo seguir, o que eu devo fazer (JORNALISTA 7, 2021).

O jornalista 7 trabalha no setor de produção para o portal de um sistema de comunicação local. Em seu enunciado figurativo (FIORIN, 1998), o jovem descreve a organização produtiva do portal, dividida em setores denominados “produção, produto e distribuição”. Essa nomenclatura não guarda proximidade semântica com a organização em editorias; comuns ao jornalismo impresso; ou a uma divisão organizacional baseada nas funções tradicionais do jornalismo, como “apuração, reportagem e edição” (LAGE, 2005). Somente o termo produção já era comum à disposição administrativa das redações de TV e de rádio (BARBEIRO, LIMA, 2013). Porém, da forma como a produção se articula hoje com o produto e a distribuição, concluímos se tratar de um novo modo de racionalização do trabalho noticioso, distinto do impetrado no jornalismo moderno.

No enunciado, a descrição do trabalho e da relação entre os três setores evoca uma cenografia marcada por uma cronotopia da fábrica, da indústria contemporânea, associada a uma cronologia da produção flexível (ANTUNES, 1999, 2020a; FONSECA, KUHN, 2009). Uma cena enunciativa que adere com a realidade laboral na qual a(o) operária(o) da notícia

produz informações sob demanda para um público cativo, identificado pelas métricas. Partilhando assim da lógica do sistema toyotista que privilegia os processos, a qual fica visível nas nomenclaturas dos setores, que remetem a processos produtivos abrangentes que dão vazão à polivalência requerida da(o) profissional, diferente de processos e funções particulares como edição e reportagem.

A descrição dos setores de trabalho realizadas pelo jornalista 7 nos possibilita inferir que: as atividades do setor de produção consistem na operacionalização de saberes de composição da notícia, enquanto o setor de produto se dedicaria mais à mobilização de saberes de seleção noticiosa e o setor de distribuição prima pelos saberes de circulação (FÍGARO et al, 2021b). Todos estes se constituem de uma natureza híbrida, pois guardam proximidade com saberes jornalísticos tradicionais, mas precisam de outros conhecimentos relativos ao manuseio de dados metrificados e da compreensão da lógica operacional das plataformas (LELO, 2019; KALSING, PITAN, GRUSZYNSKI, 2019).

Essa hibridização de saberes é um não-dito no enunciado do jornalista 7, que escolhe usar a expressão "arquitetura da informação" para nomear um novo saber que equivale a uma atualização do saber de noticiabilidade do jornalismo moderno. O silenciamento (ORLANDI, 2015) do termo noticiabilidade é estratégia de filiação do sujeito à formação discursiva das tecnologias e da lógica produtiva flexível, na qual a notícia só é de fato construída depois que é "vendida", ou seja, seu consumo é garantido, uma certeza dada pela leitura das métricas.

Esa lógica justifica o silenciamento da nominação dos formatos jornalísticos tradicionais, como reportagem, notícia, matéria, entrevista etc., agora conformados ao signo do conteúdo, que pode ser o significante de diferentes produtos orientados por objetivos de trabalho divergentes dos jornalísticos. Fonseca e Kuhn (2009) observam que o perfil de jornalista como "fornecedor de conteúdo" é identificado com o desenvolvimento do jornalismo feito para a internet, e atrela-se a uma crescente destituição da(o) jornalista da responsabilidade de interpretar a realidade social.

O jornalista-enunciador constrói ainda uma oposição enunciativa "eu x eles" (BRANDÃO, 2012; FIORIN, 2012; 1998), na qual se coloca no lugar de um sujeito que não domina o saber da arquitetura da informação, enquanto eles, os outros no trabalho, jornalistas do setor de produto, dominam esse saber-fazer, o que os coloca em uma posição de superioridade, afinal, o conhecimento é um fator de diferenciação social no sistema produtivo (KUENZER, 2005). E no que diz respeito às atividades de trabalho deles, dos outros, o jornalista-enunciador as define por meio do uso de elementos semânticos como "SEO"

(abreviação de *Search Engine Optimization*), "métricas", "Google Trends"[95] e "Google Analytics[96]", os quais não integram o "vocabulário de precedentes" (TRAQUINA, 2005b, p. 39) do jornalismo moderno. Estes semas pertencem ao campo discursivo (SOUZA-E-SILVA, 2012) de produtos tecnológicos, mais especificamente, derivam de um espaço discursivo (SOUZA-E-SILVA, 2012) das plataformas digitais, como a Google, referenciada no enunciado. E reforçam a feição proprietária das transformações tecnológicas das empresas de comunicação, que requerem das(os) profissionais cada vez mais conhecimentos de uma natureza técnica específica (FONSECA, KUHN, 2009).

A construção de uma interdiscursividade com as plataformas digitais denota como elas estão se imiscuindo no cerne da produção noticiosa, figurada no enunciado do jornalista 7. Temos assim indício de uma plataformização do jornalismo (BARROS et al, 2021) decorrente da dependência, no trabalho noticioso, dos dados organizados e disponibilizados pelas plataformas, que se tornam essenciais para as decisões relativas à noticiabilidade. Frente ao exposto, depreende-se a sistematização de um novo saber profissional, apreendido pelo jornalista 7 em meio à dialética entre o jornalismo tradicional e um novo modelo de produção noticiosa, plataformizado e metrificado.

A esse saber-fazer das métricas se alinham outros conhecimentos elencados pelas(os) jovens jornalistas como necessários ao trabalho noticioso e de comunicação. Do elenco clássico da profissão, oriundo da deontologia moderna, são destacadas a apuração, a checagem, a entrevista, a especialização temática, o domínio do gênero opinativo e o bom relacionamento com as fontes. É válido mencionar que a reportagem, gênero por excelência do jornalismo moderno, não é tematizada pelas(os) jovens, sendo um indicativo das novas feições que o jornalismo está assumindo por meio de novos saberes. Entre os quais podem ser encontrados, de acordo com nosso *corpus*, os conhecimentos relativos ao jornalismo de dados, o manuseio da aplicação Excel, a produção de informações em formatos compatíveis com as plataformas de redes sociais, a multimidialidade, a redação com técnicas de SEO, conhecimentos de design e a autoralidade narrativa (MEDINA, 2018).

Na seara dos saberes investidos, aqueles que não têm caráter científico e não necessariamente se relacionam à deontologia profissional, são mencionadas a proatividade, a

---

[95] Uma ferramenta da Google que mostra as principais palavras, expressões e assuntos pesquisados na internet em diferentes países. Ler mais em: https://trends.google.com.br/trends/?geo=BR. Acesso em 8 de maio de 2022.

[96] É outra ferramenta da Google desenvolvida para sites, pois monitora diferentes ações da audiência gerando dados que podem ser utilizados na definição das estratégias de marketing da instituição. Mais informações em: https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-google-analytics/#:~:text=Google%20Analytics%20%C3%A9%20a%20ferramenta,dispositivos%2C%20cidades%20e%20outros%20dados. Acesso em 8 de maio de 2022.

competência comunicativa, a criatividade, a inovação, a organização, o planejamento, a gestão de pessoas, a insubmissão, o perfeccionismo, a versatilidade, a humildade, a honestidade, a empatia e os bons relacionamentos.

Em nosso *corpus* ainda nos deparamos com um estranhamento (ERNSRT-PEREIRA, MUTTI, 2011) decorrente da aparição do sentido de talento associado à competência jornalística, que se manifesta apenas na fala do jornalista 4.

> É… eu gosto muito de rádio e de TV, né? Ao contrário de você, escrever não é o meu forte, né (Risos). Se for necessário eu faço, mas eu não tenho esse tesão. Que... uma coisa que ela, que é uma pessoa que tem experiência, né, uma pessoa que tem essa caminhada na TV, né, muito longa de muita... muita experiência, me falou, foi o quê: "TV, infelizmente, a realidade, você não aprende na faculdade, entendeu? Você aprende da prática e TV você faz se tiver talento". E ela disse: "você tem isso. Você tem talento pra TV. Você... você tem uma postura, você...não é só sua voz que chama atenção. Mas é a sua postura, o jeito como você fala, o seu jeito de articular as ideias, o seu improviso". E eu me sinto muito à vontade no estúdio, sabe? Eu me sinto à vontade na frente das câmeras. E eu gosto muito de editar. Descobri esse gosto, esse prazer, na faculdade editando coisas no Gruppe[97], nas próprias disciplinas jornalísticas. Então... são coisas que eu acho marcantes (JORNALISTA 4, 2021).

O jovem constrói o enunciado recorrendo à heterogeneidade mostrada e marcada (BRANDÃO, 2012) por meio do uso de citações diretas e indiretas, trazendo outras duas vozes para o texto e polemizando com elas. O jornalista se opõe diretamente à voz da interlocutora identificada pelo pronome "você". Ele mostra ter uma imagem prévia da interlocutora (PIRIS, 2019), que seria a de jornalista de impresso, um tipo que se destaca, no campo discursivo da deontologia moderna, exatamente pela escrita de reportagens e de notícias (LAGE, 2005), sintetizando uma imagem paradigmática da profissão. A oposição ao ethos de jornalista de impresso é justificada pela falta de desejo de escrever um estilo de texto, que não está dito no enunciado, mas subentende-se ser o texto de impresso.

O jornalista-enunciador busca também uma posição de sujeito a partir do jogo de aderência e de oposição (BRANDÃO, 2012) à voz de outra profissional, uma jornalista de TV experiente, que aparece em passagens identificadas pelo uso do discurso direto. Essa voz se apresenta como uma fiadora (MAINGUENEAU, 2008; 2020) que atesta a competência do jornalista-enunciador por meio do reforço da dicotomia teoria x prática, acionando um interdiscurso do campo jornalístico. Ao enfatizar o talento do jovem, a jornalista experiente destaca saberes como o improviso, a postura corporal e a capacidade cognitiva para relacionar ideias como aqueles que só jornalistas talentosos possuem, esvaziando o sentido dos saberes provenientes da formação universitária.

---

[97]Abreviação do nome Grupo de Práticas e Estudos em Jornalismo Audiovisual, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Um projeto de extensão universitária voltado para a produção de jornalismo audiovisual pelos estudantes.

A prática distinguida pela voz da experiência no enunciado é pragmática, positivista, diferente da prática no sentido materialista que "não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico" (KUENZER, 2003, p. 04). Essa voz da experiência vincula-se a duas formações discursivas e ideológicas. A primeira está relacionada ao paradigma da flexibilidade produtiva (ANTUNES, 1999; 2018), o qual enaltece não só os saberes técnicos e científicos, mas também o desenvolvimento de habilidades subjetivas pelo trabalhador (KUENZER, 2005).

Já a segunda formação discursiva e ideológica é acionada pelo sentido da palavra talento, que se aproxima da ideia de vocação. No jornalismo, a vocação e, consequentemente, o talento, são construtos situados em uma visada profissional moderna, amparada por valores funcionalistas (GROHMANN, 2010). No sistema produtivo, o talento emerge de visões de mundo românticas que sobrevalorizam aspectos psicológicos no processo de formação das identidades de trabalho (RIBEIRO, 2014), individualizando a adaptação, sucesso ou fracasso da(o) profissional à sua atividade de trabalho e reforçando a naturalização de estruturações que são históricas, subjacentes à divisão social e até mesmo sexual do trabalho (WILLIS, 1991). Logo, se constituindo como estratégia de conformação à ideologia neoliberal (MOLIANI, 2020; LELO, 2019).

A leitura das comunicações das(os) jovens jornalistas nos mostra a prevalência de uma dialética dentro/fora da deontologia moderna da profissão, resultado da hibridização dos saberes necessária à realização das atividades de trabalho e que repercute no delineamento do ethos jornalístico, na imagem de jornalista ideal da profissão.

6.3 Os ethé discursivos e as identidades singulares de trabalho

As identidades são importantes para a efetivação da autonomia das trabalhadoras e trabalhadores e para a valorização de suas vidas de trabalho, sendo artifícios contra a instrumentalização, contra o estranhamento, e a favor da constituição enquanto classe social. Afinal, "a identidade de classe não é verdadeiramente reproduzida até que tenha passado de forma apropriada pelo indivíduo e pelo grupo, até que tenha sido recriada no contexto daquilo que parece ser uma escolha pessoal e coletiva" (WILLIS, 1991, p. 12).

As(os) jovens jornalistas buscam amparo em diferentes elementos no mundo do trabalho para ancorar suas identidades profissionais. Os saberes, os valores e a própria atividade de trabalho subsidiam a afirmação da singularidade do ser trabalhadora(or) e reverberam os

sentidos do jornalismo como profissão para esse grupo específico de sujeitos que ora acolhem e ora rechaçam o ethos particular para o jornalismo delineado pela deontologia moderna.

As(os) jovens jornalistas incorporam diferentes ethé ao longo de suas comunicações sobre o trabalho, pois as falas recuperam diversos momentos de suas histórias de trabalho, e como a identidade se constrói por meio do movimento de sentidos na história (ORLANDI, 2001), é compreensível que as(os) jovens jornalistas desenhem diferentes ethé discursivos, singulares, em razão de suas diversas experiências de trabalho no jornalismo e na comunicação. A jornalista 1, por exemplo, no início da graduação, enxergava o jornalismo sob uma ótica tradicional.

> Eu acho que a UFC ela... ela tem muitos formatos, né? Que é um formato bem formação pra redação. Então, o que tinha muito pra gente era essa ideia do… o dever social jornalístico, né? Ser jornalista pra ir pro jornal, escrever matérias, escrever matérias assim mais cotidianozão e tal. (...) Eu lembro que foi um choque pra mim, quando eu terminei, assim, quando eu percebi que eu como jornalista, eu podia fazer uma série de outras coisas, né? Eu podia ser revisora, podia ser social media, podia ir pro marketing, enfim. (...) Na verdade, assim, na faculdade, eu achava que eu tinha dois caminhos: ou eu ia ser jornalista de redação ou ia pra academia (JORNALISTA 1, 2021).

Enquanto estudante, a jovem-enunciadora só vislumbrava como ideal de profissional a imagem do jornalista de impresso, que realiza cobertura de acontecimentos factuais e deve ser socialmente responsável, um ethos jornalístico que coincide completamente com a deontologia moderna (TRAQUINA, 2005a). Imagem que se fragmentou com o fim da graduação, quando ela se deparou com a abertura profissional para outros postos de trabalho na comunicação, suscitando assim a imagem de um profissional versátil, flexível, que ela assume ao se implicar enunciativamente por meio do pronome “eu”. A jovem constrói um ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2016; 2020) de profissional flexível que transita por diferentes lugares na comunicação e não fica presa à redação. Seu ethos singular encontra amparo em um ethos universal de trabalhadora do sistema flexibilizado, que não se fixa muito tempo em uma posição de trabalho e vincula-se a diferentes projetos ao mesmo tempo, construindo uma estratégia identitária ancorada em redes de relacionamentos (RIBEIRO, 2014).

A distância de uma identificação com sua profissão de formação se deve ao fato de ela ter se afastado da redação e se dedicado mais às atividades de comunicação como mídias sociais, produção de conteúdo e marketing.

> Eu sempre fui muito da internet, né? (...) toda a vida eu inventava um blog. (...) me admira que eu tenha ido pro jornalismo pensando no impresso, porque eu sempre tive blog. E era natural pra mim. Só que eu sempre tinha blogs de textos meus. Tipo, assim, textos autorais, contos, crônicas e tal. Sempre foi uma coisa pra escrita, né? Só que na prática não foi muito prático né. (...) Trabalhar o dia inteiro com internet, com redes sociais e, aí minha filha, eu não tive mais energia. (...) Aí não tinha mais saco pra abrir os stories, não tinha vontade de fazer nada. Aí falei: não. Eu vou parar e só vou voltar

> quando eu me sentir feliz com isso. E aí parei, foi quando eu mudei de trabalho. Comecei a me adaptar e agora eu tô voltando. E eu tô voltando muito, assim, feliz por estar voltando, mas também nervosa, né? Porque durante a pandemia, eu ainda enfiei na minha cabeça que eu ia publicar o meu primeiro livro de ficção, né? Quando esse ano começou, eu pensei: não, eu preciso voltar com o blog e preciso começar a fazer conteúdo pro meu Instagram pra gerar essa coisa da escritora, né? (JORNALISTA 1, 2021).

Neste enunciado, a jovem se implica enunciativamente usando o pronome "eu" (BRANDÃO, 2012; FIORIN, 2012) para afirmar sua proximidade com o universo da internet, afinal, para ela, o manuseio de blogs e perfis de redes sociais é algo natural, se entendendo assim como uma nativa digital, articulando um ethos categorial (MAINGUENEAU, 2020) de comunicadora digital independente, amparado em seus saberes investidos para o manuseio de formatos da comunicação digital e para a escrita de textos autorais. Uma identidade de trabalho que ela tentou preservar como *social media* e que agora está impulsionando com a realização de um novo projeto de vida de trabalho (RIBEIRO, 2014): a publicação de um livro de ficção. Uma nova atividade de trabalho que mobiliza uma construção identitária singular, expressa pelo ethos dito (MAINGUENEAU, 2016, 2020) de escritora.

O mesmo ethos de comunicadora digital é partilhado pela jornalista 3, que ocupa uma posição discursiva coerente com sua posição social, afinal, desde que se formou, trabalha como "social mídia. Fico nas redes sociais, site, tudo que for de web." (JORNALISTA 3, 2021) em um órgão do Governo do Estado do Ceará. A distância discursiva do jornalismo, portanto, reverbera em sua identidade de trabalho.

> Eu acho que eu tô cada vez mais longe do jornalismo. Na verdade, acho que esqueci de mencionar, mas ao longo da graduação eu percebi que eu não gostava muito de jornalismo. Mas eu gostava de comunicação. E ela é diferente, né? Então, hoje em dia, eu não sei se eu posso me chamar de jornalista, apesar de ter sido formada em jornalismo. Eu me interesso muito mais por redes sociais, inclusive foi a minha monografia, então já tava muito óbvio que eu não queria estudar jornalismo, eu ia achar um saco. E aí, hoje em dia eu tendo muito mais pro marketing, marketing digital (JORNALISTA 3, 2021).

A jovem se implica pronominalmente deixando evidente seu ethos dito (MAINGUENEAU, 2020) de comunicadora digital. E o fato de não desenvolver atividades jornalísticas a impede de ser vincular identitariamente à profissão e isso parece estar apaziguado, tanto que seu plano de carreira (RIBEIRO, 2014) não inclui o jornalismo, este que em seu imaginário de recém-ingressa no curso estava atrelado à imagem prévia (PIRIS, 2019) romântica: "Pra mim, o meu estereótipo de jornalista era das comédias românticas, né? Sempre tem uma jornalista... É um estereótipo bem bom, inclusive, eu adoraria" (JORNALISTA 3, 2021). Um ethos que passa ao largo dos sofrimentos das trabalhadoras para ter uma vida afetiva

plena (REIMBERG, 2015) e para se manter com remunerações que se encaixam na faixa salarial mais baixa da categoria (KIKUTI, ROCHA, 2018).

Uma ilusão que a jornalista 10 tentou desfazer ao ingressar no curso de jornalismo. O glamour que a jovem atribuía ao ofício se perdeu quando teve contato com a realidade concreta. A intensificação do trabalho substituiu o charme e as dramáticas deixaram a beleza pra lá, dando mais lucidez para a jornalista 10, que mesmo entendendo que as revistas e os demais produtos jornalísticos são feitos mais com suor do que com brilho, ainda guardava uma admiração pelo trabalho, visível na escolha dos adjetivos pra definir os produtos jornalísticos como encantadores, um vocabulário que mostra a presença latente do ethos de jornalista romântica. "(...) os resultados finais, em geral, me deixavam... APAIXONADA por aquilo, apesar de o processo ter sido extremamente …. Exaustivo (JORNALISTA 10, 2021)."

Mesmo sendo premida pelo tempo de trabalho, a jovem se apaixona pelo resultado de sua labuta, nos proporcionando inferir que: apesar do desgaste, ela mantém uma relação autêntica com o trabalho, pois o status de ficar apaixonada aponta para uma relação afetiva com o produto do trabalho, em que seu corpo-si se mobiliza com prazer e vontade para criar, denotando que ela não é uma trabalhadora estranhada (ANTUNES, 1999). Ou que a paixão pelo trabalho mascara a precarização sociolaboral, contribuindo para a permanência desse modo de estruturação do trabalho.

Com menos romantismo e mais indignação, a jornalista 2 desenha outro ethos jornalístico.

> (...) quando eu já tava no curso, eu substituí um pouco aquela imagem que eu tinha que o jornalista era aquele SER muito indignado com os fatos sociais e que ele queria denunciar. E que havia ali a imparcialidade a todo custo e que era uma forma de fazer justiça. É, continuei com essa imagem de que é uma pessoa que pode sim fazer uma diferença, né? Que pode levar justiça pra apuração que ele fizer, pra matéria que ele fizer, ele pode contribuir com a justiça, mas, eu tive uma visão mais pé no chão do que era o jornalismo. Que eu ia fazer parte de uma instituição, de uma empresa. E que assim, muitas decisões não seriam tomadas por mim. Continuei achando que poderia fazer diferença, que poderia questionar muitas coisas, mas eu me entristeci um pouco quando eu conheci o mercado, porque eu vi também que é um profissional muito podado né (JORNALISTA 2, 2021).

Em seu enunciado, a jovem polemiza consigo mesma, recuperando um dito do passado para contradizê-lo. Antes, ela tinha uma imagem prévia (PIRIS, 2019) do jornalista como um ser indignado, que denunciava os erros sociais com imparcialidade, coerente com estereótipos da profissão em circulação na sociedade por meio de filmes, séries de TV e romances (LELO, 2019). Durante o curso de graduação, a imagem ética da(o) jornalista passou a ser a de uma(um) profissional que podia fazer justiça social. Uma imagem que se situa à margem da deontologia moderna, pois o ethos de jornalista "justiceira(o)" não é objetivo, nem imparcial,

desvinculando-se de dois referencias basilares para a formação discursiva e ideológica da profissão. Ela estaria assim vinculada a uma deontologia alternativa, em que a(o) jornalista repara injustiças sociais com as quais se defronta.

O enunciado da jornalista 2 oferece ainda uma terceira imagem do jornalismo, desta vez mais realista, pois revela que a(o) jornalista é heterodeterminada(o) (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) pela empresa, que sua sede de justiça, de fazer a diferença pode esbarrar nos interesses comerciais da organização. Podemos delimitar que ela assumiu um ethos dito e experiencial (MAINGUENEAU, 2020) de jornalista triste, frustrada com a limitação da autonomia, mas ainda assim um ethos discursivo de jornalista que pode fazer a diferença. Com o transcorrer de suas experiências, ela refina a imagem da profissão, atribuindo à(ao) jornalista criticidade e a capacidade de superar as limitações, ou seja, de se desvencilhar das dramáticas do uso de si (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007).

> É, eu acho que ser jornalista hoje (Olha para o lado) dentro de uma redação, né, me distanciando mais dessa história das empresas, é... eu acho que é ter, você tem que ter, ser uma pessoa muito crítica, um ser muito crítico, para além da sua apuração, sabe? Você tem ali um cenário que você tem os valores da empresa que você tem o que você precisa... as regras que você precisa seguir… as coisas que você não precisa citar, mas você tem que ter muita criticidade do que você vai escrever. Então, tem que ser um ser, eu acho que é, talvez, um dos maiores valores assim que eu considero, você tem que ser uma pessoa muito crítica no que você vai escrever, você tem que ter um olhar mais crítico, um olhar mais apurado, você tem que ver além das entrelinhas. Eu acho que hoje ser um jornalista é isso né, você tem que conseguir transmitir através de um texto algo que vá além do senso comum (JORNALISTA 2, 2021).

No enunciado, a jornalista 2 assume um ponto de vista enunciativo (BRANDÃO, 2012; FIORIN, 2012) objetivo para analisar o papel da(o) jornalista de redação na contemporaneidade, que se diferencia da(o) jornalista de empresa, ou seja, da(o) jornalista que trabalha em assessorias de comunicação. Ela enfatiza que a(o) jornalista deve desenvolver uma capacidade crítica mesmo tendo que duelar com os valores da organização, com as normas antecedentes para o trabalho (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) e com a censura (ORLANDI, 2015). Por meio de um tom professoral marcado pelo uso do imperativo e da repetição da expressão “você tem que ter...”, a jornalista-enunciadora assume um ethos categorial de professora por meio de uma cenografia que mimetiza os manuais de jornalismo (MAINGUENEAU, 2020), prescrevendo modos de ação que tornarão a(o) jornalista uma(um) crítica(o) da realidade, sendo capaz de ler nas entrelinhas dos discursos sociais e sair da superficialidade do senso comum.

O mesmo recurso cenográfico é usado pela jornalista 10 que constrói um ethos de voz da experiência, ditando modos de ação para os mais jovens, os inexperientes.

> Eu acho que tem que ser uma pessoa muito curiosa... muito determinada pra... ir atrás de entender, aprender, pra poder produzir o que faz... e que tenha essa energia. Do

> fluxo de trabalho... que é rápido, mas que também saiba se posicionar para não deixar que as empresas te saturem, né, te usem demais... porque, te suguem muito, né… Acho que tem que ter um pouquinho dessa postura, pra não deixar... porque, eu acho que, no começo, principalmente, a gente deixa muita coisa acontecer, porque, né, tá começando. Eu acho que é importante já ter um pouquinho dessa postura. E, e… de alguma forma se… se valorizar. (JORNALISTA 10, 2021).

Em meio à normatização de conduta elaborada pela jornalista-enunciadora, emerge uma imagem ética de profissional ideal embasada mais nos saberes de ação do que nos saberes instituídos do jornalismo (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007). Um saber que envolve, sobretudo, a capacidade de não se deixar explorar pelas empresas em razão da falta de experiência, e de valorizar o produto do trabalho, que significa valorizar a si mesmo enquanto trabalhador. A valorização do trabalho se daria por meio de uma relação autêntica com o labor, que desenharia um ethos jornalístico coincidente com o ethos de trabalhadora(or) contemporânea(o).

Dessa forma, as jornalistas 2 e 10, duas assessoras de imprensa, vinculam seus ethé discursivos, de jornalista crítica (dito pela jornalista 2) e de jornalista altiva e insubmissa (mostrado pela jornalista 10) a uma formação discursiva e ideológica materialista, para quem o jornalismo deve ir além da pseudoconcretude dos fatos (GENRO FILHO, 2012, RODRIGUES DE SOUZA, 2016; PONTES, 2017; MORETZSOHN, 2013) e promover uma mediação que una o ser singular à sociedade (SADER, 2007, INFRANCA, 2014; ANTUNES, 1999).

Singularmente, a jornalista 2 pode não se reconhecer como profissional crítica, apesar de já tê-la encarnado na redação, pois trabalha hoje nos liames de uma empresa pública. Mesmo assim, ela se denomina jornalista. A formalidade do vínculo de trabalho e a realização de atividades sob os auspícios prescritivos do jornalismo dão segurança para a jovem se afirmar como jornalista que atua em assessoria de comunicação. Um fenômeno que Pereira, Moura e Sousa (2014) observaram junto aos estudantes de jornalismo da Universidade de Brasília (UNB), que acreditam ser possível trabalhar em assessoria de comunicação e vincular-se identitariamente com o jornalismo.

Para as(os) profissionais que labutam nas redações, a ancoragem ética envolve não só as atividades profissionais, mas ainda os posicionamentos políticos.

> Ah, eu diria, o jornalista hoje ele... não pode ser a favor do Bolsonaro (Risos). (...) Eu diria que o jornalista hoje, ele não pode deixar de ser um ente político. Eu tenho isso pra mim. Que o jornalista, ele não pode deixar de ser uma pessoa política. Um profissional político (...). Eu percebo isso em mim mesmo, né? Que eu tô com um comentarista lá pra falar sobre política. E na minha pergunta, eu já teço ali um comentário, eu já teço ali uma... uma ideia que é minha, né? Que não é objetiva, que é totalmente subjetiva. Que eu utilizo as técnicas que eu aprendi para maquiar aquilo ali pra se parecer com uma coisa objetiva, mas que, no fundo, quem assiste, tem uma compreensão. Sabe que eu tô levando ali o meu lado, né? (JORNALISTA 4, 2021).

Na abertura do enunciado, o jornalista 4 utiliza o riso como um marcador de sentido para enunciar uma verdade travestida de brincadeira. A verdade que ele assume como um chiste é a de que o jornalista ideal deve se vincular ideologicamente ao campo progressista, o qual é diametralmente oposto ao campo político em que o presidente da República se situa, o campo do autoritarismo e do fascismo, hoje em posições hegemônicas no Brasil. O riso ao final da frase dá o tom de que essa verdade é abstrata, está no campo do sonho, da utopia, pois nos faz subentender que, na realidade concreta, há jornalistas que são a favor de Bolsonaro e estão do lado hegemônico. O que o jovem jornalista enuncia é que o jornalista contemporâneo tem que se posicionar politicamente e, acrescentamos, posicionar-se de modo contra-hegemônico.

Essa postura, que ele ilustra com seu próprio comportamento, é também uma tomada de posição jornalística frente à objetividade, imparcialidade e neutralidade (TRAQUINA, 2005a; GUERRA, 2008). E ao recorrer às técnicas jornalísticas para disfarçar a subjetividade, que ganha ares de objetividade, o jornalista adota a postura estratégica recomendada por Genro Filho (2012), de usar as técnicas do jornalismo burguês para produzir um jornalismo contra-hegemônico. Concluímos assim que o ethos do jornalista 4, a partir deste enunciado, é o ethos do jornalista contra-hegemônico, que mesmo atuando dentro do sistema de mídia, encontra formas de se posicionar politicamente.

Uma postura que não pode ser egocêntrica, pelo menos, é o que a jornalista 5 atenta ao enunciar sobre o ethos jornalístico.

> Porque eu sempre fui assim, sabe, eu sempre fui muito… muito de socializar, de ouvir as pessoas, eu acho que de certo modo intuitivamente isso me inclinava pro jornalismo, porque eu via que era uma profissão de, essencialmente, ouvir o outro ou, pelo menos, deveria ser essencialmente ouvir o outro, né, independentemente, de quem esse outro seja e de onde ele esteja. Mas eu acho que era isso e continua sendo isso, assim, ouvir… ouvir o outro e... e repassar o que ele diz de alguma forma é… é o que eu… é o que eu mais acho bonito nessa profissão, por isso que me incomoda muito quando eu vejo pessoas que colocam isso em último lugar. E eu até usei esse exemplo, assim, me incomoda gente que usa o microfone como adereço pra selfie e não como uma ferramenta de amplificar o que alguém tem a dizer. E isso tá cada vez mais comum na nossa profissão e isso me incomoda PROFUNDAMENTE (JORNALISTA 5, 2021).

A jovem jornalista traça um ethos dito de pessoa sociável e empática, o qual transfere para a profissão, definindo-a como uma atividade de escuta do outro. Essa caracterização que se dá a partir da relação com o outro é uma leitura empática e solidária do ofício, que se esquiva da deontologia moderna tão centrada no jornalismo como um agente democrático e próximo aos poderes, e se achega à vertente defendida por Medina (2014, 2018), que ampara o jornalismo sob uma epistemologia do diálogo social. É também uma leitura do fazer jornalístico que denota como a jovem se afeta pela profissão, demonstrada por um ethos experiencial de

jornalista que vê beleza no ofício e se incomoda com os outros que usam a profissão para falar de si mesmos e não dar voz às alteridades sociais. A jornalista 5 se diferencia assim de profissionais orientados pelo paradigma do jornalismo de comunicação (CHARRON, BONVILLE, 2016), o qual tem como referencial discursivo a realidade cotidiana e o próprio jornalista. Sendo assim, o ethos discursivo da jornalista 5 se compõe pelo ethos mostrado de uma jornalista romântica (LAGO, 2002) e pelo ethos dito de uma profissional afetada e empática, mobilizando assim um ethos efetivo (MAINGUENEAU, 2020) de jornalista dialógica e afetada pela profissão e pelos outros com quem se relaciona no trabalho.

Quando colocam lado a lado as imagens do ser jornalista do passado com as das(os) jornalistas do presente, as(os) jovens percebem como suas trajetórias sociolaborais tomaram rumos imprevisíveis e até mesmo inesperados. Pelo menos foi o que se deu com o jornalista 6.

> (...) eu entrei no Jornalismo, já dentro da narrativa da fotografia. Assim, eu não tinha contato com TV, não tinha aquele desejo com nenhuma área do jornal, né, nenhuma área do jornalismo, não acompanhava, com paixão, assim. E aí, eu comecei a fotografar… e aí, eu escolhi o Jornalismo, principalmente, pela questão da fotografia, do fotojornalismo. (...) O que eu tinha formado de conceito, né, assim, um pré-conceito do que era jornalista, é… Eu via muito a questão da…, unicamente a questão da redação. Não tinha ideia de que tinha um universo grande em torno disso, né? Eu não tinha conhecimento de, sobre assessoria de imprensa, não tinha conhecimento, né… sobre as outras áreas. Só fotojornalismo e redação (JORNALISTA 6, 2021).

Em seu enunciado, o jornalista 6 exibe sua imagem prévia (PIRIS, 2019) do jornalismo, relacionada ao trabalho em redação, uma imagem que coincide com os estereótipos da profissão e com a hegemonia da deontologia moderna, ancorada no referencial do repórter e da redação como paradigmas do fazer noticioso (DEUZE, WITSCHGE, 2015). Apesar de reconhecer a extensão do exercício do jornalismo para outros lugares, foi na redação que o jovem encontrou seu referencial identitário de trabalho, assumindo o ethos de repórter polivalente, pois a passagem por diferentes mídias noticiosas o capacitou para realizar diversas funções no jornalismo e mobilizar várias linguagens midiáticas.

Pensando sobre o perfil atualizado do profissional de jornalismo, o jornalista 6 destaca a responsabilidade social e a criticidade como marcas para o exercício da profissão.

> É… ser jornalista, né, é…, realmente, é a gente, a gente trabalhar cotidianamente, né, dentro da nossa profissão, com... digamos, uma certa responsabilidade, né. Então, assim, a forma como o jornalismo veio, né, na minha vida, e como eu fui aperfeiçoando minha profissão, me fez entender de que assim, existem inúmeros, milhões de discursos em torno de um fato, né? O que tem que ser feito é que aquilo seja passado pro leitor, né, ou pra quem tá, né, escutando ou vendo aquilo de uma forma que possa gerar… uma opinião crítica, né, que faça com que ela tenha esse anseio por buscar mais informação e se informar cada vez mais, assim, né? (...) mas que busque realmente uma reflexão daquilo, seja futebol, seja política, é… seja outro tema, sobre artes, mas que, realmente, leve a à pessoa a pensar sobre aquilo, e… formular opinião com relação àquela informação (JORNALISTA 6, 2021).

As pausas de elocução (FIORIN, 2012) do jovem, marcadas no enunciado pelas reticências, mostram que falar sobre a profissão é um ato que requer análise e cuidado, pois mesmo que o jovem-enunciador se implique no texto assumindo o pronome pessoal "eu", sua voz não é autocentrada, pois sua fala está situada na dialética eu-outros; singular-particular. Um lugar discursivo que o autoriza a construir generalizações sobre a profissão a partir de um conhecimento singular (GENRO FILHO, 2012), o da sua própria experiência, a qual lhe mostrou que o jornalismo é atravessado por inúmeras formações discursivas e ideológicas (PECHÊUX, 2015; ORLANDI, 2001; FIORIN, 1998). Ao jornalista cabe a seleção e síntese das formações discursivas e ideológicas para subsidiar a construção de um discurso crítico sobre a realidade pelas(os) leitoras(es).

O enunciado do jornalista 6 nos remete então ao pensamento crítico sobre o jornalismo e o ethos evocado por ele é o de um profissional que mobiliza a práxis social (RODRIGUES DE SOUZA, 2006; GENRO FILHO, 2012) ao forjar condições para a crítica do senso comum pelas(os) leitoras(es) pela via do discurso, uma imagem que aponta para outros referencias, ausentes na deontologia moderna.

O ethos jornalístico é uma mediação cara ao corpo-si, pois aciona o sentido de pertença ao coletivo profissional, e difícil de ser solidamente erigida dadas as dramáticas do uso de si que tensionam e desestabilizam o saber-fazer e o saber-ser profissionais. Nessa peleja, as identidades singulares de trabalho se formam, dando conforto e equilíbrio momentâneos às(aos) trabalhadoras(es), como o jornalista 7, que busca o reconhecimento dos outros no trabalho.

> Porque a gente na produção faz essa hard news, coisa do tipo, às vezes é vista como se fosse assim um chão de fábrica. Porque a gente não faz materiais muito especializados, a gente não trabalha muito com os pormenores, a gente não caça tantas pautas, porque às vezes, né, o volume já é tão grande, a gente só vai filtrando o que já chega. A gente não vai, por exemplo, investigar alguma coisa. E eu acredito que, em razão disso, a gente é como se tivesse em um nível distinto de outros profissionais na redação que também compartilham da mesma formação (JORNALISTA 7, 2021).

No enunciado, o jovem usa a polêmica "eu" x "eles" para demarcar uma dramática do uso de si pelos outros que vivencia no setor de produção web, onde está há três anos, depois de ter passado por uma agência de comunicação, ter feito freelancers diversos nas áreas de design editorial, jornalismo sonoro e audiovisual e de ainda ter sido professor substituto de um curso de Jornalismo. Apesar de sua expertise, o jovem não consegue encarnar o ethos ideal da profissão porque os "outros", "eles", jornalistas que realizam reportagens densas e investigativas, não permitem, ao inferiorizarem seu trabalho.

Por meio de uma cenografia (MAINGUENEAU, 2016; 2020) que evoca o trabalho numa fábrica, o jornalista 7, assim como os demais que lidam com produção factual, são os

proletários da notícia, fazendo o trabalho pesado e braçal do jornalismo. Dessa maneira, assume um ethos discursivo experiencial (MAINGUENEAU, 2020) de profissional subvalorizado e precarizado simbolicamente, pois não goza da mesma legitimidade de outras(os) jornalistas. Uma divisão social do trabalho que pode dificultar um compromisso de classe entre as(os) jornalistas, afinal, só os iguais tendem a se respeitar, desconsiderando-se a heterogeneidade constitutiva da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999).

Como a identidade é um construto relacional, erigido sob o olhar e aceitação da alteridade (RIBEIRO, 2014), o jovem jornalista precisa que outros reconheçam sua vinculação ao ethos jornalístico para que sua identidade (RIBEIRO, 2014) seja fortalecida. Daí porque ele reforça sua singularidade, por meio de saberes instituídos e investidos, em busca do reconhecimento dos outros do trabalho.

> Mas eu acho que assim, para mim mesmo, o que é mais representativo para mim é o fato de eu conseguir saber fazer tudo, algumas coisas, claro, mais do que outras. Mas eu consigo, tipo assim, o que me colocarem para fazer... Isso porque eu acho que eu tive uma, como é que eu posso dizer...um período de aprendizado, principalmente na graduação, bem alto, e enriqueceu bastante as minhas práticas. Eu consigo lidar bem com o texto, escrevendo, fazendo imagens, captando, né, criando, produzindo material audiovisual, consigo fazer diagramação, consigo lidar com as redes sociais, consigo fazer coisas de áreas distintas, né (INAUDÍVEL) assim, na possibilidade, na gama de variedades que o jornalismo oferece (JORNALISTA 7, 2021).

No enunciado, ele apresenta um ethos dito (MAINGUENEAU, 2020) de profissional polivalente, que se amalgama ao ethos mostrado de jornalista competente. Se a polivalência é uma demanda produtiva contemporânea, então, ele está alinhado com o espírito do tempo. E arriscamos dizer que seu ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2020) é de um profissional orgulhoso por ser competente e polivalente.

Ter orgulho de ser jornalista não é algo comumente alardeado em rodas sociais. A precarização inferioriza o jornalismo frente a sociedade – como se outras profissões também não fossem precarizadas – e alimenta a autocomiseração de muitas(os) trabalhadoras(es) da notícia. Mas nem só de profissionais envergonhados vive o mundo do jornalismo.

> Não tem jeito. Eu sou uma apaixonada. Eu tenho muitas críticas, assim, até a tampa, mas assim, eu sou uma apaixonada pelo jornalismo MESMO, sabe? Sou encantada, com o ofício, até com redação também. É muito gostoso (risos). Cansa, paga mal, mas é muito gostoso (risos) (JORNALISTA 8, 2021).

Não é preciso fazer muito esforço interpretativo para perceber o ethos dito de jornalista romântica (LAGO, 2002) no enunciado da jovem profissional 8, descrito em tom de leveza e descontração, marcas enunciativas identificadas pelos risos e pelo adjetivo “gostoso”, que é um elemento semântico estranho ao campo discursivo do jornalismo (SOUZA-E-SILVA, 2012) e adentra esse terreno para enaltecer o trabalho jornalístico a despeito dos problemas que

ocasiona: cansaço e baixa remuneração. Isolado do restante do *corpus*, esse enunciado pode soar ilusório e descolado da realidade de trabalho. No entanto, a trajetória discursiva da jornalista 8 não nos permite essa conclusão, pois ela consegue equilibrar emoção e lucidez em sua narrativa, que se inicia com o molde da(o) jornalista ideal ainda durante a graduação que coincidia com o de jornalista de impresso. Ela aprendeu a ser essa profissional e renormalizou (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) seu aprendizado ao longo de sua trajetória.

> Eu acho que eu consegui fazer jornalismo impresso que é o que eu imaginava ser assim e com materiais muito legais, mesmo em cidades. Eu… eu fui muito pra uma cobertura que eu gostava muito, que era a discussão feminista, que era a discussão da violência contra a mulher, que era a discussão antirracista, que… que eu consegui muito colocar no meu dia a dia de trabalho, que era muito mais do que, necessariamente, uma questão de data. Chamar engenheiras pretas pra falar da obra, era trazer… era uma questão de representatividade mesmo, entendeu? Era trazer uma família preta pra uma pauta que falava sobre educação de criança, entendeu? E eu queria ver aquela família preta na foto (...) então assim, eu gostava e amava muito construir isso ao longo do meu dia a dia independentemente do mundo. Foi muito bom. Foi muito bom, muito bom (JORNALISTA 8, 2021).

A realização do ethos profissional da jornalista 8 não se deveu apenas à produção noticiosa para um veículo impresso. Aliado a esse saber-ser herdado dos acadêmicos, ela acrescentou uma vertente política e ativista que entendemos como um saber investido, resultado da articulação de suas identidades culturais (HALL, 2006), de mulher, de pessoa negra e de jornalista. Em seu texto figurativo (FIORIN, 1998), a jornalista mostra o movimento que lhe permitiu se vincular ao ethos particular, categorial (MAINGUENEAU, 2020) de jornalista de impresso e, ao mesmo tempo, se desvencilhar dele para erigir um ethos singular, ideológico, de ativista do feminismo e do movimento negro. Ela assume essa posição de sujeito com firmeza e se afasta da neutralidade como norma antecedente, que apaga as diferenças sociais, sobretudo as de gênero, legando ao homem um lugar de privilégio que lhe garante, inclusive, autoridade para ditar as prescrições para o trabalho (LEITE, 2017).

Sendo assim, a jornalista 8 move-se entre a tradição jornalística e uma deontologia alternativa, em que o feminismo e o antirracismo despontam como valores políticos que norteiam a atividade de trabalho e a identidade profissional da jovem.

A dimensão política da profissão também é enfatizada pelo jovem jornalista 9, para quem o profissional da notícia precisa ser antes de tudo um forte.

> Hoje, eu vejo que a gente tá numa espécie de front de batalha, do ponto de vista político, porque a nossa profissão está sendo atacada por vários poderes políticos que estão hoje no exercício do poder. (...) Mas a gente tá num momento em que a gente precisa fortalecer muito a nossa profissão, entender e saber ler direito os contextos em que nós estamos. Nós não podemos fraquejar, vamos dizer assim. Eu acho que hoje um dos grandes problemas é a questão das *fake news*, que eu acho que a gente tem que estar sempre atento para combater, para coibir esse tipo de prática (...). E também dentro da profissão, propriamente dito, trabalhar para que a gente consiga levar aos leitores ou ouvintes ou consumidores de informação, a informação da forma mais

> clara possível. Sem rodeios. Porque a informação hoje tá muito fácil também de ser adulterada. Então, a gente precisa se cercar de muitos cuidados para que nossa linguagem seja cada vez mais clara e essa mensagem chegue ao consumidor da informação de uma forma mais precisa (JORNALISTA 9, 2021).

O jovem jornalista constrói uma metáfora (ORLANDI, 2001) de guerra para representar a atualidade do jornalismo, na qual as(os) profissionais são soldados da verdade, armados com a clareza e a precisão da linguagem jornalística para enfrentar um oponente forte, os poderes políticos, que têm nas *fake news* uma arma letal. O tempo desse enfrentamento é o presente e o espaço é a mídia, onde o discurso da mentira política confronta o discurso da verdade jornalística. O ethos jornalístico que habita essa cena é o de um jornalista sentinela e forte, que resiste graças aos saberes e valores da profissão. Uma imagem particular romântica (LAGO, 2002) que acredita no heroísmo da profissão.

O jornalista-enunciador vale-se assim de uma cenografia (MAINGUENEAU, 2020) que lembra discursos motivacionais para instigar a firmeza da categoria, assumindo um ethos discursivo de liderança que tenta empoderar os soldados da notícia, jovens e inexperientes.

> Eu tenho uma equipe muito jovem, muito nova e, às vezes, muito imatura. Eu tenho dois repórteres mais experientes e, inclusive, me auxiliam muito nessa questão da gestão da equipe, mas o restante da equipe é muito jovem. Então, eles precisam ter um acompanhamento sempre muito próximo, as conversas têm que ser muito frequentes entre a gente, sabe? De orientação mesmo, às vezes, mesmo de maturidade, porque é um meio que você tem que ser muito safo, assim. No meio político você não pode ser ingênuo. (...) o que eu tenho tentado fazer é a coisa mais horizontal possível mesmo, assim, de tá sempre aberto a conversas, ao diálogo, escutar demandas deles, reclamações deles, queixas e sugestões. (...) E, mais do que horizontal, eu tento ser muito transparente com eles. Porque nem sempre as coisas vão se resolver do jeito que a gente quer e muitas coisas vão ser demandas da chefia, da direção de chefia, que eu acho que é um lugar muito próprio da direção do jornalismo. E a gente não vai ter muito o que fazer (JORNALISTA 9, 2021).

A juvenilização do jornalismo (LELO, 2019; MICK, LIMA, 2013) fica evidente no enunciado do jornalista 9, um profissional que chegou ao cargo de editor de política, uma função de destaque na redação, também jovem, depois de três anos de trabalho como repórter. Apesar da juvenilização ter lhe favorecido, ela se torna uma dramática da gestão dos outros que ele precisa equilibrar por meio da comunicação sobre o trabalho (FÍGARO, 2008a) que tenta manter de uma forma horizontal, assumindo uma posição de diálogo. No enunciado, o jovem recorre à heterogeneidade (BRANDÃO, 2012; ORLANDI, 2001) para caracterizar o trabalho de gestão na redação, onde existem "eles", os jovens repórteres inexperientes, imaturos e ingênuos; e "nós", o eu editor e os repórteres mais experientes, maduros e "safos" que precisam orientar os demais. O jovem constrói com esse texto um ethos de gestor do trabalho preocupado e comunicativo, que tenta mobilizar os outros no trabalho por meio do diálogo. Uma mobilização que não acontece onde o jornalista 11 trabalha.

> Nada na redação é meio que construído pra você efetivar uma carreira, na verdade. Você vai seguindo, vai vivendo, vai sobrevivendo ali, você vai vendo colega sendo demitido, saindo porque não aguenta mais aquela rotina e os espaços vão ficando em aberto, assim. Eu não vejo, e assim, não é exagero... inexiste na minha empresa qualquer tipo de, vamos dizer, menção à valorização ou a alguma forma de parabenizar ou celebrar o seu trabalho. O que eu vejo, o que eu percebo, é individualmente cada jornalista usa suas ferramentas para se divulgar e vender seu peixe, né, tipo usa as redes sociais pra dizer, pra mostrar o seu trabalho (JORNALISTA 11, 2021).

Neste enunciado, o jornalista tece uma comunicação crítica sobre o trabalho, observando que a empresa não valoriza a carreira jornalística, o que reverbera na saída de profissionais e no enxugamento do quadro de trabalhadoras(es). Essa afirmação aponta para uma tendência de que a redação das grandes organizações de mídia está se tornando um lugar de passagem. A juvenilização, a precarização salarial, a estagnação profissional e a própria flexibilização produtiva corroboram essa hipótese. Afinal, as(os) jovens doam seu corpo-si na expectativa de crescimento na organização, e quando isso não acontece, a saída que encontram é deixar a redação, quiçá a produção noticiosa na mídia, e partir para outros lugares.

Com isso, o jornalista 11 encarna o ethos de observador e sobrevivente, que vê as mudanças acontecendo, vê os colegas se afastando e ainda consegue permanecer na redação. A partir da observação de outros enunciados deste profissional, subentendemos que ficar na redação é importante porque ele tem um compromisso de militância.

> (...) eu gosto muito de trabalhar dentro dessa autonomia por uma espécie de tipo, de um método meu Chico Buarque de ser, tipo "Cálice", tá entendendo? (...) de colocar temas, às vezes, que os meus editores sabem do que eu tô falando, mas os outros, a grande direção, às vezes, não sabe. (...) E seu eu não tiver lá, esse tema não vai estar, porque ele não é explorado (JORNALISTA 11, 2021).

O jornalista 11 usa o recurso do texto figurativo (FIORIN, 1998) para explicar como maneja a linha editorial da empresa jornalística de modo a encontrar brechas por onde passam temas que considera relevantes a partir de sua perspectiva ideológica. O jornalista-enunciador recorre à intertextualidade externa ao campo do jornalismo (SOUZA-E-SILVA, 2012) de forma direta, por meio da citação do título de uma canção do músico Chico Buarque, para dizer, indiretamente, que ele burla a censura da organização jornalística por meio de metáforas, a exemplo do que fez o cantor na obra citada[98], reconhecida exatamente por ser uma música de protesto, de resistência contra a Ditadura Militar no Brasil.

O jornalista-enunciador 11 desloca o sentido de resistência e de protesto da formação discursiva e ideológica da política nacional dos anos 1970, da censura militar, para afirmar, implicitamente, que seus textos jornalísticos confundem a direção da empresa, tida aqui como

[98] A obra Cálice foi composta por Chico Buarque e Gilberto Gil, em 1973.

censora equivalente aos censores da Ditadura. Seus textos evocariam assim um subtexto que não fica evidente na superfície da notícia, sendo disfarçado. A partir disso, entendemos que o jornalista 11 articula para si um ethos discursivo de jornalista resistente e subversivo que se avizinha da proposta crítica de Genro Filho (2012), de que o jornalismo tem potencial para se sublevar frente a reificação orquestrada pela classe hegemônica no jornalismo convencional. Mas, ao mesmo tempo, esse ethos também tem uma carga romântica, no sentido de Sawyer e Löwy[99] (1995 apud LAGO, 2002), para quem o romantismo é também uma postura de oposição à burguesia. Dessa maneira, o jornalista 11 realiza um modo de ser profissional que a jovem jornalista 12 considera necessário para se ter uma produção noticiosa mais qualificada.

> Eu sei que é muito difícil com as limitações que a gente tem com os veículos de comunicação, assim, às vezes parece que tá todo mundo de mãos atadas. E aí eu fico muito feliz quando o jornalista tem a oportunidade, consegue se posicionar, né? Porque, às vezes, parece que a gente tá só repassando o que está acontecendo e aí: ah taí, ó, o caos, o mundo pegando fogo (levanta o braço acima da cabeça movimentando-o de maneira circular como simulando um voo) e estamos mostrando isso pra você aí (frase emitida com uma voz mais fina). Ninguém se pergunta, tá, mas porque que tá pegando fogo? Como é que isso vai afetar quem é mais vulnerável? E o que é que a gente pode fazer, assim? Eu acho que hoje em dia, eu queria ver mais do que isso. E, eu sei que tem muita limitação, eu não quero cobrar apenas do jornalista porque o profissional sozinho… ele não consegue fazer isso. (...) Então, o que pra mim seria… ideal seria o jornalista que se posiciona e que critica o que está acontecendo por dentro (JORNALISTA 12, 2021).

A jornalista 12 apresenta vozes heterogêneas em seu texto com as quais polemiza (SOUZA-E-SILVA, 2012) buscando afirmar seu ponto de vista de que a(o) jornalista precisa ter uma postura crítica frente à realidade. As vozes dos outros correspondem às de jornalistas objetivas(os) e imparciais, que mantêm a devida distância recomendada dos fatos. Vozes que estão diretamente vinculadas à formação discursiva e ideológica da deontologia moderna. Ao se opor a elas, a jovem chama para si um ethos de jornalista crítica frente à realidade do próprio jornalismo, pois questiona os ideais de objetividade e de imparcialidade.

A defesa de um ethos de jornalista crítica(o) que se posiciona na realidade e, aqui acrescentamos, no próprio discurso jornalístico, aponta para a construção de conhecimento singular (GENRO FILHO, 2012), que retira o véu da pseudoconcretude e da reificação da realidade (PONTES, 2017; RODRIGUES DE SOUZA, 2021) para tentar chegar à concretude dos fatos. Assim, a jovem jornalista 12 ocupa uma posição de sujeito afastada da deontologia moderna e afeita a uma deontologia alternativa, mais crítica. Um posicionamento que, de certa maneira, representa o lugar social que ela ocupa hoje em relação à profissão, de distanciamento,

[99] LÖWY, M; SAYRE, R. **Revolta e Melancolia:** o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

praticamente de abandono do jornalismo, pois não consegue se identificar como jornalista por não ter tido nenhuma experiência de trabalho profissional desde que se graduou. E como até o momento seus trabalhos se resumiram a ser social media e produtora de conteúdo independente sobre temas ligados à cultura japonesa, ela está, assim, performando mais uma identidade de comunicadora.

Diferente da jornalista 12, a profissional 13 acalenta o desejo de retornar ao mundo do trabalho do jornalismo. Vinculada a uma agência de publicidade, já trabalhou como repórter e o distanciamento do jornalismo a faz sentir nostalgia: "É uma das coisas que eu mais sinto vontade... saudades da minha vida é de voltar a escrever" (JORNALISTA 13, 2021). A escrita aparece como conexão com o ser jornalista.

> Eu continuo achando que o jornalismo é ele SER VERSÁTIL. Até por conta da… dessa situação de que tem várias pessoas que se formam em jornalismo e tão em outras áreas e dá tudo certo. Porque jornalismo, o jornalista meio que aprende a se virar com aquilo que ele tem. Então tipo, mesmo que você não esteja muito certo qual a área que você quer ficar definitivamente, você tem a possibilidade de descobrir várias coisas novas, estando dentro da área ou não (JORNALISTA 13, 2021).

O ethos de jornalista ideal para a jovem é o de uma(um) profissional polivalente e dotada(o) de capacidade de adaptação a diferentes situações, evocada pela expressão "aprende a se virar", que nos proporciona a seguinte paráfrase: "aprende a ser um trabalhador flexível". A ideia da(o) trabalhadora(or) que encontra maneiras informais de se manter, ou seja, que recorre à "viração", remete à figura da(o) trabalhadora(or) contemporânea(o) uberizada(o), a exemplo de motoristas e entregadores de aplicativos, que se encaixam como trabalhadoras(es) flexíveis e precarizados.

> (...) a uberização pode ser entendida como uma espécie de generalização e espraiamento de características estruturantes da vida de trabalhadores de periferia, que transitam entre ocupações formais e informais, as quais compõem sua trajetória pela instabilidade e pela ausência de uma identidade profissional definida, raramente contando com uma rede de proteção e segurança socialmente instituída via mundo do trabalho (ABÍLIO, 2020, p. 114).

Apesar de o enunciado da jornalista 13 positivar a polivalência e a flexibilização por meio de uma paráfrase do dito popular "vai dar certo", ele nos propicia resgatar do não-dito o sentido negativo do poder de "viração" da(o) jornalista que estaria colocando-a(o) em uma posição uberizada no mundo do jornalismo, caracterizada pelo vai-e-vem de ocupações, com vínculos formais e informais, em que há alternância da realização de atividades identificadas como jornalísticas ou como comunicacionais. O que talvez impeça a jovem de ser qualificada como jornalista uberizada é o fato de acumular mais vínculos formais em sua carreira, e de ter uma identidade de trabalho relativamente estável, amparada no ethos jornalístico.

> (...) eu tô fazendo, atualmente, uma coisa que eu APRENDI a fazer. Não é necessariamente aquilo que eu GOSTARIA de estar fazendo. Com a revista era o meu emprego dos sonhos. Quando eu tava lá, eu me sentia plenamente realizada. Era tudo que eu queria na minha vida, só precisava de um salário um pouco melhor, e tava ótimo. As pessoas diziam, tipo, que meu semblante mudava, quando eu tava falando do trabalho. Tipo, meu olho brilhava, o tom da minha voz mudava e tal. E eu realmente estava muito feliz fazendo aquilo que eu tava fazendo, porque, tipo, embora eu seja uma pessoa que tem dificuldade de falar com pessoas que eu não conheço, na hora que eu tô VESTIDA com a capa de jornalista, é como se fosse outra pessoa. Tipo, eu sempre brinquei que, tipo, nosso crachá era como se fosse nosso disfarce. Tipo, nosso traje especial que na hora que a gente tá lá com aquele crachazinho, você faz coisas que você, tipo, na sua vida pessoal, você é incapaz. Sendo que hoje em dia... eu tô fazendo uma coisa, tipo, que eu tô aprendendo. Eu sei que eu tô aprendendo coisas novas, mas, tipo, não era aquilo que eu tava querendo aprender, tipo, não era aquilo que eu tava querendo fazer. (...) Eu queria muito trabalhar com a escrita, mas assim, eu não tenho uma projeção muito grande, porque, ultimamente, eu não vejo aqui no mercado possibilidades. Então, atualmente eu tô muito no *carpe diem* (JORNALISTA 13, 2021).

No enunciado, os verbos “aprender” e “gostar” situam-se em formações discursivas e ideológicas diferentes, representando a polemização (SOUZA-E-SILVA, 2012) entre o ethos jornalístico e o ethos publicitário. A jovem jornalista 13 está aprendendo a ser publicitária, mas gosta de fato de ser jornalista, tanto que encarna um ethos romântico e nostálgico, uma vinculação subjetiva que é atestada por sujeitos anônimos que aparecem na forma “pessoas” e podem ser lidos como fiadores do ethos jornalístico da profissional, que era afetada (MEDINA, 2018) pelo seu trabalho e deixava isso transparecer no corpo-si.

Por se tratar de um enunciado mais longo, ele nos possibilita perceber uma virada cenográfica (MAINGUENEAU, 2016; 2020) em que a enunciadora, que inicia um relato subjetivo próprio de uma cenografia singular e confessional, muda o tom do texto, adotando a pessoa “a gente”, entendida como ela e as(os) demais jornalistas, que passa a caracterizar uma cenografia particular heroica, na qual a(o) jornalista se assemelha ao Super-homem às avessas. Pois enquanto o personagem dos quadrinhos e do cinema tira a roupa de repórter, de Clark Kent, para colocar a capa de Super-Homem e salvar o mundo, a(o) jornalista veste a roupa de repórter e usa o poder especial do crachá de jornalista profissional para mudar a realidade e a si mesma. Mesmo expressando um ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2020) de trabalhadora que não gosta da atividade que realiza, a jovem ainda não traçou um novo projeto de trabalho (RIBEIRO, 2014) e ao recorrer à expressão latina *carpe diem*, muda sua posição de sujeito, saindo da formação discursiva da nostalgia e acionando uma formação discursiva do tempo presente, que possibilita um ethos de despreocupação, de uma profissional que está aproveitando o momento, aprendendo outra profissão e se mantendo no mundo do trabalho.

6.4 Podemos falar em uma nova deontologia para o jornalismo?

Encerramos a descrição analítica dos ethé discursivos das(os) jovens jornalistas que, interpretada em paralelo com as análises das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007), dos saberes e dos valores mobilizados por este grupo de profissionais, nos dá uma dimensão do movimento dialético de aproximação e distanciamento da deontologia moderna. Esse balanço pendular é impulsionado pelas mudanças do trabalho que se concretizam em atividades híbridas que, por mais que guardem referência com o modo tradicional de exercer o jornalismo são atualizadas pelo acréscimo de novos saberes ou pela orientação de outros valores, advindos das heterodeterminações (DURRIVE, 2014) que incidem sobre o trabalho.

Dessa maneira, as hipóteses que nos acompanharam ao longo da pesquisa se concretizaram, pois **as jovens e os jovens jornalistas vivem dramáticas do uso de si mobilizadas pela realização de novas atividades de trabalho que requerem ancoragem em novos saberes e valores para a profissão**. E consequentemente, **as jovens e os jovens jornalistas expressam novos ethé jornalísticos a partir das atividades que realizam, os quais diferem do ethos jornalístico moderno.**

Apesar de as hipóteses não terem ressoado em uníssono nas vivências de todas(os) participantes, elas são suficientes para atestar que as atividades concretas de trabalho são o principal referencial identitário para as(os) jovens jornalistas. Uma constatação que nos afasta da visada essencialista e imanente que prevê a identidade como referencial estável e fixo. A ancoragem identitária por meio da atividade tem como premissa que as atividades de trabalho se modificam historicamente e rotineiramente, por meio das renormalizações decorrentes das dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007), mobilizando as(os) trabalhadores a atualizarem suas construções identitárias.

Mas isso não implica pensar em uma atualização aos moldes dos dispositivos tecnológicos, pois como construto humano e social, a identidade de trabalho se erige por meio de negociações com as normas antecedentes, com os valores sociais, com os saberes profissionais, com o corpo-si e com os outros do trabalho. Acordos estes que pudemos observar pela via do discurso (ORLANDI, 2001; PECHÊUX, 2015), quando as(os) jovens jornalistas assumem posições de sujeito diversas ao longo dos enunciados que compõem suas comunicações sobre o trabalho. Posições que são discursivas, ideológicas e históricas (ORLANDI, 2001; PÊCHEUX, 2015; FÍGARO, 2008b), e se estabilizam em consonância com

a regularidade das atividades reais de trabalho, pois o frenesi de adaptações céleres é insuportável para o gênero humano.

Dito isso, foi possível observar entre as(os) jovens jornalistas egressos da UFC, que a polivalência é um aporte de identificação profissional para esse grupo. Apesar de ressoar, em muitas(os) trabalhadoras(es) e pesquisadoras(es), o sentido prioritário de precarização, ser polivalente é uma prescrição no mundo do jornalismo e no mundo do trabalho de um modo geral (ANTUNES, 1999; FONSECA; KUNH, 2009; FÍGARO, NONATO E GROHMANN, 2013), sendo um referencial estável para o ethos jornalístico contemporâneo e disputando espaço como mediação do trabalho com o ethos jornalístico moderno e todo o aporte da deontologia que o sustenta.

Esse jogo especular e dialético é necessário e relevante porque as identidades de trabalho são determinantes para a saúde (DEJOURS, 1999) e para os projetos de vida de trabalho (RIBEIRO, 2014) das(os) jovens profissionais. Ambicionamos então contribuir com os estudos em jornalismo trazendo o ponto de vista da atividade (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007), advindo da Ergologia, a partir da leitura do binômio comunicação e trabalho (FÍGARO, 2008b), para demarcar os índices de transformação do jornalismo, perceptíveis nos discursos das(os) trabalhadoras(es), e tensionar a autoridade da deontologia moderna como alicerce jornalístico.

Tratar a deontologia da profissão sob o ponto de vista da atividade de trabalho requer assim a anuência com a premissa materialista de que o movimento é a chave para a compreensão da realidade (LEFEBVRE, 2009). Um movimento que não é circular ou segue sempre a mesma cadência. O deslocamento da realidade é dialético, marcado por idas e vindas, por rupturas e inícios, pela incessante busca humana de garantir sua própria existência pela via do trabalho. E a materialidade jornalística, composta pela linguagem e pela cotidianidade, também está em constante movimento, sendo difícil cristalizar o saber-fazer e o saber-ser profissionais em um referencial que tem no jornalismo impresso e nas grandes organizações de mídia seu espelho.

A historicidade nos mostrou, por meio das dramáticas do uso de si e das comunicações sobre o trabalho, que as(os) jovens jornalistas cearenses atuam na mídia e fora da mídia, realizando atividades tradicionais ao jornalismo, relativas à assessoria de imprensa e novas atividades, como a produção de conteúdo e a gestão das mídias sociais, fazeres que se orientam por saberes, valores e objetivos de trabalho distintos daqueles que movem as atividades clássicas da profissão. Nesse contexto, a objetividade é relativizada pelas(os) jovens jornalistas em nome da assunção de posicionamentos políticos em defesa de grupos minoritários e de causas sociais, e em prol de uma postura crítica frente à realidade, que algumas(alguns) jovens consideram ausentes no noticiário dos grandes meios de comunicação.

Em um efeito dominó, a neutralidade e a imparcialidade como valores, normas de conduta e posturas discursivas saem de cena, dando lugar ao senso crítico que deve se imiscuir na relação da(o) jornalista com a realidade e se expressar no texto e no discurso jornalístico, possibilitando a ressignificação da responsabilidade social da(o) jornalista. Essa mudança não implica em uma simples adequação deontológica, mas significa uma alteração essencial - no sentido materialista do termo essência (KOSIK, 1967) - da deontologia jornalística. Pois transforma um dos pilares de sustentação da profissão, que precisa ser reconstruído sob outro referencial, que identificamos com a proposta do jornalismo como forma de conhecimento social defendida por Genro Filho (2012) e seus leitores como Meditsch (1992); Moretzsohn (2013); Pontes (2017); Rodrigues de Souza (2021) e Fígaro et al (2021b). Consideramos que a produção noticiosa sob a visada materialista atende aos anseios críticos dos nossos sujeitos da pesquisa, pois nega a dualidade sujeito x objeto, considerando a subjetividade e a objetividade como parte do mesmo complexo de determinações da realidade social.

Por outro lado, enquanto a objetividade positivista é revista, a verdade desponta nos discursos das(os) jovens jornalistas como valor necessário na contemporaneidade para que o jornalismo assuma a primazia no combate à desinformação. Sob essa perspectiva, a transparência como valor também emerge como reforço da credibilidade da profissão (CHRISTOFOLETTI, BECKER, DAIRAN, 2021), favorecendo a fiscalização das instituições democráticas, tão cara à deontologia moderna, e sustentando a correção dos discursos públicos, sobretudo de agentes políticos, atualizando o papel do jornalista cão de guarda (SCHMTIZ, 2017) e o estatuto do jornalismo como quarto poder (MORETZSOHN, 2013).

No entanto, consideramos que essa atribuição do jornalismo como um discurso de verificação da verdade factual é reducionista, pois não tem estofo para impedir a elaboração e circulação da desinformação, apenas reagindo ao seu aparecimento. Para chegar ao cerne da produção de desinformação, o jornalismo precisa compreender que as *fakes news* são produto de uma complexa articulação entre o capital e os poderes políticos que encontra nas empresas de plataformas digitais um celeiro para seu espraiamento e manutenção. A complexidade desse fenômeno é tal a ponto de as mesmas plataformas que favorecem a proliferação da desinformação serem também as principais financiadoras de projetos de checagem jornalística e de educação midiática, controlando assim a emissão e o combate da desinformação (LELO, 2021). Para de fato combater a desinformação, o jornalismo precisa deslindar para o público, por meio de uma postura crítica, o novelo de determinações que envolvem a desinformação. E precisa, sobretudo, tornar suas pautas próximas aos reais interesses das(os) trabalhadoras(es).

Identificamos também uma forma de reificação do jornalismo reforçada pelo protagonismo das métricas no processo produtivo da notícia. Como método de seleção informativa, as métricas de audiência são indicativas de uma nova racionalização do trabalho jornalístico que dispensa a relevância e outros critérios qualificativos tradicionais em prol de valores mensuráveis em forma de números de acesso e visualizações, substituindo o juízo de valor humano pela avaliação maquínica. A metrificação, que já geriu o corpo do trabalhador no fordismo, agora gere o corpo-si da audiência, uma entidade heterogênea composta de indivíduos que com suas interações comunicativas abastecem os algoritmos das plataformas. Uma lógica produtiva que, no jornalismo, destitui o interesse público como prescrição avaliativa e alça a audiência e o interesse do público, quiçá o das plataformas, como determinantes para a hierarquização das notícias.

As métricas aparecem como um tema contraditório nos discursos sobre o trabalho das(os) jovens jornalistas à medida em que requerem delas(es) a atualização do seu repertório cognitivo que se expande para além da leitura dos dados de audiência, envolvendo ainda a compreensão da dinâmica algorítmica das plataformas digitais e a consequente adequação dos formatos jornalísticos para circulação nessas ambiências. Um saber-fazer que aponta para a plataformização do jornalismo, mas que parece não incomodar profundamente as(os) jovens egressas(os) da UFC a ponto de questionarem se é justo ou producente a submissão da linguagem e dos valores jornalísticos às prescrições das plataformas digitais.

As dramáticas do uso de si por si mesmo e de si pelos outros aparecem como impedimentos ao exercício da práxis pelas(os) jornalistas, tanto que muitas(os) deles ainda se apegam a uma compreensão dualista e positivista da realidade, observada, por exemplo, quando as(os) jovens colocam os saberes instituídos em uma relação de oposição com os saberes investidos, na qual a vivência prática do trabalho aparece como uma dimensão superior ao aprendizado teórico e formativo. Uma visada anacrônica até para o próprio capitalismo, que no sistema de produção flexível requer da(o) trabalhadora(or) tanto uma qualificação baseada nas ações quanto conhecimentos técnicos e teóricos, relegando aqueles com menos qualificações a um lugar desprivilegiado na cadeia produtiva (KUENZER, 2005; ANTUNES, 1999).

Se a práxis é um modo crítico de olhar e de viver a realidade social (PONTES, 2017), ela se torna um elemento imprescindível para o desenvolvimento de um saber-fazer e um saber-ser críticos no jornalismo, que levem em consideração que rebater os discursos hegemônicos implica também em combater o machismo e o racismo estruturais visíveis no mundo do trabalho e reproduzidos pelas próprias normas antecedentes da profissão. Isto posto, temos uma via indicial de mudança deontológica para a profissão, a qual deve incluir o reconhecimento de que

o jornalismo é conformado por um processo produtivo constrangedor que, por mais ordenado e controlado que seja, deixa fissuras por onde a singularidade entra com vistas a reabilitar o senso comum, revelando as determinações e constrangimentos que agem sobre o próprio senso comum.

Ao mesmo tempo, a verdade e a transparência aparecem em nossa pesquisa como elementos de uma reforma deontológica possível para o jornalismo alusivo à modernidade, pois requer atualizações dos valores, saberes e ethos da profissão e não uma transformação epistemológica e ontológica que o jornalismo em bases críticas significa.

A despeito de qual desses caminhos a coletividade jornalística siga, o fato é que o trabalho jornalístico não é mais o mesmo do século XX, pois o sistema produtivo e a própria democracia liberal, pilares da profissão jornalística (GENRO FILHO, 2012), também não estão estáticas. Tanto que Deuze e Witschge (2015), por exemplo, investigam o jornalismo partindo da premissa do que ele está se tornando, assumindo-o como um devir. Uma confirmação que causa a incorporação e reprodução da deontologia moderna problemática para a realidade de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, não basta taxá-la de caduca e deixar o jornalismo à deriva, suscetível ao assédio das plataformas, submisso à gestão por métricas e temente à audiência.

Como amparo normativo, a deontologia profissional é um construto histórico e coletivo, portanto, cabe às(aos) jornalistas, sobretudo as(os) jovens profissionais, protagonizarem sua revisão e atualização. Diante disso, não nos arrogamos o objetivo presunçoso de rascunhar uma nova deontologia jornalística, mas de apontar os rumos que esse debate pode seguir. Como pesquisadoras e professoras, nosso papel é fomentar esse debate, subsidiando as discussões com dados empíricos e postulados teóricos, ocupando assim o lugar que nos cabe no dispositivo dinâmico de três polos da Ergologia (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007). É somente por meio dessa parceria que novos conhecimentos sobre o trabalho podem ser forjados, ou seja, que uma deontologia alternativa para o jornalismo pode ser sistematizada. Mas o principal entrave à essa triangulação é a própria realidade de trabalho que precariza e cansa jornalistas e pesquisadoras.

O cansaço é um oponente feroz da ação política e quando se apresenta como marca do ser-jornalista, torna-se ainda mais penoso ir contra o senso comum e sair da zona de (des)conforto. A precarização, no século XXI, mostra-se como uma sina para o jornalista, ceifando sua saúde (REIMBERG, 2015), encurtando sua carreira (NICOLETTI, 2020) e debilitando as notícias e a opinião pública. Mas apesar de sua horizontalidade e heterogeneidade (ANTUNES, 2018), a precarização não é natural ao mundo do trabalho e precisa ser desvelada nas comunicações sobre o trabalho, provocando as(os) jovens jornalistas a se organizarem em favor de melhores condições de trabalho e não a simplesmente procurarem outros empregos.

O enfrentamento da precarização precisa ser coletivo, do contrário a precariedade se estabiliza, sendo o único elemento estável de um sistema produtivo que se fortalece com a instabilidade. Essa coletividade não pode ser composta apenas de trabalhadoras(es) e das representações da categoria, como os sindicatos, mas pode incluir também pesquisadoras, professoras e estudantes, tendo nas escolas de jornalismo um lugar de resistência à dinâmica da precarização que, conforme nossa pesquisa, se apresenta como uma prescrição para o trabalho das(os) estagiárias(os) a olhos vistos dos cursos e da própria universidade, que se omitem da defesa de autenticidade da experiência de trabalho da(o) estagiário.

No entanto, o individualismo cultivado pelas gestões neoliberais no mundo do trabalho também é um impedimento para a organização coletiva das(os) jornalistas que continuam resistindo a se identificar como trabalhadoras(es), apesar de, em nossa amostra, existir jovens que se reconhecem como operárias(os), proletárias(os) da notícia, se predispondo assim a assumir uma identidade coletiva de trabalho, uma identidade de classe, que pode emergir de forma mais incisiva como um recurso de defesa (WILLIS, 1991) diante das ameaças.

Mesmo temerosos, as(os) jovens jornalistas acalentam no âmago do seu ser social a utopia romântica (LAGO, 2002) de transformação da sociedade e do jornalismo, assumindo protagonismo no mundo do jornalismo, nos revelando indícios de para onde se direciona a deontologia profissional e nos interpelando, enquanto professoras e pesquisadoras, a teorizar sobre o jornalismo a partir da realidade concreta de trabalho e não de abstrações conceituais elaboradas a portas fechadas ou a partir de fragmentos da realidade, sob o risco de esvaziamento da práxis científica (KUENZER, 2004). O que tornaria nossas investigações meras reificações da hegemonia, gerando um ciclo vicioso que culminaria na formação de jornalistas presos à pseudoconcretude da profissão.

Ao centralizar nossa pesquisa na atividade de trabalho de jovens jornalistas de modo a fomentar uma teorização do jornalismo tendo a comunicação como via de acesso ao conhecimento do trabalho e os discursos como materialidade das mudanças sociais, estamos, de certa forma, exercitando essa perspectiva pedagógica. Afinal, como professora, levarei esses conhecimentos para as vivências em sala de aula e para o repensar dos conteúdos e currículos formativos do jornalismo. Ou seja, produzir conhecimento sobre a prática do trabalho é um exercício científico e um laboratório para uma práxis pedagógica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das poucas certezas sociais do Jornalismo contemporâneo é de que ele tem assento nas sociedades democráticas. Corporificado e vocalizado, no Brasil, em uma democracia incipiente e constantemente ameaçada pelo autoritarismo, o jornalismo e os sentidos que ele evoca ocupam as mentes de analistas de mídia de plantão, de pesquisadores e da(o) própria(o) profissional, cuja encenação social jornalística é performada ora como uma grande saga política pela liberdade e igualdade, ora como uma poesia romântica da intelectualidade, ora como um terror psicológico infringido pelo mercado financeiro.

Nesse campo de forças, a(o) jornalista assumirá personas diferentes a depender do contexto histórico em que se encontra, vivendo dramáticas que lhe obrigam a rever ideias, fazeres, saberes, enfim, a reinventar-se. Uma reinvenção orientada pelo pragmatismo das rotinas, pela urgência da sobrevivência e pelas mudanças no mundo do trabalho. Afinal, o jornalismo e as(os) jornalistas não são os mesmos de 10, 20 anos atrás. Envoltos no devir, não escrevem a mesma notícia duas vezes e, tal qual o humano na filosofia de Heráclito, emergem ao fim de cada dia como novas(os) profissionais.

A assunção de que o trabalho da(o) jornalista vem mudando não favorece mais a reprodução da imagem intrépida e destemida da(o) repórter dos filmes, seriados e telenovelas que antes latejava na mente de estudante ávidas(os) por viver suas próprias aventuras como *flâneurs*. Preferimos olhar para essa(e) profissional como trabalhadora(or) que integra a classe-que-vive-do-trabalho e como tal está sujeito às intempéries materiais e simbólicas que atingem o mundo do trabalho na contemporaneidade, como a intensificação da jornada de trabalho, a mediação digital do labor e a imbricação da racionalidade neoliberal nas subjetividades.

Essas circunstâncias compõem as transformações que incidem sobre o mundo do jornalismo e podem desorientar as(os) profissionais, sobretudo, as(os) jovens que estão iniciando suas carreiras e tendo que equilibrar o entusiasmo da juventude com os entraves da profissão. Como docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, e uma jornalista afastada das redações, me inquietava os relatos de jovens egressos do curso que volta e meia me revelavam os meandros de suas experiências de trabalho, às vezes, similares aos que eu tinha vivido enquanto repórter, e recorrentemente diferentes do que eu imaginava.

Reconhecer que meu conhecimento empírico sobre o jornalismo estava limitado foi o primeiro passo para colocar meu próprio ofício em suspeição. Afinal, se nas redações, nas agências de comunicação, nas *start ups*, nos arranjos independentes e alternativos e em qualquer outro lugar em que o jornalista esteja, ela(ele) está trabalhando de modo diferente, será que os

saberes e os valores jornalísticos tradicionais, que dão corpo aos conhecimentos formativos, ainda sustentam seu trabalho? Quais novos saberes e valores estão envoltos em suas atividades? E, sobretudo, será que esta(e) profissional ainda realiza jornalismo e se identifica como jornalista?

Esses são alguns questionamentos que nos orientaram no estudo aqui apresentado, que tem como um de seus pressupostos a ideia de que as(os) jovens profissionais são capazes de reinventar ou atuar de forma criativa no mundo do trabalho do jornalismo. Criatividade posta à prova pela precarização, pelo cansaço, pelos colegas de trabalho, pelos chefes, pelo machismo, pelo assédio etc. Dilemas, ou melhor, dramáticas do uso de si com as quais nos deparamos ao entrar no mundo do trabalho de jovens jornalista a partir de suas comunicações sobre o trabalho, de seus discursos sobre a profissão. Os quais, quando confrontados com os saberes científicos tradicionais ao campo jornalístico, nos mostraram que a deontologia moderna, cuidadosamente amparada em valores iluministas e em normatizações funcionalistas, não oferece todos os subsídios necessários às atividades de trabalho.

Enquanto compósito estatutário, a deontologia moderna amparou a ação e a identificação social do jornalismo e de jornalistas ao longo de todo o século XX, no Brasil, forjando um ideal de profissão e de profissional perseguido à exaustão por muitas gerações, mas também posto à prova por vozes mais ousadas que não reconheciam unicamente a objetividade como valor e método para a garantia de um bom jornalismo. Quando tensionada com a realidade concreta de trabalho, a deontologia e seus preceitos éticos se mostraram uma idealização romântica que nunca se cumpriu integralmente. Uma constatação visível quando se olha para o jornalismo sob o ponto de vista do trabalho.

A filiação epistemológica e metódica ao binômio comunicação e trabalho foi a âncora que nos deu estabilidade para atravessar empírica e conceitualmente o cotidiano de jornalistas e da pesquisa acadêmica em meio às turbulências sociais que castigaram o mundo do trabalho nos últimos quatro anos. Foi o entendimento de que as atividades de trabalho e de comunicação convergem para a constituição do ser social que nos orientou a compreender como as vivências singulares de jovens jornalistas egressos do curso de Jornalismo da UFC indiciam transformações particulares da profissão e materializam reestruturações produtivas do próprio sistema capitalista.

Esse pressuposto foi desdobrado no segundo capítulo deste relatório, quando esboçamos nosso tripé teórico e metodológico composto por saberes instituídos de dimensão mais geral, localizados epistemologicamente por meio de uma visada materialista, e que versam sobre o trabalho e sobre a linguagem como atividades humanas essenciais. O materialismo histórico-

dialético de Marx e de seus leitores atuais, assim como a análise do discurso clássica de Pêcheux e de suas interpretações à brasileira, e a junção com a Ergologia promovida por Fígaro com o binômio comunicação e trabalho, subsidiaram nossas argumentações iniciais.

No terceiro capítulo, entraram em cena os conhecimentos particulares relacionados aos estudos em Jornalismo que, mesmo provenientes de lugares epistemológicos diversos, foram trazidos por se tratar do material cognitivo que molda a deontologia moderna do jornalismo e, consequentemente, estão no cerne dos conteúdos das escolas de Jornalismo que formam as(os) jovens profissionais. Foi possível assim demarcar a objetividade, a liberdade, a autonomia, a imparcialidade e a neutralidade como chaves morais da profissão. As quais se atrelam a ideias de um jornalismo que noticia a verdade, fiscaliza os poderes públicos, sendo um cão de guarda da democracia e naturalizando os fatos sociais. Sentidos que dão origem a uma imagem ideal de profissional: objetivo, neutro, que não se posiciona politicamente no texto e limpa suas mãos ao construir discursos plurais calcados em um equilíbrio de versões opostas. Originando assim o ethos jornalístico moderno.

Todo esse aparato conceitual é posto em prática por meio de saberes que autorizam a(o) jornalista a ser profissional da notícia, dominando assim uma variedade de procedimentos que formam seu repertório cognitivo. Trata-se de um conjunto de ações que vão desde saber selecionar os fatos a construir um texto objetivo, que certificam a competência profissional, a qual, atendendo aos anseios produtivos, é composta por saberes da experiência, de caráter mais subjetivo, que se combinam aos saberes acadêmicos, derivados, muitas vezes, de estudos que têm as redações de grande mídia como lugar central da produção jornalística. Uma verdade posta à prova com as crises do jornalismo e a emergência de arranjos de trabalho independentes e/ou alternativos a essas grandes corporações midiáticas.

Tendo a dialética como método, fomos a campo conhecer as(os) jovens jornalistas cearenses por meio de um inquérito realizado junto a 202 egressos que se graduaram entre os anos de 2014 e 2018. As 131 respostas resultantes da aplicação de um questionário online deram corpo a um perfil particular de jovem jornalista cearense esmiuçado no quarto capítulo deste relatório. A maioria das pessoas que participaram desta etapa da pesquisa são jovens mulheres solteiras, sem filhos, da classe-que-vive-do-trabalho, que atuam principalmente nos grandes veículos de comunicação locais tendo vínculos contratuais estáveis. Elas recebem em média de 1 a 5 salários-mínimos, consideram o salário um elemento importante na vida de trabalho e estão satisfeitas com as atividades que realizam, mas vivem diferentes dramáticas do uso de si, dentre as quais estão a gestão do tempo de trabalho - a mais recorrente e razão do cansaço que lhes acomete - e o machismo inerente aos relacionamentos e constrangimentos no trabalho.

Além de um perfil profissional, extraímos destes dados uma diversidade de inferências sobre as atividades de trabalho de jornalista, que não se restringem exclusivamente ao ato de reportar ou de construir informação noticiosa. Em uma trama laboral complexa, as atividades de jornalismo se hibridizam com outras profissões, requerendo a renormalização do trabalho e o aprimoramento dos saberes profissionais sob a orientação de valores e com objetivos que podem ou não coincidir com os convencionais ao jornalismo. Neste contexto, a polivalência é recorrente no trabalho em comunicação e jornalismo e a função de social media aparece como novidade intrigante. A dependência desta atividade das plataformas digitais e de sua lógica algorítmica coloca a(o) jornalista em um debate de normas entre o sentido do trabalho em jornalismo e das plataformas enquanto empresas, uma dramática que precisa ser acompanhada de perto dada a dependência cada vez maior das plataformas digitais para a realização das atividades comunicacionais.

No quinto capítulo, damos seguimento à segunda etapa empírica da pesquisa, refletindo sobre a entrevista como técnica de coleta de dados, problematizando a mediação das plataformas digitais para a realização do trabalho de pesquisa e descrevendo a construção amostral que nos possibilitou selecionar 13 sujeitos para serem entrevistados. A partir das palavras destas(es) jovens, investigamos a fundo as dramáticas do uso de si que se dão na realidade concreta de trabalho e se materializam nos discursos sobre o trabalho, os quais são atravessados por diferentes discursos internos e externos ao campo do jornalismo e que se ancoram em diversas correntes ideológicas, dentre as quais está a deontologia moderna. A narrativa das vicissitudes do trabalho força as(os) jovens, enquanto enunciadores, a assumirem diferentes posições de sujeito, as quais dão corpo a ethé discursivos singulares, revelando as imagens de si que elas e eles ostentam. Imagens estas que compõem identidades de trabalho.

No sexto capítulo, também de caráter analítico e construído a partir de nosso *corpus* de enunciados, identificamos saberes e valores dos quais as(os) jovens lançam mão para realizar suas atividades de trabalho, ora se ancorando na deontologia clássica da profissão, ora recorrendo a conhecimentos e orientações morais outras, fora desse escopo deontológico. Mas o que esse capítulo revelou de mais importante foi que as(os) jovens jornalistas respaldam suas construções identitárias de trabalho e performam um saber-ser profissional a partir das atividades concretas que desempenham. A titulação profissional, apesar de socialmente legítima, não é um atestado da identidade jornalística. Para estas(es) jovens, jornalista é a pessoa que realiza atividades de jornalismo, que maneja os saberes e valores da profissão para cumprir seus objetivos de trabalho.

Neste contexto, em que a deontologia moderna se mostra insuficiente para sustentar a práxis jornalística, a natureza da profissão e sua serventia social são postas à prova não só por estudiosas(os) e professoras(es), mas pelas(os) respectivas(os) jornalistas. Se o jornalismo é de fato um conhecimento social, como preconizava Adelmo Genro Filho, como tirá-lo do estado de potência e realizá-lo em ato?

Um primeiro movimento com vistas a esse objetivo é acolher a emergência de uma deontologia alternativa para o jornalismo que desnaturaliza os ideais originários da profissão e as estruturas sociais, acolhe a subjetividade como parte essencial do processo de objetivação da realidade e favorece a práxis jornalística. A qual para ser incorporada pela profissão precisa, antes de tudo, que a universidade assuma, como um problema acadêmico, que os referencias modernos do jornalismo não suportam as atividades de trabalho de jornalistas e sua manutenção não favorece as(os) trabalhadores da informação, somente as empresas de comunicação.

É preciso um compromisso acadêmico com a formação profissional orientada para a construção de um conhecimento social singular da cotidianidade, por meio de uma práxis pedagógica e formativa que anseie a formação de sujeitos emancipados e não somente de indivíduos que servirão de força de trabalho para as grandes organizações midiáticas. O que requer o repensar dos currículos formativos, dos conteúdos disciplinares e até mesmo das estratégias pedagógicas, temas propícios para novas investigações que triangulem a análise da atividade jornalística com a atividade formativa de novos profissionais. Postura que pode favorecer inclusive investigações que revisem as técnicas jornalísticas, os gêneros, formatos, o texto e a linguagem jornalísticos. Movimento iniciado por Genro Filho e o qual pode ser retomado com vistas à problematização dos efeitos de sentido evocados pelo discurso informativo e noticioso.

Contudo, encerro este relatório em um período de incerteza, com uma guerra em curso na Ucrânia, com a censura de interventores nas universidades federais e um golpe político no horizonte nacional que, se efetivado, tornará ainda mais complexa a realização de um jornalismo crítico e, consequentemente, de um ensino também crítico de Jornalismo. Mas enquanto nos for possível, seguiremos, em nossas situações singulares de trabalho, produzindo conhecimentos sociais que, em dias mais prósperos, poderão subsidiar a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS[100]

ABÍLIO, L. K. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just in time.* In ANTUNES, R. (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020a.

ABRAMO, C. **A regra do jogo.** O jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ADGHIRNI, Z. L. O jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Mídia e Jornalismo.** V. 2. N. 1, p. 45 – 57, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2088. Acesso em 20 de julho de 2021.

ADORNO, T. **Indústria Cultural e Sociedade.** 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____ **La présentation de soi. Ethos et identité verbale**. Paris: PUF, 2010.

ANDERSON, C.W.; BELL, E; SHIRKY, C. **Jornalismo pós-industrial:** adaptação aos novos tempos. **Revista de jornalismo Espm**. N. 5, A. 2. p. 30- 89, 2013. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/386813919/Jornalismo-pos-industrial-adaptacao-aos-novos-tempos. Acesso em 22 de maio de 2022.

ANHANGUERA. Profissional de Marketing: o que faz e o que é preciso para se destacar? São Paulo, 2021. Disponível em: https://blog.anhanguera.com/profissional-de-marketing/. Acesso em 02 de novembro de 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____ **O privilégio da servidão.** O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. ANTUNES, R. (org). In **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020a.

_____ **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ARAÚJO, P, CASTRO, J M; JORDÃO, F. Sempre trabalhador, dificilmente empregado: o "inemprego" como uma dimensão laboral emergente. **Trabalho & Educação**, V. 23, N. 3, p. 31-53, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9326. Acesso em 21 de maio de 2022.

[100] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

ARAÚJO, M. C. B; LUCAS, R. J. L. Da flexibilização ao home office: reordenamentos produtivos e subjetivos em jornalistas e redações cearenses. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, V. 5, N. 3, 2020. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wlPpC4ow_xMJ:periodicos.ufc.br/eu/article/view/67027/182948+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 07 de março de 2022.

BACCEGA, M. A. **Palavra e Discurso:** história e literatura. São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 2014.

BARBEIRO, H; LIMA, P. R. **Manual de Jornalismo para Rádio, TV e novas mídias.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BARROS J. V. Meios de comunicação na territorialização do capital. **MATRIZES**, V. 14, N. 2, p. 261-287, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p261-287. Acesso em 15 de novembro de 2021.

BARROS, J. et al. Trabalhar, cuidar e não adoecer: as jornalistas na pandemia de Covid-19. **Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** Virtual, novembro de 2020. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2020/paper/viewFile/2547/1473. Acesso em 21 de maio de 2022.

_____ A plataformização do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. **Avatares de la comunicación y la cultura.** N. 21, p. 01 – 21, junho de 2021. Disponível em: https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/avatares/article/viewFile/6320/pdf. Acesso em 25 de junho de 2021.

BELL, E; OWEN, T; HAUKA, C; RASHIDIAN, N. A imprensa nas plataformas. Como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo, N. 20. Ano 6, p. 47 – 83, jul-dez, 2017. Disponível em: https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8D79PWH. Acesso em 22 de maio de 2022.

BENVENISTE, E. **O homem na língua**. Problemas de linguística geral. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.

BERNARDO, C. H. C; LEÃO, I. B. Estágio em jornalismo: uma relação marcada por conflitos entre os interesses do Estado, do mercado e da academia. **Revista brasileira de ensino de jornalismo – REBEJ**. Brasília, v. 7, n. 21, p. 207-218, jul./dez. 2017. Disponível em: http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/138. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida**: perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1997.

BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____ **Gênero e desigualdades.** Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2019.

BOLTANSKI, LUC; CHIAPELLO, ÈVE. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. O Campo científico. In ORTIZ, Renato. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1981.

_____ **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BOUTET, J. Acitivité de langage et activité de travail. **Education permanente,** Paris, N. 16, p. 109-117, 1993.

_____ A atividade do trabalho nas centrais de atendimento: um trabalho de linguagem. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, V. 31. N. 114, p 73-82, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/VpsnDx9ZTTM4gqGzscgs99v/?lang=pt. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

_____ Atividades de linguagem em situações de trabalho. Trad REBECHI, C. N; FIGARO, R. PARÁGRAFO. V. 4, N. 1, p. 91 – 97, Jan- Jun, 2016. Disponível em: http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/381/0. Acesso em 31 de maio de 2020.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**. Conceitos-chave. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Educ, 1991.

_____ Enunciação e construção do sentido. In FIGARO, R (org). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dá outras providências. Brasília**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Seção 1, Brasília: DF, p. 81, 26 de novembro de 2008.

BRENOL, M. V. A transparência como conduta para o jornalista. **Movendo Ideias**, V. 25, N. 2, p. 05-12, 2020. Disponível em: http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/2342. Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

BRITO, J; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. **Trabalho, Educação e Saúde**, V. 1, N. 2, p. 239-265, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/fGmXYhddtNzJtxbGjv5zpPG/abstract/?lang=pt. Acesso em 03 de março de 2021.

BRUNO, F. Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório: entrevista com Fernanda Bruno. (Entrevista concedida a Rafael Grohmann). **Digilabour**. 2019. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/594012-tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

_____ Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. N. 36, p. 10 – 16, 2008. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4410. Acesso em 15 de março de 2022.

CÂMARA, I. R. **A percepção de jornalistas sobre a relação entre o assédio moral contra mulheres e a qualidade de vida no trabalho.** Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Administração), Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, 2020.

CARREON, R. O; RUIZ, M. A. A; ARAÚJO, L. M. B. M. Ensaio teórico sobre a noção de ethos discursivo em Maingueneau: caminhando entre releituras. **Cad. Est. Ling**., Campinas, v. 61, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655004. Acesso em 16 de novembro de 2021.

CARVALHO, E. B. S.; FALCAO, L. ; IRFFI, G. Comportamento religioso da população cearense a partir de uma perspectiva econômica e social. 2015. **(Apresentação de Trabalho/Congresso)**. Disponível em: encurtador.com.br/fpsux. Acesso em 15 de agosto de 2019.

CASILI, A; POSADA, J. The Platformization of Labor and Society. In GRAHAM, M., DUTTON, W. H. (orgs). **Society and the Internet**; How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives, 2.ed, Oxford, UK: Oxford University Press, 2018.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARRON, J; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo.** Florianópolis, Brasil: Insular, 2016.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CHRISTOFOLETTI, R. Para uma abordagem virtuosa do Jornalismo. **Em Questão**. Porto Alegre, V. 18, N. 1, p. 93 - 107, jan./jun. 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/25855. Acesso em 03 de março de 2021.

_____ **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri – SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CHRISTOFOLETTI, R; BECKER, D; DAIRAN, P. Transparência e ética jornalística: análise de códigos deontológicos nos maiores mercados de notícia latino-americanos. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos. V. 23. N. 3, p. 91-103, setembro/dezembro. 2021.

Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/23023. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

CLOT, Y; FAÏTA, D. Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, V.25, N.2. p. 33-60, mai-ago, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9555. Acesso em 13 de maio de 2021.

COELHO, T. **O que é utopia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONDE, M. R. B. As contribuições de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. In BERGER, C; MAROCCO, B. **A era glacial do Jornalismo.** Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

COSTA, R. R; SILVA, N. R. UM ROSTO EM 14 FRAGMENTOS: Reconhecimento facial e negociações de visibilidade em redes sociotécnicas. **Contracampo,** Niterói, v. 38, n.2, p. 117-131, ago./ nov. 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/28477. Acesso em 22 de maio de 2022.

COSTA, R. et al. **Arranjos alternativos de trabalho em jornalismo no Ceará: relações de comunicação e condições de trabalho.** Praxisjor, Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54543. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

CRARY, J. **24/7. Capitalismo Tardio e os fins do sono.** São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CURSO DE JORNALISMO. **Projeto pedagógico do curso de Comunicação Social**. Fortaleza: Curso de Jornalismo da UFC, 2015. Disponível em: https://19fd89e4-9cbd-4655-b08b-6f69644b0d5d.filesusr.com/ugd/820f15_4b00263f15854440bff0e85b6a889ceb.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2019.

DARDOT, P; LAVAL, C. **La nueva razón del mundo**. Ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Editora Gedisa, 2013.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras:** identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

DESLAURIERS, J; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In POUPART, Jean; et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEUSDARÁ, B; ROCHA, D; ARANTES, P. C. C. Do ethos ao etos: um conceito sem h e sem determinantes. **Cad. Est. Ling**., Campinas, v. 61, p. 1-17, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655079. Acesso em 24 de novembro de 2021.

DEUZE, M. What is multimedia journalism? **Journalism Studies**, V. 5, N. 2, p. 139–152, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238688450_What_is_multimedia_journalism1. Acesso em 05 de junho de 2014.

DEUZE, M; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**. Trad. Rafael Grohmann. V. 4, N. 2, p. 09 – 21, 2016. Disponível em: https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478. Acesso em 10 de outubro de 2019.

_____ Além do Jornalismo. **Leituras do Jornalismo**. Ano 2. V. 2. Nº 4, p. 1 – 31, Jul/Dez, 2015. Disponível em: https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74/64. Acesso em 10 de outubro de 2017.

DI FANTI, M. G. C; FERÉS, L. Ethos discursivo. **Let. Hoje** (Porto Alegre), v. 53, n. 3, p. 315-316, jul.-set. 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/32959. Acesso em 16 de novembro de 2021.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-Working Papers**. N. 60, p. 1- 24, Portugal, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/10071/1319. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

DURAFFOURG, J. O trabalho e o ponto de vista da atividade (Entrevista concedida a DUC, M.; DURRIVE, L.). In SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

DURRIVE, L. Formação, trabalho, juventude: uma abordagem ergológica. **Pro-Posições** - V. 13, N. 3, p. 19 – 30, set./dez. 2002. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643934. Acesso em 04 de março de 2021.

_____ Introdução. In SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

_____ A linguagem em trabalho (Entrevista concedida a DUC, M.; SCHWARTZ, Y.). In SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

_____ La Démarche Ergologique: Pour un dialogue entre normes et renormalisations. **Ergologia**. N. 11, p. 171-198, maio de 2014. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/11_conf_3_durrive.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2020.

_____ A abordagem ergológica para acompanhar a formação e o trabalho (Entrevista concedida a HAUBRICH, G. F). **Ergologia**, N. 20, dez, p. 141-162, 2018. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/20_tem_durrive_haubrich.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2020.

ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. **IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, novembro de 2009.

Disponível em: http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf. Acesso em 15 de abril de 2022.

ERNST-PEREIRA, A; MUTTI, R. M. V. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. **Educ. Real., Porto Alegre**, V. 36, N. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em 04 de março de 2022.

FAÏTA, D. Análise das práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In SOUZA-E-SILVA, M. C. P; FAÏTA, D (orgs). **Linguagem e Trabalho:** construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, 2002.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, K. B. **Informação e engajamento político: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal.** Tese (Programa Doutoral em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2019. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/68023/1/Kamila%20Bossato%20Fernandes.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2021.

FÍGARO, R. Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. **Novos Olhares**. N. 6, p. 38 – 51, julho-dez, 2000. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/download/51344/55411/. Acesso em 10 de setembro de 2018.

_____ **Comunicação e Trabalho. Estudos de recepção**: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

_____ Atividade de comunicação e trabalho. **Trab. educ. saúde**. Vol. 6. N. 1. p. 107 – 145, Jun, 2008a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/VtzqRPRb5LJWGwScR8ZfGvC/?lang=pt. Acesso em 15 de junho de 2018.

_____ **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008b.

_____ As contribuições da abordagem ergológica para o binômio Comunicação e trabalho. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2009. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-2399-2.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2018.

_____ Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica. **Revista USP**. N. 86, p. 96-107, 2010. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/32381/art_FIGARO_Comunicacao_2010.pdf?sequence=1. Acesso em 11 de julho de 2016.

_____ Introdução. In FIGARO, R (org). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____ Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In FÍGARO, R; NONATO, C., GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Atlas, 2013.

_____ A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. In **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos. V 16. N. 2, p. 124 – 131, maio/agosto, 2014. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.06. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

FÍGARO, R; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FÍGARO, R; SILVA, A. F. M da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo.** V. 39. N. 1, p. 101 – 115, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38566. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

FIGARO, R. et al. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA/USP. 2018.

_____ **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2020.

_____ **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19:** 1 ano e 500 mil mortes depois. São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021a.

_____ **Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021b.

FIGUEIREDO, C; BOLAÑO, C. Do Profissional ao Trabalhador: A Identidade do Jornalista nas Teorias Brasileiras. In **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** São Paulo, FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, novembro de 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37769527/Do_Profissional_ao_Trabalhador_A_Identidade_do_Jornalista_nas_Teorias_Brasileiras. Acesso em 13 de julho de 2021.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988, série Princípios.

_____ Enunciação e Comunicação. FIGARO, R (org). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

FONSECA, V. P. S. Indústrias culturais e capitalismo no Brasil. **Em Questão.** Porto Alegre, V. 9, N. 2. p. 309-326, 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/76. Acesso em 20 de maio de 2022.

FONSECA, V. P. S; KUHN, W. L. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto.** Porto Alegre, V. 2, N. 21, p. 57 – 69, julho - dezembro, 2009. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26576/000751635.pdf?...1 Acesso em 05 de dezembro de 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 2012.

FRANCISCATO, C. E. Tecnologias digitais e temporalidades múltiplas no ecossistema jornalístico. **Contracampo**. V. 38, N. 2, p. 132 – 145, Niterói – Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://periodicos.uff.br/contracampo/article/download/27115/pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e astúcia da história. HOLLANDA, H. B. de (org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FREITAS, R. G; BIANCO, M. F. Uma revisão sobre a temática da Ergologia na produção científica brasileira. **Ergologia**, n° 21, p. 105 – 124, maio de 2019. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/art_5._freitas_bianco.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2020.

FUCHS, C. Atualidade de Marx para entender o trabalho na comunicação e na cultura. (Entrevista concedida a FÍGARO, R.). **Revista Eptic.** V. 17, N.1, p. 67 – 75, janeiro - abril, 2015. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/3387. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

GADINI, S. L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. In **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. N. 33, p. 79 – 88, agosto de 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3438. Acesso em 09 de dezembro de 2021.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide.** Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, M. R. **Ética e Jornalismo.** Uma cartografia dos valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

GROHMANN, R. As Teorias Sobre o Profissional Jornalista: três perspectivas. In **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, RS, setembro de 2010. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0715-1.pdf. Acesso em 15 de julho de 2021.

_____ Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**. V. 22, N. 1, p. 106 – 122, jan-abr. 2020. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188. Acesso em 17 de fevereiro de 2020.

GUERRA, J. L. O nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte – Minas Gerais, p. 1- 18, Set 2003. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/167629680582323974316910221745759002955.pdf. Acesso em 11 de dezembro de 2021.

_____ **O percurso interpretativo na produção da notícia** – verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HAGUETTE, M. T. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Vozes, Petrópolis: 2019.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HELOANI, R. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE-eletrônica**, V. 3, N. 1, p. 01 – 08, jan./jun. 2004. Disponível em: http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1915&Secao=PENSATA&Volume=3&Numero=1&Ano=2004. Acesso em 01 de março de 2022.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. V. 17, N. 18, p.139-156, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

_____ Globalização, Trabalho e Gênero. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 9. N. 1. p. 111–128, 2005. Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770. Acesso em 20 de maio de 2021.

_____ Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **CADERNO CRH**, Salvador, V. 24, N. 01, p. 15-22, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/i/2011.v24nspe1/. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa.** V. 37. N. 132, p. 595-609, set-dez, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt. Acesso em 15 de março de 2021.

HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas- SP: Editora Unicamp, 2017.

INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação**. São Paulo: Leya, 2017.

INFRANCA, A. **Trabalho, indivíduo, história**: o conceito de trabalho em Lukács. São Paulo: Boitempo, 2014.

JACKS, N, MENEZES, D. B. Estudos de recepção na América Latina: contribuições para atualizar o panorama. **E- Compos**. Revista Nacional dos Programas de Pós-Graduação, vol. 10, p. 1 – 12, 2007. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/192. Acesso em 28 de abril de 2018.

KARAM, F. J. C. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 2014

KARHAWI, I. Influenciadores digitais: o eu como mercadoria. In SAAD CORRÊA, E. SILVEIRA, S. C. **Tendências em Comunicação Digital**. São Paulo: ECA/USP, 2016.

KIKUTI, A; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** São Paulo, FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, novembro de 2018. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1497/892. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. **The elements of journalism**: revised and updated third edition. New York: Three Rivers Press, 2014.

KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, V. 28. N. 2, p 2-11, 2002. Disponível em: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/acacia_kuenzer_conhec_competencias_trab_esc.pdf. Acesso em 29 de maio de 2022.

_____ Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 29, N. 1, p. 81 – 93, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501. Acesso em 29 de maio de 2022.

_____ As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2005.

KUNSCH, M. M. K. **Relações públicas e modernidade:** novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

LAGE, N. **Teoria e Técnica do texto jornalístico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Porto Alegre: LP&M, 2009.

LEITE, A. T. B. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres

no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa.** V.47, N.163 p. 44-68 jan./mar. 2017. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3810. Acesso em 14 de dezembro de 2021.

LELO, T. V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas**: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Tese-LELO-T-Reestruturações-produtivas-no-mundo-do-trabalho-dos-jornalistas.pdf. Acesso em 21 de maio de 2022.

_____ A expansão do fact-checking no brasil: entre o ideal da participação e os dilemas da plataformização. **Anais do XXX Encontro Anual da Compós**. São Paulo, julho de 2021. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/a-expansao-do-fact-checking-no-brasil--entre-o-ideal-da-participacao-e-os-dilemas-da-plataformizacao. Acesso em 10 de maio de 2022.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 1976.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____ Pesquisa de Comunicação: Questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. XXVII, nº 1, jan/jun, p. 13-39, 2004. Disponível em: https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/03/Lopes-2012-Pesquisa-de-Comunicacao.pdf. Acesso em 16 de abril de 2018.

LORDE. A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In HOLLANDA, H. B. de (org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia:** o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAIA, M. R. A regra da transparência como elemento democratizador no processo da produção jornalística. **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH** (Versão em português). V. 1, N. 1, p. 132- 152, 2008. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/168. Acesso em 21 de abril de 2022.

MAIA, K; PEREIRA, F. H. Apontamentos sobre a relação entre liberdade de imprensa e identidade profissional dos jornalistas. **LOGOS 33.** V.17, N. 02, p. 191 – 202, 2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/869. Acesso em 13 de dezembro de 2021.

MAIA, K; FEMINA, C. Os valores profissionais dos estudantes da UFRN: comunicação corporativa, entretenimento e jornalismo. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, V. 2, N. 11, p. 82-94, jul./dez. 2012. Disponível em: http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/283. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____ **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábolas, 2008.

_____ O ethos na análise. In AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____ Retorno crítico à noção de ethos. **Let. Hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul.-set. 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/32914. Acesso em 16 de novembro de 2021.

_____ **Variações sobre o ethos.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MARQUES, A. F; RODRIGUES, N; KINOSHITA, J. Modos de Trabalho no Jornalismo Contemporâneo: as Redações Virtuais na Mídia Ninja e no Jornalistas Livres. In RASLAN FILHO, G; BARROS, J. V. (orgs). **Comunicação, Desenvolvimento, Trabalho:** perspectivas críticas. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MARTINEZ, F. J. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, V. 29, N.3, p. 1- 14, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/jTjDvt7MK4h4vjnjPwchhZR/?lang=pt. Acesso em 06 de novembro de 2021.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ **O Capital**. Crítica da economia política. Vol I, livro Primeiro, O processo de produção do Capital. Tomo I. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo; Boitempo, 2007.

_____ **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MEDINA, C. **Entrevista. O diálogo possível.** 5. Ed. São Paulo: Ática, 2008.

_____ **Ciência e Jornalismo.** São Paulo: Summus, 2014.

_____ **A arte de tecer afetos.** Signos da relação 2. Cotidiano. São Paulo: Edições Casa da Serra, 2018.

MEDITSCH, E. B. V. **O Conhecimento do Jornalismo**. 1. ed. Florianópolis; ed. UFSC, 1992.

_____ O jornalismo é uma forma de conhecimento? Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, p. 1 – 13, setembro de 1997. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf. Acesso em 14 de dezembro de 2021.

MICK, J., LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis, Insular, 2013.

MINAYO, M. C. S (org). **Pesquisa Social.** Teoria, Método e Crítica. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLIANI, J. A. **O trabalho em agências de comunicação**: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de rabo preso. 2020. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-02032021-111757/publico/JoaoAugustoMolianiVC.pdf. Acesso em 23 de março de 2021.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos.** Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____ A necessidade e as dificuldades do jornalismo no contexto de crise das instituições epistêmicas. **Líbero.** Ano 24, N. 49, São Paulo, p. 43-60, set-dez de 2021. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1673. Acesso em 29 de maio de 2022.

MUSSE, R. Reificação em História e consciência de classe: de Max Weber a Karl Marx. In **Blog da Boitempo,** 2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/tag/reificacao/. Acesso em 10 de agosto de 2021.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NICOLETTI, J. **Precarização e qualidade no jornalismo**: condições de trabalho e seus impactos na notícia. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

NONATO, C. C. L. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação**: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão, 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-26062015-112522/pt-br.php. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

_____ O perfil diferenciado dos jornalistas associados ao Sindicato de São Paulo. In FÍGARO, R; NONATO, C., GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In SOUZA-E-SILVA, M. C. P., FAÏTA, D. (orgs.) **Linguagem e trabalho**. Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

_____ Risco e atividades humanas: acerca da possível positividade aí presente. In FIGUEIREDO, M; ATHAYDE, M; BRITO, J; ALVAREZ, D. (orgs). **Labirintos do trabalho:** interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes, 2001.

_____ **Discurso e leitura.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____ **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 6. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

PACHI FILHO, F; VISIBELI, J. B; MOLIANI, J. A. Empreendedorismo e inovação nos novos arranjos produtivos jornalísticos. **Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/740/356. Acesso em 09 de abril de 2018.

PACHI FILHO, F. F. **Limites e possibilidades da liberdade de expressão no mundo do trabalho.** Relatório (Programa de pós-doutoramento). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2018.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In BERGER, C; MAROCCO, B. **A era glacial do Jornalismo.** Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PATRÍCIO, E; BATISTA, R. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. **Extraprensa**, São Paulo, V. 13, N. 2, p. 217 – 231, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153326/162836. Acesso em 21 de maio de 2022.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso.** Textos escolhidos por Eni Puccinela Orlandi. Campinas: São Paulo, Pontes, 2015.

PELLETIER, D. S'orienter dans un monde incertain. In PELLETIER, D. (Ed.), **Pour une approache orientante de l'école québécoise**. Québec, Canada, p. 7-23, septembre, 2001. (texto traduzido para o português por Marcelo Afonso Ribeiro).

PESSOA, F. C. C. O Trabalho com as palavras: espaços de escuta de renormalizações. **Ergologia**, n° 15, p. 63 – 80, maio de 2016. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/art._3.pdf. Acesso em 30 de março de 2021.

PEREIRA, F. H. As transformações do mundo dos jornalistas: a consolidação de novos valores profissionais a partir dos anos 1950. **Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor.** São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008. Disponível em: http://sbpjor.org.br/admjor/arquivos/individual38fabiopereira.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2019.

_____ Os estágios e a construção da carreira jornalística. **Anais do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** Campo Grande, UFMS, novembro de 2015. Disponível em: http://sbpjor.org.br/sbpjor/anais-sbpjor/. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

PEREIRA, F. H; SOUSA, J. MOURA, D. Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília. **Estudos em Comunicação**, N. 17, p. 47 -74, dezembro de 2014. Disponível em: http://www.ec.ubi.pt/ec/17/pdf/n17a03.pdf. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

PEREIRA, F. H; MOURA, D; ADGHIRNI, Z. (orgs) **Mudanças e permanências no Jornalismo.** Florianópolis: Editora Insular, 2015.

PEREIRA, F. H. et al. Journalism students' profile and their perceptions of journalism education in Brazil: A comparative analysis of local and national scenarios. **Journal of Professional Communication.** V. 4, N. 2, p. 95-133, 2016. Disponível em: https://mulpress.mcmaster.ca/jpc/article/view/2636. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO. **Sumário executivo da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2021/11/2021-11-12-Sumário-Executivo-19º-Encontro-da-SBPJor-RETIJ-VFINAL-REVISADA-2.pdf. Acesso em 21 de maio de 2022.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In POUPART, J; et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIRIS, E. L. O ethos e suas noções conexas: análise do discurso do líder do governo na sessão parlamentar que antecedeu o AI-5. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 61, p. 1-17, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655042. Acesso em 24 de novembro de 2021.

PITHAN, L H; KALSING, J; GRUSZYNSKI, A. C. Demissões em massa e métricas de audiência: sintomas da gestão gerencialista nas empresas jornalísticas. **Anais 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor**. 2019, Goiânia. Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/1947/1252. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

PONTES, F. S. Adelmo Genro Filho e a Teoria Do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide. **Brazilian Journalism Research**, Vol. 13, N. 1, p. 154–181, 2017. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/960. Acesso em 13 de julho de 2021.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **A cidade**. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/a-cidade. Acesso em 15 de setembro de 2019.

QUESADA T, C., XAVIER, C; PONTES, F. S. Os Jornalistas Brasileiros em Contextos De Crises: Uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. **E-Compós**, Brasília, v., n., p. 1-23, 2020. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2040. Acesso em 21 de maio de 2022.

REIMBERG, C. O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho.** Tese (Programa de Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo,

2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-26062015-161358/pt-br.php. Acesso em 02 de março de 2022.

REIS, M. A; FACCIN, M. J.; FERREIRA, S. V. O estágio de jornalismo entre nós: reflexões sobre algumas propostas de implantação do estágio curricular nos cursos de Jornalismo. **Revista brasileira de ensino de jornalismo – REBEJ**. Brasília, v. 7, n. 21, p. 207-218, jul./dez. 2017. Disponível http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/142. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

REVUZ, C. O trabalho e o sujeito. (Entrevista concedida a NOËL, C.; DURRIVE, L.) In SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

RIBEIRO, M. A. **Carreiras**: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado. Curitiba: Juruá, 2014.

_____ Competências para a carreira: expectativas de jovens universitários de cursos tecnológicos. **XIV Encontro Nacional da ABRAPSO**. 2007, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_10.pdf. Acesso em 26 de março de 2020.

RODRIGUES, N. Parem as máquinas. In **A Pulga**, 2021. Disponível em: http://apulga.com/parem-as-maquinas-e-elas-foram-desligadas-para-sempre/. Acesso em 21 de maio de 2022.

RODRIGUES DE SOUZA, R. B. Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 13 Nº 2, p. 88 – 97, agosto a dezembro de 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n2p88. Acesso em 12 de julho de 2021.

_____ Jornalismo e conhecimento da realidade objetiva no século XXI. **Comunicação mídia e consumo**, São Paulo, V. 18, N.51, p. 124-143, jan./abr. 2021. Disponível em: http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/124. Acesso em 10 de julho de 2021.

RÜDIGER, F. **As teorias do jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Editora Insular, 2021.

RÜDIGER, F; DAROS, O. O pensamento marxista e a teoria do jornalismo no Brasil. In HOHLFELDT, A; FINGER, C. (orgs.): **Interações comunicacionais**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

RUELLAN, D. Um ser profissional. Ou como percebê-lo. **Brazilian Journalism Research.** V. 13, N. 1, jan-abr, p. 06 – 19, 2017. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/978/880. Acesso em 18 de abril de 2019.

SACRAMENTO, I; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. In **Matrizes.** V.14, N. 1, p. 79 – 106, jan./abr. 2020. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/160081. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

SADER, E. Apresentação. In MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo; Boitempo, 2007.

SALAVERRÍA, R; NEGREDO, S. **Periodismo integrado** – convergencia de medios y reorganización de redacciones. Universidade de Navarra, Espanha, 2008.

SANTOS, M; TEMER, A. C. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S**, São Bernardo do Campo, V. 38, N. 3, p. 35-58, set./dez. 2016. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6932. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

SEIBT, T; FONSECA, V. P. S. Transparência como princípio normativo do jornalismo: a prática de fact-checking no Brasil. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Universidade Anhembi-Morumbi, junho de 2019. Disponível em: https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/6/TAIS_SEIBT_et_al-Transparencia_como_principio_normativo_do_jornalismo.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

SCHAFF, Adam. **O Marxismo e o Indivíduo**. Trad. Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHMITZ, A. A migração dos jornalistas para o marketing de conteúdo. **Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** São Paulo, ECA/USP, novembro de 2017. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/740/354. Acesso em 20 de julho de 2021.

_____ O jornalista como guardião da sociedade: um cão de guarda na coleira. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo: FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, novembro de 2018. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1511/935. Acesso em 21 de julho de 2021.

SCHWARTZ, Y. Travail et ergologie. **Reconnaissances du travail**. Paris: PUF, 1997.

_____ Trabalho e gestão: níveis, critérios e instâncias. In FIGUEIREDO, M; ATHAYDE, M; BRITO, J; ALVAREZ, D. (orgs). **Labirintos do trabalho:** interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____ Entrevista Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 2, p. 457-466, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/gTzWfzJjmY6Pngp8gBBRgzK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 15 de junho de 2017.

_____ Conceituando o trabalho. O visível e o invisível. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19 - 45, 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/tes/a/HTF7DtBVhZfgVZXqhkPX4Mx/abstract/?lang=pt. Acesso em 16 de maio de 2021.

_____ Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul.-set. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273298779_Motivacoes_do_conceito_de_corpo-si_corpo-si_atividade_experiencia. Acesso em 15 de novembro de 2017.

_____ Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. **ReVEL**, edição especial N. 11, p. 253 – 264, 2016. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/2e5e27e69e52df1113fd2b52d2d99f39.pdf. Acesso em 29 de abril de 2021.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

SILVA, N. R. **O homem atrás da máquina**: um estudo de caso sobre a reconstrução da identidade do jornalista de impresso diante do uso das novas mídias. 2011. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação), Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7851. Acesso em 19 de maio de 2022.

_____ Novos modos de dizer: considerações sobre dispositivos móveis e linguagem jornalística. **Anais do VIII Simpósio Nacional da ABCiber.** São Paulo, dezembro de 2014. Disponível em https://abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/naiana_rodrigues_da_silva_65.pdf. Acesso em 25 de abril de 2022.

_____ Competência comunicativa e empresa de si: uma análise do ethos de jornalistas profissionais no Facebook. **Anais do 7° Encontro de Gts de Pós-graduação do Comunicon** – Congresso Internacional Comunicação e Consumo. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38017668/Compet%C3%AAncia_comunicativa_e_empresa_de_si_uma_an%C3%A1lise_do_ethos_de_jornalistas_profissionais_no_Facebook._1. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

_____ A precarização do trabalho de estagiário no mundo do jornalismo cearense. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** VIRTUAL, 2021. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-tj/naiana-rodrigues-da-silva.pdf. Acesso em 19 de maio de 2022.

SILVA et al. Trabalho e sustentabilidade nos arranjos jornalísticos cearenses: informalidade e construção de modelos de negócios. In FIGARO, R.; NONATO, C. **Arranjos jornalísticos no Brasil:** organização, sustentação e rotinas produtivas. São Paulo: CPCT – ECA- USP, 2021.

SILVA, E. A; BORGES, M. E. S. Os valores envolvidos no trabalho: uma pesquisa com servidores de uma agência da previdência social. **Ergologia**, N. 17, p. 79 – 102, maio de 2017. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/17article_3.pdf. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

SILVA, A. F. M. da. **A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos e alternativos às corporações de mídia**. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA, M. B; OLIVEIRA, R. A. A proposta política e pedagógica do estágio supervisionado em jornalismo: redefinições para o ensino. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade.** N. 09, V. 9, p. 38 – 49, 2019. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/3827. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A dimensão linguageira em situações de trabalho. In SOUZA-E-SILVA, M. C. P; FAÏTA, D (orgs). **Linguagem e Trabalho:** construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, 2002.

_____ Quais as contribuições da linguística aplicada para a análise do trabalho? In FIGUEIREDO, M; ATHAYDE, M; BRITO, J; ALVAREZ, D. (orgs). **Labirintos do trabalho:** interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____ Discursividade e espaço discursivo. In FIGARO, R (org). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____ A interface estudos discursivos e estudos ergológicos. **Letras de Hoje.** Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 282-289, jul.-set. 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/19105. Acesso em 09 de junho de 2020.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

TELLES, A. L; ALVAREZ, D. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In FIGUEIREDO, M; ATHAYDE, M; BRITO, J; ALVAREZ, D. (orgs). **Labirintos do trabalho:** interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

TEMER, A. C. R. P; LEITE JUNIOR, E. F. As Mudanças no Dispositivo de Visibilidade do Telejornalismo durante a Pandemia do Novo Coronavírus. In OLIVEIRA, H. M. G; GADINI, S. (orgs). **Jornalismo em tempos da pandemia do novo coronavírus.** Aveiro - Portugal: Ria Editora, 2020.

TERRA. C. F. Como identificar o usuário-mídia, o formador de opinião online no ambiente das mídias sociais. **REVISTA INTERNACIONAL DE RELACIONES PÚBLICAS**, V. 2. N. 4, p. 73-96, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4099036. Acesso em 29 de março de 2019.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes,** São Paulo, V.12, N. 3, p. 17 – 44, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/153199/149813. Acesso em 19 de março de 2019.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____ **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____ **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005b.

TRAVANCAS, I. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 4ª ed, 2011.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Sobre a agência de estágios.** Fortaleza – Ceará, 2022. Disponível em: https://estagios.ufc.br/pt/sobre-saiba-quem-somos-e-como-somos/. Acesso em 10 de outubro de 2021.

VAN DIJCK, J; POELL, T; WAAL, M. **The platform society**. New York: Oxford University, 2018.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

VYGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WINQUES, K; BARCELOS, M; CORDEIRO, W. O Ensino de jornalismo digital e de inovação. In MEDITSCH, E et al. **O ensino de jornalismo sob as novas diretrizes**: miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed, 2005.

ZAPPELA-RICHARD, J. A pulsão comunicativa: jogos e desafios no questionamento entre entrevistador e entrevistado. In SOUZA-E-SILVA, M. C. P; FAÏTA, D (orgs). **Linguagem e Trabalho:** construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, 2002.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. BRUNO, F, et al. **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.